

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Vol. 34 (1-2)

ACTAS
III

1º CONGRESSO
de
ARQUEOLOGIA
PENINSULAR

PORTO

SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

1994

S.P.A.E.
S O C I E D A D E
P O R T U G U E S A D E
A N T R O P O L O G I A
E E T N O L O G I A



SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Fundada em 1918. Instituição colectiva de utilidade pública
(D.R. nº 89, 2ª série, de 16/04/1987). Inscrita na Cons. do
Registo C. do Porto sob o nº 49. Contribuinte nº 501663614.

Sede: Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4000 Porto (Portugal)



Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral: *Presidente* — Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge; *Secretários* — João Pedro Paiva Gomes Cunha Ribeiro e Mário Jorge Lopes Neto Barroca.

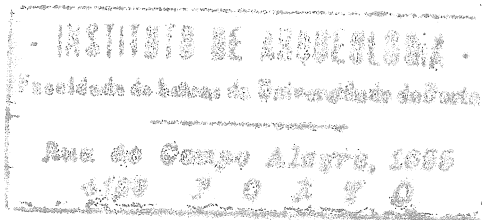
Direcção: *Presidente* — Vítor Manuel de Oliveira Jorge; *Vice-Presidente* — Alexandra Cerveira Pinto Lima; *Secretário* — António Manuel dos Santos Pinto da Silva; *Tesoureira* — Paula Júlia da Mota Santos; *Vogais* — Maria de Jesus Sanches; Ana Maria Cameirão Leite da Cunha; Margarida Maria Oliveira dos Santos Silva; Iva João Teles Morais Botelho; Sérgio Emanuel Monteiro Rodrigues.

Conselho Fiscal: *Presidente* — Eduardo Jorge Lopes da Silva; *Secretários* — Carla Cristina Stokler Nunes; José Manuel Pinto Varela.

Pais = Brasileira
do IAFLUP
2/2/94

Kunita

Trabalhos de Antropologia e Etnologia



Capa: Termas romanas do Alto da Cividade – Bracara Augusta

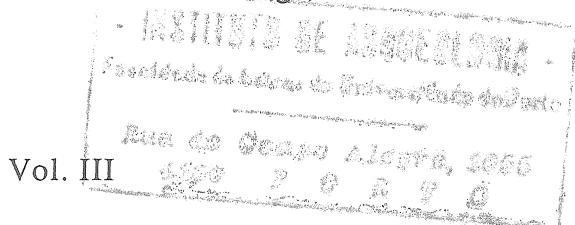
1.º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

10. MAR. 1994

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)



TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

publicação da
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
(Registada na D. G. da Comunicação Social sob o nº 112408)
Ano 76º vol. XXXIV fasc. 1-2 1994

Coordenação deste volume
Vítor Oliveira Jorge

Redacção
Direcção da S.P.A.E.

Edição e Propriedade
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4000 PORTO (Portugal)
(Inscrita na D.G. da Comunicação Social sob o nº 212407).

Composição, Impressão e Acabamento
Litografia A.C.
R. Conselheiro Lobato, 179 — 4700 BRAGA
Telefone 72967 — Fax 612008

Distribuição:
Afonso'eiro, CRL/V.N. de Gaia
Apartado 354 — 4403 Vila Nova de Gaia Codex

Logotipo do Congresso:
Carol Omalyev

Fevereiro de 1994.

Tiragem: 1.500 exs.

Depósito legal nº 27405/89

ISSN: 0304 — 243 X

Edição subsidiada pela Câmara Municipal do Porto,
Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de
Investigação Científica e Tecnológica.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.
Nous souhaitons établir l'échange avec d'autres publications.
We wish to establish exchange with other publications.
Tauchverkehr erwünscht. Sollicitiamo intercambio.

Comissão de Honra

Presidente da República
Ministro do Planeamento e da Administração do Território
Ministro da Educação
Secretário de Estado da Cultura
Governador Civil do Porto
Presidente da Câmara Municipal do Porto
Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte
Reitor da Universidade do Porto
Vice-Reitor da Universidade do Porto para a Área Cultural
Presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
Presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico
Directora do Instituto Português de Museus
Presidente do Instituto Camões
Presidente da Fundação Eng.º António de Almeida
Presidente do Instituto da Juventude
Presidente da Fundação da Casa da Cultura de Língua Portuguesa
Director do Serviço de Belas-Artes da Fundação Calouste Gulbenkian
Director do Serviço de Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian
Delegado Regional do Norte da Secretaria de Estado da Cultura
Vereadora do Pelouro de Animação da Cidade da Câmara Municipal do Porto
Delegado no Porto do Instituto da Juventude
Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras do Porto
Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras do Porto

Entidades apoiantes

Subsídios:

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
FUNDAÇÃO ENG.º ANTÓNIO DE ALMEIDA
JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
GOVERNO CIVIL DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS DO PORTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
INSTITUTO CAMÕES
FUNDAÇÃO DA CASA DA CULTURA DE LÍNGUA PORTUGUESA
INSTITUTO DA JUVENTUDE

Apoio logístico:

FACULDADE DE LETRAS DO PORTO
REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
INSTITUTO DA JUVENTUDE
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA
CÂMARA MUNICIPAL DE V. N. FOZ CÔA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA
ADRIANO RAMOS-PINTO (Vinhos)
MONTEPIO GERAL
CAFÉS MONTARROIO
UNICER
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE
RN TOURS-TRAVEL AGENCY
LIVRARIA LEITURA
LIBRERIA TIPO
GRUPO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO PORTO
INFOR
PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS
MUSEU D. DIOGO DE SOUSA (Braga)
ADEGA COOPERATIVA DE FREIXO DE NUMÃO (V.ª N.ª Foz, Côa)
MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
MUSEU MONOGRÁFICO DE CONÍMBRIGA
ÁREA ARQUEOLÓGICA DO FREIXO
UNIDADE DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO
MUSEU MONOGRÁFICO DA CITÂNIA DE SANFINS
MUSEU DE ETNOLOGIA DO PORTO
INSTITUTO DO VINHO DO PORTO
PROLÓGICA

Como o 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular só se considera concluído com a publicação integral das Actas, em 6 volumes, esta lista poderá — e, cremos, deverá — ser acrescida até 1995. Do facto faremos o devido registo nos sucessivos volumes.

Secretários Gerais

Para Portugal: Vítor Oliveira Jorge, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Para Espanha: Rodrigo de Balbín Behrmann, Professor Catedrático da Universidade de Alcalá de Henares

Primitiva Bueno Ramirez, Professora Titular da Universidade de Alcalá de Henares

Comissão Científica Portuguesa

J. M. Peixoto Cabral, Director do Instituto José de Figueiredo (Lisboa) (Arqueometria)
Rui Sobral Centeno, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Arqueologia Clássica)

José d'Encarnação, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Arqueologia Clássica)

Susana Oliveira Jorge, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Pré-história)

Maria Manuela Martins, Professora Associada da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Braga) (Proto-história/ Arqueologia Clássica)

Armando Coelho F. Silva, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Proto-história/ Arqueologia Clássica)

Cláudio Torres, Director do Campo Arqueológico de Mértola (Arqueologia Medieval)

Comissão Científica Espanhola

Manuel Acien, Professor Titular da Universidade de Málaga (História Medieval)

Carmen Aranegui, Professora Catedrática da Universidade de Valência (Arqueologia Clássica)

M.^a Eugénia Aubet Semmler, Professora Catedrática da Universidade Autónoma de Barcelona (Pré-história)

Ignacio Barandiarán Maestu, Professor Catedrático da Universidade do País Basco (Pré-história)

Miquel Barceló, Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Barcelona (História Medieval)

Manuel Bendala Galán, Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Madrid (Arqueologia Clássica)

Germán Delibes de Castro, Professor Catedrático da Universidade de Valladolid (Pré-história)

Manuel Fernandez Miranda, Professor Catedrático da Universidade Complutense de Madrid (Pré-história)

Manuel Martín Bueno, Professor Catedrático da Universidade de Saragoça (Arqueologia Clássica)

Isabel Martínez Navarrete, Colaboradora científica do Departamento de Pré-história do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC, Madrid) (Pré-história)

- Bernat Martí Oliver**, Director do Servei d' Investigació Prehistòrica (Valência) (Pré-história)
- Fernando Molina Gonzalez**, Professor Catedrático da Universidade de Granada (Pré-história)
- Alfonso Moure Romanillo**, Professor Catedrático da Universidade de Santander (Pré-história)
- Mercedes Roca**, Professora Catedrática da Universidade Central de Barcelona (Arqueologia Clássica)
- Javier Sanchez Palencia**, Colaborador científico do Departamento de Arqueologia do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC, Madrid) (Arqueologia Clássica)
- Manuel Santonja Gomez**, Director do Museu de Salamanca (Pré-história)
- José Manuel Vazquez Varela**, Professor Titular da Universidade de Santiago de Compostela (Pré-história)

Presidentes das Secções

- I – *Pré-história*: **Antonio Arribas Palau**, Professor Catedrático Emérito da Universidade de Granada
- II – *Pré- e Proto-história*: **Hermanfrid Schubart**, Director do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid
- III – *Arqueologia Romana*: **Jorge de Alarcão**, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- IV – *Arqueologia Medieval e Pós-Medieval*: **Carlos Alberto F. Almeida**, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- V (Sessão plenária dia 16-Manhã) – *Contribuições das ciências naturais e “exactas” à Arqueologia*: **Adília Moutinho Alarcão**, Directora do Museu Monográfico de Conímbriga
- VI (Sessão plenária dia 16-Tarde) – *Metodologia e teoria arqueológicas*: **Juan M. Vicent García**, Investigador do Departamento de Prehistoria do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC, Madrid).
- VII – *Workshop sobre Datação pelo Radiocarbono*: **João M. Peixoto Cabral**, Director do Instituto José de Figueiredo (Lisboa)

SUMÁRIO

<i>Preâmbulo</i>	13
<i>Isturitz: Nuevas aportaciones a la Prehistoria del Cantabrico. La secuencia auriñaco-perigordienne,</i> por X. Esparza San Juan y J. A. Mujika Alustiza	17
<i>El Paleolítico Superior de Catalunya: el Gravetiense de la Balma de la Griera (Calafell, Baix Penedès, Tarragona),</i> por Josep M ^a Fullola i Pericot, Raül Bartrolí i Isanta, Artur Cebrià i Escuer, M ^a Mercè Bergadà i Zapata, David Farell i Garrigós y Jordi Nadal i Lorenzo	35
<i>Explotacion de recursos liticos. Aportaciones del utillaje pulimentado al Neolitico Antiguo (V^o milenio a. C.) en el Mediterraneo Peninsular,</i> por Teresa Orozco Köhler	53
<i>El Neolítico Antiguo de la Cova del Parco (Alòs de Balaguer, Catalunya) y el proceso de neolitización en el valle del río Segre,</i> por Raül Bartrolí, M. Mercè Bergadà, Alicia Estrada, David Farell, Annabel Gamarra, Jordi Nadal y M. Àngels Petit .	65
<i>El Neolítico de la Region Cantábrica. Nuevas perspectivas</i> por Pablo Arias Cabal	91
<i>O Alto Ribatejo e o Mediterrâneo. Espaço contínuo ou hierarquizado?,</i> por Luiz Oosterbeek	119
<i>El Neolítico final - Calcolítico en Cantabria,</i> por Roberto Ontañón Peredo	133
<i>Diversidade e relações inter-regionais no povoamento calcolítico da bacia do médio e alto Mondego,</i> por António Carlos Valera .	153
<i>La Edad del Bronce en la cuenca media del Tajo,</i> por Arturo Ruiz Taboada	177
<i>El trabajo del marfil durante el Bronce Final y la Edad del Hierro en la mitad norte peninsular,</i> por Blanca Pastor Vélez	191

<i>¿Continuidad o ruptura en las necrópolis de la Edad del Hierro en la Meseta?: el ejemplo de las necrópolis tumulares</i> por Jose Luís Pérez de Ynestrosa Posuelo	215
<i>El asentamiento protohistórico del Barranc de Gàfols (Ginestar, Ribera d'Ebre, Tarragona),</i> por M. C. Belarte, J. Sanmartí y J. Santacana	231
<i>La localización de la necropolis celtiberica de Numancia,</i> por A. Jimeno Martínez y F. Morales Hernández	249
<i>Las fases cronológicas del yacimiento prerromano de Molí d'Espígol (Tornabous-Urgell, Lérida),</i> por Miquel Cura-Morera y Jordi Principal i Ponce	267
<i>Estudo, conservação, restauro, dinamização e divulgação do povoamento castrejo da bacia superior do rio Coura: primeiros resultados,</i> por Maria de Fátima Matos da Silva	281
<i>Urbanismo e arquitectura de Bracara Augusta: balanço dos resultados,</i> por Manuela Martins, Manuela Delgado e Jorge de Alarcão	303
<i>La evolución del ritual funerario de Augusta Emerita como indicador del cambio social, ideológico y religioso,</i> por Juana Molano Brías y Manuel Alvarado Gonzalo	321
<i>Excavaciones arqueológicas en Flaviobriga. Castro Urdiales. Cantabria (1986),</i> por Cesareo Perez Gonzalez, Emilio Illarregui Gomez y Carmelo Fernandez Ibañez	351
<i>Anforas romanas altoimperiales de salazon. Analítica aplicada y aportaciones arqueológicas,</i> por Julio Martínez Maganto y Rosario García Giménez	367
<i>Una fábrica importada de cerámica tardorromana de cocina,</i> por Miguel Angel Cau Ontiveros	391
<i>Enterramentos medievais nas imediações de Sta. Maria dos Olivais (Tomar),</i> por Salete da Ponte e Judite Miranda	419

<i>¿Cristiano o musulmán?. Las aves en los asentamientos medievales</i> , por Francisco Hernández Carrasquilla y Adolfo Aguilar Baltar	441
<i>Archaeozoological research in Medieval Iberia: fishing and fish trade on Almohad sites</i> , by Arturo Morales Muñiz, Eufrosia Roselló Izquierdo, An Lentacker & Dolores Carmen Morales Muñiz	453
<i>Carta arqueológica do concelho de Paredes de Coura – uma perspectiva de arqueologia espacial</i> , por Maria de Fátima Matos da Silva	477

PREÂMBULO

A organização deste III^o volume de Actas do 1^o Congresso de Arqueologia Peninsular segue o mesmo critério, puramente pragmático, dos anteriores. Ou seja, os textos que nele se inserem são aqueles que a tipografia mais rapidamente preparou para publicação, a partir dos originais em papel e em disquete que nos foram sendo entregues ou enviados pelos autores. Obviamente que não se teve em vista privilegiar ninguém em detrimento de outrém, no que diz respeito à celeridade de edição - mas, não se tratando de volumes temáticos (organizados, por ex., por secções, desiderato que seria irrealista) é algo que convém ficar aqui explicitado.

Revistas as provas e preparadas as ilustrações do número de trabalhos necessário para mais um volume de aproximadamente 500 páginas, procurou-se ordenar aqueles por ordem cronológica, colocando no fim contributos de carácter mais “técnico” (“ciências” aplicadas à Arqueologia), ou genérico.

Quanto às capas, o mesmo pragmatismo presidiu à escolha da respectiva ilustração. Referindo-se à temática de um dos trabalhos do mesmo volume, cada capa resultou dos originais que melhor se lhe adaptavam e a que tivemos mais fácil acesso, dentro do curto espaço de tempo de que fomos dispendo. Essa utilização do material existente “mais à mão” pode dar a falsa impressão de que procurámos ressaltar trabalhos sobre Portugal, em detrimento dos dos nossos colegas espanhóis, atitude que seria a perfeita antítese de todo o nosso comportamento em relação a este Congresso. Não foi tal: apenas a necessidade de escolher, para cada caso, uma capa condigna, não protelando excessivamente por causa disso a saída do respectivo volume. Infelizmente, as dificuldades materiais de contacto entre Portugal e Espanha (nomeadamente por correio, circunstância que permanece para nós inexplicável), que tanto oneraram, em tempo e dinheiro, a preparação do Congresso, reflectem-se, até, a este nível. Creio que todos compreenderão as nossas razões. A regularidade de publicação dos volumes das Actas é essencial, até porque é assim que ganhamos acrescida credibilidade perante as instituições que nos têm apoiado financeiramente, instituições essas que precisamos que nos continuem a ajudar para levarmos a bom termo, até 1995, a publicação integral das Actas.

É da mais elementar justiça relevar todo o trabalho “na sombra” que explica a rapidez com que estamos a produzir e a disponibilizar para o meio

arqueológico os resultados deste grande Congresso, o maior, repetimo-lo com indisfarçado orgulho, que alguma vez se realizou em Portugal. Esse trabalho deve-se a membros da direcção da S.P.A.E., a estudantes pertencentes ao Secretariado do Congresso que, graças ao apoio do Instituto da Juventude, puderam continuar a funcionar como equipa revisora de provas e, finalmente, à Litografia A.C., dirigida com tanta eficácia pelo Sr. António Candeias e seus filhos. A todos eles quero deixar aqui bem expresso o agradecimento da Sociedade. Cremos estar a contribuir para superar a imagem não muito positiva que Portugal, no que toca à publicação de congressos (não me refiro a colóquios, ou reuniões de menor dimensão) de Arqueologia, tinha dado de si próprio nos últimos tempos.

Sem, porém, o conteúdo a publicar - os trabalhos dos autores - e as verbas necessárias para fazer face a este investimento, nada teria sido possível. Daí a nossa gratidão ir também para todos quantos aderiram ao Congresso, nele se inscreveram com comunicação ou poster, e nos enviaram atempadamente os seus originais. Àqueles que porventura até hoje não o fizeram, e apesar de estarem ultrapassados todos os prazos, gostaríamos de comunicar que, **a título excepcional, poderão ainda fazê-lo, impreterivelmente, até ao fim de 1994.** Assim, todos os autores que figurem no livro-guia e no programa actualizado, fotocopiado, que foi distribuído durante o Congresso, ou que tenham apresentado um poster ou comunicação aceites à última hora, têm ainda uma possibilidade de integrar nas Actas o seu trabalho. Sem falsa modéstia, cremos que é prestigiante para eles, para todos nós, figurarem nas Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular. Não tomamos esta decisão por dispormos de poucos originais, muito pelo contrário; fazêmo-lo para prestarmos um serviço a esses arqueólogos e também com a intenção que nos animou a organizar este Congresso: a de que ele fosse o mais representativo possível das investigações importantes que se estão a realizar na, ou sobre, a Península, em todos os âmbitos da Arqueologia ou com ela conexos. Ora acontece que certos colegas, alguns deles figuras de proa da Arqueologia ibérica, que têm em mãos ou dirigem projectos de grande alcance, precisamente pela diversidade dos seus compromissos e obrigações profissionais, podem, em alguns casos, ter tido dificuldade em cumprir os prazos de entrega, pelo que, com este novo (e definitivo) alargamento, julgamos que terão agora possibilidade de o fazerem.

O 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, apesar do espaço que concedeu à interdisciplinaridade e, mesmo, às questões teórico-metodológicas (minoritárias, em boa verdade, por escolha dos próprios arqueólogos, que nos apresentaram, em inteira liberdade, as suas propostas de tema de comunicação/poster), foi ainda largamente, como muito bem acentuou Juan Vicent na sessão final, um Congresso “tradicional”, maioritariamente organizado por secções de

temática cronológica, como se essa fosse a espinha dorsal, incontornável, da Arqueologia.

Recentemente regressado de mais uma TAG (Theoretical Archaeology Group) Conference (desta vez em Durham) - reunião anual a que (como outras) é **imprescindível** assistirem mais colegas e estudantes portugueses - é-me evidente como o sistema inglês (pelo menos neste tipo de encontros, mas que também já constatei nos Estados Unidos) é susceptível de renovado interesse e maleabilidade. Há, inserida no evento, uma pluralidade de sessões, cada uma organizada por um ou mais autores, que fazem os convites aos intervenientes e, no fim, de acordo com o êxito maior ou menor dos trabalhos, estes reúnem-se com aqueles e decidem, ou não, se o conteúdo do que foi exposto faz sentido de conjunto e deve ser publicado em livro, contactando, se for caso disso, uma editora. Inclusivamente, os organizadores das sessões (e futuros “*editors*” do livro, o que obviamente implica ler todos os trabalhos e escrever um prefácio longo, problemático, ao modo, quase, de uma recensão crítica dos artigos que compõem a obra) podem achar conveniente convidar novos autores que cubram temas que o livro não poderá deixar de tratar. Quando estaremos em condições de trabalhar assim em Portugal? É evidente que sempre precisaremos de congressos, ou reuniões, em moldes mais tradicionais, eventualmente mais especializados. Mas, para se impor publicamente e para evoluir problemáticamente, a Arqueologia precisa de entrar noutra tipo de debates, precisa de se fechar menos no seu casulo para, permeando mais a vida cultural, surgir em toda a parte como uma presença e uma necessidade.

Se próximo Congresso Peninsular fosse de algum modo mais nessa direcção, como nos pareceu ser sugerido pelo Prof. Rodrigo Balbín na sua alocução final, cremos que seria uma orientação com muitas virtualidades. Mas, noutra âmbito, a S. P. A. E. poderá também, em próximos mandatos, ter iniciativas, à sua escala, inspiradas naquela “filosofia”, distinguindo bem o que são os trabalhos que só interessam a especialistas, e que devem ter uma circulação rápida, eficaz, mas necessariamente restrita, dos grandes temas e das grandes questões de impacto cultural mais amplo, que são a própria vocação da Antropologia que dá o nome à Sociedade, e da qual, nesse sentido alargado, a Arqueologia é apenas uma faceta. Como o é de muitos outros domínios de um saber poroso, permutável, fluído, inquieto, vivo em suma.

Porto, Janeiro de 1994

Vítor Oliveira Jorge

Secretário-Geral do Congresso para Portugal

ISTURITZ: NUEVAS APORTACIONES A LA PREHISTORIA DEL CANTABRICO. LA SECUENCIA AURIÑACO-PERIGORDIENSE

por

X. Esparza San Juan* y J. A. Mujika Alustiza**

Resumen: Isturitz, yacimiento situado en el extremo occidental del Pirineo constituye, sin duda, uno de los eslabones fundamentales para el estudio de las conexiones existentes entre la vertiente norte de los Pirineos y la Cornisa Cantábrica a lo largo de los distintos periodos culturales presentes en su estratigrafía. En este artículo se recogen algunos de los resultados de las Tesis Doctorales de ambos autores, el primero de los cuales ha estudiado preferentemente sus series líticas y el segundo las óseas, lo que permite hacer determinadas precisiones sobre las características de su secuencia y su significación en el área más próxima.

Palabras-clave: Isturitz. Paleolítico Superior. Cornisa Cantábrica.

La célebre cueva de Isturitz, ubicada en el extremo occidental del Pirineo, entre los términos municipales de Isturitz y San Martín de Arberua, a modo de bisagra entre la zona pirenaica y la cantábrica, ha sido objeto de numerosos estudios. Tras los primeros hallazgos fortuitos de finales del siglo pasado se sucedieron las excavaciones arqueológicas desarrolladas por E. Passemard entre los años 1913 y 1922, seguidas por las de los condes de Saint-Périer desde 1928 a 1958. Por último, P. Boucher, G. Laplace y J. M. de Barandiarán intervinieron de forma puntual en la entrada sur de la cueva durante los años 1955-56, aunque apenas se tienen noticias sobre estos trabajos.

Los resultados de estas investigaciones fueron una larga serie de artículos sobre temas puntuales, además de las memorias de excavación correspondientes a dichas actuaciones (E. Passemard: 1922, 1924 y 1944; R. de Saint-Périer:

* C/ Virgen del Pilar 1, 28230. Las Rozas (Madrid).

** Area de Prehistoria. Univ. País Vasco. Vitoria-Gasteiz.

1930, 1936 y 1952). A todo ello habría que añadir la serie de estudios y reflexiones puntuales realizadas a lo largo de todos estos años sobre los excepcionales materiales aportados por esta cavidad: G. Laplace (1962), P. Smith (1966), I. Barandiarán (1967), H. Delporte (1974, 1980-81), L.G. Strauss (1976), P. Bahn (1984), etc. Los últimos trabajos efectuados del conjunto del material superopaleolítico son los dedicados a la industria lítica por X. Esparza (1990) e industria ósea por J. A. Mujika (1991).

DESCRIPCIÓN DEL YACIMIENTO

La cueva está orientada según un eje mayor NW-SE y formada por dos galerías de aspecto diferente, más o menos paralelas que superan los cien metros de longitud y que se comunican entre sí por una serie de divertículos perpendiculares a este eje. Estas dos salas recibieron por parte de sus excavadores nombres diferentes para facilitar su identificación; así tenemos la Sala Norte, Gran Sala o Sala de Isturitz para la que tiene su entrada en el municipio de Isturitz y Sala Sur o Sala de San Martín para la orientada hacia San Martín de Arberua. Por nuestra parte tomaremos como identificativos los nombres de los municipios: Sala de Isturitz y Sala de San Martín.

Las excavaciones arqueológicas se realizaron en las dos salas de la cueva y afectaron de muy diferente manera al yacimiento, que alcanzaba la increíble superficie de 2.700 m². La parte norte de la Sala de San Martín fue vaciada de su contenido entre 1895 y 1898 por una explotación de fosfatos, siendo ésta la que permitió conocer la importancia del yacimiento. Por otra parte, E. Passemard, viendo su magnitud se propuso excavar una parte limitada del mismo, pero en absoluto pequeña, unos 300 m² entre las dos Salas, mientras que los Saint-Périer decidieron desde el principio agotarlo. La voluntaria limitación de Passemard a una parte escogida del mismo, le permitió llevar un control estratigráfico más preciso, lo que se ve reflejado en la composición de sus series líticas y óseas.

ISTURITZ Y SUS LIMITACIONES

Antes de tratar sobre el yacimiento queremos hacer una serie de observaciones a fin de facilitar la comprensión de las dificultades y de los problemas que se plantean.

Un aspecto a reseñar es que se tratan de dos colecciones procedentes de excavaciones dirigidas por distintos investigadores, reflejándose en ellas los criterios particulares de cada uno sobre la metodología a aplicar al trabajar en

el yacimiento, algunas de cuyas diferencias constan en las memorias publicadas.

Junto a ello no debemos olvidar que los materiales proceden de dos amplias salas que fueron utilizadas por el hombre prehistórico de forma diferenciada y discontinua, lo que dificulta la caracterización de algunos de los momentos de habitación presentes en ellas. Ejemplo de ello pueden ser los leves vestigios gravetienses y solutrenses de la Sala San Martín. Por otra parte, la amplitud de la superficie habitada hace pensar en la existencia dentro de ella, además de importantes cambios sedimentológicos o cambios laterales de facies, de áreas de ocupación especializadas, que aunque puedan estar mencionados en las memorias no pueden ser identificadas en las colecciones.

A estas diferentes ocupaciones existentes en dispersión horizontal podemos añadir las que pudiera haber habido en sentido vertical, ya que la potencia y riqueza de algunos de los niveles nos lleva a plantearnos la existencia de subniveles que a veces no fueron identificados *in situ*. Estos, aunque tuvieron que existir, pocas veces son mencionados de forma expresa en las memorias, y aún en el caso de observarse no fueron señalados sobre las piezas recuperadas en ellas.

La secuencia cultural presentada por E. Passemard y los condes de Saint-Périer y la correspondencia entre los niveles reconocidos por ambos es la siguiente:

Sala de San Martín

	Saint-Périer	Passemard
Magdaleniense antiguo	SI	E
Auriñ. medio	SII	XY
Auriñ típico	SIII	A
Musteriense típico	SIV	M
Musteriense	SV	P

Sala de Isturitz

	Saint-Périer	Passemard
Magd. Final y Azil.	Ia	B
Magd. Superior	I	FI
Magd. Medio	II	E
Solutrense	IIIa	FII
Auriñ. Final	III	C
Auriñ. Superior	IV	FIII
Auriñ. medio evolucionado	V	A

Esta secuencia se complementa con algunas observaciones hechas por sus autores respecto a otras ocupaciones más breves en ambas salas, que no alcanzaban a constituir un nivel estratigráfico definido, o por el contrario, cuando éste estaba claro, el material obtenido, muy escaso o poco significativo, no permitía su consideración como una serie diferenciada del nivel principal superpuesto. Así tenemos, de arriba-abajo en la secuencia estratigráfica de ambas salas, una ocupación solutrense situada en la base del Magdaleniense medio y por encima del solutrense bien particularizado en la estratigrafía. Pero es en la Sala de San Martín donde estas pequeñas ocupaciones son más numerosas y conflictivas. Passemard señaló después de sus excavaciones la existencia de un nivel subdividible en dos partes (X-Y) y que habitualmente se le hace coincidir, a pesar de que su correspondencia no es clara, con el SII de los Saint-Périer. Por último, ambos autores señalan la existencia por debajo de la ocupación atribuida al Aurifiaciense típico de un paquete anterior a éste, dentro del ámbito superopaleolítico, pero que sólo está particularizado en la colección Saint-Périer.

Es tal la riqueza e implicaciones que presenta este yacimiento que apenas podremos dar en el marco de esta comunicación un esbozo de sus relaciones con la Cornisa Cantábrica en los inicios del Paleolítico Superior.

LOS INICIOS DEL PALEOLÍTICO SUPERIOR

La ocupación superopaleolítica inicial, anterior al Aurifiaciense Típico, aún siendo mencionada por ambos autores, es difícilmente determinable debido a la escasez de evidencias recuperadas, a que algunos de los objetos más significativos se encuentran fuera de contexto y a la falta de certeza de que se tratase propiamente de un nivel, a pesar de que Saint-Périer (1952, 224) le atribuye un espesor de 15-20 cm., y no únicamente de objetos aislados reconocidos como fósiles directores.

En Isturitz hay al menos una fase preaurifiaciense, reconocida por dos series, no claramente definible por tratarse éstas de conjuntos con escasas evidencias y falta de datos sobre su entidad. Estas son las procedentes de la colección de los Saint-Périer (base del nivel SIII) y la del sondeo efectuado en 1955 en el exterior de la cueva por Boucher, Laplace y Barandiarán. Las diferencias entre ambas son notables por la ausencia total de laminillas y la importancia de las piezas del sustrato (35%) que presenta la serie de los Saint-Périer y lo opuesto en la otra, en donde las laminillas Dufour suponen 1/3 de la exigua serie y las piezas del sustrato apenas superan el 5% (X. Esparza: 1990). Creemos que la metodología de excavación aplicada explicaría la ausencia de laminillas en la colección de Saint-Périer, aunque no serviría para explicar el contraste en

las piezas del sustrato. Por otra parte, la industria lítica de la serie de los Saint-Périer tiene gran semejanza con el nivel *cjn1* de Gatzarria (G. Laplace: 1966; A. Saénz de Buruaga: 1991).

El primero de los conjuntos fue clasificado inicialmente por los Saint-Périer como una facies pirenaica del Chatelperroniense a pesar de la falta de puntas típicas que ya señalaron sus excavadores (R.; S. Saint-Périer: 1952), si bien existe entre los materiales de la Colección Saint-Périer alguna punta de Chatelperron sin atribución de nivel. Años más tarde, en la revisión de la secuencia cultural de Isturitz S. de Saint-Périer no duda en clasificar esta serie como preauriñaciense (1965, 320). La segunda de estas colecciones fue atribuida por uno de sus excavadores al Protoauriñaciense (G. Laplace: 1962; 1966).

Es evidente la existencia de esta industria auriñaciense en Isturitz, pero por el momento no tenemos elementos de juicio para considerar la presencia de una ocupación Chatelperroniense, si bien no sería extraño que la hubiera dada la secuencia que ofrecen las cavidades próximas de Gatzarria, Brassempouy o de Labeko Koba, por citar las más cercanas, y más si tenemos en cuenta las características de las ocupaciones de Isturitz.

El Protoauriñaciense está pobremente representado en la Cornisa Cantábrica y en ocasiones su interpretación es problemática. Niveles Protoauriñacienses se han identificado por el momento en Lezetxiki (IIIa), Labeko Koba (VII), Morín (8a, 8b y 9) y El Pendo (VIIIa y VIIIb), éste con una posible interestratificación, no exenta de problemas estratigráficos entre el Protoauriñaciense y el Chatelperroniense (X. Esparza, 1993; A. Arrizabalaga, 1992; J. González Echegaray *et alii*, 1971, 1973, 1980; M. Hoyos y H. Laville, 1982).

Las características de todas estas series son muy heterogéneas. Lezetxiki se caracteriza sobre todo por una presencia muy elevada de piezas del sustrato (raederas 57%) junto a la ausencia de laminillas; Labeko Koba, en estudio, está dominada por las laminillas Dufour, que aparecen igual y en gran número en Morín, pero que están ausentes en El Pendo. En todos estos yacimientos los tipos auriñacienses están bien representados mientras que las piezas del sustrato presentan proporciones muy variables: muy numerosas en Lezetxiki, bastante abundantes en El Pendo (28% y 22%) y menos en Morín (de 7 a 12%) y Labeko Koba.

La industria ósea de estos momentos es muy escasa y está todavía por definir. En Isturitz se encontró según los Saint-Périer una azagaya “*cuya base estaba ciertamente hendida*”, un retocador-compresor y un fragmento distal de alisador (1952, 226). Por otra parte, Gatzarria en el nivel protoauriñaciense *Cjn2* presenta láminas de dorso marginal (láminas Dufour) junto a puntas óseas cilindro-cónicas y el *Cjn1* raspadores carenados y azagayas sublosángicas (A. Saénz de Buruaga: 1991).

En cuanto al Chatelperroniense las evidencias más próximas son las de Ekain y Labeko Koba. El nivel X de la cueva de Ekain (J. M^a Merino: 1984) proporcionó algunos útiles que daban al conjunto un aspecto Chatelperroniense, pudiendo datarse en un momento anterior al 30.600 BP, fecha aportada por el nivel que se le superpone. El recientemente excavado yacimiento de Labeko Koba, actualmente en estudio, presenta evidencias Chatelperronienses en el nivel IXd, habiéndose encontrado entre él y el Protoauriñaciense del nivel VII restos de mamut y rinoceronte lanudo (A. Arrizabalaga: 1992).

A éstos podemos añadir los geográficamente ya más alejados y clásicos nivel X de Morín y VIII de El Pendo, caracterizados por una presencia variable de puntas de Chatelperron, perduración de tipos musterienses, y un ligero predominio de los raspadores sobre los buriles y del Grupo Perigordense sobre el Auriñaciense (F. Bernaldo de Quirós: 1982).

EL AURIÑACIENSE

Ocupaciones auriñacienses se documentan en las dos salas del yacimiento, si bien la atribución cultural entre ellas es diferente. La Sala de S. Martín cuenta con dos niveles auriñacienses: el inferior, representado por las series A de Passemard y SIII de Saint-Périer, y el superior únicamente por la serie SII de Saint-Périer, y sin equivalente claro en la colección Passemard. La Sala de Isturitz tiene un sólo nivel de este período, representado por las series A de Passemard y V de Saint-Périer.

La fase correspondiente al Auriñaciense típico está bien definida en las series procedentes de los dos niveles de la Sala de S. Martín. Más problemática se presenta su existencia en la Sala de Isturitz, donde inicialmente no fue reconocida, atribuyéndose el nivel de esta sala a una fase avanzada del Auriñaciense Medio, documentándose sin embargo azagayas de base hendida en las colecciones del nivel superior.

El Auriñaciense típico tiene en Isturitz unas características similares a otros yacimientos de este período: raspadores muy abundantes ($IR > 50$), muy numerosos los realizados sobre lámina, sobre todo retocada, superando a los tipos auriñacienses en los que predominan las formas carenadas sobre las de hocico ($IRAr = 40$). Índice de buril muy bajo ($IB < 10$), con predominio de los diedros y muy pocos del tipo *busqué*. Porcentaje muy alto de láminas retocadas ($ILr = 17,9$), si bien las de tipo auriñaciense, simples o estranguladas, no cuentan con muchos efectivos (X. Esparza: 1990, 979).

El nivel SII de la colección Saint-Périer presenta idénticas características que el nivel inferior en su industria lítica, si bien entre su industria ósea no se

conserva ninguna azagaya de base hendida. Estas características ya fueron apuntadas por sus excavadores, quienes en un primer momento lo consideraron como una fase antigua del Auriniaciense Medio, muy próxima al típico, para inscribirlo más tarde en un Auriniaciense típico evolucionado (R.; S. de Saint-Périer: 1965, 320).

Por otra parte, se observa en el nivel más típico (A y SIII) un importante desarrollo de la industria ósea, apenas representada anteriormente, que se caracteriza por la importante presencia de retocadores-compresores (30%), elevada proporción de puntas de base hendida (10%), esquirlas aguzadas (5%), etc. Cabe añadir la existencia de bruñidores fabricados en bases de asta de desmogue, con paralelos en el Pirineo y en la Dordoña, pero no hallados (o no reconocidos) por ahora en los yacimientos cantábricos (J. A. Mujika: 1991).

En la Cornisa Cantábrica el Auriniaciense típico está bien representado en Castillo, Morfn, El Pendo y Venta Laperra, aunque hay referencias a fósiles guías en Santimamiñe, Arnero, Salitre y Camargo. Por otra parte, es posible su presencia en yacimientos en curso de excavación (La Viña) o en estudio (Labeko Koba). La calidad de los datos aportados por estos asentamientos es muy dispar por diversas razones: escasez de material arqueológico o pérdida de éste, por tratarse de evidencias poco características, ser excavaciones antiguas o muy limitadas espacialmente, etc.

Las características de la industria lítica del Cantábrico son el neto predominio de los raspadores sobre los buriles, si bien ninguna serie tiene un $IR > 40$. Entre los raspadores predominan los carenados sobre los de hocico y entre los buriles los diedros sobre los de truncadura. Es de resaltar la importancia que adquieren las láminas retocadas por tratarse, quizás, de una adaptación regional y el índice índice relativamente bajo de láminas auriniacienses. Por otra parte, la industria ósea se caracteriza por las típicas puntas de base hendida, aunque hay otras de bases masivas (F. Bernaldo de Quirós: 1982, 273).

Otro aspecto a destacar es la presencia en el nivel VII del Pendo (I. Barandiarán: 1981) de colgantes de marfil y de piedra (uno imitando a caninos atrofiados de ciervo, otro de forma de "gota" con muescas en un lateral) con paralelos en el nivel SIII de Isturitz, Gatzarria, Abeilles, La Tuto de Camalhot, Pair-non-Pair, Abri Castanet, etc. (A. Saénz de Buruaga: 1989).

El Auriniaciense típico de Isturitz se caracteriza por compartir aspectos propios de los yacimientos cantábricos y otros propios de los yacimientos clásicos de la Dordoña. Junto a unos índices de raspadores y buriles próximos a los franceses, la dinámica interna de estos grupos se acerca a la de los yacimientos cantábricos: dominio de los raspadores sobre lámina y de los carenados sobre los raspadores en hocico; pocos buriles *busqué* y gran desarrollo de las láminas retocadas con pocos efectivos de tipo auriniaciense. Por otra parte, la abundante

industria ósea de Isturitz, sin embargo escasa en la Cornisa Cantábrica, presenta similitudes a nivel de azagayas de base hendida, si bien en Isturitz no hemos observado la presencia de secciones circulares como ocurre en El Castillo o Santimamiñe, aspecto éste que no debemos sobrevalorar. En la Cornisa Cantábrica faltan los bruñidores, útil característico de esta fase, aunque tampoco es de extrañar dadas las pocas evidencias óseas existentes y la rareza de este tipo, del que apenas se conocen poco más de una docena de ejemplares. La escasez de evidencias cantábricas y la homogeneidad de las recuperadas impide cualquier intento de profundizar en los paralelos que pudieran existir.

Por otra parte, al nivel Auriñaciense de la Sala de Isturitz se le viene considerando como una facies evolucionada de este período, atribución que bajo nuestro punto de vista necesitaría una discusión más amplia que dejamos para otra ocasión. Para E. Passemard este nivel se correspondía con el Auriñaciense típico de la Sala de San Martín y por eso lo denominó de la misma manera (A), si bien señala la ausencia de las características puntas de base hendida. Los Saint-Périer por su parte creyeron que se trataba de un nivel diferente, perteneciente a una fase posterior al Típico, aunque muy relacionada con el Auriñaciense típico evolucionado de la Sala San Martín (SII), haciendo también hincapié en la carencia de azagayas típicas.

Las dos series procedentes de este nivel no son muy homogéneas y presentan algunos matices, aunque en general se caracterizan por un elevado índice de raspador ($IR > 40$), con predominio de los realizados sobre lámina simple, presentando los de tipo auriñaciense un índice relativamente bajo. Los buriles experimentan un notable desarrollo ($IB > 13$), estando dominados por los diedros; los de tipo *busqué* apenas adquieren relevancia. La presencia de láminas retocadas sigue siendo muy importante ($ILr = 24$) y aunque las auriñacienses están presentes, su índice respecto a los niveles más típicos se reduce a la mitad.

La industria ósea como ya hemos dicho se caracteriza por la ausencia de puntas de base hendida. La colección Passemard no contiene ninguna pieza atribuida a esta ocupación, siendo también pobre y no significativa la de los Saint-Périer. En ésta se contabilizan poco más de medio centenar de evidencias, entre ellas algunos restos industriales, una punta fina doble, fragmentos de puntas, esquiras aguzadas y, sobre todo, alisadores y piezas intermediarias.

Entre los niveles cantábricos atribuidos al Auriñaciense evolucionado se citan, principalmente, los de El Pendo, Morín, Otero, Conde, Cierro y Hornos de la Peña. Estos presentan una gran heterogeneidad en sus series líticas, en las que los índices tipológicos, muy irregulares, fluctúan mucho de un yacimiento a otro, aún conservando una ineludible filiación auriñaciense. Junto a ello, destaca la pobreza de su industria ósea en la que aparecen azagayas losángicas, fusiformes y aplanadas junto a otras de base recortada o de bisel simple (F.

Bernaldo de Quirós: 1982).

Dada la fluctuación que presentan las series del Cantábrico, las de Isturitz podrían encuadrarse dentro de esta fase, aunque también es cierto que podrían serlo en el Auriñaciense típico.

EL PERIGORDIENSE SUPERIOR DE BURILES DE NOAILLES

El siguiente período cultural presente en Isturitz es el Perigordienne Superior de buriles de Noailles, de excepcionales características por la cantidad y calidad del utillaje que contiene. Este se halla representado principalmente en la Sala de Isturitz por dos niveles: el inferior, que comprende las series FIII de Passemard y IV de la colección Saint-Périer, y el superior, con las series C y III respectivamente.

Los dos niveles de la Sala de Isturitz presentan unas industrias muy parecidas con los fósiles directores habituales, si bien pueden establecerse algunas diferencias entre ellos. En cuanto a su industria lítica, los dos niveles van a presentar un desarrollo de los buriles muy por encima del de los raspadores, que mantienen sin embargo un índice tipológico bastante alto y entre los que predominan los realizados sobre lámina simple. Los raspadores auriñacienses, lejos de desaparecer, mantendrán una presencia discreta ($IRAr = 10.4$ y 9.1). Los buriles van a suponer en los dos niveles casi la mitad de las series, siendo muy numerosos los Noailles en el nivel inferior (18%) y algo menos en el superior (9%), siendo los diedros los que tienen índices más altos. Las piezas del Grupo Perigordienne, aunque variadas y bastante bien representadas, no pueden considerarse nunca como muy abundantes, ofreciendo unos índices discretos ($GP = 5.0$ y 5.3) que se ven igualados por el de las piezas del Grupo Auriñaciense ($GA = 5.3$ y 4.1). Las láminas retocadas siguen siendo importantes y aunque su incidencia es mucho menor que en los niveles auriñacienses, alcanzan unos índices tipológicos que superan con facilidad al de las piezas de dorso ($ILr = 6.6$ y 8.4) (X. Esparza, 1990).

La industria ósea del nivel inferior (FIII y IV) cuenta con millar y medio de evidencias óseas industriales, siendo ambas series muy similares. El grupo mejor representado es el de las puntas, que a pesar de su abundancia, muestran poca variedad de tipos, siendo sus secciones preferentemente aplanadas o biconvexas. Entre éstas son las puntas de Isturitz, en sus diversas variantes, el conjunto más amplio, seguido del de las puntas finas dobles, estando los restantes tipos pobremente representados. Otros tipos de piezas presentes en cierta cantidad son los cinceles, esquirlas aguzadas y alisadores. Los restantes grupos tipológicos (retocadores-compresores, flautas, etc.) cuentan con escasas eviden-

cias (J. A. Mujika, 1991).

Este nivel inferior puede ser puesto en estrecha relación con el asentamiento superior (C y III) debido a la homogeneidad que presenta la industria lítica, a pesar de que distintos investigadores han querido ver en éste una fase más evolucionada del Perigordense Superior de buriles de Noailles. Si bien ésto es cierto en la medida que se superpone al descrito anteriormente, no creemos que ésto sea tan evidente que pudiera hacerse una reconstrucción de su esquema en base a la industria ósea tal como describe Passemard. Estos niveles, tomando en consideración los fósiles guías, pueden considerarse como correspondientes a la misma facies. Sin embargo, otra serie de aspectos nos llevan a considerarlos como diferentes, sobre todo al dar la impresión de tratarse la serie C de una ocupación o área especializada por la elevada proporción de restos industriales y de las piezas intermediarias (cinceles o cuñas) (>45%). Por otra parte, el nivel III tiene un utillaje óseo característico de diferentes momentos culturales (Perigordense Superior, Solutrense y Magdaleniense), lo que indica una mezcla de materiales, que no tiene su reflejo en las estadísticas de la industria lítica, por la elevada proporción del lote perigordense que los enmascararía.

Junto a las mencionadas piezas son destacables algunos elementos, a pesar de ser puntuales, por su similitud con otros de la Cornisa Cantábrica. Tienen especial interés las azagayas de hueso, de tosco bisel recuperadas en la base de la ocupación solutrense, así como en otra serie de yacimientos del Cantábrico y de la Dordofia, dando la impresión de que su cronología pudiera fluctuar en Isturitz entre el Perigordense Superior en su fase terminal y el Solutrense. En las excavaciones de E. Peyrony en Laugerie-Haute Est se recogió un ejemplar junto a azagayas de aplanamiento central en el Aurifiaciense V, y otra en los trabajos de F. Bordes (1958) en la capa situada entre el Protomagdaleniense y el Solutrense inferior. Sin embargo, es durante el Solutrense cuando su número aumenta, sobre todo en Isturitz, aunque hay que subrayar la presencia de otras de hueso más esbeltas y mejor acabadas (Harpons, Aitzbitarte IV, Isturitz, etc.). En la Cornisa Cantábrica existen piezas similares a las primeras en niveles de cronología discutible, así en el III y IV de El Pendo (I. Barandiarán: 1980) y en el nivel G (y, otra quizás en el F) de Cueto de la Mina, aquí junto a una punta de base reservada (acaso, una punta isturiciense evolucionada) que tendría paralelos en el nivel VII del sector occidental del abrigo de La Viña, de filiación gravetiense (J. Fortea: 1991).

Este momento es de gran vitalidad, siendo difícil sustraerse a la idea de que Isturitz jugó un importante papel regional y, probablemente, interregional. Pudo tratarse de un lugar de reunión periódico o bien ser un asentamiento intenso y duradero, en definitiva un lugar densamente poblado al menos durante un período de tiempo bastante amplio.

En la Cornisa Cantábrica, el Perigordienne con buriles de Noailles está especialmente bien representado en su parte oriental, donde niveles con fósiles directores están presentes en Aitzbitarte III, Amalda, Usategui, Lezetxiki, Atxurra, y Bolinkoba y en el Solutrense de Ermitia. Un hecho a destacar en la dispersión geográfica de estos yacimientos es el empobrecimiento en el número de ocupaciones de esta cronología que se observa a medida que avanzamos al oeste de la Cornisa, si bien creemos que ello se debe principalmente al azar en la prospección y/o excavación de los yacimientos. El Castillo, Morín y El Pendo, eran hasta hace poco los únicos yacimientos evidentes de esta cronología. El abrigo de La Viña, en la zona más occidental y en curso de excavación, viene a sumarse a ellos.

Las características del Perigordienne cantábrico consisten básicamente en una presencia muy discreta de los fósiles directores y de las piezas del Grupo Perigordienne junto a la permanencia de elementos aurriñacienses, que hacen que sus índices sean muy semejantes. Los raspadores destacan sobre los buriles, siendo significativos los de tipo aurriñaciense. Entre los buriles, los diedros superan siempre a los de truncatura (F. Bernaldo de Quirós, 1982). Un factor a subrayar en las series cantábricas más occidentales es la presencia de puntas típicas de Font-Robert en Pendo y en Morín. La industria ósea es bastante escasa y poco discriminante. Las puntas isturicienses han aparecido sólo en los yacimientos vascos (Usategui, Bolinkoba, Aitzbitarte III), en donde sin embargo faltan las puntas de Font-Robert.

Los resultados de los últimos años vienen a matizar estas características. Las excavaciones de Amalda y Aitzbitarte (en curso de excavación) han aportado un importante lote de buriles de Noailles, y este último además una punta isturiciense. Además han proporcionado la serie de dataciones (BP) más completa para el Perigordienne Superior de buriles de Noailles de la Cornisa Cantábrica. El nivel VI de Amalda está datado en 27.400 ± 1.100 (I-11664) y 27.400 ± 1.000 (I-11665) y Aitzbitarte III en su nivel V en 24.910 ± 770 (I-15208) y 23.230 ± 330 (Ua-2243) y en el VI en 25.380 ± 430 (Ua-2244), 24.920 ± 410 (Ua-2245), 24.635 ± 475 (Ua-2627), 24.545 ± 415 (Ua-2626), 23.830 ± 345 (Ua-2628) y 21.130 ± 290 BP (Ua-1917) (J. Altuna, *et alii*: 1984; J. Altuna: 1992).

El abrigo de La Viña (en curso de excavación), según los datos provisionales y parciales de que disponemos, documenta una serie de ocupaciones gravetienses con las piezas típicas de este período: gravettes, microgravettes, buriles de Noailles, puntas de Vachons y otras pedunculadas próximas a las Font-Robert (J. Fortea Pérez: 1991).

En resumen, las series del Perigordienne Superior de Isturitz se caracterizan por compartir tanto aspectos propios de los yacimientos cantábricos como otros de los yacimientos de la Dordoña, si bien casi podríamos decir que se acercan

más a las de la zona peninsular: el elevado número de raspadores, con una presencia no despreciable de los aurifiacenses y la importancia adquirida por los buriles diedros, son características típicas del Perigordense superior cantábrico que apenas son contrarrestadas por el importante número de buriles de Noailles y la variedad de piezas de dorso que de cualquier manera tampoco alcanzan los índices que presentan en la zona de la Dordoña.

El instrumental óseo se caracteriza por la presencia de las mencionadas puntas de Isturitz, que con el tiempo parecen evolucionar a piezas más esbeltas y con menos incisiones transversales (hay ejemplares de morfología idéntica, pero sin incisiones) y a secciones circulares. Entre el resto del utillaje podemos destacar las costillas y alisadores con marcas de caza, flautas, etc. Es quizás en su fase final cuando comienzan a fabricarse unas toscas azagayas monobiseladas de hueso y otras que en alguna ocasión hemos denominado de base reservada (azagayas de base cónica, estriada transversalmente, de sección circular, y probable evolución de las isturicienses) que serán relativamente frecuentes en el Solutrense.

CONCLUSIONES

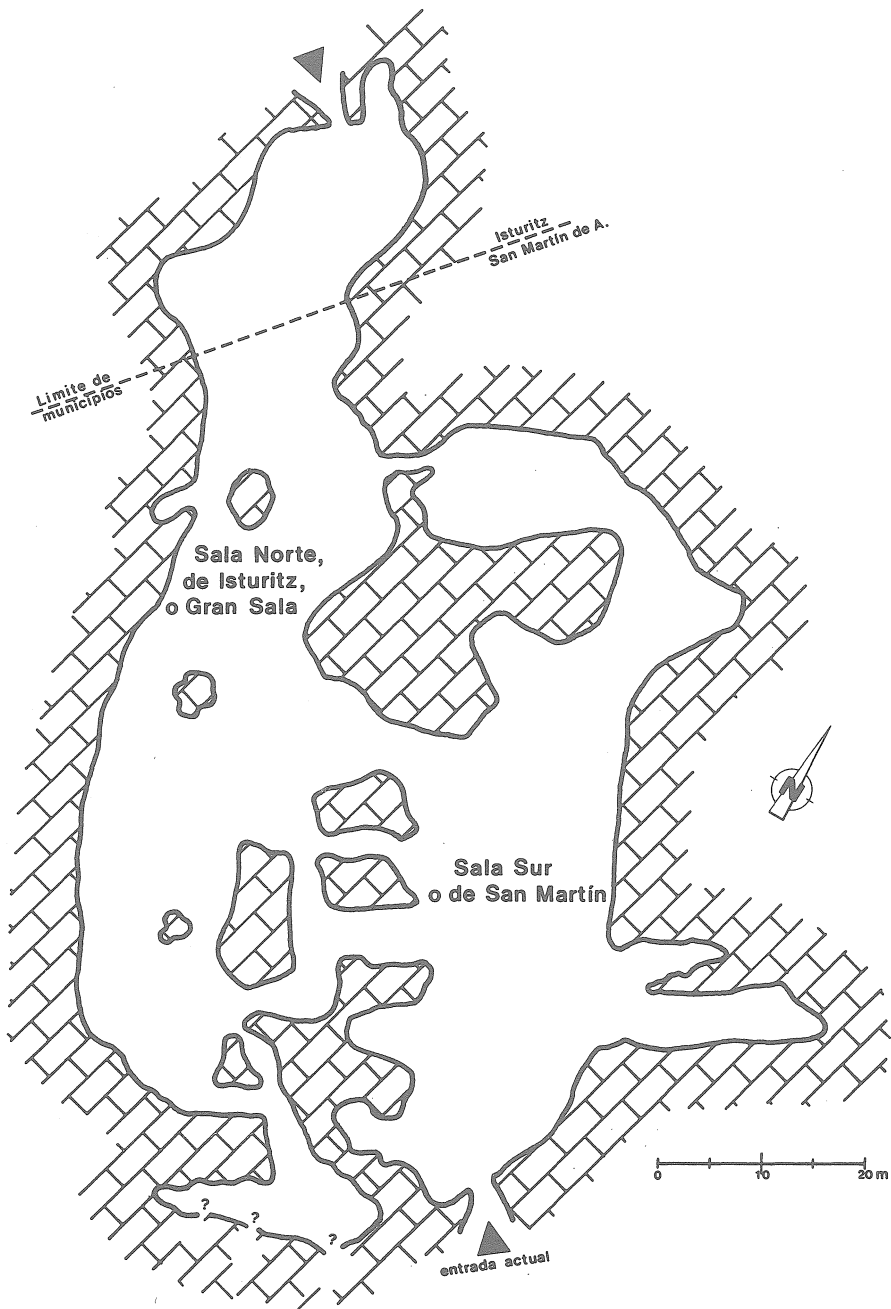
En definitiva, tras el análisis de las series aurifiaco-perigordenses de Isturitz, podemos señalar que éstas no se encuentran, como tan frecuentemente se ha venido considerando, tan alejadas de las series cantábricas, salvo en lo que hace referencia a aspectos cuantitativos. Salvado este punto hay importantes similitudes en cuanto a las características generales de las industrias líticas y de las óseas a nivel de objetos característicos, que se harán cada vez más evidentes en la medida que avance la investigación sobre estas fases.

BIBLIOGRAFIA

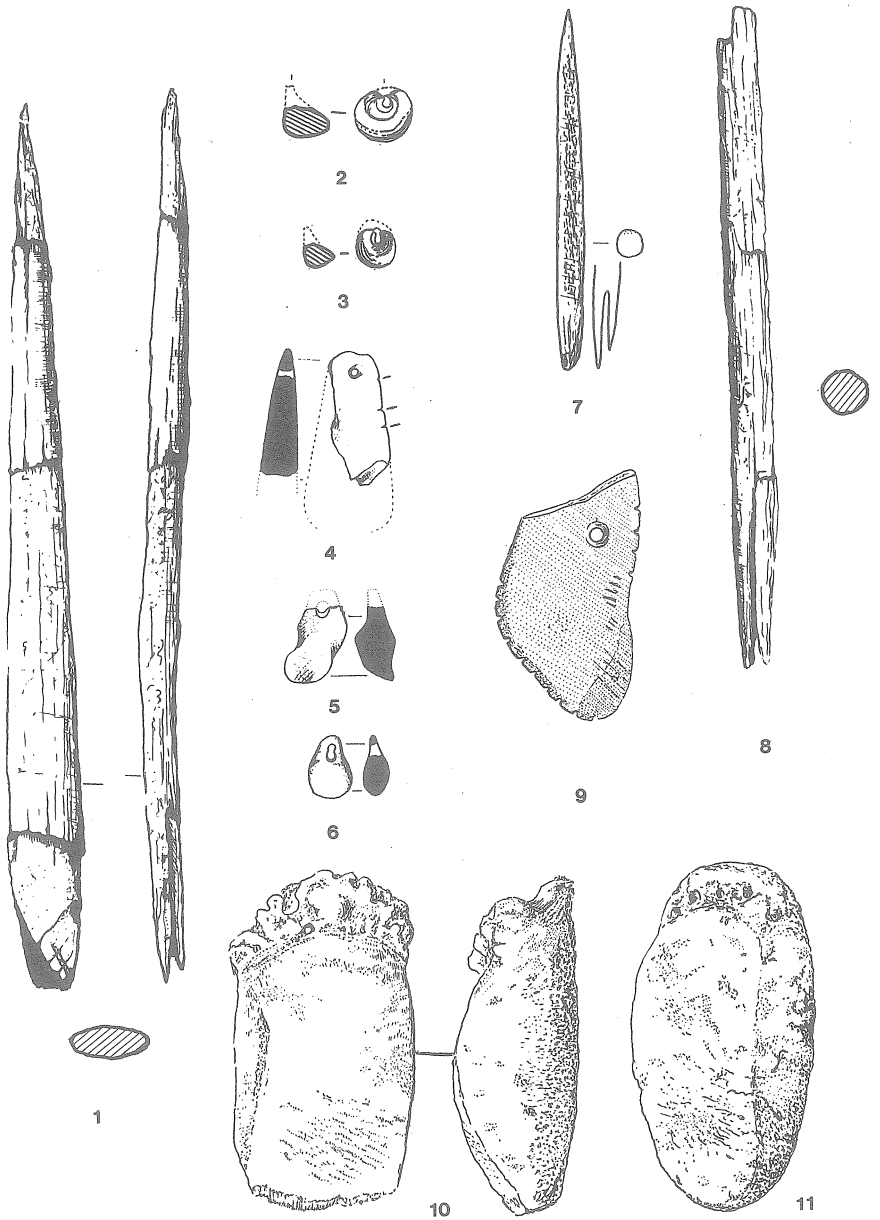
- ALTUNA, J. (1992) Dataciones de radiocarbono para el Perigordense Superior del País Vasco. *Munibe* 43, 31-32. San Sebastián.
- ALTUNA, J.; BALDEON, A.; MARIEZKURRENA, K. (1990) *La cueva de Amalda (Zestoa, País Vasco). Ocupaciones paleolíticas y postpaleolíticas*. Eusko Ikaskuntza. San Sebastián.
- ALTUNA, J.; MERINO, J. M^a (1984) *El yacimiento prehistórico de la cueva de Ekain*. 351 p. Eusko Ikaskuntza. San Sebastián.
- ARRIZABALAGA, A. (1992) Labeko Koba (Arrasate, País Vasco): Nuevos datos sobre el Paleolítico Superior inicial. *The Late Quaternary in the Western Pyrenean Region*, 285-291. Vitoria/Gasteiz.
- BAHN, P.G. (1984) *Pyrenean Prehistory. A palaeoeconomic survey of the french sites*. Ed. Aris y Phillips. 511 pg. Wiltshire.

- BARANDIARÁN, I. (1967) *El Paleomesolítico del Pirineo Occidental. Bases para una sistematización tipológica del instrumental óseo paleolítico*. Monografías Arqueológicas 3, 443 p.; 34 lám. Zaragoza.
- (1980) Industria ósea. In: *El Yacimiento de la cueva de "El Pendo"* J. GONZALEZ ECHEGARAY, Bibl. Praeh. Hispana 17, 149-192. Madrid.
- (1980) Aurriñacense y Perigordienne en el País Vasco. Estado actual. *Munibe* 32, 325-333. San Sebastián.
- (1988) *Prehistoria: Paleolítico*. 624 p. Encicl. General Ilustrada del País Vasco. Auñamendi. San Sebastián.
- BERNALDO DE QUIROS, F. (1982) *Los inicios del Paleolítico Superior cantábrico*. C.I.M.A. Monografía 8. 347 pág. Minist. de Cultura. Madrid.
- BORDES, F. (1958) Nouvelles fouilles à Laugerie-Haute Est. Premiers résultats. *L'Anthropologie* 62, 205-244. Paris.
- BUISSON, D.; DELPORTE, H. (1990) Existence du Castelperronien à Brassempouy (Landes). In: *Paléolithique Moyen récent et Paléolithique Supérieur ancien en Europe*. Mém. du Musée de Préh. d'Île de France 3, 189-194. Actes du Coll. Intern. de Nemours 1988.
- CABRERA, V. (1984) *El yacimiento de la cueva de El Castillo (Puente Viesgo, Santander)*. Bibl. Praehist. Hispana XXII, 485 p. Madrid.
- CLOTTE, J. (1976) Les civilisations du Paléolithique Supérieur dans les Pyrénées. In: *La Préhistoire Française* 1-2, 1214-1231. Paris.
- CORCHON, M.S. (1986) *El Arte Paleolítico Cantábrico: contexto y análisis interno*. Monografía 16, 482 p. Museo de Altamira. Santander.
- DELPORTE, H. (1974) Le Moustérien d'Isturitz d'après la Collection Passemard (Musée des Antiquités Nationales). *Zephyrus* XXV, 17-42. Salamanca.
- (1976) L'organisation du Périgordien Supérieur en France et ses rapports avec le Périgordien d'Europe Occidentale. 7-51. *IX Congrès du UISPP*. Niza.
- (1980-81) La collection Saint-Périer et le Paléolithique d'Isturitz: une acquisition prestigieuse. *Antiquités Nationales* 12-13, 20-25. Saint-Germain-en-Laye.
- ESPARZA, X. (1990) *El Paleolítico Superior de la cueva de Isturitz en la Baja Navarra (Francia)*. 3 vol. Tesis Doctoral. U.N.E.D. Madrid.
- (1993) Introducción al Paleolítico superior de la cueva de Lezetxiki (Mondragón, Guipúzcoa). *Espacio, Tiempo y Forma* 6. U.N.E.D., Madrid (en prensa).
- FORTEA, J. (1991) Abrigo de La Viña. Informe de las campañas 1987-1990 In: *Excavaciones en Asturias 1987-90*, 19-28. Oviedo.
- GONZALEZ ECHEGARAY, J.; et alii (1980) *El yacimiento de la Cueva de El Pendo (Excav. 1953-57)*. Bibl. Praeh. Hispana 17. Madrid.
- HOYOS, M.; LAVILLE, H. (1982) Nuevas aportaciones sobre la estratigrafía y sedimentología de los depósitos del Paleolítico Superior de la Cueva de El Pendo (Santander): sus implicaciones. *Zephyrus* 34-35, 286-293. Salamanca.
- LAPLACE, G. (1962) *Recherches sur l'origine et l'évolution des complexes leptolithiques*. Ec. Franç. de Rome. Paris.
- (1966) Les niveaux Castelperroniens, Protoaurignaciens et Aurignaciens de la grotte Gatzarria à Suhare en Pays Basque (Fouilles 1961-1963). *Quartar* 17, 117-140. Erlangen.
- MERINO, J. M^a (1984) Industria lítica del yacimiento de Ekain In: *El yacimiento prehistórico de la cueva de Ekain (Deba, Guipúzcoa)*, 65-175. Eusko Ikaskuntza. San Sebastián.
- MUJICA, J. A. (1983) Industria de hueso en la Prehistoria de Guipúzcoa. *Munibe* 45,

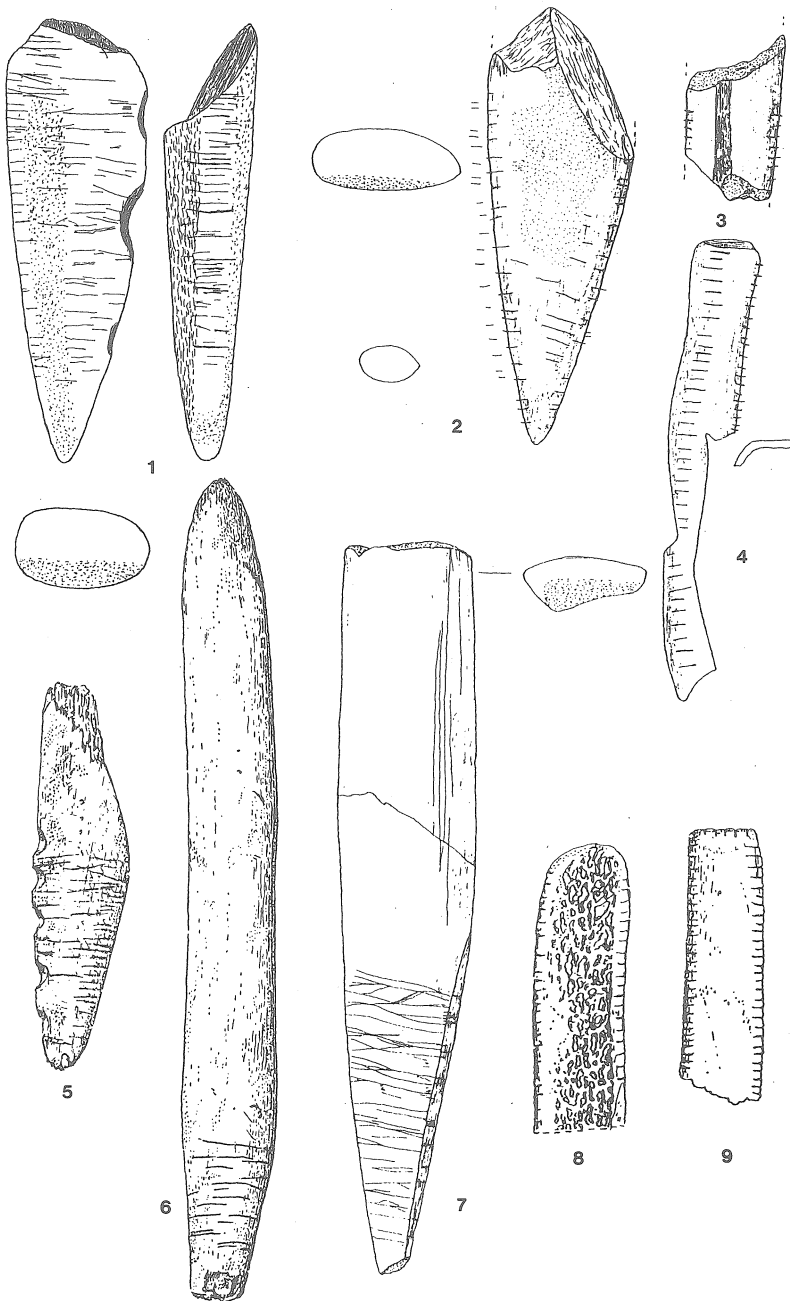
- 451-631, San Sebastián.
- (1991) *La industria ósea del Paleolítico Superior y Epipaleolítico del Pirineo Occidental*. 3 vol. Tesis Doctoral (Inédita). Bilbao.
- PASSEMARD, E. (1922) La caverne d'Isturitz (Basses-Pyrénées). *Rev. Arch.* XV, 1-45. Paris.
- (1944) *La caverne d'Isturitz en Pays Basque*. Prehistoire IX, 95 pág. Paris.
- SÁENZ DE BURUAGA, A. (1989) Colgantes y otras manifestaciones artísticas en los niveles de Paleolítico Superior inicial de la cueva de Gatzarria (Zuberoa, País Vasco). *Veleia* 6, Vitoria-Gasteiz.
- (1991) *El Paleolítico Superior de la Cueva de Gatzarria (Zuberoa, País Vasco)*. 426 pág. Anejos Veleia 6. UPV/EHU. Vitoria-Gasteiz.
- SAINT-PÉRIER, R. et S. (1952) *La Grotte d'Isturitz. III. Les Solutréens, les Aurignaciens et les Mousteriens*. Arch. de l'I.P.H. 25, 265 p. Paris.
- SAINT-PÉRIER, S. (1965) Réflexions sur le Paléolithique supérieur d'Isturitz. *Miscelánea en homenaje al Abate H. Breuil* 2. Inst. de Prehist. y Arqueología. Barcelona.
- SMITH, P.E.L. (1966) *Le Solutréen en France*. Institut de Préhistoire de l'Univ. de Bordeaux. Mém.5. 449 pág. Bordeaux.
- SONNEVILLE-BORDES, D. de (1960) *Le Paléolithique Supérieur en Périgord*. Bordeaux.
- (1966) L'évolution du Paléolithique supérieur en Europe Occidentale et sa signification. *B.S.P.F.* 63, 3-34. Paris.
- STRAUSS, L. G. (1976) Le Solutréen d'Isturitz et du Pays Basque: outillage lithique. *Congrès Préhistorique de France, XX session*. Provence, 1974. 595-604.



Lám. I. — Planta de la Cueva de Isturitz.

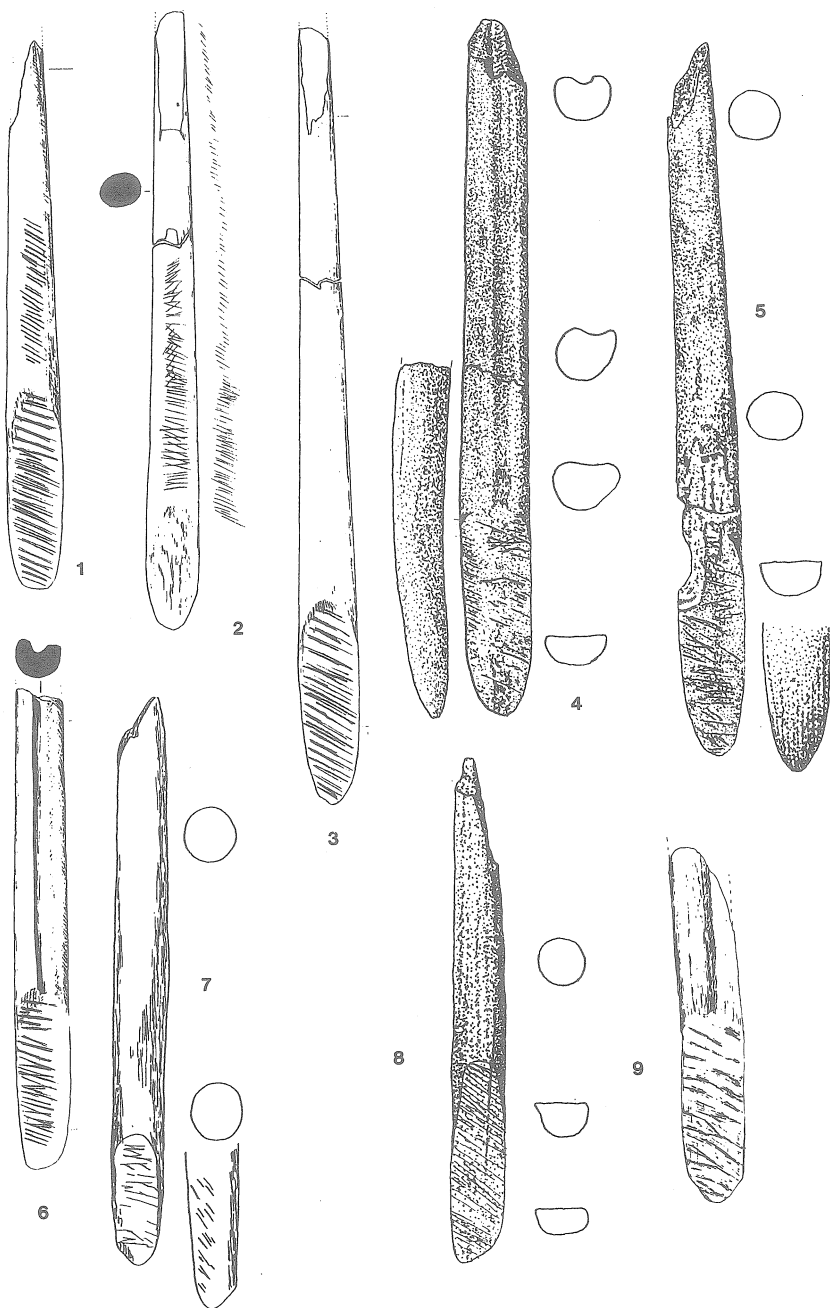


Lám. II. — Objetos aurñacienses. Azagayas de base hendida de Santimamiñe (7) y El Castillo (1, 8; según V. Cabrera). Imitaciones de caninos atrofiados de Gatzarria (2, 3; según A. Sáenz de Buruaga) y El Pendo (5, 6; según I. Barandiarán). Colgantes con trazos transversales de El Pendo (4; según I. Barandiarán) e Isturitz (9; según Saint-Périer). Bruñidores de Isturitz (10 y 11; según Saint-Périer).



Lám. III. — Industria ósea del Perigordense Superior de buriles de Noailles. Puntas isturicenses de Usategui (1) Bolinkoba (2), Isturitz (5, 6, 7; según R. y S. Saint-Périer). Costillas con marcas de caza de Bolinkoba (3, 4) e Isturitz (8, 9; según Saint-Périer).

Est. IV



Lám. IV. — Azagayas monobiseladas de hueso procedentes de El Pendo (1, 2, 3, 6, 7; según I. Barandiarán), Isturitz (4, 5, 8) y Cueto de La Mina (9; según F. Bernaldo de Quirós).

EL PALEOLÍTICO SUPERIOR DE CATALUNYA: EL GRAVETIENSE DE LA BALMA DE LA GRIERA (CALAFELL, BAIX Penedès, TARRAGONA)

por

Josep M^a Fullola i Pericot*, Raül Bartrolí i Isanta*,
Artur Cebrià i Escuer*, M^a Mercè Bergadà i Zapata*,
David Farell i Garrigós* y Jordi Nadal i Lorenzo*

Resumen: El Gravetiense del NE de la Península Ibérica no es tan rico en yacimientos como las zonas mediterráneas más meridionales, por ejemplo el País Valenciano. La novedad más importante de estos últimos tiempos es el hallazgo de un nivel gravetiense, datado en 21.255 BP, en La Balma de la Griera. Dicho abrigo se sitúa a 55 Km. al SW de Barcelona y a 3 Km. de la actual línea de mar; se abre en un desfiladero que comunica la depresión pre-litoral con la costa. Desde 1990 se está interviniendo en un nivel de Paleolítico Superior afectado en parte por remociones agrícolas. En la zona intacta han aparecido, junto a industria lítica y a fauna, dominada por équidos, dos fragmentos de huesos decorados con incisiones, que suponen un gran novedad en el Paleolítico Superior catalán.

Palabras-clave: Gravetiense. Cataluña. Balma de la Griera.

1. INTRODUCCIÓN

El propósito de este trabajo es dar a conocer y contextualizar un nuevo yacimiento del Paleolítico Superior en la zona del NE peninsular, la Balma de la Griera, situada en el término municipal de Calafell, comarca del Baix Penedès, en el extremo norte litoral de la provincia de Tarragona (Fig. 1).

Estos últimos años han ido viendo un gran desarrollo de los trabajos sobre el Paleolítico catalán, producto de la aparición de diversos equipos de investigación que, desde las universidades catalanas y otros centros del país, han llevado a cabo programas interdisciplinares que están situando el nivel de la investigación paleolítica en Cataluña en un plano cada día más equiparable con otras zonas europeas. Algunas obras de síntesis como las de CANAL y

* S.E.R.P. (Seminari d'Estudis i Recerques Prehistòriques), Dept.de Prehistòria, Història Antiga i Arqueologia, Universitat de Barcelona, c./Baldri Reixac s/n, 08028, Barcelona.

CARBONELL (1989) y de FULLOLA (1992) pueden dar idea cabal de lo que acabamos de exponer.

Uno de los programas de investigación citados lo desarrollamos desde el S.E.R.P. (Seminari d'Estudis i Recerques Prehistòriques), dependiente de la cátedra de Prehistoria de la Universidad de Barcelona, gracias a ayudas como la procedente de la D.G.I.C.Y T. (PB90-0822, "Las fases de transición Pleistoceno Superior - Holoceno: evolución cultural y cambios paleoambientales en el NE español") o la que viene del Servei d'Arqueologia de la Generalitat de Catalunya en forma de permisos y dinero. Dentro de los varios yacimientos incluidos en dicho proyecto (Parco, Filador, Guineu, Griera, Gai, etc.), uno de ellos va a ser tratado, por vez primera, de forma monográfica y a nivel internacional, en este artículo, la Balma de la Griera.

Como reza el título, la adscripción cultural de los niveles paleolíticos de dicho yacimiento se hace al Gravetiense a partir de una fecha de 21.255 ± 350 BP (AA-8649), obtenida sobre un hueso quemado, procedente del cuadro H6 (nº 134), excavación de 1990. Quisiéramos ahora resaltar la importancia de esta ubicación cronológica en el NE peninsular, zona en la que las referencias a esta fase no son abundantes. Sin embargo, como veremos más adelante, la industria lítica plantea problemas de adscripción tecno-cultural.

En referencia al Gravetiense y por orden de descubrimiento hay que citar los trabajos realizados en los años cuarenta por el Dr.J.M.Corominas, de Banyoles, en el yacimiento del Reclau Viver (Serinyà, Pla de l'Estany, Girona), donde individualizó unos niveles gravetienses (COROMINAS 1949), revisados más adelante por N.SOLER (1986) de forma global, y por J.M.RUEDA (1987) en lo tocante a la industria ósea. Hay que esperar ya a los años 70 y 80 para obtener tres evidencias más de industrias gravetienses, las procedentes del Roc de la Melca (Sant Aniol de Finestres, La Garrotxa, Girona) (CANAL y CARBONELL 1989: 286-288), de Castell sa Sala (Vilanova de Sau, Osona, Barcelona) (VILA 1987) y de l'Arbreda (Serinyà, Pla de l'Estany, Girona). En las dos primeras los materiales tenían su origen en excavaciones no sistemáticas, mientras que en l'Arbreda procedían de una potente estratigrafía, desde el Musteriense hasta el final del Solutrense, sin interrupción (véanse, por ejemplo, SOLER y MAROTO 1987a y 1987b). La importancia de dos de estos yacimientos radica en que nos han proporcionado fechas absolutas, 20.900 ± 400 BP para Roc de la Melca y 20.130 ± 220 BP para l'Arbreda. Las industrias, sin embargo, no ofrecen una claridad tipológica que permita una definición clara; en los casos del Roc de la Melca y del Castell sa Sala tenemos un predominio de denticulados y raederas, junto a un bajísimo porcentaje de retoque abrupto; en l'Arbreda tampoco mejoran mucho las cosas, pero sin embargo sí que se documentan algunas Gravettes de pequeño

tamaño. Tanto en el Reclau Viver como en l'Arbreda tenemos industria ósea, con abundantes azagayas y punzones; en Castell sa Sala hay constancia también de algunos punzones.

Nuestro programa de investigación incluyó desde 1989 la excavación de la Balma de la Griera bajo la dirección de A.Cebrià y R.Bartrolí; de dicha labor y de los materiales aparecidos en el nivel III, atribuido al gravetiense, trataremos a continuación para integrarlos en el escueto panorama de NE peninsular que acabamos de trazar.

2. CONTEXTO GEOMORFOLÓGICO

La Balma de la Griera está situada en el margen derecho de un cañón excavado por el arroyo de la Cobertera, en las calizas del Cenozoico de las estribaciones meridionales de la Cordillera Litoral Catalana. La morfología del cañón está muy alterada debido a su explotación como cantera.

Es un abrigo originado por procesos de disolución kárstica, de unos 6 m de ancho por 8 m de longitud, que se halla al pie de una pared caliza y en el tramo inicial de una ladera abancalada que en la zona del asentamiento adopta un perfil convexo. La ladera tiene una orientación de NE-SW, con una pendiente en la zona del emplazamiento arqueológico de 15°. La orientación de la entrada es NE. Su altura s.n.m. es de 85 m y sus coordenadas geográficas son: 1°34'56" E y 41°13'21"N. Se sitúa a 3 Km. de la línea de costa actual.

La vegetación potencial de la zona corresponde a una formación arbórea de encinar litoral (*Quercetum ilicis galloprovinciale*), hoy degradado por las actividades del cultivo de la vid y la plantación del algarrobo y, como consecuencia, la zona está colonizada en gran parte por *Pinus halepensis*.

2.1. Estratigrafía

La descripción de los niveles se ajustará exclusivamente a los datos obtenidos de los cuadernos de campo de las campañas realizadas hasta el momento, añadiendo al final las observaciones "de visu" obtenidas del perfil longitudinal E/F 2,3, 5,6 y 7.

N.III.- potencia indeterminada (30 cm. a la vista, y puede llegar en otros cortes a 80 cm.). Está formado por un 8 % de cantos de caliza de morfología subredondeada, deleznable y por tanto, con evidentes trazas de alteración postsedimentaria; la matriz es limo-arenosa, de color marrón (10YR

6/4). Aparecen lentejones de encostramientos calizos. Se detecta un contacto erosivo respecto al nivel superior. Abundan las raíces. Este nivel III aparece a lo largo de todo el perfil.

Atribución cronocultural: Paleolítico superior.

Nivel II.- potencia, 20 cm.. Está formado por una matriz areno-limosa de color marrón (10 YR 5/4) e incluye un 20% de bloques y cantos de caliza con una morfología subangulosa. Está en contacto erosivo respecto al nivel superior. De momento se ha localizado en el sector E/F 2 y 3.

Atribución cronocultural: Epipaleolítico geométrico.

Nivel Ic.- De potencia variable, con 25 cm en el SW, va disminuyendo en el sector NW hasta llegar a los 8 cm.. Se compone de una matriz areno-limosa de color pardo (7,5YR 5/2), con un 15% de fracción de cantos. Aparecen abundantes raíces. Este nivel Ic está representado en el sector E/F 2 y 3.

Nivel Ib.- De potencia variable, oscila entre los 20 cm. y 3 cm. y, en algunas zonas, llega a desaparecer. Está compuesto por una matriz areno-limosa, con un ligero aumento en cuanto a la fracción de cantos. Incluye numerosas raíces. Parece que parte de su superficie registra síntomas de remoción debido a las prácticas de cultivo. Aparece en el sector comprendido entre E/F 5,6 y 7.

Nivel Ia.- La potencia oscila entre los 18 cm a 6 cm. Nivel húmifero, de color pardo oscuro (10YR 3/2), con una matriz areno-limosa y con un porcentaje elevado de cantos (30%), con una estructura prismática subangular y con la presencia de raíces gruesas.

Incluye desde cerámicas vidriadas hasta cerámicas grises medievales.

De la descripción estratigráfica podemos deducir que la sedimentación ha obedecido a una movilización en arroyadas, con la alternancia de periodos de erosión. También se observa un desarrollo edáfico discreto con las acumulaciones de carbonatos en forma de costras a lo largo del perfil.

3. PROCESO DE EXCAVACIÓN

La revisión de este yacimiento se nos planteó al revisar los fondos arqueológicos conservados en el Museo de Vilafranca del Penedès, en el Museo-Biblioteca Víctor Balaguer de Vilanova i la Geltrú (ambos en la provincia de Barcelona) y en la colección M. Aznar, dentro de los trabajos que estamos realizando en el Epipaleolítico y el Paleolítico de las comarcas del Penedès y Anoia (entorno de les Cingleres del Capelló de Capellades) desde mediados los años 80. Fruto de este proyecto es la parte prehistórica de la carta arqueológica de la comarca de l'Alt Penedès y algunas excavaciones

en esta comarca (Cova de la Guineu, Cova del Bolet, Cova del Toixó de Torrelles) y la que tratamos en este trabajo, sita en el Baix Penedès. Se nos hacía evidente, a la luz de los materiales, una mayoría de elementos líticos en los que se podía identificar una fase epipaleolítica con geométricos, así como de escasos restos posteriores protohistóricos. Pero también había dientes de équidos y bastantes elementos (raederas, denticulados, núcleos) de aspecto más arcaico. Su inclusión en la importante síntesis de M. ALMAGRO (1944) aumentaba su peso histórico y el reto de revisarlo, especialmente al examinar la fig. 31 de dicha obra, con unos raspadores sobre lámina de aspecto de Paleolítico Superior inicial. Sobre estas tendencias cronoculturales apuntadas fundamentamos nuestras primeras hipótesis de trabajo, previas a la excavación.

El yacimiento presentaba un curioso estado del conocimiento al serle atribuidos diversos períodos (neolítico, campaniforme, campo de urnas) sin ninguna contrastación estratigráfica, en base a lecturas parciales del material conservado, y a veces del no conservado. Lo cierto es que sólo poseíamos, como documentación de anteriores fases, un corto artículo, publicado en una revista de un centro excursionista, del primer excavador (GRIVÉ, 1934), y unas escasísimas referencias de la intervención de los años cincuenta (FERRER, 1953 y 1954 y BELLMUNT, 1978). La Balma de la Griera ha sido frecuentemente citada en la bibliografía arqueológica catalana, falta de estratigrafías y de una visión mínimamente general. Esto era un reto frente a los interesantes materiales que empezábamos a atisbar en 1988; por eso nos decidimos a emprender su localización (no excesivamente clara en aquellos momentos, dada la abundancia de pequeñas cavidades en la zona) y posterior sondeo-evaluación de su estado de conservación.

Como hemos indicado tuvo dos intervenciones anteriores: en 1932 actuó el padre Martí Grivé, de los escolapios de Vilafranca, (no sabemos exactamente qué hizo, carecemos de cualquier tipo de registro) y en otoño de los años 1951 y 1952 lo hicieron Albert Ferrer y los hermanos Bellmunt (CEBRIÀ i MIRET, 1992) de los que sí hemos podido heredar diarios, inventarios y fotografías. De esta última fase conocemos el método de excavación, por tallas, y las plantas, así como sus concepciones cronoculturales. Con el acceso a esta documentación pudimos planificar y realizar en junio de 1989 un sondeo de 2 m² (S1 i S2) en una zona no tocada, y al mismo tiempo, destapar la excavación antigua para poder llegar a analizar los antiguos cortes (Sector IV) (CEBRIÀ y MIRET, 1990). En este corte de la anterior fase de excavaciones creimos confirmar los niveles localizados en los años cincuenta, ya que en planta, en el sondeo nuevo, sólo teníamos el paquete amarillento de base, nuestro estrato III.

La primera campaña de excavaciones íntegra la pudimos realizar en

noviembre de 1990, planteando una excavación general y cuadrículando el terreno (FIG. 2) en base al sondeo realizado (el sondeo de 1989 pasó a ser los cuadros H5 i H6, más uno nuevo H7). También se profundizó en el nivel amarillento de dichos cuadros, lugar en el que obtuvimos indicios que lo atribuían al Paleolítico Superior, y se abrió de una nueva línea de cuadros más al este (E5-E6-E7). En estos últimos se buscó meticulosamente el nivel epipaleolítico, rebajando con el máximo cuidado el nivel superficial, sin obtener resultados claros. Al extendernos, en octubre de 1991, a E3-E2 i F3-F2 por fin dimos con un pequeño testimonio del nivel II intacto. En aquellos momentos disponíamos de 6 m² de nivel del Paleolítico Superior indeterminado y a duras penas de 2m² de Epipaleolítico.

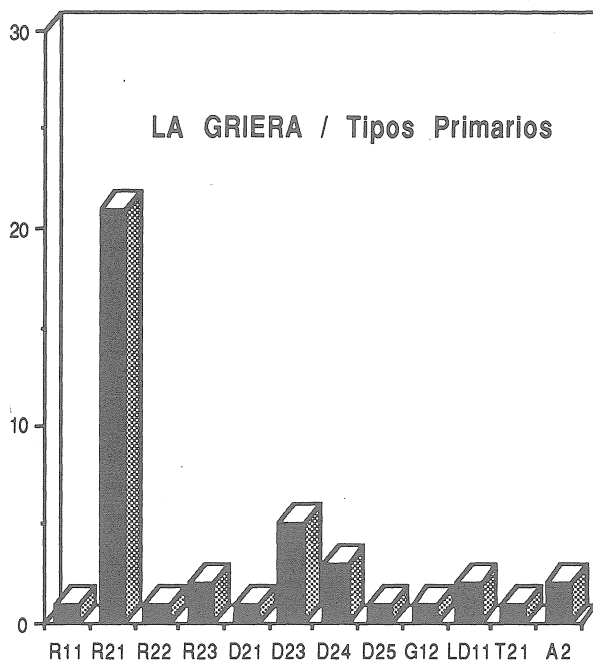
En noviembre de 1992 se continuó profundizando en las dos catas de tres cuadros en fila ya abiertas, en las que aparecieron la mayoría de las piezas líticas retocadas de excavación, y en E6 un hueso grabado con motivos geométricos que analizaremos más adelante. En septiembre de 1993 se amplió la excavación al sector entre las dos catas (F-G 5 a 7) y se entró en el testimonio del nivel II, lo que amplió la superficie abierta a 20 m². De esta manera dejamos la fase de sondeo estratigráfico para pasar a la de excavación en extensión.

Los datos obtenidos e inferidos de la excavación no permiten por ahora visualizar suelos de ocupación; ni se ha podido localizar ninguna estructura. De todas maneras deducimos que hubo de estructuras calóricas por el buen número de material lítico de nivel con alteraciones térmicas (cúpulas, superficies en mosaico, rubefacciones), mucho más evidente en el material óseo, en su inmensa mayoría afectado térmicamente.

4. INDUSTRIAS

4.1. Industria lítica

En este apartado nos centraremos en el estudio de la industria lítica retocada, analizando las piezas mediante el sistema de clasificación analítica y estructural (LAPLACE, 1972). Hasta el momento, mediante la excavación se ha recuperado un total de 1.561 elementos líticos, de los cuales 41 son piezas retocadas (Figs. 3 y 4), un 2,6 %; todas ellas son monotipos y se corresponden con 41 tipos primarios. El retoque simple se impone como el más importante, con una representación del 87,8 % del total de piezas retocadas. El resto de porcentaje, 12,2 %, corresponde al retoque abrupto.



Dentro del retoque simple, el grupo de las raederas es el más importante (69,4 % del total de los simples), seguido por el grupo de los denticulados (27,7 %) y por el de los raspadores, con un único ejemplar. El tipo de raedera predominante en el conjunto es la raedera lateral, mientras que dentro del grupo de los denticulados es la raedera denticulada la que se encuentra mejor representada (50 % del total de denticulados).

En el retoque abrupto, las láminas de dorso y los abruptos indiferenciados dominan la serie con el mismo número de efectivos. A éstos hay que añadir la presencia de una truncadura normal.

A partir del análisis de estos datos que presentamos se constata rápidamente una presencia muy poco representativa del retoque abrupto; además, el índice laminar del conjunto es realmente bajo y faltan ciertos tipos primarios que caracterizan los conjuntos industriales atribuibles a estas cronologías. Todo ello plantea una problemática que analizaremos más adelante.

La materia prima utilizada para la elaboración de este conjunto lítico es básicamente el sílex, aunque también se constata la presencia de otros materiales, como por ejemplo el cuarzo. A partir del estudio de las tendencias tipométricas generales de la industria, así como de la observación del córtex presente en algunas de las piezas (elevado índice de rodamiento), podemos

señalar que el grupo prehistórico que ocupó La Griera recogía pequeños nódulos de materia prima en una fuente de abastecimiento secundaria, probablemente en los pequeños depósitos fluviales que la riera de la Cobertera deposita a su paso al pie del yacimiento.

El único núcleo recuperado en la excavación presenta una talla de explotación longitudinal del volumen de un pequeño nódulo.

4.2. Industria ósea

Durante los trabajos de excavación de 1992 en la Balma de la Griera, el nivel gravetiense (Niv. III) se vió notablemente enriquecido con la aportación de un objeto óseo decorado (GR'92 N.I E6 / 1094). Por otro lado, algunos fragmentos de diáfisis con trazos cortos (incisiones o cortes que podrían derivar del proceso de descarnación), y un nuevo ejemplar con señales de grabado aparecido en 1993 (GR'93 N.I H5/774), son claros indicadores de la actividad humana sobre y con el hueso animal en este yacimiento.

El objeto decorado (Fig. 3, nº 1) está elaborado sobre un soporte óseo plaquiforme, probablemente un omóplato de macrofauna que no fue modificado en su grosor natural. Conserva 24 mm. de longitud, 13 mm. de ancho, y 5 mm. de grosor. Debido a su fragmentación - en tres de sus cuatro lados - y a su estado de conservación - calcinado - resulta muy difícil deducir si estamos ante un objeto de adorno (colgante, recorte), o ante un tipo de útil de cuerpo ancho y sección plana (tipo alisador); indefinible, pues, al carecer de una perforación o de un extremo útil. Además, no se observan estrías de fabricación ni señales de uso que permitan conocer caracteres tecno-funcionales.

Contamos, sin embargo, con las profundas incisiones que claramente se disponen en una de las dos caras como parte de un motivo decorativo. Dicho motivo, grabado en la superficie lisa del objeto, puede ser adscrito al Motivo 1 / variante "e" de la tipología propuesta por M. S. Corchón (CORCHÓN 1986: 117) para el arte mueble paleolítico cantábrico. A este motivo corresponden por definición las "incisiones cortas dispuestas en series, dentro del grupo genérico de motivos formados por líneas rectas, simples, dobles o múltiples". Más concretamente, la variante "e" se define como "marcas cortas en paralelo combinadas con un eje longitudinal o oblicuo, dispuestas a ambos lados del mismo o cortándolo a intervalos regulares".

Las incisiones cortas dispuestas en series (dentro del tipo decorativo llamado "decoración longitudinal geométrica") son típicas del Solutrense y del Magdaleniense final cantábrico, sobre todo aplicadas a placas y colgantes rectangulares. Junto al grabado estriado y a los trazos pareados, este tipo de

incisiones son lo más característico del arte mueble solutrense; sin embargo cabe añadir (en interés de contextualizar nuestro objeto) que el grabado seriado, plasmado tanto en motivos típicos (incisiones transversales en paralelo, dispuestas en secuencias más o menos homogéneas de Bolincoba, Pendo o Morín, o las series binarias de Morín), como en realizaciones estrictamente técnicas, tiene un origen gravetiense (CORCHÓN, 1986: 43).

En el área pirenaica francesa contamos con numerosas muestras de este tipo de grabado lineal-geométrico gravetiense, aplicado tanto a objetos alisadores (espátulas) como a colgantes. Así, en los yacimientos de Gargas, Isturitz, Tarté y Tuto de Camalhot (SACCHI 1990: 13-28) vemos el desarrollo (ya iniciado en el auriñaciense) de este tipo de composiciones ornamentales en el arte mueble sobre materia dura animal. Nos merece una especial atención el colgante sobre hueso plano de Tuto de Camalhot (Ariège), con un motivo decorativo reticulado realizado a base de incisiones. También en el Gravetiense de La Crouzade (Aude) encontramos representación de las incisiones seriadas (SACCHI 1986: 57), junto a los característicos colgantes sobre pieza dentaria.

A pesar de la indefinición tipológica, el motivo decorativo convierte este objeto de la Balma de la Griera en singular muestra de arte mueble en relación al resto de yacimientos gravetienses del área catalana, en los que tan sólo documentamos otras dos piezas con incisiones claras realizadas sobre esquirra ósea: una procede del talud I (capa VII) del Reclau Viver (SOLER, 1986: 68), y otra de l'Arbreda, conservada en el Museo de Banyoles. Esta última presenta un motivo simple a base de incisiones cortas y profundas (a la manera de cortes) dispuestas en el lateral; es una varilla delgada de sección cuadrangular que no supera los dos cm. de longitud y los tres o cuatro mm. de anchura-grosor.

Por otro lado, en el Reclau Viver existe una serie interesante de elementos de adorno: 24 colgantes sobre pieza dentaria perforada (19 caninos de *Felis* y 5 incisivos de *Cervus*), dos cabezas de fémur recortadas con perforación central y dentalia (RUEDA 1987: 230). En conjunto, la industria ósea sobre hueso y asta gravetiense de l'Arbreda, Reclau Viver y Castell Sa Sala viene caracterizada por apuntados y romos obtenidos técnicamente mediante la extracción de la lengüeta y el raspado del soporte, sin trazos o motivos decorativos en el fuste.

Finalmente, con respecto al objeto de Griera presentado, pensamos que podría tratarse de un adorno del tipo "placa-colgante", dado que el tipo de motivo grabado sobre el hueso y su soporte anatómico animal son dominantes en esta clase de objetos, y que éstos predominan en contextos gravetienses y solutrenses, aunque necesitemos de paralelos externos a nuestra área.

5. RESULTADOS PRELIMINARES DEL ESTUDIO ARQUEOZOOLOGICO

Respecto a los restos faunísticos recuperados en el yacimiento, y a la espera de hacer una revisión total del material exhumado durante las últimas intervenciones arqueológicas, cabe destacar la gran diferencia existente en las especies representadas y su proporción de aparición entre los niveles correspondientes al Epipaleolítico y el Paleolítico Superior. Este hecho nos permite interpretar de forma razonable unas estrategias de depredación distintas y unos sistemas de captación de los recursos del entorno diferenciados, muy probablemente debidos al cambio sufrido por el paisaje inmediato al yacimiento entre ambas épocas (cambio de clima, vegetación e importante reducción de la extensión de la llanura litoral).

La fauna epipaleolítica se caracteriza por la caza dominante de lagomorfos (*Oryctolagus cuniculus*) y la presencia puntual de jabalí (*Sus*), ciervo (*Cervus elaphus*) y lince (*Lynx* sp.), además de algunos taxones de roedores e insectívoros (*Apodemus* y *Crocidura*) de clara aportación biológica, anfibios y reptiles.

Por el contrario, en la fauna paleolítica predominan los restos de macrofauna, especialmente de los taxa *Cervus elaphus* y *Equus*, aunque también hay una pequeña cantidad de restos de lagomorfos y algunos ejemplares de malacología marina.

Hay que decir que la mayoría del material se encuentra en un alto grado de fragmentación, lo que, sumado a la concreción que afecta a cierto número de piezas, dificulta en gran medida la determinación de los animales representados. Casi todo el material recuperado corresponde a pequeñas esquirlas de hueso imposibles de determinar, muchas veces inferiores a los dos centímetros de longitud máxima. En la mayoría de los casos la determinación se ha realizado sobre piezas dentarias o fragmentos de éstas. Muy probablemente, el profundo estado de fragmentación de los restos óseos no determinados se deba a causas antrópicas, por el aprovechamiento del tuétano y el colágeno de los huesos; taxonómicamente dichos restos corresponderían a las mismas especies determinadas a través de la dentición.

La aparición de ciervo es una constante en los yacimientos del Paleolítico Superior catalán, especialmente en las zonas más llanas y de clima más suave. En zonas más montañosas su caza se vería substituida fundamentalmente por la de cabra salvaje. La explotación del ciervo continua en períodos postwürmienses.

Por lo que respecta a los équidos, su presencia suele ser más escasa, aunque van apareciendo en nuevos yacimientos de Paleolítico Superior en Cataluña (l'Arbreda, Castell sa Sala, Can Garriga, etc.). En la Balma de la

Griera, unas pocas piezas dentarias nos han permitido reconocer su presencia. Su determinación específica no es de momento muy clara. En un M2 superior de los mejor conservados y del que hemos podido obtener datos biométricos (GR'92. H5. nº451) encontramos una longitud mesiodistal que entra dentro de los intervalos aceptados para *E. caballus* (24,6 mm.), pero con un índice protocónico que se situaría en los valores de *E. hydruntinus* (41,46) (PRAT, 1966: 213). Por lo que respecta a la morfología de la cara interestiliar, se aproxima más a *E. caballus*. Esta situación no parece aislada en el Paleolítico Superior de la cuenca mediterránea de la Península Ibérica. En el yacimiento valenciano del Parpalló encontramos individuos atribuibles por biometría de los molares superiores tanto a una como a otra especie, aunque desconocemos si su investigador los clasifica como tales, pues en sólo dos casos hace referencia a probables *E. hydruntinus* (DAVIDSON 1989: 138). En el caso de la Balma de la Griera, nosotros nos decantamos, a la espera de datos más concluyentes, a clasificar estos animales como *E. caballus*, teniendo más en cuenta el diámetro mesiodistal y su morfología general que el índice protocónico. De hecho, es muy probable que la disparidad de resultados se deba a la incapacidad de aplicar datos tomados de poblaciones fundamentalmente francesas. Los caballos de la últimas etapas del Würm en la Península podrían ser individuos más pequeños que los del resto de Europa, lo que afectaría a las variables de tipo biométrico. En todo caso deberíamos considerar a éstos dentro de la subespecie *E. caballus gallicus*, presente desde momentos aurifiacienses y de un tamaño menor a formas anteriores (ALBERDI et al. 1992: 32).

6. CONSIDERACIONES FINALES

Los datos anteriormente expuestos nos sitúan en un momento de Paleolítico Superior indudable, pese a que la adscripción concreta a una fase resulta problemática. La industria lítica no nos define claramente ningún período, pues, junto al alto porcentaje de raederas y denticulados hay escasos pero definitorios elementos abruptos y laminares; tampoco acompaña la práctica ausencia de útiles de sustrato como raspadores y buriles.

Hemos de recurrir, por lo tanto, a otros datos que nos ayuden a establecer una adscripción crono-cultural. El primero y más importante es la fecha de 21.255 ± 350 BP; el segundo es el hueso grabado, bien contextualizado en conjuntos gravetienses del occidente europeo.

Otra posibilidad que nos hemos planteado es la de que nos encontramos ante un conjunto anterior al Gravetiense por el aspecto arcaico de la industria lítica, ya señalado por los primeros excavadores de La Griera (FERRER

1953) y por el bajo índice de talla laminar.

Las comparaciones con otros yacimientos gravetienses catalanes, también con trabajo de hueso y fechas coincidentes, nos inclinan en favor de la hipótesis gravetiense en el estado actual de nuestro conocimiento y a la espera de que nuestros trabajos en La Griera aporten nuevos datos en un futuro inmediato.

Barcelona, Octubre 1993.

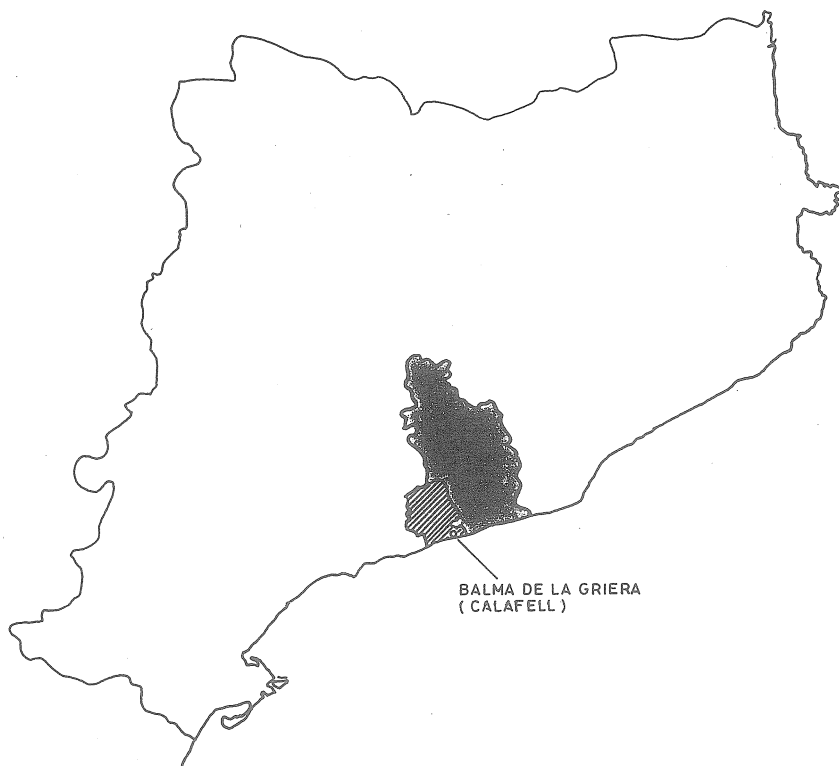
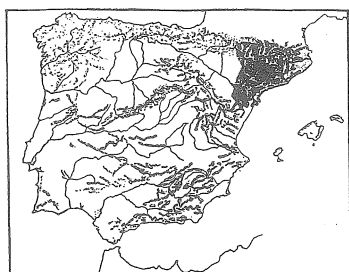
Nota: los resultados científicos expuestos en este trabajo han sido obtenidos, en buena parte, gracias a la ayuda de la D.G.I.C.Y T. PB90-0822.

7. BIBLIOGRAFÍA

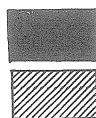
- ALBERDI, M.T. et al., (1992): "Pleistocene equids from Western Europe: their biostratigraphic and palaeoecological characteristics", en SPITZ, F. et al. ed., *Ongulés / Ungulates* 91. S.F.E.P.M.-I.R.G.M. Paris, pp. 31-35.
- ALMAGRO BASCH, M., (1944): "Los problemas del Epipaleolítico y Mesolítico en España", en *Ampurias* VI, Barcelona, CSIC, pp.1-38, 33 figs. Interesan especialmente las páginas 30-32 y la figura 31.
- CANAL, J. y CARBONELL, E., (1989): "*Catalunya paleolítica*", ed. Patronat F. Eiximenis, Girona, 440 pp.
- CEBRIÀ, A. y BARTROLI, R., (1993): "*Balma de la Griera. Campaña de 1990-1991-1992 i 1993*", dentro de Anuari d'Intervencions Arqueològiques a Catalunya (1990-1993), Col·lecció Anuari d'Intervencions Arqueològiques a Catalunya, 2, Servei d'Arqueologia, Departament de Cultura de la Generalitat de Catalunya (en prensa).
- CEBRIÀ, A. y MIRET, J., (1990): "Balma de la Griera. Campaña de 1989", dentro de "Noticiari: Prospeccions i Excavacions arqueològiques. Secció II.1. Excavació jaciments prehistòrics" en *Butlletí Arqueològic de la Reial Societat Arqueològica Tarraconense*, época V, n^o12, Tarragona, pp.143-147.
- CEBRIÀ, A. y MIRET, M. (1992): "Joan Bellmunt i Poblet (1915-1990) i la Secció Arqueològica del Centre d'Estudis de la Biblioteca-Museu Balaguer: Un model local d'arqueologia" en *Miscel·lània Penedessenca* 1992, Vilafranca-Vilanova-El Vendrell, Institut d'Estudis Penedessencs, pp.160-175, 5 fig..
- CORCHÓN, S., (1986): "*El arte mueble Paleolítico cantábrico: contexto y analisis interno*", Monografía n^o16 del Centro de Investigaciones y Museo de Altamira, ed. Minist.de Cultura, Madrid, 482 pp., 262 fig., 1 mapa, 14 gráficos, 17 esquemas, 28 cuadros.
- COROMINAS, J.M., (1949): "El Paleolítico Superior de la cueva «Reclau Viver» de Serriñá (España)", en *Rivista di Scienze Preistoriche* 4, fasc.1-2, Florencia, pp.43-54.
- DAVIDSON, I., (1989): "*La Economía del final del Paleolítico en la España Oriental*". ed.S.I.P. Diputació de València, serie Trabajos Varios n^o 85, Valencia, 251 pp..

- FERRER, A., (1953): "Excavación de la Cova de l'Os de Calafell", *Butll. de la Biblioteca-Museu Balaguer*, 5ª época, t.II, Vilanova i la Geltrú, pp.13-22.
- FERRER, A. (1954): "La Cueva de Mas Romeu (Calafell)", en *Butlletí de la Biblioteca-Museu Balaguer*, 5a época, T.I, Vilanova i la Geltrú, pp.39 y 40.
- FULLOLA, J.M., (1992): "El Paleolítico en Cataluña", en *Aragón/Litoral mediterráneo. Intercambios culturales durante la Prehistoria*, ed. Institución Fernando el Católico, Zaragoza, pp.37-53, 4 fig., 2 mapas.
- GRIVÉ, M., (1934): "Una Balma a Bellveí (Penedès)", en *Mai Enrera. Butlletí del Centre Excursionista de Gràcia*, nº 109, Barcelona, Abril-Mayo de 1934, pp.52-55, 6 figs..
- LAPLACE, G. (1972): "La typologie analytique et structurale: base rationnelle d'étude des industries lithiques et osseuses", en *Banques de données archéologiques*, 932. pp. 91-143.
- PRAT, F., (1966): "Les Équidés", en LAVOCAT, R. ed., *Faunes et Flores Préhistoriques de l'Europe Occidentale*. Éditions N.Boubée et Cie. Paris, pp.194-215.
- RUEDA, J.M., (1987): "La indústria òssia del Paleolític Superior de Serinyà: Reclau Viver i Bora Gran d'en Carreras", en *Cypsela* 6, Girona, pp.229-236, 12 fig.
- SOLER, N., (1986): "*Les indústries del Paleolític Superior en el nord de Catalunya*", tesis doct. inédita, Depto.de Prehistoria, Hist.Ant.y Arqueol., Univ.de Barcelona, Barcelona, 4 vol., 1.237 pp..
- SOLER, N. y MAROTO, J., (1987a): "L'estratigrafia de la cova de l'Arbreda (Serinyà, Girona)", en *Cypsela* 6, Girona, pp.53-66, 13 fig..
- SOLER, N. y MAROTO, J., (1987b): "Els nivells d'ocupació de la cova de l'Arbreda (Serinyà, Girona)", en *Cypsela* 6, Girona, pp.211-228, 11 fig.
- VILA, A., (1987): "L'assentament paleolític del Castell (Vilanova de Sau)", en *Cypsela* 6, Girona, pp.111-123, 6 fig.

Est. I



BALMA DE LA GRIERA
(CALAFELL)



AREA DE ESTUDIO ABARCADA
EN EL PROYECTO

COMARCA DEL BAIX PENEDES

Fig.1 — Situación del yacimiento en la Península Ibérica y con referencia a su NE.

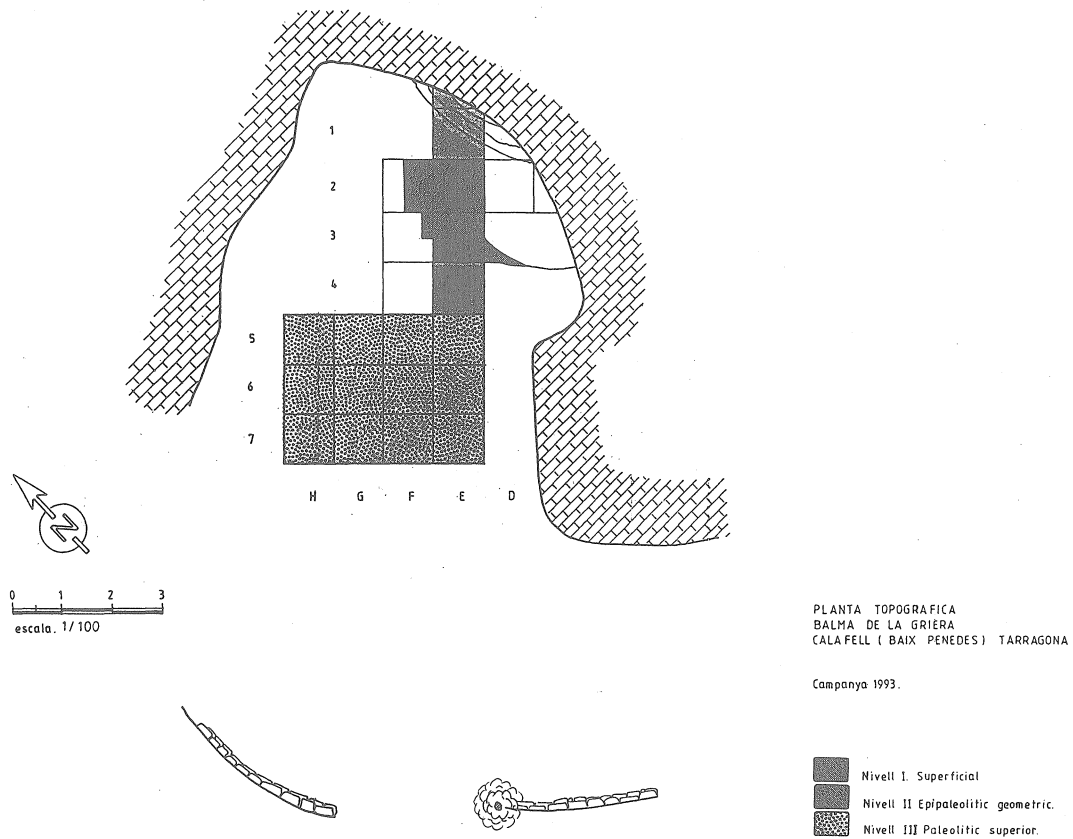


Fig. 2 — Planta del yacimiento, con la cuadrícula excavada hasta la campaña de 1993.

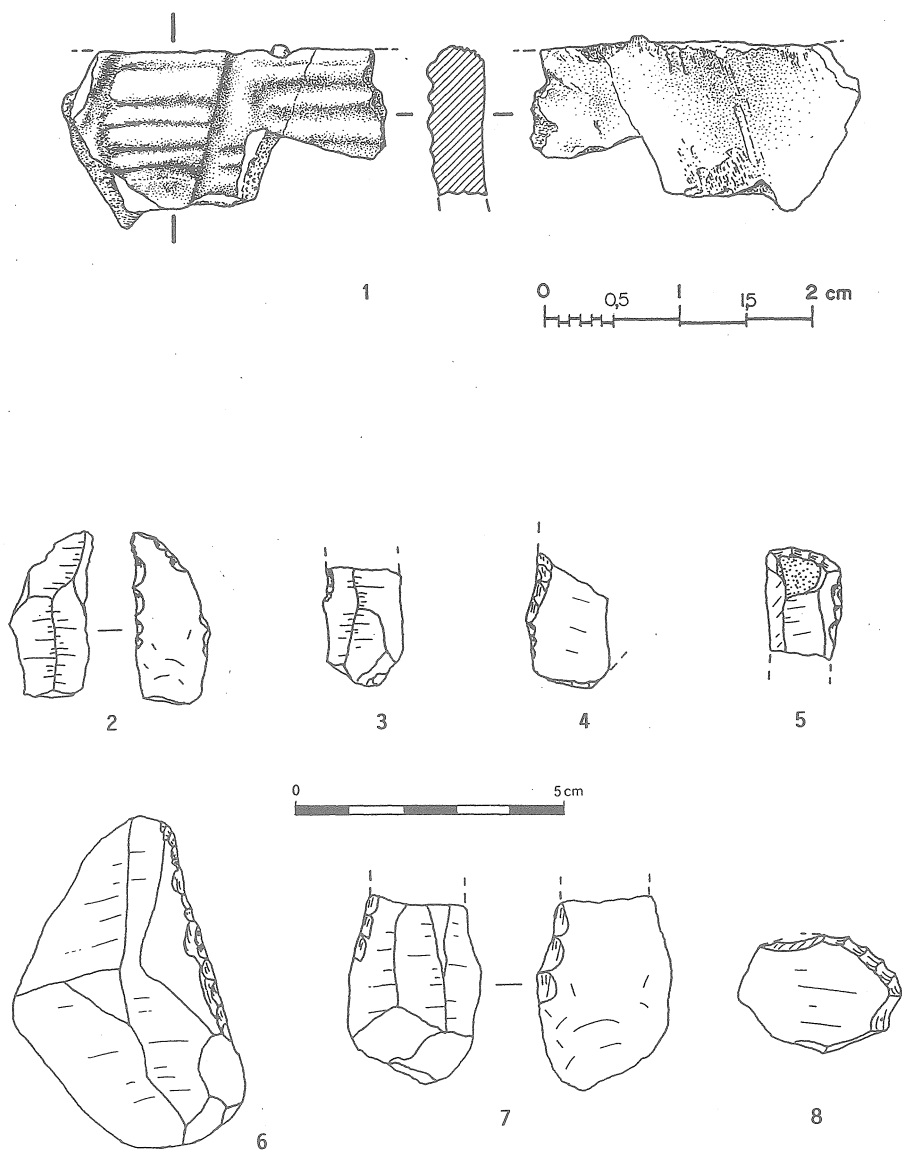


Fig. 3 — 1, Fragmento de hueso decorado. Elem. de industria lítica: 2, punta denticulada (D24); 3, lámina de dorso (LD11); 4-6-7, raederas laterales (R21); 5, raspador (G21); 8, raspador denticulado (D25) .

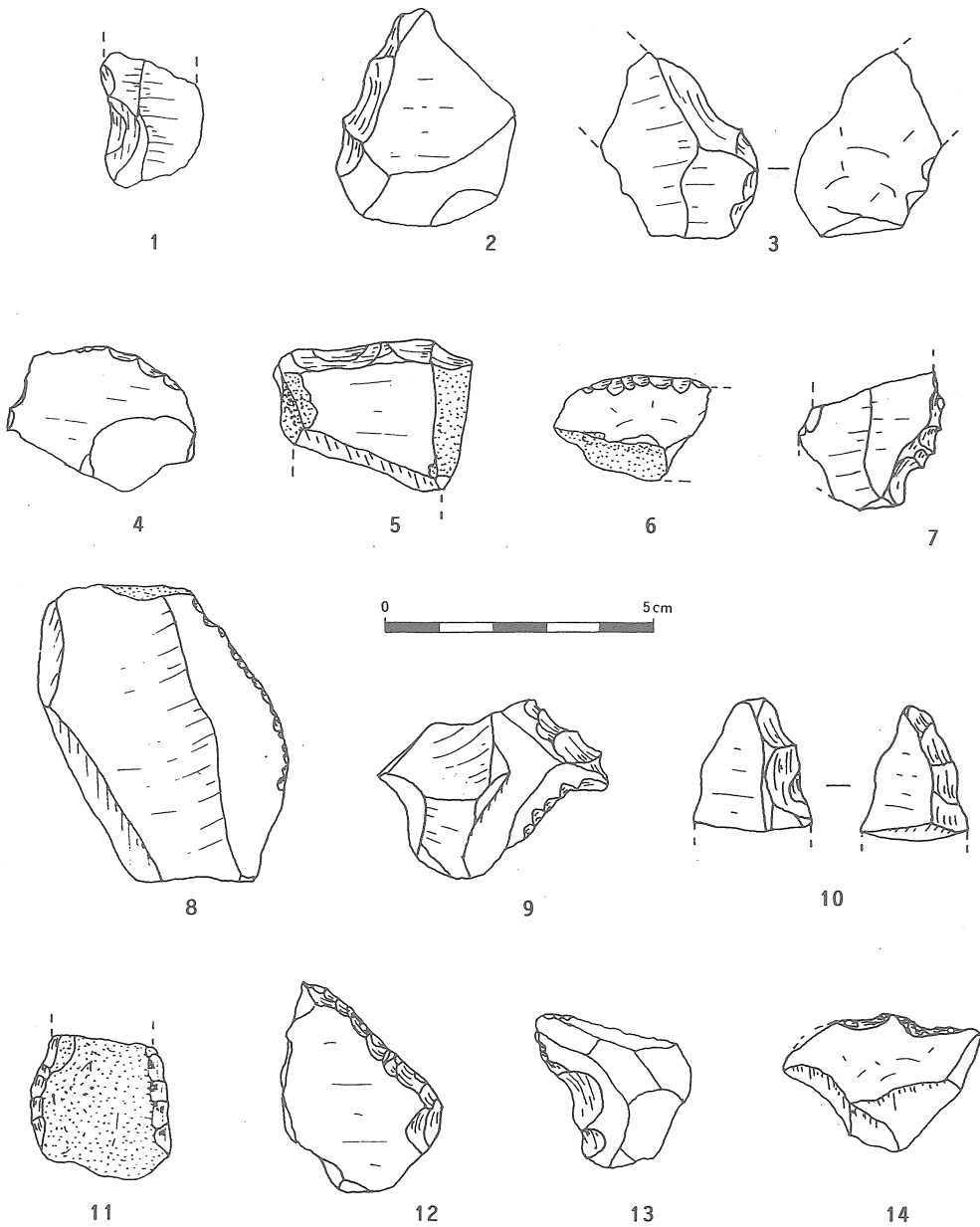


Fig. 4 — 1-3-11, raederas laterales (R21); 2-4-7-13-14, raederas denticuladas (D23); 5, truncadura (T21); 6, raedera transversal (R22); 8, raedera lateral marginal (R11); 9 y 10, puntas denticuladas (D24); 12, raedera latero-transversal (R23).

EXPLOTACION DE RECURSOS LITICOS. APORTACIONES DEL UTILLAJE PULIMENTADO AL NEOLITICO ANTIGUO (V^o MILENIO d.C.) EN EL MEDITERRANEO PENINSULAR

por

Teresa Orozco Köhler*

Resumen: En esta comunicación presentamos el estado actual de las investigaciones sobre el utillaje pulimentado en los momentos iniciales del Neolítico (V.^o milenio a.C.), y las aportaciones del estudio de estos útiles al conocimiento de pautas socio-económicas de las primeras comunidades sedentarias. Se parte del análisis de los datos conocidos en las regiones de la fachada mediterránea peninsular, centrándonos de manera más detallada en el estudio de algunos yacimientos del País Valenciano, analizando los materiales arqueológicos, las áreas de aprovisionamiento y el desarrollo de un nuevo sistema de explotación de recursos líticos en respuesta a las demandas de nuevas materias primas.

Palabras-clave: Utillaje pulimentado. Recursos líticos. Neolítico Inicial.

Las investigaciones sobre la explotación del medio por parte de los grupos prehistóricos vienen centrándose en los recursos subsistenciales que el medio natural ofrece, siendo escasos los trabajos que abordan la explotación de otros recursos, como es el caso de los materiales líticos.

Recientemente se está desarrollando en el ámbito peninsular un marco teórico para abordar el análisis de la explotación de recursos líticos, desde el marco de la Antropología Económica (Ramos Millán 1986). Este autor presenta una propuesta teórica que considera las actividades que integran el suministro de recursos líticos como parte del sistema socioeconómico, desglosando los mecanismos y las variables que intervienen en el proceso, y señala la posibilidad de extraer inferencias sobre la conducta humana por cuanto que dicha actividad supone una proyección cultural del grupo humano sobre el medio.

* Departament de Prehistòria i Arqueologia. Universitat de València.

Dicho marco teórico, desarrollado fundamentalmente para el estudio de la explotación de rocas silíceas, permite valorar las variables que el sistema de suministro pone en juego. De este modo, vemos que los dos mecanismos principales son la explotación del medio (suministro directo por parte de la comunidad) y los intercambios (suministro indirecto, que potencia la interacción social con otras comunidades).

En esta comunicación trataremos no tanto de poner de relieve la existencia de corrientes de circulación de materiales y su reflejo en el registro arqueológico, sino de ahondar en las aportaciones que posibilita el estudio del utillaje pulimentado al conocimiento de las pautas socioeconómicas de las comunidades neolíticas, recogiendo la información existente sobre dichos útiles en diversas áreas de la fachada mediterránea peninsular, en el horizonte cronológico que corresponde al inicio de un nuevo modo de subsistencia (Vº milenio a.C.). Serán estos datos el punto de partida para reflexionar sobre el tratamiento dado a la información, y las posibilidades de su estudio.

EL Vº MILENIO a.C.: NUEVAS DEMANDAS LÍTICAS

Las investigaciones sobre el Neolítico en el marco mediterráneo muestran su desarrollo eminentemente costero, englobándose el área ibérica en el “grupo cultural de la cerámica impresa mediterránea”, conjunto de culturas cuyos rasgos característicos es posible encontrar en regiones distantes, formando parte del Neolítico inicial. Este horizonte que cronológicamente se sitúa en el Vº milenio a.C., muestra los primeros grupos de agricultores y pastores en la vertiente mediterránea de la Península Ibérica.

Los datos disponibles en el País Valenciano han permitido concretar y explicar la neolitización en dicha área a partir de un modelo de dualidad cultural, que contrapone en los inicios del neolítico unos grupos que se consideran plenamente neolitizados a otros grupos que se encontrarían en vías de neolitización (Martí et alii 1987; Bernabeu 1989; Bernabeu y Martí 1992, entre otros). Es en el primer caso en el que nos encontramos con yacimientos que se caracterizan por la abundancia de cerámicas cardiales, una rica industria ósea y elementos de adorno en piedra, concha y hueso, y una economía de producción agrícola y ganadera, donde el registro arqueológico muestra la presencia de útiles de piedra pulimentada.

Los cambios económicos que implica la aparición de estas comunidades neolíticas además de la domesticación de animales (ovicápridos) y vegetales (trigo y cebada), se traducen en nuevas demandas tecnológicas, que se cubren con tipos nuevos de útiles. Ello conlleva a su vez una demanda de nuevas

materias primas, que en el caso del utillaje pulimentado representa un nuevo sistema de aprovisionamiento y explotación, por cuanto que las litologías empleadas para confeccionar estos útiles difieren, en sus características intrínsecas de tenacidad y resistencia, de las empleadas tradicionalmente para la fabricación de la industria lítica tallada.

El surgimiento de una nueva industria no puede desligarse de la adopción de un nuevo sistema tecno-económico y supone, además de la aparición de tipos de útiles nuevos, sin tradición anterior, una nueva presión sobre los recursos no subsistenciales del medio natural.

Sin embargo, los estudios sobre las pautas socio-económicas de estas comunidades sedentarias vienen centrándose en la explotación de recursos bióticos, quedando relegado el análisis de este apartado de la cultura material, en la mayor parte de los casos, a simples descripciones o menciones sobre su presencia en los contextos arqueológicos, tal como se detalla a continuación.

CATALUÑA

En el área catalana, el primer horizonte cerámico conocido es el caracterizado por la cerámica cardial (Llongueras 1987), localizándose los yacimientos en cuevas en la zona costero-catalana y también en algunos establecimientos al aire libre (Fig.1). En este primer horizonte neolítico se documenta el complejo tecnológico propio de economías productoras, detectándose ya la presencia de hachas pulimentadas y piedras de moler.

Si bien el número de yacimientos arqueológicos que se adscriben a este momento cultural es elevado, el tratamiento dado al utillaje pulimentado se limita, en la mayor parte de los casos, a referencias sobre su presencia. En **Les Guixeres de Vilobí** se cita el hallazgo de dos hachas de piedra verde (esquisto o pizarra), totalmente pulidas y diversos fragmentos de otras elaboradas con el mismo tipo de piedra, con superficies piqueteadas y filo pulido. También se han documentado esferoides con perforación bicónica y restos de molinos (Baldellou y Mestres 1981). En la **Cova del Frare** (Matadepera, Vallés Occidental), se menciona el hallazgo de percutores, un hacha de serpentina y gubias de cornubianita (Martín et alii 1983-4). En el estudio sobre la **Cova de Can Sadurní** (Begues, Baix Llobregat), se asocia este utillaje a las nuevas tareas de cultivo (Edo et alii 1985-6), mencionando la presencia de elementos de deforestación y los propios de transformación y conservación del cereal (azadas, hachas, elementos de hoz, molinos).

Además de menciones y descripciones, en el área catalana se han realizado trabajos centrados en el análisis de este utillaje, valorando además de las

características morfométricas de los objetos, la materia prima empleada en su fabricación (Bosch 1984). El interés de este trabajo, además de la propuesta tipológica, se centra en la correcta determinación petrológica de los útiles procedentes de la zona pirenaica y pre-pirenaica, que se consideraban tradicionalmente de basalto, de tal manera que se les suponía una procedencia lejana (Ripoll 1956), para las que el análisis de la composición mineralógica ha puesto de manifiesto que se trata de corneanas, rocas de naturaleza metamórfica que se pueden poner en relación con áreas de aprovisionamiento relativamente cercanas. Falta, sin embargo, un estudio de la localización de las fuentes de materia prima y su relación con el utillaje y los yacimientos arqueológicos, de tal modo que posibilite realizar valoraciones sobre la explotación de recursos líticos.

Entre los trabajos publicados en fechas recientes, podemos destacar el estudio sobre el yacimiento de Plansallosa (Tortellà, la Garrotxa) donde se ha identificado un área de taller dedicada a la fabricación de útiles pulimentados (Alcalde et alii 1991). Su interés radica en la dificultad de localizar y ubicar en el espacio estas actividades de transformación, pues las técnicas de fabricación de estos útiles (piqueteado, pulido) no producen, habitualmente, unos restos comparables a los que produce la industria lítica tallada.

En este yacimiento se ha documentado una estructura, formada por un conjunto de bloques de arenisca, que se interrelacionaban directamente con un grupo de cuatro esbozos y/o piezas rehusadas sobre roca pulida, siempre en corneana, materia prima que se localiza en las inmediaciones del yacimiento, además de un pulidor-percutor pulimentado; en este caso, los materiales utilizados para las piezas de mayor tamaño (hachas y azadas) eran cantos, mientras que se emplearon lascas de estos cantos para los útiles más pequeños (azuelas y formones).

El hecho de localizar el área de trabajo dentro de una estructura de hábitat resulta especialmente interesante, indicando los autores el carácter doméstico de la actividad, frente a los talleres especializados. Señalan como exponentes de estos últimos los talleres de útiles pulimentados al aire libre documentados en otras zonas de Cataluña, como el valle de Segre (Maluquer 1979-80), la comarca de la Noguera (Valdés 1981-82) o Les Guillerries-Collsacabra en el valle del Ter (Bosch 1984), y proponen para éstos una cronología más reciente.

Esta propuesta cronológica no puede mantenerse, a nuestro entender, sin un estudio pormenorizado de la proximidad a las fuentes de materia prima y el tipo o sistema de suministro, entendiendo que la distancia a las FMP es un factor que condiciona el sistema de explotación y el carácter de la misma. Las actividades de transformación de la materia prima pueden realizarse en el entorno cercano a las FMP o bien transportarla hasta el lugar de hábitat estable, de lo cual nos informará la presencia en el registro arqueológico de piezas en

proceso de elaboración.

La explotación de los recursos líticos de Can Tintorer (Gavà, Barcelona), una de las más documentadas y estudiadas en el ámbito catalán, corresponde a un momento cronológico posterior -Neolítico medio- del que abordamos en esta comunicación (Edo et alii 1992).

PAIS VALENCIANO

En el País Valenciano los estudios sobre el utillaje pulimentado se están desarrollando en los últimos años. La presencia de útiles pulimentados en los contextos neolíticos junto al resto de elementos propios del nuevo modo de subsistencia se viene señalando desde los primeros trabajos, si bien los estudios más recientes se realizan abordando además de su clasificación tipológica, el análisis la materia prima y las áreas de suministro o FMP (Gallart y Lago 1988; Orozco 1990; Rosser 1990).

Disponemos en la actualidad de la localización detallada de las fuentes de materia prima potenciales de las litologías empleadas en la fabricación del utillaje pulimentado, por las comunidades prehistóricas en la zona valenciana. Se trata, en su mayor parte, de afloramientos de diabasas, aunque también se localizan en este área afloramientos de basaltos, que consideramos asimismo FMP potenciales (Fig. 2). En todos los casos se trata de explotaciones al aire libre o canteras (Orozco 1990).

Entre los yacimientos valencianos que presentan niveles que corresponden al horizonte cultural de las cerámicas impresas, podemos destacar la Cova de l'Or (Beniarrés, Alicante), la Cova de les Cendres (Teulada, Alicante) que en sus respectivas secuencias estratigráficas muestran las diferentes fases del neolítico desde sus inicios. Otro yacimiento es la Cova de la Sarsa (Bocairent, Valencia) cuyos materiales se atribuyen en conjunto al neolítico antiguo (Fig.1).

La colección más numerosa de útiles pulimentados en la fase inicial del neolítico corresponde a la Cova de l'Or, sobre la que se está realizando un estudio conjunto de los diferentes sectores excavados.

Un avance de los resultados obtenidos en los otros yacimientos mencionados (Sarsa y Cendres) servirá para trazar las tendencias en la explotación de recursos líticos por parte de las primeras comunidades neolíticas.

Tanto en Sarsa como en Cendres, el utillaje pulimentado (hachas y azuelas) asociado a las cerámicas con decoración impresa cardial, ha sido confeccionado con diabasas, rocas cuya área fuente o FMP se localiza, en ambos casos, en un entorno relativamente cercano a cada yacimiento. En el caso de Cendres, podemos avanzar que a lo largo de la secuencia se documentan cambios cualitativos,

es decir, en el tipo de rocas empleadas.

Estos datos preliminares, a falta del estudio de otros yacimientos de este horizonte cronológico, muestran la utilización exclusiva para la fabricación de estos útiles, de un tipo determinado de litología en el neolítico inicial, rocas de textura diabásica de grano fino, para las que las FMP no se sitúan a grandes distancias de los yacimientos.

La demanda de este nuevo tipo de material lítico para elaborar esta industria se cubre, en estos momentos, mediante un sistema de suministro o aprovisionamiento de materias primas que consideramos como suministro directo, también denominado suministro territorial (Ramos Millán 1984) que implicaría una explotación directa de dichas FMP. No disponemos de datos cuantificados sobre el territorio de explotación, en el que se localizarían los diferentes recursos empleados por estos grupos neolíticos, si bien en el caso que presentamos la cercanía relativa a las FMP permite inferir un acceso directo por parte de estas comunidades.

Al mismo tiempo, el empleo de un tipo determinado de roca, cuya localización en el marco geológico ocupa puntos muy concretos, ya que estos asomos rocosos son de reducidas dimensiones y no presentan gran extensión, nos habla de un conocimiento detallado del medio natural y de los recursos abióticos que en él se encuentran, que a partir del Vº milenio a.C. van a adquirir una importancia relevante en el sistema de producción lítica de estos grupos prehistóricos.

Sin embargo, aparecen en el registro arqueológico de estos yacimientos otros materiales líticos que matizan la tendencia señalada en el aprovisionamiento: algunos de los elementos de adorno -pulseras- tan característicos y abundantes en este primer horizonte neolítico, de las que una gran parte se han confeccionado con materias primas (esquistos de grano muy fino) cuya área fuente no se localiza en el marco valenciano. Entre este tipo ornamental encontramos, asimismo, pulseras confeccionadas sobre rocas sedimentarias de origen local (calizas y dolomías). La presencia de estas litologías que se consideran alóctonas, se puede considerar como un indicador de relaciones con otras áreas de la península, pues la alta proporción de estos materiales en los conjuntos no se puede interpretar como un hallazgo aislado. Se hace necesario pues, un análisis detallado tanto de las piezas arqueológicas como de su FMP, a partir de lo cual se podrá interpretar la existencia de una corriente de circulación.

En el ámbito valenciano no hemos encontrado, por el momento, en las FMP vestigios que nos den referencias sobre la explotación y transformación de estos recursos en época prehistórica. Ello puede ser debido a la intensa explotación de estos afloramientos en épocas recientes, al emplearse estas rocas para la fabricación de áridos, lo que ha conducido en algunos casos al agotamiento de las FMP, y ha modificado el entorno inmediato de dichos afloramientos

(construcción de caminos de acceso, desmontes, voladuras, etc...).

ANDALUCIA ORIENTAL

Entre los yacimientos que se atribuyen al neolítico inicial en la zona oriental de Andalucía (Fig.1), tenemos noticias de la presencia de utillaje pulimentado en la **Cueva del Malalmuerzo** (Moclín, Granada), donde se recuperaron en trabajos de prospección un cincel, un hacha y el extremo distal de una azuela (Carrión y Contreras 1979). También en la **Cueva del Higuero** (Málaga), se señala la presencia de molinos de mano, azuelas (en fibrolita y serpentina) asociados a cerámicas con decoración impresa (Navarrete 1976; Lopez y Cacho 1979).

La **Cueva de Nerja** (Málaga) muestra una amplia secuencia estratigráfica, en la que se señala en los niveles neolíticos un inicio débil de la industria pulimentada, con bajos porcentajes de machacadores y cinceles. A partir de esta consideración, así como del hecho de que una gran parte de los molinos de mano aparecen con restos de ocre, los autores interpretan que en el neolítico antiguo de Nerja no se practicó la deforestación con utillaje de hachas pulimentadas, por lo que la introducción de la agricultura cerealística en este yacimiento es más reciente (Pellicer y Acosta 1986).

En los estratos inferiores de la **Cueva de Carigüela** (Píñar, Granada), atribuidos al neolítico inicial se señala una pobre representación del utillaje pulimentado (Navarrete 1976). El análisis específico de estos materiales fue retomado en trabajos posteriores, obteniendo interesantes resultados sobre la explotación del medio en época prehistórica. Los estudios realizados se centraron en el análisis de la materia prima empleada en la fabricación de los útiles, a partir de estos datos se delimitaron las áreas de procedencia y se definieron los sistemas de suministro empleados por las comunidades prehistóricas, así como la evolución y cambios de los mismos en diversas etapas de la Prehistoria (Carrión y Gomez 1983), señalando para Carigüela, en el neolítico inicial, una presencia mayoritaria de materiales cuyo origen es el complejo Nevado-Filábride, lo que se interpreta, a partir de la ubicación de este yacimiento, como resultado de un aprovisionamiento directo por parte de las poblaciones.

Los trabajos en curso en la zona andaluza abordan el estudio del aprovisionamiento de determinados georecursos potenciales evidenciados en la explotación de materias primas líticas específicas, obteniendo interesantes resultados para las comunidades del SE peninsular durante la Prehistoria reciente (Edad del Cobre y Bronce), localizando diversos complejos mineros y áreas de extracción y transformación de los soportes líticos (Carrión et alii e.p.).

CONSIDERACIONES FINALES

Esta breve revisión realizada sirve para mostrar que el estudio de las actividades de suministro de materiales líticos por parte de las poblaciones prehistóricas ha sido escasamente atendido hasta la fecha, con la excepción de los trabajos realizados por diversos autores en la zona oriental de Andalucía, entre los que destacan los intentos de dotar a estas investigaciones de un marco analítico, a partir de una caracterización teórica de las variables y las correlaciones que intervienen en el proceso de suministro (Ramos Millán 1984; 1986). La descripción y explicación de la explotación del medio se revela como un medio necesario para integrar dichas actividades en el sistema económico.

Los estudios centrados en la distribución del utillaje pulimentado desde su área fuente o FMP han tenido mayor desarrollo (Bosch 1984; Carrión y Gomez 1983; Gallart y Lago 1988; Orozco 1990), si bien aun estamos lejos de conocer de manera detallada e interpretar el proceso de formación de dichas distribuciones, y su integración en el marco de las actividades socioeconómicas en las etapas prehistóricas.

El punto de partida para la realización de estudios sobre el sistema de suministro de recursos líticos y su interpretación, es la caracterización de las diversas litologías empleadas por las comunidades en estudio, y el conocimiento detallado del medio natural, en el que se localicen las fuentes de suministro.

A partir de estos datos, consideramos necesaria una reflexión sobre todas las variables que intervienen, así como de los procesos y relaciones que componen estas actividades. Considerando la relación entre los sistemas de suministro y la transformación de recursos líticos estaremos en condiciones de conocer el sistema de producción lítica, que forma parte, en el caso de las comunidades neolíticas, del sistema socio-económico.

BIBLIOGRAFIA

- ALCALDE, G. BOSCH, A. y BUXÓ, R. 1991: "L'assentament neolític a l'aire lliure de Plansallosa (la Garrotxa)". *Cypsela*, IX. pp: 49 - 63.
- ALCALDE, G. et alii. 1992: «Hábitats al aire libre del neolític antiguo y medio del nordeste de Catalunya». *Congreso Aragón/Litoral Mediterráneo. Intercambios culturales durante la Prehistoria*. Zaragoza. pp: 335-343.
- BALDELLOU, V. y MESTRES, J. 1981: "Les Guixeres de Vilobí, hàbitat del Neolític Antic al aire lliure". En *El Neolític a Catalunya.. Taula Rodona de Montserrat*. pp: 69-74.
- BERNABEU, J. 1989: *La tradición cultural de las cerámicas impresas en la zona oriental de la Península Ibérica*. Trabajos Varios del Servicio de Investigación Prehistórica, 86. Valencia. 158 p.

- BERNABEU, J. y MARTI, B. 1992: El País Valenciano de la aparición del Neolítico al horizonte Campaniforme. *Congreso Aragón / Litoral Mediterráneo. Intercambios culturales durante la Prehistoria*. Zaragoza. pp: 213-234.
- BOSCH, A. 1984: "Les destrals polides del nord de Catalunya: tipologia i petrologia". *Fonaments*, 4. pp: 221-245.
- CARRION, F. y CONTRERAS, F. 1979: "Yacimientos neolíticos de la zona de Moclín, Granada". *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, nº 4. pp: 21-56.
- CARRION, F. y GOMEZ, M.T. 1983: "Análisis petroarqueológico de los artefactos de piedra trabajada durante la prehistoria reciente en la provincia de Granada". *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, nº 8. pp: 447-477.
- CARRION, F. et alii (en prensa): "Proyecto: los recursos abióticos y los sistemas de aprovisionamiento de rocas por las comunidades prehistóricas del SE de la península ibérica durante la Prehistoria reciente".
- EDO, M. et alii 1985-86: "Resultats de les excavacions de la Cova de Can Saduní (Begues, Baix Llobregat)". *Tribuna d'Arqueologia*. Departament de Cultura de la Generalitat Valenciana. pp: 33-41.
- EDO, M. et alii 1992: "Can Tintorer, origen y distribución de minerales verdes en el noreste peninsular durante el neolítico". *Coloquio Aragón / Litoral mediterráneo. Intercambios culturales en la Prehistoria*. Zaragoza. pp: 361-373.
- GALLART, M.D. y LAGO, M. 1988: "Procedencia de las hachas pulidas del poblado de la Ereta del Pedregal (Navarrés, Valencia)". *Archivo de Prehistoria Levantina*, XVIII. pp: 233-237.
- LOPEZ, P. y CACHO, C. 1979: "La cueva del Higuero (Málaga): estudio de sus materiales". *Trabajos de Prehistoria*, 36. Madrid. pp: 11-81.
- LLONGUERAS, M. 1987: "Los antecedentes y el proceso de neolitización en Cataluña". En *Prémieres Communautés Paysannes en Méditerranée Occidentale*. Actas del Coloquio Internacional de Montpellier. éditions du C.N.R.S. pp: 593-597.
- MALUQUER, J. 1979-80: "Notes de prehistoria catalana: una industria lítica de la comarca de la Noguera". *Pyrenae*, 15-16. pp: 251-266.
- MARTI, B. et alii 1987: "El Neolítico antiguo en la zona oriental de la Península Ibérica". En *Prémieres Communautés Paysannes en Méditerranée Occidentale*. Actas del Coloquio Internacional de Montpellier. éditions du C.N.R.S. pp: 607-619.
- MARTIN, A. et alii 1983-84: "Excavacions a la cova del Frare (Matadepera, Vallès Occidental). Dinàmica ecològica, seqüència cultural i cronologia absoluta". *Tribuna d'Arqueologia*. Departament de Cultura de la Generalitat de Catalunya. pp: 91-103.
- NAVARRETE, M.S. 1976: *La cultura de las cuevas con cerámica decorada en Andalucía Oriental*. Universidad de Granada. Departamento de Prehistoria. 2 vol.
- OROZCO KÖHLER, M.T. 1990: *Análisis petrológico del utillaje lítico pulimentado. Aproximación a los fenómenos de aprovisionamiento e intercambio durante el IIIº milenio a.C. en el País Valenciano*. Memoria de Licenciatura. Universitat de València.
- PELLICER, M. y ACOSTA, P. 1986: "Neolítico y Calcolítico de la Cueva de Nerja". En *La Prehistoria de la Cueva de Nerja*. Trabajos sobre la Cueva de Nerja, nº 1. pp: 341-450.
- RAMOS MILLAN, A. 1984: "La identificación de las fuentes de suministro de un asentamiento prehistórico. El abastecimiento de rocas silíceas para manufacturas

- talladas". En *Arqueología Espacial*, 1. Coloquio sobre distribución y relaciones entre los asentamientos. Teruel. pp: 107-134.
- RAMOS MILLAN, A. 1986: "La explotación de recursos líticos por las comunidades prehistóricas. Un estudio sobre economía primitiva". *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, nº 11. pp: 237-271.
- RIPOLL, E. 1956: "Hachas pulimentadas de la provincia de Lérida". *Ilerda*, 19. pp: 29-39.
- ROSSER, P. 1990: "Análisis petrográfico, espacial y circuitos de intercambio de los útiles de piedra pulimentada con filo de la provincia de Alicante". *Xàbiga*, 6. pp: 175-198.
- VALDES, L. 1981-82: "Informe sobre talleres de útiles pulimentados en la comarca de l'Alt Urgell (I - Peramola)". *Pyrenae*, 17-18. pp: 83-102.



Fig. 1 — Yacimientos arqueológicos citados en el texto: 1 — Plansallosa; 2 — Cova de Can Sadurní; 3 — Les Guixeres de Vilobí; 4 — Cova del Frare; 5 — Cova de les Cendres; 6 — Cova de l'Or; 7 — Cova de la Sarsa; 8 — Cueva del Malalmuerzo; 9 — Cueva de la Carigüela; 10 — Cueva de Nerja; 11 — Cueva del Higuérón.

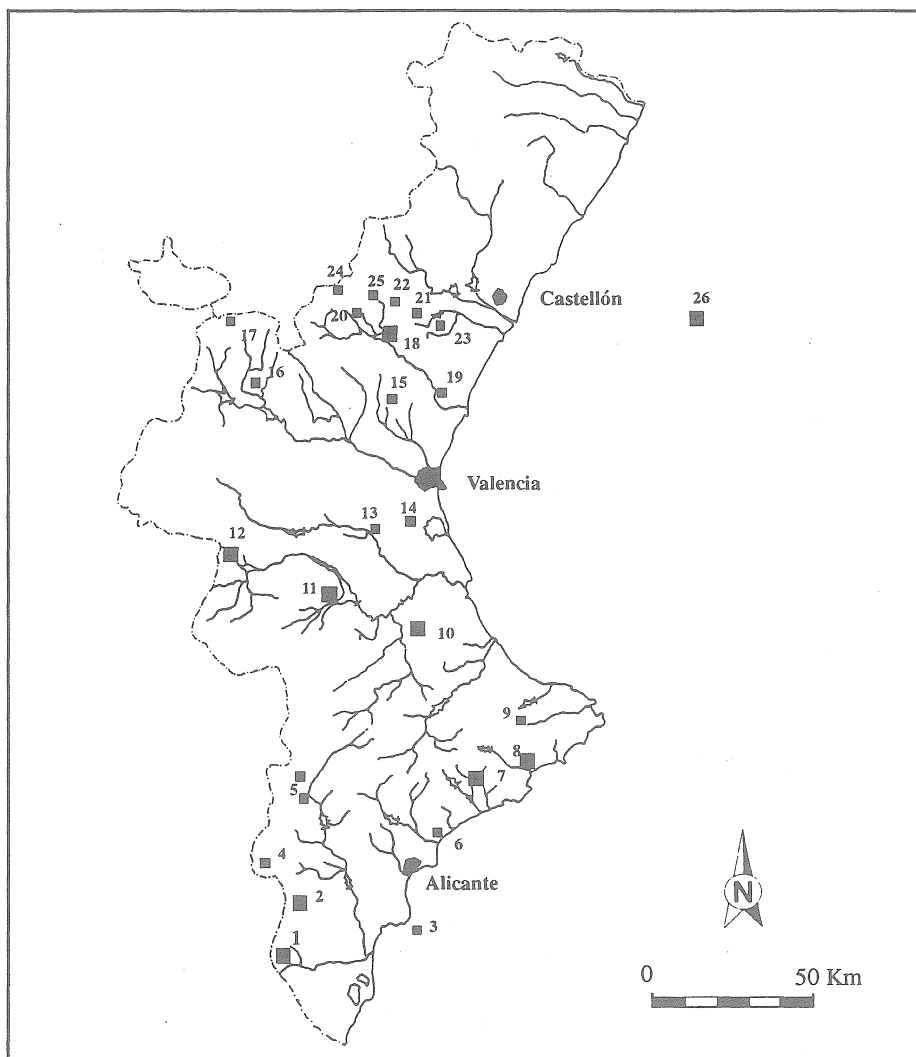


Fig. 2 — Afloramientos de rocas ígneas en el ámbito valenciano: 1 — Sierra de Orihuela — Callosa del Segura; 2 — Sierra de Crevillente; 3 — Isla de Tabarca; 4 — Pinoso; 5 — Sax — Villena; 6 — Campello; 7 — Finestrat — Orxeta; 8 — Altea — Callosa d'En Sarrià; 9 — Parcent; 10 — Lloc Nou de Fenollet; 11 — Quesa; 12 — Cofrentes; 13 — Llombay — Alfarp — Catadau; 14 — Picassent; 15 — Naquera; 16 y 17 — Los Serranos; 18 — Altura; 19 — Soneja; 20 — Toràs — Bejís; 21 — Montanejos — Montán; 22 — Fuente la Reina; 23 — Cirat; 24 — San Agustín; 25 — Pina de Montalgrao; 26 — Islas Columbretes.

EL NEOLÍTICO ANTIGUO DE LA COVA DEL PARCO (ALÒS DE BALAGUER, CATALUNYA) Y EL PROCESO DE NEOLITIZACIÓN EN EL VALLE DEL RÍO SEGRE

por

Raül Bartrolí, M. Mercè Bergadà,
Alicia Estrada, David Farell, Annabel Gamarra,
Jordi Nadal y M. Àngels Petit¹

Resumen: En esta comunicación se analizan los datos correspondientes a las excavaciones efectuadas en los años 1974-84, así como los referentes a los trabajos que se desarrollan en la actualidad en este yacimiento.

Se incide especialmente en el material arqueológico (lítico, cerámico y óseo), fauna exhumada y estructuras que se han reconocido (micromorfología).

De igual manera se analiza el proceso de neolitización en el interior de Cataluña (comarcas leridanas) a partir de la recopilación de toda la información conocida.

Palabras-clave: Prehistoria. Neolítico. Lleida.

1. SITUACIÓN GEOGRÁFICA Y ANTECEDENTES (Fig. 1)

La Cova del Parco está situada en el término municipal de Alòs de Balaguer (La Noguera, Lleida), en la vertiente meridional del domo de Sant Mamet, a unos 120 m. s.n. del río Segre y a 420 m. s.n.m.. La orientación es de N-S y sus coordenadas geográficas son 0° 56' 31'' E y 41° 54' 48'' N.

Forma parte del complejo kárstico que se desarrolla en los conglomerados oligocenos del sinclinal de La Massana (POCOVI, J.1978).

El yacimiento está constituido morfológicamente por una cavidad que se comunica, en dirección W con un abrigo. La cavidad, formada por una galería única, de planta alargada, tiene 4,5 m. de ancho en su abertura y 10,5 m de largo. El recorrido es muy rectilíneo y se divide en dos zonas: zona exterior,

¹ SERP, Departament de Prehistòria, Història Antiga i Arqueologia. Universitat de Barcelona. Este trabajo se incluye en el proyecto PB90-0822 de la DGICYT.

más ancha (4,5 m) donde se localiza la mayor potencia sedimentaria y zona interior, más estrecha (2 m), formada por una gran acumulación de bloques. En la parte más interna de la cueva se pueden observar algunas pequeñas coladas de concreciones, que parten de conductos kársticos localizados en el techo. El abrigo adopta una planta rectangular de 5,5 m. de largo por 11 m. de ancho.

Los primeros trabajos arqueológicos en el yacimiento se remontan al año 1974, bajo la dirección del Dr. Maluquer, cuyos resultados alentaron posteriores excavaciones efectuadas desde 1987, primero bajo la dirección de J.M. Fullola y actualmente de J.M. Fullola, R. Bartrolí y M. Bergadà.

La secuencia arqueológica abarca desde el final del Paleolítico Superior hasta la Edad de Bronce, aunque los niveles correspondientes al Neolítico, Calcolítico y Bronce fueron excavados casi en su totalidad por el Dr. Maluquer.

2. CAMPAÑA DE EXCAVACIONES 1992. ESTRUCTURA EE1

En la campaña de excavaciones de 1992 se reanudaron los trabajos correspondientes a los niveles holocénicos en la zona interior de la cueva donde pudo identificarse una única estructura que denominamos EE1 y que consideramos de almacenaje en su primera función y reutilizada como vertedero. Se encontraba seccionada vertical y horizontalmente por las antiguas excavaciones efectuadas por el Dr. Maluquer por lo que no conocemos sus dimensiones totales, no obstante deducimos una forma subcircular de base aplanada de la que conserva una profundidad máxima de 25 cm, (Fig. 2). La secuencia microestratigráfica estaba constituida por un nivel inferior de 3 cm, formado por una acumulación orgánica de color grisáceo (7,5YR 6/2), junto a carbones, cantos y gravas; un nivel intermedio, situado en el sector norte de la estructura, de unos 10 cm, compuesto por una matriz areno-limosa de color marrón (7,5YR 5/6) con bloques y cantos de conglomerado. El nivel superior, de unos 13 cm, y localizado en el sector SE, estaba formado por una acumulación limosa de color gris (7,5YR 5/2) mezclado en algunas zonas con una matriz areno-limosa de color marrón; merece la pena señalar, la gran cantidad de material arqueológico aparecido: fauna quemada, carbones, algún fragmento de cerámica y sílex, así como pequeños grumos de arcilla cocida de forma aplanada con impresiones vegetales (Fig. 2).

Análisis micromorfológico²

Para realizar este estudio se han tomado dos muestras de la estructura EE1

² Agradecemos a la Dra. M.A. Courty del Département de Sols de l' Institut National Agronomique de Plaisir-Grignon (France) por su asesoramiento en el análisis micromorfológico.

(Fig.2). El análisis micromorfológico nos ha permitido conocer el origen y las transformaciones del relleno sedimentario de la misma.

El nivel inferior estaba formado por una masa carbonatada micrítica (cristales de calcita), con inclusiones minerales (arenas finas, fragmentos de roca caliza fragmentada y la presencia de inclusiones ferruginosas) y orgánicas (carbones fragmentados, restos de cenizas de tipo leñoso, restos de cenizas fosfatadas, cristales de oxalato cálcico, residuos de vegetales humificados y pequeñas astillas de huesos).

El nivel intermedio estaba constituido por una matriz areno-limosa y por inclusiones orgánicas (carbones fragmentados, restos de cenizas de tipo leñoso, residuos de vegetales humificados, fitolitos, masas fosfatadas de coprolitos, fragmentos de cenizas calcíticas de hojas y fragmentos óseos de tamaño milimétrico. En este nivel el porcentaje de las acumulaciones orgánicas es inferior al nivel anterior.

Por lo que se refiere al nivel superior estaba formado por los mismos elementos que el nivel inferior pero la distribución relativa y la cantidad de elementos era diferente: aparecían más fragmentos carbonosos, documentándose nódulos de carbonato cálcico que no se distribuyen en masa como en el nivel inferior. Entre los componentes orgánicos se identificaron masas fosfatadas de origen coprolítico, fragmentos de cenizas de tipo leñoso, y residuos de vegetales humificados.

Creemos que el hecho de aparecer restos de cenizas fosfatadas, residuos vegetales humificados, restos de cenizas de hojas, masas fosfatadas de origen coprolítico, fitolitos... puede suponer que los niveles que forman el relleno de la estructura son depósitos que proceden de la combustión de zonas de estiércol de animales. También hay que añadir que la disposición de estos elementos no sigue predominantemente la pendiente del nivel lo que nos sugiere que están en posición secundaria formando parte de un vertedero.

Posteriormente al relleno se sucedieron una serie de procesos post-deposicionales debidos a las infiltraciones de aguas que percolaron a través del sistema de huecos del sedimento, arrastrando partículas carbonosas y elementos finos (limos y arcillas) que se acumularon en huecos o alrededor de elementos gruesos, originando revestimientos y rellenos. También hay que destacar la actividad biológica (raíces y lumbrícidos) que se traduce por una porosidad constituida por canales y cámaras y por la presencia de material fecal.

Materiales arqueológicos³

De entre los materiales exhumados destacamos un fragmento de cerámica decorado con cordones lisos (Fig. 2, Núm. 7) y un conjunto lítico (Fig. 2,

³ Todas las ilustraciones son obra de los autores exceptuando los números 3,4 y 9 de la Fig. 4, y 6 y 7 de la Fig.7, que aparecen publicadas en MALUQUER, 1981. Los dibujos 7 y 8 de la Fig. 2, 1 y 6 de la Fig. 5, y 4 de la Fig. 6 han sido realizados por R. Álvarez.

Núm. 1 a 6) formado por 29 piezas, muchas de ellas quemadas, dos de las cuales presentan un trabajo complementario de retoque (un abrupto indiferenciado, A2, y una raedera, R21). La materia prima utilizada es mayoritariamente el sílex, constatándose también la cornubianita (tres elementos) y el cristal de cuarzo (un efectivo). El reducido registro lítico que configura este conjunto y la poca significación de sus piezas dificultan una caracterización del sistema técnico de producción lítica.

En cuanto al estudio de la fauna, los resultados obtenidos son los siguientes:

Fauna doméstica	Fauna cazada	Micromamíferos	Fauna no det.
<i>Bos taurus</i> : 1	<i>Cervus elaphus</i> : 1	no det: 6	no det: 11
Ovicaprinos: 6	<i>O. cuniculus</i> : 9	Roedores no det: 3	Macro F: 40
		<i>Microtus</i> : 1	Meso F: 18
<i>TOTAL</i> 7	<i>TOTAL</i> 10	<i>TOTAL</i> 10	<i>TOTAL</i> 69

De estos resultados los micromamíferos son claramente una aportación de tipo biológico (marcas de digestión, bajo nivel de fragmentación) algunos restos de conejo podrían tener el mismo origen aunque es difícil de precisar. En todo caso, y considerando también los elementos no determinados, hay un predominio evidente de macromamíferos. Entre éstos domina el grupo de las especies domésticas, aunque si consideramos los conejos como fauna cazada, el número de restos queda igualado, o aún superado, aunque no en cantidad de biomasa. Entre la fauna doméstica dominan los ovicaprinos.

Funcionalidad y cronología

En cuanto al uso original de esta estructura el hecho de que fuera un silo se ve corroborado por su forma y por la aparición de masas de arcilla cocida de forma aplanada y con improntas vegetales. Creemos que las masas de arcilla cocida podrían pertenecer a la tapadera o a la impermeabilización de las paredes para la conservación del alimento almacenado. Casos parecidos a éste se han observado en la Cova 120 Sales de Llierca (Girona) (AAVV 1987), en la Cova de Can Sadurní (Begues, Barcelona) (EDO & BLASCO 1993) y en el hábitat de les Bruyères (Ardèche) (GILLES 1975). Como ya hemos dicho, el silo fue amortizado como vertedero con materiales procedentes de un estercolero tal y como nos indica el análisis micromorfológico.

Tanto por su situación estratigráfica como por los materiales recuperados, escasos pero significativos, otorgamos una cronología relativa a esta estructura

correspondiente al Neolítico Antiguo (Cardial Final/Epicardial). Dicha cronología se ha visto corroborada con una fecha absoluta, realizada sobre una muestra de carbón, en el Centrum voor Isotopen Onderzoek de la Rijksuniversiteit de Groningen: Gr.N.20058-Parco 92 (EE1).1: 6120 ± 90 BP: 4170 ± 90 BC (sin calibrar).

3. MATERIALES PROCEDENTES DE LAS EXCAVACIONES ANTIGUAS Y FUERA DE CONTEXTO ESTRATIGRÁFICO

Al intentar atribuir cronoculturalmente los materiales correspondientes a las excavaciones que realizó el Dr. J. Maluquer en la Cova del Parco, nos hemos encontrado con dos tipos de datos, ambos problemáticos. En primer lugar, las referencias de posición estratigráfica, que creemos difícilmente pueden aceptarse (pertenencia a dos niveles diferentes de fragmentos de un mismo vaso, discordancia respecto a materiales de atribución cronológica segura por su tipología, por ejemplo: Vaso Campaniforme, etc.). Referente a este problema, ni siquiera puede mantenerse en la actualidad el denominado nivel a 3, considerado por Maluquer como un nivel Neolítico Antiguo, ya que con esta adscripción tenemos incluso cerámica vidriada. La segunda fuente de datos sobre cronología es la proporcionada por las tres fechas absolutas suficientemente conocidas. En este sentido, el Dr. Maluquer las pone en relación con un horizonte cardial (4.500 ± 230 BP y 4.220 ± 230 BP) y con un horizonte cardial-epicardial (3.840 ± 170 BP) (MALUQUER, 1982). Esta atribución, coherente en cuanto a fechas, no coincide si comparamos la situación estratigráfica de las muestras (MALUQUER, 1983-84) y el análisis de los niveles realizado recientemente (BERGADÀ, 1991).

A causa de estos problemas de atribución estratigráfica, vamos, tras describir la cultura material, a otorgarle significación cronocultural en función de su tipología.

Industria lítica (Fig. 3)

El material lítico que forma parte del conjunto de materiales que provienen de los trabajos de excavaciones anteriores está constituido por un contingente cuantitativamente muy importante. Cabe señalar que este conjunto plantea serios problemas de adscripción cronoestratigráfica, ya que se observa la presencia de ciertos tipos característicos de momentos cronoculturales distintos. Así distinguimos un pequeño bloque de materiales, grandes láminas que presentan retoques laterales simples, que situaríamos en el Calcolítico-Bronce

Antiguo (Fig. 3, núm. 1 y 2). A partir de diversas contrastaciones, creemos que finalmente hemos podido delimitar un grupo de materiales líticos que pertenecen a horizontes neolíticos. A continuación presentamos el estudio de este conjunto, centrándonos en el análisis tipológico de las piezas retocadas. La materia prima utilizada para la elaboración de estos útiles es siempre el sílex, aunque también cabe constatar la presencia de otros materiales tallados dentro del conjunto industrial (cristal de cuarzo y cornubianita). De un total de 209 efectivos líticos, el 20,5 % son elementos sobre los cuales se ha realizado un trabajo posterior de configuración tecnofuncional. Estos últimos se corresponden con 47 tipos primarios que se reparten en 39 monotipos y 4 piezas dobles. En cuanto al modo de retoque, predomina claramente el retoque simple (74,4 %), seguido del retoque abrupto (23,4 %). Se ha constatado también un elemento foliáceo.

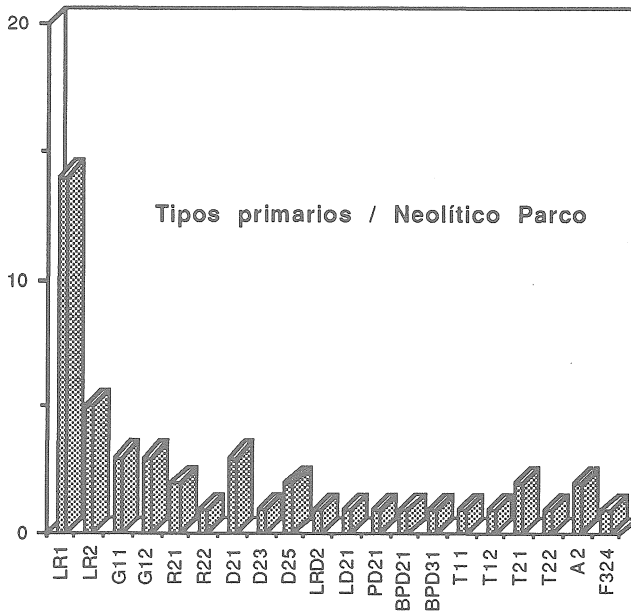
S	A	P
35	11	1
0.744	0.234	0.021

Del grupo de los simples, un 54,2 % son láminas retocadas (14 con retoques marginales -LR1- y 5 con un retoque profundo -LR2-); el resto de tipos primarios se reparte, en orden de mayor a menor importancia, en denticulados (20 % del total de los simples), raspadores (17,1 %) y raederas (8,5%).

Del retoque abrupto, un 45,4 % corresponde al grupo de las truncaduras; el resto de porcentaje se reparte de igual modo entre elementos de dorso rebajado, geométricos y abruptos indiferenciados.

El retoque plano se corresponde con un útil geométrico de doble bisel (Fig.3. Núm.7) y aparece de forma complementaria en la configuración de otro microlito realizado con retoque abrupto (Fig.3. núm.5).

También se han recuperado un ejemplar de núcleo y dos percutores. El análisis de este núcleo constata una explotación longitudinal del volumen, sin una preparación cuidada, con la finalidad de obtener soportes tipométricamente laminares; sin embargo, en el conjunto industrial encontramos también soportes laminares sensu estricto que se corresponden a una explotación laminar tecnológicamente especializada. Los percutores citados, de cuarzo y cornubianita, son de pequeño tamaño y presentan los estigmas típicos de esta funcionalidad. Como hemos señalado, este conjunto industrial se inscribe cronoculturalmente dentro del Neolítico Antiguo. Ahora bien, a diferencia del material cerámico, cuyo estudio ha permitido constatar la presencia de elementos correspondientes



a distintos momentos de este horizonte antiguo, es difícil intentar diferenciar estas facies en el registro lítico. El análisis global de este conjunto lítico pone de manifiesto la presencia de características constatadas en otros registros de esta cronología (JUAN-CABANILLES, 1984; MESTRES, 1987). Así, hay una clara predominancia del soporte laminar sobre el cual encontramos la mayoría de piezas retocadas; de hecho, el grupo tipológico de las láminas retocadas junto con el de los denticulados son los más representados en el conjunto. Destaca también la presencia de elementos geométricos, de bisel simple y doble, la fabricación de los cuales no ha sido realizada mediante la técnica del microburil, hecho que parece generalizarse en estas áreas en momentos neolíticos.

Acompañan a este registro una serie de elementos de piedra pulimentada como son molinos, pulidores y hachas, aunque resulta difícil atribuir algunos de ellos al Neolítico Antiguo. Destaca en este conjunto una pieza que sí puede adscribirse claramente a este momento: un molino barquiforme, cuya superficie de trabajo se encuentra totalmente manchada de ocre.

Industria ósea y malacológica (Fig. 3)

De las excavaciones realizadas por el Dr. J. Maluquer se recuperaron 9 objetos elaborados a partir de materias duras animales a los que hay que añadir dos cuentas de collar procedentes de la campaña de 1992.

Apuntados:

Contamos con siete apuntados fabricados a partir de diáfisis de macro-mamífero. En alguno de ellos se puede apreciar el origen anatómico escogido para su transformación (tibia en un caso y metapodio de ovicaprino en otro), mientras que el resto utilizan fragmentos de diáfisis o astillas. Las dimensiones oscilan entre los 6 y 7 centímetros de longitud, a excepción del apuntado sobre tibia de 9,2 cm y dos pequeños fragmentos distales. La técnica de elaboración consiste en la división longitudinal de las diáfisis y posterior aguzamiento por abrasión. En dos casos conservan una de las epífisis como zona de presión, pudiéndose adscribir tipológicamente. El punzón sobre metapodio distal corresponde al tipo 9 de Camps-Fabrer *punzón sobre metapodio abrasionado* (Fig. 3, núm.3) y el punzón que conserva la epífisis proximal de un metapodio correspondería al tipo 8 *punzón sobre metapodio partido longitudinalmente* (Fig.3, núm.4). (CAMPS-FABRER, 1990. Fiches 8-9).

Elementos de adorno:

El conjunto está formado por tres cuentas y un fragmento de brazalete elaborados sobre malacología marina. Dos de ellas son discoidales y una se encuentra en curso de fabricación. El brazalete está realizado sobre *Glycymeris*.

A partir del análisis tipológico no pueden contextualizarse estos materiales ya que son frecuentes a partir del Neolítico Antiguo Cardial hasta la Edad del Bronce.

Cerámica

Las cerámicas de la Cova del Parco constituyen el conjunto de elementos materiales más importante y significativo a la hora de determinar las distintas fases de la ocupación de la cavidad. A partir de su análisis pueden diferenciarse tres grandes bloques que se adscriben a momentos diferentes y que pasamos a analizar a continuación.

1. Cerámicas Neolíticas

Cerámicas Impresas (Fig. 4 y 5)

Constituyen un conjunto importante, correspondiente a una veintena de vasos de formas subesféricas, hemiesféricas y con ligero perfil en "s". Destacamos dos fragmentos de asas de grandes proporciones, bilobuladas, pertenecientes a una gran tinaja (Fig. 4, núm.10). De cocción irregular, presentan superficies

cuidadas y en la mayoría de los casos espatuladas. En cuanto al desgrasante se repite siempre la misma composición de cuarzo, caliza y mica dorada, que en algún caso aflora a las superficies, especialmente aquéllas que presentan evidencias de desgaste. Todos los vasos tienen una barroca decoración externa a base de impresiones formando cenefas paralelas al borde de las piezas. En algún caso, las impresiones se alternan con breves trazos incisos (Fig. 4, núm. 1, 7 y 8). Las impresiones generalmente han sido realizadas con el borde de un *cardiido*, aunque en otros casos estas decoraciones se han realizado con otro tipo de instrumento, como un punzón o gradina o presentan decoraciones mixtas (Fig. 4 núm. 4 y 9 y Fig. 5, núm. 2, 3 y 4). En dos ocasiones, una de ellas sobre las asas antes mencionadas, la decoración impresa presenta un aspecto muy irregular (Fig. 4 núm. 10). En uno se alterna la decoración a base de *cardium* con decoración plástica (Fig. 4 núm. 11).

Cerámicas inciso-impresas (Fig. 5)

Pertencientes a esta categoría contamos con dos elementos. Por un lado, tenemos fragmentos de un vaso con cuello, decorado con incisiones muy anchas o surcos formando motivos en arco y con impresiones hechas a base de un punzón dispuestas a modo de guiraldas (Fig. 5, núm. 5). Por otro lado, fragmentos pertenecientes a un gran vaso decorado con impresiones circulares en el reborde del labio y bajo éste. La decoración de este fragmento se completa con tres surcos o acanalados hechos con un punzón de extremidad roma. Ambos vasos son de cocción irregular. El primero que tenía las superficies originalmente alisadas se encuentran desgastadas; el segundo presenta ambas superficies irregulares. La pasta en ambos casos tiene desgrasante de cuarzo, mica y caliza de grandes dimensiones, lo que les da un aspecto muy tosco.

Cerámicas con decoración plástica (Fig. 5 y 6)

Dentro de este conjunto distinguiremos tres bloques de materiales: el primero formado por grandes vasos decoradas con cordones de sección semicircular añadidos a la superficie del vasos formando motivos paralelos y ortogonales (Fig. 5, núm. 6). Un segundo bloque estaría constituido por grandes tinajas decoradas con cordones de sección triangular realizados pellizcando la superficie externa de la pasta (crestas) (Fig. 6, núm. 1). En un caso la decoración es muy compleja ya que alterna crestas lisas con otras impresas y se complementan con una hilera de pezones.

El tercer gran bloque de materiales está formado por fragmentos de vasos de gran y mediano tamaño, de formas globulares y hemiesféricas. Se encuentran decorados con cordones muy planos impresos con un punzón de extremidad roma. En un caso los cordones están distribuidos por encima y debajo de un asa

de sección bilobulada, de la cual arrancan formando un motivo radial. En los otros dos se disponen en forma de amplias cenefas paralelas al borde (Fig. 5 núm. 7).

Todos estos vasos presentan una cocción irregular, en algunos casos las superficies son alisadas y en la mayor parte espatuladas. Los desgrasantes están compuestos en su mayoría por cuarzo, mica dorada y caliza, y en un caso, en el que la pasta es muy porosa, probablemente por desgrasante vegetal.

Cerámicas con decoración incisa (Fig.6, núm.6)

A este grupo pertenecen diversos fragmentos de un mismo vaso de superficies bruñidas y de cocción irregular, decorado con triángulos isósceles incisos, rellenos de líneas también incisas dispuestas en diagonal. El vaso, muy reconstruido, es troncocónico de carena baja prácticamente coincidente con el fondo de la pieza.

Cerámicas lisas (Fig. 6)

Dentro de este conjunto se incluyen gran cantidad de bordes exvasados pertenecientes a vasos de boca estrecha y cuello marcado, boles y casquetes (Fig.6, núm.5). Destacamos una gran tinaja con el borde almenado (Fig. 5 núm. 1) así como cuatro fragmentos de asas macizas (Fig.6 núm.2 y 3). Las superficies son alisadas y espatuladas. Los desgrasantes son básicamente de cuarzo, mica y caliza y en un caso probablemente de materia vegetal. Finalmente cabe destacar la presencia de un fragmento de cuchara de cerámica de la que se conserva parte del mango de sección circular y el inicio del receptáculo (Fig. 6, núm. 4).

2. Cerámicas Campaniformes (Fig. 6 Núm. 7 a 11)

Campaniforme internacional

Tres vasos componen este apartado. El primero (Fig.6 núm. 7) está formado por doce fragmentos que permiten prácticamente su reconstrucción completa. Tiene forma de cubilete, de borde exvasado y carena muy poco marcada y baja. El fondo es plano. Se encuentra decorado con bandas horizontales impresas y paralelas con decoración interna puntillada, formando líneas diagonales que cambian de dirección en cada faja. Las superficies se encuentran bruñidas siendo la exterior oxidada. La pasta es muy depurada con desgrasante minúsculo de mica y cuarzo.

El segundo (Fig. 6 núm.9) está formado por seis fragmentos de un vaso de perfil en "S" del que no se conserva el fondo. Se encuentra decorado a base de bandas horizontales paralelas puntilladas, formando líneas diagonales que

cambian de dirección en cada faja. Superficies bruñidas siendo la cocción irregular. La pasta presenta desgrasante irregular de cuarzo, mica y caliza.

El tercero (Fig. 6 núm. 8) está formado por cuatro fragmentos de la pared de un vaso de perfil en "S". Está decorado a base de bandas horizontales paralelas incisas y con decoración interna puntillada, formando líneas diagonales que cambian de dirección en cada faja. Las superficies bruñidas presentan una cocción oxidada en la parte externa. La pasta está muy depurada.

Campaniforme inciso-impreso

Hasta el momento sólo se han localizado dos pequeños fragmentos correspondientes a las paredes de dos vasos. Uno tiene una decoración únicamente incisa a base de triángulos seguidos de una línea incisa continua. Los triángulos se encuentran rellenos con líneas diagonales paralelas. Las superficies bruñidas presentan una cocción reductora. La pasta depurada tiene un desgrasante pequeño de cuarzo y caliza (Fig. 6, núm. 11).

El otro fragmento (Fig. 6, núm. 10) se encuentra decorado por tres líneas horizontales incisas paralelas. Dos de ellas forman una faja rellena de impresiones alternadas "en cremallera" bastante irregulares. La superficie externa es porosa e irregular, mientras que la interna presenta restos de alisado y es de cocción reductora.

3. Cerámicas de la Edad del Bronce

Cerámicas con decoración plástica (Fig. 7)

Seis vasos constituyen el bloque de cerámicas con decoración de cordones. Exceptuando un fragmento de pequeñas dimensiones, el resto permite entrever formas de gran tamaño decoradas a base de cordones de sección semicircular añadidos a la superficie del vaso e impresos con pseudoungulaciones y pseudodigitaciones. Muchos de los bordes aparecen impresos (Fig. 7, núm.3). En un caso el vaso presenta un solo cordón paralelo al borde (Fig. 7, núm. 7). En otro, una gran lengüeta horizontal aparece junto al borde. Puede reconstruirse en parte una olla subsférica con dos asas horizontales de sección bilobulada con el labio impreso, bajo el cual se dispone una hilera de botones (Fig. 7, núm. 3). Finalmente cabe destacar una enorme tinaja de forma ovoidal con el fondo plano y un cuello recto, decorado con tres cordones paralelos al borde. El cuerpo se halla profusamente decorado a base de cordones añadidos e impresos en gran parte, formando motivos ortogonales (Fig.7, núm. 9).

También dentro de este apartado incluimos dos fragmentos de vasos con grumos o pegotes en la superficie externa (Fig. 7, núm. 8).

Las superficies de estos vasos son muy irregulares, especialmente las externas. La pasta contiene desgrasante de cuarzo, mica y caliza. Predominan las cocciones reductoras.

Cerámicas impresas

Contamos con un borde de cuenco (Fig. 7, núm. 5) y un fragmento de pared con impresiones pseudounguladas muy irregulares y gran parte de un vaso ovoidal con una prominente lengüeta bajo el borde y con la superficie externa impresa con pseudodigitaciones en los dos tercios inferiores (Fig. 7, núm. 6).

Las superficies son irregulares aflorando en ellas desgrasante de cuarzo, caliza y mica. Presentan una cocción imperfecta.

Cerámicas lisas

En este apartado nos encontramos con tres vasos de muy diferente aspecto: el primero es una olla con reborde en el labio y dos asas verticales y bilobuladas; el resto del cuerpo, que a penas se conserva, debía ser ovoidal y el fondo plano; las superficies son alisadas y de cocción irregular, aflora desgrasante de mica dorada y cuarzo (Fig. 7, núm. 1). El segundo vaso es una gran fuente de boca muy ancha y fondo umbilicado (Fig. 7, núm.10); las superficies irregulares presentan un desgrasante enorme de cuarzo y caliza, y pequeño de mica; la cocción es irregular. El tercero es un apéndice cilíndrico perteneciente a una taza carenada con asa de las denominadas de apéndice de botón; sus superficies son alisadas y la cocción es reductora; la pasta contiene minúsculo desgrasante de cuarzo, caliza y mica (Fig. 7, núm.2).

Atribución cronocultural del material cerámico

En el bloque de materiales antes analizado también hemos incluido elementos procedentes de las excavaciones realizadas en el año 1992. Son los recuperados en la zona del abrigo que no se encontraban en posición primaria por causa de erosión hídrica, percolaciones cerca de la pared rocosa e intrusiones y remociones modernas (FULLOLA *et alii*, 1992). A causa de todas estas circunstancias, pensamos que las atribuciones crono-culturales de los materiales deben hacerse en función de sus propias características. De este modo, en parte son fácilmente atribuibles, aunque en algunos casos la adscripción resulta dudosa.

Dentro del bloque de las cerámicas neolíticas existe un importante conjunto de vasos impresos e inciso-impresos correspondientes al Neolítico Antiguo. De ellas, muchas están realizadas con impresiones de *cardium* (más de un 50%) (Fig. 4, núm. 2,5,6). Existen casos en que la impresión de *cardium* está

complementada con otro tipo de decoraciones (plásticas, incisiones e impresiones con punzón y gradina) (Fig.4, núm.1,7,8,9). Por otro lado, tenemos algunos vasos decorados con incisiones e impresiones claramente atribuibles a un horizonte Epicardial (Fig.5, núm. 5) y con claros paralelos en conjuntos posteriores al Cardial como el hábitat al aire libre del Torrollón I (Usón, Huesca) (REY, J. & RAMON, N. 1992), la Timba d'En Barenys (Riudoms, Tarragona) (VILARDELL, R. 1992) o la Cova Negra de Tragó de Noguera (Lleida) (ROVIRA, J & CURA, M., 1992). A este momento atribuimos algunos cordones lisos, así como los vasos decorados con cordones aplanados y pseudodigitados (Fig. 5, núm. 7). Tienen paralelos con otras cavidades prepirenaicas de Lérida como la cova del Coscoll (Camarassa- Fontllonga, Lérida) y la Cova de la Presa del Pantà de Santa Anna (Lérida) (ROVIRA, J. & CURA, M., 1992). Algunos vasos lisos con forma de botella, así como la tinaja de borde almenado con claros paralelos en la Balma Margineda, deben incluirse en este momento (Fig. 5, núm. 1).

Dentro de un Neolítico Antiguo Evolucionado o Postcardial situaremos el conjunto de cerámicas decoradas con "crestas" (Fig.6, núm. 1) y algunos vasos lisos con buenos acabados y provistos de asas macizas (Fig.6, núm. 2). Alguno de estos elementos podría situarse ya dentro de un Neolítico Medio (Fig. 6, núm. 3). Numerosos son los paralelos para los motivos de "crestas" en tierra leridana. Mencionaremos la Cova Colomera (Sant Esteve de la Sarga-Mur, Lérida) (PADRO, J. & DE LA VEGA, J., 1989), La Pedrera (Vallfogona de Balaguer, Lérida) (MAYA, J.L. & DIEZ-CORONEL, L., e.p.) y el yacimiento al aire libre de La Planeta (GALLART, J. 1983-1984)

Mención especial merece el vaso de carena baja decorado con triángulos incisos (Fig. 6, núm.6) y de buena factura. Se trata de una forma del Neolítico medio, de filiación Chassey. Las incisiones en cerámica Chassey son relativamente comunes, aunque debemos reconocer que no suelen representar triángulos (VAQUER, J. 1975 y 1986). Una de las cuestiones que más nos ha preocupado ha sido la localización de este vaso, ya que en el mapa de distribución actual de la cerámica Chassey en Catalunya (LLONGUERAS, M. MARCET, R. PETIT, M.A., 1986) (MARTÍN, A. TARRÚS, J. 1991) se observa la situación claramente costera de los yacimientos. El Parco representaría la excepción. A pesar de esto, la existencia de algunos vasos lisos junto con una cuchara de cerámica (Fig.6, núm. 4) y un casquete (Fig. 6, núm.5) típicamente chasseyenses confirmarían un horizonte del Neolítico Medio en esta cueva (VAQUER, J. 1975, p. 289 - 292, fig. 64).

Mientras que los horizontes hasta ahora definidos parecen ser exclusivamente de hábitat, el Dr. J. Maluquer individualizó un enterramiento que él relacionó claramente con el Vaso Campaniforme (MALUQUER, 1981) y que situó en el fondo de la cavidad. Nosotros hemos localizado tres vasos (Fig. 6, núm. 7,8 y

9) y no dos como siempre se había mencionado en la bibliografía (CURA, M. 1987), correspondientes a Campaniformes de estilo Internacional.

También contamos con dos pequeños fragmentos de Campaniforme inciso-impreso de filiación "pirenaica" (Fig. 6, núm. 10 y 11).

El conjunto de materiales de la Edad del Bronce debe llevarse a etapas anteriores al Bronce Final del que carecemos de cualquier evidencia. Los grandes vasos de cordones impresos bajo el borde y combinados con lengüetas, las decoraciones a base de pegotes y con impresiones irregulares sobre la superficie de formas subtruncocónicas son característicos del Bronce Inicial (MAYA, J.L. 1981, 1982 y 1992). El final de la ocupación prehistórica vendría marcada por un vaso de apéndice de botón (Fig. 7, núm. 2) (BARRIL, M. RUÍZ ZAPATERO, G. 1980) (MAYA, J.L. 1992).

Para concluir debemos hacer constar que contamos con un grupo de cerámicas de atribución dudosa. Se trata de vasos con cenefas de impresiones o de incisiones bajo el borde y con decoración de botones que podrían situarse tanto en el Neolítico como en el Bronce.

Fauna

Se ha estudiado un conjunto de 172 restos procedentes del sector (a 3) asociado a cerámica neolítica, pero muy posiblemente mezclado con materiales de otros períodos.

Faunadoméstica	Fauna cazada	Fauna no det.
<i>Bos taurus</i> : 5	<i>Cervus elaphus</i> : 7	no det: 1
Ovicaprinos: 13	<i>O. cuniculus</i> : 14	Artiodáctilos no det: 1
<i>Sus</i> : 6		Macro F.: 124
		Meso F.: 1
Total 24	Total 21	Total 127

En este conjunto no tenemos microfauna representada seguramente debido a los sistemas de recuperación del material. Entre la fauna no determinada dominan los restos de macromamífero. Entre la fauna doméstica dominan los ovicaprinos, relativizados por un cierto número de bovinos y de suidos, estos últimos difíciles de clasificar, aunque su tamaño nos hace pensar que son domésticos. Respecto a la fauna cazada, relativamente importante, debe considerarse con precaución el grupo de los conejos ya que muchos restos pueden responder a actividades no antrópicas.

4. ANÁLISIS OCUPACIONAL DE LA COVA DEL PARCO

A modo de resumen nos encontramos con una utilización muy larga de la cavidad, que se inicia en el Neolítico Antiguo - en este artículo nos hemos ceñido exclusivamente a la ocupación por parte de comunidades de economía productora - con una frecuentación relevante en las fases que van del NA al NAE, reflejada especialmente en la cerámica y relativamente pobre en otros elementos materiales (industria lítica, industria ósea, elementos de adorno), seguido de una ocupación menor durante el NM y el Calcolítico (funeraria). Debemos notar el *hiatus* del NF. La ocupación durante las etapas iniciales de la Edad del Bronce resulta evidente aunque es menos importante.

Sobre el uso de la cueva poco podemos decir a partir de unos materiales muy parciales y las someras observaciones del Dr.J.Maluquer, (MALUQUER, J. 1981) quien afirma que el lugar de habitación era propiamente el abrigo, mientras que la covacha se utilizaría como lugar de almacenaje y vertedero.

La situación del yacimiento en un lugar escarpado, de difícil acceso y sin plataformas próximas nos inclinan a pensar en una ocupación marginal y/o especializada dentro de lo que sería el uso del territorio de comunidades neolíticas. Los materiales arqueológicos evidencian una ocupación de la cavidad larga en el tiempo, pero creemos que dicha ocupación responde a asentamientos temporales vinculados a un número poblacional reducido o segmentado. En este sentido son significativos los datos aportados en la excavación de 1992, aunque éstos proceden de una sola estructura (EE1) de almacenamiento amortizada en vertedero. Esta nos muestra la necesidad de almacenamiento de los grupos humanos productores de alimentos. Sin embargo el dato más importante nos lo ha proporcionado el análisis micromorfológico del contenido del silo una vez amortizado. Su alto contenido en cenizas fosfatadas, restos vegetales, masas fosfatadas de origen coprolítico y fitolitos permiten pensar en un relleno a base de estiércol cuya procedencia debía ser un estercolero situado en la zona del abrigo. Este dato confirmaría la idea de un uso - al menos para el Neolítico Antiguo- del lugar como redil al que se asociaría un pequeño habitat correspondiente a un grupo con prácticas ganaderas.

También parece lógica la utilización del fondo de la cavidad, en un momento dado, como lugar de enterramiento con Campaniforme Internacional que se ha relacionado con contextos funerarios y como bien de prestigio (HARRISSON, R., 1980) (RODANÉS, J.M., 1992). No podemos aportar ningún nuevo dato sobre la ocupación durante el Bronce Inicial, aunque de modo general le otorgamos un carácter similar al Neolítico.

5. EL PROCESO DE NEOLITIZACIÓN EN EL VALLE DEL RIO SEGRE

La campaña de excavaciones efectuada en la Cova del Parco en 1993 no ha proporcionado ningún nivel correspondiente al horizonte de Neolítico Antiguo Cardial, que ya debió vaciarse en las antiguas excavaciones. La EE1 es el único vestigio neolítico que se conservaba parcialmente por tratarse de un silo excavado en niveles anteriores, correspondientes en parte al mismo momento cultural que dicha estructura y al Epipaleolítico Geométrico que acaba de identificarse, sin que existían niveles de transición (Mesolíticos). Por este motivo resulta difícil poder adscribir la implantación neolítica de la Cova del Parco a un modelo clásico de neolitización en la región del Pirineo central y oriental, ya sea de aculturación tipo Margineda, o de ocupación neolítica *ex novo* tipo Chaves. En el Parco existe ocupación epipaleolítica tardía, pero con un hiatus entre ésta y el Neolítico Antiguo con importantes vestigios cardiales, aunque sin los materiales líticos, óseos y de ornamento que acostumbran a acompañar las implantaciones neolíticas independientes del sustrato anterior. En cuanto a la fauna existe un ligero predominio de las actividades de producción respecto a las de predación, éstas últimas no especializadas. Entre la fauna doméstica dominan los ovicaprinos mejor adaptados a las condiciones de montaña del yacimiento. Sin embargo cualquier interpretación debe supeditarse al bajo número de restos recuperados y a la singularidad de los conjuntos de que proceden.

Si nos atenemos a la tipología de las cerámicas, podríamos creer que en el Valle del Segre se produce una primera ocupación en cueva, neolitizadora, correspondiente a la presencia de cerámica cardial. Le seguiría un momento ligeramente posterior, Cardial Final, con cerámica impresa, que entroncaría con la etapa siguiente Epicardial con cerámicas combinadas impreso-incisas. Este fenómeno se observaría claramente en la Cova del Parco, en Cova del Tabac, Cova de Picalts, Cova Colomera y la Valldany. Ahora bien, la ausencia de estratigrafía en todos estos yacimientos puede confundirnos, y en realidad no tratarse de un proceso tan escalonado en el tiempo y tan individualizado. Los yacimientos con estratigrafía relativamente próximos como los ya mencionados de la Balma Margineda, y la Cueva de Chaves, nos presentan un modelo diferente pero en ambos yacimientos nunca aparece un horizonte únicamente con cerámicas cardiales, sino que éstas se mezclan con otras impresas e inciso-impresas. En Chaves el porcentaje de decoración cardial va disminuyendo con el paso del tiempo, aunque existe un horizonte antiguo claro, mientras que en Margineda, a la espera de su publicación definitiva, parece dominar siempre un bloque de materiales no cardiales. ¿Podrían los yacimientos del Valle del Segre responder, y el Parco también, a una neolitización situada en el Cardial Final con cerámicas

cardiales-impresas y un horizonte en el que van ganando las decoraciones inciso-impresas y plásticas? o bien ¿existió una fase de Neolítico Cardial pura?. Lamentablemente para la Cova del Parco difícilmente podremos hallar una respuesta definitiva, ya que no existen sedimentos de este momento aún por excavar. Ocupaciones al aire libre como en el Pla del Gardelo y Roques del Monjo corresponderían a la fase de generalización del Neolítico en la zona. A este horizonte de decoraciones inciso-impresas deberían añadirse yacimientos con cordones lisos sin que existan en ellos reminiscencias anteriores (cerámicas impresas e inciso-impresas), como el de la Cova de Lambret. La última fase del Neolítico Antiguo (NAE) se representa con escasos ejemplos en esta zona: en la Cova de les Llenes, Cova del Gel (elementos Montboló); “crestas” en Cova Colomera, Cova del Parco, Cova del Tabac, Vallfogona (al aire libre) o La Planeta (Postcardial), representando una ocupación continuada en algunas cuevas, y nueva en otras, y en algunos yacimientos al aire libre. Este horizonte quedaría personalizado como momento transicional hacia el Neolítico Medio.

Como acabamos de ver, apenas se intuye el perfil de lo que fué el proceso de implantación de las primeras comunidades productoras en el valle del Segre y por extensión en las comarcas prepirenaicas y del interior de Cataluña. La práctica totalidad de datos se reducen a unos materiales arqueológicos procedentes de antiguas excavaciones y fuera de contexto estratigráfico. Solamente algunos conjuntos cerrados propios de los asentamientos habitacionales al aire libre permiten asegurar atribuciones cronoculturales seguras. A éstos añadimos la EE1 del Parco. Sin embargo no existen datos sobre el proceso seguido por las primeras implantaciones y ni siquiera sobre la naturaleza de las mismas, es decir si se trataba de comunidades aculturadas o nuevas. Probablemente debieron darse ambas situaciones como lo atestiguan Margineda y Chaves. También hemos podido confirmar que en la segunda mitad del quinto milenio la economía de producción se encontraba implantada en algunos lugares. La estructura EE1 del Parco así nos lo confirma.

BIBLIOGRAFIA

- A.A.V.V. (1987): *Dinàmica de la utilització de la Cova 120 per l'home en els darrers 6000 anys*, Centre d'Investigacions Arqueològiques, Sèrie Monogràfica núm. 7, Girona, 1987.
- BARRIL, M. y RUIZ ZAPATERO, G. (1980): «Las cerámicas con asas de apéndice de botón del NE de la Península Ibérica», en *Trabajos de Prehistoria*, 37, pp. 181-219.
- BERGADÀ, M. (1991): «Aproximació a l'estudi sedimentològic-paleoclimàtic d'un assentament prehistòric: la Cova del Parco (Alòs de Balaguer, La Noguera)», *Cypsela* IX, Girona, pp. 33-48.

- CAMPS-FABRER, H. (1990): *Fiches typologiques de l'industrie osseuse préhistorique. Cahier III: Poinçons, pointes, aiguilles, poignards*. LAPMO-Aix-en-Provence, Fiches 8-9.
- CURA, M. (1987): «L'horitzó campaniforme antic als Països Catalans», en *Fonaments* nº 6, Barcelona, pp. 97-130.
- EDO, M. Y BLASCO, A. (1992): «Un nou punt de coincidència amb l'Arqueologia experimental: les estructures neolítiques d'emmagatzament de Can Sadurní, Begues», *9è Colloqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà*, Andorra, pp. 109-111.
- FULLOLA, J.M., BERGADÀ, M.M., y BARTROLÍ, R. (1992): *Memòria-Informe de la Campanya de 1992 a la Cova del Parco (Alòs de Balaguer, Lleida)*, Barcelona (inédita).
- GALLART, J. (1983-84): «El jaciment neolític de la Planeta (Artesa de Lleida, Segrià)», en *Pyrenae* 19-20, Barcelona, pp. 35-45.
- GILLES, R. (1975): «L'Habitat du Néolithique final des Bruyères (Basse vallée de l'Ardèche)». *Etudes préhistoriques*, nº12, pp. 1-13.
- HARRISON, R. (1980): *The Beaker Folk: Copper Age Archaeology in Western Europe*. Thames & Hudson, Londres.
- JUAN-CABANILLES, J. (1984): «El utillaje neolítico en sílex del litoral mediterráneo peninsular», en *Saguntum* nº 18, València, pp. 49-102.
- LLONGUERAS, M., MARCET, R. y PETIT, M.A. (1986): «La Cultura Catalana de los Sepulcros de Fosa y su relación con el chasséen», en *Le Néolithique de la France. Hommage à G. Bailloud*, Paris, pp. 251-258.
- MALUQUER, J. (1981): *El poblament antic a la comarca de la Noguera*. Publicacions del Museu-Arxiu, núm 1. Artesa de Segre.
- MALUQUER, J. (1982): «Cova del Parco, Alòs de Balaguer», en *Les Excavacions arqueològiques a Catalunya en els darrers anys*. Excavacions arqueològiques a Catalunya, nº 1, Barcelona, pp. 153-154.
- MALUQUER, J. (1983-84): «Un jaciment paleolític a la comarca de la Noguera», en *Pyrenae* 19-20, Barcelona, pp. 215-233.
- MARTÍN, A. y TARRÚS, J. (1991): «Les groupes de l'Horizon néolithique moyen catalan et ses rapports avec le chasséen», a *Actes du Colloque International de Nemours, 1989. Mémoires du Musée de Préhistoire d'Ile-de France*, 4, Nemours, pp. 81-90.
- MAYA, J.L. (1981): «Yacimientos de las Edades del Bronce y Hierro en la provincia de Lérida y zonas limítrofes», en *Miscellania Homenaje al Prof. S. Roca i Lletjós*, Lérida, pp. 321-376.
- MAYA, J.L. (1982): «Asentamientos al aire libre de la Edad del Bronce en la Cataluña occidental. Bases para el reconocimiento de un horizonte Antiguo-Reciente», en *Iberda XLIII*, pp. 153-186.
- MAYA, J.L. (1992): «Calcolítico y Edad del Bronce en Cataluña», en *Aragón Litoral Mediterráneo: Intercambios culturales durante la Prehistoria*. Institución Fernando el Católico, Zaragoza, pp. 515-554.
- MAYA, J.L. y Díez Coronel, L. (e.p.): «Fondos de cabaña del Neolítico Antiguo en Lérida», en *Pyrenae* 22-23, Barcelona.
- MESTRES (1987): «La indústria lítica en sílex del Neolític Antic de les Guixeres del Vilobí», en *Olerdulae* 1-4, Vilafranca del Penedés, pp. 5-71
- PADRÓ, J. DE LA VEGA, J. (1989): «Treballs arqueològics a la Cova Colomera o de les Gralles (Sant Esteve de la Sarga-Mur, Pallars Jussà)». *Excavacions Arqueològiques*

d'urgència a les comarques de Lleida. Excavacions Arqueològiques a Catalunya, nº 9, Barcelona, pp. 9-68.

- POCOVI, J (1978): *Estudio geológico de las Sierras Marginales catalanas (Prepirineo de Lérida)*, Tesis Doctoral, Facultad de Geología, Universidad de Barcelona.
- REY, J. y RAMÓN, N. (1992): «Un yacimiento del Neolítico Antiguo al aire libre en el llano oscense. El Torollón (Usón)», en *Aragón/Litoral Mediterráneo: Intercambios culturales durante la Prehistoria*. Institución Fernando el Católico, Zaragoza, pp. 309-318.
- RODANÉS, J.M. (1992): «El Vaso Campaniforme Marítimo de Mallén (Zaragoza) y su relación con los estilos antiguos del Valle del Ebro», en *Aragón/Litoral Mediterráneo: Intercambios culturales durante la Prehistoria*. Institución Fernando el Católico, Zaragoza, pp. 599-617.
- ROVIRA, J. y CURA, M. (1992): «Observacions sobre alguns materials del Neolític Antic i Antic-Avençat del Pre-Pirineu de Lleida», en *9è Colloqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà*, Andorra, pp. 123-129.
- VAQUER, J. (1975): «La Ceramique chasséenne du Languedoc», en *Atacina 8*, Carcassonne.
- VAQUER, J. (1986): Le chasséen méridional. État de la question, a *Le Néolithique de la France. Hommage a G. Bailloud*, Paris, pp. 233-249.
- VILARDELL, R. (1992): «El jaciment a l'aire lliure de la Timba d'en Barenys (Riudoms, Baix Camp)», en *9è Colloqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà*, Andorra, pp. 112-116.

Est. I

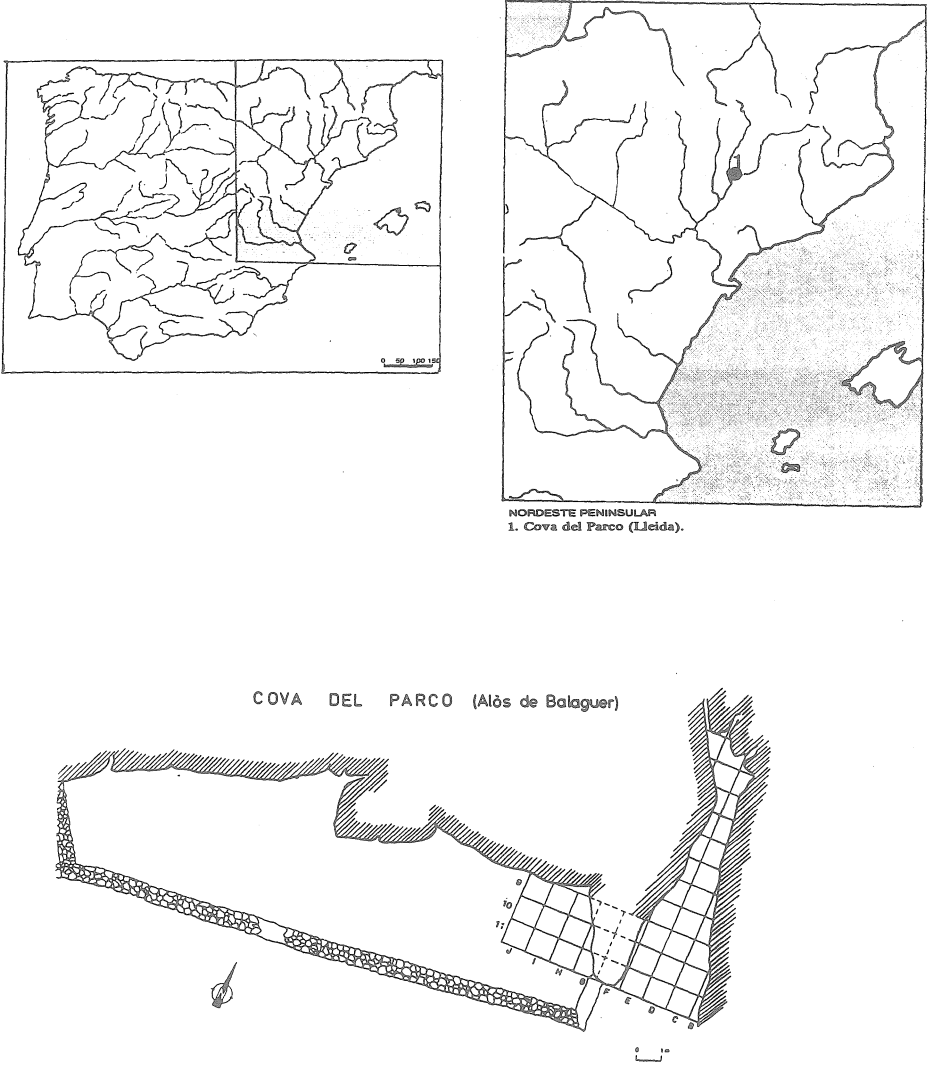


Fig. 1 — Situación y planta del yacimiento, con la cuadrícula del área de excavación.

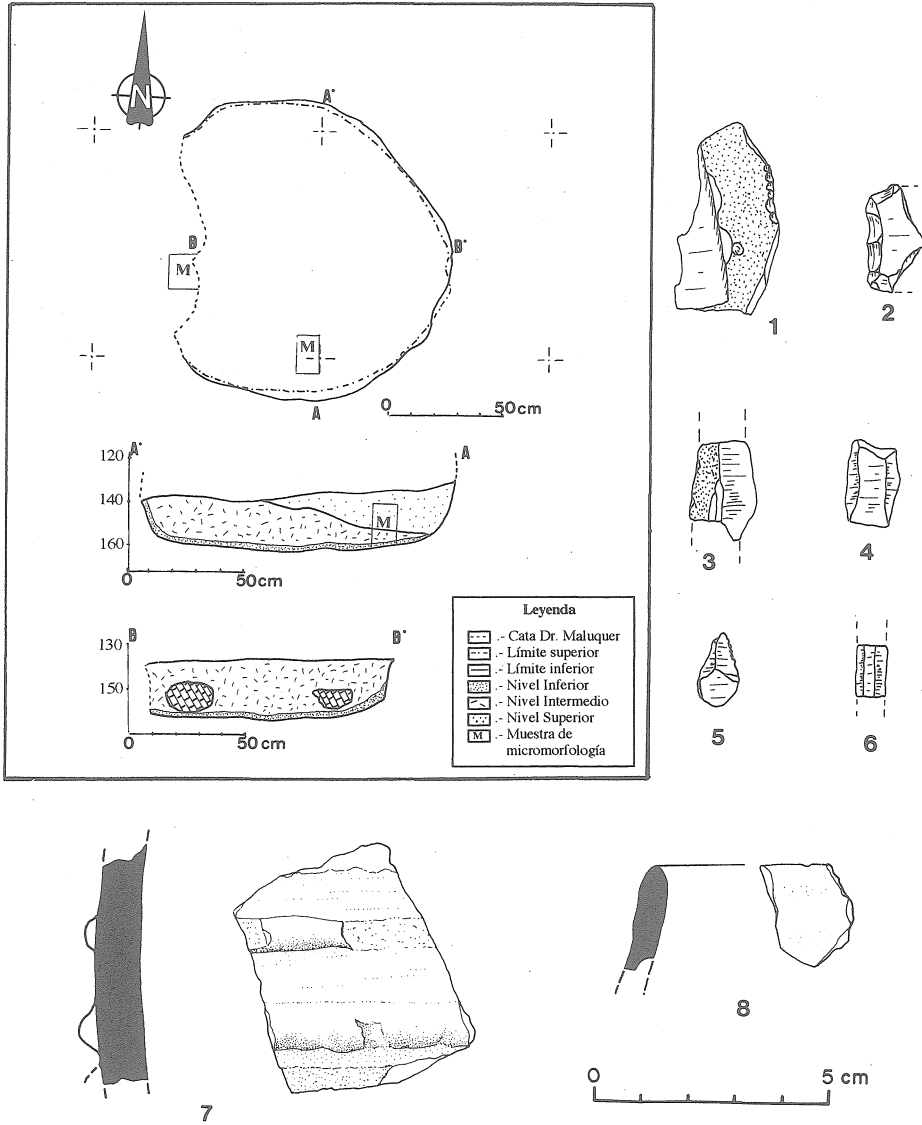


Fig. 2 — Planta y secciones de la estructura EE1. Industria lítica y cerámica más significativa localizada en su interior.

Est. III

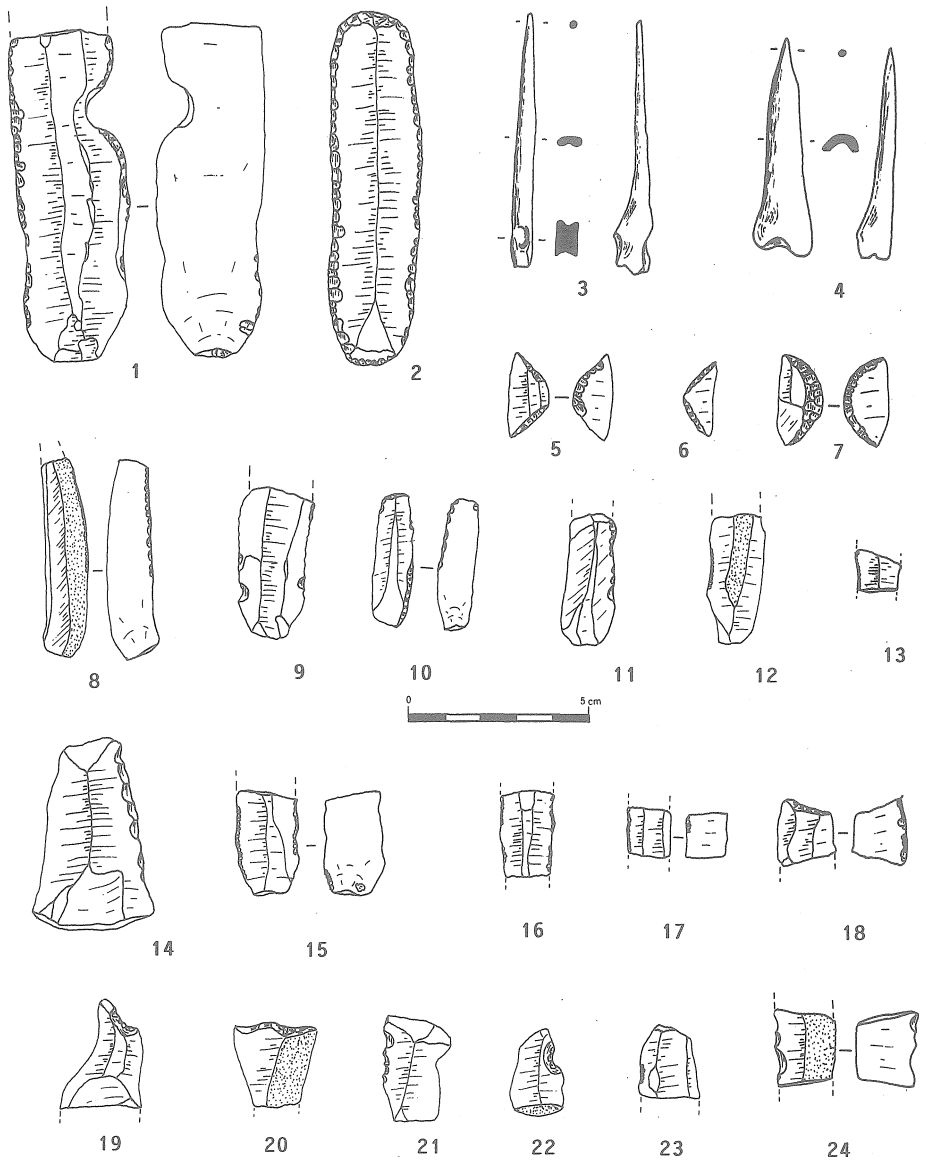


Fig. 3 — Indústria lítica y ósea. 1 y 2: Láminas Calcolítico-Bronce; 3 y 4: Punzones elaborados sobre metapodio; 5-24: Industria lítica neolítica.

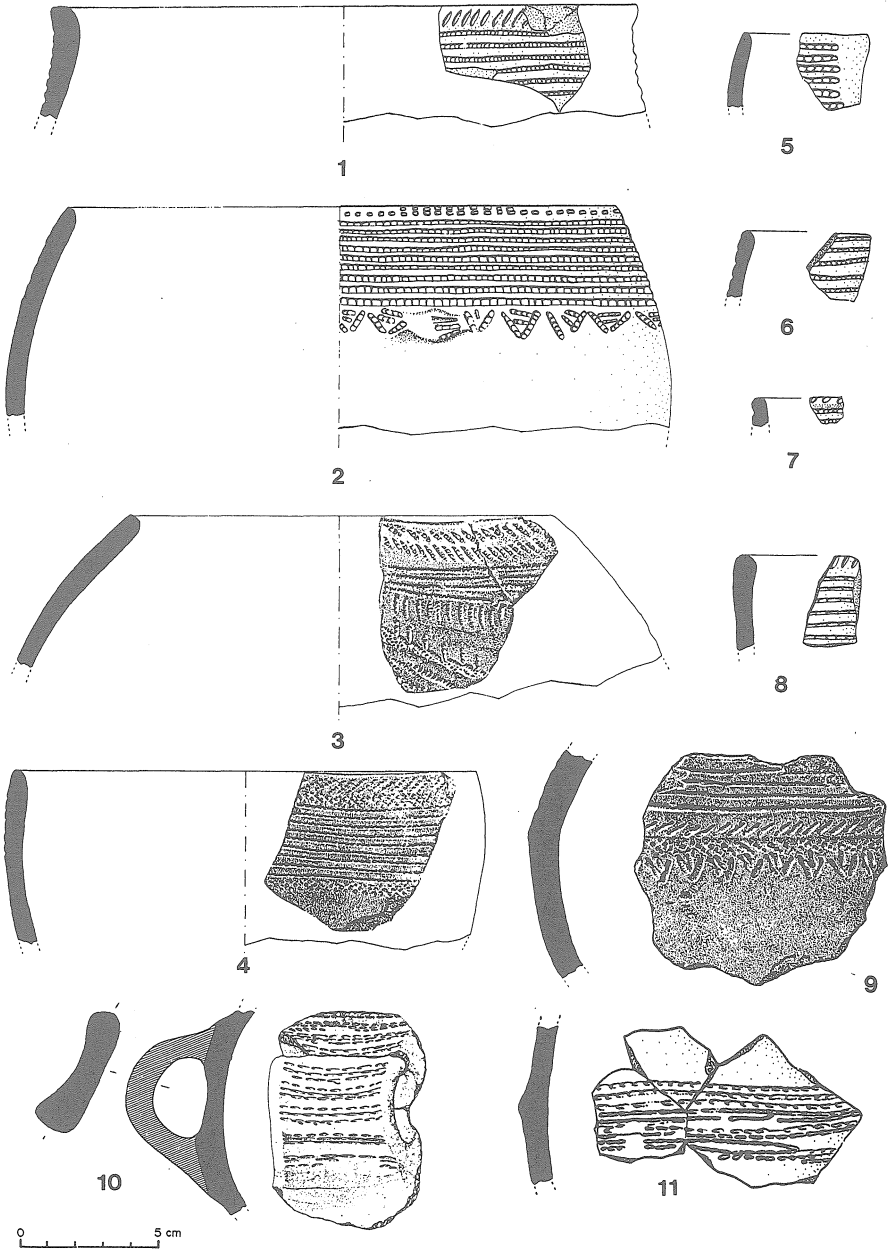


Fig. 4 — Neolítico Antigo. Cerâmicas impressas e inciso-impressas.

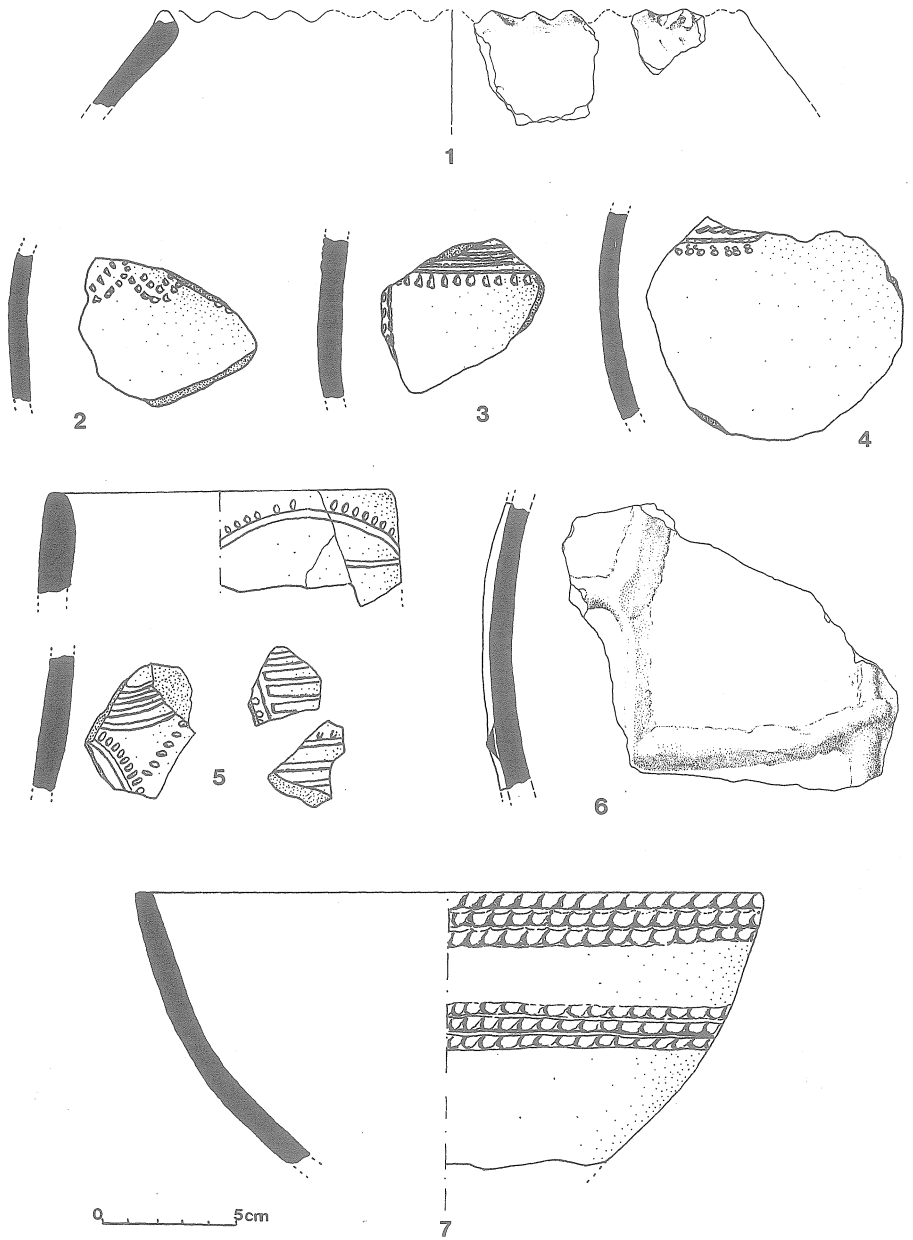


Fig. 5 — Neolítico Antiquo Epicardial.

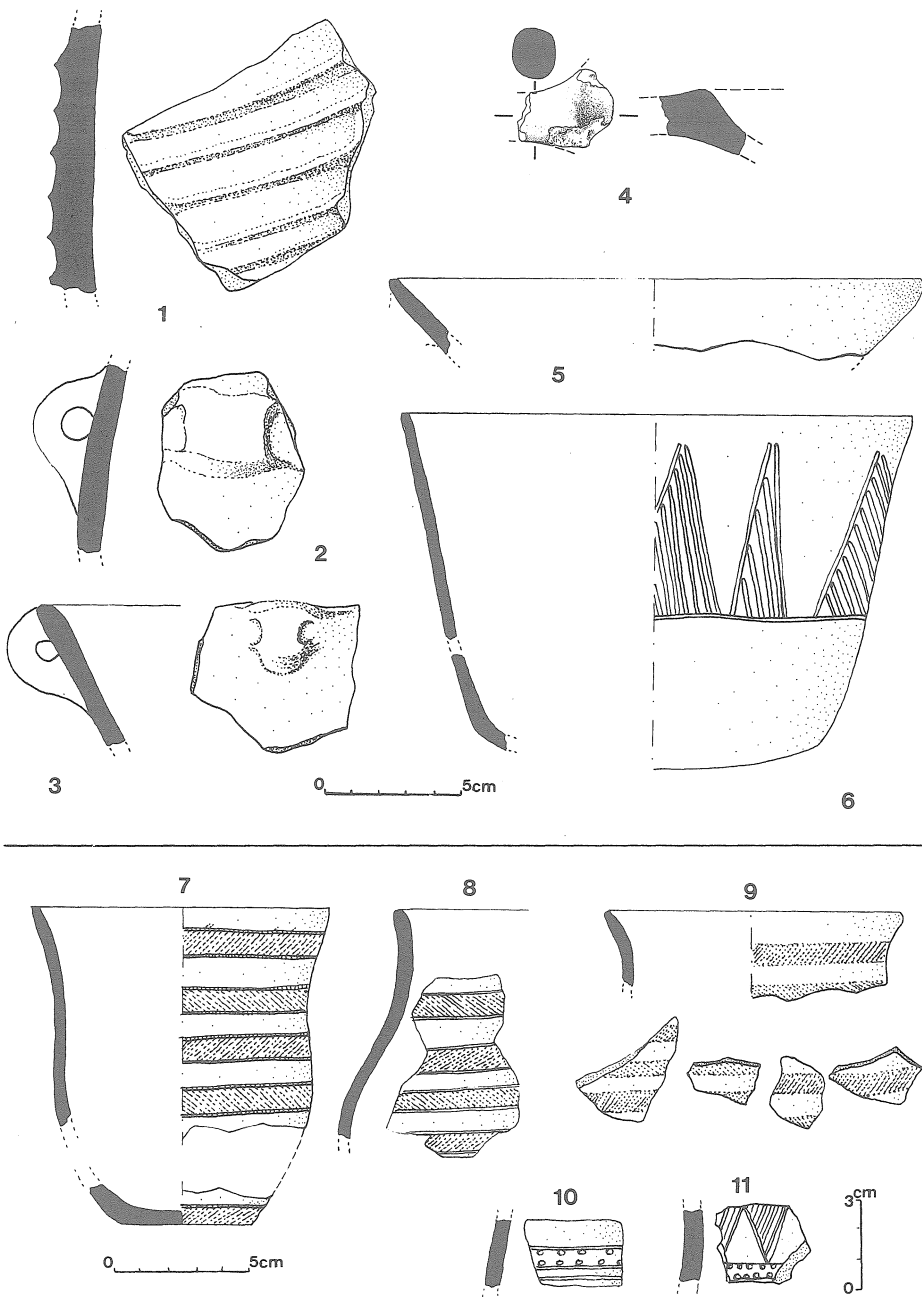


Fig. 6 — Material cerámico. 1 y 2: Neolítico Postcardial; 3-6: Neolítico Medio; 7-9: Campaniforme internacional; 10-11: Campaniforme inciso-impreso.

Est. VII

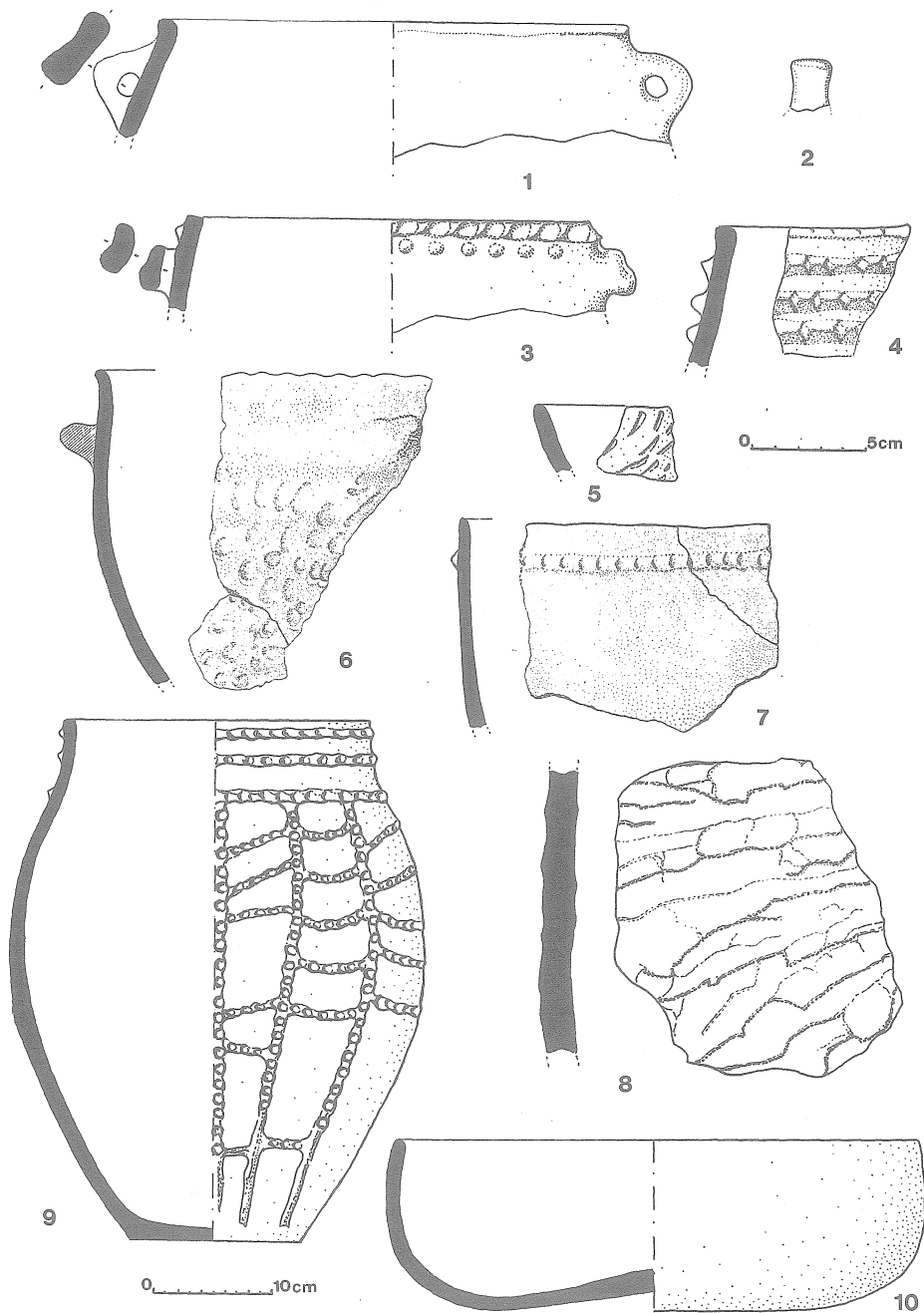


Fig. 7 — Cerámicas del Bronce Inicial.

EL NEOLÍTICO DE LA REGION CANTÁBRICA. NUEVAS PERSPECTIVAS

por

Pablo Arias Cabal*

Resumen: El neolítico ha sido, tradicionalmente, uno de los períodos peor definidos de la prehistoria cantábrica. De hecho, se ha llegado a cuestionar su existencia en algunas comarcas. En esta comunicación se revisan críticamente las principales evidencias disponibles, con objeto de presentar una síntesis actualizada del neolítico regional. En ella se justifica la pertinencia de abordar el problema en el conjunto del Cantábrico, en lugar de hacerlo por regiones políticas, como ha sido hasta ahora habitual, y se discuten detalladamente cuestiones como los límites cronológicos del período, el ritual funerario y las estrategias económicas. Por último, se valora el significado del neolítico cantábrico en la evolución histórica regional.

Palabras-clave: Neolítico. Region Cantábrica. Paleoeconomía.

Resumo: O Neolítico tem sido um dos períodos mais mal conhecidos da pré-história cantábrica, tendo a sua própria existência chegado a ser posta em causa. Nesta comunicação revêem-se criticamente os dados à nossa disposição para o estudo do neolítico regional, justificando a pertinência de uma abordagem à escala da região cantábrica na sua globalidade, em vez de o fazer por regiões políticas, como tem sido hábito. São discutidas de forma detalhada questões como a dos limites cronológicos do período, a dos rituais funerários e a das estratégias económicas. Por último, avalia-se o significado do neolítico na evolução histórica regional.

Abstract: The Neolithic period has been very poorly defined in Cantabrian Prehistory literature. In fact, its very existence has been questioned. This paper intends to make a critical review of the main evidences for the regional Neolithic, in order to elaborate an up-to-date synthesis of it. The pertinence of studying that period in the Cantabrian region as a whole, instead of inside of modern political regions such as Asturias, Cantabria and the Basque Country (as it has been usual until some years ago) is justified. Topics such as the chronological limits of the period, the mortuary rituals, and the economic strategies are discussed. Finally, the significance of Cantabrian Neolithic in the regional historical evolution is evaluated.

1. INTRODUCCIÓN

El objeto de esta comunicación no es sólo resumir la información disponible acerca del neolítico cantábrico, para lo que se cuenta con trabajos más extensos

* Departamento de Ciencias Históricas, Universidad de Cantabria.

o generales (Arias, 1991, Cava 1988, 1990), sino también discutir diversas cuestiones sin resolver acerca del período. Llamaremos neolítico a la fase de la prehistoria regional en cuya economía se incluye la explotación de especies domésticas (vegetales o animales), pero en la que aún no se han alcanzado los niveles de intensificación económica, de complejidad social y de desarrollo tecnológico que van a caracterizar a períodos ulteriores (calcolítico y edad del bronce). Es, por tanto, una época definida principalmente por un nuevo modo de enfrentarse al problema de la subsistencia. No obstante, su relevancia histórica no se reduce a una forma de explotar los recursos naturales (ni a los avances tecnológicos, como la cerámica o el pulimento de la piedra, que frecuentemente la acompañan); el uso de las especies domésticas supuso la aparición de maneras de organizar socialmente el trabajo radicalmente distintas de las existentes entre los cazadores-recolectores, y dio paso a formas de estructuración social y política nuevas, así como a importantes modificaciones ideológicas.

No ha sido frecuente el estudio de lo que hoy llamamos neolítico cantábrico como un conjunto. Ello deriva principalmente de dos factores. En primer lugar, del predominio en la prehistoria regional, hasta no hace mucho tiempo, de cronologías cortas; como consecuencia de ellas, se consideraba que la mayor parte de los contextos antiguos con cerámica eran contemporáneos del calcolítico y la edad del bronce del resto de la Península (Apellániz, 1975: 54, 57), e incluso se llegaba a cuestionar la propia existencia del neolítico en alguna zona (Jordá, 1977: 175-177). El segundo factor ha sido la utilización como ámbito de análisis de las regiones políticas actuales (Asturias, Cantabria y País Vasco), que ha hecho que, a diferencia de lo que sucede con las investigaciones acerca del paleolítico, se disocie el estudio de sectores de la región cantábrica entre los que no hay grandes diferencias geográficas, y que, por el contrario, se estudien las manifestaciones neolíticas de Vizcaya y Guipúzcoa juntamente con las de comarcas como la Rioja alavesa y la Ribera de Navarra. Sin negar ni la existencia de relaciones entre el neolítico de un lado y otro de la Cordillera, ni la de diferencias internas al norte de ella, consideramos que la región cantábrica es una entidad geográfica lo suficientemente individualizada, tanto desde el punto de vista orográfico como desde el ecológico, como para desaconsejar sustituirla como unidad de análisis por entidades geográficas políticas de origen histórico, cuya relevancia para el estudio de períodos tan remotos como el neolítico parece dudosa¹.

¹ A este respecto, no creemos que sea casualidad que los límites entre los dos "grupos" (Santimamiñe y Los Husos) que distinguía hace algunos años J.M. Apellániz en la prehistoria reciente vasca coincidieran aproximadamente con la divisoria de aguas Cantábrico-valle del Ebro, y que el segundo de ellos se pareciera notablemente a contextos burgaleses (Apellániz, 1974: 391, 1975: 30). Con

2. EL MARCO CRONOLÓGICO

En la región cantábrica contamos, por el momento, con un número reducido de dataciones radiocarbónicas para contextos holocénicos, por lo que el esquema cronológico que se puede proponer es poco detallado, y no se puede prescindir totalmente de las siempre cuestionables correlaciones con regiones cercanas. No obstante, hemos dado siempre preferencia a los datos regionales y al ^{14}C sobre las comparaciones tipológicas².

El criterio fundamental para el establecimiento del límite inicial del neolítico es la documentación de pruebas de la explotación de especies domésticas. Desgraciadamente, en el Cantábrico, la escasez de informes arqueozoológicos y paleobotánicos detallados hace que, en algunos casos, sea imposible utilizarlo y haya que acudir a otro mucho menos satisfactorio: la presencia de cerámica. La validez de este criterio depende de la verificación de la hipótesis de que en la región ambas novedades son simultáneas, lo cual no se puede dar por supuesto³. No obstante, los datos disponibles parecen apoyar dicha hipótesis, pues, en las secuencias en las que se ha podido correlacionar la evolución industrial con la faunística (Atxeta, Marizulo, Arenaza), la aparición de la cerámica y de las especies domésticas es simultánea⁴. Por otro lado, la existencia durante períodos prolongados de grupos “paraneolíticos” es rara en la prehistoria europea, y los ejemplos existentes (la cultura de Ertebille es el más conocido) se dan en contextos ecológicos y sociales muy particulares (Zvelebil y Rowley-Conwy, 1986). De hecho, en la península ibérica parece poder establecerse, en líneas generales, una simultaneidad entre la introducción de las especies domésticas y la de la cerámica. Es cierto que hay algunos casos de niveles con cerámica y con pocos o nulos indicios de especies domésticas (por ejemplo, el nivel I de Zatoya [Barandiarán y Cava, 1989] o el “geométrico tardío en proceso de

la información actual, ¿tiene sentido, por ejemplo, un concepto de “megalitismo vasco” que englobe conjuntos arqueológicos tan diferentes (y aparentemente contemporáneos) como Trikuaizti II y San Martín, cuando el primero no es muy distinto del megalitismo cántabro o asturiano, y el segundo tiene referentes mucho más sólidos en monumentos de las provincias de La Rioja y Burgos que al otro lado de la Cordillera?

² Las fechas que se citan en el presente artículo han sido calibradas conforme a las curvas presentadas por G.W. Pearson, M. Stuiver y P.J. Reimer en el congreso de Trondheim (Stuiver y Kra, 1986) con la ayuda del programa CALI. Se expresan como intervalos máximos con un 95,4% de probabilidad (2 sigma).

³ No se puede descartar la existencia de contextos cazadores-recolectores con cerámica o “paraneolíticos”; la posibilidad de que exista un neolítico acerámico es muy remota en el Cantábrico.

⁴ Exceptuando el caso del perro, que en Arenaza y Marizulo es anterior. No obstante, la domesticación de este animal -documentado ya en contextos magdalenienses como Oberkassel, Kniegrotte y Teufelsbrücke, así como, posiblemente, también en Erralla (Altuna y Mariezkurrena, 1985: 110-111)-, tiene un carácter muy distinto a la de los artiodáctilos, pues el perro se integra perfectamente en una sistema económico cazador y recolector (recuérdese el ejemplo clásico de los aborígenes australianos).

neolitización" del Mediterráneo [Bernabeu, 1989]), pero apuntan más bien a la existencia de fases transicionales que a prolongadas etapas paraneolíticas. En el caso cantábrico, no es imposible la existencia de ese tipo de fases intermedias, pero es dudoso que el nivel de resolución de las observaciones estratigráficas permita detectarlas, por lo que lo más probable es que los contextos con cerámica correspondan ya a grupos que explotan, en mayor o menor medida, especies domésticas. Un problema de orden distinto es el de la validez del criterio en casos negativos. Teniendo en cuenta la pobreza industrial de los yacimientos cantábricos y la pequeña escala de algunas excavaciones, no es imposible que la ausencia de cerámica en algunos contextos se deba a problemas funcionales o de muestreo, con lo que nos arriesgaríamos a clasificar como epipaleolíticas muestras dejadas por grupos que conocían la cerámica y la domesticación⁵.

Como se puede ver en el cuadro 1 y la figura 2⁶, las dataciones más recientes de contextos epipaleolíticos y las más antiguas de neolíticos están bien separadas. Las fechas del epipaleolítico tienden a agruparse antes del 5000 cal. BC (6000 BP), mientras que el primer conjunto de dataciones neolíticas se escalona a lo largo del V milenio cal. BC (5900-5500 BP). A pesar de que los contextos de procedencia de varias dataciones plantean problemas⁷, parece que

⁵ Téngase en cuenta que, si aplicáramos tan estrictamente este criterio a los monumentos megalíticos como a los yacimientos en cueva, llegaríamos al absurdo de incluir en el epipaleolítico a la mayor parte de los megalitos cantábricos, en los que no es frecuente la aparición de cerámica.

⁶ La figura 2 representa gráficamente la dispersión de las fechas radiocarbónicas calibradas para cada período. Para ello, se han dividido los intervalos a los que corresponde cada fecha, con una desviación 2 sigma, en clases de 50 años, y se han acumulado las dataciones existentes para cada clase. Para evitar el problema de que las dataciones más imprecisas aparezcan sobrerrepresentadas, al puntuar en un mayor número de segmentos temporales que las más exactas, hemos arbitrado el siguiente procedimiento. Se han representado todas las dataciones como rectángulos de idéntica superficie, siendo su longitud la correspondiente a la amplitud temporal de la datación, y variando, por consiguiente, su anchura en función inversa de ésta. De esta manera, las fechas más imprecisas abarcan un intervalo largo, pero son muy estrechas, mientras que las más exactas son cortas, pero mucho más anchas. La solución propuesta por Gasco (1982) (utilizar bandas con perfiles simétricos decrecientes, en lugar de rectángulos) no es aplicable a las fechas calibradas con las curvas que utilizamos, pues el intervalo máximo al que corresponde la fecha no es un período homogéneo en torno a una fecha central, sino, en muchas ocasiones, el resultado de la combinación de diversos intervalos, en los que la intersección con la curva no está necesariamente en el centro.

Por otro lado, para evitar distorsiones excesivas en la representación, hemos excluido siete dataciones de contexto claramente no fiable, que tampoco se han tenido en cuenta en la discusión (aunque se incluyen en el catálogo del cuadro 1). Son la del nivel Ib de Urtao (I-14098) (que data un hogar sin industria ni fauna asociados), las fechas aberrantes de contextos megalíticos (contradictorias con otras más fiables, como la I-14781 de Larrarte, o procedentes de muestras probablemente contaminadas, como las de Piedrafita [Ly-2939, UGRA-191] y El Cantón [CSIC-329]), y las dataciones I-13507 e I-13440 de Iruaxpe, procedentes de revuelto.

⁷ Véanse nuestros comentarios acerca de los contextos de procedencia de las muestras datadas en Mouligna y Les Pedroses, y los problemas de interpretación del yacimiento de Herriko Barra (Arias 1991: 84, 86 y 243). Una cuestión de distinta índole lo plantea el solapamiento de la fecha del Tarrerón con algunas de contextos neolíticos. Aunque nada impide que la neolitización fuera

hay suficientes elementos de juicio para situar la neolitización de diversas zonas de la región en el límite entre los milenios VI y V cal. BC (ca. 6000 BP). Tal cronología parece coherente con la existencia en la región de indicios de un horizonte de cerámicas impresas no cardiales, el nivel IC2 de Arenaza (Apellániz y Altuna 1975)⁸.

La cuestión del otro límite del neolítico cantábrico es más complicada. La documentación arqueológica de las fases avanzadas de este período y del calcolítico es tan magra que no cabe utilizar otro criterio que la llegada de la metalurgia o el metal⁹. Afortunadamente, contamos con un par de fechas que datan en una cronología relativamente antigua la actividad metalúrgica y otros trabajos que implican una economía desarrollada y una considerable complejidad social: las de las Minas del Aramo (de Blas, 1992: 66). Dichas fechas, por otra parte, son coherentes con la cronología que se puede proponer para los primeros objetos metálicos documentados en otras partes del Cantábrico (Arias, 1993). Por consiguiente, parece existir un sólido *terminus ante quem* hacia el 2500 cal. BC (ca. 4000 BP) para la metalurgia regional. No es posible, por el momento, precisar mucho más, por la escasez de dataciones para esta época y su relativa imprecisión. No obstante, fechas como la de Pico Ramos sugieren que el inicio de la metalurgia regional puede localizarse en algún momento de la primera mitad del III milenio cal. BC (4300-4000 BP).

La duración del neolítico cantábrico (según lo expuesto, unos 2000-2500 años) parece excesiva para analizar adecuadamente los complejos procesos de cambio histórico que se produjeron a lo largo de ese tiempo. Por ello, parece conveniente establecer subdivisiones internas que nos permitan observar los detalles de la evolución. Desgraciadamente, el registro arqueológico es muy poco explícito, sobre todo por la escasez de buenas secuencias estratigráficas. De todas maneras, hay tres criterios, de relevancia histórica diversa, que permiten balizar esos dos milenios: dos de orden tipológico y de significado histórico dudoso (la evolución en las decoraciones de las cerámicas y la fabricación de las puntas de retoque plano), y otro, más trascendente, de orden arquitectónico

algo más tardía en alguna comarca que en el resto del Cantábrico, creemos que conviene ser cautos con la interpretación de este yacimiento, apoyada en una fecha aislada (con los conocidos riesgos que esto supone) y en una clasificación como epipaleolítico a partir de la ausencia de cerámica y domésticos en una muestra lo bastante exigua como para cuestionarse su representatividad.

⁸ Parece razonable también la atribución a ese nivel de un fragmento de cerámica cardial aparecido en el revuelto, (Apellániz y Altuna, 1975: 181), máxime tras haberse documentado un contexto de neolítico cardial en el yacimiento alavés de Peña Larga (Fernández Eraso, 1988).

⁹ No parece estar justificado el tradicional uso de las puntas de retoque plano como fósil-director del calcolítico. En el norte de la península ibérica es evidente su aparición en un momento avanzado de la prehistoria con cerámica, pero no parece que la adición de un tipo nuevo de punta de flecha sea un cambio tan importante como para definir un nuevo período, y no hay pruebas de la correlación entre la aparición de estas armas y otros cambios más relevantes, como la metalurgia.

y ritual (la aparición del megalitismo y la inhumación colectiva).

El mejor testimonio de la evolución de las cerámicas se encuentra en la secuencia de Arenaza, en la que el nivel de cerámicas impresas mencionado más arriba (IC2) es sustituido por otro de cerámicas lisas (IC1), muy similar a otros contextos regionales. Esto permite proponer la existencia, al menos en el occidente de Vizcaya, de una fase neolítica inicial, comparable al “epicardial” del Mediterráneo y el valle del Ebro (neolítico IA), seguida del inicio del neolítico pleno cantábrico (IB). No hay datos seguros para datar el paso de uno a otro horizonte, pero las altas fechas obtenidas por el segundo en diversas partes del Cantábrico sugieren que la sustitución se produjo muy pronto, probablemente en la primera mitad del V milenio cal. BC (no más tarde del 5700 BP).

No se observan nuevas modificaciones industriales hasta la aparición de las puntas de retoque plano, aunque la escasez de secuencias, y el espesor de los estratos distinguidos en muchas de ellas, hacen muy difícil seguir la evolución del utillaje. No obstante, hay una novedad de importancia capital, sin duda superior desde el punto de vista de su relevancia histórica a la que pudieran tener pequeñas modificaciones en la forma de las cerámicas o en la tipología lítica: el inicio de la construcción de monumentos megalíticos. Contamos con diversas dataciones absolutas que permiten localizar ese evento en torno al 4000 cal. BC (ca. 5300-5000 BP), cronología similar a la admitida para regiones próximas, en las que este fenómeno difícilmente se puede considerar posterior, como el norte de la Meseta y el Alto Ebro (Delibes *et alii*, 1987) o Galicia (Fábregas, 1988).

De lo expuesto hasta ahora se deduce nuestro desacuerdo con algunas propuestas que, manteniendo implícitamente la tradición de cronologías cortas y planteamientos difusionistas para la neolitización regional, defienden que este proceso se vincula a la llegada de los primeros “megalíticos” a la región (González Morales, 1992: 193). Según acabamos de ver, esa opinión es difícil de conciliar con las evidencias disponibles en la actualidad. Las dataciones radiocarbónicas (coherentes, por otro lado, con el resto de la información arqueológica) documentan un desfase de, al menos, 600 años de radiocarbono entre los primeros indicios del neolítico y los del megalitismo. Este foso temporal podría ser incluso mayor, pues parece difícil aceptar dataciones mucho más altas que las disponibles para el megalitismo, mientras que no sería insólita la existencia de contextos neolíticos algo más antiguos del 5900 BP en que se ha datado directamente la cerámica de Los Canes. Por consiguiente, parece que, salvo una revolución en nuestros conocimientos acerca de la cronología de los orígenes del megalitismo (que permitiera aceptar para el Cantábrico fechas análogas a las de los más antiguos monumentos bretones), está comprobada la existencia en la región de un largo

período neolítico anterior a la construcción de los primeros monumentos megalíticos¹⁰. Nótese la coherencia de este esquema con las secuencias de regiones vecinas¹¹, lo cual no es una prueba de su validez, pero sí un indicio significativo. Tan peligrosa es la aceptación acrítica de secuencias de otras zonas como la acentuación injustificada de supuestas particularidades regionales, de la que en la investigación del neolítico cantábrico tenemos una lamentable tradición.

La puntas de retoque plano invasor permiten individualizar un nuevo subperíodo, al que, aunque lo hemos venido llamando “neolítico final-calcolítico antiguo” por respetar la convención, habitual en la prehistoria ibérica, de atribuir estas piezas al calcolítico, probablemente sea más correcto denominar neolítico final (Arias, 1991: 354). La cronología del inicio de la fabricación de estos útiles en la región cantábrica no está suficientemente documentada. Las fechas existentes son muy escasas y en su mayoría presentan problemas, por proceder de contextos sepulcrales superficiales. La más significativa como orientación provisional para el inicio del neolítico final cantábrico podría ser la de la galería norte de Urtao, coherente con los datos del vecino alto valle del Ebro, donde esta novedad se documenta desde aproximadamente el 3000 cal. BC (ca. 4500 BP) (Arias, 1991: 252-253)¹².

¹⁰ No creemos justificadas ciertas objeciones que se han hecho a la validez de algunos de los datos argüidos aquí, como las reticencias con respecto a la validez de la secuencia de Arenaza expresadas por González Morales (1982:195). La información publicada por Apellániz y Altuna (1975) es sumaria, pero la estratigrafía de la parte superior del depósito está descrita minuciosamente, y no hay nada en las observaciones de estos investigadores (cuya solvencia científica está plenamente contrastada) que permita dudar de la sucesión de subniveles que proponen. Por otra parte, si se cuestionan los indicios de neolítico premegalítico por considerarlos insuficientes (criterio respetable, en la tradicional línea empirista de la arqueología española, pero que no compartimos), la consecuencia lógica sería el aplazamiento de la discusión acerca de un problema no suficientemente documentado, no la presunción de que está demostrada la contemporaneidad de la “llegada” del neolítico y del megalitismo, de la que, ni aun aceptando la fecha del Tarrerón, habría ninguna prueba. Si el problema está oscuro, sólo hay dos opciones, o esperar a más datos, o trabajar con la hipótesis más probable; con los conocimientos actuales, ésta es la existencia en el Cantábrico de un horizonte neolítico premegalítico.

¹¹ Véase, por ejemplo, Delibes, 1985: 25-28, para la Submeseta Septentrional, o Cava y Beguiristáin, 1991-92: 130-132 para el Pirineo Occidental y el Alto Ebro. En el caso del suroeste francés, la existencia de cerámicas cardiales y otras especies impresas en la zona costera, algunas de ellas datadas antes del 6300 BP (véase, por ejemplo, Roussot-Larroque, 1987 y Jousaume y Boiral, 1986), garantizan la existencia de un largo desarrollo del neolítico antes de los primeros monumentos megalíticos.

¹² La información obtenida en los últimos años en Alava es algo confusa a este respecto. Frente a fechas que confirman la cronología mencionada, como las del nivel II de La Renke Norte, anterior a la aparición de las puntas (I-14787: 4600 ± 100 BP [3631-2947 cal. BC]; I-14738: 4410 ± 100 BP [3370-2784 cal. BC]; I-14590: 4400 ± 90 BP [3350-2786 cal. BC]) (Ortiz *et alii*, 1990: 115), hay otras que datan puntas en torno al 4000 cal. BC (ca. 5000 BP) en la Rioja Alavesa; las más fiables parecen ser las de San Juan ante Portam Latinam, aparentemente un contexto cerrado (Vegas, 1992): I-?: 5070 ± 150 (4240-3530 cal. BC) e I-?: 5020 ± 140 BP (4221-3690 cal. BC).

Resumiendo los comentarios anteriores, creemos que se puede proponer la siguiente seriaci3n cronol3gica para el neol3tico cant3brico: comenzaría en la primera mitad del V milenio cal. BC (*ca.* 6000 BP) con la sucesi3n de un horizonte de cerámicas impresas (neol3tico IA) y una fase de cerámicas lisas (neol3tico IB); la construcci3n de los primeros monumentos megal3ticos hacia el 4000 cal. BC (5300-5000 BP) marcaría el comienzo del neol3tico II, y la aparici3n de las puntas de retoque plano invasor hacia el 3000 cal. BC (*ca.* 4500 BP) el del neol3tico final; en la primera mitad del III milenio cal. BC (antes de 4000 BP) se produce el tránsito al verdadero calcol3tico.

3. RASGOS INDUSTRIALES

Durante el neol3tico pleno (3 I y II), la industria lítica se caracteriza por el dominio de un utillaje retocado muy simple, similar en muchos rasgos al del epipaleol3tico regional: abundancia de raspadores, muescas, denticulados y piezas de retoque simple continuo; presencia generalizada de pequeños porcentajes de microlitos geométricos, fabricados con retoque abrupto o con doble bisel (fig. 3); ausencia o suma escasez de buriles y hojitas de dorso; índices laminares reducidos, predominando las lascas simples de sílex, generalmente con talones lisos. Las hachas pulimentadas son relativamente abundantes, sobre todo en los monumentos megal3ticos. El utillaje óseo es muy elemental; dominan los simples huesos aguzados, aunque no faltan tipos más formalizados, también de tradici3n epipaleol3tica, como los anzuelos o las azagayas. Tras las cerámicas de la fase IA, caracterizadas por la decoraci3n impresa, nos encontramos con especies lisas u ocasionalmente con decoraciones muy sencillas (plásticas, unglaciones, motivos incisos sumarios); sus formas son también simples: cuencos, vasijas con perfiles ovoides o globulares, con o sin asa, con fondos planos o curvos, raramente con cuellos destacados; las pastas suelen ser groseras, con grandes desgrasantes y exteriores poco cuidados, aunque en ocasiones están alisados o bruñidos. Son abundantes, por último, los elementos de adorno (cuentas y colgantes en piedra, hueso o conchas), sobre todo en los yacimientos del País Vasco y en los contextos sepulcrales.

Las industrias del neol3tico final no han sido aún sistematizadas para toda la regi3n. No obstante, algunas monografías de yacimientos con contextos atribuibles parcialmente a este momento, como Santimamiñe (Cava, 1975), Atxuri (Arias, 1989), Sierra Plana de La Borbolla (Arias y Pérez, 1990b) o Los Carriles (Arias y Pérez, 1992) permiten apuntar algunas características, sobre todo para el utillaje lítico. Sin duda, la más significativa es la expansi3n del retoque plano, ya presente tímidamente en el período anterior, con el que ahora se

formalizan diversos tipos de puntas de flecha. Otras características destacables son: una más cuidadosa selección de las materias primas, que da lugar a la sustitución de rocas locales por otras más apropiadas para la talla, traídas en ocasiones de lugares alejados del yacimiento (Arias, 1990 y 1992a); el incremento del utillaje laminar, incluyendo largas hojas de sílex; y la aparición de elementos de hoz. No obstante, algunos rasgos presentes en el neolítico pleno se mantienen (frecuencia de raspadores, muescas y denticulados, aparición de microlitos geométricos y de hachas y azuelas pulimentadas) o se incrementan (rareza de buriles y de hojitas de dorso). Las industrias óseas y cerámicas se conocen muy mal, por lo que no es posible, por el momento, precisar sus diferencias con las de la etapa anterior.

A pesar de la existencia de suficientes rasgos comunes como para considerarlo una unidad, el neolítico pleno cantábrico presenta una apreciable variabilidad industrial. La mayor parte de las colecciones se puede agrupar en cuatro conjuntos. El primero lo constituyen los concheros con cerámica del oriente de Asturias (Mazaculos es el más importante), caracterizados por elevados índices de utillaje pesado y, en general, por el uso de técnicas de talla e instrumental lítico y óseo similares a los del asturiense. El segundo (fig. 3) estaría integrado por la mayor parte de los yacimientos en cueva del Cantábrico oriental (Santimamiñe, Kobaederra, Las Pajucas, Arenaza, con algunas diferencias Marizulo); lo definirían la presencia de microlitos geométricos, la abundancia de raspadores, muescas y denticulados, y la escasez o ausencia de hojitas de dorso y buriles. Por el contrario, las colecciones de Lumentxa y Atxeta, muy diferentes de las anteriores, presentan elevados índices de buriles (>20 %) y no han proporcionado microlitos geométricos. El cuarto conjunto lo constituyen los monumentos megalíticos, cuyos ajuares se caracterizan por una excelente calidad de la materia prima lítica, por elevados índices laminares (globalmente, más del 50 % de la industria lítica), y por la abundancia de los microlitos geométricos y del utillaje pulimentado. Parece difícil que exista una causa única para las diferencias entre estas agrupaciones. Las particularidades de la última podrían explicarse satisfactoriamente por causas funcionales, derivadas del carácter funerario-ritual de los contextos de procedencia. En el caso de las otras tres, parece razonable acudir a la existencia de diversas tradiciones culturales a lo largo de la región, habida cuenta de la clara vinculación de cada una de ellas con sendas facies epipaleolíticas en la misma comarca (asturiense, epipaleolítico tipo Santimamiñe y nivel C de Atxeta, respectivamente). Hemos de señalar que la lista de agrupaciones que hemos propuesto no se debe considerar cerrada. Nuestro conocimiento del neolítico cantábrico es aún muy fragmentario, y no se puede descartar que, sobre todo en zonas aún poco exploradas o pobremente sistematizadas, como Cantabria y el centro de Asturias, puedan definirse con-

juntos neolíticos distintos, de los cuales podría ser un ejemplo la muy particular colección de Les Pedroses, cueva situada al oeste del área clásica del asturiense, cuyas industrias parecen tener poca relación con éste y sus continuadores neolíticos.

La información disponible acerca del neolítico final es todavía demasiado imprecisa como para determinar si esas diferencias locales se prolongan hasta este período, aunque no parece demasiado probable. En las pocas colecciones estudiadas con técnicas modernas se observa, por una parte, cierta ruptura con la tradición industrial epipaleolítica-neolítica (Cava, 1975; Arias, 1991) y, por otra, la existencia de una mayor similitud entre las colecciones de unas partes y otras del Cantábrico, tanto en estructura industrial como en algunos útiles concretos. Por consiguiente, aunque no estamos aún en condiciones de hacer afirmaciones firmes al respecto, parece probable que esas facies desaparezcan, o al menos se desdibujen bastante.

Un último aspecto que queremos mencionar es la presencia creciente, a lo largo del neolítico, de indicios de contactos con otras regiones, muy limitadas en el epipaleolítico. Como ya hemos señalado en otro lugar (Arias, 1991), durante el neolítico pleno, además de novedades técnicas como el pulimento de hachas y azuelas de piedra o la fabricación de cerámica, que difícilmente se pueden haber generado independientemente en el Cantábrico, se documentan en la región industrias con buenos paralelos fuera de ella, particularmente en el valle del Ebro y las serranías mediterráneas¹³ (cerámicas impresas de Arenaza, retoque en doble bisel en los microlitos geométricos, hojas estranguladas), pero también en Galicia (hacha perforada del dolmen de Santa Cruz) e incluso al norte de los Pirineos (puntas de corte transversal de Beotegi, Kobaderra y Larrarte; puñal de estilo "campiñense" de Marizulo). Aunque la cuestión no se ha estudiado aún detenidamente, parece que en fases posteriores esas evidencias se multiplican. Todo ello sugiere que a lo largo del neolítico y los inicios de las edades de los metales se produce un incremento progresivo de la intensidad de los contactos e intercambios de las sociedades cantábricas entre sí y con grupos de fuera de la región, lo que podría relacionarse, además de con nuevas relaciones económicas (Arias, 1992b: 180), con una tendencia a la ruptura de la compartimentación cultural que caracterizaba al epipaleolítico.

¹³ De estos contactos ya parece haber indicios desde el epipaleolítico, según testifican tipos todavía presentes en el neolítico, como las hojas estranguladas (niveles IV Santimamiñe y IIC de Arenaza; Los Canes, Kobeaga II) o las piezas con retoque inverso profundo de yacimientos como Santimamiñe (niveles IV y III), Berroberria (nivel C), Kobaderra y Lumentxa. Todo ello podría dar testimonio de la existencia de redes de intercambios o alianzas a un lado y otro de la Cordillera, cuya posible relación con el conocimiento por parte de los cazadores y recolectores del Cantábrico de las novedades neolíticas ya hemos sugerido (Arias, 1991).

4. ECONOMÍA

Uno de los problemas que se plantea al estudiar el neolítico cantábrico es si en él se practicaba la agricultura. En la investigación regional ha sido habitual cierto escepticismo al respecto (Apellániz, 1974: 316, 1975: 31, 122), con la consiguiente reducción de las técnicas productivas del período a la ganadería. En ello han influido en mayor medida consideraciones acerca de las malas condiciones naturales para el cultivo de los cereales, acerca de la localización de los monumentos megalíticos en zonas de pastos (Barandiarán, 1953: 133-151), o incluso acerca de las prácticas económicas actuales (Jarman *et alii*, 1982: 233-236), que una investigación sería acerca del problema.

Esta última no era fácil de llevar a cabo. Las probabilidades de que con el tipo de trabajos arqueológicos desarrollados (excavación preferente de contextos funerarios; no aplicación de técnicas de recuperación de semillas) hubieran aparecido indicios de agricultura son casi nulas. No es necesario recordar, por otro lado, los problemas para documentar las plantas cultivadas en el registro polínico, agravados en el Cantábrico por el hecho de que las mejores secuencias procedan de turberas situadas a gran altitud, en cuyas cercanías es imposible la existencia de cultivos, y en las que no es probable que se haya notado la acción humana sobre la cubierta arbórea hasta fases avanzadas del desarrollo agrícola.

A pesar de todo, el registro arqueológico regional ha proporcionado una serie bastante aceptable de indicios de que la agricultura tenía una importancia superior a la que un análisis superficial pudiera concederle. El más directo es la documentación de la especie *Triticum aestivum/durum* en Trikuaitzi II (Mujika y Armendáriz 1991: 145-146), difícil de atribuir a una contaminación posterior a su utilización prehistórica. Más abundantes son las pruebas indirectas, como la aparición de elementos de hoz de sílex (formalizados o simples hojas sin retocar), algunos de ellos con “lustre de cereal” (fig. 4) (Arias y Pérez, 1990b), o la abundancia de molinos de mano. Es sabido que ambos géneros de piezas pueden haber sido empleados para el procesado de vegetales silvestres, pero esta objeción, pertinente en regiones como Palestina, donde la utilización de ese instrumental es previa al cultivo, es de dudosa aplicabilidad al Cantábrico, donde la coincidencia de la aparición de tales instrumentos con el neolítico parece un indicio razonable de su empleo para la actividad agrícola. Por último, recordemos que el desarrollo de investigaciones paleoeconómicas en otras regiones de la España atlántica ha permitido constatar la vinculación del neolítico a prácticas agrícolas (Bello, Criado y Vázquez Varela, 1982), incluso en fechas muy antiguas (Vázquez Varela, 1991). Como señalábamos al referirnos a la cronología, se puede seguir manteniendo una supuesta excepcionalidad del neolítico cantábrico, pero los indicios mencionados y la dificultad de que aflore este tipo

de información sugieren que la evolución económica del Cantábrico probablemente fuera análoga a la de las regiones de su entorno.

Durante el neolítico pleno cantábrico, la actividad ganadera parece haber tenido una importancia variable, con conjuntos en los que los índices de ungulados domésticos superan a los de los salvajes (Arenaza, Las Pajucas), y otros en los que son bastante escasos (Marizulo, Atxeta). Entre los animales domésticos dominan de forma generalizada los ovicaprinos, con presencia constante del toro, y más variable del cerdo y el perro (Arias, 1992b: 175-177).

Por lo que se refiere a la caza y la recolección, parecen mantenerse pautas de explotación similares a las del epipaleolítico, con dominio del ciervo, buena presencia de jabalí y de corzo, algo menor de especies rupícolas, frecuentes carnívoros pequeños o medianos, y aves. Se practica también la pesca en el mar. La intensa explotación de los moluscos marinos, propia del epipaleolítico, no sólo se mantiene, sino que, al menos en Asturias, parece ampliarse a zonas muy batidas por el oleaje, no explotadas anteriormente, según sugiere la aparición de moluscos como *Patella aspera*, *Patella ulyssiponensis* y *Pollicipes cornucopia*. Tampoco parece haber un cambio en las pautas de aprovechamiento de materias primas líticas, que, como en el epipaleolítico, son casi exclusivamente locales.

Un dato de capital importancia para valorar la economía del período es la espectacular expansión del área en la que existen evidencias de actividad humana, lo que muy probablemente refleje la puesta en explotación de amplias zonas -fundamentalmente altas y, en general, montañosas- apenas aprovechadas durante el epipaleolítico. En el neolítico se documenta la primera colonización de todo el territorio del Cantábrico.

En definitiva, el sistema económico del neolítico pleno cantábrico parece profundizar en la tendencia de los últimos cazadores-recolectores a la explotación de una gama muy amplia de recursos, a la que ahora se añaden, además de los cambios en la recolección comentados, la de las especies domésticas.

Para el neolítico final apenas contamos con información. No obstante, hay datos que apuntan a un cambio profundo, como la aparición de más claros indicios de actividad agrícola (piezas de hoz y molino, deforestación), y de otros que sugieren una disminución de la relevancia de las actividades predatorias (como la brusca desaparición de los concheros, que debe de producirse en algún momento del IV milenio cal. BC¹⁴). Esto sugiere una intensificación de las actividades productivas (al menos de la agrícola) a costa de las predatorias, y, en todo caso, una sustitución de la tendencia creciente hacia la diversificación iniciada en el paleolítico superior, por una nueva, orientada hacia la especialización

¹⁴ No tenemos bastantes datos, pero la fecha Gak-15221 (5050 ± 120 BP) del nivel A2 de Mazaculos, un contexto todavía rico en moluscos marinos, puede ser un *terminus post quem*.

en actividades más intensivas. De una manera indirecta, esta transformación se podría reflejar en los cambios en las fuentes de abastecimiento de materias primas líticas. La aparición de sílex de mejor calidad, en algunos casos probablemente traído de lugares distantes, trasluce el cambio de un sistema basado en la explotación de la máxima gama de recursos locales a otro que se apoya en un número menor de técnicas, más productivas, y que se complementa con la intensificación de los intercambios¹⁵. Otro aspecto que puede relacionarse con estos cambios es el incremento de las evidencias arqueológicas no funerarias al aire libre, todavía no muy abundantes en el neolítico pleno, en el que aún es predominante la ocupación de las cuevas¹⁶.

5. EL RITUAL FUNERARIO Y OTROS INDICIOS DE LA ESPIRITUALIDAD

Hasta el presente se han documentado en el neolítico cantábrico tres categorías de estructuras funerarias: sepulturas individuales en cueva, monumentos megalíticos y enterramientos colectivos en cueva. De la primera, los datos más elocuentes provienen del nivel I de Marizulo, donde se localizó una tumba (fig. 5), datada en 5285 ± 65 BP (GrN-5992), formada por tres bloques que protegían los restos de un individuo, a los que se asociaban sendos esqueletos de perro y cordero (Laborde *et alii*, 1967).

Los monumentos megalíticos son muy abundantes en la región, si bien su estado de conservación no suele ser demasiado bueno, y sólo un pequeño porcentaje ha sido excavado con técnicas modernas. Existen diversas síntesis del conjunto del fenómeno megalítico en sectores de la región (de Blas, 1983; Arias y Pérez, 1990a; Teira, 1993; Armendáriz, 1987), así como estudios de aspectos parciales (Cava, 1984). Los monumentos megalíticos cantábricos suelen ser construcciones de tamaño moderado o pequeño, con túmulos en forma de calota esférica, y estructuras centrales simples (cámaras poligonales o rectangulares), siendo muy raros los sepulcros de corredor. En algunas zonas proliferan las estructuras no ortostáticas, como hoyos excavados en el suelo fósil, bloques de piedra que no forman una cámara clásica, niveles de cenizas, etc. Los ajuares (más propiamente,

¹⁵ Véase a este respecto la interesante sistematización de Halstead y O'Shea (1989) acerca de las estrategias empleadas por los grupos humanos para enfrentarse a los riesgos de escasez.

¹⁶ No todos son necesariamente de lugares de habitación, pues en algunos casos parece tratarse de restos de actividades de otro tipo, como explotación de canteras de sílex o agricultura. En todo caso, téngase en cuenta que la dificultad de datar los yacimientos al aire libre, y los problemas de fiabilidad de las muestras que ocasiona la densa cubierta vegetal de la región, hacen que sea problemático establecer conclusiones fiables acerca de este tipo de cuestiones.

lo que queda de ellos) son pobres y simples; se componen fundamentalmente de instrumental lítico pulimentado (hachas y azuelas) o tallado (hojas de sílex, microlitos geométricos, puntas de retoque plano invasor, raspadores), colgantes en piedra o hueso, y cerámicas, normalmente lisas. La mala conservación de los monumentos ha hecho que no tengamos información significativa acerca de la posición de los cadáveres u otros aspectos relacionados con el ritual.

Los niveles en cueva con sepulturas colectivas se suelen atribuir genéricamente a las edades de los metales, pero, como ha señalado A. Armendáriz (1990: 155), este tipo de enterramiento se encuentra ya afianzado en el neolítico, al menos desde comienzos del V milenio BP. El carácter superficial y muchas veces removilizado de estos estratos impide también hacer grandes precisiones respecto al ritual. No obstante, se ha señalado que es frecuente la simple deposición de los cadáveres sobre el suelo de la cueva, en diversas posiciones. En alguna ocasión se ha aludido a la posibilidad de que en el País Vasco hubieran tenido lugar ritos de incineración o cremación, pero investigaciones recientes han permitido refutar esa hipótesis (Armendáriz, 1990: 157-158). Los ajuares suelen tan pobres como los de los monumentos megalíticos, o aun más, e incluyen normalmente cerámicas y colgantes, así como objetos líticos u óseos.

No estamos en condiciones de explicar satisfactoriamente la variabilidad descrita en los párrafos anteriores, pues el tema no ha sido objeto de investigaciones específicas, y el estado de conservación de los yacimientos las dificulta. La relativa similitud del enterramiento individual de Marizulo a las evidencias funerarias epipaleolíticas de la región (Los Azules, Molino de Gasparín, Los Canes) podría apuntar a una explicación cronológica para las diferencias entre la primera categoría y las otras dos. No obstante, la información disponible es insuficiente para decidirse respecto a la viabilidad de esta hipótesis¹⁷. La clave del problema es que no existe ningún contexto sepulcral bien datado entre las fechas del enterramiento más reciente de la cueva de Los Canes y el 5300 BP. No sabemos si durante esos 1000 años se siguió practicando únicamente la inhumación individual (de la que Marizulo representaría el epílogo) o ya coexistían distintos tipos de ritual; es improbable que entre ellos estuviera el megalítico, pero nada impide que la inhumación colectiva en cuevas se pudiera iniciar en algún momento del V milenio cal. BC. Confiemos en que futuras investigaciones contribuyan a aclarar este problema.

Lo que sí parece claro es la coexistencia entre las sepulturas megalíticas y los enterramientos (o deposiciones) colectivos en cuevas, a juzgar por los

¹⁷ La datación radiocarbónica existente ni la confirma ni la refuta, pues es contemporánea de los primeros monumentos megalíticos, con lo que tanto podría indicar la coexistencia de ambos tipos de ritual como el paso de uno a otro hacia el 5300-5200 BC, tal como parece suceder en Alava, según los datos de Fuente Hoz [Baldeón *et alii*, 1983]).

ajuares y, con más problemas, por las dataciones absolutas disponibles. ¿Significa esto un uso indiferenciado de espacios funerarios alternativos para el ritual de inhumación colectiva, un reflejo de diferencias sociales o culturales..? Por el momento no es posible dar una respuesta a tan interesante pregunta, pero esperamos que la intensificación de la investigación acerca de estas cuestiones que se está produciendo últimamente dé pronto frutos.

Una problema muy interesante en el estudio del neolítico cantábrico es el de las manifestaciones artísticas y, en general, gráficas. Dentro de este campo podemos distinguir tres aspectos desigualmente conocidos: el arte esquemático megalítico, el arte esquemático en cuevas y abrigos, y el arte mobiliario. El arte megalítico es escaso en la región, pero incluye, junto con manifestaciones menores, algunas de considerable interés (Abamia), e incluso una de primer orden, el dolmen de la capilla de Santa Cruz (de Blas 1979; Bueno y Balbín, 1992). Su atribución cronológica al neolítico pleno regional parece estar fuera de duda, y también su vinculación a manifestaciones similares de otras zonas de la Península, particularmente del cuadrante noroccidental. Por el contrario, las relaciones entre el arte rupestre esquemático no megalítico y el neolítico cantábrico no están suficientemente aclaradas. Existen evidencias de la datación de algunas estaciones en el calcolítico o los inicios de la edad del bronce (Peña Tu), pero no se puede descartar que este fenómeno -para el que los especialistas proponen en los últimos años cronologías muy antiguas- pueda ser parcialmente coetáneo del neolítico regional (Balbín, 1989). Por último, señalemos que diversos contextos del neolítico cantábrico, tanto en cueva (Mazaculos, Les Pedroses, Santimamiñe, Lumentxa) como en monumentos megalíticos (El Baradal) han proporcionado plaquetas y cantos con manchas de colorante rojo, normalmente irregulares, pero en ocasiones formando motivos geométricos simples (anillos, círculos) (Arias, 1991: 232-237). La analogía de estas piezas a otras documentadas en el epipaleolítico de Mazaculos permite establecer un vínculo cultural entre las comunidades de ambos períodos, de gran interés para comprender la neolitización de la región¹⁸. La cuestión del significado de todas estas manifestaciones artísticas es muy oscura por el momento. Parece razonable

¹⁸ Algunos datos conocidos recientemente han modificado algunos detalles con respecto a la publicación citada. El nivel A3 de Mazaculos, que había sido atribuido al neolítico por la presencia de 5 fragmentos de cerámica (hasta ahora no se ha publicado nada respecto a la macrofauna de este nivel), ha proporcionado una fecha de 7030 ± 120 (GaK-15222). Esto ha hecho que su excavador reconsidere la clasificación cultural del nivel, y atribuya la cerámica a una contaminación (González Morales, 1992: 189), nada rara si recordamos el carácter poco compacto y pedregoso de ese estrato. Por consiguiente, cinco de las siete piezas de arte mueble de Mazaculos atribuidas al neolítico se deben considerar asturianas (entre ellas las nº 2-4 de Arias 1991: lám. 6.5). Tales cambios no alteran nuestra argumentación, sino que la refuerzan, pues confirman el desarrollo de este tipo de piezas en el asturiano (de la que el único indicio era un ejemplar aislado y muy antiguo, del nivel

atribuirlas a actividades rituales y religiosas¹⁹, e incluso cabría precisar que funerarias en el caso del arte megalítico, pero no estamos en condiciones de profundizar más en este problema.

6. SOCIEDAD Y CAMBIO SOCIAL

Poco es lo que podemos decir, por el momento, acerca de la organización las sociedades que ocuparon la región cantábrica durante el neolítico. La información disponible al respecto es muy escasa y, por otra parte, no resulta procedente el fácil recurso a las clasificaciones neoevolucionistas de las sociedades preindustriales (al estilo de las de Service o Fried, por ejemplo). Ciertamente, el sistema económico descrito para el neolítico I y II no parece propicio para el desarrollo de una sociedad compleja. Los contextos funerarios parecen confirmar estas apreciaciones: aunque la mala conservación de las sepulturas impide precisar si el ritual funerario era idéntico para todos los individuos, la inexistencia de indicios interpretables como indicadores de estatus social diferente, y la propia práctica, al menos en el neolítico II, del enterramiento colectivo sugieren una sociedad de tipo igualitario.

No obstante, no podemos dejar de advertir la ambigüedad de los datos disponibles. En arqueología se pueden establecer criterios que permitan reconocer objetos o estructuras que impliquen diferencias sociales (por estar realizados en materiales raros o costosos, por exigir una fuerte inversión de trabajo para su construcción o transformación, etc.), pero demostrar el igualitarismo es más difícil. El hecho de que un objeto nos parezca a nosotros cotidiano, sin un valor especial, no excluye que pudiera tener un significado simbólico importante para la sociedad que lo fabricó o depositó (por la historia del objeto, por ejemplo), muy difícil de detectar con procedimientos arqueológicos. Por otra parte, la inferencia de que los sepulcros colectivos suponen igualitarismo social no es tan evidente como pueda parecer a primera vista. Al margen de que ha sido cuestionada para algunos casos concretos, como Los Millares (Chapman, 1991: 246-267), debemos plantearnos hasta qué punto el ritual funerario es un reflejo

inferior del conchero de Mazaculos); su presencia en el neolítico, por otro lado, está bien documentada en los niveles A2 y A2f de Mazaculos y en los demás contextos señalados. Es más, la mayor cercanía cronológica de las piezas de Mazaculos A3 a las neolíticas hace más verosímil que el paralelismo sea significativo, y no casual.

¹⁹ Sobre todo el arte rupestre; tendríamos más dudas respecto a las piezas mobiliarias, para las que, a la vista de su simplicidad y de su procedencia preferente de contextos de habitación, no se puede descartar una finalidad profana.

fiel de la realidad del mundo de los vivos²⁰. De todas maneras, aun teniendo en cuenta estas observaciones, la falta absoluta de indicios de diferencias de rango, y el escaso desarrollo tecno-económico de las sociedades del neolítico I y II cantábrico hacen poco verosímil que fueran de tipo jerarquizado.

Desde otro punto de vista, hay datos que parecen apuntar a la existencia de una fuerte agregación social. El considerable esfuerzo que implica la construcción de sepulturas colectivas (incluso las de moderado tamaño que predominan en la región) exige la colaboración de grupos extensos de personas en tareas de interés colectivo, destinadas, además, a una finalidad que, aparentemente, podría contribuir a la cohesión social (agrupación en la tumba de los antepasados y parientes de la comunidad [o las comunidades]; visibilidad y carácter destacado en el paisaje del monumento...)

El panorama parece cambiar a lo largo del V milenio BP, durante el neolítico final y el calcolítico. El escaso detalle del registro arqueológico impide precisar la relación entre unos fenómenos y otros, pero hay una serie de circunstancias que apuntan a una rápida evolución hacia la complejidad social, tanto en lo que se refiere a la diferenciación funcional de actividades, como a la jerarquización económica y política. Citemos entre ellas la intensificación de la agricultura y la brusca caída en la importancia de las técnicas predatorias, que sugieren la tendencia hacia una organización económica y social en la que la vinculación permanente de los productores a unos medios de producción localizados y estáticos sea cada vez más acusada, a una derivación hacia la verdadera "sociedad campesina" (Vicent, 1990: 275-276). También debemos mencionar el desarrollo de los intercambios y la aparición de objetos raros o valiosos (por ejemplo, las "hachas de combate" de Maraviu y Balenkaleku, o el anillo de oro de la Mata'l Casare). Ya en un momento avanzado, apuntan en esta dirección el abandono de los sepulcros megalíticos y el desarrollo de actividades especializadas, como la minería y la metalurgia.

A lo largo del neolítico cantábrico, por consiguiente, parecen detectarse importantes cambios sociales. Estos no se reducen a la introducción y desarrollo

²⁰ Una de las premisas de los planteamientos "procesualistas" para la reconstrucción de la organización social es, precisamente, la existencia de una relación directa entre la relevancia social de un individuo y el tratamiento funerario que recibe (Binford, 1972; más matizado en O'Shea 1984: 33-37). Este principio, que, en líneas generales, consideramos aceptable, no es aplicable necesariamente a todos los casos, en especial a los negativos. Es muy probable que un individuo enterrado individualmente en una estructura monumental, con objetos de gran valor, ocupara en vida una posición social importante; lo recíproco no es tan seguro, pues cabe preguntarse si la homogeneidad de tratamiento funerario no puede tener causas ideológicas, incluso de enmascaramiento deliberado de diferencias sociales (Shanks y Tilley, 1982). Véase un resumen crítico del problema en Whittle, 1988: 142. Se puede encontrar un planteamiento radicalmente escéptico respecto a la fiabilidad de este tipo de reconstrucciones, a partir de la constatación de una gran variabilidad en el registro etnográfico, en Ucko, 1969.

de dos nuevas técnicas de subsistencia -agricultura y ganadería-, sino que afectan a aspectos muy relevantes de la organización social, y, en general, del cambio histórico en su conjunto. Aunque la mayor parte de los detalles se nos escapan, podemos atisbar algo de esas transformaciones en la economía, la organización social y el mundo funerario. Transformaciones históricas que parecen iniciarse a un ritmo moderado (pero mucho más intenso que el que se observa en los grupos del epipaleolítico) hacia el 5000 cal. BC, y que van progresivamente acelerándose. Según señalábamos en otro lugar (Arias, 1991: 357), posiblemente sea ésta una de las consecuencias más destacadas de la neolitización de la región. La tímida introducción de especies cultivadas en el aparentemente bien adaptado modo de vida cazador-recolector viene seguida por una inestabilidad de los sistemas resultantes que provocará una cada vez más rápida transformación de los mismos, una especie de huida hacia adelante de sistemas cada vez más inestables y efímeros. Desde ese punto de vista, la introducción de las especies domésticas, sin ser la única causa de las transformaciones subsiguientes, actuaría como un acelerador, un fermento del cambio histórico.

7. CONCLUSIONES. PERSPECTIVAS

De la lectura de las páginas precedentes es fácil concluir que es mucho lo que queda por hacer en la investigación del neolítico cantábrico. No obstante, poco a poco, se va perfilando un conocimiento básico, todavía burdo, pobre en detalle, pero relativamente sólido, del período. Y ello no sólo por la simple inercia de los descubrimientos y del trabajo de campo, sino también por la evolución teórica que está experimentando nuestra disciplina en los últimos años, que permite extraer una imagen mucho más rica y profunda de los poco explícitos datos disponibles.

Esto no obstante, es necesario continuar desarrollando intensamente la aún insuficiente base empírica con que se cuenta. Es particularmente urgente la definición (y publicación) de series estratigráficas detalladas, y la aplicación de técnicas que permitan fundamentar una reconstrucción paleoeconómica más refinada (carpología, fitolitos...). Por otra parte, hemos de reconocer que el panorama presentado en estas páginas se apoya fundamentalmente en dos sectores de la región con una importante tradición investigadora en contextos holocénicos (el oriente de Asturias y el País Vasco), y que es imprescindible completarlo y matizarlo con información procedente de zonas hasta ahora poco o nada estudiadas (Cantabria, centro de Asturias en lo que se refiere a contextos no megalíticos).

No menos importante es continuar con la renovación teórica mencionada más arriba. En particular queremos llamar la atención sobre la necesidad de

hacer compatible el rigor en el análisis de la información con su utilización para una reconstrucción histórica, en el más rico sentido del término. Aunque no siempre es fácil hacer historia a partir de la arqueología, hemos de huir de los falsamente objetivos planteamientos “arqueográficos” que tanto han esterilizado nuestra tradición investigadora durante muchos años.

Creemos que las perspectivas para el estudio del neolítico cantábrico son optimistas. Las tendencias de los últimos años, si circunstancias imprevistas no las truncan, permiten esperar considerables avances en el conocimiento de las primeras sociedades de agricultores-ganaderos de la región, no sólo por los nuevos datos que se vayan obteniendo, sino por una cada vez más refinada y profunda interpretación del conjunto de la documentación existente.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ALTUNA, J. Y K. MARIEZKURRENA (1985): “Bases de subsistencia de los pobladores de Erralla: macromamíferos”, en J. Altuna, A. Baldeón y K. Mariezkurrena (eds.), *Cazadores magdalenienses en la cueva de Erralla (Cestona, País Vasco)*, San Sebastián, Sociedad de Ciencias Aranzadi (*Munibe, Antropología y Arqueología* 37): 87-117.
- APELLÁNIZ CASTROVIEJO, J.M. (1974): *El grupo de Los Husos durante la prehistoria con cerámica en el País Vasco*, Vitoria, Diputación Foral de Alava (*Estudios de Arqueología Alavesa* 7).
- (1975): *El grupo de Santimamiñe durante la prehistoria con cerámica*, San Sebastián, Sociedad de Ciencias Aranzadi (*Munibe* XXVII, 1-2).
- APELLÁNIZ CASTROVIEJO, J.M. Y J. ALTUNA ECHAVE (1975): “Memoria de la II campaña de excavaciones arqueológicas en la cueva de Arenaza I (San Pedro de Galdames, Vizcaya)”, *Noticiero Arqueológico Hispánico, Prehistoria* 4: 155-181.
- ARIAS CABAL, P. (1989): “Las industrias de los estratos postpaleolíticos de la cueva de Atxuri (Mañaria, Vizcaya)”, *Veleia* 6: 49-83.
- (1990): “Utilisation différentielle des variétés de silex au chalcolithique dans les Asturies orientales (Espagne)”, *Le silex de sa genèse à l'outil*, tomo II, Paris, C.N.R.S. (*Cahiers du Quaternaire* 17): 449-452.
- (1991): *De cazadores a campesinos. La transición al neolítico en la región cantábrica*, Santander, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria-Asamblea Regional de Cantabria.
- (1992a): “Estrategias de aprovechamiento de las materias primas líticas en la costa oriental de Asturias (VIII-III milenios a.C.)”, en R. Mora, X. Terradas, A. Parpal y C. Plana (eds.), *Tecnología y cadenas operativas líticas*, Bellaterra, Departament d'Història de les Societats Pre-capitalistes i d'Antropologia Social de la Universitat Autònoma de Barcelona (*Treballs d'Arqueologia* 1): 37-55.
- (1992b): “Estrategias económicas de las poblaciones del epipaleolítico avanzado y el neolítico en la región cantábrica”, en J.A. Moure Romanillo (ed.), *Elefantes, ciervos y ovis caprinos. Economía y aprovechamiento del medio en la prehistoria de España y Portugal*, Santander, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria:

- 163-184.
- (1993): "El hacha plana de Pendes (Cillorigo-Castro) y los inicios de la metalurgia en el occidente de Cantábría", *Homenaje a Joaquín González Echegaray*, Santander, Centro de Investigación y Museo de Altamira (*Monografías* 17).
- Arias Cabal, P. y C. Pérez Suárez
- (1990a): "El fenómeno megalítico en la Asturias oriental", *Gallaecia* 12: 91-110.
- (1990b): "Investigaciones prehistóricas en la Sierra Plana de La Borbolla (1979-1986)", *Excavaciones arqueológicas en Asturias 1983-86*, Oviedo, Servicio de Publicaciones del Principado de Asturias: 143-151.
- (1992): "Los yacimientos al aire libre del Llano de Los Carriles en el concejo de Llanes (Asturias)", *Boletín del Real Instituto de Estudios Asturianos* 140: 513-558.
- ARMENDÁRIZ, A. (1987): "Problemas sobre el origen del megalitismo en el País Vasco", en *El megalitismo en la península ibérica*, Madrid, Ministerio de Cultura: 143-148.
- (1990): "Las cuevas sepulcrales en el País Vasco", *Munibe (Antropología-Arkeología)* 42: 153-160.
- BALBÍN BEHRMANN, R. DE (1989): "El arte megalítico y esquemático del Cantábrico", en *Cien años después de Sautuola*, Santander, Diputación Regional de Cantabria: 15-96.
- BALDEÓN, A., E. GARCÍA, L. ORTIZ Y P. LOBO (1983): "Excavaciones en el yacimiento de Fuente Hoz. (Anúcita, Alava). Informe preliminar. I campaña de excavaciones", *Estudios de Arqueología Alavesa* 11: 7-67.
- BARANDIARÁN MAESTU, I. Y A. CAVA ALMUZARA (1989): *El yacimiento prehistórico de Zatoya (Navarra). Evolución ambiental y cultural a fines del tardiglaciario y en la primera mitad del holoceno*, Pamplona, Institución Príncipe de Viana (*Trabajos de Arqueología Navarra* 8).
- BARANDIARÁN, J.M. DE (1953): *El hombre prehistórico en el País Vasco*, Buenos Aires, Ekin. Citamos paginación de la 2ª ed. (San Sebastián, Ediciones Vascas, 1979).
- BELLO DIÉGUEZ, J.M., F. CRIADO BOADO Y J.M. VÁZQUEZ VARELA (1982): "Aproximación a un modelo económico-social del megalitismo del noroeste peninsular", *Brigantium* 3: 33-39.
- BERNABEU AUBAN, J. (1989): *La tradición cultural de las cerámicas impresas en la zona oriental de la península ibérica*, Valencia, Diputación Provincial de Valencia (SIP, *Trabajos varios* 86).
- BINFORD, L.R. (1972): "Mortuary practices: their study and their potential", en *An archaeological perspective*, New York, Seminar Press: 208-243.
- BLAS CORTINA, M.A. DE (1979): "La decoración parietal del dolmen de la Santa Cruz (Cangas de Onís, Asturias)", *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos* 98: 717-757.
- (1983): *La prehistoria reciente en Asturias*, Oviedo, Fundación Pública de Cuevas y Yacimientos Prehistóricos de Asturias.
- (1992): "Minas prehistóricas del Aramo (Riosa). Campaña arqueológica de 1987", *Excavaciones arqueológicas en Asturias 1987-90*, Oviedo, Servicio de Publicaciones del Principado de Asturias: 59-68.
- BUENO RAMÍREZ, P. Y R. DE BALBÍN BEHRMANN (1992): "L'art mégalithique dans la péninsule ibérique. Une vue d'ensemble", *L'Anthropologie* 96: 499-572.
- CAVA ALMUZARA, A. (1975): "La industria lítica de los niveles postazilienses de

- Santimamiñe”, *Sautuola* I: 53-73.
- (1984): “La industria lítica en los dólmenes del País Vasco meridional”, *Veleia* 1: 51-145.
- (1988): “El neolítico en el País Vasco peninsular”, *II Congreso Mundial Vasco. Congreso de Historia de Euskal Herria*, San Sebastián, Txertoa, tomo I: 81-99.
- (1990): “El neolítico en el País Vasco”, *Munibe (Antropología-Arkeología)* 42: 97-106.
- CAVA ALMUZARA, A. Y M.A. BEGURISTÁIN GURPIDE (1991-92) “El yacimiento prehistórico del abrigo de la Peña (Marañón, Navarra)”, *Trabajos de Arqueología Navarra* 10: 69-135.
- CHAPMAN, R. (1991): *La formación de las sociedades complejas. El sureste de la península ibérica en el marco del Mediterráneo occidental*, Barcelona, Crítica.
- DELIBES DE CASTRO, G. (1985): “El neolítico. Los comienzos de la agricultura y la ganadería en la Meseta”, en G. Delibes et alii, *Historia de Castilla y León, I. La Prehistoria del valle del Duero*, Valladolid, Ambito: 22-35.
- DELIBES DE CASTRO, G., M. ALONSO DÍEZ Y M.A. ROJO GUERRA (1987): “Los sepulcros colectivos del Duero medio y Las Loras y su conexión con el foco dolménico riojano”, en *El megalitismo en la península ibérica*, Madrid, Ministerio de Cultura: 181-197.
- FÁBREGAS VALCARCE, R. (1988): “Cronología y periodización del megalitismo en Galicia y norte de Portugal”, *Espacio, Tiempo y Forma, serie I, prehistoria* I: 279-291.
- FERNÁNDEZ ERASO, J. (1988): “Cerámica cardial en la Rioja Alavesa”, *Veleia* 5: 97-105.
- GASCO, J. (1982): “Histogrammes et dates radiocarbones”, *Bulletin de la Société Préhistorique Française* 82/4: 108-111.
- GONZÁLEZ MORALES, M.R. (1992): “Mesolíticos y megalíticos: la evidencia arqueológica de los cambios en las formas productivas en el paso al megalitismo en la costa cantábrica”, en J.A. Moure Romanillo (ed.), *Elefantes, ciervos y ovicaprinos. Economía y aprovechamiento del medio en la prehistoria de España y Portugal*, Santander, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria: 185-202.
- HALSTEAD, P. Y J. O’ SHEA (1989): “Introduction: cultural responses to risk and uncertainty”, en Halstead y O’Shea (eds.), *Bad year economics. Cultural responses to risk and uncertainty*, Cambridge, Cambridge University Press: 1-7.
- JARMAN, M.R., G.N. BAILEY Y H.N. JARMAN (1982): *Early european agriculture. Its foundations and development*. Cambridge, Cambridge University Press.
- JORDÁ CERDÁ, F. (1977): *Historia de Asturias, tomo I, Prehistoria*, Salinas, Ayalga.
- JOUSSAUME, R. Y M. BOIRAL (1986): “Sites préhistoriques submergés à La Tranche-sur-Mer (Vendée)”, *Bulletin de la Société Préhistorique Française* 83: 423-435.
- LABORDE, M., J.M. DE BARANDIARÁN, T. DE ATAURI Y J. ALTUNA (1967): “Excavaciones en Marizulo (Urnieta). (Campañas de 1965 y 1967)”, *Munibe* XIX: 261-270.
- MUJICA, J.A. Y A. ARMENDÁRIZ (1991): “Excavaciones en la estación megalítica de Murumendi (Beasain, Gipuzkoa)”, *Munibe, Antropología-Arkeología* 43: 105-165.
- ORTIZ, L., J.J. VIVANCO, A. FERREIRA, P. LOBO, M.D. MUÑOZ, R. PINILLOS, J.M. TARRIÑO Y A. TARRIÑO (1990): *El hábitat en la prehistoria en el valle del río Rojo (Alava)*, San Sebastián, Eusko Ikaskuntza (Cuadernos de Sección. Prehistoria-Arqueología 3).
- O’ SHEA, J.M. (1984): *Mortuary variability. An archaeological investigation*, Orlando,

Academic Press.

- ROUSSOT-LARROQUE, J. (1987): "Les deux visages du néolithique ancien d'Aquitaine", en J. Guilaine, J.L. Roudil, y J.L. Vernet (eds.), *Premières communautés paysannes en Méditerranée Occidentale*, Paris, CNRS: 681-691.
- SHANKS, M. Y C. TILLEY (1982): "Ideology, symbolic power and ritual communication: a reinterpretation of Neolithic mortuary practices", en I. Hodder (ed.), *Symbolic and structural archaeology*, Cambridge, Cambridge University Press: 129-154.
- STUIVER, M. Y R.S. KRA (EDS.) (1986): *Proceedings of the Twelfth International Radiocarbon Conference-Trondheim, Norway*, New Haven, Yale University (*Radiocarbon* 28, 2B).
- TEIRA MAYOLINI, L.C. (1993): *El megalitismo en Cantabria*. Santander, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria.
- UCKO, P.J. (1969): "Ethnography and archaeological interpretation of funerary remains", *World Archaeology* I: 262-280.
- VÁZQUEZ VARELA, J.M. (1991): "El neolítico", en *Galicia. Historia, tomo I, prehistoria e historia antigua*, La Coruña, Hércules: 117-121.
- VEGAS ARAMBURU, J.I. (1992): "El enterramiento de San Juan ante Portam Latinam", *Arkeoikuska* 91: 27-39.
- VICENT GARCÍA, J.M. (1990): "El neolític: transformacions socials i econòmiques", en J. Anfruns y E. Llobet (eds.), *El canvi cultural a la prehistòria*, Barcelona, Columna: 241-293.
- WHITTLE, A. (1988): *Problems in Neolithic archaeology*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ZVELEBIL, M. Y P. ROWLEY-CONWY (1986): "Foragers and farmers in atlantic Europe", en M. Zvelebil (ed.), *Hunters in transition. Mesolithic societies of temperate Eurasia and their transition to farming*, Cambridge, Cambridge University Press: 67-93.

Quadro 1

Fechas radiocarbónicas publicadas para el epipaleolítico postaziliense, el neolítico y el calcolítico de la región cantábrica

Yacimiento	Niv	Materia Muestra	Referencia Laboratorio	Anos ± BP	Calibración Pearson & al. (años cal.BC)	
					Intervalos máximos	
					1 sigma	2 sigma
Epipaleolítico						
Mazaculos	3.3	carbón	GaK-6884	9290 ± 440		
Penical	conch.	carbón	GaK-2906	8650 ± 180		
La Riera	B	carbón	GaK-2909	8650 ± 300		
S. Plana C	1C	carbón	UGRA-209	7550 ± 190	-6560 -6170	-6810 -5994
Mazaculos	1.1	carbón	GaK-8162	7280 ± 220	-6390 -5960	-6560 -5658
Coberizas	1B	carbón	GaK-2907	7100 ± 170	-6100 -5750	-6371 -5630
Mazaculos	A3	?	GaK-15222	7030 ± 120	-6071 -5740	-6110 -5640
Los Canes	K	huesos	AA-6071	6930 ± 95	-5958 -5650	-6031 -5630
Los Canes	D	huesos	AA-5295	6860 ± 65	-5767 -5641	-5953 -5585
Los Canes	D	huesos	AA-5296	6770 ± 65	-5720 -5575	-5750 -5500
Bricia	A	carbón	GaK-2908	6800 ± 160	-5820 -5540	-5990 -5410
La Riera	29	carbón	GaK-3046	6500 ± 200	-5621 -5240	-5740 -5004
Los Canes	F	huesos	AA-5294	6265 ± 75	-5318 -5207	-5370 -5004
Tarrerón	III	carbón	I-4030	5780 ± 120	-4790 -4500	-4938 -4360
Neolítico pleno (contextos no megalíticos)						
Urtao	Ib	carbón	I-14098	6220 ± 120	-5315 -5007	-5452 -4858
Los Canes	C	carbón	AA-5788	5865 ± 70	-4891 -4688	-4935 -4580
Her. Barra	C	mat. veg.	I-?	5810 ± 170	-4899 -4470	-5201 -4340
Pedroses	conch.	carbón	GaK-2547	5760 ± 180	-4892 -4400	-5193 -4245
Moulligna	sup.	turba	Ly-882	5760 ± 150	-4790 -4460	-4994 -4340
Arenillas		carbón	GrN-?	5580 ± 80	-4506 -4352	-4662 -4250
Moulligna	base	turba	Ly-883	5550 ± 150	-4573 -4245	-4770 -4040
Marizulo	I	huesos	GrN-5992	5285 ± 65	-4234 -4002	-4333 -3980
Mazaculos	A2	?	GaK-15221	5050 ± 120	-3990 -3703	-4218 -3548
Arenaza	I	?	I-8630	4965 ± 195	-3990 -3530	-4230 -3350
Lloseta	conch.	carbón	GaK-2551	4460 ± 660	-3970 -2209	-4711 -1420
Pajucas	II	huesos	I-3153	3710 ± 130	-2320 -1940	-2480 -1750

Quadro 1 (Continuação)

Yacimiento	Niv	Materia Muestra	Referencia Laboratorio	Anos \pm BP	Calibracion Pearson & al. (años cal.BC) Intervalos máximos	
					1 sigma	2 sigma
Monumentos megalíticos						
Larrarte		carbón	I-14781	5810 \pm 290	-5053 -4360	-5330 -4005
Trikuaiziti	I	carbón	I-14099	5300 \pm 140	-4340 -3990	-4457 -3790
Peña Oviedo	I	?	?	5195 \pm 25	-4034 -3990	-4040 -3976
La Llaguna	D	carbón	GaK-16647	5135 \pm 40	-3993 -3824	-4034 -3816
La Llaguna	D	carbón	GaK-16648	5110 \pm 60	-3992 -3816	-4036 -3780
Larrarte		carbón	I-14919	5070 \pm 140	-4032 -3703	-4233 -3539
Piedrafita	V	?	Ly-2939	3160 \pm 130	-1599 -1310	-1740 -1090
El Cantón	I	carbón	CSIC-329	2690 \pm 50	-902 -809	-930 -800
Piedrafita	V	?	UGRA-191	2160 \pm 110	-380 -90	-410 +70
Neolítico final						
Iruaxpe I	I	huesos	I-13507	5440 \pm 110	-4370 -4159	-4510 -4002
Iruaxpe I	I	huesos	I-13440	5390 \pm 110	-4350 -4044	-4460 -3990
Urtao II	gal. N	huesos	I-14822	4610 \pm 120	-3596 -3107	-3650 -2927
Iruaxpe I	I	huesos	I-14097	4130 \pm 110	-2890 -2506	-3013 -2460
Calcolítico						
Urtao II	I	huesos	I-14821	4490 \pm 170	-3493 -2920	-3640 -2699
Pico Ramos	III	huesos	?	4210 \pm 110	-2919 -2619	-3091 -2494
Anton Koba	IV		I-14905	4200 \pm 130	-2920 -2590	-3255 -2470
Minas del Aramo		asta	Ox A-1833	4090 \pm 70	-2870 -2506	-2889 -2470
Minas del Aramo		asta	Ox A-1926	3810 \pm 70	-2453 -2142	-2470 -2039
Anton Koba	IV		?	3800 \pm 100	-2460 -2047	-2564 -1960

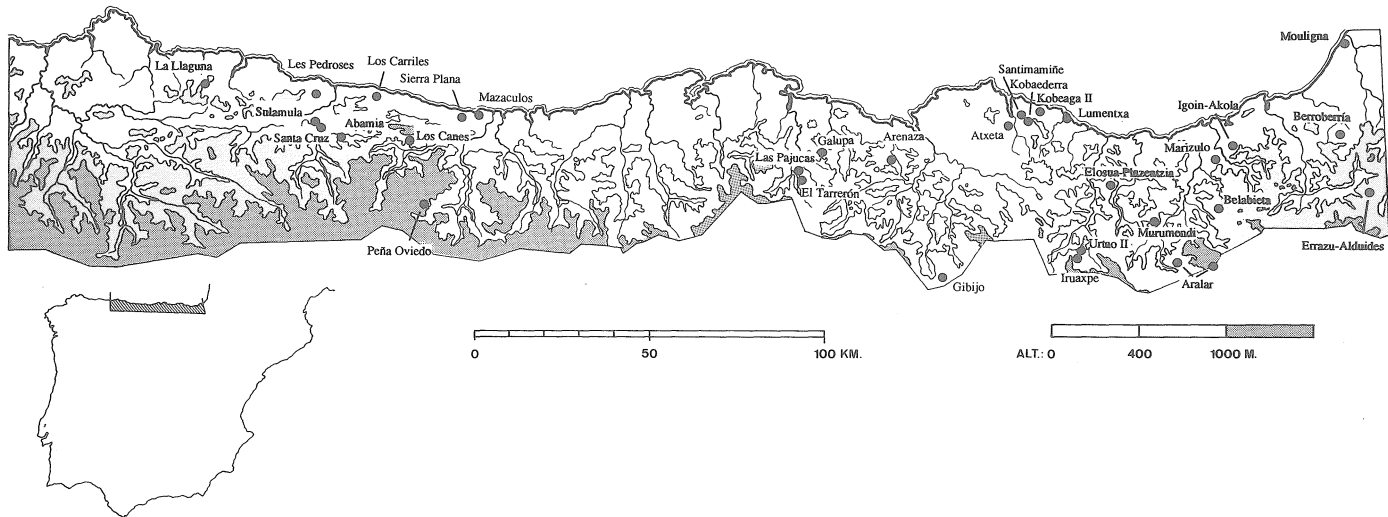


Fig. 1 — Principales yacimientos del Neolítico pleno y final de la región cantábrica.

Est. II

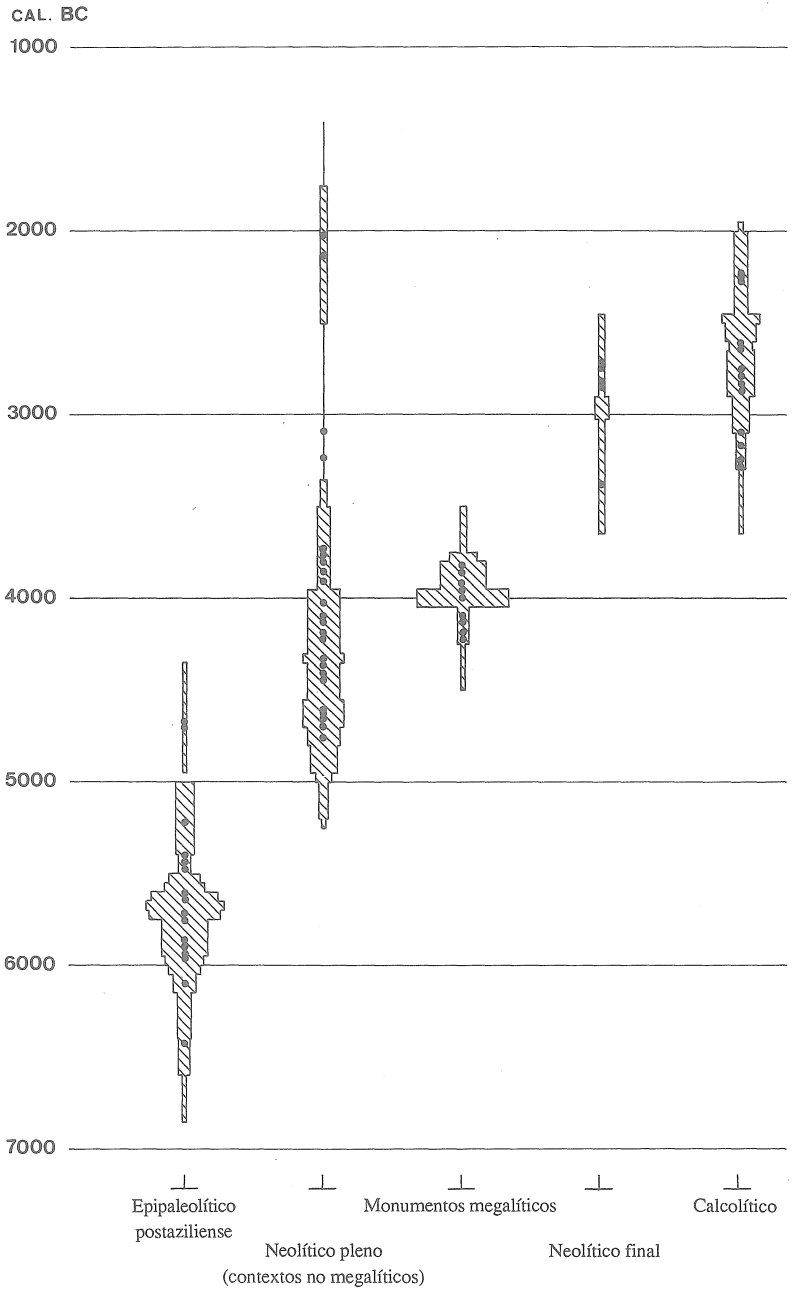


Fig. 2 — Husos cronológicos e intersecciones con la curva de calibración para las dataciones radiocarbónicas del Epipaleolítico postaziliense, el Neolítico y el Calcolítico de la región cantábrica.

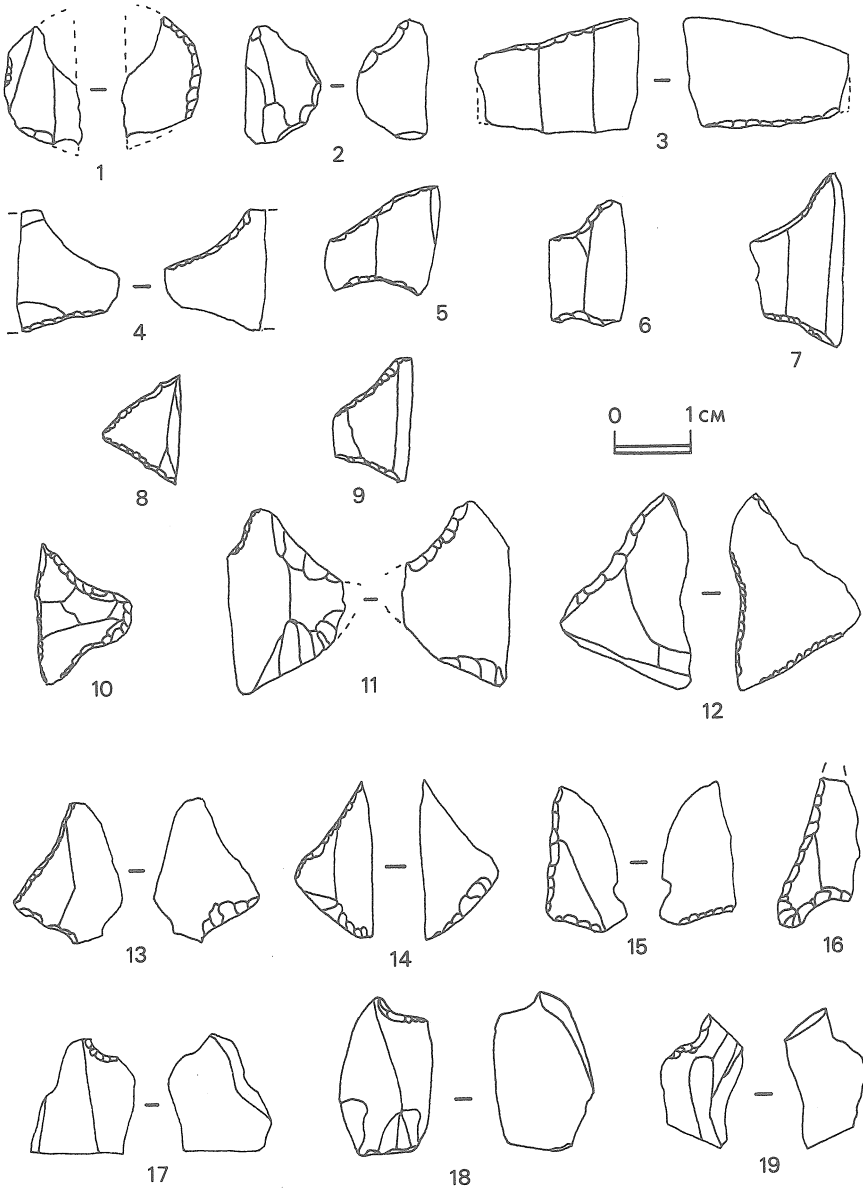


Fig. 3 — Microlitos geométricos y microburiles del nivel III de la cueva de Santimamiñe (Vizcaya).

Est. IV

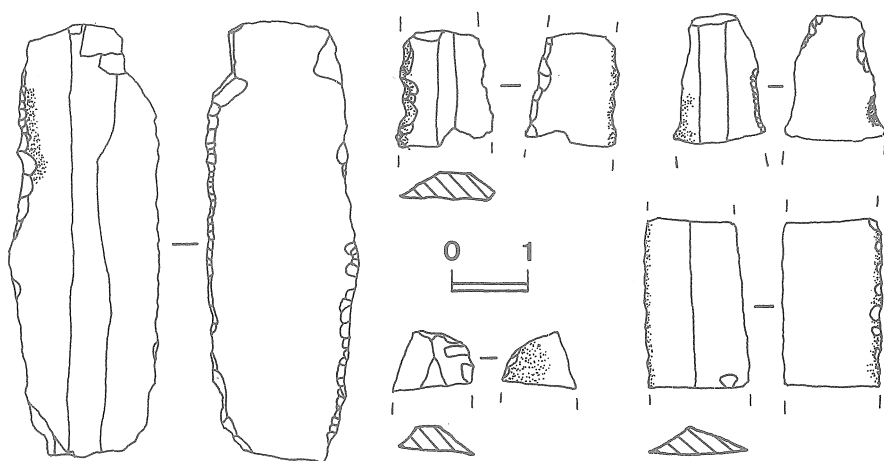


Fig. 4 — Piezas con “lustre de cereal” de la Sierra Plana de La Borbolla (Asturias).

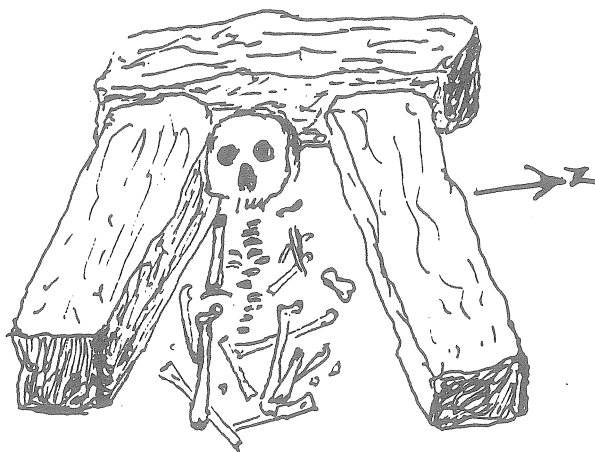


Fig. 5 — Esquema del enterramiento individual del nivel I de Marizulo (Guipúzcoa), según Laborde *et alii*, 1967.

O ALTO RIBATEJO E O MEDITERRÂNEO. ESPAÇO CONTÍNUO OU HIERARQUIZADO?

por

Luiz Oosterbeek *

Resumo: O processo de diversificação e complexificação social, económica e cultural, designado por “neolitização”, não pode ser entendido fora de uma aproximação às noções de Espaço que enformaram esse processo. Apresenta-se os dados da investigação numa região de charneira, o Alto Ribatejo, e os sucessivos enquadramentos espaciais daquela região., entre 5000 e 2000 a.C. Revê-se as convergências ibéricas, mediterrânicas e com a Europa atlântica, defendo-se um modelo de desenvolvimento desigual mas combinado numa rede de interações. O modelo é testado segundo diversas variáveis, à luz das quais se procura superar a dicotomia entre os modelos difusionistas e os modelos poligenéticos propostos por diversos autores.

Palavras-chave: Neolitização. Diversificação. Integração.

O processo de diversificação e complexificação social, económica e cultural, designado por “Neolitização”, não pode ser entendido fora de uma aproximação às noções de espaço que enformaram esse processo. A investigação que, em conjunto com Ana Rosa Cruz, tenho conduzido no Alto Ribatejo, permitiu identificar mais de uma centena de estações arqueológicas que se distribuem, no tempo, entre o VIIº e o início do IIº milénio (em anos de calendário), e cujo estudo permite levantar algumas questões relativas ao referido processo.

Penso que a Neolitização foi um processo contraditório que, tendo a sua origem no Próximo Oriente (Ammerman/Cavali-Sforza 1984), se constrói na Península sobre um conjunto de *nexus*, que se agrupavam no mesolítico em diversas redes (Camps 1976; Fortea/Oliver 1985), algumas das quais têm designações cujo alcance por vezes não é entendido sob esta forma (por exemplo, o “Castelnovense” ou o “Languedocense”). Estas redes de informação e intercâmbio constituem os limites do “Mundo” de cada um dos seus componentes (os grupos humanos que as integram), tendendo potencialmente para a sua expan-

* Escola Superior de Tecnologia de Tomar. Quinta do Contador, Estrada da Serra, P-2300 TOMAR, tel. 321642 - fax. 321750.

são. Tais redes, que tendem igualmente para a inter-penetração, não são fundamentalmente governadas por factores como a pressão populacional ou a conjuntura ambiental e ecológica. A tradição cultural de cada grupo integrante e, em última análise, a escolha socialmente determinada, deverão ter sido tais factores primordiais.

O Alto Ribatejo, pela sua natureza de espaço de convergência e transição, oferece-se como uma região de eleição para a abordagem deste processo. A região gravita em torno do médio Tejo e dos seus principais afluentes e sub-afluentes (Zêzere, Almonda, Nabão,...), abrindo-se para o Maciço Calcáreo Estremenho, a bordadura ocidental da orla Meso-Cenozóica e a bacia Terciária do Tejo recoberta por espessos depósitos de aluvião (Oosterbeek 1987).

Na centena de estações identificadas na região, cerca de doze foram objecto de escavações e relatórios mais ou menos extensos: *Gruta do Caldeirão* (Zilhão 1987, 1990, 1992), *Gruta do Cadaval* (Cruz/Oosterbeek 1985; Oosterbeek 1985a, 1985b), *Gruta dos Ossos* (Oliveira/Oosterbeek 1987; Oosterbeek 1993b; Cruz 1991), *Gruta de Nossa Senhora das Lapas* (Oosterbeek 1993d), *Povoado da Fonte Quente* (Oosterbeek/Cruz 1992) todas no vale do Nabão; *Anta 1 de Val da Laje* (Drewett et al. 1992, Oosterbeek/Cruz/Félix 1992) no vale do Zêzere; *Povoado da Amoreira* (Oosterbeek/Cruz 1993) no vale do Tejo; *Gruta da Nascente do Rio Almonda* (Nogueira et al. 1941; Zilhão/Maurício/Souto 1991), *Lapa da Bugalheira* (Paço/Ferreira 1971; Maurício 1986), *Necrópole das Lapas* (Almeida/Ferreira 1959), *Lapa da Galinha* (Sá 1959; Gonçalves 1978), *Gruta dos Carrascos* (Gonçalves/Pereira 1977), *Gruta da Rexaldia* (Oosterbeek 1988; Oosterbeek/Cruz et al. 1992) na região de Torres Novas/Alcanena. A estas podem associar-se cinco importantes colecções de superfície, particulares, a que tive acesso: *Povoado do Maxial* (Inácio/Santos 1992) no vale do Zêzere e *Povoados de Coalhos, Barreira Vermelha, Tramagal e Constância* (Oosterbeek 1993c) no vale do Tejo.

Sempre que possível, estas estações foram analisadas sob várias vertentes: estratigrafia, materiais, distribuição espacial e cronologia absoluta, sugerindo diversas seqüências.

CULTURA MATERIAL

Foram definidos sete momentos:

- Mesolítico Languedocense, caracterizado por conjuntos de seixos afeixoados, raros micrólios em sílex e presença ocasional de pedra polida, em que a percentagem de peças retocadas é inferior a 10%;
- Neolítico antigo com cerâmica cardial (Zilhão 1992);

— Neolítico antigo de tradição cardial, com domínio de peças sobre lasca e sobre lâmina, ascendendo as peças retocadas a 25% e as obtidas por pressão a 20%;

— Neolítico Languedocense, marcado por um aumento das pontas e outras peças sobre lasca, subindo as peças retocadas para 30%, associadas a cerâmica em que dominam os esféricos baixos, lisos e de pequenas dimensões;

— Neolítico médio de tradição cardial, que em contexto sepulcral inclui mais de 50% de peças retocadas, cerca de 30% de peças obtidas por pressão e cerca de 20% de peças polidas;

— Neolítico final/Calcolítico, em que se definem grupos de cariz regional com tradições diferenciadas e mistas, e em que globalmente se definem uma tendência de continuidade em relação à tradição cardial (surgindo as taças baixas associadas a carenas médias e colos altos, com profusa decoração) e outra associada ao megalitismo (com domínio das taças em calote, e ocorrência de taças baixas, carenas baixas, pratos e colos baixos, sem decoração);

— Campaniforme/Bronze inicial, sem características unitárias e dominado pela ocorrência de elementos aparentemente intrusivos nas sequências locais, como a cerâmica campaniforme).

Em todas os contextos estudados, não há diferenciação significativa ao nível da indústria óssea, assistindo-se ao nível dos ornamentos e peças de carácter simbólico uma presença crescente de elementos de filiação distante (réplicas em pedra de conchas perfuradas no Megalitismo inicial de tradição lítica Languedocense, placas de xisto, falages de cavalo pintadas, ídolos de cornos, cobre, ...).

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

As estações do Neolítico antigo cardial ou de tradição cardial confinam-se aos relevos calcáreos (*Gruta do caldeirão*, *Gruta das Andorinhas*, *Gruta da Nascente do Rio Almonda*, *Gruta de Nossa Senhora das Lapas*, etc.), sendo as restantes áreas dominadas pela tradição Languedocense. Esta, que numa primeira fase (Mesolítico), ocorre em todo o Alto Ribatejo (por exemplo em *Juncais de Baixo*, no vale do Nabão, *Val da Laje*, no Zêzere, ou *Pedreira*, no vale do Tejo), não se regista numa segunda fase (Neolítico) nas zonas calcáreas.

Aparentemente, o Neolítico de tradição cardial terá sido introduzido na região, talvez a partir da via natural formada pelos vales do Mondego, Soure e Nabão, como um “pacote” pré-formado, a partir do litoral Atlântico (se se tiver em conta a dominância costeira deste horizonte - Guilaine/Ferreira 1970; Lewthwaite 1986, 1992; Vilaça 1987; Zilhão 1992; Oosterbeek 1993c), previ-

legiando os terrenos leves (arenosos e de substrato calcáreo), susceptíveis da prática do cultivo de cereais associado à predação de recursos marinhos/estuarinos e terrestres. As estações deste tipo no Alto Ribatejo localizam-se na proximidade de solos leves, provavelmente cobertos por uma floresta de *Quercus spp* que albergaria uma ampla gama de animais de pequeno e médio porte, a que se associaria uma rica fauna fluvial e outros recursos importantes, como o silex.

Esta restrição espacial do Neolítico de tradição cardial não implica, contudo, o despovoamento das outras áreas. Tal possibilidade, embora existente, implicaria que as populações das zonas calcáreas, embora deslocando-se pelo menos até ao vale do Zêzere (para obtenção de anfíbolite), teriam optado por não se estabelecerem aí, sem outra razão para além de um determinismo ambiental regulador do comportamento humano. Contudo, a presença de um elevado número de estações languedocenses com cerâmica, a partir do V^o milénio pelo menos, nos vales do Zêzere e Tejo (*Anta 1 de Val da Laje, Povoado da Amoreira, Bonito, Quinta do Mainante, Casal da Cré, Alcolobre, Bom Sucesso, etc.*), sugere que tal expansão não se verificou porque estas áreas estavam ocupadas por outros grupos. O povoado da *Amoreira*, cuja implantação na margem direita do Tejo sobre o terraço de 50 metros é típica destes assentamentos, revelou um acampamento com buracos de poste de um possível para-vento ou grande tenda, na margem de um pequeno ribeiro afluente do Tejo. Estas estações de habitat, regra geral com cerca de 300 a 400 metros quadrados de área, apresentam uma grande densidade de artefactos sobre seixo, ocorrendo igualmente cerâmica e pedra polida. Estas estações mantêm boa visibilidade sobre o Tejo e entre si, e a caça e pesca são, aparentemente, as actividades dominantes (Oosterbeek 1993c).

A possibilidade de estes acampamentos corresponderem a ocupações temporárias ou sazonais das populações de tradição cardial, se bem que possa ser levantada pela ausência de necrópoles languedocenses conhecidas e pela ausência de povoados do Neolítico antigo no vale do Nabão, deverá ser rejeitada quer pela total divergência da cultura material, quer pela ausência de vestígios de reocupação dos locais languedocenses (com raras excepções) e pelo facto de a tradição Languedocense ser mais antiga (Raposo/Silva 1984; Vaquer 1989, 1990; Arnaud 1993; Bailey 1977; S.Jorge 1990a; V.Jorge 1990b).

Uma outra possibilidade é a de estes habitats corresponderem a grupos nómadas, que no 6^o e 5^o milénio manteriam contactos quer com grupos Neolíticos (como os do vale do Nabão, onde ocasionalmente ocorrem artefactos Languedocenses), quer Mesolíticos (como na região de Salvaterra de Magos, onde os concheiros de Muge se implantam nas proximidades de estações Languedocenses, como *Porto Sabugueiro*, na margem esquerda do Tejo). Nesta perspectiva, os grupos Languedocenses poderão ter jogado um papel relevante

nos processos de intercâmbio de matérias primas (silex, anfíbolite,...) e mesmo de inovações tecnológicas (pedra polida, agricultura?), sem contudo as integrar no seu modo económico. Esta eventualidade permitiria igualmente explicar a importância dos macro-artefactos sobre seixo: populações com um elevado índice de mobilidade reduziriam ao mínimo a utensilagem a transportar, que seria possivelmente de reduzidas dimensões (e não abandonada, pelo que é escasso o volume de micrólitos e pequenas peças nos conjuntos escavados). Complementarmente, nos assentamentos de curta duração, seria produzido abundante material “descartável”, sobre matérias primas locais, que seria abandonado quando o grupo se deslocava (constituindo a aparente dominância dos seixos afeiçãoados que se observa nos contextos estudados).

A transição do Mesolítico para o Neolítico, nesta primeira fase cobrindo o VIº e Vº milénios, não corresponderia a uma simples substituição, mas a um processo mais complexo, em que um mosaico de tradições (cardial, Languedocense, Mugense, etc.) coexistiriam em intercâmbio, mas sem necessária competitividade. Em última análise, todos estes grupos poderão incluir-se num mesmo sistema, ou processo histórico, que decorre das redes de intercâmbio que dominam o Mediterrâneo já no Mesolítico (Arnaud/Bento 1988).

A partir de meados do IVº e até finais do IIIº milénios, assiste-se a uma complexificação acrescida deste mosaico inicial. O número crescente de estações, a raridade dos locais de habitat, com o surgimento complementar de grandes povoados como o *Maxial* (no vale do Zêzere, com vestígios de fortificação) e o investimento crescente em objectos simbólicos, marcam esta nova fase.

Verifica-se uma tendência para a necropolização (Oosterbeek/Cruz 1991; Oosterbeek 1992, 1993a; Jorge 1986, 1989; S. Jorge 1990b; V.Jorge 1990a), evidenciada na zona dos canteirões do Nabão ou no Val da Laje, com distâncias inferiores a 12 minutos entre os locais de enterramento (antas ou grutas) de cada grupo, e distâncias superiores a três horas entre os enterramentos e os locais de habitat, definindo espaços sagrados para os mortos. As necrópoles situam-se perto dos cursos de água e dos solos de classe A, enquanto os povoados tendem a afastar-se dos rios para distâncias de cerca de 30 minutos e ocupam solos de pior qualidade, fenómeno que igualmente se observa noutras regiões. No termo desta fase, toda a região se encontra povoada por estações “Neolíticas”, ainda que com filiações distintas em termos extra-regionais (pratos de bordo almendrado e ídolos de cornos no *Povoado do Maxial*, placas de xisto na *Anta 1 de Val da Laje* e *Lapa da Galinha*, falanges de cavalo na *Lapa da Bugalheira*, cerâmica de caneluras leves nas Grutas do *Cadaval* e dos *Ossos*).

Com o Campaniforme, no final do IIIº milénio, surgem grandes povoados sem defesas artificiais (*Povoado da Fonte Quente*, *Povoado do Tramagal*),

embora por vezes com sistemas de controle visual do território (*Povoado da Fonte Quente*), que em conjunto com a metalurgia e elementos de inovação tecnológica (tracção animal evidenciada por relhas de arado e crescimento da fauna de bovídeos ?) tendem a “coroar” as sequências em toda a região, ainda que as tradições locais se mantenham por exemplo ao nível da cerâmica lisa.

AS DATAÇÕES ABSOLUTAS

As datações que se possuem para o Alto Ribatejo, com a excepção do *Povoado da Amoreira*, correspondem todas ao vale do Nabão:

ESTAÇÃO-CAM.	#	B P	±	HORIZONTE
AMR-C	I-17.332	7460	120	Mesol. Languedocense
CAL-Eb	ICEN-296	6870	210	Neol. Antigo Cardial
CAL-Eb	OxA-1035	6330	80	Neol. Antigo Cardial
CAL-Eb	OxA-1034	6230	80	Neo. Antigo Cardial
CAL-Eb	OxA-1033	6130	90	Neol. ntigo Cardial
CAL-Ea	OxA-1037	5970	120	Neol. Antigo trad. Cardial
CAL-Ea	OxA-1036	5870	80	Neol. Antigo trad. Cardial
CAL-Ea	TO-350	5810	70	Neol. Antigo trad. Cardial
GSL-B	ICEN-802	6100	70	Neol. Antigo trad. Cardial
CDV-D	ICEN-803	5390	50	Neol. Médio trad. Cardial
CDV-D	ICEN-464	5160	50	Neol. Médio trad. Cardial
GSL-A2	I-17.247	5130	140	Neol. Médio trad. Cardial
CDV-C	I-17.241	5180	140	Neol. Final trad. Cardial
CAL-D	TO-349	4940	70	Neol. Médio trad. Cardial
GRO	ICEN-465	4630	80	Neol. Final trad. Cardial
GRO	I-17.263	3970	140	Neol. Final trad. Cardial
PFQ	I-17.263	3790	120	Campaniforme
AGR	GX-15390	3560	145	Idade do Bronze

Contudo, se se atender à arquitectura e cultura material da Anta 1 de Val da Laje, e à sua clara filiação na tradição Languedocense, não será difícil admitir que a sua construção datará do Vº milénio BC, e que a sua camada B corresponderá ao IVº milénio. Semelhantes datações amplas poderão ser aceites para as outras estações mencionadas na região de Torres Novas/Alcanena. A limitação do número de datas, contudo, reforça a necessidade de uma cronolo-

gia muito larga, que em particular para o Neolítico final e Calcolítico se poderá vir a detalhar no futuro.

Cinco grandes fases podem ser definidas com base no que sumariei anteriormente:

Fase 1 (VII^o milénio): Mesolítico Languedocense;

Fase 2 (\pm 6500-4750): Neolítico antigo, com contextos de tradição cardial e de tradição Languedocense;

Fase 3 (\pm 4750-3750): Neolítico médio, com conservadorismo da tradição cardial em determinadas áreas (*Gruta do Cadaval*) e emergência do megalitismo nas áreas de mais forte tradição Languedocense (*Anta 1 de Val da Laje*);

Fase 4 (\pm 3750-2300): Neolítico final e Calcolítico, com definição de vários núcleos locais (canteirões do Nabão, Val da Laje, conjunto *Carrascos/Galinha*, etc.), marcados por uma interpenetração das duas tradições culturais, com prevalência de uma ou outra, e abertura crescente a outras regiões (Alentejo, Estremadura);

Fase 5 (\pm 2300-1600): Campaniforme e Bronze inicial.

Dentro deste quadro, são possíveis diversas variantes, que privilegiam os factores de assimilação ou acomodação em cada fase, e as distintas possibilidades de intercâmbio. Assim, para a fase 2, admite-se a existência de dois vectores de influência externa, um de origem costeira (via Mondego-Soure-Nabão), portador da cerâmica cardial e outro, afectando em primeiro lugar o vale do Tejo, proveniente do Sudeste peninsular por via terrestre/fluvia (e associado ao complexo Languedocense, via Guadalquivir-Guadiana-Tejo). A variante 1 considera fronteiras estáveis, com a tradição cardial a implantar-se inicialmente em áreas isoladas e progressivamente dominando toda a zona calcárea. A variante 2 considera uma articulação e interdependência entre todos os tipos de estações, dando preponderância ao input cardial na Neolitização do Tejo. A variante 3 considera padrões de povoamento sazonais, concebendo que apenas algumas comunidades Languedocenses entrariam em contacto com o Neolítico cardial costeiro, generalizando-se a partir daí os elementos “Neolitizantes” nos conjuntos Languedocenses (que na sua maioria permaneceriam mesolíticos). A variante 4 admite uma sazonalidade pura, atribuindo aos assentamentos Languedocenses do V^o milénio uma função complementar no sistema económico das populações cardiais.

Modelos e variantes similares podem ser construídos para as restantes fases, e serão detalhados noutra trabalho. O propósito do presente texto é apenas o de sublinhar a complexidade dos vestígios existentes e a natureza de “mosaico” com múltiplas tradições que domina todo o processo no Alto Ribatejo e, creio, em todo o Mediterrâneo ocidental.

BIBLIOGRAFIA

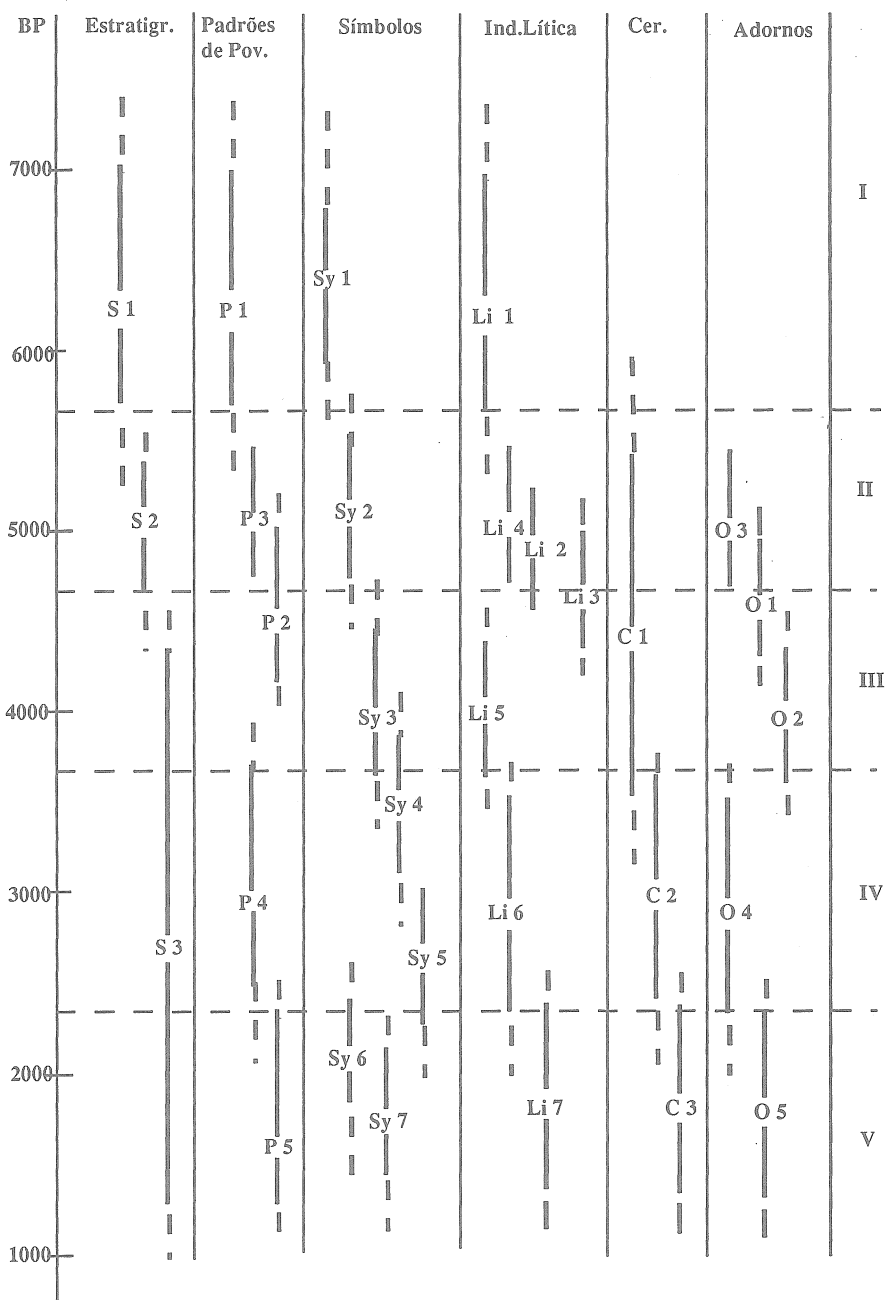
- ALEXANDER, J. (1977). The "frontier" concept in Prehistory: the end of the moving frontier. *Hunters, Gatherers and First Farmers Beyond Europe*. Leicester, Leicester University Press.
- ALMEIDA, D. F., O. VEIGA FERREIRA. (1959). Antiguidades de Torres Novas. Estação das Lapas. *Revista de Guimarães*. 69: 501-10, 3 lám.
- AMMERMAN, A. J., L.L. CAVALI-SFORZA. (1984). *The Neolithic transition and the genetics of populations in Europe*. Princeton, Princeton University Press.
- APARÍCIO PEREZ, J., J.S. VALERO APARISI. (1977). *La Cova Fosca (Ares del Maestre-Castellon) y el Neolítico Valenciano*. Valencia, Departamento de Historia Antigua-Universidad de Valencia.
- ARNAUD, J. M. (1978). O Megalitismo em Portugal: problemas e perspectivas. *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.
- ARNAUD, J. M. (1981). Le Neolithique Ancien et le Processus de Neolithisation au Portugal. Le Néolithique Ancien Méditerranéen *Actes du Colloque International de Préhistoire*. Montpellier.
- ARNAUD, J. E. M. (1985). The Mesolithic Communities of the Sado Valley, Portugal, in their Ecological Setting. C. Bonsall (ed.). *The Mesolithic in Europe*. Edinburgh, John Donald Publishers Ltd.
- ARNAUD, J. M. (1986). Post-glacial adaptations in Southern Portugal. *World Archaeological Congress*. Pré-publicação policopiada.
- ARNAUD, J. M., J.D. ALVES BENTO. (1988). Caracterização da ocupação pré-histórica da Gruta do Casal Papagaio (Fátima, Vila Nova de Ourém). *ALGAR*. 2: 27-34 (2 exempl.).
- ARNAUD, J. E. M. (1989). Mesolithic in Portugal: a report on recent research. *Mesolithic Miscellany*. 6(2): 11-15.
- ARNAUD, J.M. (1993), O Mesolítico e a Neolitização. Balanço e Perspectivas. G. S. de carvalho, A.B. Ferreira e J.C. Senna-Martinez (ed), *O Quaternário em Portugal. Balanço e Perspectivas*. Lisboa, ed. Colibri, 173-84.
- ASQUERINO-FERNANDEZ, M. D. (1977). Notas Sobre Periodización del Neolítico Español: el proceso de neolitización y el horizonte Cardial. *XIV Congreso nacional de Arqueologia (Vitoria 1975)*.
- BAILEY, G. N. (1973). Concheros del Norte de España: una hipótesis preliminar. *XII Congreso Nacional de Arqueologia (Jaen 1971)*.
- BARRETT, J. C. (1988). The living, the dead and the ancestors. Neolithic and early Bronze Age mortuary practices. Barrett, J.C., Kinnes, I. 1988. *The Archaeology of context in the Neolithic and Bronze Age*: 30-56.
- BATATA, C., F. GASPAR. (1993). Os Romanos, A Arqueologia e a Região de Tomar, *Cidade de Tomar* (série de artigos em curso de publicação).
- BRANCO, J. (1985). Gruta das Andorinhas. A pré-história. *O Morcego*. 3/4: 10.
- CAMPS, G. (1976). Navigations et relations interméditerranéennes Préhistoriques. G. Camps(ed.). *Chronologie et Synchronisme dans la Préhistoire Circum-Méditerranéenne*. Nice, Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques.
- CASTRO, M. J. M. D. (1973). *Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Tomar*. (tese de licenciatura, policopiada).
- CRUZ, A. R., L.M. OOSTERBEEK. (1985). A Gruta do Cadaval: elementos para a Pré-

- História do Vale do Nabão. *Arqueologia na Região de Tomar*, 1: 61-76.
- CRUZ, A. R. (1991). Estudo Preliminar do Ossário da Gruta dos Ossos (Tomar). *Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense Infante D. Henrique VI*: 91-121.
- DREWETT, P., L. OOSTERBEEK, A.R. CRUZ, P. FÉLIX. (1992). Anta 1 de Val da Laje 1989/90 - The excavation of a passage grave at Tomar (Portugal)., *Bull. Inst. Arch.* 1992: (no prelo).
- FORTEA PEREZ, J., B. MARTI OLIVER. (1985). Consideraciones sobre los inicios del Neolítico en el mediterraneo Español. *ZEPHYRVS*. 37-38: 167-199.
- GONÇALVES, V. S., A.R. PEREIRA. (1977). Considerações sobre o espólio neolítico da Gruta dos Carrascos, Monsanto, Alcanena. *O Arqueólogo Português*. 3ª série, 7/9: 49-87.
- GONÇALVES, V. S. (1978). Para um Programa de Estudo do Neolítico em Portugal. *ZEPHYRVS*. 28-29: 148-62.
- GUILAINE, J., O. V. FERREIRA. (1970). Le néolithique ancien au Portugal. *BSPF, Études et Travaux*. 1: 304-322.
- INACIO, L. R. , M.G.SANTOS. (1992). *Arqueologia Espacial - Povoado do Maxial* (relatório policopiado).
- JORGE, V. O. (1986). Monumentalização e Necropolização no megalitismo europeu. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. XXVI.
- JORGE, V. O. (1989). Arqueologia Social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais. *Rev. Fac. Letras Porto*. 6 (2ª série): 365-443.
- JORGE, S. O. (1990a). Dos Últimos Caçadores-Recolectores aos Primeiros Produtores de Alimentos. *Portugal das Origens À Romanização*. Lisboa, Presença.
- JORGE, S. O. (1990b). A Consolidação do Sistema Agro-Pastoril. *Portugal das Origens à Romanização*. Lisboa, Presença.
- JORGE, V. O. (1990a). O Neolítico - A Emergência das Sociedades Agrícola-Pastoris na Perspectiva da Pré-História. *Arqueologia em Construção. Ensaio*. Lisboa, Presença.
- JORGE, V. O. (1990b). O «Languedocense». *Arqueologia em Construção. Ensaio*. Lisboa, Presença.
- LEWTHWAITE, J. (1986). The transition to food production: a Mediterranean perspective. M.Zvelebil (ed.). *Hunters in Transition. Mesolithic Societies of Temperate Eurasia and their transition to farming*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LEWTHWAITE, J. (1992). Cardial disorder: ethnographic and archaeological comparisons for problems in the early prehistory of West Mediterranean. *Le Néolithique Ancien Méditerranéen*. Montpellier,
- LILLIOS, K. (1991). *Competition to fission: the Copper to Bronze age transition in the lowlands of West-Central Portugal (3000-1000 BC)*. (tese de Doutoramento, policopiada).
- MAURÍCIO, J. (1986). Neolítico na sala do Ricardo *Almondinha*. 1: 24-26; 2 lâm.
- NOCETE, F. (1989). *El espacio de la coerción. La transición al estado en las campiñas del Alto Guadalquivir (España)*. BAR IS. Oxford.
- NOGUEIRA, A. M., M. VAULTIER, G. ZBYSZEWSKI. (1941). Primeiras Pesquisas na Grutas do Almonda. *Broteria*. 32: 67-68.
- OLIVEIRA, H. N., L. OOSTERBEEK. (1987). Neolitização dos Concelhos de Rio Maior e Tomar. A. P. Manique (ed.). *Temas de História do Distrito de Santarém*. Santarém, Escola Superior de Educação de Santarém.

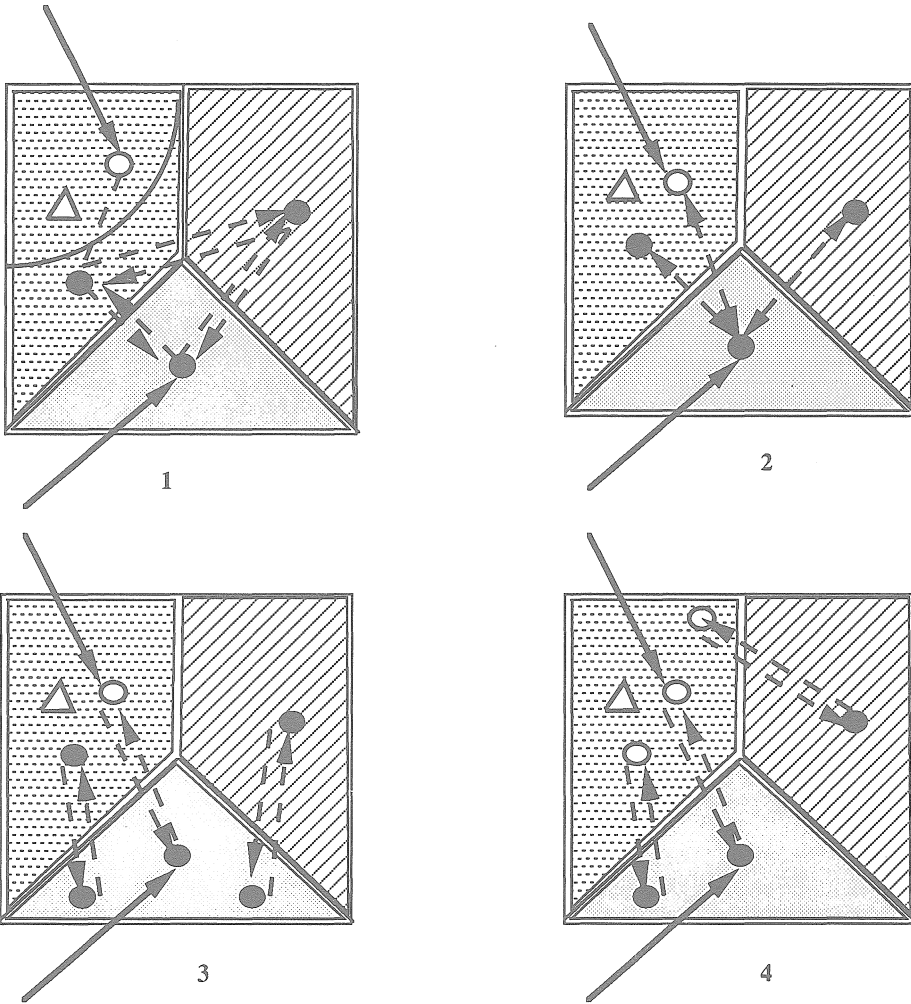
- OOSTERBEEK, L. M. (1985a). A Facies Megalítica da Gruta do Cadaval (Tomar). GTPEQ. *Actas da 1ª Reunião do Quaternário Ibérico*. Lisboa.
- OOSTERBEEK, L. (1985b). Elementos para o estudo da Estratigrafia da Gruta do Cadaval (Tomar) *Almadan*. 4/5: 7-12.
- OOSTERBEEK, L. (1987). Projecto de Estudo da Neolitização do Vale do Nabão. A Gestão dos Espaços e os Métodos de Abordagem. A. P. Manique (ed.). *Temas de História do Distrito de Santarém*. Santarém, Escola Superior de Educação de Santarém.
- OOSTERBEEK, L. (1988). "Para a revisão da Neolitização da região de Torres Novas." *Almondinha*. 1: 10-12.
- OOSTERBEEK, L. (1992). Megalitismo e Necropolização no Alto Ribatejo - o III^o milénio. *Actas do Seminário "O Megalitismo no Centro de Portugal" 20 a 22 de Novembro / 1992 - Mangualde* (no prelo).
- OOSTERBEEK, L. M. (1993a). Back Home! Neolithic Life and the Rituals of Death in the Portuguese Ribatejo. *The Human Use of Caves. Newcastle upon Tyne, International Conference at Newcastle upon Tyne* (no prelo).
- OOSTERBEEK, L. (1993b). Gruta dos Ossos (Tomar). Um ossuário do Neolítico final. *Bol. Cult. C.M.T.* 18.
- OOSTERBEEK, L. (1993c). Tecnologia, Economia e Simbolismo no Neolítico Antigo do Alto Ribatejo - aspectos de renovação, interação e convergência. *Dia da Ciência 1993*, Tomar (no prelo).
- OOSTERBEEK, L. (1993d). Nossa Senhora das Lapas - excavation of Prehistoric cave burials in Central Portugal. *Papers of the Institute of Archaeology* 4: 49-62.
- OOSTERBEEK, L., A.R. CRUZ. (1991). A Arqueologia da Morte: considerações a propósito da interpretação dos contextos sepulcrais na região de Tomar. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Tomar* 15.
- OOSTERBEEK, L., A.R. CRUZ, C. PIRES, L. V. SÁ., C. PARRACHO. (1992). Notícia do restauro de sete vasos pré-históricos da Gruta da Rexaldia *Bol. Cult. C.M.T.* 16: 67-76.
- OOSTERBEEK, L., A.R. CRUZ, P. FÉLIX. (1992). Anta 1 de Val da Laje: notícia de 3 anos de escavações (1989-91) *Bol. Cult. C.M.T.* 16: 31-49.
- OOSTERBEEK, L., A.R. CRUZ. (1992). O rio Nabão há 4000 anos. O Povoado da Fonte Quente e o mais antigo povoamento no vale do Nabão. *Bol. Cult. C.M.T.* 17: 27-42.
- OOSTERBEEK, L., A.R. CRUZ. (1993). Amoreira: Novos elementos para a compreensão da transição do Mesolítico para o Neolítico no Alto Ribatejo. *Bol. Cult. C.M.T.* 19.
- PAÇO, A. G. Z., O.V. FERREIRA. (1971). Resultados das escavações na Lapa da Bugalheira (Torres Novas). *Comunicações dos Serviços geológicos de Portugal*. 55: 23-47; 11 lâm.
- RAPOSO, L., A.C. SILVA. (1984). O Languedocense: ensaio da caracterização morfológica e tipológica. *O Arqueólogo Português*. 2 (4ª série): 87-166.
- SÁ, M. C. M. (1959). A Lapa da Galinha. *Actas e Memórias do 1º Congresso Nacional de Arqueologia*, Instituto de Alta Cultura. : 117-28, 10 lâm.
- SILVA, C. T., ET AL. (1985). Para o estudo das comunidades neolíticas do Alentejo Litoral: o concheiro do Medo Tojeiro. *Arqueologia* 11: 5-15.
- VAQUER, J. (1989). Innovation et inertie dans le processus de neolithisation en languedoc occidental. J. C. Aurenche(ed.). *Néolithisations*. Oxford, BAR International Series.
- VAQUER, J. (1990). *Le Néolithique en Languedoc Occidental*. Toulouse, Éditions du CNRS.

- VILAÇA, R. (1989). *Subsídios para o Estudo de Pré-História Recente do Baixo Mondego*, Trabalhos de Arqueologia, Lisboa, IPPC.
- ZILHÃO, J. (1987). A Gruta do Caldeirão (Pedreira, Tomar). Balanço de sete anos de escavações arqueológicas (1979-1985) *ALGAR*. 1: 29-38.
- ZILHÃO, J. (1990). Le Processus de Neolithisation dans le Centre du Portugal. M. Otte, D. Cahen. *Rubané & Cardial*. Liège, Etudes et Recherches Archéologiques de l'Université de Liège.
- ZILHÃO, J., J. MAURÍCIO, P. SOUTO. (1991). A Arqueologia da Gruta do Almonda (Torres Novas). Resultado das escavações de 1988-89. *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- ZILHÃO, J. (1992), *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. Lisboa, IPPAAR.

Est. I

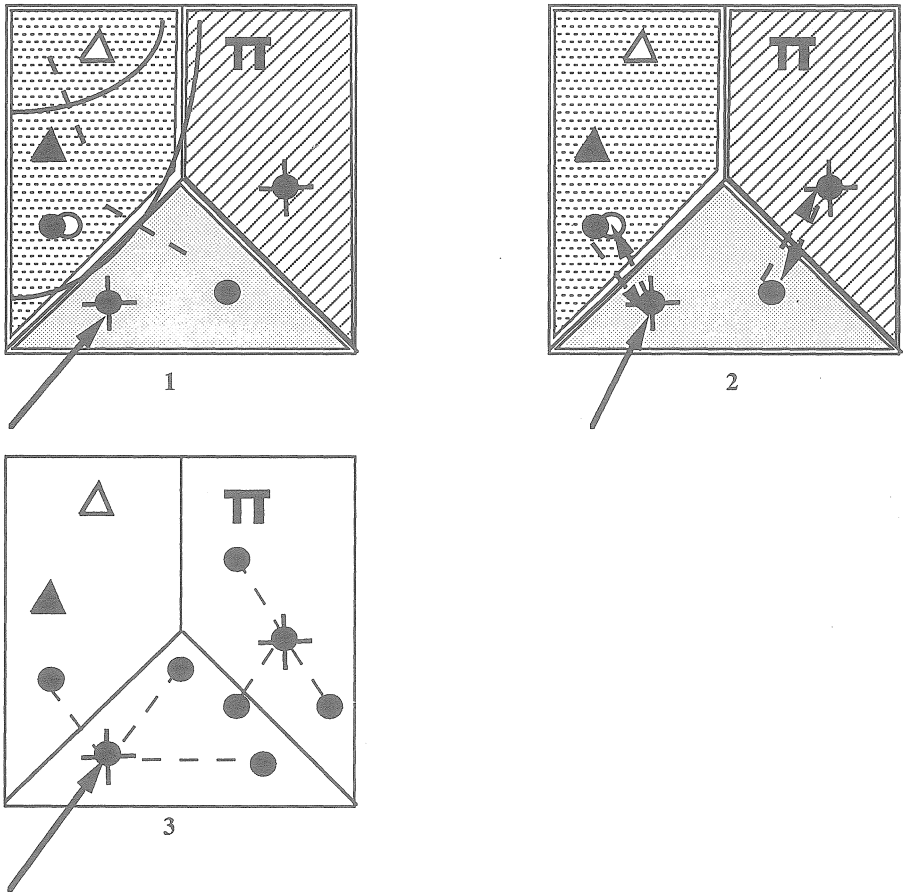


Correspondência entre as fases e as principais seqüências estudadas.



Fase 2: variantes do modelo. A negro: estações de tradição languedocense. A branco: estações de tradição cardial. Triângulos: necrópoles de gruta. Círculos: povoados. Tracejado: zona calcárea. Linhas oblíquas: Maciço Antigo. Pontilhado: bacia terciária.

Est. III



Fase 4: variantes do modelo. A negro: estações de tradição languedocense. A branco: estações de tradição cardial. Triângulos: necrópoles de gruta. Círculos: povoados. Tracejado: zona calcárea. Linhas oblíquas: Maciço Antigo. Pontilhado: bacia terciária.

EL NEOLITICO FINAL - CALCOLITICO EN CANTABRIA

por

Roberto Ontañón Peredo*

Resumen: Pretendemos con esta comunicación dar a conocer un avance de las investigaciones que estamos desarrollando en la actualidad acerca de la fase de la prehistoria reciente que, en la terminología tradicional, abarca los periodos neolítico final y calcolítico, en el marco geográfico que conforma la cornisa cantábrica. Hemos iniciado nuestro trabajo por el estudio de las evidencias culturales existentes en la comunidad autónoma de Cantabria -del cual esta nota constituye una síntesis-, para, posteriormente, ampliar el análisis al resto del territorio que constituye la región natural de la cornisa cantábrica. Comenzamos con una introducción a modo de planteamiento general del trabajo, seguida de la definición del marco cronológico y geográfico abarcado en el mismo. A continuación, incluimos un resumen de las características culturales del periodo, detectadas tras un riguroso análisis crítico del registro arqueológico regional, que nos ha permitido, finalmente, cumplimentar lo que es el objetivo de nuestro estudio: un intento de definición en nuestra región del proceso de cambio cultural que supone el comienzo de la complejidad social en los grupos humanos prehistóricos.

Palabras-clave: Neolítico Final/Calcolítico. Cantabria. Norte P. Ibérica.

1. INTRODUCCIÓN

En el panorama actual de la investigación arqueológica en Cantabria, que ha visto fuertemente incrementado en los últimos años el número de estudios relativos a la prehistoria reciente, intenta nuestro trabajo tratar acerca de una de las etapas peor definidas dentro de este ámbito cronológico y, a nuestro entender, una de los más interesantes: la encuadrable *grosso modo* entre los últimos siglos del IV milenio y fines del III milenio cal. B.C. Consideramos esta fase de crucial importancia en el desarrollo de los grupos humanos prehistóricos, pues tienen lugar en ella una serie de transformaciones económicas y sociales que conforman un proceso de cambio cultural trascendental, plasmadas en fenómenos como la consolidación definitiva y la especialización de las economías

* Departamento de Ciencias Históricas, Universidad de Cantabria.

de producción y una evolución social tendente hacia una mayor complejidad, configurándose el tipo de estructura social que ha llegado hasta los tiempos históricos.

Nosotros pretendemos caracterizar este proceso histórico en la región de Cantabria, basándonos en la revisión crítica y exhaustiva de la documentación existente¹, lo cual, como luego veremos, es muy difícil, dadas las fuertes limitaciones que ésta presenta. En efecto, la información con que contamos es muy deficiente en todos los aspectos, por su exigüidad y su procedencia de actuaciones arqueológicas enmarcadas en postulados teóricos tradicionales, cuando no de meros hallazgos casuales y descontextualizados, no habiéndose prestado prácticamente atención a la recogida y elaboración de datos paleoambientales y socioeconómicos. De cualquier modo, entendemos que, a pesar de la escasez y baja calidad de la información arqueológica, el prehistoriador tiene la obligación de trascender el mero estudio descriptivo y proponer algún tipo de modelo histórico explicativo, y es lo que aquí intentamos.

2. MARCO CRONOLÓGICO Y GEOGRÁFICO

Siguiendo la que es hasta el momento, a nuestro modo de ver, la secuencia crono-cultural desde el epipaleolítico hasta la edad del bronce mejor fundamentada para nuestra región² (Arias, 1991: 270-278) -que utiliza la terminología tradicional para la denominación de las diferentes etapas distinguidas-, en este intervalo temporal se desarrollan los periodos neolítico final y calcolítico, que consideramos, en este marco de periodización cronocultural, como dos periodos sucesivos y

¹ Intentamos, así, subsanar las deficiencias que creemos se encuentran en anteriores estudios dedicados a la prehistoria reciente regional, los cuales adolecen, a nuestro entender, de una falta de crítica y selección rigurosas de la documentación que se maneja. Debido a esto, se han considerado como pertenecientes a un mismo ámbito cronológico colecciones de yacimientos que pueden distar temporalmente varios milenios, con lo que las conclusiones históricas que se han deducido de su estudio están basadas en una información fuertemente distorsionada. Nosotros hemos considerado que la discriminación de los yacimientos debía realizarse en atención a su posible identificación con este periodo y su nivel de desarrollo técnico, basándonos en todos aquellos elementos de la cultura material que, perteneciendo a contextos socioculturales análogos, apuntan además a unas cronologías similares, constatadas por dataciones radiocarbónicas obtenidas en las regiones limítrofes con la nuestra.

² No contamos en el área de nuestro estudio con ninguna fecha de C14 perteneciente al periodo que nos ocupa. Esto constituye un grave problema, pues nos hace depender de las secuencias establecidas en otras zonas geográficas -si bien muy próximas- impidiéndonos el establecimiento de una buena secuencia cronológica regional. Así, carecemos de datos que nos permitan establecer una periodización tan detallada -y, por otro lado, discutible en algunos puntos- como la propuesta por A. Alday (1992) para la prehistoria reciente del País Vasco, de la cual, no obstante, nos serviremos como apoyo para la secuencia cultural que aquí proponemos.

diferenciables en el registro arqueológico de nuestra región por la aparición en el mismo de los primeros testimonios metalúrgicos³.

El ámbito espacial del que se ocupa nuestro estudio es el correspondiente al territorio de la Comunidad Autónoma de Cantabria situado entre la divisoria de aguas de la Cordillera Cantábrica y el mar. La elección de este marco geográfico tiene su justificación en nuestro proyecto de estudio global del periodo arriba indicado en la región natural que conforma la cornisa cantábrica, del cual este trabajo constituye una primera parte. Así, sus límites latitudinales son los de la Cornisa, mientras que los longitudinales tienen un carácter meramente convencional, siendo plenamente conscientes de la incoherencia que supone aplicar divisiones administrativas contemporáneas al estudio de la prehistoria.

No incluiremos aquí el típico apartado de “marco físico”, pues nada nuevo podríamos aportar a la caracterización geográfica de la región, que puede encontrarse perfectamente detallada en la bibliografía. Únicamente, y a muy grandes rasgos, expondremos algunas consideraciones generales sobre los condicionantes que la geomorfología regional impone sobre las actividades humanas (Arias, 1991: 284) y sobre las condiciones paleoambientales de la época de estudio.

Los enérgicos rasgos geomorfológicos de nuestra región conforman un área muy montañosa, relativamente aislada del resto de la Península, donde los cursos fluviales se constituyen como fundamentales vías de comunicación; configuración del relieve cuyas consecuencias principales sobre las actividades humanas pueden resumirse en las siguientes: 1) Los suelos aluviales profundos y fértiles son relativamente escasos, con lo que esto conlleva para el desarrollo de la agricultura; 2) las condiciones físicas de la región parecen adecuadas para el desenvolvimiento de una primitiva ganadería en áreas elevadas de pastizales, y otras de media montaña y de la marina ganadas al denso bosque que entonces cubriría estas zonas; 3) por otro lado, la gran abundancia de agua en toda la región, en forma de cursos y fuentes, facilitaría la instalación de los grupos humanos, dándoles, además, una gran libertad en la elección de los asentamientos.

³ Existe actualmente en Europa un intenso debate terminológico al respecto, con investigadores que rechazan esta división y consideran unitariamente estos periodos, a veces de forma confusa, no existiendo un acuerdo general al respecto. Esta discusión refleja, por un lado, los problemas de los planteamientos tradicionales respecto a la periodización y las diferencias interregionales de las secuencias propuestas (V. Arnáiz y Esparza, 1986: 32 y Martínez Navarrete, 1989: 129-131), y por otro, un estado de opinión entre la investigación más reciente, que tiende a considerar que los inicios de la metalurgia del cobre no constituyen más que un simple escalón en la evolución tecnológica de las sociedades neolíticas, por lo que la distinción entre neolítico y edad del cobre sería meramente arbitraria. La validez de la distinción de un periodo calcolítico en Europa vendría dada por la existencia de una serie de particularidades estructurales específicas del mismo, enumeradas en Lichardus y Lichardus-Itten, 1987: 302, 303).

En relación con las condiciones ambientales, partimos en este trabajo de la premisa de que en la época de estudio -que abarca los últimos compases del periodo Atlántico (7450 a 4950 o 4450 B.P.) y parte del Subboreal (4950 o 4450 a 2750 o 2650 B.P.) (Dupré, 1988: 4 y 118) las condiciones climáticas y ecológicas eran muy semejantes a las actuales, basándonos en las escasas evidencias paleo-ambientales disponibles, fundamentalmente los análisis polínicos, recopilados en trabajos como los de P. López (1978) o el más reciente de M. Dupré (1988).

3. CARACTERÍSTICAS INDUSTRIALES

La información que hemos podido reunir para nuestro estudio presenta desequilibrios importantes en cuanto al número de datos disponibles según el tipo de evidencias, derivados directamente de los distintos contextos de procedencia de los materiales. En efecto, si bien el número de yacimientos en cueva que incluimos en el trabajo supera con creces al de yacimientos al aire libre, la gran mayoría cuantitativa de evidencia material corresponde a la procedente de estos últimos, constituida además en su práctica totalidad por industrias líticas, las únicas a las que hemos podido aplicar procedimientos estadísticos. Así, el grueso de los restos que estudiamos son de este tipo -industria lítica proveniente casi en su totalidad de estaciones al aire libre-, quedando en un segundo plano bastante menos importante la industria cerámica -escasísima al aire libre y mucho más numerosa en los contextos en cueva-, y, muy por detrás, la ósea y metálica, que sólo permiten un estudio descriptivo y tipológico-comparativo, con todas las limitaciones que éste conlleva.

- En el estudio de la industria lítica, el procedimiento de análisis que hemos establecido sigue un esquema que intenta reflejar las distintas fases comprendidas en las cadenas operativas líticas, desde la obtención de la materia prima en bruto, su desbastado en forma de núcleos, la tarea de extracción de productos de talla, y la ulterior transformación de éstos mediante el retoque, con los correspondientes residuos resultantes de todos estos trabajos. Ello ha sido posible sólo en el estudio de los grandes yacimientos al aire libre, ya que en el caso de las cuevas los niveles atribuidos al periodo que estudiamos son realmente pobres en industria lítica, la cual asociamos -lo mismo que la procedente de hallagos casuales- mediante paralelización tipológica. Los rasgos principales del conjunto son:

- Estructura petrográfica: absoluto predominio del sílex y cierta importancia de la cuarcita, materias primas con un origen mayoritariamente local, si bien algunas piezas ha sido retocadas sobre sílex de origen alóctono.

- Estructura técnica: hay en las series industriales una gama de productos

bastante amplia, pero con total dominio de las lascas (entre el 50% y el 60% del total de los efectivos), a las que siguen los restos de talla (aprox. el 20%), las lascas de retoque (sobre el 10%), los núcleos (hacia el 5%), las hojas y hojitas (sobre el 5%), los productos de reavivado de núcleo (hacia el 0,5%) y los recortes de buril (sólo aparecen en una de las colecciones). La estructura técnica está marcada por un sistema de talla predominantemente lascal y una escasa técnica laminar, que se manifiesta tanto en los tipos de núcleos como en los productos de talla. Se da un predominio claro de los talones no preparados, sobre todo los lisos.

– Estructura tipológica: Se aprecia una clara selección de los soportes para la confección de útiles, evidente en dos aspectos: una neta preferencia global por el soporte lascal, seguido de lejos por el laminar, los núcleos y los cantos; las hojas y hojitas están proporcionalmente mucho más retocadas que el resto de los soportes. El utillaje está dominado por grupos “tradicionales” o “del sustrato”: muescas y denticulados, piezas con retoque continuo y raspadores, seguidos de lejos por otros como las truncaduras, lascas y hojitas con borde abatido, piezas astilladas, buriles y perforadores. No obstante, destaca la presencia de algunos tipos muy significativos, como los microlitos geométricos y, sobre todo, las puntas con retoque plano, testimonio firme de innovación tecnológica. En cuanto a la estructura modal, manifiesta un dominio palmario del retoque simple y sobreelevado, tras el que destaca el abrupto, con importancia muy reducida del buril, el astillado y el plano.

Estas características generales se evidencian en las secuencias estructurales tipológicas (aplicadas a los grupos de la lista de Fortea, 1973) y modales (según la tipología analítica de Laplace, 1974) de los principales yacimientos estudiados, muy similares, que resultan además homogéneas según el test estadístico del χ^2 ⁴:

⁴ Utilizamos los grupos tipológicos de Fortea, desglosando, por su acusada heterogeneidad y para una más detallada comparación, el de los diversos (diferenciando los tipos D1 -pieza astillada, D2 -pieza con retoque continuo- y D6 -pieza con retoque plano-) y uniendo, ante la escasez de sus efectivos, los grupos P, B y LBA, por un lado, y FR y G, por otro, para evitar que en la tabla de contingencia existiesen cantidades inferiores a cinco unidades:

	chi ²	gr. lib.	sign.
El Rostrío - El Castro =	3,08821	6	0,797697
El Rostrío - Covachos =	7,81919	6	0,252265
El Castro - Covachos =	5,48951	6	0,482725
En cuanto a los órdenes modales, los resultados son:			
El Rostrío - El Castro =	5,87061	4	0,209022
El Rostrío - Covachos =	8,80044	4	0,066285
El Castro - Covachos =	0,74763	4	0,945327

El Rostrío:	MD	D	R	FR	B=lba	P	LBA	G	C
El Castro:	MD	D	R	LBA	G=FR		B	P	
Covachos:	MD	D /	R	LBA	FR		P=B=lba		
El Rostrío:	S+SE	///	A	B	E	P			
El Castro:	S+SE	///	A	E	P=B				
Covachos:	S+SE	///	A	E	P	B			

Podemos hablar, así, de la existencia de un auténtico complejo industrial, de una homogeneidad evidente en todos y cada uno de los análisis estructurales realizados -petrológico, técnico y tipológico-, que tiene estrictos paralelos en colecciones procedentes de yacimientos al aire libre y en cueva de las provincias cantábricas vecinas atribuidas al neolítico final - calcolítico, como por ejemplo las de la Sierra Plana de La Borbolla y Llano de Los Carriles en el oriente de Asturias (Arias y Pérez, 1990 y 1992) y el nivel II de Santimamiñe en Vizcaya (Cava, 1975). Ello nos permite confirmar la hipótesis de una unidad cultural para estos yacimientos y confirmar la validez de la metodología utilizada en nuestro trabajo.

- La **industria ósea** de los yacimientos considerados en nuestro estudio es muchísimo menos importante numéricamente, y procede, en su totalidad, de colecciones recogidas en cuevas. Ello no debe achacarse a problemas de muestreo, sino a una verdadera pobreza en este tipo de industria de los niveles pertenecientes al ámbito crono-cultural del que nos ocupamos. Ofrece, no obstante, algunos objetos muy significativos. Conocemos ocho elementos industriales trabajados en esta materia prima, localizados en seis cavidades: una punta lanceolada con largo pedúnculo apuntado y sección biconvexa de La Meaza (La Molina, Comillas); una cuenta segmentada de Los Hoyos I (Oreña, Alfoz de Lloredo); un fragmento de hueso con incisiones transversales al eje mayor y paralelas entre sí de El Ruso (Igollo, Camargo); del nivel IV del abrigo de La Castañera (Obregón, Villaescusa), dos extremos de candil o pitones aserrados y posteriormente rotos por flexión y un fragmento de costilla con incisiones más o menos paralelas entre sí y transversales al eje longitudinal del hueso; del nivel II de la cueva de Juan Gómez o de La Hoz (Sámano, Castro Urdiales), una punta de flecha de fino pedúnculo y aletas agudas, con biseles laterales; finalmente, un pitón de asta del abrigo del Cráneo (Sámano, Castro Urdiales).

Los pitones son elementos que, por su tipología y características técnicas, se pueden adscribir a una tradición paleolítica que continúa durante el epipaleolítico y el neolítico cantábricos, y siguen apareciendo en muchos ajuares calcolíticos del vecino País Vasco (V. p. ej. el *Corpus* de Apellániz, 1973). Los huesos decorados con incisiones son elementos de escaso significado crono-cultural,

únicamente fechables según el contexto arqueológico en que aparezcan. El resto de los tipos citados, sin embargo, manifiesta la existencia de importantes innovaciones técnicas en la industria ósea, evidenciando, así mismo, un polimorfismo y una especialización muy desarrollados. La cuenta segmentada de Los Hoyos pertenece a un tipo de adornos óseos bien representado en contextos de cronología calcolítica final del País Vasco, Francia y Gran Bretaña (Alday, 1987: 221-228). Sus paralelos cantábricos más cercanos se encuentran en la cueva vizcaína de Kobeaga (Apellániz, Nolte y Altuna, 1966: 48 y fig. 6-g) y en el dolmen guipuzcoano de Pagobakoitza (Aranzadi, Barandiarán y Eguren, 1919: 286 y lám. 15), en ambos casos asociados con campaniforme -*Corded Zone Maritime* en el segundo-. La punta de La Meaza es paralelizable, del mismo modo, con otras piezas similares documentadas también en conjuntos campaniformes, como la fosa de inhumación colectiva de La Atalayuela (Agoncillo, La Rioja) (Barandiarán, 1978: 406, 414 y 415; fig. 14 y lám. 3), o la más lejana Cova Fonda de Salamó (Aberg, 1921: 150 y fig. 196). La punta con pedúnculo y aletas de la cueva de Juan Gómez tiene abundantes paralelos en el vecino País Vasco, igualmente en contextos calcolíticos finales, tales como los alaveses del dolmen de El Sotillo (Barandiarán, Fernández Medrano y Apellániz, 1964: 37, fig. 6 y fot. 9), la cueva de Los Husos -una pieza en cada uno de los niveles IIB2 y IIB3- (Apellániz, 1974: 103 y fig. 33 y 116 y fig. 46 respectivamente) y el nivel VII de Solacueva (Apellániz, 1973: 103 y fig. 73), o en Navarra -dólmenes de Sakulo (Maluquer, 1964: 20 y fig. 13) y La Mina de Farangortea (Maluquer, 1964: 33 y fig. 20)-.

- En cuanto a la **industria metálica**, la evidencia de que disponemos es tan exigua como en el caso de la industria ósea, si bien resulta tipológicamente muy significativa. Son contadas las piezas que pueden atribuirse a los momentos iniciales de la metalurgia regional, presentando, además, algunas de ellas, serios problemas contextuales que impiden su segura adscripción crono-cultural⁵. No obstante, el reciente descubrimiento casual de un hacha plana de cobre en Pendes (Cillorigo-Castro) viene a arrojar algo de luz sobre este sombrío panorama (Arias, en prensa). Esta pieza, encuadrable tipológicamente dentro del tipo IA

⁵ Es el caso de tres punzones de cobre (?) de sección cuadrada procedentes de la cueva de Las Monedas (Puente Viego) (Jorge, 1953: 249-251 y lám 1) que, tipológicamente, podrían ponerse en relación con numerosos depósitos en cueva y megalíticos pertenecientes al periodo calcolítico, pero cuya descontextualización impide asegurar nada respecto a este extremo. Quizá el contexto de estas piezas haya que buscarlo en las inmediatas cuevas de El Castillo y La Flecha, donde se recogieron varias piezas metálicas -un puñal con remaches, otro con escotaduras laterales y una punta de flecha con pedúnculo y aletas en la primera; otra punta de flecha similar en la segunda (Jorge, 1953: 253-257 y lám. 3 y 4- que, por comparación tipológica, apuntan hacia una cronología encuadrable en el bronce antiguo, es decir, a unos momentos posteriores a los de la primera aparición de la metalurgia.

de Monteagudo -que aparece en contextos peninsulares del calcolítico antiguo y medio- es, por el momento, la evidencia más antigua de metalurgia en Cantabria. Encuentra sus paralelos más cercanos en el hachita de la cista del collado de Cullucaba (Asturias) (de Blas, 1983: 105-107) y el hacha de Arrixikieta (Guipúzcoa) (Armendáriz, 1984), ambas atribuibles al estadio inicial de la metalurgia cantábrica. La introducción de la metalurgia se muestra, así, más antigua en nuestra región de lo que se pensaba hasta ahora, debiéndose remontar su implantación a momentos calcolíticos, anteriores a la edad del bronce. En apoyo de esta afirmación vienen unas recientes dataciones radiocarbónicas efectuadas en la mina asturiana del Aramo (de Blas, 1992)⁶. Ya en las postrimerías del calcolítico, en una fase de extensión de la metalurgia regional, cabe datar varias piezas metálicas localizadas en los dos extremos longitudinales de nuestra región: un punta de tipo Palmela hallada en Liébana y tres piezas similares recogidas en Montealegre (Sámamo, Castro Urdiales). La primera fue -supuestamente- encontrada sin contexto en algún lugar de la comarca lebaniega a principios de siglo (Certailhac y Breuil, 1906: 257); las otras tres aparecieron en sendas cavidades muy próximas -cueva del Cráneo, abrigo del Cráneo y cueva de Los Gitanos-, durante el curso de prospecciones superficiales que incluyeron, en algún caso, el tamizado de escombreras dejadas por excavadores furtivos (Moliner, Arozamena y Bilbao, 1985), lo que reduce al mínimo sus garantías contextuales y limita las posibilidades de su estudio a la arqueología comparada. Citaremos también una desaparecida y polémica pieza de la cueva de Fonfría III (Casasola, Ruiloba), que ha sido descrita por sus descubridores, sucesivamente, como "punta muy fina de sección aplanada con pedúnculo muy largo y aletas muy estrechas incipientes de cobre" (Muñoz, San Miguel y C.A.E.A.P., 1987: 216), y como "punta metálica de cobre, a modo de *Palmella*, con pedúnculo muy desarrollado y aletas incipientes" (Muñoz y Malpelo, 1992: 138), tal vez morfológicamente similar a una "punta de flecha con alerones y pedúnculo de sección circular" recogida en el abrigo del Cráneo, entre los otros elementos citados de progenie campaniforme (Moliner, Arozamena y Bilbao, 1985: 171, fig. 5 y lám. IV).

- La cerámica procede en su práctica totalidad de contextos en cueva, excepto dos fragmentos recogidos en el yacimiento al aire libre de El Castro (Hinojedo, Suances). La muestra analizada está compuesta por un total de 869 fragmentos cerámicos, repartidos por los distintos yacimientos de manera muy

⁶ Los resultados son:

Ox A-1833: 4090 ± 70 y Ox A-1926: 3810 ± 70 BP, fechas que calibradas mediante el método de Pearson, Stuiver y Reimer, dan unos intervalos máximos, para un 95,4 % de probabilidad (2 sigma), de 2889 - 2470 y 2470 - 2039 cal. BC.

desigual (el nivel IV de La Castañera acapara más del 70 % del total). A través de la bibliografía conocemos el fondo con umbo de un vaso campaniforme de la cueva del Ruso (Juaneda, 1986), cuatro fragmentos del abrigo del Cráneo y seis de la cueva de Los Gitanos (Molinero, Arozamena y Bilbao, 1985). Las características morfológicas y decorativas del conjunto permiten distinguir dos grandes grupos cerámicos. Por un lado, grandes recipientes de paredes gruesas realizadas con pastas groseras, toscamente cocidas y acabadas, lisas y/o con decoraciones plásticas o incisas acanaladas; por otro lado, una serie de vasijas de tamaño medio-pequeño y paredes finas, elaboradas con pastas finas, muy bien cocidas con fuego generalmente reductor y cuidadosamente acabadas, lisas o decoradas con motivos incisos geométricos lineales y punzantes o impresiones realizadas con los dedos. Entre éstas últimas se encuentran varias cerámicas de estilo campaniforme.

Los distintos componentes de este conjunto tienen paralelos formales en las provincias cantábricas vecinas así como en otros puntos de la geografía estatal, y, en algunos casos -como las decoraciones campaniformes-, también en el sur de Francia. En el nivel IIB de la importante estratigrafía de la cueva vizcaína de Santimamiñe, atribuido por su excavador al “Eneolítico” (Barandiarán, 1976), encontramos un surtido de formas (bordes, fondos, cuellos) y técnicas y motivos decorativos idénticos a elementos de yacimientos cántabros, destacando, en concreto, la similitud decorativa de dos piezas de este nivel con sendos vasos decorados con motivos incisos lineales y punzantes de las cuevas de Los Avellanos (La Busta, Alfoz de Lloredo) y de Juan Gómez (Ramírez y Ruiz, 1986: 16, lám. XVIII y XIX-2). Esta afinidad decorativa se amplía a los conjuntos -insuficientemente documentados- procedentes de algunas cuevas sepulcrales del oriente de Asturias como El Bufón y Cueva Rodríguez en Llanes y Trespando (Cangas de Onís), que han sido englobados, junto con algunos materiales del centro y este de Cantabria -como los de la cueva del A.E.R. o de Los Moros (Soba)- y del País Vasco -como los citados de Santimamiñe-, en un llamado “horizonte Trespando”, que, en algunas zonas del Cantábrico, señalaría el tránsito del calcolítico a la edad del bronce- (Arias, Martínez y Pérez, 1986). Esta decoración incisa aparece igualmente en fragmentos cerámicos procedentes de contextos datados en el neolítico final y calcolítico de diversos yacimientos peninsulares, en ocasiones asociados a cerámica campaniforme tipo Ciempozuelos. En cuanto a los motivos incisos de filiación campaniforme del conjunto de Cantabria, encuentran numerosos paralelos en la Península y otras regiones europeas, en contextos con campaniformes incisos de los “complejos regionales”, y otros donde se da una asociación entre este tipo y campaniformes puntillados.

4. RASGOS SOCIO-ECONÓMICOS

– Como dijimos en la introducción, contamos para nuestro estudio con muy poca información paleoeconómica directa, reducida a la que proporcionan los escasos restos faunísticos y las materias primas líticas.

En cuanto a la exigua información faunística, la totalidad procede de yacimientos en cueva, y ha sido obtenida mediante recogidas en superficie o “calicatas” con muy pocas garantías contextuales. Por otro lado, no contamos con análisis efectuados por expertos⁷. Todo ello nos da una idea de la calidad y cantidad de la información que se maneja, tales que impiden la determinación del espectro faunístico más allá de la mera constatación de presencia/ausencia de especies: en casi todos los casos, el número mínimo de individuos representados es de un ejemplar⁸. Las evidencias de domesticación se limitan a la constatación de la presencia de ovicaprinos y bovinos -además del perro (?)-, faltando constancia segura de *Sus domesticus* (¿nivel IV de La Castañera?). Las actividades cinegéticas se documentan por los restos de ciervo y jabalí, sin poderse cuantificar su importancia relativa ni su posible disminución respecto al periodo neolítico anterior, como sí se hace en el País Vasco (Mariezkurrena, 1990). Restos de aves se han documentado sólo en el nivel IV de La Castañera. En cuanto a la malacofauna, es propia de aguas templadas y similar a la que aparece ya en los concheros epipaleolíticos y neolíticos, lo que indica una pervivencia de este tipo de explotación de recursos litorales en zonas de roquedo y estuario, si bien muy mermada, a juzgar por la diferencia cuantitativa entre esos depósitos de conchero y estos menguados conjuntos de conchas⁹.

En lo tocante a la domesticación vegetal, el único y dudoso testimonio directo de prácticas agrícolas en esta época en Cantabria lo constituye una

⁷Nos basamos aquí en el estudio de los materiales faunísticos procedentes de los yacimientos incluidos en nuestro trabajo -y sólo aquellos con alguna posibilidad de asociación contextual efectiva con los testimonios industriales-, efectuado por J. Ruiz Cobo y publicado en su tesis doctoral (Ruiz, 1992), completado con nuestra propia revisión de las colecciones depositadas en el Museo Regional de Prehistoria y Arqueología de Cantabria y algunas referencias bibliográficas.

⁸Conocemos restos de ovicaprino en Fonfría I (Casasola, Ruiloba), Los Avellanos, La Pila (Cuchía, Miengo), El Ruso (dudosos) y nivel IV de La Castañera; *Bos taurus* en La Pila y nivel IV de La Castañera; *Cervus* en Fonfría III, Los Avellanos y nivel IV de La Castañera; *Canis sp.* en El Ruso y nivel IV de La Castañera; *Sus sp.* en el nivel IV de La Castañera y *Sus scrofa* en La Pila (?), y abrigo del Cráneo; macromamífero no identificado en Los Hoyos I, La Pila, nivel IV de La Castañera y abrigo del Cráneo.

⁹Se ha citado *Patella sp.* en Fonfría I, Fonfría III, Los Hoyos I, La Pila, El Ruso, nivel II de Juan Gómez o La Hoz, abrigo del Cráneo y Los Gitanos; *Monodonta lineata* en Fonfría I, Los Hoyos I y La Pila; “caracoles de mar” en el abrigo del Cráneo y Los Gitanos; *Mytilus edulis* en Los Hoyos I, La Pila, nivel IV de La Castañera, nivel II de Juan Gómez y abrigo del Cráneo; *Ostrea edulis* en La Pila, nivel IV de La Castañera y nivel II de Juan Gómez; *Helix sp.* en La Pila, El Ruso y abrigo del Cráneo; *Tapes sp.* en El Ruso y abrigo del Cráneo; *Littorina obtusata* en El Ruso; *Triton nodifer* en La Pila.

referencia bibliográfica que incluye “1 grano de cereal (?)” dentro de un contexto funerario campaniforme, en el abrigo del Cráneo (Moliner, Arozamena y Bilbao, 1984: 171).

Ya comentamos antes los rasgos generales de las materias primas líticas utilizadas en los yacimientos calcolíticos de Cantabria, entre los que se cuenta su carácter marcadamente local, exceptuando algunos casos contados de sílex alóctonos. Poco más podemos decir al respecto, si no es apuntar la existencia de algún tipo de redes de comercio de estos productos, integradas dentro de los mecanismos de contacto cultural con otras regiones manifiestos en las industrias óseas, metálicas y cerámicas.

– Por otro lado, tenemos la información indirecta que puede inferirse de los datos paleoecológicos e industriales.

En estos momentos de la prehistoria reciente los grupos humanos han alcanzado ya un avanzado grado de dominio sobre el medio natural, que sufre el creciente impacto de la actividad antrópica, sobre todo la vegetación en forma de deforestaciones, como queda de manifiesto en los resultados de los análisis polínicos, donde el porcentaje de las especies herbáceas y principalmente las ruderales -plantas que acompañan a los cultivos- aumenta fuertemente en detrimento de las arbóreas, evidenciando la práctica común de la tala de los bosques con el objeto de dejar espacios claros apropiados para las actividades productivas (López, 1978: 11). En el área de nuestro estudio tenemos testimonios explícitos de este fenómeno, tanto en yacimientos costeros -El Rostrío de Ciriego (Clark, 1975: 67-70)- como en las elevadas turberas interiores de los puertos de Riofrío -a unos 1700 m.s.n.m., con una fecha para la mitad de este periodo del 3500 ± 65 B.P., equivalente a 2029-1680 cal. B.C. (López, 1978: 26-28)- y el Pico Sertal -formada a partir del 4590 B.P. (Dupré, 1988: 120)-.

Respecto a la industria lítica, se han propuesto en la bibliografía arqueológica distintas funciones para los diferentes grupos tipológicos. Así, entre los que aparecen en los yacimientos calcolíticos de nuestra región, las abundantes muescas y denticulados se han vinculado por parte de algunos autores al trabajo de la madera, lo mismo que los *choppers*, testimonio de la explotación del medio forestal; los microlitos geométricos, presentes desde el epipaleolítico, debieron utilizarse enmangados para obtener útiles compuestos con fines venatorios -puntas de proyectiles o piezas laterales-, a los que en este momento se podría añadir un empleo para uso agrícola. No hemos identificado en ninguna pieza de las colecciones analizadas el llamado “lustre de cereal”, que, no obstante, sí ha sido documentado en conjuntos coetáneos de las regiones colindantes de Asturias y País Vasco. Así las cosas, la aparición en todas las series industriales cántabras de hojas de sílex sin retocar -algunas con huellas de uso- o con muescas y denticulaciones, podría sugerir un uso similar para este tipo de industria laminar.

Este mismo fin tendrían los molinos planos documentados en varios yacimientos -grandes cantos de arenisca con una de sus caras mayores uniformemente desgastada, pulida y piqueteada- que, si bien pudieron emplearse alguna vez para triturar productos silvestres, no cabe duda que, a estas alturas del desarrollo productivo, también molieron cereales cultivados. La perduración de la fabricación de “picos asturienses” durante, al menos, el neolítico final, da fe de la continuación del marisqueo en estos momentos, constatado así mismo por la presencia arriba citada de moluscos marinos en varios de los yacimientos estudiados. Por último, el elemento innovador por excelencia dentro de la industria lítica de la época, las puntas con retoque plano, atestigua una especialización funcional en las actividades cinegéticas, las cuales, sin embargo, parece que disminuyen bruscamente en su importancia relativa dentro del sistema económico calcolítico, y en las bélicas, como demuestran los casos documentados de restos óseos humanos con proyectiles de este tipo clavados en ellos¹⁰.

Los escasos testimonios metalúrgicos deben incluirse en ese mismo ámbito socio-económico en el que confluyen las actividades venatorias, bélicas y de prestigio social, manifestado simbólicamente en los enterramientos.

La cerámica tiene unas implicaciones económicas evidentes en el estudio de un periodo como el calcolítico, donde no puede dudarse de su utilización como recipientes para almacenamiento de grano y líquidos y su relación con la sedentarización de los grupos humanos, considerando, sobre todo, la abundancia de vasijas de gran tamaño en los yacimientos estudiados. No hay que olvidar, por otro lado, su importancia como elemento fundamental en el ritual funerario, explícito en los contextos calcolíticos en cueva de nuestra región, todos ellos de carácter sepulcral.

– Los patrones de asentamiento aportan una relevante información acerca del uso del territorio por parte de los grupos humanos de cualquier momento de la historia. En el marco cronológico y geográfico de nuestro estudio la escasez de yacimientos conocidos, así como las diferencias en la intensidad de la prospección realizada entre unas y otras comarcas, empobrecen este tipo de estudios. Se pueden esbozar, no obstante, una serie de rasgos generales acerca de esta cuestión. Parece que se sigue ocupando más densamente la zona de la Marina, tanto para el emplazamiento de hábitat como para el enterramiento en cuevas. Estas suelen contener depósitos anteriores de conchero, sobre los que

¹⁰ En Cantabria tenemos el caso del “antropolito” de la cueva de Las Cáscaras (Carballo, 1924: 220). En el País Vasco, el de la inhumación colectiva de San Juan *Ante Portam Latinam* (Laguardia, Alava) (Vegas, 1992). Este último, junto con el riojano de la fosa de inhumación colectiva de La Atalayuela (Agoncillo) (Barandiarán, 1978), son ejemplos claros de auténticas fosas comunes, testimonios de la existencia de fuertes conflictos intra o intergrupales en estos momentos de la prehistoria reciente.

se efectuaron las inhumaciones -como en La Meaza, Fonfría, Las Cáscaras, Los Hoyos I o La Pila-, lo que nos indica un cambio de función en este tipo de depósitos, relacionado con la constatada disminución del aprovechamiento de esos recursos costeros. La localización de los asentamientos al aire libre datables en el neolítico final - calcolítico permite diferenciar entre un grupo de estaciones situadas sobre la misma línea de costa -como El Rostrío de Ciriego, Virgen del Mar y la zona entre las ensenadas de Bañaperros y El Bocal (Santander), Covachos y Soto de la Marina (Santa Cruz de Bezana) o Sonabia (Castro Urdiales)-, desde las que se realizaría, principalmente, una explotación predatoria de los recursos allí disponibles - recolección de materias primas líticas, recursos marinos (en franca disminución) y terrestres (forestales y faunísticos)-, y asentamientos ubicados en las áreas litorales situadas inmediatamente hacia el interior, que centralizarían el desempeño de las actividades económicas propias de la época, incluyendo las productivas -como El Castro, Monte Cildá (Reocín) y el Pozón de La Dolores (Camargo). Hay que señalar la elección en algunos casos, como el del yacimiento de El Castro, de un emplazamiento elevado con carácter claramente estratégico, dominando un amplio territorio de explotación. Por otro lado, la dispersión de monumentos megalíticos en nuestra región -algunos de los cuales han ofrecido ajuares datables en el periodo del que nos ocupamos- muestra la culminación de un proceso iniciado en el neolítico: la ocupación de toda la región, desde la costa hasta las montañas de los Picos de Europa y la Cordillera Cantábrica.

5. MANIFESTACIONES DE LA ESPIRITUALIDAD

Muy pocos son los indicios de actividades estrictamente religiosas atribuibles al periodo de nuestro interés que se pueden detectar en el registro arqueológico regional, limitándose a los datos ofrecidos por los enterramientos y los conjuntos de arte rupestre.

Parece demostrada en nuestra región la simultaneidad de inhumaciones en cueva y en estructuras monumentales, sin que podamos especificar, de momento, las razones de esta dicotomía funeraria. Lo que no está resuelto aún definitivamente es el problema de la existencia de inhumaciones colectivas en cueva en estos momentos de la prehistoria reciente. Si bien parece posible que algunos de los contextos estudiados sean en efecto sepulturas colectivas (Los Avellanos, La Pila, El Ruso, nivel IV de La Castañera) los escasos restos humanos documentados -tan defectuosamente, por otra parte- parecen, en la mayoría de los casos, proceder de tumbas individuales o, a lo sumo, de dos individuos (La Meaza, Fonfría I y III, Las Cáscaras, Los Hoyos, abrigo y cueva del Cráneo, Los Gitanos) que, en

ocasiones, podrían haber sido desmanteladas y removidas de su emplazamiento original -caso del nivel IV de La Castañera en opinión de su excavador (Rincón, 1985)-. La inhumación en tumbas monumentales corresponde habitualmente a la fórmula de enterramiento colectivo. Sin embargo, son pocos los casos en la región cantábrica, y ninguno en Cantabria, en que está documentado fehacientemente este modo funerario - aunque tampoco existen pruebas en contra -. Por otro lado, el pequeño tamaño de algunas estructuras podría indicar la existencia de sepulturas individuales - o colectivas secundarias -, sin olvidar la posibilidad de que algunas de ellas no sean tumbas sino monumentos relacionados con algún tipo de ritual.

En cuanto al arte rupestre, entramos en un terreno del que bien poco puede afirmarse con seguridad, excepto la posibilidad de que alguna de las estaciones de arte esquemático de la región sea atribuible al ámbito crono-cultural del que nos ocupamos. En concreto, creemos necesario mencionar un tipo de representaciones que podría tener vinculación con el mundo espiritual calcolítico -teniendo en cuenta, además, el intrínseco carácter conservador del fenómeno religioso-. Se trata del ídolo del Hoyo de La Gándara (Rionansa) (Saro y Teira, 1992) y los de Sejos (Polaciones) (Bueno, Piñón y Prados, 1985), grabados rupestres que guardan un estrecho paralelismo formal entre sí y con los de Peña Tú (Asturias) y Tabuyo del Monte (León). Los motivos de Sejos y Peña Tú forman parte de espacios de carácter ritual asociados, en ambos casos, con monumentos megalíticos -el ídolo del Hoyo de la Gándara, sobre un gran bloque aislado en el paisaje, también lo estaría, aunque de un modo menos directo (Díaz, 1993: 57-58)-, y han sido relacionados por sus estudiosos, gracias al análisis de los puñales representados en los mismos, con el fenómeno campaniforme (Bueno y Fernández, 1981. Balbín, 1989), si bien pudieran pertenecer a un momento inmediatamente posterior, del bronce antiguo (Saro y Teira, 1992). Estas representaciones, relacionadas, al menos en sus orígenes, con el megalitismo, constituyen un ejemplo de perduración del significado sagrado de unos lugares determinados, ya establecido en el neolítico final-calcolítico (Arias, 1991: 239), que debemos poner en relación directa con el modo de uso del territorio de los grupos humanos que habitaron nuestra región en las postrimerías del III milenio a.C. e inicios del II.

6. CONCLUSIONES HISTÓRICAS PROVISIONALES

Tras el análisis de la escasa documentación arqueológica disponible -que, como hemos visto, presenta toda clase de insuficiencias- y la elaboración e interpretación de los datos obtenidos, que hemos intentado resumir en las páginas

precedentes, creemos estar en (precarias) condiciones de intentar abordar la reconstrucción histórica propuesta en nuestro trabajo.

El registro arqueológico regional, a pesar de sus fuertes limitaciones, proporciona algunos indicios de fenómenos que evidencian un rápido proceso de cambio cultural dentro de los grupos neolíticos avanzados, cuyo resultado será el tránsito hacia las sociedades metalúrgicas, más complejas socialmente, y que integran a nuestra región en un marco de evolución histórica común, al menos, a toda la cornisa cantábrica, la cual parece observar, en estos momentos, una tendencia hacia la homogeneización cultural. En efecto, la presencia de rasgos culturales -estructura morfo-técnica de la industria lítica, y estilística de la ósea, metálica y cerámica- idénticos a otros documentados a lo largo de la cornisa cantábrica e incluso en Gran Bretaña o Europa central, da fe de la existencia de contactos -cuyos mecanismos desconocemos- entre Cantabria y otras zonas en ocasiones bastante alejadas, lo que significa un aumento de la interacción e integración cultural interregional e incluso extrapeninsular, que contrasta con la acusada compartimentación geográfico-cultural del Cantábrico en los momentos neolíticos anteriores (Arias, 1991).

En el ámbito económico, y a pesar de la tremenda carestía de información directa acerca de las actividades productivas que sufre la investigación regional, contamos con distintos indicios -como la presencia de molinos y posibles piezas de hoz, la constancia de deterioro ecológico por acción antrópica o la desaparición de los concheros- que apuntan hacia un desarrollo económico similar al de nuestras regiones vecinas, con una progresión hacia la especialización productiva y una mayor dependencia de la agricultura y la ganadería¹¹ en detrimento de la caza y la recolección, superándose así el modelo de aprovechamiento diversificado o de “espectro amplio” propio del periodo neolítico anterior, donde la importancia de las actividades productivas no debía ser mayor que la de las actividades depredatorias tradicionales. La introducción de la principal innovación tecnológica de la época, la metalurgia, que implica la disponibilidad de excedentes capaces de sustentar el ejercicio, por parte de cierto número de personas y/o cierto periodo de tiempo, de actividades no directamente productivas (agropecuarias), no hace sino agudizar este proceso de especialización, con la aparición de una panoplia de actividades asociadas como la minería, el artesanado metalúrgico y el comercio¹². No obstante, hay que recalcar que las evidencias indican una muy baja producción metalúrgica -aunque incuantificable de momento-.

¹¹ Parece ser que la especialización ganadera es propia de economías productoras con un cierto grado de desarrollo, como podrían ser las de nuestra región en el periodo calcolítico.

¹² A no ser que todos los objetos metálicos documentados en Cantabria sean “importados”, extremo que, en las condiciones de nuestro conocimiento actual, no estamos en condiciones de asegurar -y tampoco refutar-. Desde luego, la actividad extractiva y metalúrgica está constatada

Es evidente que un sistema económico como éste implica profundos cambios en la organización social de los grupos humanos, ahora más diferenciada -al menos horizontalmente- y, por tanto, compleja, -y, probablemente, jerarquizada-. En este aspecto, los enterramientos pueden servir como valiosos indicadores culturales. En sus ajuares tienen una importancia destacada las puntas con retoque plano, para las que hemos sugerido la posibilidad de un cierto valor social como útiles “de prestigio”; un mismo significado cabría atribuir a las puntas óseas y, por supuesto, a las puntas metálicas, que atestiguan un ritual funerario enmarcado en el ámbito campaniforme, lo mismo que las cerámicas, concretamente el grupo de las vasijas “finas”, de mediano o pequeño tamaño, lisas o decoradas, algunas de ellas campaniformes. Vemos en el ritual mortuario indicios de una cierta segregación o diferenciación de estatus social, reflejada, en algunos casos, en la individualización física de los inhumados -que debían ser una minoría del total de la población- y, siempre, en el tipo de ajuar “lujoso” acompañante, algunos de cuyos componentes confirman su fuerte contenido simbólico -y la posibilidad de un acceso a los mismos desigual y socialmente restringido- al aparecer representados en motivos de arte rupestre como los famosos ídolos. Todo ello nos remite a un mundo ideológico en el que los útiles relacionados con las actividades venatorias y/o bélicas tienen una gran relevancia, y constituye una manifestación clara de complejidad social a la que hay que buscar un referente socio-económico, contrastándola con la información procedente del registro arqueológico, tarea que, sin duda, necesitará de mucho trabajo arqueológico para su consecución.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERG, N. (1921): *La civilisation énéolitique dans la Péninsule Ibérique*. Upsala, A.-B. Akademiske Bokhandeln.
- ALDAY RUIZ, A. (1987): “Los elementos de adorno personal y artes menores en los monumentos megalíticos del País Vasco meridional”. *Estudios de Arqueología Alavesa*, 15: 103-353.
- (1992): “Síntesis sobre la secuencia cultural Neolítico - Edad del Bronce en el País Vasco”. *Sancho el Sabio* (2ª época), nº 2: 19-49.
- APELLÁNIZ CASTROVIEJO, J.M. (1973): *Corpus de materiales de las culturas prehistóricas con cerámica de la población de cavernas del País Vasco meridional*. San Sebastián, Sociedad de Ciencias Aranzadi. (*Munibe*, Suplemento nº1).

para estas fechas en Asturias, en un lugar muy cercano a nuestra región, y, por otro lado, hay que recordar, en relación con los desiguales recursos metalíferos del norte peninsular, que “la riqueza mineral y el desarrollo metalúrgico son fenómenos independientes, y que la idea de la riqueza en metales de un territorio es fruto de una economía moderna” (de Blas, 1987:96).

- (1974): *El Grupo de Los Husos durante la Prehistoria con cerámica*. Vitoria, Diputación Foral de Alava. (*Estudios de Arqueología Alavesa*, 7).
- APELLÁNIZ, J.M.; NOLTE, E. Y ALTUNA, J. (1966): “Excavación, estudio y datación por el C14 de la cueva sepulcral de Kobeaga (Ispaster, Vizcaya)”. *Munibe*, XVIII: 37-61.
- ARANZADI, T. DE; BARANDIARÁN, J.M. Y EGUREN, E.P. (1919): “Exploración de seis dólmenes de la Sierra de Aizkorri” en Barandiarán, J.M. de: *Obras Completas. Tomo VII. Vasconia Antigua. Tras las huellas del hombre (I)*. San Sebastián / Bilbao, *Euskalerrriaren Alde*, vol. VIII / La Gran Enciclopedia Vasca, 1975, pp. 251-339.
- ARIAS CABAL, P. (1991): *De cazadores a campesinos. La transición al neolítico en la región cantábrica*. Santander, Universidad de Cantabria - Asamblea Regional de Cantabria (*Serie Universitaria*, 6).
- (pren.): “El hacha plana de Pendes (Castro-Cillorigo) y los inicios de la metalurgia en el occidente de Cantabria”. en *Homenaje a J. González Echegaray*. Santander, Centro de Investigación y Museo de Altamira, Ministerio de Cultura (*Monografías* nº 17).
- ARIAS CABAL, P.; MARTÍNEZ VILLA, A. y PÉREZ SUÁREZ, C. (1986): “La cueva sepulcral de Trespando (Corao, Cangas de Onís, Asturias)”. *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, 120: 1259-1289.
- ARIAS CABAL, P. y PÉREZ SUÁREZ, C. (1990): “Investigaciones prehistóricas en la Sierra Plana de La Borbolla (1979-1986)”. en *Excavaciones Arqueológicas en Asturias 1983-1986*. Oviedo, Principado de Asturias, Consejería de Educación, Cultura y Deportes, pp. 143-151.
- (1992): “Los yacimientos al aire libre del Llano de Los Carriles en el concejo de Llanes (Asturias)”. *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, 140: 513-558.
- ARMENDÁRIZ, A. (1984): Dos nuevas hachas prehistóricas de metal en Guipúzcoa”. *Munibe*, 36: 67-69.
- ARNÁIZ ALONSO, M.A. y ESPARZA ARROYO, A. (1986): “Un yacimiento al aire libre del Neolítico interior: El Altotero de Modúbar (Burgos)”. *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología*, LI: 5-45.
- BALBIN BEHRMANN, R. DE (1989): “El arte megalítico y esquemático del Cantábrico” en *Cien años después de Sautuola*. Santander, Diputación Regional de Cantabria, pp. 15-96.
- BARANDIARÁN, I. (1978): “La Atalayuela: fosa de inhumación colectiva del Eneolítico en el Ebro Medio”. *Príncipe de Viana*, 152-153: 381-422.
- BARANDIARÁN, J.M. DE (1976): “Recapitulación y Apéndice (con sus figuras)”. en Barandiarán, J.M. de: *Obras completas. Tomo IX. Vasconia Antigua. La cueva de Santimamiñe*. Bilbao, La Gran Enciclopedia Vasca, pp. 421-475.
- BARANDIARÁN, J.M. DE; FERNÁNDEZ-MEDRANO, D. Y APELLÁNIZ, J.M. (1964): “Excavación del dolmen de El Sotillo (Laguardia, Alava)”. *Boletín de la Institución Sancho El Sabio*, VIII, núms. 1-2: 29-40.
- BLAS CORTINA, M.A. DE (1983): *La Prehistoria Reciente en Asturias*. Oviedo, Fundación Pública de Cuevas y Yacimientos Prehistóricos de Asturias. (*Estudios de Arqueología Asturiana*, nº 1).
- (1987): “Los primeros testimonios metalúrgicos en la fachada atlántica septentrional de la Península Ibérica” en *El origen de la metalurgia en la Península Ibérica. II*. Madrid, Instituto Universitario José Ortega y Gasset - Universidad Complutense

- de Madrid, pp. 66-100.
- (1992): "Minas prehistóricas del Aramo (Riosa). Campaña arqueológica de 1987". en *Excavaciones Arqueológicas en Asturias 1987-90*, Oviedo, Servicio de Publicaciones del Principado de Asturias, pp. 59-68.
- BUENO RAMÍREZ, P. y FERNÁNDEZ MIRANDA, M. (1981): "El Peñatu de Vidiago (Llanes, Asturias)" en *Altamira Symposium*. Madrid, Dir. Gral. de BB. AA., Archivos y Bibliotecas, pp. 451-467.
- BUENO RAMÍREZ, P., PIÑÓN VARELA, F. y PRADOS TORREIRA, L. (1985): "Excavaciones en el collado de Sejos (Valle de Polaciones, Santander). Campaña 1982". *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 22: 27-53.
- CARBALLO, J. (1924): *Prehistoria universal y especial de España*. Madrid, Imprenta de la Viuda de L. del Horno.
- CAVA, A. (1975): "La industria lítica de los niveles postazilienses de Santimamiñe". *Sautuola*, I: 53-73.
- CARTAILHAC, E. y BREUIL, H. (1906): *La caverne d'Altamira à Santillane, près Santander (Espagne)*. Monaco, Imprimerie de Monaco.
- CLARK, G.A. (1975): *Liencrez: una estación al aire libre de estilo asturiense cerca de Santander*. Bilbao, Seminario de Arqueología de la Universidad de Deusto. (*Cuadernos de Arqueología de Deusto*, 3).
- CHAPMAN, R. (1991): *La formación de las sociedades complejas. El sureste de la península ibérica en el marco del Mediterráneo occidental*. Barcelona, Crítica.
- DÍAZ CASADO, Y. (1993): *El arte rupestre esquemático en Cantabria: una revisión crítica*. Santander, Universidad de Cantabria.
- DUPRÉ OLIVIER, M. (1988): *Palinología y paleoambiente. Nuevos datos españoles. Referencias*. Valencia, Servicio de Investigación Prehistórica, Diputación Provincial de Valencia. (*Serie de trabajos varios*, Núm. 84).
- FORTEA PÉREZ, J. (1973): *Los complejos microlaminares y geométricos del Epipaleolítico mediterráneo español. Memorias del Seminario de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Salamanca*, 4. Salamanca.
- JORGE ARAGONESES, M. (1953): "Hacia una sistematización de la Edad del Bronce en la actual provincia de Santander". *Altamira*, 1-2-3: 242-282.
- JUANEDA GAVELAS, A. (1986): "El enterramiento con cerámica campaniforme de la cueva del Ruso I (Igollo de Camargo, Cantabria)". *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, 118: 563-588.
- LAPLACE, G. (1974): "La typologie analytique et structurale: Base rationnelle d'étude des industries lithiques et osseuses". en *Banques de données archéologiques. (Colloques nationaux du C.N.R.S. n° 932. Marseille, 1972)*. Paris, Éditions du C.N.R.S. pp. 91-142.
- LICHARDUS, N. y LICHARDUS-ITTEN, M. (1987): *La Protohistoria de Europa. El Neolítico y el Calcolítico*. Barcelona, Labor (*Col. Nueva Clío. La Historia y sus problemas*, 1 bis).
- LÓPEZ, P. (1978): "Resultados polínicos del Holoceno en la Península Ibérica". *Trabajos de Prehistoria*, 35: 9-44.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1964): *Notas sobre la cultura megalítica navarra*. Instituto de Arqueología y Prehistoria. Universidad de Barcelona (*Publicaciones eventuales*, n° 7).
- MARIEZKURRENA, K. (1990): "Caza y domesticación durante el Neolítico y Edad de los Metales en el País Vasco". *Munibe*, 42: 241-252.

- MARTÍNEZ NAVARRETE, M.S. (1989): *Una revisión crítica de la prehistoria española: la Edad del Bronce como paradigma*. Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, S.A.
- MOLINERO ARROYABE, J.T.; AROZAMENA VIZCAYA, J.F. y BILBAO OGANDO, H. (1985): “Castro Urdiales: Hábitat eneolítico en el Valle de Sámano”. *Sautuola*, IV: 165-174.
- MUÑOZ FERNÁNDEZ, E. y MALPELO GARCÍA, B. (1992): *Carta arqueológica de Camargo*. Santander, Excmo. Ayuntamiento de Camargo - Asamblea Regional de Cantabria.
- MUÑOZ FERNÁNDEZ, E.; SAN MIGUEL LLAMOSAS, C. y C.A.E.A.P. (1987): *Carta arqueológica de Cantabria*. Santander, Ediciones Tantín.
- RAMÍREZ DÍAZ, M.J. y RUIZ IDÁRRAGA, R. (1986): “El material cerámico de la cueva de Santimamiñe (Vizcaya)”. *Kobie*, 15 1985/86: 7-32.
- RINCÓN VILA, R. (1985) “Las culturas del metal”. en García Guinea, M.A. (dir.): *Historia de Cantabria. Prehistoria. Edades Antigua y Media*. Santander, Ediciones de la librería Estvdio, pp. 113-209.
- RUIZ COBO, J. (1992): *Implantación y desarrollo de las economías de producción en Cantabria*. Tesis doctoral editada en microforma. Santander, Universidad de Cantabria.
- SARO, J.A. y TEIRA, L.C. (1992): “El ídolo del Hoyo de la Gándara (Rionansa) y la cronología de los ídolos antropomorfos en la Cornisa Cantábrica”. *Trabajos de Prehistoria*, 49: 347-355.
- VEGAS ARAMBURU, J.I. (1992): “El enterramiento de San Juan *Ante Portam Latinam* (Laguardia)” en *Arkeoikuska 91*. Bergara, Gobierno Vasco - Departamento de Cultura - Centro de Patrimonio Cultural Vasco, pp. 27-39.

DIVERSIDADE E RELAÇÕES INTER-REGIONAIS NO POVOAMENTO CALCOLÍTICO DA BACIA DO MÉDIO E ALTO MONDEGO

por

António Carlos Valera

Resumo: Este texto começa por uma apresentação sumária da informação arqueológica disponível sobre habitats, a partir da qual se procurarão expôr uma série de ideias referentes a problemas de conceptualização, interpretação e caracterização relacionados com as questões da diversidade e relações inter-regionais durante o III milénio AC na bacia do médio e alto Mondego.

Palavras-chave: Calcolítico. Diversidade. Beira-Alta.

Abstract: The archaeological data available for settlements during the III millennium BC in the medium and upper Mondego basin is described, on purpose to discuss conceptualization, interpretation and characterization problems, related with diversity and inter-regional relationships.

Key-words: Calcolithic. Diversity. Beira Alta.

OS DADOS ARQUEOLÓGICOS

Desconhecidos na região até meados da década de oitenta, os habitats com ocupações que têm sido atribuídas *grosso modo* ao III milénio AC contam-se actualmente em número de catorze, situados na área entre os rios Mondego e Dão, com excepção do Buraco da Moura de S. Romão, localizado num dos contrafortes ocidentais da Serra da Estrela, a Sul do Mondego.

QUADRO 1

Lista dos sítios de habitat referidos em texto e respectivas referências bibliográficas

Nº	Sítio	Tipo de intervenção	Ref. Bibliográfica
1	Castro de Santiago	Em escavação sistemática desde 1988	Valera, 1992
2	Provilgas	Recolhas de superfície	Valera, 1993 c)
3	Buraco da Moura	Em escavação sistemática desde 1987	Valera et. al., 1989 e Valera, 1993 a)
4	Murganho 2	Sondagem de emergência	Senna-Martinez, no preto b) e c)
5	Murganho 1	Sondagem de emergência	Valera, no prelo a)
6	Corujeira	Sondagem de emergência	Valera, 1993b)
7	Penedo da Penha	Escavado em 1987	Estevinha et. al., 1989
8	Barrocas	Recolhas de superfície	Senna-Martinez, no prelo b)
9	Mimosal	Sondagem	Senna-Martinez, no prelo b)
10	Ameal	Em escavação sistemática desde 1987	Senna-Martinez, 1989 e no prelo, b) e c)
11	Quinta Nova	Sondagem	Senna-Martinez, no prelo b)
12	Pedra Aguda	Recolhas de superfície	Senna-Martinez, no prelo b)
13	Linhares	Recolhas de superfície	Valera, no prelo b)
14	Fraga da Pena	Em escavação sistemática desde 1992	Valera, 1993 c) (escavações inéditas)

Um dos aspectos importantes no estudo do povoamento da bacia do médio e alto Mondego durante o III milénio AC terá sido a coincidência no tempo da descoberta e início de escavação de sítios arqueológicos que, à partida, apresentavam características bastante diversificadas (Buraco da Moura, Penedo da Penha, Ameal em 1987 e Castro de Santiago em 1988), o que desde logo fazia antever um quadro caracterizado por uma grande heterogeneidade cultural.

Até 1987, o Calcolítico desta região apenas era conhecido através de alguns conjuntos artefactuais descontextualizados, provenientes de monumentos megalíticos e que poderiam ser integráveis neste período, desconhecendo-se por completo os locais de habitação das populações que tumulavam nesses monumentos. A partir de então, a escavação do habitat do Ameal primeiro, e, mais recentemente, as sondagens realizadas na Quinta Nova, Mimosal e Murganho 2 e as recolhas de superfície nos sítios das Barrocas e Pedra Aguda, possibilitaram a identificação de áreas habitacionais que, através das componentes artefactuais que forneceram, permitem estabelecer correlações com necrópoles megalíticas com utilizações durante a segunda metade do IV milénio / primeiro quartel do III milénio AC, com eventuais prolongamentos dentro deste último milénio¹ e que poderiam,

¹ "Tudo isto implica que anos de radiocarbono e anos de calendário solar sejam entidades diferentes, isto é, o espaço de tempo definido por estas duas unidades além de não ser igual varia, no primeiro caso, ao longo do tempo enquanto que, por definição, se mantém constante o segundo. Daí que subtrair 1950 à data convencional de radiocarbono e apresentar e discutir resultados em anos a.C. se afigure sem qualquer significado e totalmente erróneo. Por conseguinte, este procedimento constitui uma via que deverá ser abandonada" (SOARES, *no prelo*)

pelo menos em parte, começar a preencher o vazio de informação sobre o povoamento calcolítico da região (SENNA-MARTINEZ, *no prelo a) e b)*).

Concentrando-se numa área sensivelmente quadrangular de 10 x 10 Km entre Mondego e Dão (Est. I), com excepção de Murganho 2, situado cerca de 13 Km mais para NW, todos estes sítios surgem implantados em locais abertos, aplanados, de declives suaves e sobranceiros a ribeiras subsidiárias de um daqueles dois rios. Aparentemente sem estruturas de fortificação, estes habitats parecem revelar estratégias de implantação sem grandes preocupações defensivas ou de controlo da paisagem. Nos três sítios alvo de escavação foi possível identificar estruturas habitacionais, correspondendo a *pisos habitat* em argila. A intervenção do Ameal possibilitou a delimitação de três cabanas, de forma grosseiramente ovalada, com buracos de poste que estruturariam paredes e suportariam uma cobertura, enquanto que a sondagem realizada no Murganho 2 permitiu observar que as paredes seriam de ramagens entrelaçadas com aplicação de argila. Estas cabanas, no caso do Ameal e da Quinta Nova, apresentavam lareiras estruturadas centrais que aproveitavam abundantes elementos de mós manuais e que, no Ameal, preenchiam silos que teriam tido uma utilização prévia para “*torrefacção e armazenagem de bolota*” (SENNA-MARTINEZ, *no prelo b)*) (Est.II).

Uma primeira datação de radiocarbono para a utilização do silo situado no interior da cabana 1 coloca-a no III milénio AC (ICEN-345 3980±110 BP, 2881-2146 cal AC) (SENNA-MARTINEZ, 1989), embora a ordem de grandeza do intervalo de desvio-padrão a 2 (cerca de 700 anos) não permita a sua localização precisa dentro deste milénio². Posteriormente, obtiveram-se mais duas datações para a utilização do silo da cabana III (ICEN-908 4590±45 BP, 3501-3108 cal AC; ICEN-909 4545±45 BP, 3373-3048 cal AC), posicionando-a na segunda metade do IV milénio AC (SENNA-MARTINEZ, *no prelo c)*).

De uma maneira geral, o espólio recolhido nestes habitats é dominado pela presença de cerâmica (exclusivamente recipientes). As formas mais características e vulgares são os pratos, por vezes com bordo espessado externa e/ou internamente

O excerto acima transcrito serve para ilustrar o que, de algum tempo a esta parte, se tem vindo a defender em relação aos procedimentos a ter no manejo dos resultados das datações de radiocarbono. Neste sentido, todas as referências a cronologias e utilizações de datas neste texto reportar-se-ão a anos de calendário e a datas calibradas AC.

² Convém ainda salientar que a data obtida reporta-se à utilização do silo enquanto estrutura de armazenagem e, eventualmente, de torrefacção, não à sua posterior utilização como caixa térmica de lareira de uma cabana. Quer isto dizer que a data poderá corresponder a uma utilização do silo num momento anterior à construção da cabana e à deposição do espólio a ela associado. A existência de um outro silo perto, aparentemente não integrado em nenhuma estrutura de cabana, aconselha a que tal seja colocado, pelo menos, como hipótese. Contudo, trata-se apenas de uma questão de rigor, uma vez que o extenso intervalo do desvio padrão transcende largamente, com certeza, todo e qualquer desfazamento cronológico que eventualmente possa ter existido entre a primeira utilização do silo e a construção da cabana.

(não *almendrado*), as taças, taças carenadas (carena alta), tigelas, esféricos e globulares. Dominam sempre as formas abertas e a decoração é, em todos os contextos, nula. Na produção lítica, sublinhe-se uma dominância da produção laminar, com lâminas não retocadas e retocadas (foices de encabamento transversal) e pontas de seta sobre lâmina. Estão igualmente presentes lamelas e alabardas (um fragmento em contexto habitacional na cabana 3 do Ameal), objectos de adorno em *pedra verde* (variscite ?) e pedra polida. De destacar o elevado número de dormentes e moventes de mós manuais existentes nestes habitats, sobretudo no Ameal, onde fragmentos destes artefactos abundavam nas estruturas térmicas que preenchiam a parte superior dos silos. O sílex (para a utensilagem lítica leve), o anfibólito (para a pedra polida) e o granito (para as mós) são as matérias primas dominantes.

As escavações que se têm vindo a realizar no Castro de Santiago, Buraco da Moura de S. Romão, Penedo da Penha 1 e, mais recentemente, na Corujeira, Fraga da Pena e Murganho 1, assim como recolhas de superfície realizadas nos sítios das Provilgas (Fornos de Algodres) e Linhares (Santa Comba Dão), têm vindo a revelar uma realidade particularmente diferente e diversificada.

O Castro de Santiago é um povoado de altura, fortificado, com extenso domínio visual sobre a paisagem, revelador de uma estratégia de implantação presidida por fortes necessidades defensivas. As estruturas defensivas utilizam os grandes penedos graníticos existentes no topo do cabeço, ligados por troços muralhados, nos quais já foi detectada uma estrutura de tipo bastião (parcialmente danificada) e uma porta (Est. III, Fig. 1). No interior, foram identificadas áreas habitacionais, constituídas por cabanas definidas por baixos alinhamentos de pedras que estruturariam paredes e tectos de ramagens entrelaçadas com ou sem revestimento a barro (não foram ainda detectados vestígios de *cerâmica de revestimento*), apresentando estruturas centrais, provavelmente de combustão (Est. III, Fig. 2). Este povoado terá sido edificado num momento já plenamente calcolítico, tendo sido detectadas duas fases de ocupação, a primeira das quais possui uma data de radiocarbono (ICEN-907 4210±45 BP, 2916-2624 cal AC).

Ao nível da cultura material, o Castro de Santiago caracteriza-se genericamente, e no que se refere à produção cerâmica, pela existência de formas predominantemente abertas (taças e tigelas hemisféricas, estando ausentes os pratos e as taças carenadas), embora os esféricos e os globulares de colo tenham representações significativas. A decoração ocorre em percentagens entre os 6% e os 10%, sendo as técnicas utilizadas a impressão, a incisão e a pintura, dominando, como motivos, as caneluras junto ao bordo, os triângulos incisos preenchidos, as espinhas incisas e o puncionamento simples e/ou arrastado. Igualmente em cerâmica, estão presentes pesos de tear paralelepípedicos com quatro perfurações (um com decoração reticulada incisa) e colheres. No que respeita ao material

lítico, estão presentes machados e enxós, assim como blocos de anfíbolito talhados e preparados para a fabricação daqueles instrumentos e cuja percentagem é semelhante à das peças acabadas; pontas de seta (em quartzo e sílex, normalmente de tamanho reduzido); lâminas em sílex retocadas (foices); raspadeiras em sílex e quartzo; geométricos; lamelas e lascas variadas. Surgem também bigornas, relacionáveis com a forte utilização do quartzo como matéria prima (VALERA, 1993 b)), e elementos de moagem. Na utensilagem lítica leve a utilização do quartzo ultrapassa por vezes a utilização de sílex na produção de determinados artefactos (caso das pontas de seta).

Os dados provenientes das sondagens realizadas no Murganho 1 e na Corujeira (aos quais se poderão eventualmente juntar as recolhas de superfície dos sítios de Linhares e Provilgas) permitem a sua integração na mesma realidade cultural global em que se insere o Castro de Santiago, podendo fazer parte de um mesmo sistema de povoamento que apresentaria um padrão diversificado.

Efectivamente, quer o Murganho 1 quer a Corujeira sugerem estarmos em presença de locais de habitat abertos, aparentemente sem estruturas defensivas, situados em áreas aplanadas com um domínio visual sobre a paisagem bastante limitado, possivelmente com um único estrato de ocupação. As estruturas detectadas no Murganho 1 apontam para construções habitacionais de carácter pouco duradouro, provavelmente à imagem das identificadas nos povoados de “tipo Ameal”, que apresentam uma implantação e morfologia semelhantes, demonstrando, contudo, acentuadas diferenças ao nível da cultura material. Tal como é observável no Castro de Santiago, os conjuntos cerâmicos destes dois sítios arqueológicos caracterizam-se pela clara sobreposição das formas abertas sobre as fechadas, dominando as tigelas hemisféricas e as taças e denotando-se a ausência de pratos ou taças carenadas. A decoração surge com percentagens de 8.5% no Murganho 1 e de 6.4% na Corujeira, utilizando as técnicas da impressão e incisão. Os motivos dominantes são as espinhas incisas e as decorações penteadas (que no Murganho 1 atingem 70.4% entre a totalidade dos motivos da cerâmica decorada), surgindo também os puncionamentos e as retículas incisas. Ainda em cerâmica, proveniente do Murganho 1, existe um peso de tear fragmentado, provavelmente sub-retangular ou oval com quatro perfurações, decorado com incisões numa das faces. No que respeita ao material lítico, encontramos presentes em ambos os sítios elementos de moagem, lâminas retocadas, sub-produtos de talhe, lamelas e núcleos. No Murganho 1 surgem ainda duas pontas de seta de base plana, um fragmento de uma outra e 4 UADs (Utensílio de Aresta Distal sobre prisma de quartzo). Da Corujeira dispomos de uma bigorna e de dois machados de pedra polida. A matéria prima utilizada é o granito para os utensílios de moagem e para a bigorna, sendo o sílex e quartzo para os restantes materiais líticos.

Estamos, assim, perante sítios de habitat que forneceram uma cultura material claramente integrável no III milénio AC e que encontra os seus melhores paralelos na região no Castro de Santiago. Este último, contudo, é um povoado fortificado, revelador de efectiva sedentarização, preocupações defensivas e de controlo visual da paisagem. Pelo contrário, o Murganho 1 e a Corujeira (a que eventualmente poderemos juntar Linhares e Provilgas) apontam para estabelecimentos mais precários, de menor duração, indicando uma certa sazonalidade, na linha de um povoamento neolítico. Esta diversidade de padrões de estabelecimento poderá sugerir a existência de duas facetas distintas dentro de uma realidade calcolítica global da área, apontando para parâmetros evolutivos heterogéneos entre comunidades aparentadas. No entanto, a grande semelhança das respectivas culturas materiais poderá permitir outras formas interpretativas, como por exemplo, a de um modelo de comunidades estáveis, sedentárias, dentro das quais existiriam segmentos transumantes, responsáveis pela presença, no registo arqueológico, dos sítios de habitat de características mais precárias, semelhantes aos povoados neolíticos do IV milénio AC.

A região terá ainda assistido, durante os IV e III milénios AC, à presença de outras comunidades que se diferenciam pela sua cultura material e locais de implantação. Os dados provêm de dois sítios arqueológicos: Penedo da Penha e Buraco da Moura de S. Romão. Em ambos os casos, trata-se da utilização, como habitat, de espaços entre aglomerados de penedos graníticos que formam abrigos ou verdadeiras “grutas” que, no caso do Buraco da Moura de S. Romão, podem atingir um desenvolvimento interno de galerias e corredores superior a 150 m, localizados a meio ou no fundo de vertentes de declive acentuado (Est. IV). As intervenções já realizadas no Penedo da Penha (ESTEVINHA, SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1989) possibilitaram a identificação da ocupação de um abrigo e uma sequência de deposições em escorrência na sala 2. No Buraco da Moura, foram já detectadas, ao longo do desenvolvimento da “gruta”, três áreas de concentração de materiais arqueológicos. Contudo, apenas na área situada junto à actual entrada foi possível encontrar níveis de ocupação *in situ* e estratigrafias razoavelmente conservadas (sala 20 e sala 2), sendo as restantes concentrações caracterizadas por depósitos de escorrências. Ambos os sítios revelaram, através dos respectivos conjuntos artefactuais e/ou sequências estratigráficas, longas diacronias de ocupação: de um provável Neolítico à Idade do Bronze no caso do Penedo da Penha e do Neolítico à baixa Idade Média (com um interregno entre o Bronze Final e a ocupação medieval) no Buraco da Moura de S. Romão.

Não dispondo ainda de cronologias absolutas para momentos Neolíticos ou Calcolíticos, as atribuições cronológicas baseiam-se, de momento, exclusivamente nas características tipológicas de materiais e no seu posicionamento

estratigráfico.

Atribuíveis ao III milénio AC têm sido consideradas as ocupações do abrigo do Penedo da Penha e da Sala 20 do Buraco da Moura, assim como alguns materiais provenientes de depósitos de escorrências da sala 2 do Penedo da Penha e das salas 1, 2, 4, 5, do Buraco da Moura. Estas ocupações datadas do Calcolítico caracterizam-se, sobretudo, pela morfologia e decoração da cerâmica e por uma indústria lítica com uma forte componente micro laminar. Na realidade, a produção cerâmica é constituída por formas predominantemente fechadas (esféricos, globulares, tigelas fechadas), onde se deve realçar a total ausência de pratos e taças carenadas, sendo relativamente baixas as percentagens de formas abertas. A decoração da cerâmica é quase sempre superior a 50%, atingindo em alguns casos os 90%. As técnicas decorativas são, por excelência, a impressão e a incisão. Os motivos são normalmente compostos por linhas de incisões ou impressões paralelas ao bordo, espinhas, motivos penteados, retículas (apresentando por vezes um aspecto metopado), triângulos incisos, frequentemente preenchidos por motivos reticulados ou impressões. Ainda em cerâmica, são de destacar, no abrigo do Penedo da Penha, os pesos de tear paralelepípedicos com quatro perfurações, alguns decorados com incisões. Quanto à indústria lítica, é relativamente pouco numerosa, dominada por artefactos micro laminares e produtos de talhe (lamelas e lascas residuais), surgindo também alguns fragmentos de lâminas retocadas e uma única ponta de seta, sobre lasca, no abrigo do Penedo da Penha. Refira-se ainda o reduzido número de elementos de moagem em contextos atribuíveis ao III milénio AC.

Estas ocupações são perspectivadas como uma evolução local de um fundo Neolítico detectável em níveis da sala 2 do Buraco da Moura e em alguns materiais da sala 2 do Penedo da Penha.

CALCOLÍTICO E DIVERSIDADE

Perante os dados actualmente disponíveis a ocupação humana da bacia do médio e alto Mondego durante o III milénio AC parece assumir cada vez mais um aspecto multifacetado.

Contudo, antes de se avançar nesta problemática será conveniente precisar um pouco o conceito de Calcolítico, uma vez que este é frequentemente usado sem que o vocábulo corresponda sempre ao mesmo conteúdo, resultado da dependência (frequentemente inconsciente) de corpos teóricos conceptuais diversos em que se inscreve a sua utilização.

Um conceito é um utensílio que nos permite organizar o real, não devendo ser confundido com a realidade. Na sua utilização em história, permite organizar

particularismos históricos, possibilitando a sua apreensão, funcionando como utensilagem do processo de conhecimento. Sendo impossível o conhecimento de todos os particularismos históricos, a sua apreensão é feita através de conceitos, onde o singular ganha significado. Um conceito será, nesta perspectiva, sempre uma generalização. Contudo, a sua operacionalidade será maior quanto mais restrita for a realidade observada, porque a diversidade será menor. A operacionalidade conceptual estará, pois, directamente relacionada com problemas de escala de observação. O real tem múltiplas escalas de abordagem e a determinação da adequação de um conceito tem que ser realizada em função dessas escalas. A operacionalidade do conceito, isto é, a sua maior aproximação ao real, depende, em última análise, da sua utilização numa escala que lhe seja adequada.

O conceito de Calcolítico funciona numa escala de análise globalizante, sendo constituído por elementos da realidade considerados significativos (o que implica escolha e, portanto, uma objectividade relativa). O seu conteúdo tem uma vertente cultural e uma outra cronológica que, por questões de operacionalidade, não devem ser separadas: corresponde a uma intensificação económica, a um alargamento das relações e intercâmbios inter-regiões, a uma maior valorização das áreas habitacionais, a mudanças (em continuidade ou em ruptura) ao nível da ideologia, da simbologia, da iconografia, evoluindo no sentido de uma forma embrionária de sociedades mais ou menos hierarquizadas, originando inovações tecnológicas ausentes no *pacote neolítico*; alterações estas que ocorrem na Península Ibérica sensivelmente entre os finais do IV / inícios do III milénio e os finais do III milénio AC.

Estes elementos da calcolitização assumem, contudo, e porque a realidade é multifacetada e constituída por particularismos, ritmos e intensidades diferentes de região para região (e mesmo dentro de uma mesma região), provocando assimetrias, responsáveis por uma grande heterogeneidade de soluções observáveis no registo arqueológico. Esta constatação tem levado alguns pré-historiadores a falar de *Calcolíticos*, procurando determinar o conteúdo do termo em cada situação. Contudo, e sempre privilegiando a operacionalidade do conceito, afigura-se-me mais correcto falar de múltiplas “facetas de uma única realidade” (GONÇALVES, 1989, p.448). Na verdade, apesar de poder apresentar variadas facetas, a realidade calcolítica é única e globalizante, correspondendo a uma série de alterações na organização e funcionamento das sociedades entendidas sistemicamente, que se verificam num determinado período cronológico. Em suma, para se poder adjectivar qualquer comunidade de calcolítica é necessário que, através do registo arqueológico, possamos observar a presença (mais ou menos intensa) dos elementos que consideramos significativos do sistema calcolítico.

Observando os dados que, até ao momento, o registo arqueológico põs ao nosso dispôr para a região em questão, afigura-se-me que nem todas as realidades atrás sumariamente apresentadas se poderão integrar num sistema plenamente calcolítico. Uma análise atenta do registo arqueológico e das cronologias absolutas para ele já obtidas referentes à realidade denominada *Horizonte Moinhos de Vento/Ameal*, observável em vários sítios de habitat e em alguns monumentos megalíticos (SENNA-MARTINEZ, 1989 e *no prelo a, b) e c)*), legitima algumas interrogações à sua integração num sistema calcolítico.

Dispomos actualmente, para povoados integráveis neste horizonte, de quatro datações de radiocarbono. Três dessas datações (duas datando a utilização do silo enquanto tal da cabana 3 do Ameal e outra referente ao Murganho 2) apontam para uma cronologia da 2ª metade do IV milénio / inícios do III AC. A quarta datação diz respeito à utilização do silo da cabana 1 do Ameal, localizando-a no III milénio AC, com um largo intervalo de cerca de 700 anos (2881-2146 cal AC). A cultura material presente nestes povoados permite correlacioná-los com utilizações de monumentos megalíticos (SENNA-MARTINEZ, 1989 e *no prelo b)*), que são atribuíveis a um Neolítico Final, nomeadamente o conjunto fechado do dólmen nº1 dos Moinhos de Vento, datado de meados do IV milénio AC (ICEN-196 4720±40 BP, 3765-3355 cal AC - SENNA-MARTINEZ, 1989). A utilização das quatro datas dos sítios de habitat em conjunto com a dos Moinhos de Vento (todas elas datando contextos arqueológicos com culturas materiais equiparáveis) poderá sugerir uma leitura no sentido de uma longa sobrevivência no tempo desta realidade cultural, que, começando no Neolítico, poderia atingir o último quartel do III milénio AC. Tal torná-la-ia, naquele milénio, contemporânea das ocupações calcolíticas observadas no Castro de Santiago, Murganho 1, Penedo da Penha 1 e Buraco da Moura de S. Romão, etc., para as quais contamos apenas, de momento, com uma datação para o Castro de Santiago, colocando a sua primeira fase de ocupação na primeira metade do III milénio AC.

Mas mesmo que a realidade de *tipo Ameal* (entendendo-a aqui como um sistema organizativo e adaptativo em pleno funcionamento e não apenas como um simples prolongamento de vestígios de uma realidade pré-existente) se estenda no III milénio AC e seja efectivamente contemporânea das ocupações calcolíticas já referidas, será lícito questionar o seu carácter verdadeiramente calcolítico. Efectivamente, o registo do material da cabana 1 do Ameal (cujo silo forneceu a data que poderá ser considerada “calcolítica”) é equivalente ao que se observa na cabana 3 (datável da 2ª metade do IV milénio AC) e no dólmen dos Moinhos de Vento (datável de meados do IV milénio AC). A cultura material e as estratégias de povoamento (manutenção das características de implantação no Ameal) parecem permanecer exactamente as mesmas, não lhes sendo acrescentado nada de novo. Nada que permita observar a existência em funcionamento de um processo de

intensificação da exploração dos recursos económicos, uma complexificação social, um aumento e alargamento dos contactos inter-regionais, alterações dos padrões de estabelecimento e maior valorização do povoado, inovações tecnológicas ou novas referências simbólicas, aspectos significativos do sistema calcolítico.

Contudo, poderemos mesmo questionar esta possível contemporaneidade. Tendo em conta a coerência dos dados materiais destes habitats e tumulações megalíticas correlacionáveis e das datações obtidas para os Moinhos de Vento, Ameal (cabana 3) e Murganho 2, apenas a data da cabana 1 do Ameal nos permite equacionar esta coexistência. Há que atender, porém, a que se trata só de uma data e que, para além disso, apresenta um enorme desvio padrão. Pelo cruzamento da informação arqueológica com a cronologia absoluta disponível, sou tentado a atribuir uma maior probabilidade à possibilidade de a data real da cabana 1 se situar junto ao limite inferior (mais antigo) do intervalo de tempo do desvio padrão, o que a aproximaria da cronologia obtida para a cabana 3 (Quad. 2). Mais do que um sistema organizativo e adaptativo em pleno funcionamento, poderíamos perspectivar a ocupação da cabana 1 do Ameal como um prolongamento vestigial, numa fase de transição e de arranque do processo de calcolitização na região, de uma realidade pré-existente. É uma hipótese de trabalho a necessitar de investigação e, sobretudo, a necessitar de um maior número de cronologias absolutas, nomeadamente (se tal for possível), a obtenção de mais datações para o silo da cabana 1, no sentido de confirmar a data já obtida e de, eventualmente, reduzir o seu desvio padrão.

Outros aspectos, para além das questões de cruzamento de dados arqueológicos e cronologia absoluta, induzem nesta linha de pensamento.

A presença de taça carenada nestes povoados e monumentos megalíticos com ocupações que lhes são correlacionáveis parece-me um indicador igualmente importante. Esta forma cerâmica (embora com algumas diferenças) é equiparável às taças carenadas que, em áreas mais meridionais, marcam o neolítico final e que, apresentando prolongamentos inseridos em contextos do calcolítico inicial no âmbito de um processo de transição, fazem-no em declínio percentual, por vezes apenas de forma vestigial. Ora na bacia do médio e alto Mondego esta forma é sempre significativa em todos os contextos em que aparece, sendo exclusiva do *Horizonte Moinhos de Vento / Ameal*. Se é observável um declínio percentual entre o contexto mais antigo (Moinhos de Vento) e o mais recente (Cabana 1 do Ameal, que apresenta uma percentagem quase idêntica à da cabana 3) (SENNA-MARTINEZ, *no prelo a*) ele é pouco acentuado e neste último contexto, insisto, não há nada de inovador ou de caracteristicamente calcolítico. Considerações semelhantes poderiam ser feitas a respeito, por exemplo, da presença de alabardas em sílex.

Neste sentido, não deixa de ser curioso (sobretudo se comparado com o

que acontece na Estremadura e Sul do país) que aquela forma cerâmica (taça carenada) seja sempre acompanhada por pratos, sendo dois dos tipos cerâmicos mais característicos desta realidade cultural. Até ao momento, ambas se encontram ausentes dos contextos calcolíticos (Castro de Santiago, Murganho 1, Corujeira, níveis calcolíticos da sala 20 do Buraco da Moura de S. Romão, Abrigo do Penedo da Penha 1). Efectivamente, só voltamos a encontrar pratos na região (dois exemplares de bordo almendrado) em níveis da Idade do Bronze do Buraco da Moura de S. Romão, revelando uma sobrevivência (conhecida noutros lados) e um intercâmbio com áreas do Sul. Este quadro obriga, pelo menos até que novos dados surjam, a que esta forma cerâmica (pratos) seja assumida na região como um indicador cronológico e/ou cultural distinto do que acontece mais a Sul.

Quando isolamos e procuramos compreender um sistema multifacetado que funciona num determinado período histórico, é fundamental o conhecimento do que está antes, dos focos geradores das diversas dinâmicas observadas no sistema.

Dados recentes, ainda inéditos, provenientes das escavações realizadas em 1992 e 1993 no Buraco da Moura de S. Romão, revelam a existência de ocupações atribuíveis ao Neolítico (cronologia relativa)³, tendo como uma das suas principais características a forte decoração da cerâmica, e que poderão ser responsáveis pelo desenvolvimento de uma das facetas do calcolítico da região. Assim sendo (a questão necessita de maior aprofundamento), é possível levantar como hipótese, orientadora da investigação futura, a possibilidade de uma sincronia no Neolítico Final da região entre comunidades mais directamente ligadas ao fenómeno megalítico, com um sistema de povoamento de *tipo Ameal*, e comunidades que privilegiam as “grutas” e abrigos entre penedos como espaços habitacionais e eventualmente sepulcrais, possuindo uma cultura material distinta⁴.

Um carácter multifacetado e diversificado das sociedades pré-calcolíticas, evoluindo em ritmos diferenciados, tem sido um modelo recentemente utilizado para explicar, pelo menos parcialmente, as assimetrias e contrastes verificados ao longo do III milénio AC noutras áreas peninsulares (GONÇALVES, 1989).

A evolução assimétrica e arritmada das sociedades pode, em determinados momentos históricos (normalmente de transição), ser responsável pela coexistência, num dado espaço, de sistemas económicos, sociais, político-ideológicos e tecnológicos diferentes. Coexistência que poderá ser, se quisermos, alternativamente interpretada à luz de modelos organizativos do real de predominância mais

³ Eventualmente extensiva a materiais da sala 2 do Penedo da Penha 1.

⁴ Esta hipótese passa, antes de mais, pela obtenção de cronologias absolutas para os recentes dados do Buraco da Moura de S. Romão, esperando-se as primeiras para breve.

difusionista como, por exemplo, foi recentemente defendido para o processo de neolitização do Ocidente Peninsular (ZILHÃO, 1992 e *no prelo*), propondo-se uma sincronia entre comunidades mesolíticas dos grandes estuários do Tejo, Sado e Mira e as primeiras populações neolíticas que se estabeleceram nas suas periferias.

A evidência hoje já disponível parece indicar que, não sendo tão “exuberante” como noutras regiões, o processo de calcolitização da bacia do médio e alto Mondego terá sido algo complexo. Para tal certamente concorreu a confluência, durante o Neolítico, de fortes influências culturais (se não mesmo deslocações de população) oriundas de áreas culturais distintas, conferindo um certo carácter híbrido a esta região. Efectivamente, vários autores têm proposto um carácter alógeno ou fortemente aculturado, com origem meridional (Estremadura), para o megalitismo da região (SENNA-MARTINEZ, 1989) ou, pelo menos, para comunidades responsáveis por tumulações em algumas das sepulturas megalíticas, por exemplo, no dólmen dos Moinhos de Vento (JORGE, 1990). Por outro lado, o Buraco da Moura de S. Romão (e, eventualmente, a sala 2 do Penedo da Penha 1) revelou recentemente a existência de um outro fácies neolítico, cuja cultura material sugere influências mesetanhas, provavelmente com filiação andaluza (MUNICIO, 1988). Deste modo, o problema da diversidade do Calcolítico na região terá que ser abordado partindo de um quadro provavelmente mais complexo do que a simples existência de um neolítico monolítico, a partir do qual se desencadearia o processo de calcolitização.

A existência de um quadro diversificado durante o III milénio AC nesta área regional, constituído por comunidades que apresentam culturas materiais díspares (caso de Santiago, Murganho 1 e Corujeira por um lado e Penedo da Penha e Buraco da Moura por outro, a que poderemos juntar o Ameal se aceitarmos uma coexistência para a cabana 1) e diversificadas estratégias de implantação e de organização no espaço (povoados alcantilados fortificados; povoados abertos sem defesas naturais; abrigos entre penedos), corresponderá a sistemas de exploração dos recursos e estratégias adaptativas distintas que terão evoluído, com diferentes ritmos e graus de complexificação, a partir de uma herança neolítica ela própria multifacetada.

CONTACTOS INTER-REGIONAIS

Tal como no que respeita à questão da diversidade, a abordagem dos contactos e influências inter-regionais durante o Calcolítico na bacia do médio e alto Mondego tem que partir da observação da realidade pré-existente na região. O registo arqueológico demonstra de forma clara a existência de fortes

relações das comunidades ali presentes durante o IV milénio AC com as áreas peninsulares envolventes. A presença do sílex (inexistente na região) em grande quantidade e qualidade, determinados conjuntos artefactuais (de que, a título de exemplo, citarei as alabardas e punhais de sílex) patentes em vários monumentos megalíticos, ou de determinadas morfologias e decorações das cerâmicas do Buraco da Moura de S. Romão e Penedo da Penha indicam a existência de contactos e intercâmbios à distância durante o Neolítico, sobretudo com as regiões contíguas: Estremadura e bacia do Douro.

Durante o III milénio AC estes contactos parecem desenvolver-se, alargar-se e intensificar-se. O abastecimento de matérias-primas, mais concretamente do sílex, terá obrigado desde cedo à participação em circuitos de troca transregional daquele produto, embora se mostre deficitário em alguns sítios de habitat. O litoral estremenho (compreendendo aqui a área entre Mondego e Tejo) terá sido, com grande probabilidade, uma região privilegiada no que respeita ao fornecimento do sílex consumido na Beira Alta. Como aparentes influências de cariz meridional poder-se-ão ainda referir a presença no Castro de Santiago de taças de bordo espessado internamente (com uma percentagem muito pouco representativa) ou os pesos de tear paralelepípedicos com quatro perfurações, por vezes decorados (Castro de Santiago, Penedo da Penha 1, Murganho 1).

A cerâmica pintada (1 fragmento proveniente do Castro de Santiago) sugere contactos com a região da Meseta Norte espanhola, onde esta técnica decorativa surge em alguns povoados calcolíticos (La Peña del Aguila, Mariselva, Coto Alto, Guilbuena - LÓPEZ PLAZA, 1978) que apresentam uma cultura material com fortes afinidades com as de Santiago, Corujeira e Murganho 1. A presença de cerâmicas pintadas nestas regiões integrar-se-ão num contexto mais vasto de uma utilização (pouco frequente) desta técnica decorativa, quase sempre apresentada como de inspiração mediterrânica (LEISNER, 1943; ALMAGRO y ARRIBAS, 1963; LÓPEZ PLAZA, 1978) e cujo primeiro impacto na Península se teria feito sentir no Sudeste no arranque do processo de calcolitização.

A ocorrência, por vezes dominante, das decorações incisivas penteadas em contextos habitacionais calcolíticos da bacia do médio e alto Mondego (com excepção, até ao momento, do Castro de Santiago) ou em monumentos megalíticos com reutilizações durante o III milénio AC (caso do dólmen dos Fiais da Telha - SENNA-MARTINEZ, 1989) sugere, de igual modo, a integração desta região numa área mais vasta, onde se expressa esta decoração, apresentando as áreas geográficas contíguas uma importante incidência dos motivos penteados: a bacia do Douro (Norte de Portugal e Meseta Norte) e (com uma presença cada vez mais forte, ainda que pouco sublinhada) a Estremadura, sobretudo a sua metade Norte (VALERA, 1993 a)).

Um dos aspectos mais interessantes no âmbito dos contactos inter-regionais,

será a presença de um sistema de fortificação no Castro de Santiago (e, possivelmente, na Fraga da Pena, numa fase de transição para a Idade do Bronze). Apresentando linhas de muralhas preenchendo espaços entre penedos e (para já) um possível bastião, estas estruturas defensivas apontam para a sua inserção num circuito de circulação de ideias e, eventualmente, pessoas (há quem sugira “arquitectos”), cujo espaço geográfico peninsular de influência parece ter vindo a aumentar consideravelmente com a investigação dos últimos anos: para além de Santiago na Beira Alta, refira-se os povoados de Castelo Velho e S. Lourenço no Norte de Portugal⁵ ou El Pedroso na Meseta Norte (ESPARZA-ARROYO, 1977). Tratam-se de povoados fortificados localizados no Centro/Norte, em áreas bem no interior, obrigando à reformulação de algumas ideias tradicionalmente expostas sobre o problema dos habitats fortificados no Calcolítico. A sua interpretação como o resultado da inserção destas comunidades do interior num circuito transregional de ideias e concepções (com provável origem mediterrânica) deverá ser entendida num quadro de *mudança cultural* onde operam os fenómenos da evolução e da difusão, esta última aqui entendida como um processo cumulativo e não de substituição. A adopção do que vem de fora é vista como fazendo parte do constante processo adaptativo da comunidade, permitindo conceber a difusão como um processo de aculturação selectiva. A aceitação da influência (surja ela sob forma material ou de ideias) dependerá da sua utilidade e compatibilidade dentro da cultura receptora. A justificação para a ocorrência destas fortificações deverá, pois, ser investigada numa evolução local, procurando perceber as alterações que a sua incorporação terá provocado sobre as ideias, concepções e significados originais⁶.

Por outro lado, o estabelecimento e desenvolvimento de contactos trans-regionais, normalmente observável a partir da presença na cultura material de determinada comunidade de items ou concepções alógenas, assumirá sempre um carácter de maior ou menor reciprocidade. Se as influências externas poderão ser determinadas com maior facilidade, o que é “exportado” poderá ser bem mais difícil de identificar, sobretudo quando se trata de comunidades mais conservadoras e fechadas que entram em contacto com outras mais complexas e abertas.

Para além de uma participação na construção de um corpo estético e eventualmente simbólico (expresso, por exemplo, nas temáticas decorativas das cerâmicas) que, com regionalismos mais ou menos acentuados, parece afirmar-se preferencialmente no quadrante Noroeste da Península Ibérica, as contribuições

⁵ Susana O. Jorge, comunicação apresentada ao 1º Simpósio Transformação e Mudança, Cascais, 1993.

⁶ Partindo do princípio de que nenhuma comunidade incorpora algo sem sobre isso exercer alguma alteração de forma e/ou função e/ou significado.

beirãs para outras áreas culturais, no período considerado, estão longe de poderem ser convenientemente definidas. Refira-se, no entanto, ao nível da circulação de matérias-primas, as possibilidades levantadas em relação ao abastecimento de anfibolito a outras regiões, nomeadamente à Estremadura (SENNA-MARTINEZ, *no prelo b*). A existência de lajes de anfibolito, aparentemente constituindo um depósito votivo, no dólmen de S. Pedro de Dias ou a alta percentagem de blocos de anfibolito talhados e prontos a serem transformados em instrumentos, provenientes do Castro de Santiago, são exemplos que poderão sustentar a hipótese da utilização, desde o Neolítico Final, do anfibolito como produto de troca⁷.

O III milénio AC na Beira Alta, à imagem do que acontece um pouco por toda a Península com intensidades diferentes, assiste ao intensificar dos contactos transregionais. Contudo, a presença no registo arqueológico de itens de características alógenas não esconde um fundo cultural local com raízes no Neolítico, nem minimiza um forte conservadorismo que estas comunidades evidenciam face aos tradicionais grandes focos calcolíticos peninsulares. Aliás, a manutenção de uma identidade própria expressa na cultura material das diversas áreas culturais durante o III milénio AC tem vindo a ser sublinhada por diversos investigadores (DELIBES DE CASTRO et alii, 1988, JORGE, 1990), independentemente da sua maior ou menor integração numa rede de contactos e trocas transregionais e, conseqüentemente, de uma maior ou menor presença de itens com origens alógenas.

A existência de um forte conservadorismo e identidade própria marcantes, actuando de forma interactiva num processo mais lento de complexificação social e em condições geográficas de algum isolamento em relação a importantes focos de mudança, poderão ter estado na base de um processo de calcolitização menos exuberante e de uma integração mais deficiente nos circuitos de trocas de objectos, ideias e pessoas que se estabeleceram durante o III milénio AC. Um quadro assim traçado poderá ser utilizado como pano de fundo para explicar a fraca, tardia ou nula assimilação pela região de alguns dos *ex libris* calcolíticos: a metalurgia, a iconografia e o campaniforme.

Efectivamente, e no que respeita ao primeiro aspecto, a metalurgia, até ao momento não existem vestígios da sua prática nem da utilização de objectos de metal em contextos calcolíticos em toda a região. A presença dos primeiros utensílios metálicos parece ser tardia e acontecer apenas numa fase de transição, marcando o início da Idade do Bronze. Será mesmo necessário esperar pela fase

⁷ Neste sentido será fundamental a realização de estudos transregionais que tenham por base análises petrográficas e cartografia de fontes de matérias-primas e artefactos, dependendo a valorização desta hipótese dos resultados obtidos.

final deste período para surgirem as primeiras provas arqueológicas da existência de metalurgia e dos primeiros utensílios em bronze. Contudo, em áreas contíguas e com as quais, como atrás se defendeu, as comunidades da bacia do médio e alto Mondego terão desenvolvido contactos, a metalurgia é praticada desde a primeira metade do milénio: é o caso da Estremadura e é-o também o da Meseta Norte, onde esta tecnologia terá surgido, praticamente em simultâneo com o Sul, em povoados como Las Pozas (DELIBES DE CASTRO et alli, 1988). No Norte de Portugal, sem uma metalurgia inequivocamente atestada, a circulação de objectos metálicos é um facto em contextos calcolíticos.

Quanto ao fenómeno campaniforme, este assume um carácter de excepção na região, ocorrendo em reutilizações mais recentes de alguns monumentos megalíticos e na Fraga da Pena. De uma maneira geral os vasos apresentam um aspecto tipológico tardio, sendo na sua maioria integráveis já na Idade do Bronze (SENNA-MARTINEZ, 1989, JORGE, 1990). Esta absorção tardia do fenómeno campaniforme terá sido também responsável pela introdução dos primeiros artefactos metálicos na região (SENNA-MARTINEZ, *no prelo b*)).

Poder-se-á, e até certo ponto com razão, argumentar que a ausência ou escassez destes artefactos em contextos calcolíticos na região se poderá a ficar a dever a deficiências de amostragem inerentes à própria evolução da investigação arqueológica na área. Porém, mesmo que exista um problema de amostragem e novos dados venham a surgir num futuro próximo, o modelo interpretativo que, de momento, melhor se adequa à informação disponível aponta para uma adopção tardia destes utensílios, num contexto de transição para a Idade do Bronze, e cujo significado e aparente “atraso” terá que ser procurado na dinâmica evolutiva interna das comunidades calcolíticas locais.

Um outro aspecto em que, aparentemente, as comunidades calcolíticas do médio e alto Mondego parecem revelar um certo afastamento é em relação ao complexo ideográfico e simbólico que se desenvolve durante o III milénio AC, tendo como principais focos as áreas peninsulares meridionais.

Efectivamente, não se conhece, em contextos habitacionais, qualquer artefacto ou vestígio que possa ser interpretado no âmbito do simbólico. Ao invés, nas áreas envolventes são conhecidos, provenientes de povoados, alguns objectos habitualmente conectados com a simbologia calcolítica meridional: é o caso dos chamados *ídolos de cornos*, presentes na Meseta Norte espanhola nos povoados de Las Pozas (DELIBES DE CASTRO, 1985), Teso del Moral e Peña del Aguila (LÓPEZ PLAZA, 1978) e que, por aquela via, terão atingido o Nordeste português, surgindo igualmente nos povoados do Cunho e Barrocal Alto (SANCHES, 1992). Ainda no Norte de Portugal, será de destacar a presença nos habitats da Vinha da Soutilha e S. Lourenço de cerâmica “oculada” (JORGE, 1990, p. 204).

Em relação a um dos motivos tradicionais da dita “cerâmica simbólica”, os triângulos preenchidos a pontilhado, há que referir que se trata de um motivo relativamente comum nos povoados do Norte de Portugal e da Meseta Norte. Na Beira Alta, são um dos motivos mais vulgares no Castro de Santiago. Contudo, penso que a forte divulgação nestas áreas dos triângulos preenchidos (a pontilhado ou com outro tipo de impressões ou incisões), frequentemente associados no mesmo recipiente a outros motivos decorativos de características regionais, deve ser entendida como parte integrante de modelos estilísticos locais, não comportando a carga simbólica que usualmente lhes é atribuída no Sul peninsular.

Ausentes dos contextos habitacionais calcolíticos conhecidos na bacia do médio e alto Mondego, elementos integráveis num complexo simbólico de inspiração meridional surgem, por vezes, mas sempre com carácter de excepção, em alguns monumentos megalíticos com reutilizações durante o III milénio AC. A título de exemplo, cite-se o caso da Anta da Matança (CRUZ, 1992), onde surgiu um pequeno ídolo de azeviche classificável no grupo genericamente designado por *ídolos almerienses*. Por outro lado, integrados numa matriz de forte cariz regional, alguns elementos de proveniência transregional poderão ser igualmente identificados na arte megalítica pintada do *Grupo de Viseu*. A sua utilização, contudo, terá que ser feita de modo cauteloso, uma vez que estão por estabelecer cronologias seguras para os painéis pintados em vários monumentos megalíticos que, mais do que uma produção sincrónica, serão o resultado de uma sequência de adições que importa identificar.

Deste modo, e apesar de uma intensificação dos contactos inter-regionais durante o III milénio AC, detectável no registo arqueológico hoje disponível e eventualmente sustentável através do desenvolvimento de uma economia agro-pastoril, a região do médio e alto Mondego, parece manter, comparativamente com outras áreas regionais contíguas, um maior isolamento em relação aos grandes focos da dinâmica calcolítica na Península Ibérica. Forte conservadorismo e/ou lacunas de investigação? É uma das questões prioritárias a esclarecer com a continuidade da pesquisa na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMAGRO BASCH, M. y ARRIBAS, A. (1963). *El poblado y la necrópolis megalíticos de Los Millares (Santa Fé de Mondujar. Almería)*. Bibliotheca Prehistorica Hispana, III.
- CRUZ, D.J.; CUNHA, A.L.; GOMES, L.F. (1990). *A casa da Orca de Corgas de Matança*. Separata da Portugália, Vol.IX-X, 1988-89, p.31-47, Câmara Municipal de Fornos de Algodres.
- DELIBES DE CASTRO, G. (1985) “El Calcolítico. La aparición de la metalurgia”, *La Pre-historia del valle del Duero*, 1, Historia de Castilla y Leon, Ambito, Valladolid,

- p.36-52.
- DELIBES DE CASTRO, G.; FERNÁNDEZ MIRANDA, M.; MARTÍN COLLIGA, A. e MOLINA, F. (1988). "El Calcolítico en la Península Iberica." in: Congreso Internacinal L'Eta del Rame in Europa, Viareggio, 15/18, Ottobre, 1987, *Rasegna di Arqueologia*, 7, p. 255-282.
- ESPARZA ARROYO, A. (1977) "El castro zamorano del Pedroso y sus insculturas", *BSAA*, XLIII, Valladolid.
- ESTEVINHA, I., SENNA-MARTINEZ, J.C. e VALERA, A.C. (1989). "O Complexo 1 do Penedo da Penha, Vale de Madeiros (Canas de Senhorim): alguns resultados preliminares da campanha 1(987)". in, *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, G.C.V., p. 125-142.
- GONÇALVES, V.S. (1989). *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada*. Estudos e Memórias, Centro de Arqueologia e História, INIC, Lisboa.
- JORGE, S.O. (1990). "Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia". in: J.Serrão & A.H.Oliveira Marques (dirs.), *Nova História de Portugal. Portugal, das origens à romanização*, Lisboa, Ed. Presença, p. 163-212.
- LEISNER, G. e V. (1943). *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: Der Suden*. Romisch-Germanische Forschungen, vol. 17, Berlin.
- LOPEZ PLAZA, S. (1978). *Comienzos del eneolítico protourbano en el S.O. de la Meseta Norte*. Policopiado.
- MUNICIO, Luciano (1988). "El Neolítico en la Meseta Central española". Pilar López (Coord.) *El Neolítico en España*, Catedra, Madrid, p. 299-326.
- SANCHES, M. J. (1992) *Pré-história recente no planalto mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*, Monografias Arqueológicas 3, GEAP, Porto.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (no prelo a)). The late prehistory of central Portugal: a first diachronic view. Paper presented at the American Anthropological Association annual meeting, Chicago, 1991.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (no prelo b)). Megalitismo, Habitat e Sociedades: a bacia do médio e alto Mondego no conjunto da Beira Alta (c.5200-3000 BP). Conferência realizada no seminário O Megalitismo no Centro de Portugal, Mangualde, 1992.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (no prelo c)). Intensificação, complexização, interação e integração: transformações e mudança na Bacia do Mondego durante o 5º milénio BP e correlações com as áreas peninsulares envolventes. Comunicação apresentada no 1º Simpósio Transformação e Mudança, Cascais, 1993.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (1989). *Pré-História recente da bacia do médio e alto Mondego. Algumas contribuições para um modelo sociocultural*. Dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Policopiado.
- SOARES, A. Monge (no prelo). Datações absolutas para os IV e III milénios A.C.: Uma análise crítica. Comunicação apresentada ao 1º Simpósio Transformação e Mudança, Cascais, 1993.
- VALERA, A. C. (1992). *Castro de Santiago (Figueiró da Granja). As campanhas de 1990 e 1991*. GAFAL, Fornos de Algodres.
- VALERA, A.C. (1993 a)). "A ocupação calcolítica da 'sala 20' do Buraco da Moura de S.Romão". in, *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 1, Lisboa, Colibri, p. 37-53.
- VALERA, A.C. (1993 b)). "A Corujeira, Canas de Senhorim: vestígios de uma ocupação calcolítica." in, *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 1, Lisboa, Colibri, p. 29-35.
- VALERA, A. C. (1993 c)). *Património Arqueológico do Concelho de Fornos de Algodres*.

Câmara Municipal de Fornos de Algodres, Lisboa.

VALERA, A. C., com colab. de Ana P. Henriques e Margarida S. Barroso (no prelo a)).

“Murganho I. Intervenção de emergência numa área de eucaliptal.” *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, A.A.P., Lisboa.

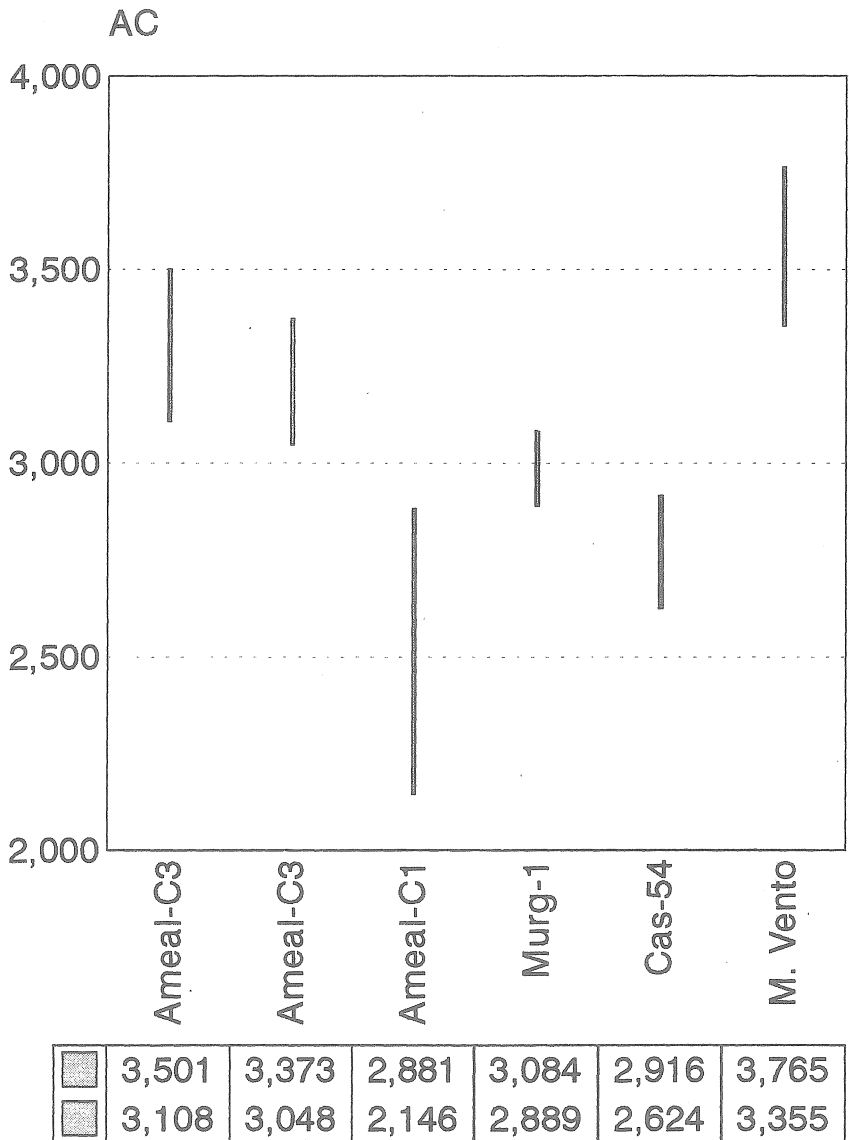
VALERA, A. C. (no prelo b). Linhares. Relatório de Prospecção. *Informação Arqueológica*.

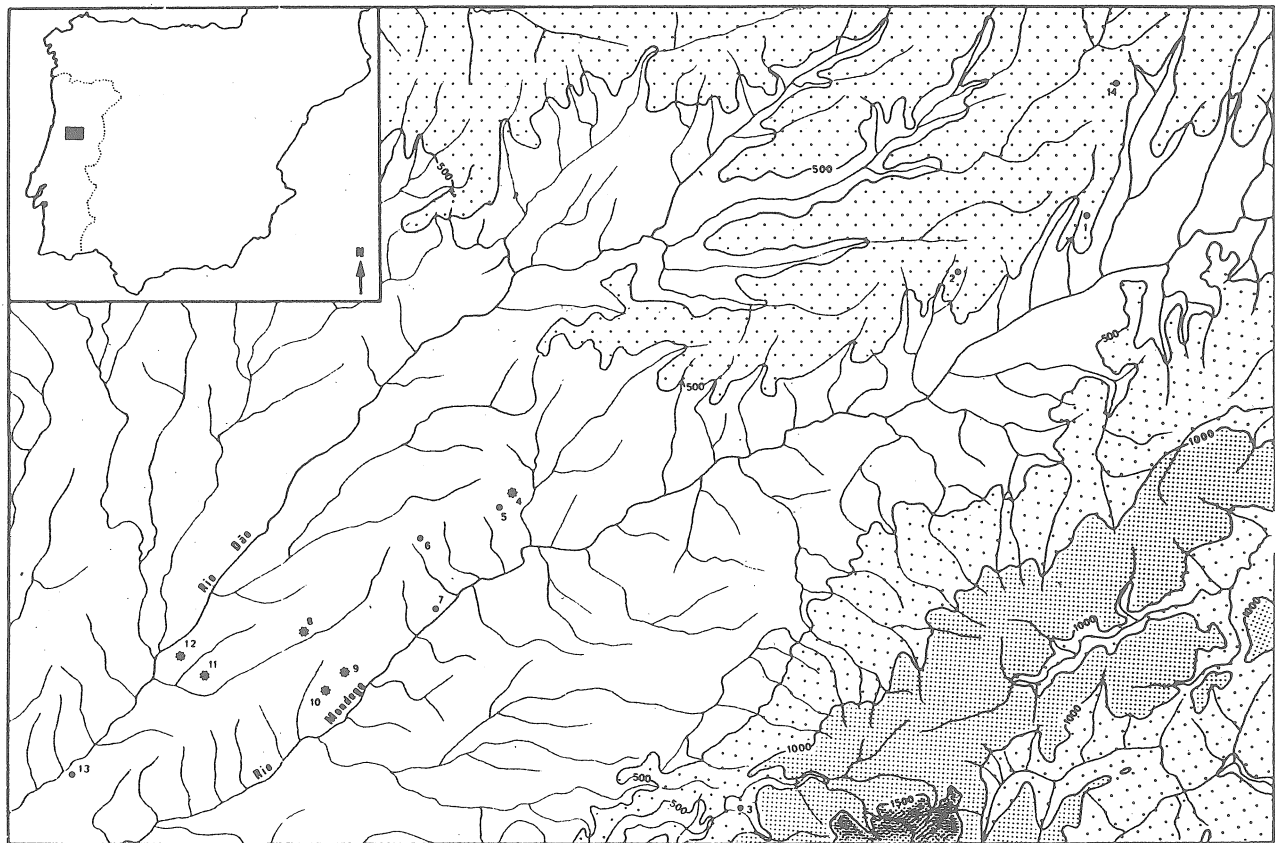
VALERA, A. C. (no prelo c)). “Duas datações de C14 para o Castro de Santiago (Fornos de Algodres)”. *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, A.A.P, Lisboa.

ZILHÃO, J. (1992). *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. Trabalhos de Arqueologia, 6, IPPAAR, Lisboa.

ZILHÃO, J. (no prelo). “The spread of agro-pastoral economies across mediterranean Europe. A view from the Far-West.”. *Journal of Mediterranean Archaeology*.

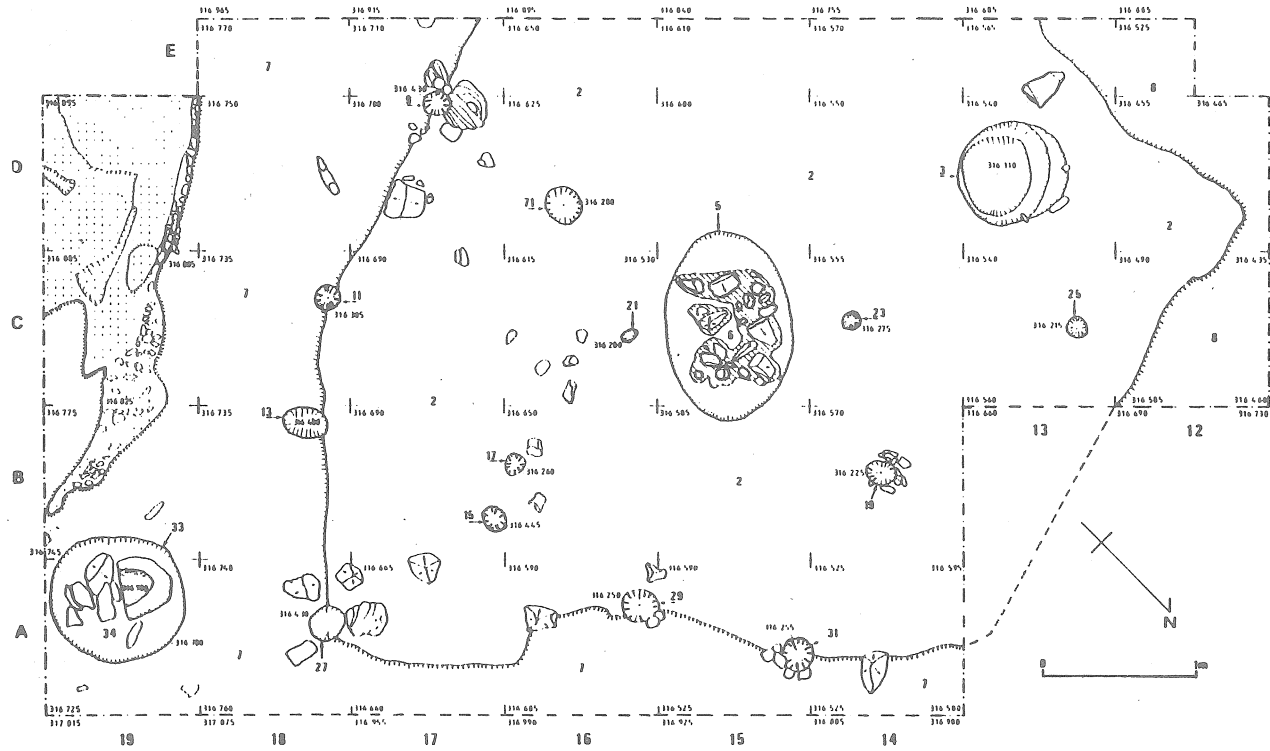
QUADRO 2
Datações de radiocarbono disponíveis para o dólmen dos Moinhos de Vento e habitats do IV e III milénios A. C.





Localização dos sítios de habitat conhecidos na bacia do médio e alto Mondego com ocupação durante o III milénio A.C. Com asteriscos estão referenciados os habitats representativos da realidade cultural identificada no Ameal. Para identificação dos sítios representados ver o quadro 1, em texto.

0 10 km



Planta da cabana 1 do habitat do Ameal segundo Senna-Martinez, 1989.

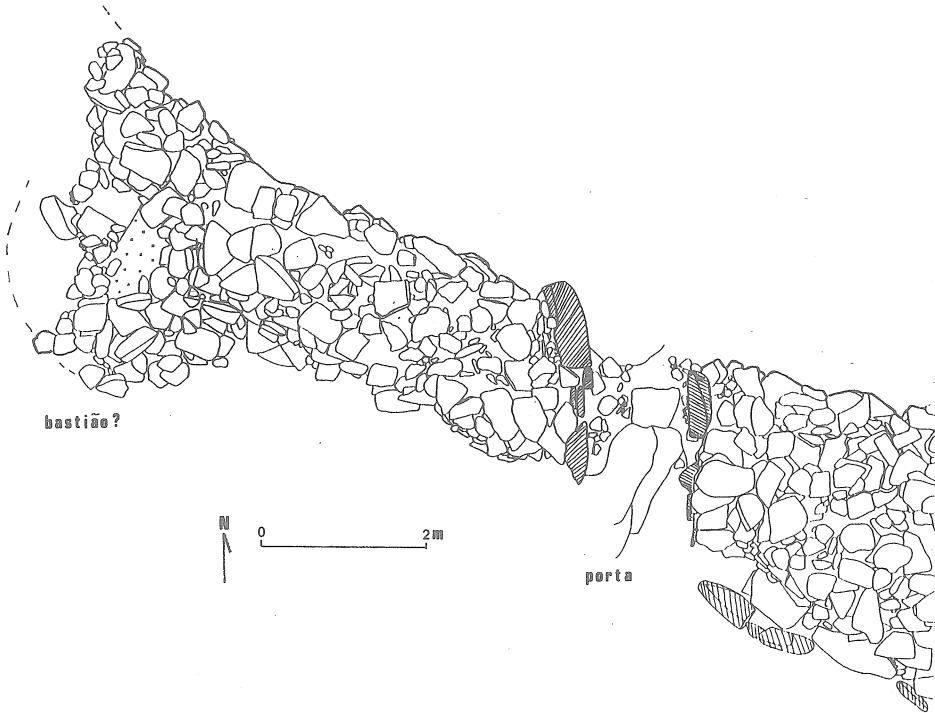
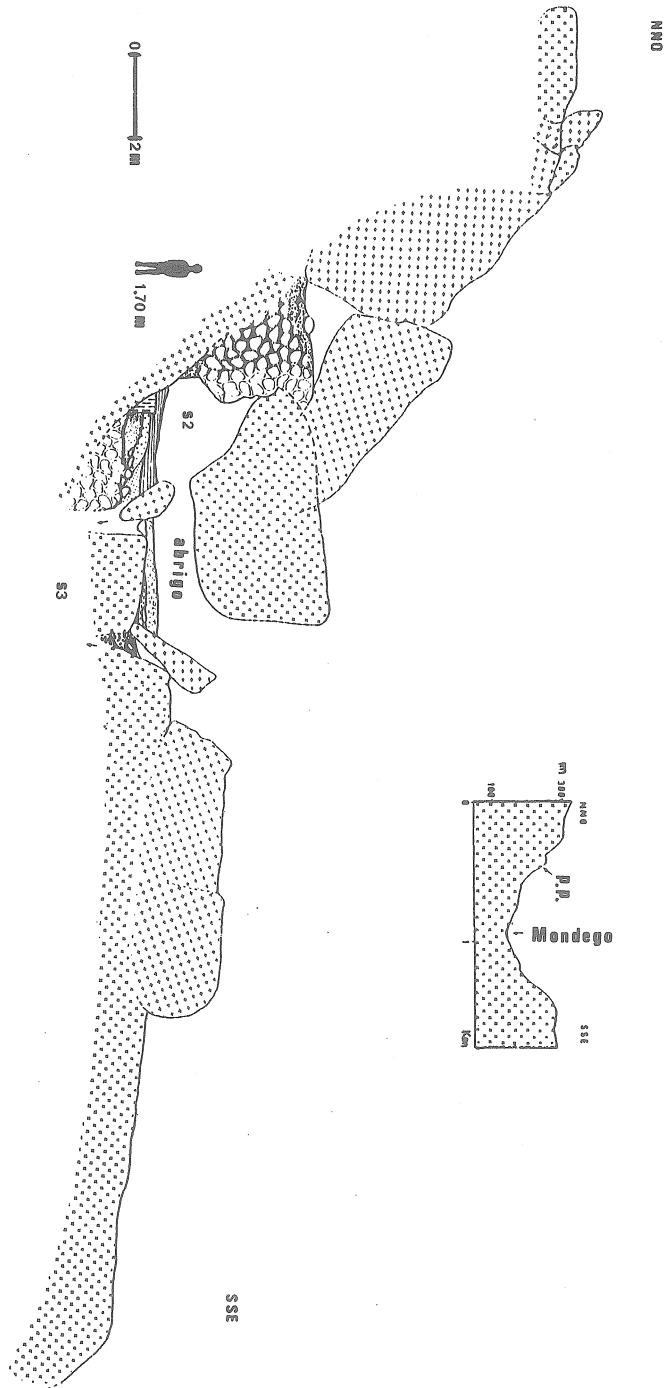


Fig. 1 — Aspecto parcelar das estruturas de fortificação do Castro de Santiago.



Fig. 2 — Aspecto de uma das estruturas habitacionais do Castro de Santiago.



Perfil do complexo de abrigos entre penedos graníticos do Penedo da Penha.

LA EDAD DEL BRONCE EN LA CUENCA MEDIA DEL TAJO

por

Arturo Ruiz Taboada*

Resumo: Este artículo analiza el estado actual de la investigación sobre la Edad del Bronce en la Cuenca Media del Tajo. El objetivo es establecer el grado de desarrollo económico y social, que experimentó el valle del Tajo, en torno a la segunda mitad del II milenio.

Palabras-clave: Edad del Bronce. Territorio. Complejidad social.

Abstract: The purpose of this work is to analyze the Tagus middle valley through the research history. This paper try to stablish the grade of economic and social development in that zone during the second half of the II millennium.

Key words: Bronze Age. Territory. Social complexity.

Durante los últimos años hemos asistido a diferentes intentos de estructurar e interpretar los abundantes restos arqueológicos existentes en el sector central de la cuenca media del Tajo. Dichos intentos se reducen, en la mayoría de los casos, a la publicación de noticias aisladas o de pequeños hallazgos de materiales con el fin de denunciar actuaciones irregulares sobre el patrimonio, más que a su propia divulgación científica.

A pesar de ello, descubrimientos como el depósito de piezas metálicas de la Finca de La Paloma, en el término municipal de Pantoja (Toledo), compuesto por dos alabardas, cuatro puntas de Palmela, así como un puñal de lengüeta y una sierra, unido todo ello por dos cintas de oro (Harrison, 1974), han servido para demostrar la gran relevancia que el valle del Tajo puede tener en la investigación que se realiza actualmente en la Meseta Sur.

* Departamento de Prehistoria, Universidad Complutense, Madrid 28040.

Desde hace 5 años se trabaja para crear las bases de un proyecto que de a conocer las grandes posibilidades arqueológicas de la zona. La existencia de algunas excavaciones sistemáticas como Los Castillejos de Las Herencias, en Belvís de la Jara (Alvaro y otros, 1988) o el Cerro del Bu de Toledo (Alvaro y Pereira, 1990) han puesto de manifiesto la importancia del valle medio del Tajo durante la prehistoria.

Trabajos como el de Enrique de Alvaro; *La Edad del Cobre en la Cuenca Media del Tajo* (Alvaro, 1987), Margarita Díaz Andreu, sobre el cambio social en la Meseta Sur en época prehistórica (Díaz Andreu, 1991), o Kenia Muñoz; el poblamiento desde el calcolítico a la Primera Edad del Bronce en el valle medio del río Tajo (Muñoz, ep), representan en buena medida el interés creciente por esa zona.

Tradicionalmente, la cuenca media del Tajo ha asumido el papel de puente o receptor de los fenómenos culturales periféricos que se producían en la Península Ibérica. Así, a principios de siglo, Alberto del Castillo señala la existencia de un "grupo toledano", en la meseta interior, dentro de su teoría Mundial del Campaniforme (Castillo, 1922), basándose en descubrimientos como el casquete esférico de un vaso campaniforme inciso en el valle del río Algodor (Bosch Gimpera, 1915). Esta línea de investigación se estanca a raíz de la guerra civil en 1936, lo que propicia que, finalizada la guerra, se centre en otras regiones españolas favorecidas por nuevos descubrimientos y reinterpretaciones, quedando la cuenca media del Tajo como simple receptora de las evoluciones culturales de otras áreas peninsulares (Jiménez de Gregorio, 1950; 1953; Martínez Santa Olalla, 1951).

Indirectamente, el resultado ha sido la pérdida progresiva de relevancia del valle medio del Tajo en el contexto general de la investigación prehistórica peninsular. Los diversos trabajos que actualmente se desarrollan en las áreas limítrofes a dicho valle, sin pretenderlo, encuentran una barrera artificial como consecuencia de la falta de datos empíricos representativos a escala regional en la zona. La mayoría de las veces se sigue dando por supuesto la conjunción histórica de la cuenca del Tajo con áreas periféricas, como el Suroeste o el norte de la Península Ibérica (Pereira y Alvaro, 1990). En otras ocasiones el valle es ajeno a lo que pasa en las comarcas limítrofes, como la región extremeña y los estudios que se realizan sobre calcolítico (Enriquez Navasques, 1990), La Mancha, sobre el patrón de asentamiento durante la Edad del Bronce (Nájera, 1984; Díaz Andreu, 1992; Martín Morales y otros, 1993) o la Meseta Norte (Jimeno y otros, 1988).

El objetivo de este artículo es recopilar toda la documentación arqueológica existente, hasta la fecha, sobre el sector central de la cuenca media del Tajo durante la Edad del Bronce. Este sector ocupa una amplia superficie de terreno

que alberga dos grandes estructuras geomorfológicas y geográficas:

1 – Los Montes de Toledo. Su arco septentrional constituye el límite meridional de la cuenca del Tajo. Están compuestos por cuarcitas armóricas sobre un lecho compacto de pizarra, lo que hace que el terreno sea escarpado y de difícil acceso (Muñoz Jiménez, 1976). La vegetación potencial está constituida por encinas, alcornoques y robles, aunque el monte bajo ocupa, en líneas generales, una amplia superficie (Peinado y Martínez, 1985:174-183).

2 – La Meseta Toledana. Se localiza en una zona de contacto entre dos unidades geológicas; Los Montes de Toledo y la franja meridional de la cuenca del Tajo. Este espacio natural ocupa el centro de la Submeseta sur, y se sitúa entre la desembocadura de los ríos Torcón, al oeste, y Algodor, al este, La Sagra y La Llanura de Torrijos, al norte, y la Meseta Cristalina de Toledo, al sur (Vázquez González y otros, 1991:373).

La morfología de esta zona se establece de la siguiente manera: La parte septentrional de la Meseta Cristalina la forma una gran masa de rocas plutónicas de tipo granítico, que se extiende como una gran banda de Este a Oeste denominada “Batolito de Sonseca”. La parte central, constituida por cuarcitas, en donde se localizan una serie de elevaciones montañosas conocidas como “Montes Isla”. Por último, la franja meridional de la Meseta Cristalina, compuesta en su mayoría por Gneis, en contacto con el sedimento aluvial del Tajo (I.G.M.E., 1986:16-17). La Sagra y la Llanura de Torrijos contienen calizas, margas y terreno indiferenciado (id.).

En cuanto a los suelos, se dan dos tipos fundamentales: tierras pardas meridionales, presentes en todas las zonas bajas y pies de monte, históricamente destinadas al cultivo de secano o transformados en dehesas de encinas y jarales con pastizales, normalmente aprovechados para pastos, característico de economías fundamentalmente ganaderas (Peinado y Martínez, 1985:174). Suelos rojos mediterráneos, se dan en las serranías paleozóicas y contienen una vegetación de monte bajo a base de jarales y madroñales.

EL REGISTRO MATERIAL DURANTE LA EDAD DEL BRONCE

La tradición arqueológica de la zona se ha basado en la recogida esporádica de materiales depositados en las terrazas del río Tajo o las tierras cercanas, y en la documentación y publicación de pequeños hallazgos por parte de arqueólogos o de simples aficionados.

A la hora de sintetizar el desarrollo de la Edad del Bronce en el valle del Tajo, he creído conveniente no establecer ningún tipo de periodización por

carecer de las condiciones necesarias para ello: no hay datos de excavaciones sistemáticas; no existen poblados excavados; no se tienen dataciones radiométricas; no se han diseñado estratigrafías de ningún tipo y, por último, las colecciones de materiales disponibles están, la mayoría de ellas, descontextualizadas. Además, la escasa representatividad de la línea estilística de las cerámicas durante esta época dificulta el hacer cualquier generalización sobre su evolución cronológica o material. Se asume, por tanto, que este período no debe diferir en gran medida del que se desarrolla en áreas limítrofes como La Mancha, en donde se acepta que la Edad del Bronce sufre una evolución continua a lo largo de 700 años (Martín Morales y otros, 1993:41).

Algunos autores consideran que en el valle del Tajo es imposible establecer una periodización global para esta época. Proponen la existencia de un horizonte formativo donde conviven formas y materiales de la Edad del Cobre con piezas ya de la fase clásica de la Edad del Bronce (Alvaro y Pereira, 1990:210). La ausencia de estratigrafías verticales en esta zona, hace difícil argumentar lo contrario, es más, si tenemos en cuenta que existe un substrato local anterior a la Edad del Bronce bastante consolidado, la idea de esa convivencia inicial resulta probable. Todavía falta por descubrir el verdadero proceso de cambio cultural desarrollado en la cuenca media del Tajo y su reflejo en la evolución del patrón de asentamiento. Factores como subsistencia y concentración demográfica, o centralización económica y complejidad social, a los que posteriormente nos referiremos, se entenderán mejor una vez se conozca detalladamente la secuencia cronológica del registro arqueológico (Chapman, 1991:329).

Los yacimientos mencionados en este artículo provienen de los fondos del inventario arqueológico de la Diputación Provincial de Toledo, de publicaciones esporádicas y del proyecto de investigación que actualmente realizo, y constituye la base de mi tesis doctoral, "La Edad del Bronce en el límite noroccidental de La Mancha".

Estos yacimientos suman un total de 20 repartidos de la siguiente forma (Figura 1):

1 – En las estribaciones nororientales de los Montes de Toledo, Lituero (1), La Olivilla (2), Los Mártires (3), La Chorrera (4), Montón de Trigo (5), Frontón Oeste (6), Frontón Este (7) y Calderón (8) (Ruiz Taboada, ep).

2 – En el Batolito de Sonseca, Torre Tolanca (9) (id), El Guijo I (10) (Rojas, 1984; Rojas y Rodríguez, 1990) y El Guijo II (11).

3 – En las Sierras de Noéz, Noéz (12).

4 – En torno al cauce del río Tajo, El Peñón (13) (Rojas, 1988), Cerro de Santa Catalina II (14), La Encantada (15) (Alvaro, 1987; Rojas, 1988; Barrio y Olmos, 1990; Carrobes y otros, ep), Calaña (16) (Alvaro, 1987), Cerro del Bu

(17) (Catalina García, 1904; Castaños Montijano, 1916; Alvaro y Pereira, 1990), Cerro del Valle I (18), Cerros de Mazarracín (19) y La Bóveda (20) (Alvaro, 1987).

La mayoría de estos yacimientos se encuentran ubicados sobre las cimas de los cerros y en lugares de difícil acceso. A diferencia de lo que indican algunos autores (Carroble y otros, ep), en poblados como El Montón de Trigo, La Chorrera o el Cerro del Castillo, en las estribaciones nororientales de los Montes de Toledo, no se aprecia la existencia de recintos amurallados en superficie y si de estructuras amuralladas que, a parte de una funcionalidad defensiva, pudieron ser la base de aterrazamientos o simples muros de cierre del recinto de habitación.

Otra característica común es su escasa dimensión, si se toma como modelo los poblados de las estribaciones de los Montes de Toledo, éstos no superan las 0,2 hectáreas de superficie. Los yacimientos de menor tamaño se encuentran en torno a las 0,03 hectáreas (Ruiz Taboada, ep).

En lo referente al registro material, la Edad del Bronce en el valle del Tajo cuenta con la presencia de piezas carenadas, ollas de almacenamiento, grandes orzas, botellas y cuencos hemisféricos, así como de bases planas y queseras. La decoración más común la forman digitaciones y ungulaciones en los bordes, cordones, mamelones y asas. La industria lítica esta representada por dientes de hoz y láminas en sílex, así como molinos en gneis o granito. Todas estas piezas aparecen en mayor o menor proporción en la superficie de los yacimientos antes mencionados, aunque también se han documentado en excavaciones como el Cerro del Bu en Toledo (op. cit.) o el Cerro del Obispo en el término de Castillo de Bayuela (Reyes Tellez y otros, 1987).

Además de estos yacimientos, se han documentado de manera intensiva amplias superficies de terreno junto al cauce de los ríos Tajo y Algodor (Figura 1). Estas zonas son las siguientes:

1 – El término municipal de Talavera de la Reina, junto al cauce actual del río Tajo, sobre una superficie de 34 km². La prospección forma parte del proyecto “Indigenismo y Romanización en la Cuenca Media del Tajo” (Fernández Miranda y otros, 1990).

2 – El cuadrante suroriental del término municipal de Malpica de Tajo, dentro del mismo proyecto (García y Gutiérrez, 1992).

3 – Los términos municipales de Seseña y Borox, junto al Tajo (48 km²) (Muñoz, ep).

4 – El cauce alto del río Algodor, enmarcada dentro del proyecto de tesis doctoral que actualmente dirijo (4km²) (Ruiz Taboada, ep).

Estas prospecciones han verificado la existencia de un substrato calcólico

local, anterior a la Edad del Bronce, localizado preferentemente en torno a los espacios fértiles de los ríos y en las zonas llanas. Aunque con menos frecuencia, en algunos poblados también se han documentado materiales anteriores a la Edad del Bronce como El Guijo, con presencia de campaniforme, La Encantada o La Bóveda.

La Edad del Bronce es muy difícil de definir por la ausencia de tipos cerámicos característicos de este período. No obstante, en la prospección del término municipal de Talavera de la Reina, dentro del proyecto Indigenismo y Romanización (op. cit.), se ha documentado diverso material atribuible a la fase clásica de la Edad del Bronce en el yacimiento de Sotocochinos II, con presencia de piezas carenadas, cuencos, orzas y ollas de almacenamiento, decorados con digitaciones y ungulaciones en los bordes, mamelones y cordones (Figura 2). En la prospección de los términos municipales de Seseña y Borox, están documentados materiales similares a los anteriormente descritos (Muñoz, ep).

El resto del registro confirma la existencia de una secuencia cultural continua hasta la II Edad del Hierro.

TERRITORIALIDAD, HABITABILIDAD Y SUBSISTENCIA

Como señala Michael J. Casimir en una reciente publicación, la habitabilidad de un territorio esta en función de la habilidad, por parte del grupo, de asegurar sus recursos naturales a lo largo del tiempo (Casimir, 1992:4). Hemos visto como la cuenca media del Tajo se caracteriza por su gran diversidad geográfica. Esta diversidad viene marcada por tres formaciones geomorfológicas diferentes: Los Montes de Toledo, la Meseta Toledana y el cauce del río Tajo. Los poblados de la Edad del Bronce mencionados en este trabajo se localizan tanto en los Montes de Toledo, en concreto sus estribaciones nororientales, los Montes Isla, que se erigen en el centro de la Meseta Cristalina, y las orillas del Tajo.

Esta pluralidad geográfica, a su vez, condiciona la distribución espacial de los recursos naturales del territorio. Mientras que en las zonas de montaña predomina el monte bajo y el matorral, en los terrenos llanos se produce una diversificación de recursos; cultivos de secano, dehesa y pastos o zona de regadío sobre el sedimento aluvial del río.

Algunos autores consideran la territorialidad humana como un modelo de organización del espacio dirigido a la distribución de productos y al autoabastecimiento (Dyson-Hudson y Alden Smith, 1978:37). Robert Sack en 1986 va más allá y define la territorialidad como un intento por parte del individuo o grupo de controlar todos los procesos sociales, políticos o económicos, a través del control sobre el área geográfica (Sack, 1986:19).

El propósito de este apartado es analizar el nivel de complejidad social que pudo haber alcanzado la cuenca media del Tajo durante la Edad del Bronce, a través del análisis de su patrón de asentamiento y de la distribución de recursos naturales, como partes integradas del territorio.

Existe una gran variedad de criterios y teorías, a la hora de establecer el proceso y las causas del origen de la complejidad social en la cuenca media del Tajo. En algunos casos, a esa diversidad se pueden objetar cuestiones de orden teórico, aunque su verdadera importancia radica en que permiten diseñar de forma explícita proyectos de investigación capaces de evaluar las diferentes propuestas que se plantean (Chapman, 1991:361), lo que contribuye a ampliar el conocimiento de esa zona.

Para algunos autores, la formación de las sociedades complejas surge en lugares en los que no existe riesgo en la obtención de recursos naturales. En el momento en que estos recursos escasean o no se tiene ninguna certeza sobre un aprovisionamiento futuro, se producen situaciones de dispersión y movilidad geográfica (Dyson-Hudson y Dyson-Hudson, 1980:29). Para otros, los inicios de la estratificación social se deben a la existencia de unas condiciones extremas de cara al abastecimiento de recursos alimenticios y de materias primas (Webster, 1990: 341). En líneas generales la estratificación se origina a través del conflicto (Gilman y Thormes, 1985:186; Mann, 1986:53-61; Jhonson y Earle, 1987:209-211; Martín Morales y otros, 1993:41). Para Jhonson y Earle, la evolución de las jefaturas y, posteriormente, los estados depende del establecimiento de un sistema de finanzas que se encargue de movilizar los recursos necesarios para pagar a las nuevas élites e instituciones del poder (Jhonson y Earle, 1987:208).

Este artículo pretende mantener esta línea de trabajo, al admitir que la ausencia de riesgos en la producción de alimentos y materias primas es propio de sociedades que todavía no han alcanzado un grado de complejidad social elevado. Jhonson y Earle sitúan a este tipo de sociedades en dos niveles: "The Family-Level Group" y "The Local Group" (Jhonson y Earle, 1987), mientras que, por el contrario, el riesgo en la producción, la introducción de nuevas tecnologías y el desarrollo de un intercambio a media o gran escala entre otras, son la base del origen y establecimiento de la complejidad social, identificada con el surgimiento de jefaturas o del estado (Jhonson y Earle, 1987:209-210). El control sobre la producción, la tecnología o el comercio, en última instancia, determina su plena existencia (Earle, 1987:296).

El riesgo y la productividad de un territorio son los factores que condicionan su desarrollo. Estos factores, a su vez, contribuyen a que se produzca una movilidad zonal, diversificación de recursos, excedentes e intercambios (Halstead y O'shea, 1989:4). El sector central de la cuenca del Tajo, reúne las condiciones necesarias para que no se produzca una movilidad a media o gran escala, y sí

una diversificación de recursos y una concentración de excedentes. Esta diversidad es propia de áreas con una pluralidad geográfica (Sherrat, 1981:289), y no por ello el grado de complejidad alcanzado ha de ser menor al de otras regiones, como La Mancha. Recientemente, Díaz Andreu ha defendido la hipótesis de un escaso desarrollo social en el valle del Tajo basándose en las siguientes premisas: la falta de ocupaciones permanentes, el alto grado de predecibilidad de las condiciones ambientales y la ausencia de riesgo en la obtención de recursos (Díaz Andreu, 1991:19). A la hora de explicar el nivel de desarrollo de un territorio, conviene tener presente que el medio ambiente es uno de los muchos factores que pueden favorecer el cambio hacia sistemas políticos más evolucionados, aunque no el decisivo (Gibson y Geselowitz, 1988:11).

La hipótesis que defiende este trabajo considera que se dan las bases suficientes para el desarrollo de la complejidad social en la cuenca media del Tajo. Estas bases son las siguientes:

1 – Uniformidad en la dispersión de asentamientos en altura. En este trabajo se han documentado una serie de yacimientos localizados en lugares de difícil acceso. La presencia de grandes depósitos de sedimento sobre la superficie de los mismos, arqueológicamente prueba que exista una ocupación continua a lo largo de varios siglos.

2 – Estacionalidad de los asentamientos en llano. El resultado de las prospecciones intensivas realizadas en los valles del Tajo y el Algodor, ha sido la documentación de un patrón de asentamiento correspondiente a la Edad del Bronce que se caracteriza, a diferencia de los poblados en altura, por su provisionalidad. Hasta el momento no hay pruebas de que se trate de asentamientos estables, no ocupan una posición estratégica en el territorio, no se encuentran protegidos de la acción de los fenómenos naturales, y se localizan preferentemente sobre los terrenos más fértiles del entorno.

3 – Diversidad en los sistemas productivos, que determina la existencia de relaciones intraterritoriales. El resultado es el control sobre los diferentes bienes por parte de algunos sectores de la comunidad.

4 – Posibilidad de producir bienes excedentarios, originando un intercambio de productos agrícolas o ganaderos con otras comunidades limítrofes.

5 – Proximidad a un centro de importancia dentro de la Edad del Bronce peninsular, La Mancha, lo que facilita los contactos extraterritoriales al mismo nivel de desarrollo (Peer Polity Interaction) (Renfrew, 1986).

La información con la que actualmente contamos permite identificar un sistema de asentamientos permanentes plenamente consolidado en la cuenca media del Tajo. Aún faltan futuras prospecciones y excavaciones sistemáticas que hagan aumentar el registro arqueológico en dicha cuenca. Sin embargo, las

conclusiones a las que hemos llegado permiten identificar un sistema político y económico complejo establecido en la zona.

El valle medio del Tajo, pese a la escasa relevancia que tradicionalmente ha tenido a nivel arqueológico, cuenta actualmente con las suficientes garantías materiales para asumir el papel que realmente le corresponde dentro de la investigación prehistórica peninsular. Este artículo ha pretendido dar un definitivo impulso a los estudios que se realizan sobre la Edad del Bronce en el centro de la Meseta Sur.

Quiero agradecer a Juan Pereira Sieso e Ignacio Montero la atención prestada a este trabajo, a Manuel Fernández-Miranda las facilidades que me ha dado para consultar los materiales inéditos del proyecto "Indigenismo y Romanización en la Cuenca Media del Tajo", y a Jesús Carrobles, Juan Manuel Rojas, Ana Reviejo y Natalia Olmos por la información sobre los yacimientos documentados en el sector central de la cuenca media del Tajo.

BIBLIOGRAFÍA

- ALVARO, E. (1987) La Edad del Cobre en el valle del Tajo. *Carpetania* 1, p. 11-42.
- ALVARO, E.; PEREIRA, J. (1990) El Cerro del Bu, Toledo. *Actas del I Congreso de Arqueología de la provincia de Toledo*, p. 199-213.
- ALVARO, E.; MUNICIO, L.; PIÑÓN, F. (1988) Informe sobre el yacimiento de "Los Castillejos" (Las herencias, Toledo). *Actas del I Congreso de Arqueología de Castilla La Mancha* 2, p.181-192, Ciudad Real.
- BARRIO, C.; OLMOS, N. (1990) Un idolillo "violín" con perforación central, La Enacantada (Layos). *Actas del I Congreso de Arqueología de la provincia de Toledo*, p. 512-515.
- BOSCH GIMPERA, P. (1915) Adquisicions de la Colecció Vives, de Madrid. *Anuario del Institut d'Estudis Catalans*, 1913-1914, p. 875 y ss.
- CASIMIR, M. (1992) The dimension of territoriality: An Introduction. En CASIMIR, M.; RAO, A. *Mobility and Territoriality*, New York, p. 1-26.
- CASTAÑOS MONTIJANO, M. (1916) Nieblas de la primitiva historia de Toledo. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Tomo LXIX. Madrid, p. 5-15.
- CATALINA GARCIA, J. (1904) Exploraciones arqueológicas en el Cerro del Bu. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Tomo XLV. Madrid, p. 439-444.
- CARROBLES, J.; MUÑOZ, K.; RODRIGUEZ, S. (ep) El Calcolítico y la Edad del Bronce en la Cuenca Media del Tajo. *I Symposium de la Edad del Bronce de Castilla La Mancha*. Toledo, Diciembre de 1990.
- CASTILO, A. (1922) La cerámica incisa de la Cultura de las Cuevas de la Península Ibérica y el problema del origen la especie del vaso campaniforme. En el *Anuario de la Universidad de Barcelona*, 1922.
- CHAPMAN, R. (1991) *La formación de las sociedades complejas*. Crítica/Arqueología, Barcelona 411 p.
- DIAZ ANDREU, M. (1991) Social change in later prehistory in the southern plateau of

- the Iberian Peninsula. Paper presented in the *Annual meeting of Anthropology*, Chicago. Prehistory Press, p. 1-41.
- (1992) *La Edad del Bronce en el noreste de la Submeseta sur, un análisis sobre el inicio de la complejidad social*. Tesis Doctorales, Universidad Complutense. 632 p.
- DYSON-HUDSON,R.; ALDEN SMITH,E. (1978) Human territoriality: An ecological reassessment. *American Anthropology* 80, n.1 p. 21-41.
- DYSON-HUDSON,R.; DYSON-HUDSON,N. (1980) Nomadic pastoralism. *Annual Review of Anthropology* 9, p. 15-61.
- ENRIQUEZ NAVASQUES,J.J. (1990) *El Calcolítico o Edad del Cobre en la cuenca extremeña del Guadiana: Los Poblados*. Museo Arqueológico Provincial de Badajoz, Publicaciones 2, 303 p.
- FERNANDEZ MIRANDA, M.; MANGAS, J.; PLACIDO, D.; PEREIRA, J. (1990) Indigenismo y Romanización en la cuenca media del Tajo: Planteamiento de un programa de trabajo y primeros resultados. *Actas del I Congreso de Arqueología de la provincia de Toledo*, p. 15-65.
- GARCIA,T.; GUTIERREZ,M. (1992) Prospecciones en el Cerro de Torrejón (Malpica de Tajo). *Actas de las Primeras Jornadas de Arqueología de Talavera de La Reina y sus Tierras*, p. 321-330.
- GIBSON,D.; GESELOWITZ,M. (1988) The evolution of complex society in late prehistoric Europe. En GIBSON,D.; GESELOWITZ,M. *Tribe and polity in late prehistoric Europe*. p. 3-37.
- GILMAN,A.; THORNES, J. (1985) *Land use and prehistory in south east Spain*. London
- HALSTEAD, P.; O'SHEA, J. (1989) Cultural responses to risk and uncertainty. En HALSTEAD, P.; O'SHEA, J. *Bad year economics. Cultural responses to risk and uncertainty*, p. 1-17.
- HARRISON, R.J. (1974) Ireland and Spain in the Early Bronze Age. *Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland* 104, p. 52 y ss.
- I.G.M.E. (1986) *Mapa Geológico de España*. Toledo, E. 1:200.000, 21 p.
- JIMENEZ DE GREGORIO, F. (1950) Hallazgos arqueológicos en La Jara. *Archivo Español de Arqueología* XIII, p. 187-196 (1953) Hallazgos arqueológicos en La Jara. *Archivo Español de Arqueología* XXXVI, p. 371-379.
- JIMENO, A. (1988) Asentamientos de la Edad del Bronce en la provincia de Soria: Consideraciones sobre los contextos culturales del Bronce Antiguo. *Noticiario Arqueológico Hispánico* 30, p. 85-118.
- JOHNSON, A.; EARLE,T. (1987) *The evolution of human societies*. Stanford University Press, 360 p.
- MANN, M. (1986) *The sources of social power*. Cambridge University Press, Vol.1, 549 p.
- MARTIN MORALES,C.; FERNANDEZ MIRANDA,M.; FERNANDEZ POSSE,M.D.; GILMAN,A. (1993) The Bronze Age of La Mancha. *Antiquity* 67, p. 23-45.
- MARTINEZ SANTA-OLALLA,J. (1951) El "Crannog" de la laguna de El Acequión en la provincia de Albacete. *Anales del Seminario de Historia y Arqueología de Albacete* 1, p. 5-12.
- MUÑOZ,K. (ep.) El poblamiento desde el Calcolítico a la I Edad del Hierro en el valle medio del Tajo. *Complutum* 4, Universidad Complutense de Madrid.
- MUÑOZ JIMENEZ,J. (1976) *Los Montes de Toledo: Estudios de Geografía Física*. Instituto El Cano (C.S.I.C.) Oviedo, 500 p.

- NAJERA, T. (1984) La Edad del Bronce en La Mancha Occidental. *Resumen de tesis doctorales*, Universidad de Granada, p. 5-29.
- PEINADO, M.; MARTINEZ, J. (1985) *El paisaje vegetal de Castilla La Mancha*. Monografías 2, 229 p.
- PEREIRA, J.; ALVARO, E. (1990) El enterramiento de la casa del Carpio, Belvís de La Jara (Toledo). *Actas del I Congreso de Arqueología de la provincia de Toledo*, p. 217-234.
- RENFREW, C. (1986) Peer Polity Interaction and socio political change. En RENFREW, C.; CHERRY, J. *Peer Polity Interaction and socio political change*. p. 1-18.
- REYES TELLEZ, F.; REYES TELLEZ, J.; MENENDEZ, M.L. (1987) El yacimiento del Bronce Medio del Cerro del Obispo, Castillo de Bayuela, Toledo: Ensayo de tipología. *XVII Congreso Nacional de Arqueología*, Zaragoza 1987. p. 437-448.
- ROJAS, J.M. (1984) *El vaso campaniforme en la provincia de Toledo*. Inédita. Memoria de licenciatura, Universidad Complutense.
- (1988) El Cerro de El Peñón, una atalaya de la Edad del Bronce. *Homenaje a Jiménez de Gregorio*, Toledo. p. 85-96.
- ROJAS, J.M.; RODRIGUEZ, S. (1990) El Guijo: Aportación al estudio del Calcolítico y la Edad del Bronce en la Cuenca Media del Tajo. *Actas del I Congreso de Arqueología de la provincia de Toledo*, p. 165-198.
- RUIZ TABOADA, A. (ep.) Producción y explotación económica en las estribaciones nororientales de los Montes de Toledo durante la Edad del Bronce. *Complutum 4*, Universidad Complutense de Madrid.
- SACK, R. (1986) *Human Territoriality, its theory and history*. Cambridge University Press.
- SHERRAT, A. (1981) Plough and pastoralism: aspects of the secondary products revolution. En HODDER, I.; ISAAC, G.; HAMMOND, N. *Pattern of the past*. p. 261-305.
- VAZQUEZ GONZALEZ, A.; ASENSIO, I.; GONZALEZ MARTIN, J.A. (1991) La Meseta Toledana y el valle medio del Tajo. *Guía de Castilla La Mancha*, Junta de Comunidades de Castilla La Mancha, p. 373-388.
- WEBSTER, G. (1990) Labor control and emergent stratification in Prehistoric Europe. *Current Anthropology* 31 (4), p. 337-366.

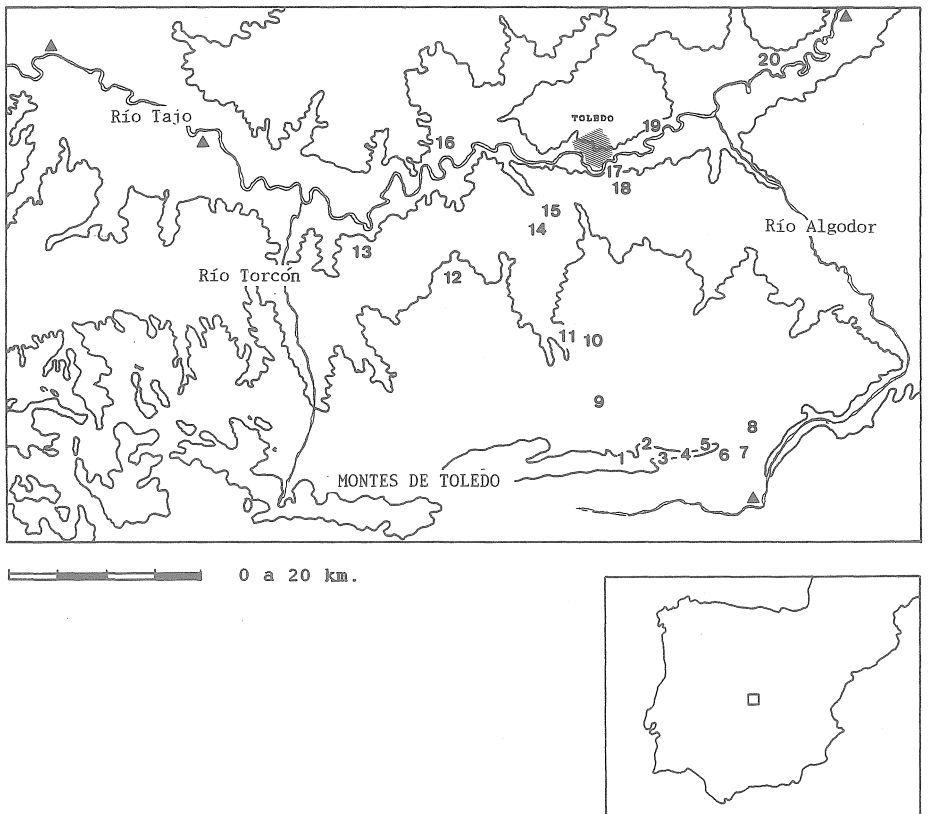


Fig. 1 — Distribución de los poblados y de las prospecciones intensivas (▲), en la Cuenca Media del Tajo.

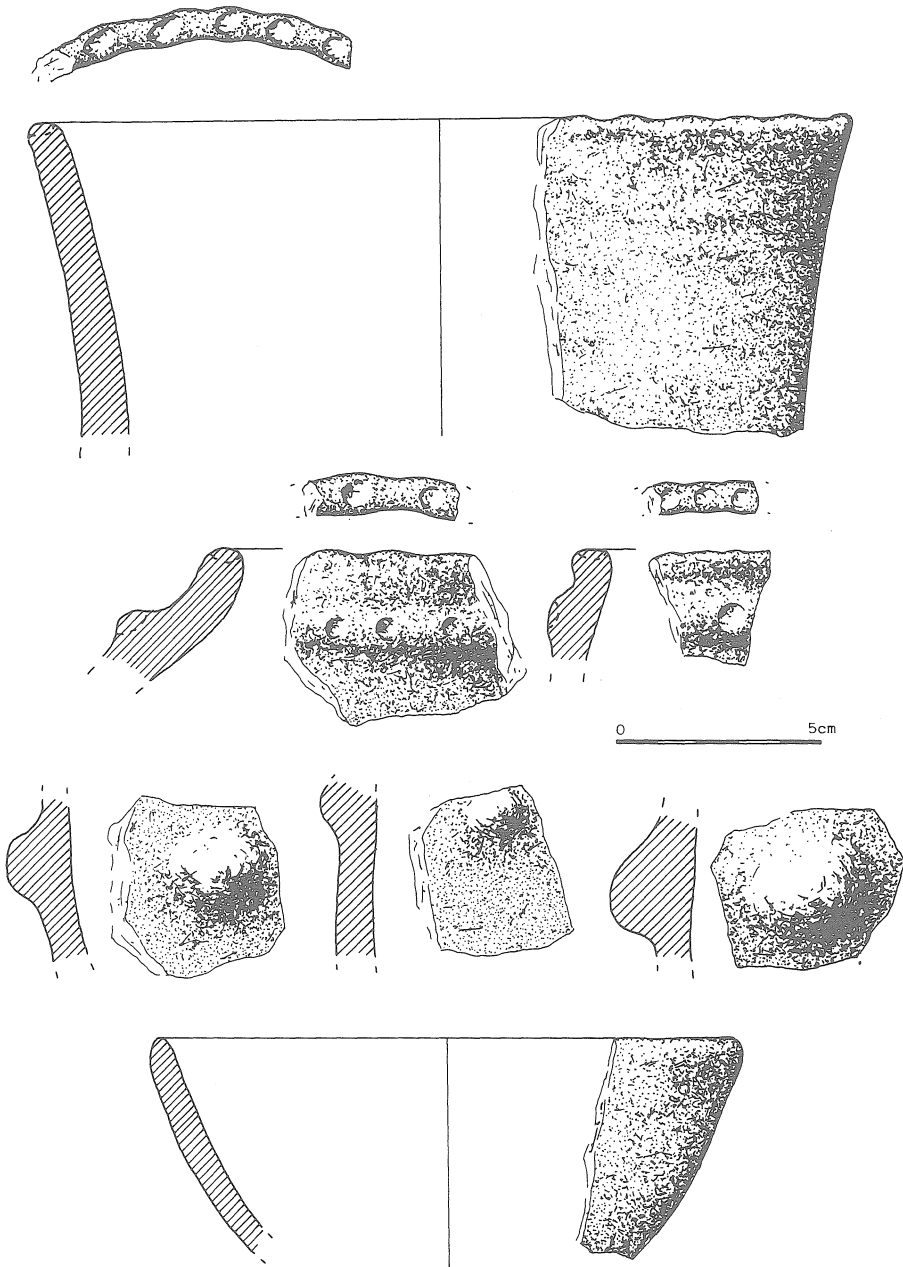


Fig. 2 — Yacimiento de Sotocochinos II.

EL TRABAJO DEL MARFIL DURANTE EL BRONCE FINAL Y LA EDAD DEL HIERRO EN LA MITAD NORTE PENINSULAR

por

Blanca Pastor Vélez*

Resumen: Se estudian diez objetos fabricados sobre marfil, procedentes de diez yacimientos con niveles del Bronce Final y I Edad del Hierro, localizados en Alto y Medio Ebro. Sobre esta base se analizan, además de los caracteres morfológicos y técnicos, el posible origen de la materia prima y su difusión en la Península Ibérica durante la prehistoria reciente.

Palabras-clave: Marfil. Protohistoria. Península Ibérica.

I. INTRODUCCION

El marfil ha sido considerado en muchas ocasiones al margen en los estudios sobre industria ósea. Esto es por ser considerado un material noble, tanpreciado como el oro o la plata, y, en consecuencia, empleado generalmente para la fabricación de objetos muy elaborados¹. El carácter de prestigio vendría dado por su apariencia porcelanosa, translúcida y brillante, y por su exotismo, al ser un material de procedencia lejana.

Sin embargo, la constatación del uso mayoritario del marfil para crear objetos con un cierto sentido artístico, no significa que el marfil no haya sido empleado para fabricar útiles comunes, ya que, en general, no existen tipos específicos fabricados exclusivamente sobre marfil.

Repasando de forma somera el empleo de las materias ebúrneas en la Península Ibérica durante los tiempos anteriores a la etapa romana, comprobamos que su uso ha sido habitualmente escaso.

* Becaria de F.P.I. del Gobierno Vasco. Universidad del País Vasco. Vitoria.

¹ Como apoyo a esta idea cabría señalar la afirmación de Foltiny de que en una primera etapa el marfil era en Egipto un monopolio real (FOLTINY 1967: 14).

Son muy pocos los utensilios del Paleolítico Superior elaborados sobre marfil.

Posteriormente, con la neolitización cesan las noticias sobre hallazgos de restos de marfil² y no vuelven a localizarse hasta la llegada del campaniforme.

Aprovechando las amplias redes comerciales de las gentes campaniformes llegarán materias primas exóticas, entre ellas el marfil, incluso a los rincones más alejados de la Península Ibérica. De este modo se abastecería la creciente necesidad de bienes de prestigio por parte de sociedades cada vez más jerarquizadas.

La fuente de aprovisionamiento de marfil más próxima a la Península Ibérica es el norte de Africa. R.J. Harrison defiende una cronología temprana para el inicio de las relaciones comerciales entre el sureste hispano y el noroeste africano -precampaniforme- y una amplia perduración -a lo largo de varias centurias- (HARRISON, R. J. 1977: 39). El problema que plantea este comercio es que se trata de un intercambio asimétrico. Mientras en la Península son relativamente numerosos los objetos de marfil, en Africa son escasos los hallazgos campaniformes y, salvo excepciones (SOUVILLE, G. 1984: 242), se circunscriben a las zonas costeras³. Por otra parte, en el norte de Africa no parece haber una tradición de trabajo del marfil. Allí los colmillos de elefantes parecen una materia prima con el mismo valor que el hueso (HARRISON, R.J.1977:41).

Sin embargo, la eclosión de los trabajos de eboraria tendrá lugar en el primer milenio antes de Cristo, en el periodo de la colonización fenicia del Mediterráneo Occidental. Además de la presencia de objetos acabados procedentes de Oriente, conocemos elementos de esa etapa que inducen a pensar en la existencia de talleres artesanos locales o fenicios ubicados en la costa mediterránea ibérica, pero continuadores de la tradición fenicia (AUBET, M.E. 1979). Es entonces cuando comienza una explotación sistemática de los elefantes del norte de Africa. Paralelamente, durante el Bronce Final y la I Edad del Hierro en las áreas peninsulares alejadas del Mediterráneo, la utilización del marfil es muy reducida. La bibliografía consultada no aporta datos sobre útiles concretos, existiendo sólo vagas referencias a mangos. Únicamente conocemos la noticia de fíbulas decoradas con piezas de marfil localizadas en la necrópolis de La Yunta (Guadalajara) (GARCIA HUERTA, R. 1988: 98).

La misma situación se repite en el resto de Europa, donde sólo se conocen algunos objetos, como un pomo de espada de hierro procedente de la necrópolis de Hallstatt (AA.VV. 1987: 68).

² H. CAMPS-FABRER (1968: ficha 51) define el tipo 51, colgante, del siguiente modo: *Objet en os ou en ivoire, de forme quelconque, caractérisé par une perforation destinée au port de l'objet et non semble-t-il à une utilisation technique*. Su repartición cronológica y geográfica corresponde al neolítico norteafricano.

³ En Africa no se conocerá el metal hasta la época púnica.

A través de los autores clásicos tenemos noticia del conocimiento por parte de los celtíberos, no sólo del marfil, sino de los propios elefantes, utilizados por los romanos con fines militares. Esta idea podría apoyarse en la posible representación de una figura de elefante en una fíbula recogida en la escombrera de la Cruz de San Pelayo de Roa (Burgos) (SACRISTAN DE LAMA, J.D. 1986: 211-212)⁴. Otro dato, de validez no probada, es la representación de un segundo elefante en la cueva de Domingo García (Segovia), donde R. Lucas identificó un conjunto heterogéneo de grabados que abarcan desde el Bronce a la Edad Media (LUCAS, R. 1973).

En época romana el marfil, básicamente de elefante, se localiza en todos los lugares del imperio. Su importancia fue tal que incluso autores clásicos hacen referencia al comercio del marfil. Plinio en su *Historia Natural* informa del exagerado consumo del marfil, que ya en época de Augusto llevó a buscar nuevas fuentes de aprovisionamiento (KRZYSKOWSKA, O. 1990: 6, 7 y 13). Finalmente, el mayor uso del marfil se produjo durante la Edad Media, cuando existen talleres bien documentados. En esos momentos comenzó a utilizarse también el marfil de morsa (GREEP, S.J. 1987: 4).

La revisión exhaustiva del utillaje óseo de los yacimientos del Bronce Final y Edad del Hierro del Alto-Medio Ebro y zona nororiental de la Meseta Norte -constituye el núcleo central de nuestra tesis doctoral, en avanzado estado de elaboración- nos llevó a identificar 6 objetos de marfil cuyo estudio particular presentamos en estas páginas⁵.

II. EL MARFIL

Antes de abordar la descripción técnica y formal de los útiles objeto de estudio consideramos preciso señalar algunos rasgos morfológicos distintivos del marfil, fácilmente observables, con el fin de facilitar la identificación de los soportes empleados en cada caso.

El marfil propiamente es sólo la dentina de los colmillos de elefante. No obstante, el término se extiende a la dentina de hipopótamos, morsas, ballenas etc.

⁴ En el ataque de Nobilior a Numancia, en el 153 a. C., utilizó 10 elefantes, uno de los cuales se desmandó (Apiano, *Iberia* 46). También Escipión empleó elefantes contra Numancia (Apiano, *Iberia* 89).

⁵ Aprovechamos la oportunidad para agradecer su atención y ayuda a los directores de los museos donde se hallan depositados estos objetos: Dra. A. Baldeón (Museo Provincial de Arqueología de Alava), Dra. M. Angeles Mezquíriz (Museo de Navarra) y Dr. J.L. Argente Oliver (Museo Numantino).

1. Marfil de elefante

1.1. Estructura interna y criterios de identificación

Los colmillos de elefante son los terceros incisivos superiores, transformados en largas defensas alojadas en fuertes premaxilares muy desarrollados. Son dientes de crecimiento continuo -presentes en machos y hembras en las especies africanas y sólo en machos en las asiáticas-, macizos, excepto en el tercio proximal, ocupado por la cavidad pulparia y formados principalmente por dentina -el cemento sólo cubre la parte exterior de la base-. La característica estructura de *cone-within-cone*, claramente definida por T.K. Penniman en 1952⁶ (PENNIMAN, T.K. 1952: 15), se debe a la sucesiva formación de capas de dentina calcificada que invaden la cavidad pulparia.

Con el fin de facilitar la identificación de los fragmentos de marfil, diversos autores han descrito el aspecto de la superficie en los cortes transversales y longitudinales de un colmillo:

1)- Las secciones transversales muestran un sistema formado por el cruce de líneas curvas radiales producidas por la alternancia de bloques tubulares de dentina cóncavos y convexos (O'CONNOR, S. 1987: 13). A juicio de Penniman estos tubos, de una pulgada de diámetro, serían unos 1500 aproximadamente (PENNIMAN, T.K. 1952: 13).

2)- En ocasiones las secciones transversales muestran también anillos concéntricos, más bien ovoides y bastante espaciados entre sí, que representan de 6 a 8 años de crecimiento (KRZYSKOWSKA, O. 1990: 34). Coincidiendo con estas líneas es muy común que se produzcan fracturas.

3)- Las secciones longitudinales dejan al descubierto líneas rectas continuas y paralelas. En ocasiones -sobre todo en las zonas más próximas a la superficie- son algo sinuosas y con largas y ligeras nubes más blancas y opacas intercaladas (PENNIMAN, T.K. 1952: 14). También, aunque en menor medida, existen fracturas laminares.

1.2. Dispersión

Las características reseñadas son generales y por tanto válidas para todas las especies de elefantes, ya que no es nuestro objetivo plantear las diferencias entre los tipos asiáticos y africanos, y dentro de los africanos entre los de

⁶ Este autor fue uno de los primeros en abordar en profundidad el análisis de la estructura del marfil, efectuando cortes transversales y longitudinales y fotografías con lentes de aumento, para observar las diferencias estructurales entre los distintos tipos de marfil.

llanura -*Loxodonta africana africana*- y los pequeños del norte de Africa -*Loxodonta africana cyclotis*-. De estos últimos procedería, probablemente, la mayor parte del marfil transformado en la península.

A partir de referencias de los autores clásicos y de otras fuentes, tenemos noticias de que la raza pequeña de elefantes, *Loxodonta africana cyclotis*, se localizó en Marruecos, Libia y Egipto. Si bien en Egipto desaparecen al iniciarse la etapa dinástica, en la zona occidental se mantienen hasta bien adentrada la época romana, cuando se extinguirán definitivamente a causa de la explotación intensiva realizada por los romanos⁷.

Posteriormente, la reducción del suministro norteafricano llevaría probablemente al desarrollo de Etruria como principal área de abastecimiento de marfil (KRZYSKOWSKA, O 1990: 16-18), centralizando los envíos procedentes de diversas zonas, pero principalmente de Sudán.

2. Otros tipos de marfiles

Además de los elefantes, otros animales poseen desarrolladas defensas cuya materia también ha sido denominada marfil. Entre ellos se incluyen los hipopótamos, morsas y mamuts. Los caninos e incisivos de hipopótamos son fácilmente identificables por su forma y tamaño, los colmillos de morsa no se emplearon en el sur de Europa hasta la Alta Edad Media y los mamuts se extinguieron al finalizar la glaciación Würmiense -los restos fósiles no pueden ser trabajados (PENNIMAN, T.K. 1952: 21-22)⁸.

No profundizaremos en su descripción morfológica porque no afectan a nuestro estudio.

⁷ Hasta fecha indeterminada en las grandes islas del Mediterráneo (Sicilia, Chipre, etc.) se conservó una raza de elefantes enanos. Hacia el s. IV d.C. los elefantes del norte de Africa están agotados en el s. VII d. C. totalmente extinguidos (KRZYSKOWSKA, O.1990: 18). En el este de Sudán los elefantes sobreviven hasta el s. XIX. Son una raza pequeña similar a la utilizada por los cartagineses.

En la actualidad los elefantes más septentrionales del occidente africano se localizan en Mauritania (KRZYSKOWSKA, O.1990: 29).

⁸ A principios de siglo algunos autores sugirieron la posibilidad de que los hallazgos peninsulares de marfil procediesen de sedimentos fósiles (ARRIBAS, A. 1977: 64). Esta hipótesis fue rechazada a partir del estudio de T.K. Penniman, quien puso de relieve las dificultades que plantea el trabajo de marfiles fosilizados (PENNIMAN, T.K. 1952: 21-22).

III. ANALISIS DE LOS MATERIALES

1. Peñas de Oro

1.1. Localización

El poblado alavés de la Peñas de Oro (Vitoriano) fue descubierto en 1918 y excavado en 1934 por J.M. de Barandiarán y entre 1964 y 1965 por el equipo integrado por J.M. Ugartechea, A. Llanos, J. Fariña y J.A. Agorreta (1965). Los trabajos se desarrollaron en cuatro zonas, donde se identificaron niveles correspondientes al Bronce Final y I Edad del Hierro.

En capas superiores hay niveles con indicios de una ligera aculturación celtibérica y de ocupaciones posteriores en época romana y durante la Edad Media.

La pieza de marfil fue localizada en el nivel III de Escotilla II, de modo que corresponde al Bronce Final (s. VIII a.C.), según la interpretación de los autores de la excavación.

1.2. Descripción morfológica (Fig. 2: 3)

Objeto de morfología compleja que podemos dividir en dos cuerpos. El distal es semicilíndrico y se encuentra rematado en la cara distal por un plano horizontal liso, obtenido por un aserrado efectuado desde la cara superior, como indican las huellas conservadas.

En el cuerpo proximal, sensiblemente ensanchado respecto al anterior, se abren dos perforaciones cilíndricas de buen acabado -probablemente obtenidas por perforación bipolar con regularizado posterior- situadas en los extremos laterales. Otra particularidad es la delineación sinuosa y simétrica de la cara proximal, con tres muescas enlazadas, la mayor más amplia que las anteriores y creadas por un aserrado curvo regularizado con posterioridad.

Finalmente señalaremos que la cara superior de la pieza es convexa y lisa, a causa del suave pulimento, mientras que la inferior es plana y conserva señales, a modo de pequeños escalones, de un aserrado vertical de sentido izquierdo.

Dimensiones: 21x56,5x6,5 mm.

1.3. Materia prima

Existen claros indicios de que la materia prima empleada es el marfil de elefante. Además del aspecto porcelanoso y brillante, por un lado, la grieta

ligeramente curva que recorre de forma longitudinal el interior de la pieza refleja la estructura de *cono en cono*, al igual que las curvas concéntricas observadas en los laterales del cuerpo distal de la cara superior, que aparecen aquí por tratarse de planos oblicuos (Lám. I: 1 y 2).

En consecuencia el soporte original sería un fragmento rectangular apaisado extraído de la parte más ancha del colmillo debido a la amplitud de la curvatura de la grieta. Su amplitud discrimina, junto a otros factores, que se trate de un tipo de marfil que no sea de elefante.

1.4. Interpretación

Probablemente se trate de una de las cachas correspondientes a la parte proximal de la guardia de un puñal. Según los autores de la excavación se trataría de un puñal tipo Mörigen (GAUCHER, G. y MOHEN, J.-P. 1972: 42.3), sin embargo, aunque la guardia tiene los brazos muy abiertos, la parte proximal no es rectilínea con una muesca central estrecha y profunda, si no que está formada por tres amplias y poco profundas concavidades. En consecuencia, no podemos determinar de forma concreta el tipo de espada o puñal al que pertenecía esta pieza.

2. Kobairada

2.1. Localización

Cueva emplazada en el término municipal de Subijana-Morillas, en un escarpe de la Sierra de Arkamo. Descubierta en 1938 por D. Fernández Medrano, no fue excavada hasta 1958, cuando J.M. de Barandiarán efectuó una breve campaña que no le permitió extraer conclusiones. Más tarde, en 1964, J.M. Apellániz reanudó los trabajos.

Si bien no es posible relacionar los niveles de J.M. de Barandiarán con los establecidos por J.M. Apellániz, ambos identifican un único nivel geológico que subdividen en tres capas de forma arbitraria (APELLANIZ, J.M. 1973: 89-97).

La primera podría corresponder a una ocupación funeraria de época tardorromana, tal vez revuelta.

La segunda, probablemente también funeraria, es datada por J.M. Apellániz en la transición de la Edad del Bronce a la Edad del Hierro, ante la ausencia de restos romanos y de sílex. Sin embargo, nuestra revisión de todos los materiales

nos lleva a adelantar la cronología de esta capa debido a la presencia de un clavo de hierro y de un fragmento de cacha fabricada sobre asta de ciervo decorada con círculos y manchada en la cara inferior con óxido de hierro por el contacto original con la hoja del cuchillo que enmangaría.

El último subnivel podría situarse cronológicamente entre el Bronce Medio y el Bronce Final, con una industria característica de Cogotas I. Existen varios elementos materiales que apoyan esta hipótesis: un fragmento de cerámica con decoración de boquique, hasta ahora no identificado (Fig. 3), un elemento de hoz, un raspador, varios fragmentos cerámicos con decoración de zig-zags incisos y un botón de perforación en v.

2.2. Descripción morfotécnica (Fig. 2: 2)

Fragmento de prisma triangular corto con restos de una perforación en v en la cara más amplia.

Desde el punto de vista técnico el prisma sería definido inicialmente por aserrado de las distintas caras y acabado posteriormente con un fino lustrado. La perforación, cilíndrica y oblicua, parece haber sufrido una ampliación posterior que desgastó el vértice interior de la v. Dicho desgaste pudiera estar relacionado con el movimiento pasante de un hilo de una perforación a otra (Lám. II: 1).

Las dimensiones del fragmento, extraordinariamente grande, son 12,5x24,5x12,3 mm. de modo que la pieza completa alcanzaría más de 3,5 mm de longitud en el plano donde se localizan las perforaciones.

2.3. Materia prima

Existe una serie de caracteres claramente observables en la lámina II que indican sin duda que la materia prima es marfil de elefante.

El plano oblicuo de fractura, derecho, muestra una superficie ondulada, formado por líneas rectas continuas. S. O'Connor señala que en el marfil seco son habituales las fracturas entre los conos sucesivos que forman el marfil. Las caras de estas fracturas están finamente onduladas, algunas de forma marcada. Estas ondulaciones son paralelas al eje longitudinal (O'CONNOR, S. 1987: 13).

El segundo plano oblicuo refleja las típicas líneas curvas entrecruzadas del corte transversal de un colmillo, producidas por la alternancia de bloques tubulares de dentina cóncavos y convexos (O'CONNOR, S. 1987:13).

2.4. Interpretación

Este objeto ha recibido distintas interpretaciones. J.M. Apellániz lo consideró un colgante triangular de madera (1973: 97). T. Andrés fue la primera que indicó la posibilidad de que se tratase de un botón, sin aportar referencias respecto a su materia prima (1981: 153). Por último, C.L. Pérez y C. López admiten que se trata de un botón de perforación en v prismático, pero califican la materia prima, con dudas, de azabache (1986: 170).

En general, resulta admitido que los botones prismáticos de perforación en v son tipos de origen pirenaico oriental, cuya distribución se centra en Cataluña y el Midi francés. Sin embargo, este tipo de origen campaniforme tendrá una amplia difusión geográfica y temporal.

Desde el punto de vista geográfico, en el País Vasco se han localizado botones prismáticos en Gurpide sur, Sakulo, Zeontza y Los Husos. También en Moncín, en el Valle Medio del Ebro.

Cronológicamente hallazgos como los de Moncín y Kobairada indican que nos encontramos ante un tipo de amplia perduración, llegando incluso hasta el Bronce Final. Un caso excepcional es la presencia de un botón piramidal en el yacimiento ibérico de Mas del Pi (Benicasi) (ESTEVE, F. 1965: 58).

En marfil los únicos botones prismáticos que hemos localizado son los de Sákulo (PEREZ, C.L. Y LOPEZ, C. 1986: 170) y La Joquera (ESTEVE, F. 1965: 50).

3. Castillo de Henayo

3.1. Localización

En el término de Alegría, en la zona alta de un cerro se encuentra este poblado. Entre 1969 y 1970 A. Llanos, J.M. Apellániz, J.A. Agorreta y J. Fariña (1975) efectuaron dos campañas de excavación. Identificaron 5 niveles que se inician en el Bronce Final y terminan antes de la etapa celtibérica.

Desconocemos la localización concreta del objeto dentro del yacimiento.

3.2. Descripción morfofónica (Fig. 2: 4)

La pieza es un fragmento con forma de prisma rectangular (truncopiramidal), creada por aserrados transversales bidireccionales convergentes, de las caras distal y proximal, y longitudinales, de las caras superior, inferior y laterales.

Dimensiones: 29,2x18,2x12,2 mm.

3.3. Materia prima

El exterior del este objeto no muestra indicios tan claros que permitan identificar la materia prima como marfil -en los extremos distal y proximal las marcadas huellas de aserrado borran los indicios de retícula-, pero existe una grieta longitudinal que divide el prisma en dos mitades, dejando al descubierto la característica superficie ondulada formada por líneas continuas longitudinales y un aspecto mate. S. O'Connor describe este tipo de fracturas, entre conos sucesivos de dentina, del mismo modo (1987: 13).

Por otro lado, las caras dextra y senextra reflejan líneas rectas paralelas, con largas y ligeras nubes más blancas y opacas entre ellas, similares a las observadas por T.K. Penniman (1952: 14) (Lám. II: 2).

En consecuencia, todos estos datos indican que nos encontramos ante marfil de elefante.

3.4. Interpretación

Se trataría, no de una pieza acabada, si no de una matriz para la elaboración de un objeto.

4. Alto de la Cruz

4.1. Localización

El emblemático yacimiento del Alto de la Cruz se encuentra a las afueras del actual pueblo de Cortes, a orillas del Ebro. Las excavaciones se iniciaron en 1947 a manos de B. Taracena. Continuaron tras su muerte L. Vázquez de Parga y Gil Farrés, y desde 1953 quedó a cargo de J. Maluquer de Motes, que retomó en 1983 las tareas y después desde 1986 hasta su muerte. En la actualidad con G. Munilla y F. García continúan los trabajos de excavación.

Tradicionalmete, a partir del Estudio Crítico de Maluquer se han distinguido en Cortes tres poblados sucesivos, cada uno de ellos con dos fases diferentes, abarcando un marco cronológico del 850 al 350 a. C. Esta secuencia podrá ampliarse cuando concluyan las excavaciones que se desarrollan en la actualidad ya que uno de sus objetivos es profundizar en el conocimiento de los niveles inferiores.

La pieza fue localizada en el nivel B (IV) de O. Gil Farrés, en la habitación 46, que corresponde al PIIB de J. Maluquer (725-550 a.C.).

4.2. Descripción morfotécnica (Fig. 1: 2)

Semicilindro alargado, muy regular y recto, de sección transversal perfectamente semicircular, excepto en la zona proximal, donde existe un fuerte ensanchamiento bilateral. La cara superior es lisa, a causa del pulimento, mientras que la inferior es plana y presenta una superficie algo irregular, con un aspecto escamoso producido por un cepillado pluridireccional corto.

En el centro y alineadas longitudinalmente, se localizan tres pequeñas perforaciones cilíndricas, efectuadas por rotación circular. Las dos de los extremos se perforaron únicamente desde la cara inferior, como lo refleja el ligero abultamiento observado a su alrededor.

La perforación central no conserva el abultamiento, ya que fue eliminado por un corto aserrado longitudinal de sentido distal, originando una superficie plana, a partir de la cual se completó la perforación.

Las caras distal y proximal son planos lisos, obtenidos por aserrado transversal. La distal es un plano semicircular y la proximal uno subrectangular alargado, incompleto.

Dimensiones: 84,3x33,3x9,7 mm.

4.3. Materia prima

Son varios los caracteres que indican que la materia prima empleada es el marfil. Por una parte, la estructura en capas concéntricas de amplia curvatura -correspondería a un colmillo de más de 7 cm de diámetro-, reflejada en las grietas observables tanto en la cara distal como en la proximal.

Por otra, la cara superior muestra una superficie cubierta de círculos concéntricos, similares a los visibles en la cara superior de la pieza de las Peñas de Oro.

La matriz posiblemente se extrajese de la parte del colmillo más próxima a la raíz. Esto es por la amplitud del diámetro mínimo y porque en la parte proximal de la cara inferior existen indicios de la cavidad pulparia.

4.4. Interpretación

La forma del útil puede identificarse con la de una cachá, tal vez de un cuchillo o de otro instrumento similar, de hierro⁹. Esta interpretación es corro-

⁹O. Gil Farrés interpretó esta pieza como un "mango de madera, muy recio" (GIL FARRÉS, O. 1954: 114).

borada por la conservación de un remache de hierro en el interior de la perforación central y por la tonalidad anaranjada de la cara inferior.

5. El Castillar de Mendavia

5.1. Localización

Yacimiento situado en la Ribera Navarra del Ebro. Las excavaciones, iniciadas en 1972 por R. García Serrano y continuadas después por A. Castiella -a partir de 1977 y durante tres etapas- han permitido a la profesora navarra identificar tres poblados que sitúa cronológicamente entre el Bronce Final y la I Edad del Hierro.

La pieza de marfil fue localizada en la zanja 12, dentro de un estrato correspondiente P III, es decir, al poblado más reciente de la I Edad del Hierro (CASTIELLA, A. 1979: 106).

5.2. Descripción morfotécnica (Fig. 1: 1)

Objeto semicilíndrico con la cara superior convexa, dividida por tres bandas transversales en relieve, con un ensanchamiento central romboidal y aplanado, que marcan dos zonas rebajadas por pulimento más intenso.

La cara inferior es plana, conservando amplias estrías del aserrado longitudinal oblicuo y con un amplio canal central, excepto en el extremo distal, donde el canal termina en una suave curva. Dicho canal, totalmente artificial, se obtuvo por la combinación de la técnica de incisión longitudinal de los laterales, como reflejan las líneas conservadas, y vaciado de la zona central, mediante un útil de extremo convexo, comenzando desde la parte proximal. Los extremos son pseudo-planos transversales lisos, de forma semicircular el distal y convexo-cóncavo el proximal, regularizados por un pulimento que oculta las huellas de un posible aserrado anterior.

Dimensiones: 78,4x25,5x8,8 mm.

5.3. Materia prima

El fuerte espesor del soporte, su aspecto brillante y translúcido, la presencia de la característica estructura de círculos concéntricos en la cara superior, unido a las grietas longitudinales equidistantes que cubren toda la pieza y a las

líneas longitudinales rectas de los tubos de dentina, definen esta materia como marfil (CASTIELLA, A. 1979: Lám. 3: 5 y 6).

5.4. Interpretación

Carecemos de datos que permitan formular hipótesis interpretativa alguna.

6. Numancia

6.1. Localización

El emplazamiento de la ciudad celtibérica y romana de Numancia se conoce desde el siglo XVIII. Poco después se iniciaron las primeras excavaciones, aunque no tuvieron un carácter oficial hasta mediados del siglo XIX, cuando se creó una Comisión. A partir de esta fecha y hasta la actualidad se han desarrollado numerosas campañas de excavación dirigidas por arqueólogos como: E. Saavedra, A. Schulten, M. González Simancas, J.R. Mélida, B. Taracena, F. Wattenberg, J. Zozaya y A. Jimeno.

Sobre la localización del objeto de marfil el único dato que poseemos es la referencia del inventario depositado en el Museo Numantino, que se limita a señalar su pertenencia a la etapa celtibérica.

6.2. Descripción morfológica (Fig. 2: 1)

El objeto forma una especie de prisma rectangular aplanado, con un saliente proximal dextro, dentro del que pueden diferenciarse tres zonas. La distal es un rectángulo de sección transversal rectangular, con una ranura longitudinal atravesada por dos perforaciones transversales alineadas. La zona medial, también de sección rectangular, presenta la cara senextra rectilínea y la dextra cóncava. Por último, la parte proximal, con sección transversal de tendencia ojival, muestra el lado derecho del tramo superior muy destacado por una fuerte convexidad.

Técnicamente la pieza se obtuvo por aserrados transversales de los extremos, seguidos de otros longitudinales de las caras superior e inferior y de la ranura distal. Los laterales se regularizaron mediante un raspado, que tal vez haya ocultado un aserrado previo.

El acabado de la pieza, una vez perforada cilíndricamente, se realizó mediante pulimento.

Dimensiones: 80x30x11 mm.

6.3. Materia prima

La zona distal de la cara superior se encuentra exfoliada, de modo que deja al descubierto una fractura de superficie sinuosa, con líneas longitudinales rectas, paralelas y opacas.

Es el mismo tipo de fractura que el producido en las piezas de Kobairada y Henayo, es decir, longitudinal, coincidiendo con la unión entre los conos que forman la estructura interna del colmillo.

6.4. Interpretación

Las manchas de óxido de hierro, visibles en la perforación distal, confirman la hipótesis de que la pieza es el mango de un objeto de hierro, que estaría enmangado mediante una espiga de hierro aplanada, sujeta por dos remaches. No conocemos paralelos exactos en el área de expansión de la cultura celtibérica para este tipo de mangos. Sin embargo, tanto en Numancia como en otros yacimientos con niveles celtibéricos, La Hoya o los Castros de Lastra, se documentan objetos cilíndricos de asta de ciervo con ranuras longitudinales en la zona distal perforadas transversalmente y a menudo conservando remaches de hierro o incluso hojas de hierro.

IV. CONCLUSIONES

Los seis objetos presentados proceden de seis yacimientos diferentes, cinco de ellos del Valle Medio del Ebro y el sexto de la zona oriental de la Meseta Norte. Los del Valle del Ebro proceden de niveles atribuidos al Bronce Final y I Edad del Hierro, es decir, datables en torno a la primera mitad del último milenio a. C.

La única pieza de marfil considerada celtibérica es la recuperada en Numancia. Respecto a la tipología, podemos indicar que a pesar de lo reducido del número de piezas de marfil conocidas en la mitad norte peninsular, la variedad tipológica parece amplia.

Por un lado en Kobairada se recuperó un botón de perforación en v prismático. Por otro, en las Peñas de Oro se localizó la guardia de una espada y en Cortes y Numancia dos mangos. Finalmente, en el Castillar de Mendavia A. Castiella

recogió un objeto de tipología indeterminada.

A nivel tecnológico no se observan variaciones significativas con las técnicas de trabajo del hueso¹⁰. Para el desbastado se aplica fundamentalmente el aserrado, efectuado con instrumentos metálicos. El regularizado posterior en la mayor parte de los casos se efectúa mediante un fino pulimento.

Las perforaciones analizadas son tanto de un sólo sentido -puede observarse en la pieza de Numancia y en las perforaciones de los extremos del objeto de Cortes- como bipolares -así es la perforación central del mango de Cortes.

En todos los casos descritos el estudio detallado de la materia, después de comparar los caracteres observables con las descripciones y fotografías efectuadas por numerosos autores especialistas en el tema, nos permite concluir que los 6 objetos han sido fabricados sobre marfil de elefante.

En el estado actual del conocimiento no es posible determinar con seguridad el origen concreto del marfil empleado, pero sí podemos aventurar que probablemente proceda de elefantes norteafricanos.

El noroeste de Africa constituyó la principal fuente de aprovisionamiento de marfil de la Península Ibérica, desde momentos precampaniformes, a causa de su proximidad. Allí los elefantes sobrevivieron hasta bien avanzada la etapa romana.

Una segunda posible fuente de aprovisionamiento, a partir del primer milenio antes de Cristo, sería el marfil oriental, importado por los fenicios a sus colonias del Mediterráneo Occidental. Sin embargo, es poco probable que en cronologías tan tempranas como las del Castillo de Henayo o Cortes llegasen hasta el Alto Ebro objetos fenicios.

Otro tema comunmente tratado en las publicaciones relacionadas con el marfil, es si el comercio se efectuó en bruto o con objetos acabados. El hallazgo del Castillo de Henayo, un prisma rectangular simplemente aserrado y la frecuencia de aparición en la zona de objetos de tipologías similares pero fabricados sobre asta de ciervo, parecen indicar que el marfil llegó en bruto, siendo transformado después por artesanos locales, aplicando las mismas técnicas que para el trabajo del hueso.

En resumen, las piezas que ahora presentamos ofrecen un doble interés. Por un lado apuntan la existencia de algún tipo de relaciones, directas o indirectas, con Africa y, por otro, la sencillez y el carácter utilitario de estos instrumentos refleja una transformación local de los soportes y cuestiona en cierta medida la pretendida *nobleza* del marfil.

¹⁰ El hueso, el asta y el marfil poseen índices de dureza similares en la escala de Mohs, de 1,5 a 2,5 (KRZYSKOWSKA, O. 1990: 8).

Al margen de estas conclusiones, el estudio de este reducido conjunto nos lleva a reflexionar sobre los problemas de identificación que plantean los objetos de marfil, que posiblemente hayan llevado, por prudencia, a reducir el número de hallazgos de esta materia prima, publicados.

V. BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (1987): *Hallstatt (700-400 a. v. J. C.)*. Catálogo de la exposición Europalia.
- ANDRES, T. (1981): "El utillaje de hueso en los sepulcros de época dolménica del Ebro Medio." *E.A.A.*, 10, pp. 145-177.
- APELLANIZ, J.M. (1973): *Corpus de materias de las culturas prehistóricas con cerámicas de las poblaciones de las cavernas del País Vasco Meridional*. Munibe, supl. 1.
- ARRIBAS, A. (1977): "El ídolo de "El Malagón" (Cullar-Baza, Granada)". *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, II, pp. 63-82.
- AUBET, M.E. (1979): "Marfiles fenicios del Bajo Guadalquivir. I. Cruz del Negro." *Studia Archeologica*, 52.
- CAMPS FABRER, H. (1968): *Fiches typologiques africaines. Industrie osseuse Epipaléolithique et Néolithique du Maghreb et du Sahara*. C.R.A.P.E.
- ESTEVE GALVEZ, F. (1965): "Los sepulcros de La Joquera". *Pyrenae*, 1, pp. 43-58.
- FOLTINY, S. (1967): "The Ivory Horse Bits of Homer and the Bone Horse Bits of Reality." *Bonner Jahrbücher*, CLXVII, pp. 11-37.
- GAUCHER, G. y MOHEN, J.-P. (1972): *Typologie des objets de l'Age du Bronze en France. I: Epées*. S.P.F.
- GIL FARRÉS, O. (1953): "Campanías realizadas en el Alto de la Cruz de Cortes de Navarra entre 1950 y 1952." *Excavaciones en Navarra*, L y LI, pp. 9-46.
- GREEP, S.J. (1987): "Use of Bone, Antler and Ivory in the Roman and Medieval periods". *Archeological Bone, Antler and Ivory*, pp. 3-4.
- HARRISON, R.J. (1977): *The Bell Beaker Cultures of Spain and Portugal*. Peabody Museum of Archaeology and Ethnology. Harvard University.
- HARRISON, R.J.; MORENO, G. y RODANES, J.M. (1986): "La industria ósea del poblado prehistórico de Moncín (Borja, Zaragoza)." *Museo de Zaragoza*. Bol. 5, pp. 73-98.
- KRZYSKOWSKA, O. (1990): *Ivory and Related Materials*. Classical Handbook, 3. London.
- LUCAS DE VIÑAS, R. (1973): Grabados rupestres de Domingo García (Segovia). *XII C.N.A.*, pp. 257-266.
- LLANOS, A.; APELLANIZ, J.M.; AGORRETA, J.A. y FARIÑA, J. (1975): "El castro del Castillo de Henayo (Alegoría, Alava). Memoria de excavación. Campaña de 1969-70." *E.A.A.*, 8, pp. 87-212.
- MAC GREGOR, A. (1985): *Bone, Antler, Ivory and Horn. The technology of Skeletal Materials Since the Roman Period*.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1954): "El yacimiento hallstático de Cortes de Navarra." Estudio crítico I. *Excavaciones en Navarra* IV, pp. 9-199.
- O'CONNOR, S. 1987: "The identification of osseous and keratinaceous materials at York." *Archeological Bone, Antler and Ivory*, pp. 9-22.
- PENNIMAN, T.K. (1952): *Pictures of Ivory and other Animal Teeth, Bone and Antler*.

- Occasional Papers on Technology, 5. University of Oxford.
- PEREZ, C.L. y LOPEZ, C. (1986): *Aportaciones al estudio de las culturas eneolíticas en el Valle del Ebro. Elementos de adorno*. I.E.R., Logroño.
- SACRISTAN DE LAMA, J.D. (1986): *La Edad del Hierro en el Valle Medio del Duero. Roa (Burgos)*. Universidad de Valladolid.
- SOUVILLE, G. (1984): "Découverte recente de vases campaniformes au Maroc." *L'Age du Cuivre Européen*. C.N.R.S., pp. 241-242.
- UGARTECHEA, J.M.; LLANOS, A.; FARIÑA, J. y AGORRETA, J.A. (1965): "El castro de las Peñas de Oro (Valle de Zuya)." *Boletín de la Institución Sancho el Sabio*, pp. 121-157.
- ZEUNER, F. (1963): *A History of Domesticated Animals*.

Est. I

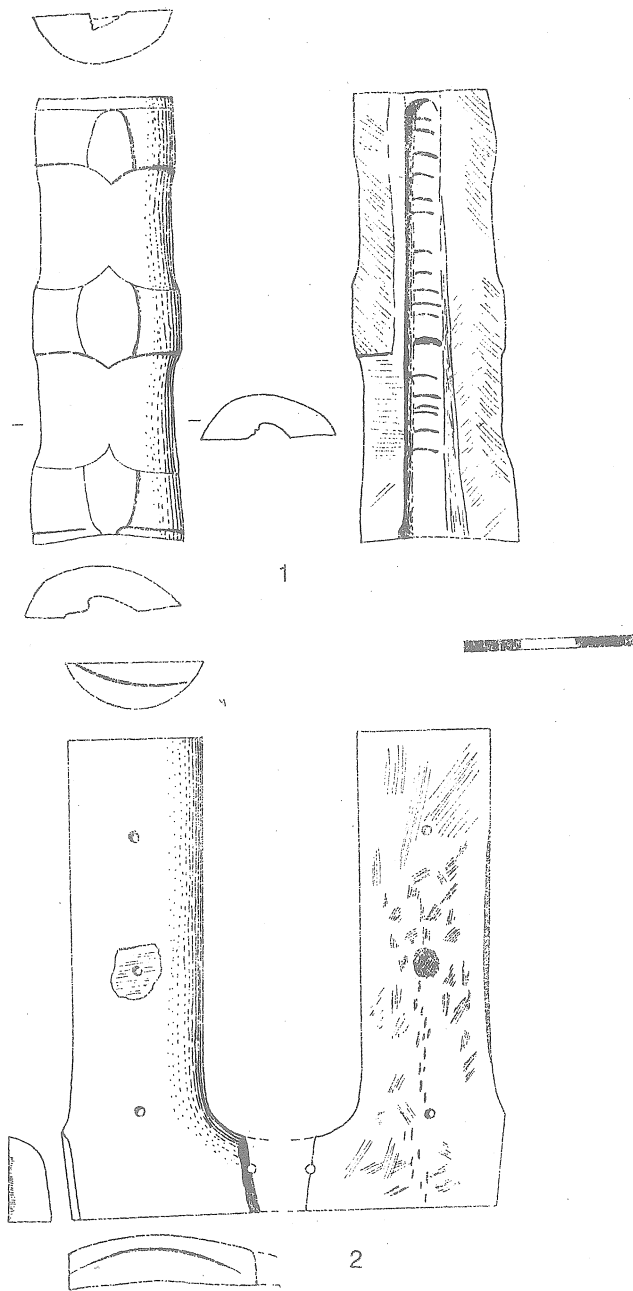


Fig. 1

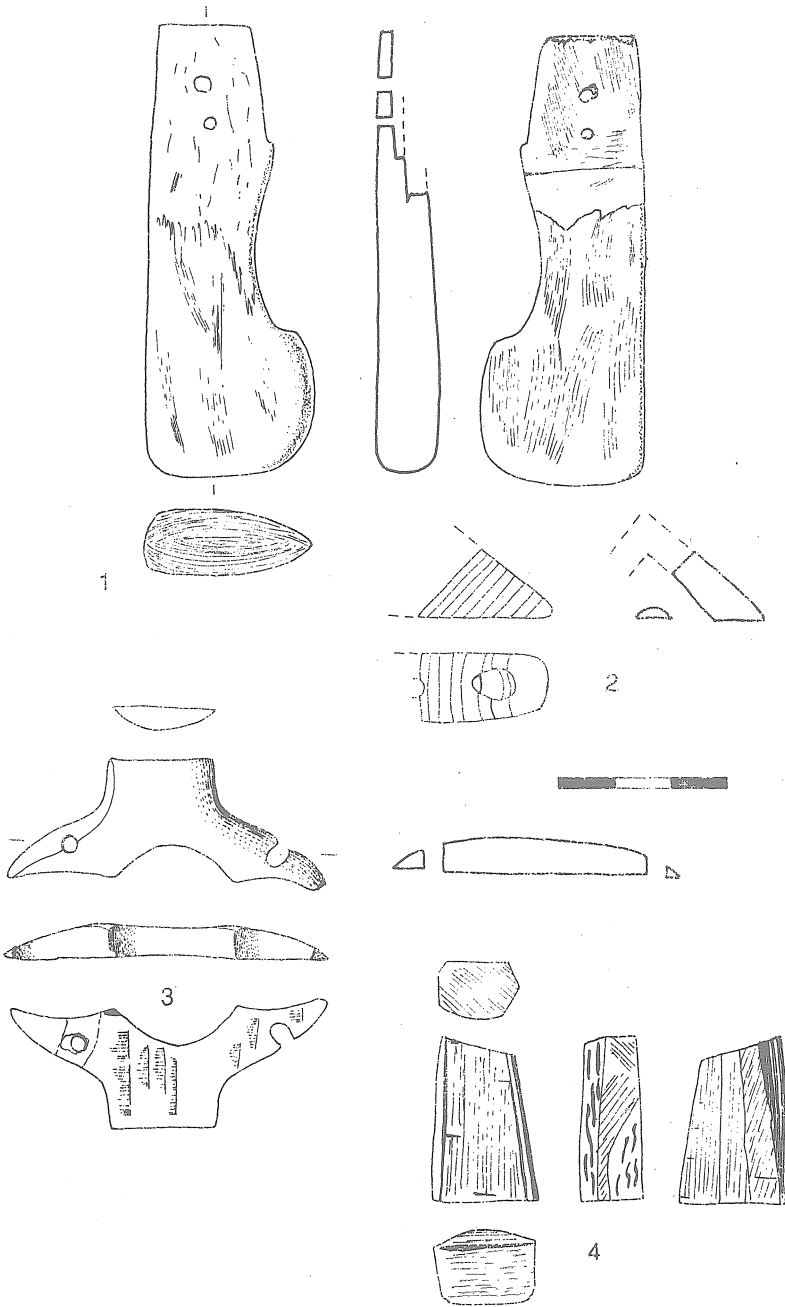


Fig. 2

Est. III

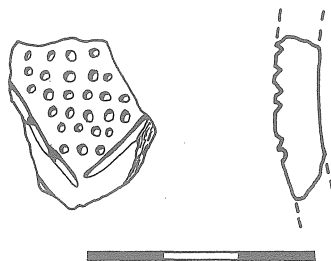
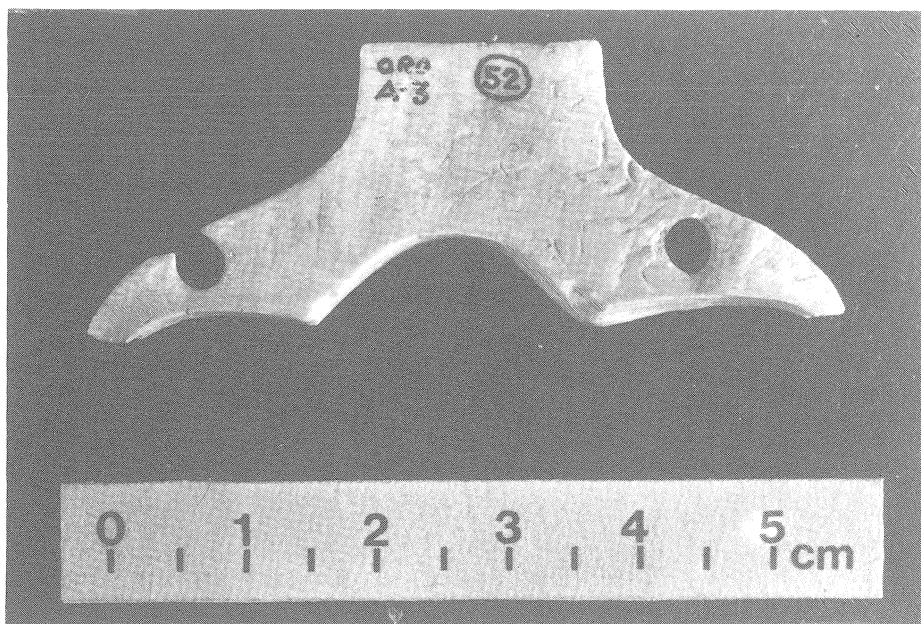
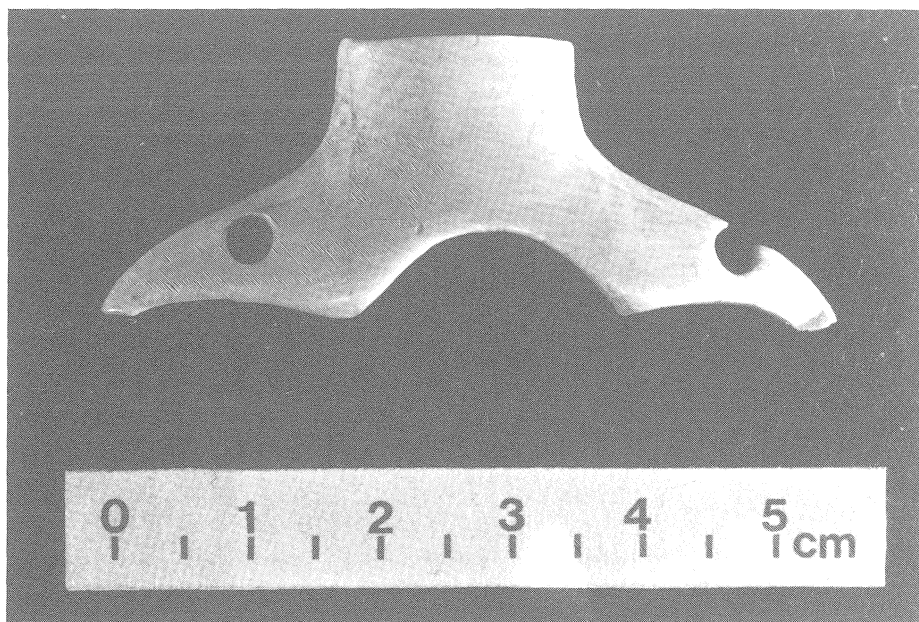
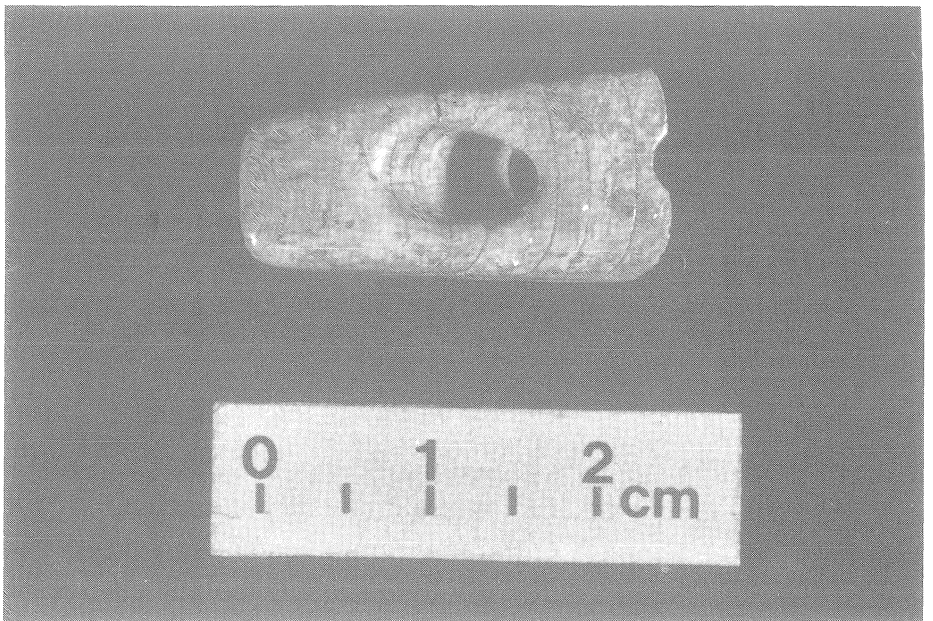
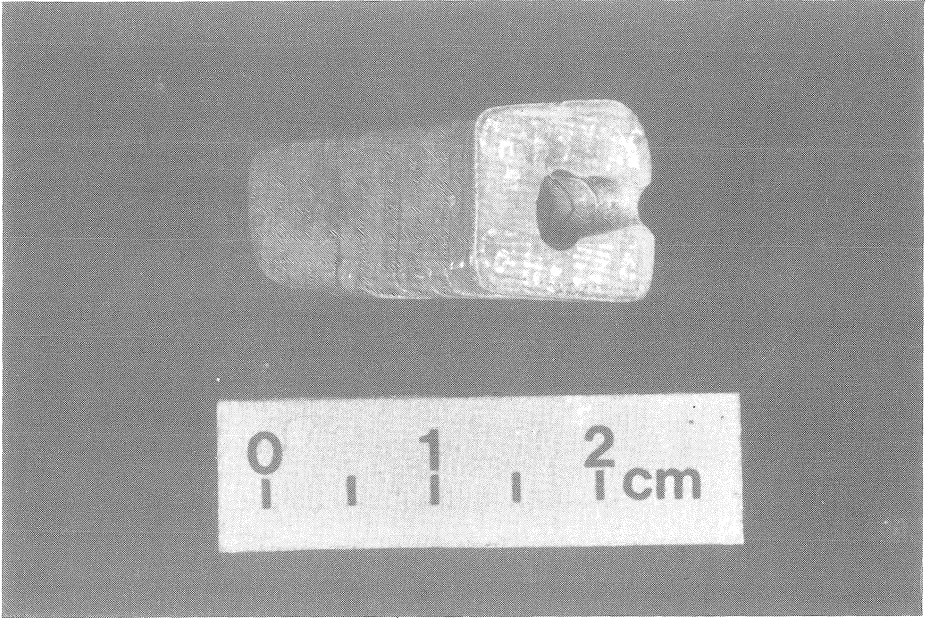


Fig. 3

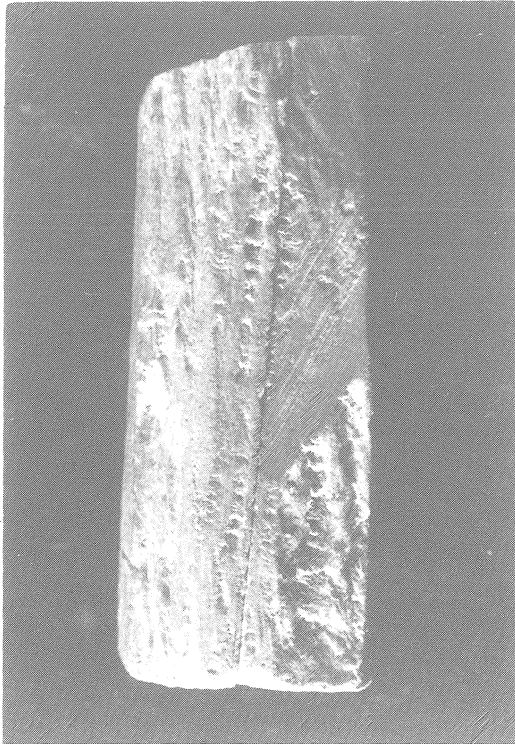
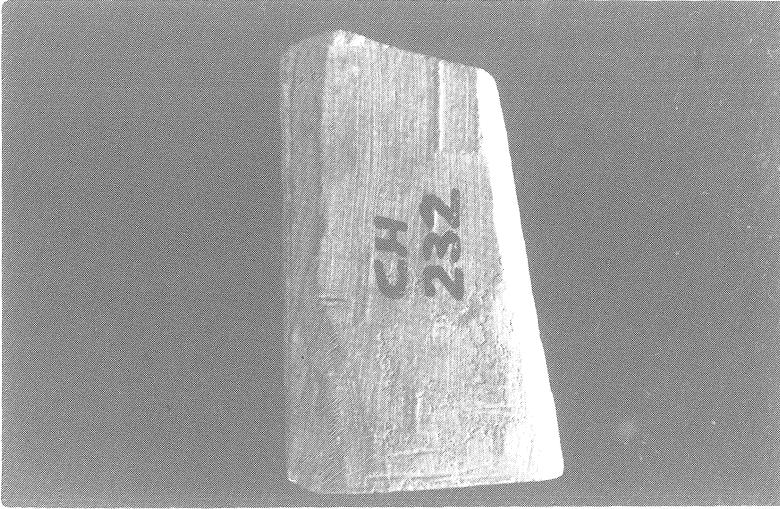


Lám. I — Fotos (desta e das estampas seguintes): J. L. Carballo.

Est. V



Lám. II



Lám. III

¿CONTINUIDAD O RUPTURA EN LAS NECROPOLIS DE LA EDAD DEL HIERRO EN LA MESETA?: EL EJEMPLO DE LAS NECROPOLIS TUMULARES

por

Jose Luís Pérez de Ynestrosa Pozuelo

Resumen: Tras una breve introducción historiográfica, y una aclaración de la terminología, revisaremos los datos conocidos sobre las necrópolis tumulares meseteñas, tanto en un nivel sincrónico, estableciendo diferencias de ritual funerario (quizá étnicas), como diacrónico, estableciendo variaciones en el tiempo de estas prácticas, que plantea posibles cambios en la estructura social de estos pueblos. Demostraremos la variabilidad en las prácticas funerarias desde el periodo protoceltibérico hasta el Celtibérico Tardío, que atribuimos a la influencia de los iberos, mediante el intercambio, que provoca cambios en la ideología, y en la estructura social imperante.

Palabras-clave: Tumulo. Estructura social. Variabilidad.

La existencia de estructuras tumulares en las necrópolis celtibéricas es un hecho al que no se le ha prestado aún una atención suficiente ya que, siendo conocidas desde antiguo en ciertas zonas de la Península Ibérica como el Bajo Aragón, parecían estar ausentes en la Meseta, debido en gran medida a la temprana fecha en que se comenzaron a investigar las necrópolis de la zona, lo que pudo significar la destrucción de muchas de estas estructuras funerarias.

En los últimos años, a partir de las excavaciones en una serie de necrópolis, entre las que destaca la de Sigüenza (Cerdeño y Pérez de Ynestrosa, en prensa), se han comenzado a conocer un buen número de este tipo de estructuras en los cementerios celtibéricos, lo que ha permitido que nos planteemos una serie de nuevas hipótesis.

Las necrópolis tumulares se conocen a lo largo de toda la Meseta (Fig.1), siendo un grupo minoritario en el conjunto de las necrópolis celtibéricas. No parecen distribuirse con relación a ningún patrón. Creemos que su localización

estaría en relación con la ubicación de su asentamiento. Tan solo señalar, como ya hemos comentamos en otros lugares (Cerdeño y Pérez de Ynestrosa, 1992), la tendencia a situar los yacimientos del núcleo de Aienza - Sigüenza (Guadalajara) y las del Sur de la provincia de Soria en terrenos cercanos a núcleos susceptibles de ser explotados para la obtención de sal.

Estas necrópolis no suelen situarse muy alejadas del poblado que las utiliza, aunque no se conocen demasiados casos en los que se haya podido establecer una relación clara entre ambos, en zonas más o menos llanas o en ligera pendiente, pero siempre buscando un lugar que fuera visible desde el poblado, para no romper el vínculo entre el mundo de los vivos y el de los muertos. Pero hay ocasiones en que la distancia podría ser mayor, si lo que se trataba era de evitar era la ocupación de tierras fértiles para la agricultura ya que siempre se procura no inmovilizar las tierras útiles para la explotación económica, como ya ha sido señalado por diversos autores (Chapman, 1977: 29; Chapman y Randsborg, 1981: 16).

Suelen situarse en relación con los caminos de acceso al poblado, como si se tratara de un intento a la vez profiláctico, para deshacerse de los muertos, y apotropaico, como si se deseara que los muertos colaboraran en la defensa del castro, participando en la colectividad social, lo que explicaría el mantenimiento de su estatus tras la muerte. En cualquier caso, seguro que se deseaba que la necrópolis fuese contemplada, lo que explica las señalizaciones de las tumbas y su situación en lugares bien visibles.

Un dato significativo es la continua presencia de núcleos de agua en las necrópolis. Ya el Marqués de Cerralbo (1916: 9) señaló la presencia de las necrópolis celtibéricas en las cercanías de puntos de agua.

No hay que olvidar las implicaciones simbólicas que las aguas tenían en el mundo religioso - funerario de muchos pueblos protohistóricos (ver, por ejemplo, Haba y Rodrigo, 1990), incluidos los pueblos célticos. Como bien señala M. Green (1989: 155), el agua en todas sus formas fue venerada en el mundo céltico, teniendo un carácter mágico, de unión entre la vida y la muerte. Dado su carácter cíclico, tendrá un papel fundamental dentro de los ritos de paso, de los que la muerte forma parte.

Recordemos en este sentido el constante depósito de ofrendas a las aguas en las zonas de vados, lugares sagrados y míticos donde luchan los héroes de las leyendas célticas como, por ejemplo, Cuchulain, o el valor simbólico que las aguas tienen en el Ciclo Artúrico, con un evidente valor funerario (Bradley, 1990).

En este mundo céltico, como señala Sopeña (1987: 126), las aguas representan el nexo de unión con el Más Allá, contexto en el que tendría pleno sentido la constante presencia de puntos de agua en las necrópolis celtibéricas.

Todas las sepulturas localizadas en necrópolis tumulares son de **incineración secundaria**, de carácter individual, aunque se conocen algunas asociaciones, en todos los casos de dos individuos, pudiendo tener un carácter familiar.

En relación a los **tipos de enterramientos** que se localizan en las necrópolis que emplean enterramientos tumulares pueden clasificarse en dos grupos: las sepulturas simples y los enterramientos tumulares.

Los enterramientos tumulares, que en ningún caso, salvo la excepción de la necrópolis de Pajaroncillo, aparecen como única forma de enterramiento en las necrópolis se presentan en diferentes tipos: los túmulos cuadrangulares de varias hiladas de piedras, conocidos únicamente en La Yunta; túmulos de empedrado con el perímetro bien marcado (circulares, cuadrados o rectangulares); los túmulos de empedrado irregulares; las reutilizaciones de los empedrados tumulares; enterramientos en estructuras colectivas de gran tamaño y los extraños túmulos de Monte Bernorio.

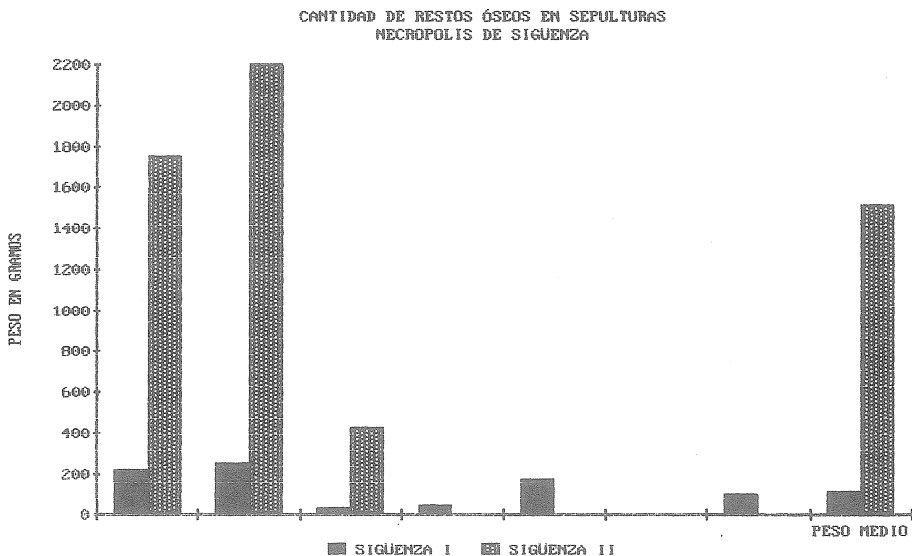
No parece que estos diferentes tipos de enterramiento tengan ninguna significación cronológica, aunque los túmulos cuadrados parecen conocerse únicamente en periodos muy tardíos.

En lo referente a la **organización interna de las necrópolis tumulares**, no se vislumbra ningún tipo de orden preestablecido. La única tendencia que se denota es que parece que no se trataba de túmulos aislados, sino que se localizaban en agrupaciones de varios de ellos rodeados de tumbas simples.

Tras esta breve presentación de este tipo de necrópolis, queremos señalar una serie de cambios en diferentes aspectos que parecen vislumbrarse a través del estudio de estos yacimientos.

A través de los diferentes análisis de los restos de las cremaciones, parece detectarse un cambio en la manera de efectuarse el **ritual de la incineración** a lo largo de su utilización, ya que la cantidad de materia ósea recogida de las sepulturas de los diferentes periodos varía significativamente, como se ha podido comprobar en la necrópolis de Sigüenza (Ver gráfico). Este hecho podría ser debido a un cambio en la forma de realizar la cremación, con diferencias en el tiempo empleado, el tipo y la cantidad de madera utilizados, pudiendo indicarnos unos cambios en el ritual, que también parece apuntarse en los ajuares recuperados en los diferentes periodos y en los tipos de sepulturas utilizadas.

Otro cambio que se percibe en este tipo de necrópolis es el **tipo de enterramiento** empleado en las mismas. Es difícil establecer una evolución temporal del desarrollo de las necrópolis tumulares, dada la escasez de los datos hoy conocidos. Para ello nos basamos principalmente en las necrópolis que, como la de Sigüenza o La Umbría, presentan una evolución a lo largo de diferentes fases de la cultura celtibérica.



Planteamos la introducción de las estructuras tumulares en nuestra zona procedentes del Valle del Ebro, donde tenían una amplia tradición, como un elemento más de las influencias del mundo de los Campos de Urnas que penetra en esta zona de la Meseta.

Junto a una serie de poblados de tipo Campos de Urnas, situados en las rutas de penetración desde el Valle del Ebro a través de los cursos de los ríos Mesa y Piedra, afluentes del eje Jalón - Jiloca, cuyo principal exponente es el yacimiento de Fuente Estaca en Embid (Guadalajara), aparecen las primeras necrópolis en el periodo Protoceltibérico, como es el caso de la de Molina de Aragón o el de La Umbría, que presentan una serie de elementos de cultura material, como sus formas cerámicas a mano, o las mismas cerámicas a mano pintadas que enlazan claramente con el mundo de Campos de Urnas del Valle del Ebro y del Bajo Aragón.

Junto a este equipo material y como elemento cultural más representativo, aparece la incineración de los cadáveres como único ritual funerario y su enterramiento en hoyos que, a veces, se cubren con estructuras tumulares.

Las estructuras tumulares continúan utilizándose a lo largo del tiempo, llegando a su máximo grado de expansión en el periodo Celtibérico Inicial, en la transición a la Segunda Edad del Hierro, presentando ya una evolución autóctona. Aumenta mucho el número de yacimientos que presenta este tipo de estructuras y, aunque no conocemos bien su tipología, parece que van diversificándose, tendiendo cada vez más al tipo de empedrado y círculos pétreos, que aparecen en la necrópolis de La Umbría.

El comienzo de este periodo es cuando planteamos la construcción de los ejemplares conocidos en la necrópolis de Sigüenza, que aún presentan formas tendentes a lo circular.

En el resto de los yacimientos que presentan estas estructuras, la idea de túmulo al modo de sus referentes de Campos de Urnas se va perdiendo, conservándose tan solo la idea de protección de la sepultura mediante un pequeño empedrado.

En los comienzos de la fase Celtibérica Plena, cuando se produce el máximo esplendor de los pueblos celtibéricos plenamente formados, las estructuras tumulares desaparecen de las necrópolis.

Así, en la necrópolis de Sigüenza, en su fase II, están ausente estas construcciones, mientras que si aparecen otros tipos de enterramiento, en los que la urna se protege, a veces, con una simple tapadera de piedra y, en algunos casos, aparece señalada con una estela de piedra.

La aparición del sistema de señalización mediante estelas, ausente en las necrópolis de los periodos anteriores y que parece dominante en este periodo, sobre todo en las necrópolis excavadas por Cerralbo en Guadalajara, ha sido puesta en relación con el mundo ibérico. Aunque no este el lugar para profundizar en la citada hipótesis, si queremos apuntar en esta posibilidad, dada la cada vez más creciente influencia ibérica que se está recibiendo en esta época en el mundo celtibérico y que, sobre todo al final del periodo, va a ir produciendo un evidente cambio social, tendente a la organización de la sociedad entorno a los núcleos de las ciudades y una pérdida de la identidad gentilicia.

Finalmente, las estructuras tumulares vuelven a hacer su aparición en determinadas necrópolis como la de La Yunta, en sus primeros periodos de desarrollo. Esta súbita reaparición de unas estructuras tumulares claramente diferentes a las que se localizan en los periodos anteriores, aún no tiene una clara explicación. Pero una vez más queremos apuntar la hipótesis de su vinculación al mundo ibérico, donde este tipo de enterramientos es frecuente y que también aparece reflejado en otras necrópolis de la Meseta, como es el caso de La Osera (Avila), junto a otra serie de elementos ibéricos.

El tercer punto importante a señalar en esta serie de cambios que denotan las necrópolis tumulares se localiza en el tipo de ajuares que se entierran en estas necrópolis en los diferentes periodos de la evolución de esta cultura.

Etapa Protoceltibérica:

Las necrópolis de este periodo representan el momento anterior al mundo celtibérico plenamente formado, donde tiene éste sus orígenes, ya que en el se aglutinan una serie de elementos de cultura material y de sistemas de asentamiento y de enterramiento, heredados de Campos de Urnas a los que luego se incorporaran elementos procedentes de la cultura ibérica y que posteriormente cristalizaran en lo celtibérico.

Tendrían una cultura bastante homogénea, encuadrable en la Primera Edad del Hierro, con hoyas globulares, de paredes rectas o troncocónicas, siempre realizadas a mano, junto a cerámicas pintadas, fíbulas de codo, espirales y de doble resorte con puente filiforme y de cinta.

Etapa Celtibérica Inicial

Los conjuntos que ubicamos dentro de este periodo representan el nexo de unión entre el mundo de la Primera Edad del Hierro y los tiempos celtibéricos. En la necrópolis de Sigüenza se documentan enterramientos en estructuras tumulares que contienen cerámicas a mano, aún con perfiles de Campos de Urnas, cerámicas grafitadas y cerámicas a peine, fíbulas de doble resorte y de pie vuelto y broches de cinturón, junto a armas de hierro de tipo sencillo, como lanzas o cuchillos. Se fecha desde fines del siglo VI y a lo largo del V a.C.

Etapa Celtibérica Plena

Se caracteriza por un equipo funerario notablemente rico y complejo, con cerámicas a torno pintadas, armas de hierro, espadas de antenas, bocados y arcos de caballo, objetos de bronce como fíbulas y broches de cinturón, y objetos de importación, como las urnas de orejetas del mundo levantino y alguna falcata.

Etapa Celtibérica Avanzada

Se representa ya a los pueblos celtíberos plenamente formados y en evolución. Los ajuares de este periodo se componen de cerámicas a torno pintadas, puñal de empuñadura biglobular, espadas de La Tène, fíbulas de La Tène, anulares hispánicas evolucionadas y puñales Monte Bernorio. Esta fase se desarrollaría hasta el fin de las guerras Celtibéricas y el sometimiento a Roma, a fines del s. II a.C. El hecho más destacable es la pobreza general de los ajuares funerarios, desapareciendo las armas de hierro de los ajuares, quedando sólo algunos regatones. En base a los estudios realizados sobre las necrópolis tumulares, hemos podido establecer una serie de puntos que nos pueden acercar al conocimiento de los pueblos celtibéricos.

Junto al valor arqueológico que concedemos al hallazgo de las estructuras tumulares, debemos señalar también la significación que su utilización pudo tener para la sociedad que los utilizó. Consideramos que el **túmulo** desempeñó una doble función altamente interrelacionada, de protección y señalización de la sepultura. Así, protegerían el enterramiento, que sería el de un miembro prominente de la sociedad y a la vez la señalaría para no romper el fuerte vínculo de unión entre el mundo de los vivos y el de los muertos, realizando la función de ayuda a la reproducción de las formas sociales y económicas, personificadas, tal vez, en unas élites.

Hemos afirmado que se trataría de miembros prominentes de la sociedad los que se enterrarían en el túmulo, las élites, ya que estos enterramientos presentan mayor riqueza, tanto en sus ajuares, como en lo que nos parece más

importante, que es la mayor inversión de trabajo y gasto de energía, en el sentido apuntado por Tainter (p.e. 1978), necesaria para la construcción de las sepulturas tumulares, en relación a los enterramientos en simples hoyos.

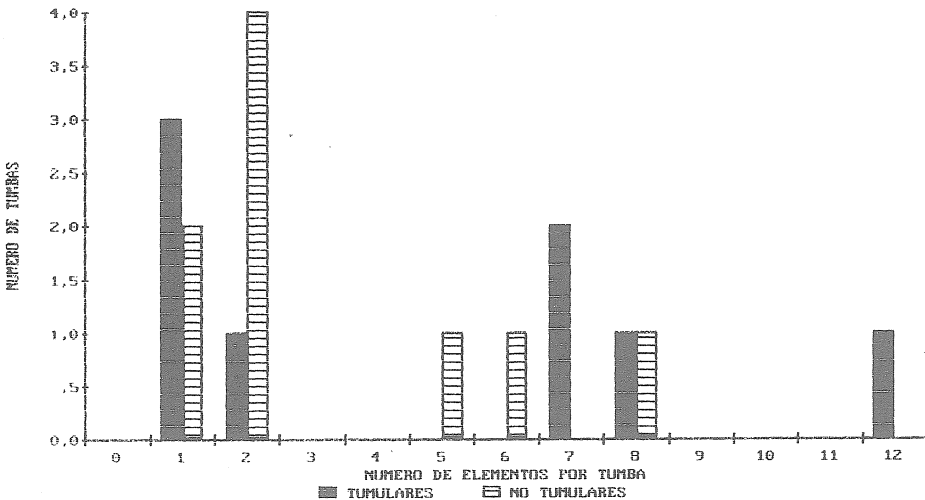
Parece evidente que el nivel de inversión de trabajo es mucho mayor en la construcción de una estructura tumular aunque sea pequeña, en la que han de participar varias personas, que en la de una tumba plana. Además, esta estructura permanece visible a través del tiempo, lo que consigue ese pretendido refuerzo de la cohesión del grupo social, con el mantenimiento de unas tradiciones recordadas a través de ciertos rituales, que son controlados por un sector determinado de la sociedad.

Aceptando la gran validez que como indicador social representan los ajuares, no podemos olvidar que puede ser mucho mayor la de la estructura que los contiene ya que es la que recuerda a los vivos quién es el que está allí enterrado y por qué lo está de ese modo. En este sentido parece apuntar la relación de las necrópolis tumulares con las sepulturas planas dentro de las necrópolis y la relativa riqueza de cada una de los diferentes grupos.

La única necrópolis en la que contamos con algunos datos fiables es la de Sigüenza, pese a que se conocen pocas sepulturas de la misma. En líneas generales, debemos resaltar la relativa riqueza de la necrópolis de Sigüenza, tomando en cuenta sus dos fases de ocupación, pues todas las tumbas localizadas tienen algún elemento de ajuar y algunas de ellas llegan a tener hasta 15 ó 16 objetos.

Las dos barras, que corresponden, respectivamente, a las sepulturas tumulares y a las no tumulares de la fase Sigüenza I, nos muestran el número de elementos presentes en cada tumba.

ELEMENTOS DEL AJUAR EN LAS SEPULTURAS
FASE I DE LA NECRÓPOLIS DE SIGÜENZA



En primer lugar, señalar que se concentran un mayor número de sepulturas no tumulares en el grupo que consideramos “menos rico” (1 y 2 elementos de ajuar), 6 de ellas, frente a 4 de las tumulares.

En el grupo que denominamos de riqueza media, entre 5 y 8 elementos, la proporción es similar, con 3 sepulturas localizadas en cada una de los tipos. Pero, mientras que en el grupo de las consideradas más ricas no hay ninguna sepultura no tumular, si localizamos una sepultura tumular con 12 elementos de ajuar, la citada nº 1.

Así, para finalizar este breve intento, vemos que el comportamiento en la distribución de los ajuares entre ambos tipos de sepulturas es muy similar, siendo algo más ricas las tumulares. Por lo tanto, parece reforzarse la hipótesis de que no es el ajuar el principal denotador de riqueza y estatus entre las diferentes sepulturas, sino que, como planteamos, este papel lo jugaría la estructura tumular en sí misma.

En este sentido, el túmulo, como señalizador, funcionaría a modo de indicador y protector para el mantenimiento de la cohesión social mediante el reforzamiento de la tradición del grupo.

Otro aspecto importante a comentar viene dado por los resultados obtenidos del estudio de los restos óseos de algunas cremaciones procedentes de la necrópolis de Sigüenza, que parecen confirmarse en los datos obtenidos en otras necrópolis, como la de Las Ruedas.

El número de análisis que se han realizado en la necrópolis de Sigüenza se refiere solo a 10 sepulturas, algunas de las cuales conservan datos muy incompletos y por ello quizás no debemos extrapolar los resultados a todo el conjunto del yacimiento, aunque no deja de resultar sorprendente la identificación de mujeres, de diversas edades, en algunas sepulturas que contienen armas entre las piezas de sus ajuares, como es el caso de la sepultura 1 ó la 14.

En los análisis realizados se han identificado 4 mujeres, dos de las cuales (Sep. 1 y 14) presentaban armas en sus ajuares, y dos tenían ajuares compuestos por objetos de adorno (Sep. 2 y 5), dos varones (Sep. 7, 32), un niño de 1 año de edad (Sep. 25), y tres adultos sin determinación de sexo (Sep. 3, 8, 33).

La misma tendencia parece apuntarse en la necrópolis de Las Ruedas donde, contándose con 50 análisis antropológicos, 5 tumbas con ajuares considerados de “guerreros” corresponden a individuos de sexo femenino, destacando la tumba 32, en la que están presentes armas damasquinadas.

La necrópolis de La Yunta es muy pobre en lo referente a las armas, ya que tan solo se han identificado algunos regatones, una vaina de puñal y los restos de una hoja de cuchillo, todas en hierro, repartidas en 12 tumbas, todas con un solo ejemplar. Aún así, un 50% de las tumbas con armas pertenecen a mujeres, frente a un 33% que pertenecen a hombres y un 17% a indeterminados.

En este sentido, el papel de la mujer ha de ser entendido dentro de un contexto complejo de relaciones sociales y económicas, donde representaría el papel de legitimadora de los derechos, de transmisora de la herencia y de continuadora de las tradiciones. Dentro de este marco, la aparición de elementos armamentísticos en los ajuares femeninos se puede entender como la representación simbólica de los derechos que está transmitiendo esa mujer, a sus descendientes como hija o como esposa; recordemos la cita de Salustio (Hist. II, 92) en la que cuenta como las madres de los guerreros les narraban los hechos gloriosos de sus antepasados, cuando marchaban hacia el combate, en la que se puede atisbar el papel de la mujer como transmisora de la tradición.

Así, la presencia de varios ajuares de guerrero en la misma tumba femenina podría interpretarse como el reconocimiento de los diferentes papeles asumidos y de los diferentes derechos transmitidos por esa mujer dentro de su sociedad. Es decir, que la mujer es enterrada así no por ella misma, sino por el papel de mediadora que juega en una sociedad eminentemente masculina. Dentro de esos derechos podrían estar la posibilidad de acceso al control de los recursos básicos, fundamentalmente la posesión de la tierra, y la transmisión de determinados derechos de control de la sociedad, como la legitimación del acceso a la jefatura.

La posición que las armas ocupan en la sepultura parece claro que nunca es aleatoria pues en la mayoría de los casos han sufrido alguna manipulación que, sin duda, debería ir cargada de gran valor simbólico. La inhabilitación intencionada de las puntas de lanza o de las espadas al ser doblada su hoja, así como la posición de las armas clavadas verticalmente en el suelo alrededor de la cremación, indican todo un mundo especial de relaciones entre las armas y sus portadores. De este modo, como señala Quesada (1992: 209), se justificaría que las armas se destruyan del mismo modo que el cadáver, de manera que nadie más pueda utilizarlas y que en el Más Allá el guerrero pueda seguir gozando de los beneficios del arma. Esta idea queda confirmada no solo por los numerosos documentos arqueológicos, sino también por las diversas fuentes clásicas que hacen alusión a ello.

La relación existente entre los guerreros celtibéricos y sus armas ha sido subrayada por Sopena al resaltar la íntima relación del espíritu del que combate con los medios que dispone para ello (1987: 83).

Entre los celtíberos parece que existió una concepción cualitativa de la muerte (ibidem: 80) ya que aparte del habitual ritual de incineración del difunto, está documentado el rito de la exposición del cadáver, reservado exclusivamente a los guerreros muertos en combate, hecho considerado glorioso y culminación de un determinado modo de vida conscientemente elegido y premiado con la posibilidad de que el alma fuera conducida directamente a los cielos.

Esta glorificación del guerrero también parece que se llevaría a cabo en

algunos enterramientos de incineración, pues las lanzas clavadas verticalmente en el suelo, como las de nuestra sepultura 14, siempre se han interpretado como un simbolismo de heroización del difunto en una sociedad que valora la "virtus" *militaris* (Quesada, 1991: 970 y ss) y que, incluso hoy día, podemos encontrar en el fusil clavado, con el casco encima, sobre la tumba de un soldado muerto en campaña. La presencia solo de regatones en algunas sepulturas puede ser huella, según el mencionado autor, de lanzas que habían sido clavadas verticalmente por su contera y de las que el astil de madera y la punta se han perdido al ser finalmente arrastradas por agentes naturales.

Sin embargo, hemos de recordar que los restos antropológicos de la sepultura 14 de Sigüenza han sido identificados como pertenecientes a una mujer joven que, como comentábamos en el apartado anterior, podría simbolizar la transmisión de la tradición por parte de la esposa del hombre muerto en combate. Así, podemos señalar el comentario de Plutarco (Max. de Mujeres Espartanas, 241F16) sobre la transmisión de las armas de padres a hijos, de la que se encargarían las mujeres, puesto que es la madre quien entrega las armas, en este caso el escudo, al hijo, exigiéndole que regrese con honor.

En este contexto de rituales especiales que queremos resaltar, no debemos olvidar la información recogida en algunas sepulturas sobre la existencia de ofrendas.

Ofrendas de alimentos vegetales no se han identificado en ninguna necrópolis, puesto que no han aparecido restos directos, aunque si se han localizado ciertos vasitos cerámicos que a veces acompañan a las urnas cinerarias en las necrópolis de Molina o en la de La Yunta y cuya presumible función sería la de contener determinadas sustancias. En cambio si se ha obtenido información sobre la presencia de animales en las necrópolis de Sigüenza, Molina de Aragón, La Yunta o Las Ruedas.

La reiterada presencia de bóvidos y ovicápridos en las sepulturas de estas necrópolis hace pensar en la importancia económica que pudieron tener dichas especies, sobre todo en esta sociedad que sería básicamente ganadera, ya que en la región del Alto Jalón - Alto Tajo la tierra es especialmente pobre, salvo en las reducidas vegas de los ríos que la atraviesan y cuyo cultivo proporcionaría una base económica mixta.

En este sentido y como recientemente ha subrayado Ruiz Gálvez (1991), siempre se ha considerado al bóvido como un animal enormemente valioso en toda sociedad agropecuaria pues es el que tira del carro y, sobre todo, del arado, además de proporcionar estiércol para el abono, y muchos otros beneficios, como para su utilización en los transportes y por su importante producción lechera, siendo el máximo exponente de la riqueza ganadera, y, en definitiva, de la posesión de la tierra.

El hecho de su sacrificio, para ser depositado en una sepultura, debe ser considerado como un signo de la riqueza del personaje que está enterrado allí. El mismo sentido de riqueza parece denotarse de las mitologías céltica y clásica, donde los bóvidos siempre ha sido símbolos del poder y la riqueza de las gentes.

Por su parte, los ovicápridos debían ser las especies mayoritarias para el consumo como lo demuestra su abundante presencia en lugares de habitación. En el caso de La Coronilla (Cerdeño y García Huerta, 1992) la oveja y la cabra eran las especies dominantes, seguidas por los bóvidos y a mayor distancia por el cerdo y el caballo. Aunque su consumo cotidiano restase prestigio social a sus propietarios, no podemos dejar de pensar en su valor, siquiera ritual, al ser sacrificados como ofrenda funeraria.

Para finalizar y a modo de conclusión, creemos que a través del estudio de las necrópolis tumulares se puede vislumbrar un cambio en la sociedad celtibérica que se refleja en la forma de enterramiento, en el tipo de ajuar que se deposita en la sepultura y en la forma de realizar el ritual de la cremación. Este cambio social, posiblemente en relación con las influencias que llegan a la zona procedentes del mundo ibérico, podría concretarse en la ruptura de la sociedad gentilicia y el surgimiento de la sociedad organizada entorno a las ciudades y, tal vez, en los orígenes del estado. Este hecho, en relación con la desaparición de las armas de los ajuares, ya ha sido comentado por diferentes autores, como Cuadrado (1968: 48) o Argente (1977: 129-131), para los cuales la ausencia de armas estaría en relación con la presencia de las tropas romanas, que tras la toma de Numancia y el fin de la 2ª guerra celtibérica, en la segunda mitad del s. II a.C., debieron controlar las armas de los indígenas para prevenir levantamientos.

En opinión de Ruiz Gálvez (1985-86), este hecho podría responder a varias razones: cambios en los rituales o en los sistemas hereditarios, que el estamento guerrero se entierre por separado y no hayamos encontrado sus necrópolis (lo que es muy poco probable), o que refleje un estado de guerra permanente que hace que la demanda de armamento sea superior a las posibilidades de producción de los talleres, o la evolución hacia formas de vida más pacíficas, bajo la protección de otros pueblos, dentro de la institución de la clientela.

Lo que parece claro es que no tiene relación con la llegada de los romanos, pues este proceso se inicia en el s. III a.C. o, incluso, a finales del IV a.C., y el primer ataque de los romanos a la Celtiberia se produce en los comienzos del s. II a.C.

Nos indica que se está produciendo un cambio en el seno de la sociedad, cambios de actitud ante la muerte conectados a su vez con la visión general del mundo y de la organización social. Este cambio se produjo también en el mundo

ibérico, donde se da el mismo proceso de desaparición de las armas en las necrópolis.

Ya en el s. II a.C. existiría una organización claramente ciudadana en la Celtiberia, hablando las fuentes no de tribus, sino de ethnoi, que serían los nuevos organizadores de la sociedad.

BIBLIOGRAFIA

- AGUILERA Y GAMBOA, Enrique de; (Marqués de Cerralbo) (1916): *Las Necrópolis ibéricas*. Madrid.
- ARGENTE OLIVER, Jose Luís (1977): "La Necrópolis Celtibérica de "El Altillo" en Aguilar de Anguita (Guadalajara) (Resultados de la Campaña de Excavación de 1973)", *Wad-Al-Hayara*, N° 4, pp. 99-131.
- BRADLEY, Richard (1990): *The passage of arms. Archaeology, analysis and prehistory*, London.
- CERDEÑO, M.L. y GARCIA HUERTA, R. (1992): *El Castro de La Coronilla (Chera, Guadalajara). Campañas 1980 - 86.*, E.A.E., 163. Madrid.
- CERDEÑO, M.L. y PEREZ DE YNESTROSA, J.L. (1992): "La explotación de la Sal en época celtibérica en la región de Sigüenza", *Coloquio Internacional Sobre la Sal*, Saliers-de-Bearn.
- (en prensa): *La Necrópolis Celtibérica de Sigüenza: Revisión del Conjunto*. Memorias del S.A.E.T., Teruel.
- CHAPMAN, Robert (1977): "Burial Practices: an area of mutual interest", en M. Spriggs (ed.): *Archaeology and anthropology: areas of mutual interest*, B.A.R. (Supplementary Series, 19), pp. 19-34.
- CHAPMAN, Robert y RANDBORGH, Klavs (1981): "Approaches to the archaeology of death", en Chapman et alii (edit.): *The Archaeology of Death*, Cambridge, pp. 1-24.
- CUADRADO, Emeterio (1968): "Excavaciones en la necrópolis celtibérica de Riba de Saelices (Guadalajara)", *Excavaciones Arqueológicas en España*, N° 60.
- GARCIA HUERTA, Rosario y ANTONA DEL VAL, Victor (1992): *La necrópolis celtibérica de La Yunta (Guadalajara). Campañas 1985 - 87*. Patrimonio Histórico - Arqueológico, Comunidad de Castilla - La Mancha.
- GREEN, M. (1989): *Symbol and Image in Celtic Religious Art*, Routledge, London.
- HABA, S. y RODRIGO, V. (1990): "El tema del culto a las aguas y su continuidad en relación con las vías naturales de comunicación", *Zephyrus*, XLIII, pp.271-279.
- QUESADA SANZ, Fernando (1991): *El Armamento Ibérico*. Tesis Doctoral. Universidad Autónoma. Madrid.
- (1992): *Arma y Símbolo: La Falcata Ibérica*. Alicante.
- RUIZ GALVEZ PRIEGO, M. (1985-86): "El mundo Celtibérico visto bajo la óptica de la Arqueología Social. Una propuesta para el estudio de los pueblos del Oriente de la Meseta durante la Edad del Hierro", *Kalathos* 5-6, Teruel, pp.71-106.
- (1990): "Propuesta para el estudio e interpretación de las necrópolis sin armas", en F. Burillo (Coord.): *Necrópolis Celtibéricas*. II Simposio sobre los celtiberos., Daroca 1988. Institución Fernando el Católico, Zaragoza 1990, pp. 343-347.

- SOPENA, Gabriel (1987): *Dioses, Etica y Ritos*. Aproximaciones para una comprensión de la religiosidad entre los pueblos Celtibéricos. Universidad de Zaragoza, Zaragoza.
- TAINTER, J.A. (1978): "Mortuary Practices and the study of Prehistoric systems", en M. Schiffer (edit.): *Advances in archeological method and theory*, Vol. I, New York, Academic Press, pp. 105-141.

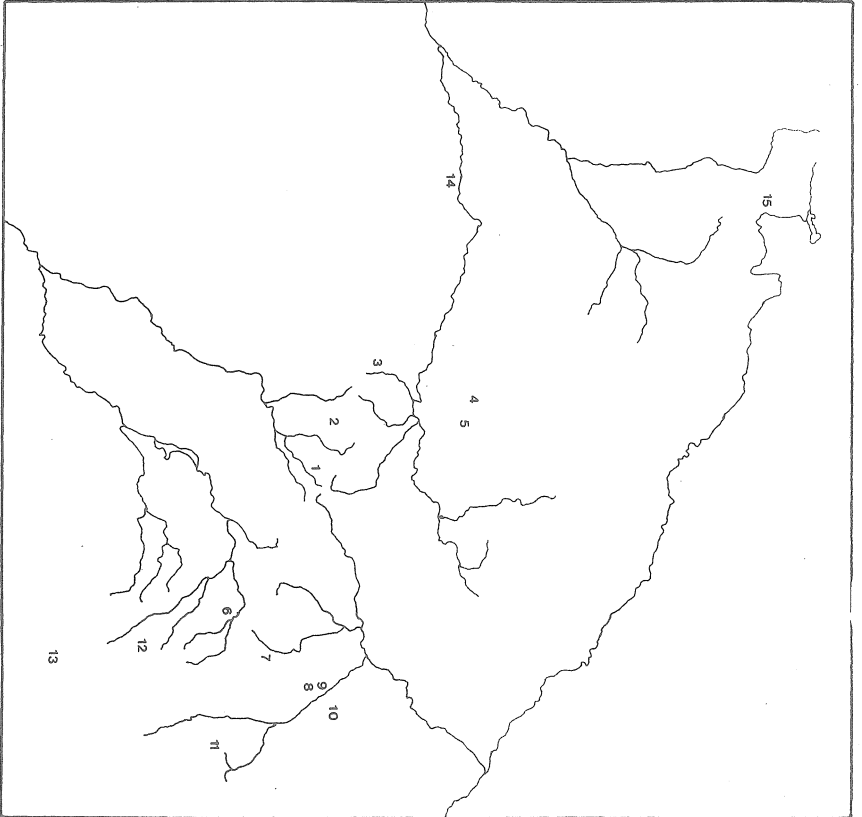
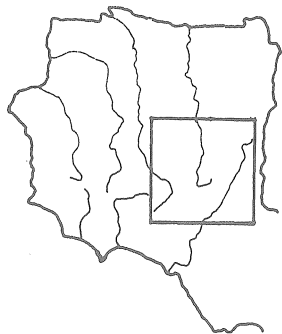
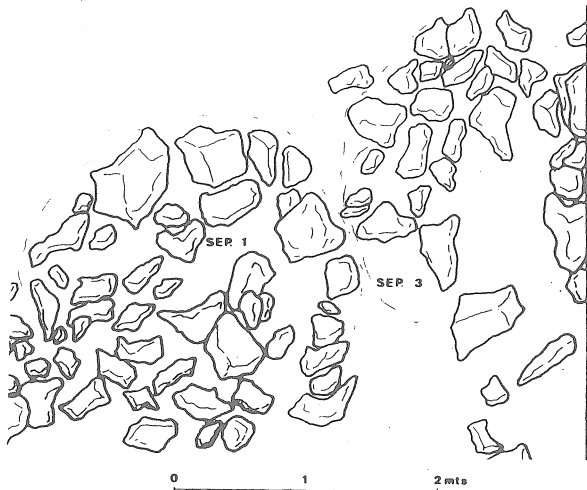


Fig. 1 — Necrópolis tumulares de la Meseta.



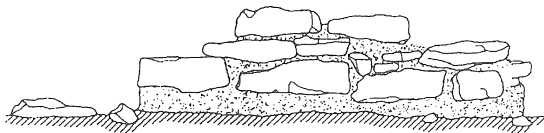
MAPA DE LAS NECRÓPOLIS TUMULARES

- 1- Sigüenza (Bu.)
- 2- Atilla de Carragozo, Atienza (Bu.)
- 3- Carratienes (So.)
- 4- Uero (So.)
- 5- La Herradura (So.)
- 6- Molina de Aragón (Bu.)
- 7- La Yunta (Bu.)
- 8- Valmado, Baroa (Z.)
- 9- Valdequer (Z.)
- 10- La Ibriza, Baroa (Z.)
- 11- Villafraza (Te.)
- 12- Briegas (Te.)
- 13- Pajaroncillo (Ca.)
- 14- Las Ruedas, Pabilla de Duero (Va.)
- 15- Monte Barorio, Aguilar de Campoo (Pa.)

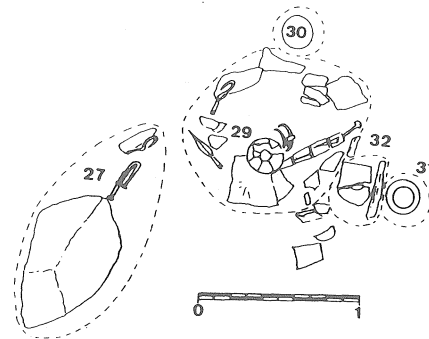


Necrópolis de Sigüenza. Sepulturas de empedrado tumular.
Periodo Celtibérico Inicial.

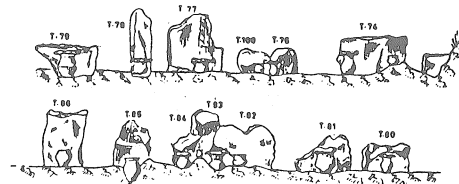
ALZADO TUMULO B (Cara N)



Necrópolis de la Yunta.
Enterramiento en tumulo.
Periodo Celtibérico Avanzado.
(segun GARCIA HUERTA)

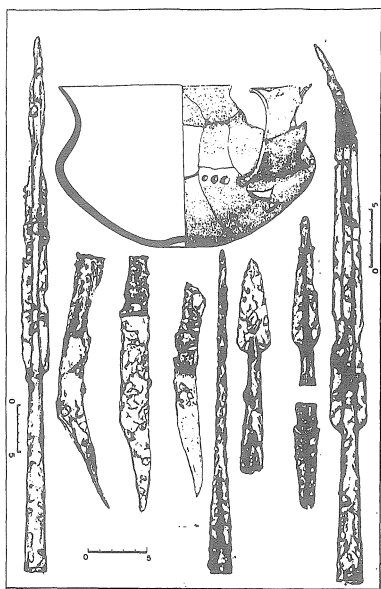


Necrópolis de Sigüenza. Sepulturas planas.
Celtibérico Pleno.

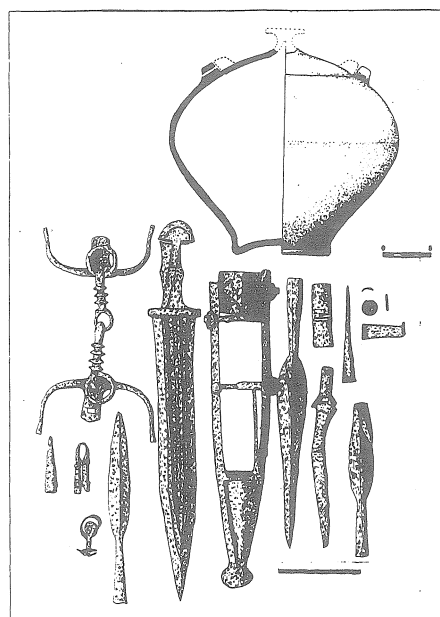


Necrópolis de Riba de Saelices. Sepulturas
con estelas. Celtibérico Pleno. (segun CUADRADO)

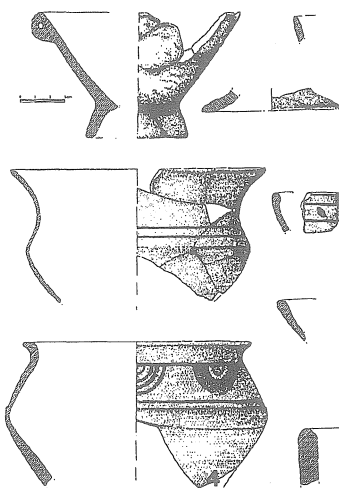
Fig. 2 — Tipos de enterramiento.



Ajuar del periodo Celtibérico Inicial.
Sepultura 1 - Necrópolis de Sigüenza.



Ajuar del Celtibérico Pleno. Sepultura 29 -
Necrópolis de Sigüenza.



Ajuar del Celtibérico Avanzado. Tumba 59 -
Necrópolis de La Yunta.
(según GARCIA HUERTA, 1992)

Fig. 3 — Desarrollo cronológico de los ajuares.

EL ASENTAMIENTO PROTOHISTÓRICO DEL BARRANC DE GÀFOLS (GINESTAR, RIBERA D'EBRE, TARRAGONA)¹

por

M. C. Belarte*, J. Sanmartí** y J. Santacana***

Resumen: El poblado del Barranc de Gàfols se fecha en el siglo VII y VI a.C. En su última fase, presenta un trazado regular, con calles rectilíneas que interseccionan en ángulo recto, y viviendas de planta rectangular, dotadas habitualmente de un hogar en posición central. La técnica constructiva se basa en el uso de zócalos de piedra con elevaciones de adobe. Algunas de estas habitaciones tenían un revestimiento mural con decoración pintada de color rojo, formando temas geométricos.

El yacimiento fue abandonado repentinamente y destruido por un fuerte incendio, lo que ha permitido la recuperación, en muy buen estado, de la mayor parte de los materiales muebles y de abundantes restos paleocarpológicos. Entre los materiales cerámicos cabe destacar la presencia de un buen número de importaciones fenicias, así como la presencia de otras cerámicas a torno no fenicias, pero que imitan claramente sus formas; posiblemente se trata de las primeras producciones a torno de la zona, anteriores a las cerámicas ibéricas propiamente dichas.

Palabras-clave: Urbanismo y arquitectura protohistóricos. Comercio fenicio. Cataluña.

1. INTRODUCCIÓN

El yacimiento del Barranc de Gàfols, también conocido con el nombre de *El Pomerale*, está situado en el término municipal de Ginestar, a poco menos de un kilómetro al sudoeste de esta población, a la derecha del torrente del mismo nombre, justo en el punto en que éste desemboca en la llanada aluvial del Ebro (lám. I). Topográficamente, se trata de una extensa plataforma, claramente delimitada al sudoeste por el Barranco de Gàfols, al norte por el Barranco de Ginestar y al noroeste por un acantilado abrupto, al pie del cual transcurre la

¹ Una versión similar de este trabajo ha sido entregada a la serie *Tribuna d'Arqueologia* para su publicación en lengua catalana.

* Becaria de F. I. Generalitat de Catalunya.

** Universidad de Barcelona.

*** Universidad de Barcelona.

carretera de Móra d'Ebre a Rasquera. El yacimiento arqueológico ocupa tan sólo una pequeña área de, aproximadamente, trescientos metros cuadrados, situada en el ángulo suroccidental de la plataforma descrita, al lado mismo del torrente. Las coordenadas U.T.M. son CF006455, según el mapa a escala 1:50.000 de la Cartografía Militar de España, hoja 32-18 (426).

El yacimiento fue descubierto el año 1988 durante una campaña de prospección en las comarcas de Ribera d'Ebre y Baix Ebre, realizada en el marco de un proyecto más amplio sobre la protohistoria de la Cataluña meridional, dirigido por J. Padró y que contaba con la financiación de la CAICYT². Los trabajos de excavación, iniciados en 1990, han continuado en los años sucesivos hasta 1993.

2. ESTRUCTURA GENERAL DEL ASENTAMIENTO

Los trabajos llevados a cabo hasta el momento han permitido descubrir un pequeño poblado, formado por un total de trece recintos -diez de los cuales han sido ya excavados-, a los que cabe añadir aún una estructura de forma trapezoidal alargada, recortada en la roca de base (recinto XIV). Los diversos recintos están agrupados formando varios conjuntos constructivos, cuya ordenación es como sigue: una alineación en el lado oriental (sector A), orientada en dirección norte-sur (recintos I a V y XIII); un segundo grupo en el lado septentrional, orientado en dirección este-oeste (sector B, integrado por los recintos VI a VIII y XI-XII); un tercer grupo lo constituyen el recinto IX y la estructura excavada XIV, a los que tal vez haya que añadir otras construcciones situadas más hacia el sur, en una zona aún no explorada; finalmente, cabe mencionar también el recinto X, situado en la parte noroccidental, inmediatamente al norte del cual podría haber existido alguna otra construcción. Estas agrupaciones están separadas unas de otras por un mínimo de tres calles de trazado rectilíneo, de anchura ligeramente superior a un metro. En conjunto, es evidente que existe un uso controlado del espacio, de modo que se puede hablar de una estructura proto-urbanística (lám. II).

Esta estructura, con diversas calles de trazado rectilíneo, contrasta notablemente con la de los pocos poblados de la misma época conocidos en la Cataluña meridional, como El Puig Roig (Masroig, Priorat)³, el Coll del Moro

² MASCORT, M., SANMARTÍ, J., SANTACANA, J., "Noves aportacions sobre el poblament protohistòric a les comarques del curs inferior de l'Ebre. Els resultats de la campanya de prospecció desenvolupada l'any 1988", *La romanització del Pirineu, 8è Col.loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà*, Puigcerdà, 1990, ps.165-174.

³ GENERA, M., "Els pobles dels camps d'urnes al sud de Catalunya: l'establiment del Puig Roig (El Masroig, Priorat)", *Tribuna d'Arqueologia, 1985-1986*, Barcelona, 1986, ps. 53-61.

(La Serra d'Almos, Ribera d'Ebre)⁴, o El Calvari (El Molar, Priorat)⁵, que se caracterizan por una organización urbanística de calle central, única o bien con una segunda vía paralela, sin calles transversales. Esta organización es la que mejor se adapta a las condiciones topográficas de las crestas alargadas sobre las cuales están situados. En cambio, la plataforma donde está situado el yacimiento del Barranc de Gàfols permite desarrollar un trazado de aspecto ortogonal.

Por otra parte, es evidente que el yacimiento ha sufrido una acción erosiva considerable, tanto natural como antrópica. En efecto, hay indicios positivos de la existencia de por lo menos otro recinto situado inmediatamente al norte de la habitación X, destruido por una trinchera que ha arrasado también el extremo septentrional de los recintos VI y VII. Del mismo modo, la propia existencia de la calle C parece implicar la presencia de esta habitación e incluso, tal vez, de otras más al norte. En este sentido cabe destacar que, aparte de la acción antrópica encaminada a habilitar el campo para el cultivo, sin duda se han producido desprendimientos importantes en los bordes de la plataforma donde se encuentra el yacimiento. Es muy posible, por lo tanto, que el asentamiento fuera considerablemente más extenso de lo que actualmente se nos presenta, al menos en los extremos septentrional y meridional. Hacia el este y el oeste, en cambio, el yacimiento ha quedado bien delimitado, ya que las diversas trincheras de prospección realizadas han dado resultados negativos.

Por lo que respecta al trabajo de despiedre realizado por los agricultores, ha provocado también la destrucción parcial o total de un buen número de paredes, el trazado original de las cuales, sin embargo, se puede identificar fácilmente a partir de las trincheras de expoliación. Afortunadamente, estas acciones no han afectado a las sedimentaciones del interior de las construcciones, que en general se conservan intactas.

3. LAS VIVIENDAS. ESTRUCTURA Y TÉCNICAS CONSTRUCTIVAS

Las construcciones excavadas hasta el momento son bastante uniformes en cuanto a formas, dimensiones y técnicas constructivas. Se trata, en todos los casos, de recintos alargados, de planta rectangular o ligeramente trapezoidal. Como únicas excepciones, cabe destacar el recinto X, de planta casi absidal, y los recintos VII-VIII, de planta aproximadamente cuadrada pero que, en realidad,

⁴ VILASECA, S.: *Coll del Moro. Poblado y túmulo posthallstáticos en Serra d'Almors, término de Tivissa (Bajo Priorato)*. Estudios Ibéricos, 1, Valencia, 1953.

⁵ VILASECA, S.: *El poblado y necrópolis prehistóricos de Molá (Tarragona)*. Acta Arqueológica Hispánica, I, Madrid, 1943.

son el resultado de la subdivisión en dos estancias de una construcción rectangular de mayor tamaño (lám. III). Los recintos mejor conservados del asentamiento tienen unas dimensiones de aproximadamente 2,5 m de ancho por casi 8 m de longitud, con una superficie alrededor de 20 metros cuadrados.

Todas estas construcciones estaban cubiertas por un estrato de tierra vegetal de potencia no superior a los 35-40 cm, que, una vez retirado, dejaba al descubierto la parte superior de los zócalos de piedra de las paredes, algunos de los cuales, en los recintos I, II y III, conservaban restos de revestimientos de arcilla que revestían los muros largos. La estratificación documentada en el interior de los diferentes recintos es esencialmente igual. Se trata, en primer lugar, e inmediatamente por debajo del estrato superficial, de una potente capa de derrumbe de las paredes -con un grosor máximo de 40 cm-, formada por tierra rojiza y por adobes más o menos bien conservados según el grado de cocción alcanzado a raíz del violento incendio que puso fin a la vida del asentamiento (lám. IV, fig. 4). En este mismo estrato se documenta también la presencia de diferentes objetos de arcilla cruda -a menudo de difícil interpretación- y de un buen número de vasos cerámicos, algunos de los cuales estaban completos. Por debajo de estas capas de derrumbe de las paredes aparece generalmente un nivel de cenizas de grosor considerable, entre 5 y 8 cm. Es evidente que la formación de estos estratos de cenizas tuvo lugar, antes de la caída de los muros, a causa del incendio y hundimiento de las cubiertas y, posiblemente, de otros elementos de madera, constructivos o de mobiliario. Por debajo de estos estratos, finalmente, aparecen los pavimentos, con sus correspondientes hogares.

En todos los casos, a excepción del recinto IX, la roca natural fue recortada previamente a la disposición de las paredes, de tal manera que la parte superior de los zócalos de piedra queda aproximadamente a la misma altura de las calles o pocos centímetros más arriba. De este modo, desde el exterior de los recintos sólo se verían las paredes de adobes. Los basamentos consisten en dos o tres hiladas de piedra, colocadas de forma irregular y unidas con mortero de barro (lám. IV, fig. 2). La anchura de estos zócalos varía entre 50 y 58 cm en los muros de delimitación del conjunto constructivo A y en algunos del sector B, mientras que se reduce a 30-40 cm en el caso de las paredes medianeras. La disposición de las piedras no sigue un procedimiento uniforme, sino que se ha constatado la utilización de diversas técnicas, entre las que predomina la mampostería, consistente en el uso de un aparejo irregular hecho con piedras dispuestas sin un orden determinado. Por otra parte, también se documenta una variante más regular de esta técnica, en la que las piedras se disponen en doble hilada, formando así el grueso del muro. Un tercer procedimiento consiste en la disposición de una doble hilada de losas verticales con relleno interno a base de pequeñas piedras y tierra. Por último, en algunos casos el basamento ha sido

construido utilizando una gran cantidad de tierra en la que están inmersas las piedras -que son más escasas y de menor tamaño- probablemente con ayuda de un encofrado, aplicando así una técnica intermedia entre la tapia y la mampostería.

Por encima de los zócalos de piedra se disponía, probablemente, una capa de barro destinada a allanar su parte superior y facilitar la adhesión de los alzados de adobes. En cuanto a éstos, son de dimensiones variables y es posible distinguir diferencias según la habitación, del mismo modo que se observan diferencias en la técnica de construcción de los basamentos de un recinto a otro. Así, por ejemplo, en la habitación I hay piezas de forma aproximadamente cuadrada (50-60 cm de longitud, 40 cm de ancho, 10-14 cm de altura), junto a otras más pequeñas y alargadas (22-30 cm de longitud, 20 cm de anchura, 12 cm de alto). En la habitación II predominan los adobes más alargados y estrechos (20-40 cm de longitud, 12-14 cm de ancho, 12 cm de altura), aunque algunos tienden más al cuadrado (30 x 20 x 12 cm). Los adobes de la habitación III también son bastante regulares, pero un poco más grandes (30-40 cm de longitud, 20 cm de anchura, 12-14 cm de alto). La misma diversidad se observa en otros recintos. Esta variabilidad de módulos contrasta con la uniformidad de las dimensiones de los adobes del asentamiento del Puig Roig, el único asentamiento cercano donde se han podido documentar adobes bien conservados. En este caso, las unidades tienen dimensiones regulares que oscilan entre los 46 y 50 cm de longitud, entre 19 y 20 cm de anchura y entre 15 y 16 cm de altura⁶. Una explicación posible para la diversidad de dimensiones entre los adobes del Barranc de Gàfols podría estar en una puesta en obra no uniforme de los mismos, es decir, alternando el largo y el través, o bien disponiendo a veces una doble hilada de adobes y otras veces uno solo para formar el ancho de la pared, etc. Por otra parte, cabe considerar la posibilidad de que algunos adobes no formasen parte de los muros sino de banquetas u otras estructuras que requiriesen piezas de dimensiones diferentes.

Estos adobes iban unidos entre sí mediante mortero de barro, según indica el hecho de que en una de las caras de cada adobe (muy probablemente la que se colocaba hacia abajo) aparecen varios surcos longitudinales profundos, hechos seguramente con los dedos, para que penetrase la argamasa. Estas marcas tienen una anchura de 15 mm por 3-5 mm de profundidad y están separadas entre sí unos 15 mm. Por otra parte, algunas unidades conservan el mortero aún adherido a su cara superior (lám. IV, fig. 3), reproduciendo en positivo las improntas digitales practicadas en la cara inferior del adobe con el que estaba en contacto, mientras que en su superficie opuesta (su cara inferior) tienen igualmente surcos.

Respecto a la posición de los adobes sobre los zócalos, es difícil deducirla

⁶ GENERA, *op. cit.* nota 2, espec. p. 57.

a partir de la orientación de las piezas caídas cuando se derrumbaron las paredes. En algunas habitaciones, especialmente en la II y en la III, encontramos los adobes tanto paralelos como perpendiculares a los basamentos (lám. IV, fig. 4), lo que sugiere una alternancia de la sogá y el tizón. En cambio, en el recinto I, los adobes aparecieron en posición oblicua respecto a las paredes, hecho que nos lleva a considerar la posibilidad de que estuvieran colocados a sogá y que en el momento de derrumbarse las paredes tropezaran con algún poste que los desviase de su orientación original.

Con frecuencia, las paredes se revestían con un rebozado de barro, destinado a protegerlas contra la lluvia y los golpes, y a perfeccionar el aislamiento térmico. Normalmente, estos revestimientos se conservan en las superficies laterales de los adobes y, en el caso de los recintos I y III, también en los zócalos de piedra. La composición del revestimiento es similar a la de los adobes, si bien se utilizaba una mayor cantidad de agua y se aplicaba en finas capas, según se puede deducir del aspecto sumamente liso y depurado del material. Sobre el revestimiento de una de las caras laterales de algunos adobes hemos podido documentar restos de decoración pintada de color rojo que forma finas líneas paralelas, amplias franjas y otros motivos más complejos, siempre, aparentemente, geométricos (lám. IV, fig. 3). La presencia de estas decoraciones sólo se ha observado, de momento, en los recintos I, II, III y IV, especialmente en los dos primeros.

En cuanto a las cubiertas, los restos que poseemos son, a parte de los estratos de cenizas depositados entre los pavimentos y los derrumbes de adobes, algunos fragmentos de tierra arcillosa mezclada con paja, muy endurecida como consecuencia del incendio que causó la destrucción de los recintos. Estos fragmentos tienen un grosor entre 3 y 5 cm, contienen la impronta de troncos y de otros elementos vegetales, y presentan pequeñas oquedades con la forma de briznas de paja. Todos estos elementos parecen indicar que la cubierta iba colocada sobre un envigado de madera dispuesto horizontalmente y descansando sobre las paredes longitudinales de las habitaciones. Sobre este envigado se debía de disponer un lecho de elementos vegetales (cañas y ramaje), por encima del cual se aplicaba una gruesa capa de barro mezclado con paja. Los fragmentos que hemos descrito formarían parte de esta capa impermeabilizadora que, sin duda, recubría los techos, y las improntas que contienen corresponden al envigado sobre el cual reposaba toda la cubierta. Estos supuestos fragmentos de cubierta no nos informan, sin embargo, de la forma en que ésta iba colocada, es decir, si era plana o inclinada, si tenía una o dos vertientes. Un factor que hay que tener en cuenta a la hora de elaborar hipótesis sobre esta cuestión es el hecho de que, a menudo, las piezas cerámicas (sobre todo las grandes jarras) aparecen sobre el derrumbe de adobes. Esto indica que estos elementos procedían de un

lugar alto, y es posible que hubieran estado dispuestos sobre un altillo. Cabe considerar también la posibilidad de que estuvieran colocadas sobre una cubierta plana, que podría haber funcionado como almacén. La hipótesis de la cubierta plana-terracea ha sido propuesta para algunos asentamientos protohistóricos de Cataluña⁷ y Languedoc⁸, pero cabe señalar que en la zona no existen paralelos etnográficos de cubiertas planas ni de almacenes sobre cubiertas dentro de la arquitectura rural o tradicional. Consideramos, por lo tanto, más prudente la idea de un altillo sobre el que se pudieran colocar las jarras de almacén protegidas por la cubierta inclinada.

Por lo que respecta a las pavimentaciones, en las habitaciones del sector A, así como en el recinto IX están formados por capas de tierra depurada, muy arcillosa y compacta, de color amarillento o rosado, depositadas sobre la roca natural o bien sobre una preparación de gravas destinada a nivelar las irregularidades de la roca (lám. IV, fig. 2). En el resto del yacimiento (sector B, recinto X), en cambio, el suelo de las habitaciones estaba formado por la propia roca regularizada.

Hasta el momento se han documentado hogares en todos los recintos del sector A, en la habitación VII del sector B y en la habitación IX del sector C (lám. II). Los hogares de los sectores A y C tienen rasgos similares, mientras que el del sector B presenta características diferentes. Los primeros tienen unas dimensiones que oscilan entre 120 y 140 cm de largo, con una anchura media de 80 cm. Son de forma subrectangular y están situados aproximadamente en el centro de cada recinto. Tipológicamente, se deben considerar en dos grupos diferentes: los hogares de las habitaciones III y IV son los menos elaborados; están recortados en los pavimentos, sin otra delimitación, y carecen de preparación previa a la suela, de modo que pueden ser incluidos en el tipo "hogares construidos semiexcavados no limitados" de la clasificación establecida por E. Pons y M Molist⁹. Por otra parte, los hogares de las habitaciones I, II, V y IX, mucho más elaborados, están recortados en los pavimentos y, además, están dotados de sendos marcos de arcilla que delimitan la zona de combustión. En el caso de la habitación I, existía una preparación bajo la suela del hogar, realizada a base

⁷ BALLBÉ, X.; BARBERÀ, J.; BARRIAL, O.; FOLCH, J.; MENÉNDEZ, X.; MIRÓ, C.; MIRÓ, M.T.; MIRÓ, N.; MOLIST, N.; SOLIAS, J. M.: "Distribución del espacio en el poblado ibérico de la Penya del Moro de Sant Just Desvern (Baix Llobregat)". *Arqueologia Espacial (Coloquio sobre el microespacio)*, 9. Teruel, 1986 ps. 303-320.

⁸ CHAUSSERIE-LAPREE, J.; NIN, N., "Le village protohistorique d'Ile à Martigues (B.-du-Rh.). Urbanisme et architecture de la phase primitive (début du Vème - début du II ème s. av. J.-C.). II.- Donées nouvelles sur l'urbanisme et l'architecture domestique" *Documents d'Archéologie Méridionale*. 10, 1988, ps. 31-89, espec. p. 78.

⁹ PONS, E., MOLIST, M.:1989. "Les structures domestiques de cuisson durant la Protohistoire en Catalogne". *Habitat et structures domestiques en Méditerranée occidentale durant la protohistoire*. Colloque International (pré-actes). Arles-sur-Rhône, ps. 137-142.

de fragmentos de cerámica y cantos rodados; en la habitación V la preparación era sólo de cantos rodados; el hogar de la habitación II no tenía preparación alguna. Estos tres hogares se incluyen dentro del grupo “hogares construidos semiexcavados limitados” de la tipología establecida por E. Pons y M. Molist. En cuanto al hogar del recinto VII, está formado por una capa de arcilla de color marrón rojizo, de perímetro subrectangular y límites imprecisos, con unas dimensiones de 100 x 120 cm. Esta placa de arcilla requemada cubría parcialmente una preparación de cantos rodados. Podría ser clasificada dentro del grupo “hogares construidos con suela sobrealzada no limitada”, ya que tiene preparación de guijarros, pero no límites definidos.

Además de los hogares, también ha sido posible la identificación de un horno, situado en el ángulo sudoeste del recinto I (lám. II). Consiste en una estructura de planta ovalada, elaborada básicamente con tierra y conservada al nivel de la suela, que está a una altura de 45-50 cm en relación con el suelo de la habitación. No se han conservado restos de la bóveda, pero sí de las paredes que lo delimitaban, confeccionadas con tierra arcillosa muy depurada, de un grosor de 3 a 6 cm, y que cierran un espacio de 110 x 95 cm. El horno había sido construido sobre un basamento de piedras de dimensiones pequeñas y medianas, sobre el que descansaban las paredes y todo el relleno de la estructura. Este relleno estaba formado, en primer lugar, y directamente sobre el basamento, por una capa de tierra muy arcillosa que regularizaba la superficie. Por encima, se había dispuesto un lecho de pequeños guijarros a modo de preparación, que estaba cubierta, a su vez, por una capa de tierra muy fina, cuya superficie, muy endurecida por la acción de un calor intenso, debía de haber hecho la función de suela del horno.

En algunas habitaciones del Barranc de Gàfols se ha identificado la presencia de banquetas situadas en los ángulos internos, elaboradas con tierra cruda o con piedra. En la habitación VIII se ha documentado, al lado del muro occidental, una estructura constituida por diversas piedras que forman una pequeña plataforma de unos 62 cm de longitud por 30 cm de anchura máxima. Dada la presencia abundante de molinos en este recinto, es lógico pensar que hubiera servido para apoyar en él estas piezas durante la molienda.

Por otra parte, se han podido documentar, cerca del ángulo nororiental de la habitación III, tres unidades paralelepípedas de barro (cuyas dimensiones son, respectivamente y de este a oeste, 56 x 14 x 18 cm; 40 x 20 x 18 cm; 50 x 18-26 x 18 cm), colocadas sobre el pavimento, paralelas entre sí y adosadas por uno de los lados cortos al muro septentrional, dejando entre ellas un espacio de 70 y 50 cm respectivamente. Es posible que sobre ellas hubiera otras piezas, formando una especie de estante o armario, acabado con elementos de madera dispuestos horizontalmente.

Por norma general, los recintos no están compartimentados interiormente, pero en algunas ocasiones se ha documentado la presencia de tabiques. Así, el recinto II posee un tabique transversal de adobe que lo divide en dos estancias de dimensiones desiguales; al fondo del recinto I otro murete de adobe delimita un estrecho corredor, y el recinto VI queda dividido en dos estancias mediante un tabique de piedra. En el interior de estos recintos, la realización de actividades diversas viene indicada por la presencia de las estructuras domésticas arriba descritas (hogares, horno, banquetas), así como por los materiales muebles que consideraremos en el apartado siguiente; a menudo, sin embargo, no existe separación física entre el espacio destinado a unas u otras actividades.

Finalmente, cabe describir la estructura XIV, que, por su forma, técnica constructiva y, probablemente, por su función, se diferencia del resto de recintos del asentamiento (lám. II). Consiste en un recorte practicado en la roca en una profundidad de 25-30 cm, que delimita un espacio de forma trapezoidal, con unas dimensiones de 8,5 m en su eje longitudinal, 3 m en el lado norte y 2 m en el extremo opuesto. Este recorte contenía una capa de cenizas de 25 cm de potencia, sobre las cuales aparecieron diversas marcas dejadas por objetos de arcilla de formas rectangulares, que formaban una especie de cuadrícula. La forma irregular del recinto, sus características constructivas y la gran cantidad de cenizas que contenía sugieren su utilización como pajar. Probablemente, también fuera usado como secadero de adobes, que habrían dejado sus huellas en el cuadrículado antes descrito.

4. LOS MATERIALES MUEBLES

4.1. La cerámica a mano

Por lo que respecta a las cerámicas a mano, una primera distinción, basada en las características de la pasta, permite observar la existencia de dos grandes grupos. Por una parte las piezas con pastas que incluyen partículas de mica, siempre de color dorado, son claramente minoritarias (un 2,2% de los fragmentos de cerámica a mano) y, con sólo alguna excepción, son siempre vasos de dimensiones pequeñas o medianas, con la superficie externa bruñida, tratándose, básicamente, de elementos de vajilla y vasos de cocina (lám. III, figs. 1 y 5). El segundo tipo, claramente mayoritario (un 88,4% del total de fragmentos de cerámica a mano), se caracteriza por su desgrasante calcáreo, con una ausencia total de mica (lám. III, figs. 3, 6 y 9). A este tipo de pasta corresponden, sobre todo, vasos de tamaño mediano y grandes tinajas de almacenamiento, con frecuen-

cia decoradas con cordones. Estas últimas son piezas de perfil ovoidal o piriforme, con grandes bordes exvasados y con asas que unen el borde con la parte superior del cuerpo. Su capacidad, en la medida que resulta posible evaluarla, resulta considerable, oscilando entre los 46 y los 70 litros.

4.2. La cerámica a torno

La cerámica a torno se incluye en dos grandes categorías. Por una parte tenemos un grupo, claramente minoritario, de cerámicas fenicias arcaicas importadas del área del Estrecho de Gibraltar, bien caracterizadas por su pasta y, a veces, por su decoración pintada bícroma (rojo y negro); se trata principalmente de ánforas del tipo Vuillemot R-1. En segundo lugar, hay una serie de vasos que se diferencian claramente de esta producción por las características de pasta y de decoración, si bien a menudo las formas son de clara inspiración fenicia. Entre estas formas cabe destacar un buen número de ánforas con borde reentrante, labio triangular y espalda carenada, que imitan claramente el tipo Vuillemot R-1 (lám. III, fig. 2). Asimismo, son relativamente frecuentes los *pithoi* con borde vuelto y asas de doble tendón, con decoraciones de diferentes tipos pintadas de color rojo en la superficie externa. Entre las piezas de menores dimensiones merece ser resaltado el hallazgo de una *oinochoe* de cuerpo bitroncocónico, con boca trilobulada, asa vertical de doble tendón y decoración de bandas horizontales pintadas, que corresponde de forma evidente al modelo fenicio arcaico (lám. III, fig. 10; lám. IV, fig. 1). Asimismo, cabe destacar la presencia de un pie troncocónico completo, con restos de decoración pintada, que seguramente corresponde a una pátera o copa de pie alto (lám. III, fig. 7). Esta pieza es relacionable con otra base con tallo macizo dotada de profundas acanaladuras, igualmente con decoración pintada (lám. III, fig. 8). No existen paralelos precisos para estas piezas entre las cerámicas de producción fenicia; de hecho, los elementos más próximos que conocemos son algunas piezas encontradas en necrópolis orientalizantes indígenas del sur de la Península Ibérica, concretamente las de Medellín¹⁰ y Setefilla¹¹. Finalmente, cabe destacar el hallazgo de varios cuencos con labio vuelto y alguna otra pieza de morfología poco precisa. El lugar -o lugares- de fabricación de este segundo tipo de cerámicas a torno no puede ser

¹⁰ ALMAGRO GORBEA, M., *El Bronce Final y el período orientalizante en Extremadura*, *Bibliotheca Praehistorica Hispana*, XIV, Madrid, 1977, p. 334, fig. 130, 19-7

¹¹ AUBET, M.E., *La necrópolis ibérica de Setefilla en Lora del Río (Sevilla) (Túmulo A)*, Barcelona, 1975, p. 9, fig. 23, 2; AUBET, M.E., *La necrópolis ibérica de Setefilla en Lora del Río (Sevilla) (Túmulo B)*, Barcelona 1981, p. 23, fig. 13, 2.

aún precisado, pero la posibilidad de que fuera una producción autóctona de las comarcas del curso inferior del Ebro no puede ser despreciada.

4.3. Otros materiales muebles

El resto de materiales muebles descubiertos en el yacimiento corresponde a cinco tipos: objetos metálicos, molinos, afiladores de piedra, *pondera* y un morillo. Los primeros, siempre de bronce, son muy escasos: se trata de dos fragmentos de brazaletes con decoración grabada, algunos fragmentos de aguja y restos de una cadena, parcialmente fundida a causa del calor del incendio.

Por lo que respecta a los molinos, son siempre barquiformes y de piedra granítica de procedencia aún no determinada, si bien se puede suponer su origen en la zona de Falsset. Su presencia está documentada en todos los recintos excavados, excepto el V y el VII, y debemos resaltar el elevado número de piezas halladas en los ámbitos IV y VIII, donde también se han descubierto algunos ejemplares especialmente grandes.

Los *pondera* (lám. III, fig. 4) están presentes también en la mayor parte de los recintos bien conservados, excepto el VIII y el X. En general aparecen dos o tres en cada habitación, excepto en el recinto III, que ha proporcionado solamente uno. Como objeto excepcional, cabe destacar el hallazgo, en la habitación IV, de un morillo de arcilla cruda de forma prismática, macizo, de sección triangular, de superficie bien alisada, dotado de una crestería bien marcada, - con dos apéndices más prominentes en los extremos- y cuatro perforaciones transversales; todas estas características permiten asimilar este ejemplar al tipo B de G. Ruiz Zapatero, forma característica de la Primera Edad del Hierro en el Valle del Ebro¹². Esta es la primera pieza de este tipo que se documenta en las comarcas tarraconenses, y su presencia parece indicar conexiones claras con el Bajo Aragón.

El estudio de los materiales faunísticos y carpológicos se encuentra actualmente en curso de realización, pero ya es posible adelantar el hallazgo de un gran número de bellotas carbonizadas en los recintos I, III y VI, que demuestran que la recolección de frutos secos constituía una de las actividades de subsistencia.

¹² RUIZ ZAPATERO, G., *Los Campos de Urnas del N.E. de la Península Ibérica*, Madrid, 1983, ps. 802-806; MALUQUER DE MOTES, J., "Sobre el uso de morillos durante la Edad del Hierro en la Cuenca del Ebro", *Príncipe de Viana*, 90-91, 1983, ps. 29-39, espec. p. 34.

6. CRONOLOGÍA

En relación a la cronología del asentamiento, debemos destacar la total ausencia de importaciones griegas u otros materiales susceptibles de una datación precisa dentro de un arco cronológico breve. Parece lógico suponer, de todos modos, que la última fase del asentamiento es posterior o sólo parcialmente contemporánea a Aldovesta¹³, ya que en este último yacimiento predominan claramente las importaciones de cerámica a torno específicamente fenicias, mientras que son escasas las otras producciones cerámicas a torno, tan bien representadas, en cambio, en el Barranc de Gàfols. Esta idea, por otra parte, parece coherente con la técnica constructiva relativamente evolucionada que se documenta en el yacimiento. Esto permite proponer para esta última fase de ocupación del Barranc de Gàfols una datación posterior a 590/580 a. C. El *terminus ante quem* viene dado por la ausencia de cerámicas de tipo ibérico antiguo, la aparición de las cuales, a juzgar por las necrópolis de las bocas del Ebro, se debería situar a partir del segundo cuarto del siglo VI a. C.¹⁴.

7. CONSIDERACIONES FINALES

La documentación obtenida hasta el momento permite proponer algunas funciones precisas para algunos de los recintos excavados. Así, los ámbitos IV y VII podrían haber estado destinados a la molienda del grano, según se deduce de la presencia de diferentes molinos, de las dimensiones inusualmente grandes de algunos de ellos y de la ausencia de bellotas. Los molinos pequeños descubiertos en otras habitaciones podrían haber sido utilizados, en cambio, para moler las bellotas. Asimismo, el único horno descubierto hasta el momento se encuentra en el interior del recinto I, donde también se concentraban la mayor parte de grandes envases de almacenaje. Por el contrario, dentro del recinto II predominaban los vasos de cocina y de vajilla, y probablemente es significativo que sea esta habitación la que ha proporcionado más restos de fauna.

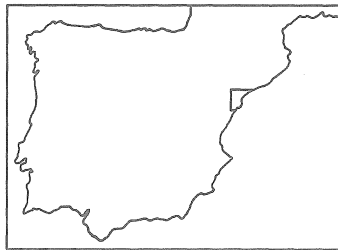
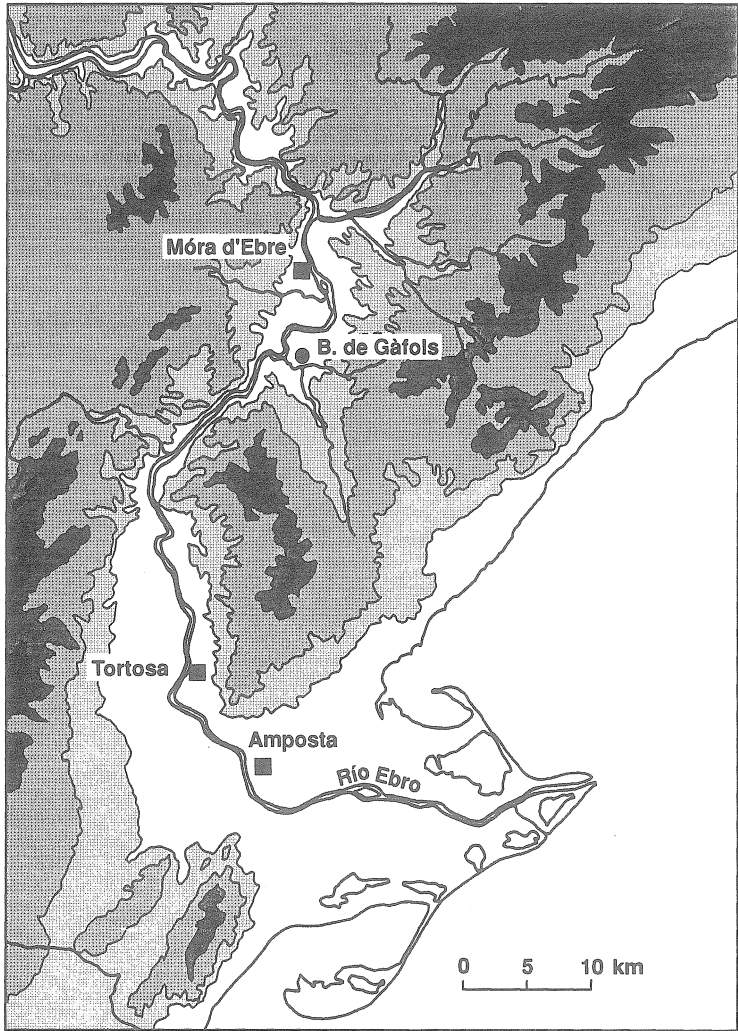
En relación a la estructura social, podemos suponer que cada uno de los recintos, al menos de los que estaban dotados de hogar, albergaba a una familia

¹³ MASCORT, M.T., SANMARTÍ, J., SANTACANA, J.: *El jaciment protohistòric d'Aldovesta (Benifallet) i el comerç fenici arcaic a la Catalunya meridional*, Tarragona, 1991, espec. ps. 41-42.

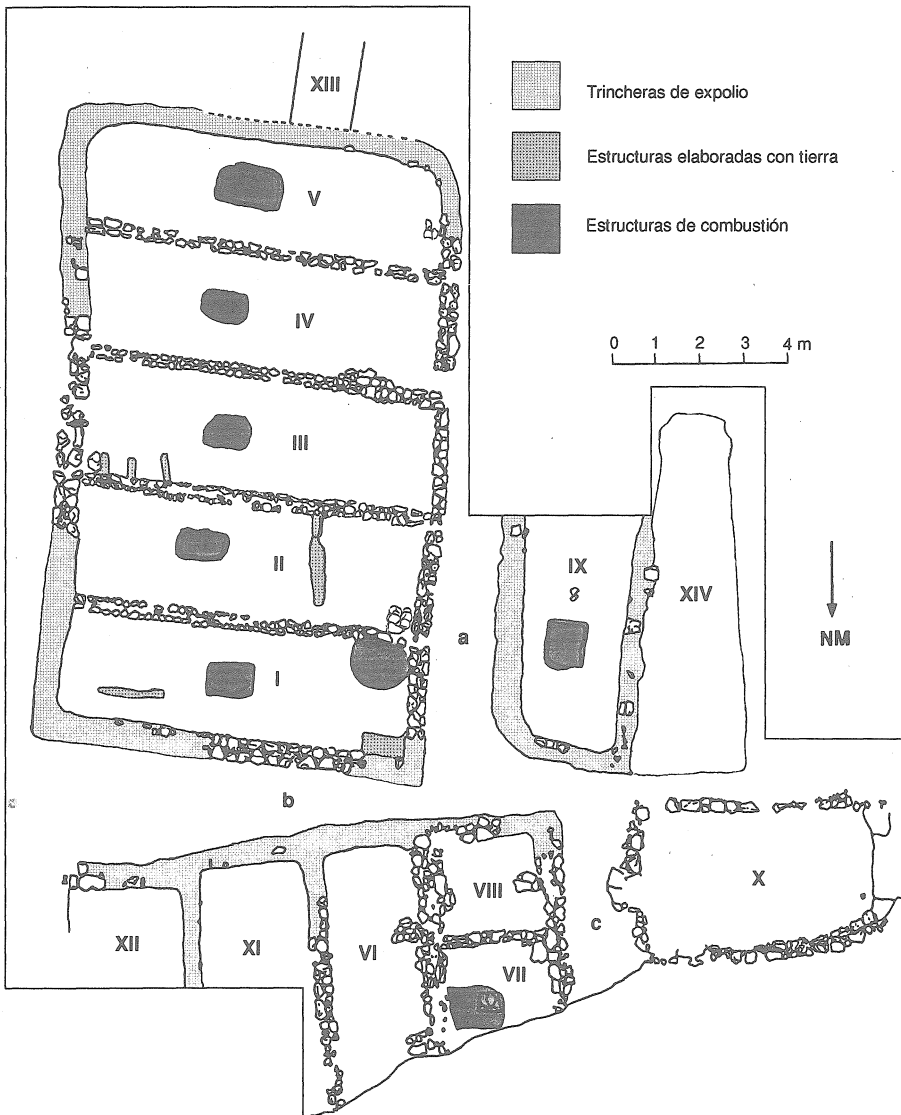
¹⁴ SANMARTÍ GREGO, E., "Materiales cerámicos griegos y etruscos de época arcaica en las comarcas meridionales de cataluña", *Ampurias*, 35, 1973, ps. 221-234, espec. p. 233; MALUQUER DE MOTES, J, *La necrópolis paleoibérica de "Mas de Mussols"*, Tortosa (Tarragona), Barcelona, 1984.

nuclear. Por otra parte, algunos elementos nos llevan a pensar que estas familias podrían haber estado vinculadas entre ellas, formando lo que los antropólogos denominan una “familia unida”, es decir, una agrupación de varias familias primarias, enlazadas mediante lazos de parentesco reales o ficticios¹⁵. Es frecuente que en este tipo de agrupaciones las familias primarias compartan la residencia y trabajen en común, si bien con una cierta especialización de funciones y de obligaciones. La evidencia arqueológica documentada en el Barranc de Gàfols no contradice esta interpretación, ya que existen elementos que sugieren trabajo comunitario, como el pajar situado detrás de las habitaciones o bien los recintos dedicados a la molienda. Del mismo modo, el hecho de no haberse documentado hasta el momento más que un horno doméstico, en el recinto I, parece indicar algún tipo de especialización para esta habitación -que probablemente fue también un almacén-, así como una utilización colectiva de esta estructura.

¹⁵ BEALS, R.L., HOIJER, H.: *Introducción a la Antropología*, Madrid, 1968, ps. 476-477.

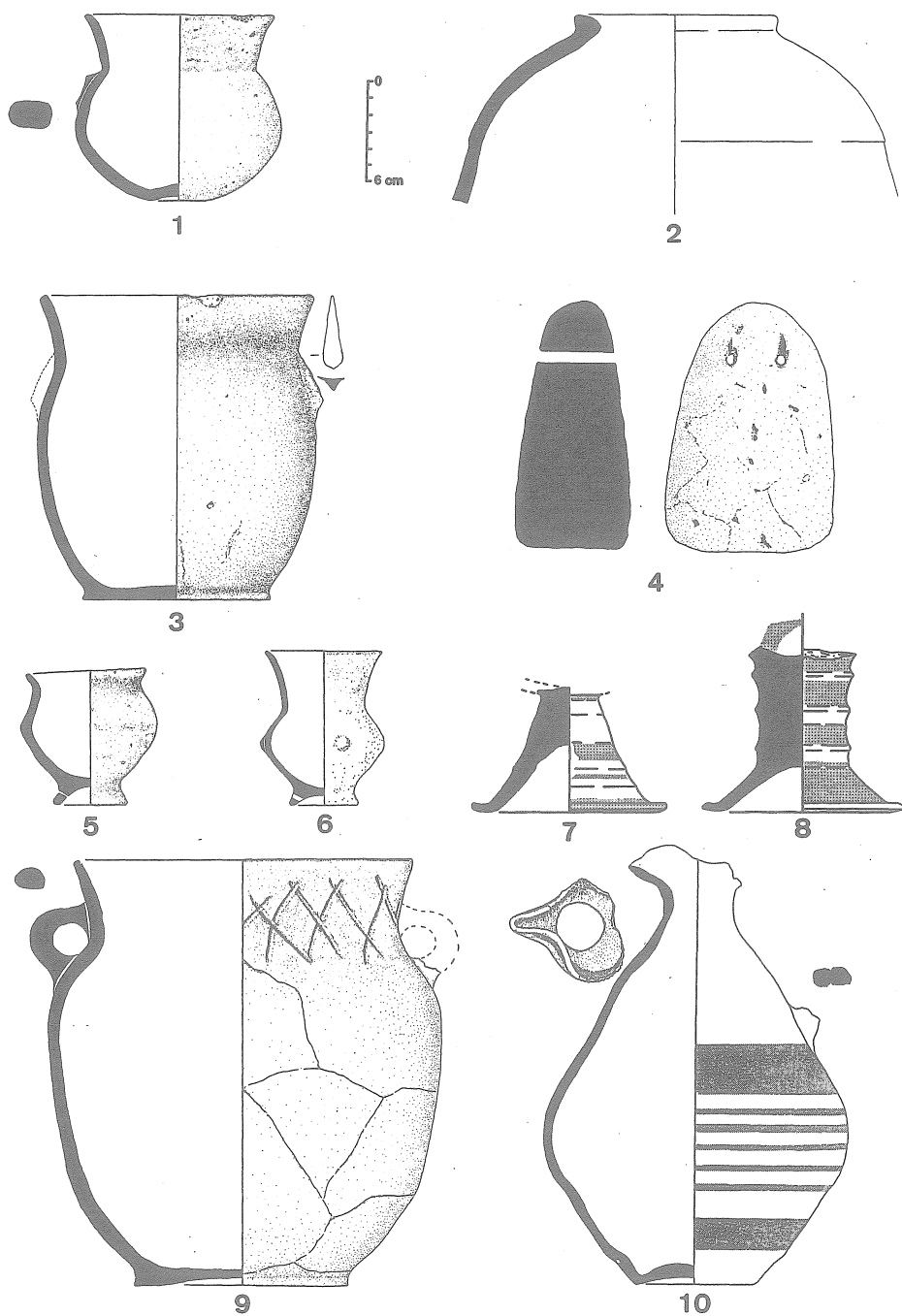


I. Esquema topográfico del Bajo Ebro, con indicación del yacimiento del Barranc de Gàfols y de las principales poblaciones modernas.

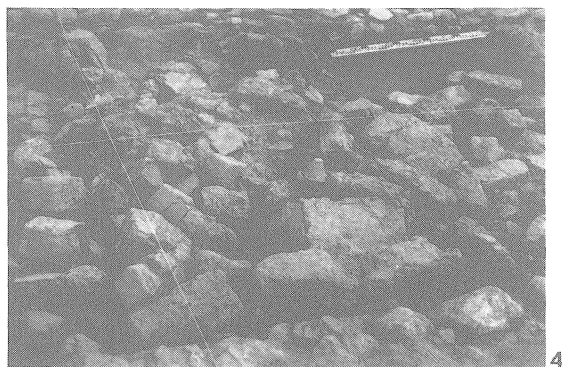
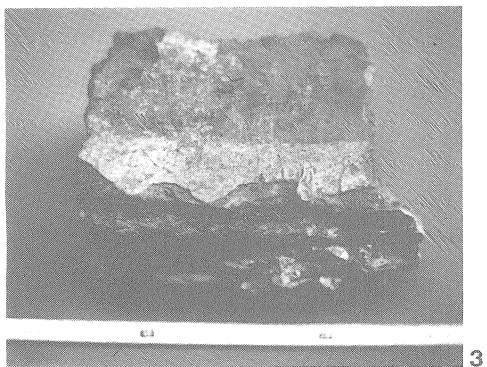
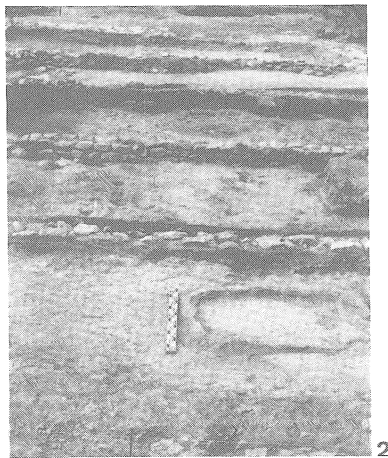
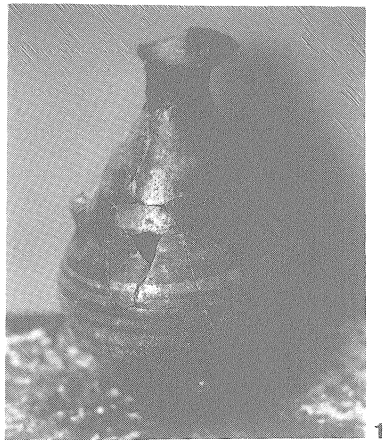


II. Planta del asentamiento del Barranc de Gàfols, al finalizar la campaña de excavaciones de 1992.

Est. III



III. Materiales del asentamiento del Barranc de Gàfols: cerámica a mano (1, 3, 5, 6 y 9), cerámicas a torno imitando formas fenicias (2, 7, 8 y 10), *pondus* (4).



IV. 1. *Oinochoe* de ceràmica a torno; 2. Vista general de las habitaciones del sector A;
3. Adobe con decoración pintada en una de sus caras y con restos de mortero de barro;
4. Derrumbe de las paredes de adobe de la habitación II.

LA LOCALIZACION DE LA NECROPOLIS CELTIBERICA DE NUMANCIA

por

A. Jimeno Martínez* y F. Morales Hernández*

Resumen: Se recogen los trabajos realizados en Numancia para localizar la necrópolis, a lo largo de este siglo, y las diferentes interpretaciones suscitadas al respecto, en relación con el doble ritual transmitido por la Fuentes de la Antigüedad (interpretación de círculos de piedra para expositorio de cadáveres). Completan esta documentación funeraria los diferentes restos humanos hallados en las excavaciones de la ciudad. Finalmente, se dan a conocer los resultados de la pequeña excavación practicada para confirmar la existencia de una necrópolis de incineración.

Palabras-clave: Cultura Celtibérica. Necrópolis. Numancia.

INTRODUCCION

El reciente descubrimiento de la necrópolis celtibérica de Numancia permitirá en el futuro ampliar la información que tenemos sobre este importante yacimiento celtibérico, que destacó por su enconada resistencia contra Roma. En esta comunicación damos noticia de este descubrimiento y de las primeras excavaciones realizadas, que hemos querido completar con una breve exposición de los trabajos acometidos, a lo largo de este siglo, para la localización de esta necrópolis (fig. 1).

Se realizó una pequeña excavación de urgencia, en el mes de marzo, para confirmar las evidencias superficiales detectadas, seguida de una primera campaña de excavación, en los meses de Julio y Agosto, todavía en proceso de estudio. Los trabajos se enmarcan en el Plan Director de Numancia que, elaborado a instancias de la Dirección General de Patrimonio y Promoción Cultural de la Junta de Castilla y León, pretende ser un plan coordinado de actuaciones sobre

* Dpto. de Prehistoria. Universidad Complutense de Madrid.

conservación y restauración, junto a las de investigación, didáctica, difusión e infraestructura general, que permitan sacar a este yacimiento de su prolongado abandono y potencie su valor histórico.

Este Plan pretende proteger todos los restos arqueológicos y arquitectónicos que explican la urbanística de la ciudad, así como mantener y ampliar las actuaciones de consolidación y didáctica, ya realizadas, necesarias para la comprensión del yacimiento y su proyección social. El contenido del Plan Director se desglosa y articula en cuatro grandes apartados:

- **Plan de Conservación.** Los problemas básicos y más preocupantes de Numancia, como los de los yacimientos de similares características, son los de su conservación (hay que reexcavar, consolidar y mantener en el futuro una superficie constructiva de 11 has), de la que dependen en buena medida sus posibilidades de visita, comprensión y proyección social

- El **Plan de Investigación** se orienta en una doble vertiente. Por un lado, la recogida sistemática de la documentación existente sobre Numancia (informatización y restitución fotogramétrica de la estructura urbana) como base imprescindible de los trabajos a realizar en la ciudad y, por otro, el conocimiento de las zonas no excavadas con la utilización de técnicas no destructivas (fotografía aérea y geofísica), que también se aplicaran al estudio de los recintos murados.

El primer aspecto y su necesidad vienen obligados por la realidad del conocimiento, que las excavaciones anteriores nos proporcionan de Numancia (entre 1906 y 1923 se dejó al descubierto la mayor parte de la superficie excavada). Este conocimiento está distorsionado y es fragmentario, ya que se realizaron básicamente pensando en las estructuras arquitectónicas desnudas sin reparar en la importancia que para explicar estas o dar sentido a estas tienen los elementos mobiliarios consustanciales a su funcionalidad y uso.

- Con el **Plan de Difusión** se pretende transmitir y dar a conocer a la sociedad -a través de gráficos, reconstrucciones, medios audiovisuales y publicaciones- todo lo concerniente a la historia de Numancia, así como aproximar al visitante en general a los modos de vida de sus gentes y a buscar y rastrear en ellos las claves de nuestra Historia. Hay que destacar este aspecto del plan, ya que toda actividad investigadora para que tenga sentido y justificación debe de repercutir o tener una incidencia social, es decir debe revertir a la sociedad que la hizo posible. Para ello se plantea la construcción de un nuevo edificio didáctico y la reconstrucción de una casa celtibérica y otra romana.

- Finalmente el **Plan de Gestión**, contempla dotar a Numancia de los elementos de dirección o coordinación y control, así como de los medios financieros que lo hagan viable.

El abandono de Numancia durante las últimas décadas obliga a una reflexión, sobre las actuaciones arqueológicas en general, y la inconveniencia de descubrir

grandes yacimientos y dejar al aire miles de restos y estructuras, sin medios suficientes para atender todas sus necesidades -excavación, clasificación, estudios, conservación de todo lo recuperado-, contribuyendo de esta manera a su destrozo definitivo. Esperamos que en un plazo de diez años, con la aplicación de este plan, Numancia vuelva a adquirir la dignidad, que le han privado sucesivas décadas de abandono, y esté a la altura de la consideración que la conciencia colectiva guarda de su gesta histórica.

BUSQUEDA DE LA NECROPOLIS Y REFERENCIAS HISTORICAS

La localización de la necrópolis de Numancia ha centrado la atención de los investigadores a lo largo de este siglo. En las primeras décadas la Comisión de Excavaciones (VV.AA., 1912) realizó un amplio programa de sondeos, unos 53 (fig. 1), en torno al cerro numantino (más en la zona Norte y Sur) sin resultados satisfactorios (Wattenberg, 1963:30-31). Se planteó incluso la posibilidad de que Escipión, al fortificar sus posiciones frente a Numancia, hubiera destruido la necrópolis, para conseguir un efecto moral contra los sitiados (Mélida, 1922: 178)

Los escritores de la Antigüedad han transmitido un doble ritual de enterramiento. Así, Silo Itálico atribuye a los celtíberos la exposición de los guerreros muertos en combate, para que fueran devorados por los buitres. Esta práctica también la atribuye Herodoto a otros pueblos pastores y la referencia Eliano entre los vacceos “dan sepultura en el fuego a los que nueren de enfermedad..., más a los que pierden la vida en la guerra... los arrojan a los buitres, que estiman como animales sagrados”.

CIRCULOS DE PIEDRA Y EXPOSICION DE CADAVERES

La incesante búsqueda de la necrópolis de Numancia, unida a la tendencia a destacar sistemáticamente su heroísmo, condujo a utilizar en exceso estas noticias y tratar de explicar la ausencia de necrópolis por la exposición de los cuerpos de los numantinos para ser devorados por los buitres. Este ritual se quiso ver confirmado en algunas escenas representadas en las cerámicas con hombres caídos picoteados por rapaces (fig. 2), y esto sirvió también para dar explicación, como lugar donde se exponían los cadáveres, a unos círculos de piedra situados en la ladera sur del cerro (en la zona donde recientemente se ha descubierto la necrópolis), fuera del recinto vallado de la ciudad, junto a la ermita de San Antonio de Garrejo (fig. 3).

Estos círculos están realizados con grandes piedras -algunas pasan de los 50 cm de altura- y tienen formas circulares u ovales (grandes cantos rodados que formaban parte de los conglomerados terciarios de la zona), por lo general, con dimensiones de 3 m por 2,5 m, y uno de mayor tamaño realizado con 32 piedras, es rectangular y mide 12 m de largo por 6,50 m de ancho, disponiendo de un suelo empedrado en el que se dibuja una cruz orientada.

Algunos autores apuntaron diferentes hipótesis para interpretar estas estructuras. Así, Mérida, que llevó a cabo excavaciones en el círculo de mayores dimensiones, interpretó la presencia de algunos fragmentos de carbón y cerámica, por debajo de las piedras del suelo, como restos de algún sacrificio, explicando estas construcciones como **recintos sagrados o templos** e incluso supuso que cada tribu tuviera el suyo. Según este autor serían recintos al aire libre, apartados de la zona urbana, para contemplar el cielo libremente y realizar sacrificios de animales. La unión de los cuatro puntos cardinales, indicados por la cruz comentada, señalarían el lugar donde debía situarse el oficiante y pronosticar o augurar a la vista de las visceras del animal (Melida, 1922: 174-176). También se sugirió la posibilidad de que se tratara de **expositorios de enfermos** para la cura por el sol, al que adoraron los celtíberos (Iñiguez, 1916)

Desconocemos la finalidad de estos círculos (destaca su poca homogeneidad), ni siquiera a que momento corresponden, incluso cabe la posibilidad de que sean más recientes (al menos el excavado por Mérida), lo que explicaría que los restos de carbones y cerámicas rojas, al parecer celtibéricas, aparezcan por debajo de las piedras del suelo y no encima, como sería lógico pensar si fuera de algún sacrificio realizado en este recinto. No obstante, la aparición de la necrópolis junto a estos círculos obliga a repensar y buscar una interpretación a estas construcciones, quizás relacionadas con ella.

ENTERRAMIENTOS EN LA CIUDAD

Las excavaciones de la Ciudad proporcionaron algunos restos humanos (VV.AA, 1912: 24-25): un craneo completo sin maxilar inferior, los restos de un niño inhumado al parecer por debajo del suelo de una casa y unas 12 localizaciones más, algunos formando concentraciones de más de 100 y 200 huesos, a lo largo de la calle D (fig. 4). Pero el hallazgo de esos enterramientos no tienen por que ser de época celtibérica, ya que el cerro estuvo ocupado en sucesivos momentos, desde el Calcolítico-Edad del Bronce a la Edad Media.

En 1940, al realizar trabajos de conservación y excavación en un ángulo de la manzana XXIII, se descubrieron cuatro habitaciones. Una de ellas tuvo dos plantas, una de acceso directo desde la calle y otra subterránea, hasta dos

metros de profundidad -la típica “cueva” de las casas numantinas-, en la que se apreciaban las vigas de pino que constituyeron el piso de madera con el que estuvo cubierta. En esta estancia aparecieron, junto a cuatro vasos de factura celtibérica (de color rojo y gris, un plato hondo con decoración monocroma de peces) cuatro cráneos humanos sin maxilar inferior ni otro resto de esqueleto.

La posición de estas cabezas, de los vasos y huesos de animales relacionados indicaba su procedencia de la estancia superior y habrían caído a ella con los escombros que la cegaron. Estos restos se habrían conservado aisladamente en esta vivienda, destruida en el siglo II d.C.. Estos cráneos son relacionados por Taracena con el conocido ritual celta de las cabeza-trofeos (Taracena, 1943). Pero la presencia de este ritual en una época avanzada nos lleva a pensar más, que en cabezas-trofeo, en la consideración especial o culto al craneo con fines apotrópicos que engranaría desde el substrato ideológico precelta del Occidente peninsular (Almagro y Lorrio, 1992:436) y que continuaría cristianizado en la veneración de craneos de santos, como es el caso de los mártires de la ermita románica de Numancia.

También los trabajos de **González Simancas** sobre las fortificaciones proporcionaron dos **tinajas celtibéricas** pintadas de mediano tamaño, con restos de huesos quemados, al parecer humanos, entre cenizas y tierra roja. En la misma estancia de una de ellas, casi en el centro, se encontró un excepcional **monumento labrado en caliza** del país con forma de sarcófago, decorado con un relieve en la cara exterior de la cabecera con una “tau”, muy semejante a otras grabadas en fragmentos y vasos de cerámica numantina (González Simancas, 1926: 32-33).

Wattenberg reparando en estos últimos hallazgos indicaba que la situación de la necrópolis “es casi indudable que se encuentra en la zona norte y noreste de la población, donde excavara González Simancas”, y en la que la Comisión de Excavaciones no realizó sondeos (Wattenberg, 1963: 30). Esta zona ha sido prospectada recientemente con técnicas geofísicas (por el equipo de la Profesora Carmen Hernández, del Departamento de Geofísica de la Universidad Complutense) y arqueológicas, deparando restos y estructuras no funerarios.

EL RITUAL DE INCINERACION Y LA NECROPOLIS DESCUBIERTA

Pero fue siempre evidente, que debía de existir el cementerio o cementerios en los que se enterraran el resto de los mortales y a lo largo de los diferentes siglos de vida de la ciudad. Por tanto no solo debía de estar la necrópolis celtibérica, sino también la de época romana (de la que quedan algunas inscripciones en la ermita románica de Los Mártires). La necrópolis ahora descubierta viene

a probar esta hipótesis y la práctica en Numancia del usual ritual de la incineración.

LOCALIZACION Y SITUACION

La localización de la necrópolis celtibérica de Numancia ha sido posible por la información facilitada por Fernando Morales, que reparó en los típicos agujeros, practicados recientemente por clandestinos. A propuesta del responsable arqueológico del Plan Director de Numancia, Alfredo Jimeno, la Dirección General de Patrimonio y Promoción Cultural de la Junta de Castilla y León autorizó la realización de una excavación de urgencia, que permitieron confirmar la apreciación superficial y valorar la importancia del hallazgo. Queremos agradecer la ayuda prestada por los técnicos arqueólogos de la Junta de Castilla y León Da. Elenas Heras, Arqueóloga Territorial de Soria, y D. José Javier Fernández Moreno, así como la de los arqueólogos D. Alberto Sanz Aragonés y D. José María Carnicero Arribas.

La necrópolis se sitúa en la ladera sur del cerro donde se asienta Numancia, fuera del recinto vallado que rodea la ciudad, en terrenos pertenecientes a la finca de Garrejo (agradecemos a sus propietarios, los Condes de Ripalda, las facilidades para la realización de estos trabajos), y cerca de los círculos de piedra, que fueron interpretados, sin bases firmes, como lugares destinados a expositorio de cadáveres. Ocupa una extensión próxima a las dos hectáreas (fig. 5).

OBJETIVO DE LOS TRABAJOS DE EXCAVACION

La excavación de urgencia se planteó para confirmar la existencia de la necrópolis. Por ello se procedió al análisis de la disposición que presentaban los agujeros, realizados por los clandestinos, que pudieran proporcionar alguna pista sobre posibles alineaciones y ordenación regular de los enterramientos. Presentaban una cierta disposición en hilera a lo largo de la falda del cerro en la que se asienta la necrópolis y desde la zona alta a la más baja. Se escogió una de estas alineaciones de arriba a abajo (dirección Este-Oeste) y se buscaron puntos intactos para realizar tres catas de sondeo de 1 m por 1 m, que resultaron altamente positivas. Finalmente se limpió uno de los pozos, realizado por los clandestinos, que nos permitiera valorar el destrozo causado, que aportó todavía una parte significativa de ajuar.

El objetivo de la excavación, de Julio y Agosto, ha sido conocer la duración cronológica de la necrópolis y el orden en la disposición de las tumbas, a través

de las características y diferenciación de los conjuntos funerarios; así como, aproximarse al estudio de la organización socio-económica de los numantinos. Para conseguir estos objetivos se planteó la excavación en cuatro franjas (dos de 20 x 3 m y otras dos de 10 x 2m), que dispuestas discontinuamente nos permitieran tener una información de un amplia superficie del conjunto de la necrópolis y de su disposición. Estos trabajos se han realizado a través de un Convenio de Colaboración entre la Junta de Castilla y León y la Universidad Complutense de Madrid, con la participación de alumnos de la especialidad de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Complutense, de la Universidad de Valladolid y Colegio Universitario de Soria.

Es necesario aludir a los fenómenos de alteración que han afectado a una buena parte de la necrópolis. La ladera en la que se dispone presenta un fuerte desnivel, en torno al 20%, lo que ha provocado procesos de arrastre y sedimentación desde la zona norte, más elevada, hacia la zona sur, produciendo una desprotección de los enterramientos más elevados y una mejor protección, a veces cubiertos con capas de arcilla, en las zonas más bajas. Se trata de un área de escasa rentabilidad agraria -con islotes rocosos- se ha cultivado sólo parcialmente hasta las primeras décadas de este siglo, quedando desde entonces en baldío lo que ha favorecido el desarrollo del matorral bajo, que por un lado la ha ocultado, pero por otro ha proporcionado mayor fijeza al suelo. El límite más bajo de la necrópolis, próximo a la vega del Duero, está alterado por un pequeño pinar, por obras de canalización abandonadas y por tierras de cultivo. La acción de los clandestinos ha dañado fundamentalmente la zona occidental que ofrece una menor protección sedimentaria y vegetativa, por lo que facilitaba su actividad.

MORFOLOGIA Y ESTRUCTURA DE LOS ENTERRAMIENTOS

La estructura funeraria de las tumbas descubiertas es muy simple, consiste básicamente en la realización de un pequeño hoyo de dimensiones variables, bien sobre la arcilla natural, el conglomerado de base o sobre las acumulaciones naturales de piedra, en el que se depositan directamente los restos de la cremación acompañados del ajuar y ofrendas de distinta naturaleza -predominado los objetos de metal-, y de un pequeño vaso cerámico, posiblemente de ofrendas.

La base del enterramiento está, a veces, más o menos acondicionada de cantos rodados de mediano tamaño, que forman parte de los conglomerados terciarios del propio cerro, sobre los que se sitúan los ajuar. Algunas piedras de mayor tamaño limitan y protegen, generalmente de forma parcial los enterramientos y ajuar e, incluso, se observan ligeras acumulaciones de piedras

y lajas sobre las tumbas. Es frecuente la presencia de una pequeña laja de piedra hincada, dispuesta diferenciadamente entre las piedras, que delimitan la tumba. Uno de los enterramientos, limitado por pequeñas lajas de piedra a modo de pequeña caja, estaba señalado por una estela de piedra bruta y, en parte, todavía visible al exterior (fig. 6).

CARACTERÍSTICAS DE LOS AJUARES Y CRONOLOGIA

No podemos todavía ofrecer una información sistematizada de los 47 conjuntos funerarios descubiertos en la última excavación, ya que el estudio de los ajuares esta pendiente de los trabajos de limpieza y restauración necesarios.

Las tres tumbas de la excavación de urgencia proporcionaron ajuares metálicos (básicamente hierro y algunas piezas de bronce), que, como es usual, estaban intencionadamente juntos y doblados, formando un amasijo, hasta el punto de que fue necesario consolidarlos previamente y protegerlos con engasados para arrancarlos en bloque con la tierra y ser tratados e individualizados posteriormente en restauración.

Los ajuares recuperados están compuestos por punta de lanza y regatón, puñal de frontón, espada de La Tène, fíbula de cubo o cazoleta, tijeras y pequeño cuchillo (tumba 1); dos puñales de frontón (uno con parte de la vaina decorada), dos fíbulas de disco (con doble vástago de unión entre pie y puente), una punta de lanza con su regatón y un pequeño cuchillo (fig. 7); punta de lanza, cuchillo y tijeras (tumba 3). La limpieza de uno de los pozos realizados por clandestinos, permitió recuperar todavía parte del ajuar de una cuarta tumba, que proporcionó abundantes restos metálicos: una espada de La Tène, dos puñales de frontón y la vaina de uno de ellos, dos puntas de lanza, un pequeño cuchillo, el puente de una fíbula y otros restos fragmentados.

La asociación de puñal de frontón, espada meseteña de imitación de La Tène, buena representación de las puntas de lanza (Cabré, 1990:220; García Soto-Mateos, 1990:34) y fíbulas de disco y cazoleta (fase B2 de Schüle y 7D de Argente) de cabecera perforada y doble vástago de unión del pie con el puente (copia de modelos laténicos avanzados), permiten pensar en un marco cronológico a partir del 300 (Schüle, 1969:143, 149; Cabré, 1990:220; Cabré y Morán, 1977:109; Argente, 1988:594-636; 1990:255,256,259; Argente y Romero, 1990:133-134) y que concretamos en la segunda mitad del siglo III a.C. e incluso la mitad del siglo II a.C. Otras tumbas próximas a estos conjuntos muestran fíbulas de La Tène III, que apuntan a este momento más reciente. En este sentido, conviene recordar el ajuar número 13 de la necrópolis de Uxama, en donde una fíbula de La Tène III se asocia a un puñal de frontón y una espada

de imitación de La Tène, que lleva a fecharlo en la primera mitad del siglo II a.C. (Cabré, 1990:218; García-Soto, 1990:34).

Es necesario conocer y estudiar más en profundidad los conjuntos recuperados y la necrópolis, para tener una mayor orientación cronológica, pero los datos que ahora podemos manejar nos permiten relacionar los enterramientos, conocidos hasta ahora, con la población celtibérica anterior a la destrucción de la Numancia del 133 a.C.

LA NECROPOLIS Y SU COMPLEMENTO AL ESTUDIO DE LA CIUDAD

Los estudios y trabajos sobre esta necrópolis permitirán en el futuro conocer su momento final y sus posibles interrupciones, aportando, de esta manera, importantes datos para conocer la evolución de la ciudad. También el desarrollo de esta necrópolis debería de reflejar el momento de la fundación de la ciudad celtibérica. Existen diferentes planteamientos en relación con este tema; así unos autores han situado esta fundación hacia el 300 a.C., con la ocupación del territorio por los iberos y la necesaria reorganización del poblado (Schulten, 1945:19; Salinas, 1988:84); el siglo III, ante la ausencia de determinadas armas, fue propuesto por Taracena (1941:70); Wattenberg, por el contrario, era partidario de relacionar su fundación con los acontecimientos del 153 a.C., en relación con Segeda y el traslado de los segedenses a Numancia en busca de refugio (Wattenberg, 1960:156). Aunque no contamos con noticias y documentación arqueológica precisa, no obstante, la valoración de diferentes referencias sobre algunas ciudades del entorno próximo nos lleva a admitir para el desarrollo del urbanismo un momento tardío y sólo ligeramente anterior al inicio de la conquista romana; incluso, algunos aspectos de dinamización de este fenómeno, como la escritura y la moneda, tendrán lugar ya bajo control romano.

El conocimiento de la necrópolis de Numancia permitirá en el futuro conocer aspectos de demografía, organización social (identificación de edad, sexo y estatus). De esta manera recuperaremos un aspecto importante del conocimiento de la sociedad numantina, que vendrá a paliar el conocimiento fragmentario, que ahora tenemos. Por otro lado, podrá aportar información sobre muchos de los problemas que tiene pendiente el estudio de Numancia; añadiremos, al de la fundación de la ciudad y su evolución, la posibilidad de ordenar los conjuntos materiales, entre los que destacan las cerámicas.

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO, M.; LORRIO, A. (1992): Representaciones humanas en el Arte Céltico de la Península Ibérica. 2 *Symposium de Arqueología Soriana*, Colección de Temas Sorianos, núm. 20, Diputación de Soria, Soria: 411-451.
- ARGENTE, J.L. (1988): *Las fibulas en la Meseta. Su valoración tipológica, cultural y cronológica*. Tesis Doctorales de la Universidad Complutense.
- ARGENTE, J. L. (1990): Las fibulas en las necrópolis celtibéricas. *II Simposio sobre Los Celtíberos: Necrópolis Celtibéricas*, Institución Fernando El Católico, Zaragoza: 247-265.
- ARGENTE, J.L.; ROMERO, F. (1990): Fíbulas de doble prolongación, variante de disco, en la Meseta. *Nvmantia, III*, Junta de Castilla y León, Valladolid: 125-137.
- CABRE, E. (1990): Espadas y puñales de las necrópolis celtibéricas. *II Simposio sobre los Celtíberos: Necrópolis Celtibéricas*. Institución Fernando el Católico, Zaragoza: 205-229.
- CABRE, E., MORAN, J.A. (1977): Fíbulas de las más antiguas necrópolis de la Meseta Oriental Hispánica. R.U.C., *Homenaje a García y Bellido*, vol. XXVI.
- GARCIA-SOTO MATEOS, E. (1990): Las necrópolis de la Edad del Hierro en el Alto Valle del Duero. *II Simposio sobre los celtíberos: Necrópolis Celtibéricas*, Institución Fernando el Católico, Zaragoza: 13-38.
- GONZALEZ SIMANCAS, M. (1926): Las fortificaciones de Numancia. Excavaciones practicadas para su estudio. Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades, núm. 74, Madrid.
- IÑIGUEZ, M. (1916): *Numancia y la Medicina en la Antigua Iberia*. Zaragoza
- JIMENO, A.; FERNANDEZ, J.J.; REVILLA, M.L. (1990): *Numancia. Guía del Yacimiento*. Asociación de Amigos del Museo Numantino. Soria.
- MELIDA, J.R. (1922): *Excursión a Numancia pasando por Soria*. Edit. Ruiz Hermanos, Madrid.
- ORTEGO, T. (1967): *Guía de Numancia*. Guías de Conjuntos Arqueológicos. Dirección General de Bellas Artes, Soria.
- SALINAS DE FRIAS, M. (1988): *Conquista y romanización en Celtiberia*. Univ. de Salamanca-Museo Numantino, Salamanca.
- SCHÜLE, W. (1969): *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel*. Madrider Forschungen, 3, Berlín.
- SCHULTEN, A. (1945): *Historia de Numancia*. Ed. Barna, Barcelona.
- TARACENA, B. (1943): Cabezas-trofeo en la España céltica. *Archivo Español de Arqueología*, 51: 157-171.
- TARACENA, B. (1941): *Carta Arqueológica de España. Soria*. Instituto Diego Velazquez, C.S.I.C., Madrid.
- VV.AA. (1912): *Excavaciones de Numancia*. Memoria presentada al Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes por la Comisión ejecutiva. Madrid.
- WATTENBERG, F. (1960): Los problemas de la Cultura Celtibérica. *Primer Symposium de Prehistoria de la Península Ibérica*, Pamplona: 151-177.
- WATTENBERG, F. (1963): *Las cerámicas indígenas de Numancia*. Bibliotheca Praehistorica Hispana, vol. IV, Madrid.

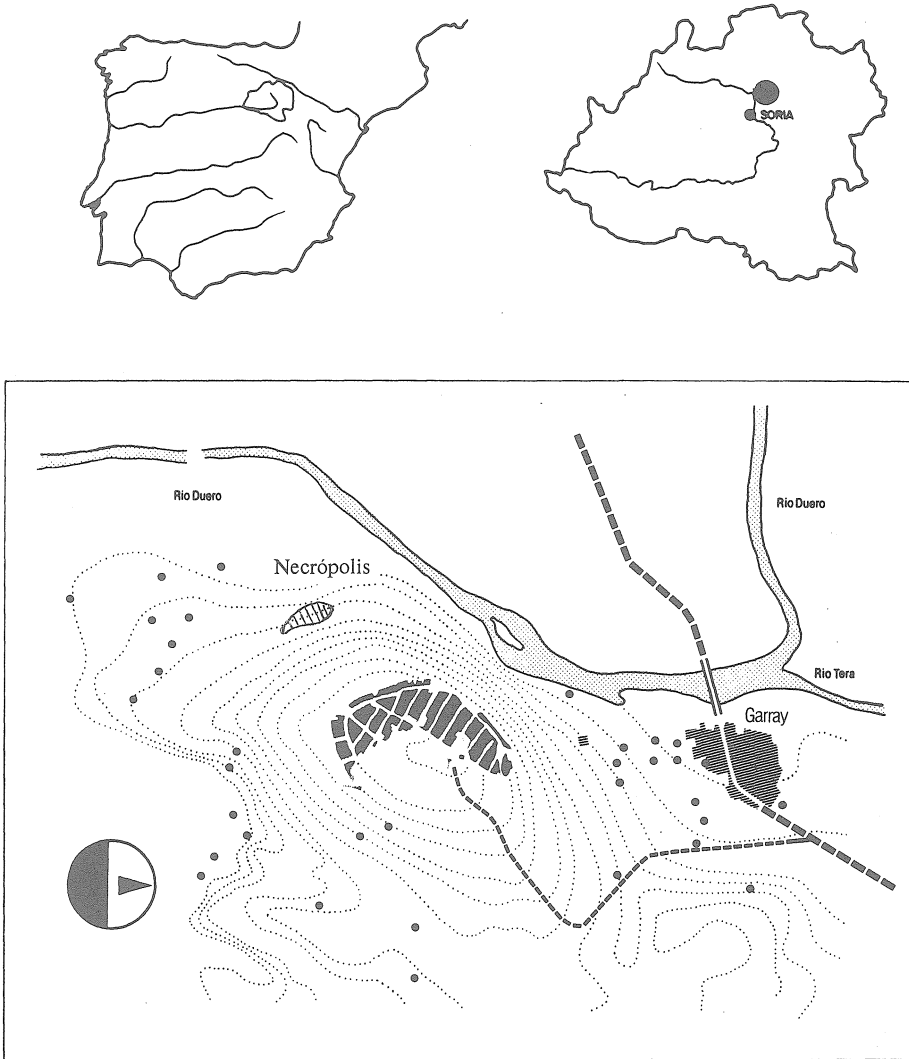


Fig. 1 — Situación de la necrópolis de Numancia y sondajes realizados por la Comisión de Excavaciones a principios de siglo.

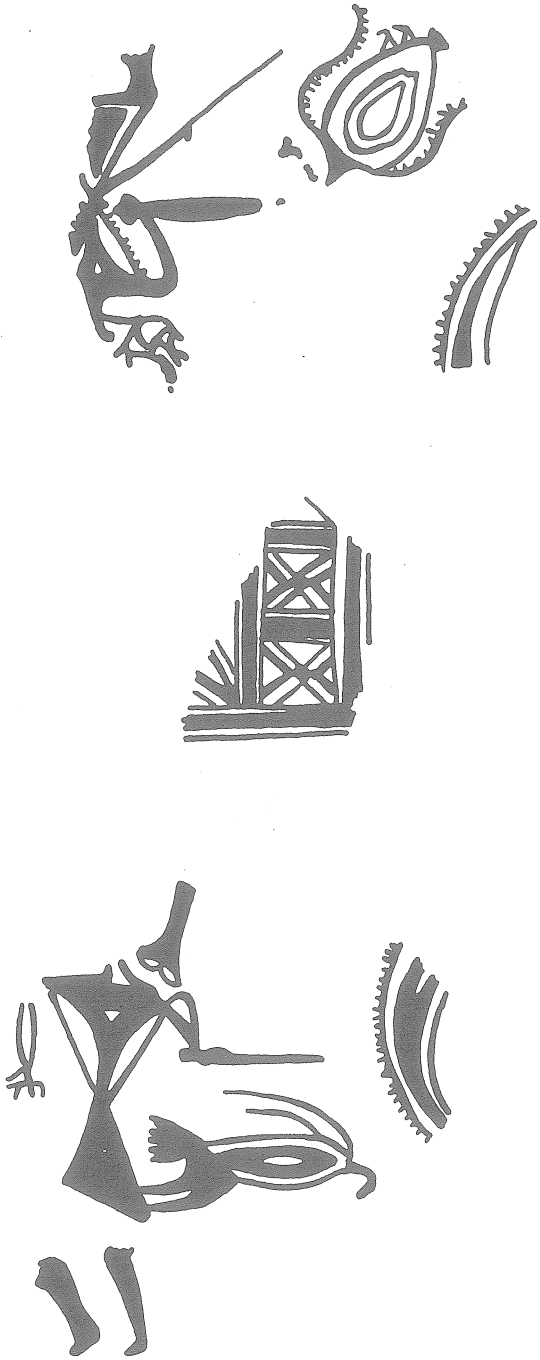


Fig. 2 — Guerreros muertos picoteados por aves rapaces (escena pintada en un boco o jarro de cerámica, incompleto).

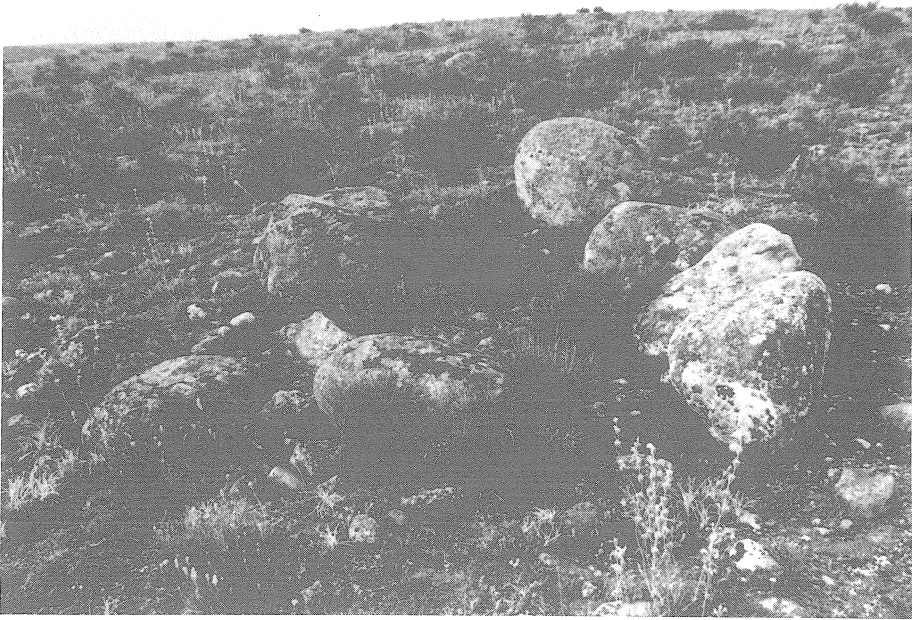
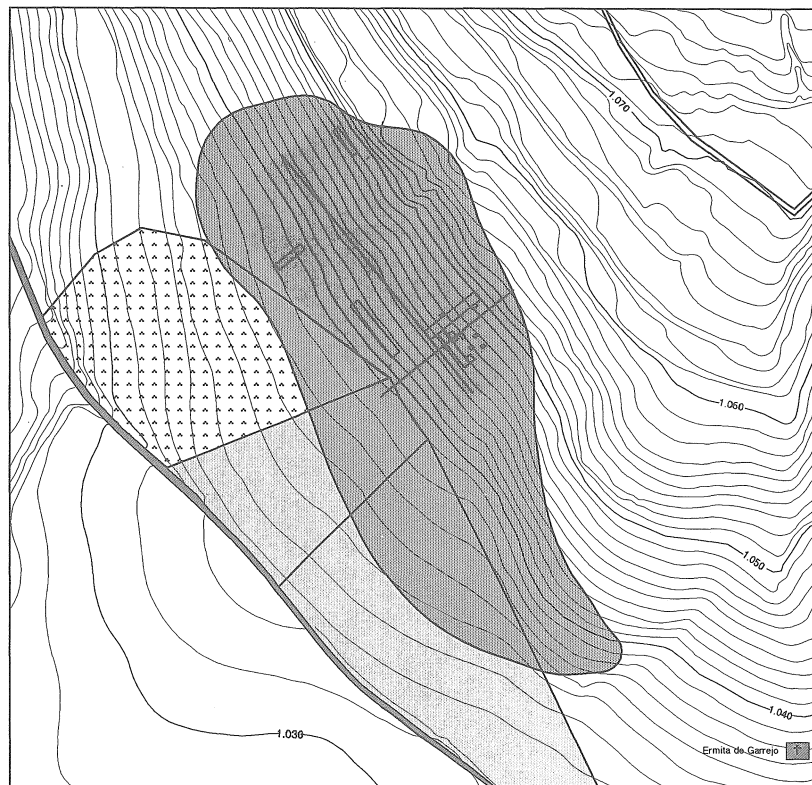
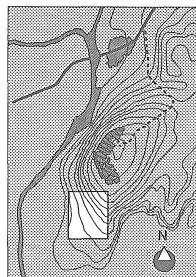


Fig. 3 — Uno de los círculos de piedra, interpretado como expositorio de cadáveres.



Fig. 4 — Situación de los restos humanos hallados en la ciudad.



Leyenda



-  Necrópolis
-  Pinar
-  Fincas de labor
-  Vallado del yacimiento.
-  Camino
-  Catas

Fig. 5 — Delimitación de la necrópolis y zonas de excavación.

NUMANCIA
TOPOGRAFIA DE LA NECROPOLIS Y
SU ENTORNO

Est. VI

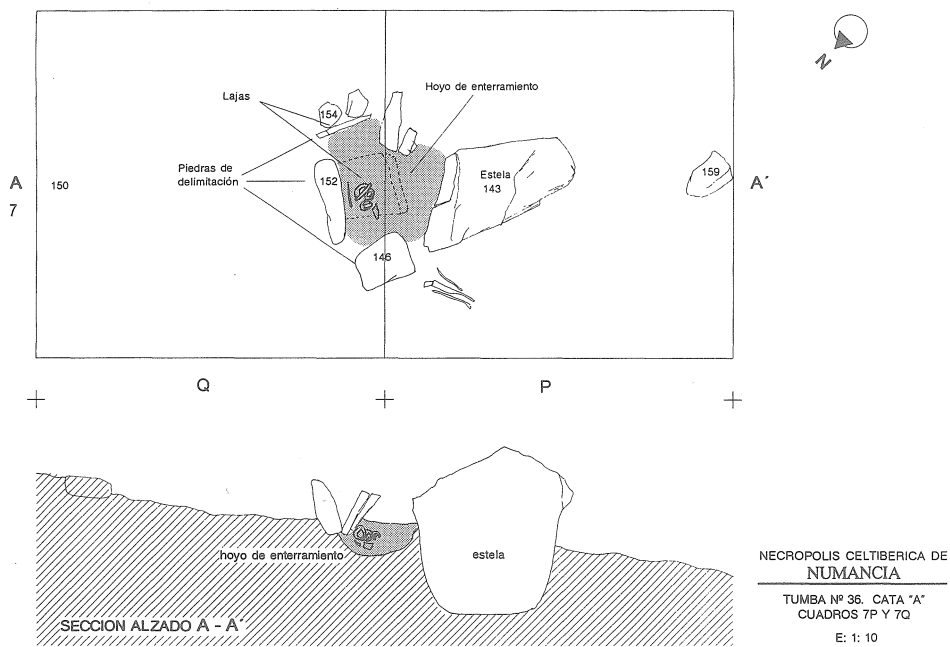


Fig. 6 — Uno de los enterramientos (tumba núm. 36) con estela.

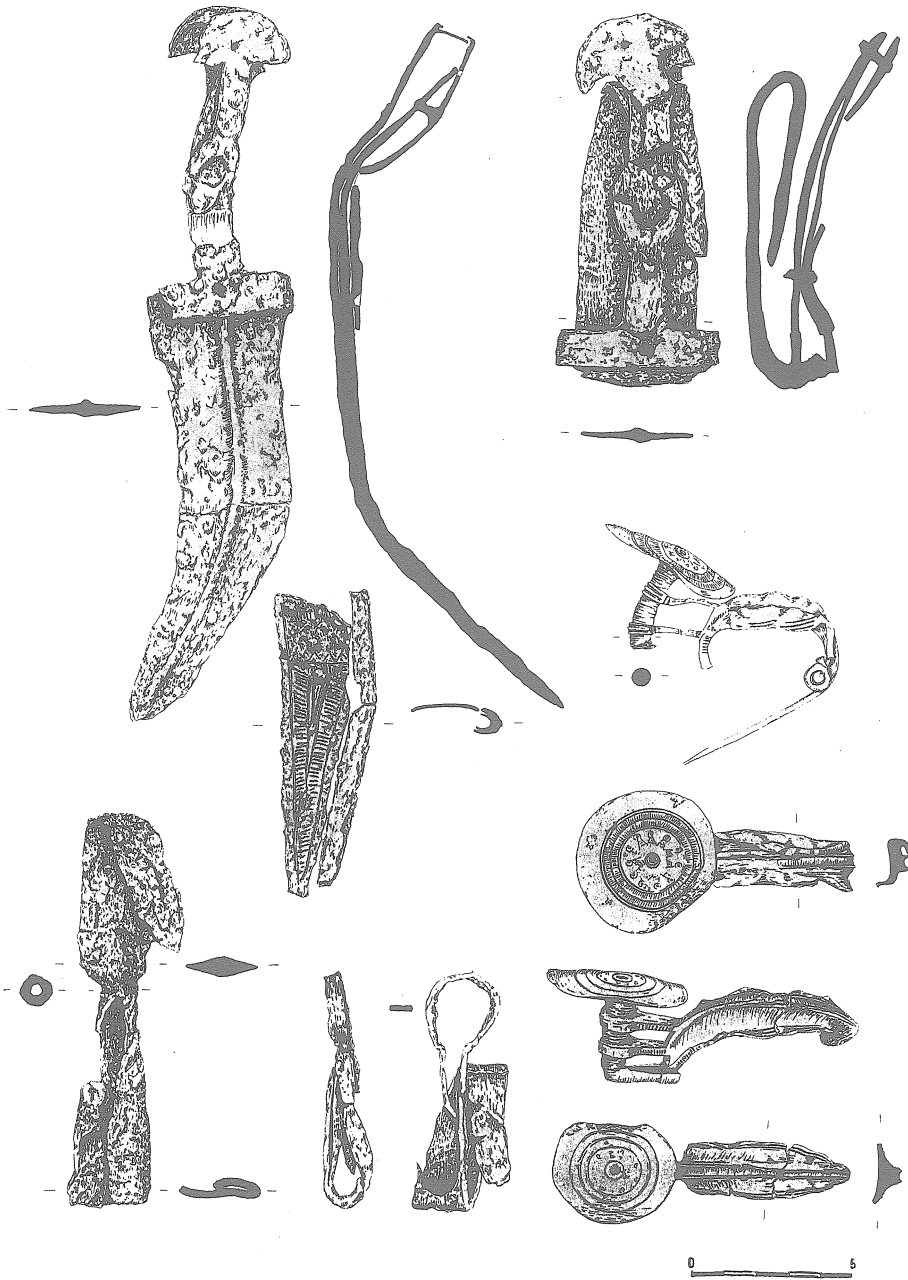


Fig. 7 — Ajuar de la Tumba 2 (excavación de urgencia).

LAS FASES CRONOLÓGICAS DEL YACIMIENTO PRERROMANO DE MOLÍ D'ESPÍGOL (TORNABOUS-URGELL, LÉRIDA)

por

Miquel Cura-Morera y Jordi Principal i Ponce*

Resumen: El poblado del Molí d'Espígol, situado en el término municipal de Tornabous (Lérida), se halla en el extremo oriental del llano del Urgell, quedando, pues, circunscrito al mundo prerromano occidental. Tras estos últimos años de trabajo, hemos podido individualizar cinco fases en la evolución del poblado, estando algunas de ellas subdivididas a su vez (caso de Tornabous IIIa/IIIb):

– TORNABOUS V y IV (siglo V a.n.e.). – TORNABOUS IIIb (siglo IV a.n.e.) TORNABOUS IIIa (siglo IV/inicios del III a.n.e.). – TORNABOUS II (siglo III a.n.e.). – TORNABOUS I (siglo II a.n.e.).

Palabras-clave: Mundo prerromano. Periodización. Molí d'Espígol.

El poblado del Molí d'Espígol situado en el término municipal de Tornabous, se halla en el extremo oriental del llano del Urgell, quedando, pues, circunscrito al mundo prerromano de la Cataluña centro-occidental. Territorio tradicionalmente ligado a una economía agraria, principalmente pastoril, basada en los pastos invernales de la zona, y las grandes rutas trashumantes que descienden de los Pirineos y llegan a prolongarse hasta más al sur del río Ebro. Sistema que, en la actualidad, se encuentra totalmente en desuso, dada la preponderancia de los cultivos.

Las excavaciones arqueológicas fueron iniciadas en 1970 por el Museo Diocesano de Solsona y continuadas luego, a partir de 1975 y a lo largo de diez años, por el profesor J. Maluquer de Motes, quien, desgraciadamente, no pudo complementar sus trabajos de campo con el legado de su información escrita¹.

* Becario F.I. Dpto. Prehistoria, Historia Antigua y Arqueología (U.B.).

¹ MALUQUER, J; LLORENS, A; BALDELLOU, V; JUNYENT, E; CURA, M. (1971) "Colaboración de la Universidad de Barcelona en las excavaciones del poblado ibérico del Molí d'Espígol", *Pyrenae*, 7, pp.19/46. MALUQUER DE MOTES, J. (1986) *Molí d'Espígol. Tornabous*. Guia del jaciment. Barcelona.

A partir del 1987 y hasta el presente el Servei d'Arqueologia de la Generalitat de Catalunya, ha llevado a termino un conjunto de actuaciones destinadas en primer lugar a la consolidación de los restos visibles y a la vez, acondicionamiento general del yacimiento. Trabajos que han permitido progresivamente rehacer parcialmente aquel vacío de informaciones, hasta llegar a identificar algunas de sus diversas fases constructivas de la historia del yacimiento que exponemos a continuación.

En primer lugar tenemos que especificar que en el yacimiento del Molí d'Espígol hallamos representados los tres períodos en que tradicionalmente se define el mundo prerromano (división entre períodos *ibérico antiguo*, *pleno* y *tardío*), si bien las informaciones referentes a cada uno de estos niveles, en el estado actual de nuestros conocimientos, es muy desigual.

1. PERÍODO ANTIGUO

Sus indicios son poco numerosos, pero a su vez muy interesantes. Teóricamente, y como hipótesis de trabajo, podríamos admitir la existencia de dos fases:

1.1. Tornabous V (figura 1)

Sería la fase más antigua reconocida hasta el presente y detectada en tres sectores del yacimiento, siempre relacionados con la construcción del primer perímetro de muralla (muralla número 1).

Durante la campaña de 1988 se efectuó un sondeo en la habitación número 82 a fin de reconocer por la cara interna de la muralla número 1, la profundidad de la misma. En este sondeo se constató un nivel estratigráfico que se entregaba a la base de la muralla donde aparecían mayoritariamente algunos fragmentos de cerámica a mano a la vez que unos pocos fragmentos de cerámica torneada de color beige amarillento. Una segunda información procede del sector norte del yacimiento con un nivel que se entrega al fragmento de muralla número 1 que se conserva en esta zona. Las cerámicas corresponden a vasos obrados a mano algunos de ellos con acanalados tardíos, y, de nuevo, algunos fragmentos de cerámica a torno de color beige amarillento, entre los que destaca la parte superior de una jarra de perfil globular y borde triangular, pintada a bandas finas y amplias de color vinoso, siendo su pasta de textura blanda y color amarillo intenso. Finalmente en la campaña de 1992, cuando se había reconocido el ángulo sur de la puerta oeste en la muralla 1 y buscábamos su inicio, apareció

una gran alcantarilla, que por el lado sur de la puerta entraba en el interior del poblado.

Esta alcantarilla está formada por un doble paramento de grandes bloques, y recubierta por otros dispuestos verticalmente con una anchura de 60 centímetros y una altura interna de unos 80 centímetros. El nivel de las losas verticales de cubierta está prácticamente al mismo nivel del inicio de la muralla, y se corresponde a la misma cota de la base de la muralla localizada en el sondeo de la habitación 82. Los materiales proporcionados en el interior de la alcantarilla y que corresponden a su momento de amortización, son mayoritariamente cerámicas a torno, de las mismas características que las expuestas en las descripciones anteriores.

1.2. Tornabous IV (figura 1)

Correspondería a un hábitat completamente destruido por el acondicionamiento y remoción de tierras que sirve de base para la construcción de un nuevo poblado conocido como *Tornabous III*.

A esta fase le correspondería asimismo el zócalo constituido por grandes bloques de piedra arenisca de color gris, que en sentido E/W separa las habitaciones 62/63 de la 64/65, y algunos lienzos irregulares que aparecen por debajo del edificio singular. Los materiales se caracterizan por cerámicas a mano, y sobre todo por una mayor abundancia de cerámicas a torno, siendo mayoritarias aquellas que presentan el color beige amarillento, así como algunos fragmentos que podríamos clasificar como de cerámica *ibérica*.

La coincidencia de estos materiales descritos últimamente y su semejanza con los aparecidos en el interior de la gran alcantarilla, parecen indicarnos que como mínimo, ésta debió estar aún en vigencia a lo largo de esta fase.

La cronología propuesta para estas dos fases, a falta de otros elementos precisos de datación, cabría situarla durante el siglo V a.n.e., si bien algunos de nuestros colegas que han visto estos materiales tienden a remontarlos al siglo VI a.n.e.².

2. PERÍODO MEDIO

Correspondería a aquél que tradicionalmente se conoce como ibérico pleno, al cual pertenecen la práctica totalidad de los restos visibles hoy en el

² Opiniones verbales de los Drs. E. Junyent y J. Sanmartí.

yacimiento, pudiéndose diferenciar dos fases constructivas subdivididas a la vez cada una de ellas en dos subfases *a* y *b*.

2.1. Tornabous IIIb (figura 1)

Corresponde a la construcción de un poblado de nueva planta cuya configuración urbanística se mantiene a lo largo de todo el período medio. Cronológicamente, esta subfase se iniciaría a principios del siglo IV a.n.e., con una aportación masiva de cerámicas de “estilo ático”, mayoritariamente pertenecientes al segundo cuarto de este siglo, si bien se han localizado ejemplares más antiguos, que quizás corresponderían a fines del siglo V a.n.e., si aceptamos las cronologías del Ágora de Atenas³ como correspondencia directa con aquellos materiales hallados en los contextos del Mediterráneo occidental. De *Tornabous IIIb* conocemos la llamada calle 3, que se presenta enlosada, y la construcción del llamado edificio singular que abre su puerta flanqueada por bases de columnas, sobre esta misma calle por el lado norte. Al otro lado de la calle, se hallan los primeros indicios de una edificación formada por habitaciones de planta cuadrangular, conjunto del que hablaremos más adelante.

En esta misma subfase, observamos la destrucción de la muralla número 1 en el sector NE, siendo substituida por la construcción de una gran torre cuadrangular con un frente de 6,5 metros de longitud, dispuesta en retroceso, respecto la primitiva línea de muralla. No obstante, a 7 metros de la referida torre, se mantiene un tramo recortado de otros 7 metros de longitud en la muralla 1, lugar en donde se constataron, por su costado interior, los niveles anteriormente referidos de la fase *Tornabous V*.

2.2. Tornabous IIIa (figura 2)

Responde a una fase de ámbito cronológico impreciso, pues, en este momento, el volumen de cerámica de importación de “estilo ático”, que había representado hasta esta fase el criterio de datación más ajustado, sufre un súbito descenso.

Tornabous IIIa viene, pues, determinada por ciertas reestructuraciones parciales en los edificios ya señalados en *Tornabous IIIb*, como es la aparición de 2 pequeñas celas cuadrangulares en el lado W del edificio singular, y estando en uso aún la entrada con columnas de la fase anterior.

³ SPARKES, B., TALCOTT, L. (1970) *The Athenian Agora XII, Black and Plain Pottery of 6th, 5th and 4th Centuries*. Princeton.

A esta subfase pertenecería la construcción del nuevo barrio en el sector norte y NE del yacimiento, construido extramuros (cara exterior de la muralla número 1); la gran torre cuadrangular queda ahora en una posición interna respecto este barrio. Asimismo, dicho barrio quedaría protegido por una nueva muralla (número 2), parcialmente destruida, pero que conserva aún el relleno interno, con una pared transversal intercalada en el mismo, pero habiendo desaparecido los bloques que formarían su revestimiento. Esta muralla tiene en la actualidad tres metros de anchura, y su técnica recuerda a algunas estructuras murarias del mundo greco-italico occidental⁴.

También a la fase de *Tornabous IIIa* corresponderían las bases de las estructuras de las estancias del sector SW, que delimitan con sus muros de cabecera el contorno de un recinto o gran plaza.

2.3. Tornabous IIb (figura 3)

La destrucción de esta subfase se caracteriza por un incendio que afecta a la mayoría de las estancias del yacimiento. Es, pues, evidente que los materiales localizados responden a este momento de incendio, ofreciendo todo un conjunto de cerámicas de barniz negro que tradicionalmente se han clasificado como campanienses A (más tarde se han adoptado los matices de arcaica o antigua). De hecho, cuando se ha podido individualizar algunas piezas, éstas han resultado pertenecer al grupo de los llamados *Talleres Occidentales* (Taller de Rosas, Nikia-Iwn.c., Tres Palmetas Radiales sobre Estrías, etc.), lo cual nos lleva a suponer que tal incendio debería tener lugar hacia los años -230/-225.

En cuanto al momento inicial de *Tornabous IIb*, queda un tanto desdibujado ante la imposibilidad de datar el nivel de *Tornabous IIIa* con precisión, considerando genéricamente sus inicios a principios del siglo III a.n.e. En algunos sectores existen edificaciones de nueva planta, como es el caso del barrio adosado al paramento interno de la muralla número 1, la cual ya habría perdido en este momento su función de defensa. Las unidades de habitación se corresponden básicamente a edificios de más de 60 metros cuadrados, dotados de dos puertas de entrada, una de acceso directo a la gran estancia cuadrangular desde la calle, y la otra, hacia una habitación rectangular comunicándose ambos recintos por un paso posterior que se abre en el muro intermedio entre ambas. Este tipo de habitaciones se pudo también observar en el barrio de extramuros de la fase de *Tornabous IIIa*. Otras edificaciones, simplemente muestran una reconstrucción

⁴ Sistema conocido en las murallas de Posidonia, Reggio, Locri, etc... datadas a partir del siglo V a.n.e.

de las estructuras ya existentes, como sería el caso del gran conjunto de estancias cuadrangulares en el lado sur de la calle 3, configurando así un edificio rectangular de 130 metros por 32 metros de ancho. Durante mucho tiempo no hemos sabido dar una explicación concreta a la presencia de estas pequeñas habitaciones cuadradas, que eran consideradas como unidades individualizadas; pero hoy creemos que se trata de compartimentos de una misma unidad, que por otra parte se halla frente al edificio singular, y disponen, al sur del mismo, del gran espacio abierto o plaza, que comunica mediante un callejón (calle 2) con la calle 3.

2.4. Tornabous Ila (figura 4)

Esta fase se encuentra prácticamente a nivel superficial en la mayor parte del yacimiento, motivo por el cual, resulta difícil reconocer su cronología; por otra parte, sus estratos fueron excavados por Mn. M. Llorens y el profesor Maluquer, habiéndose perdido toda información escrita respecto a los mismos. Sus materiales corresponderían a algunos *kalathos* con decoración vegetal del Taller de Fons Caldes, así como la pervivencia desde la fase anterior de los *kalathos* con decoración del área occidental catalana⁵, gran cantidad de ánforas de boca plana, algunos pequeños fragmentos de cerámica de barniz rojo ilergeta⁶ y algunas importaciones de campaniense A. Dos monedas han aparecido en estos niveles, correspondiendo a un victoriato datable entre el -220/-217, y un semis con el epígrafe ROMA de fines del siglo III a.n.e. En esta subfase parece que deja de habitarse el barrio de extramuros, y aparece un nuevo lienzo de muralla, que no alcanza los 2 metros de anchura, que se superpone a la estructura de la torre cuadrangular (muralla 3); este hecho debe interpretarse como una reducción del perímetro del poblado, confirmándose asimismo por la división en estancias rectangulares en el barrio adosado a la muralla 1. Su cronología quedaría, pues, situada entorno al -225, y finalizaría hipotéticamente hacia el -180.

3. PERÍODO TARDÍO (figura 4)

A este período sólo le corresponde una única fase, Tornabous I, localizada en el extremo NW del yacimiento, y corresponde a los niveles de romanización,

⁵ CONDE, M.J.(1992) "Una producció ceràmica del món ibèric tardà: els kalathos (barrets de copa)", *Fonaments*, 8, pp.117/169.

⁶ JUNYENT, E; ALASTUEY, A.(1991) "La vaixela ilergeta de vernís roig". *Revista d'Arqueologia de Ponent*,1, pp.9/50.

como muestran los hallazgos de las habitaciones 95-98, una vez amortizada la muralla 3 (cerámica campaniense B y una jarrita bicónica de producción ibérica tardía⁷). Asimismo, a esta fase correspondería la alcantarilla que discurre por la parte central de la calle número 5, excavada por el profesor Maluquer. De este modo, por los indicios reconocidos de *Tornabous I* no se trataría de un poblamiento residual como es habitual en muchos poblados, donde algunas habitaciones perviven hasta estos momentos tardíos, sino que en nuestro caso existe, como mínimo, un barrio estructurado con un urbanismo propio y que dispone de un sistema de desagüe. El problema reside en que dadas las remodelaciones modernas que ha sufrido la superficie del yacimiento es prácticamente imposible, por el momento, reconocer, en otras zonas, testimonios de esta ocupación.

A partir de los conocimientos que ha proporcionado el yacimiento del Molí d'Espígol de Tornabous, cabe hacer unas consideraciones sobre el mismo. Nos hallamos frente a un poblado que dispone, en su núcleo central de una extensión que oscila en torno a la hectárea⁸, circunstancia que no es la habitual en la mayoría de los yacimientos prerromanos de Cataluña, y que a su vez dispone, en el siglo IV a.n.e., de algunos edificios que pueden ser tildados de singulares, debido a su estructura, y que nos inclinamos a considerar como de carácter comunal o bien de uso público (caso del edificio singular, y del conjunto de estancias cuadrangulares situado frente a él).

Se puede observar un cambio radical en la pérdida de monumentalidad de las estructuras y en la calidad de técnica constructiva, entre el período antiguo y período medio, cuando se construye un poblado de nueva planta, lo que supone una ruptura con la fase precedente, y que dataríamos a principios del siglo IV a.n.e., es decir coetánea al momento en que en algunas zonas de la Cataluña interior aparecen núcleos de nueva planta, mientras que otros, por contra, son abandonados⁹.

⁷ CURA, M; GARCÉS, I. (1990) "A prósito de la cronología final del poblado ibérico del Molí d'Espígol (Tornabous, Lleida)". *Espacio, Tiempo y Forma*, serie I, 3. U.N.E.D., pp. 299/304 (En el artículo existe un error de imprenta, respecto el nº de la habitación, en vez de 90 debe ser 96).

⁸ Cabe señalar que fuera del perímetro del yacimiento, existen en sus alrededores restos de otras construcciones que también formaban parte del propio poblado, a manera de poblamiento disperso. CURA-MORERA, M. (1990) "Notes sobre el poblament prerromà del Molí d'Espígol (Tornabous, Urgell)". *VIII Col·loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà*. Puigcerdà, pp. 175/183.

⁹ JUNYENT, E. (1991) "Contribució al coneixement de les estructures defensives en els assentaments de la Catalunya occidental, bronze final, primera edat del ferro i època ibèrica. Estat de la qüestió". *Simposi internacional d'Arqueologia Ibèrica*. Manresa, pp. 103/107. E.g. El Cogulló (Sallent, Bages) -CURA-MORERA, M. (1978) "Contribució a l'estudi de les poblacions pre-romanes de l'interior de Catalunya". *II Col·loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà. Els pobles pre-romans del Pirineu*. Puigcerdà, pp. 177/188-; mientras que también en este momento son abandonados otros yacimientos como el de Anseresa (Olius, Solsonès) -CURA-MORERA, M. (1978)- o Els Vilars

El comercio viene representado en dos momentos concretos, con un intervalo entre ambos; la masiva aparición de cerámicas de estilo ático en la primera mitad del siglo IV a.n.e., y la aparición de cerámica de barniz negro de Talleres occidentales en el tercer cuarto del siglo III a.n.e. acompañadas por una distribución muy importante de ánforas procedentes del mundo púnico¹⁰ con el agravante que todas estas importaciones se distribuyen masivamente en un territorio concreto con paralelos en otros yacimientos vecinos (Sidamon, Margalef etc.¹¹) alejado de la costa.

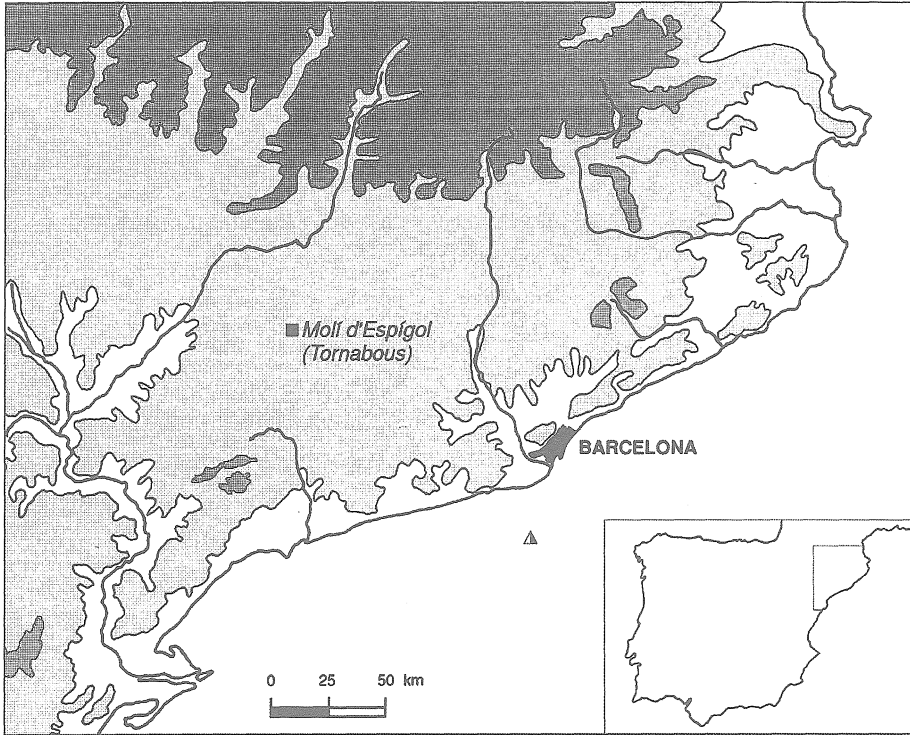
Todas estas consideraciones denotan un proceso complejo de evolución del poblamiento prerromano en la parte occidental de Cataluña, plenamente diferenciado de otros procesos en regiones vecinas, eminentemente costeras, que han sido tradicionalmente expuestos a manera de modelos generalizadores para todo el mundo ibérico y que desde la costa se reflejarían hacia el interior del territorio, cuando, en realidad, empezamos a vislumbrar la originalidad de un proceso¹² con más connotaciones propias, y cada vez más próximas a aquéllas consideradas para el mundo prerromano del área de contacto con el mundo no estrictamente ibérico.

(Arbeca, Les Garrigues) -GARCÉS, I; JUNYENT, E; LAFUENTE, A; LÓPEZ, J.B.(1991) "El sistema defensiu de 'Els Vilars' (Arbeca, Les Garrigues)". *Simposi internacional d'Arqueologia Ibèrica*. Manresa, pp.183/197.

¹⁰ CURA-MORERA, M; SANMARTI, J.(en prensa) "Les importacions d'àmfores i ceràmiques comunes del poblament ibèric del Molí d'Espígol". *Empúries*.

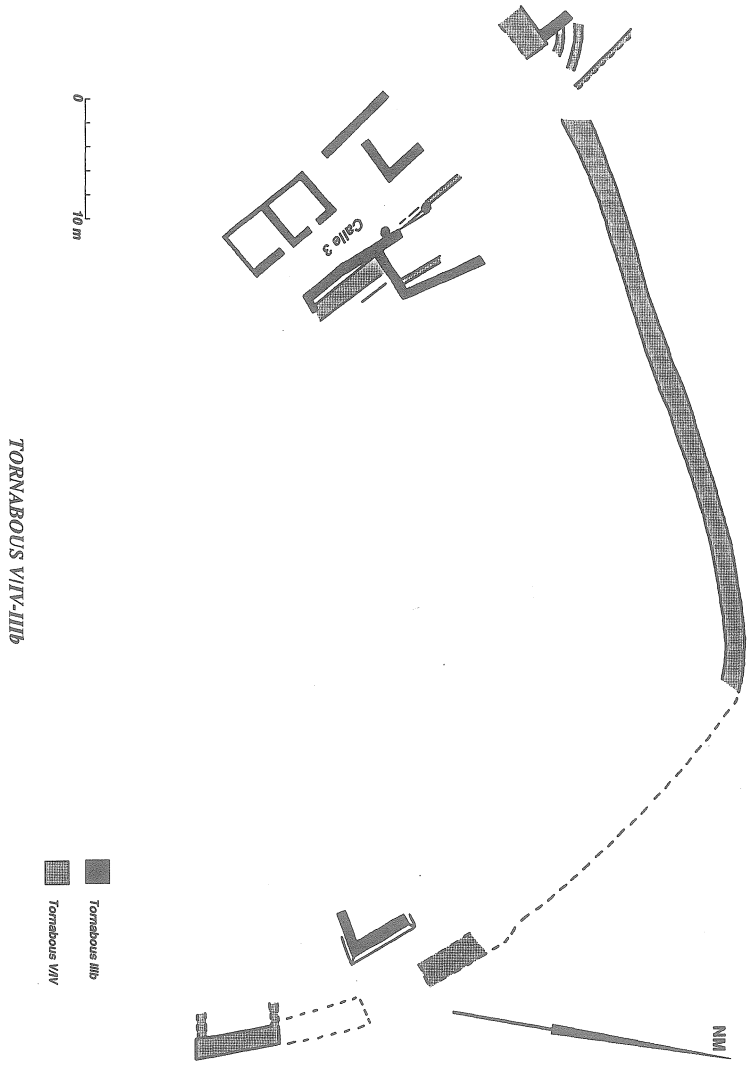
¹¹ Sobre todo en lo tocante a las cerámicas de los Talleres Occidentales. Sidamon: PRINCIPAL, J.(en prensa) "Les ceràmiques de vernís negre del Tossal de les Tenalles de Sidamon (Pla d'Urgell)". *Gala*. Margalef: JUNYENT, E.(1974) "Cerámica barnizada de negro del poblado ibérico de Margalef, en Torregrossa, Lérida". *Miscelánea Arqueológica*, (XXV aniversario de los cursos de Ampurias - 1947/1971-), 1, pp.379/396.

¹² CURA-MORERA, M; PRINCIPAL, J. (en prensa) "Nous models socio-econòmics per la interpretació del món pre-romà a la Catalunya interior". *I Simposi de poblament dels Pirineus*. Andorra. CURA-MORERA, M; PRINCIPAL, J. (en prensa) "El Molí d'Espígol (Tomabous, Urgell). Noves constatacions arqueològiques i noves propostes interpretatives entorn el món pre-romà". *Seminari sobre el poblament ibèric a Catalunya*. Mataró.



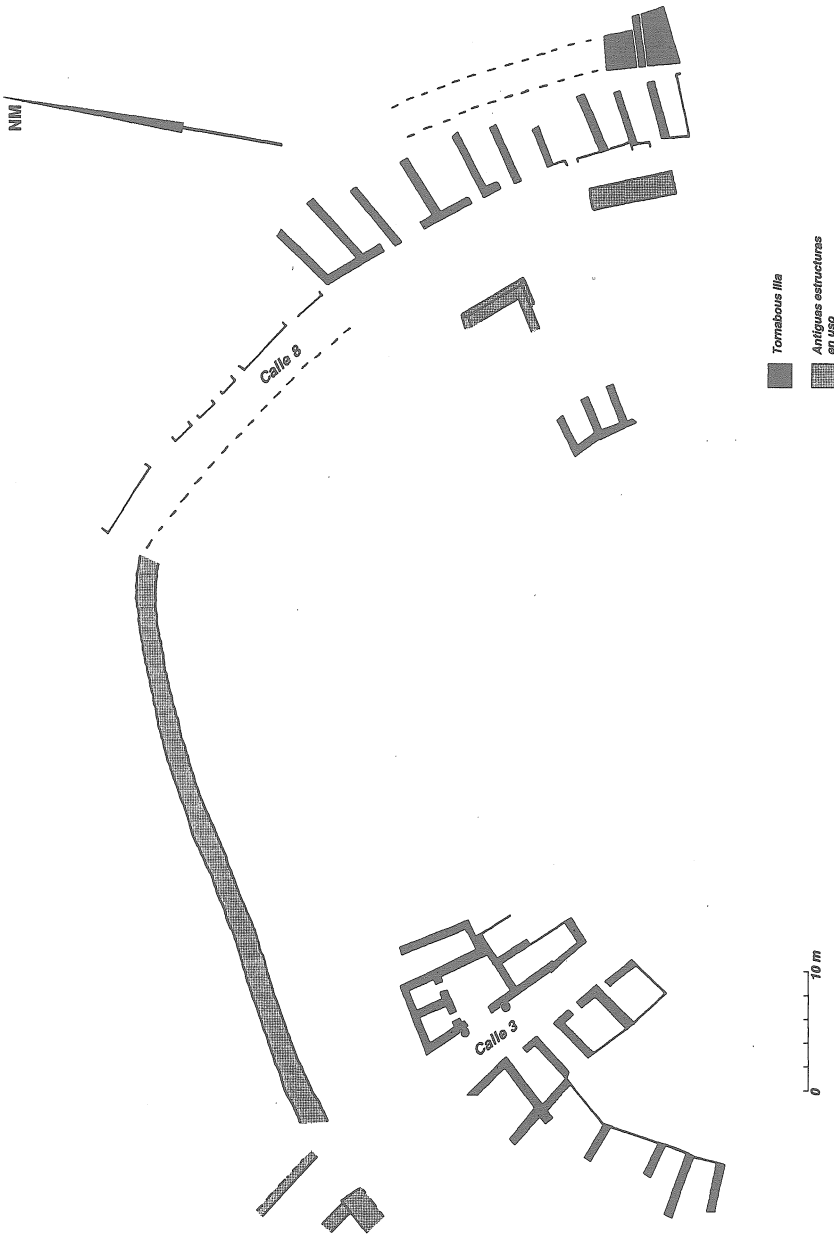
Mapa 1

Est. II



TORNABOVS VII-V-IIIb

Fig. 1



TORNABOUS IIIa

Fig. 2

Est. IV

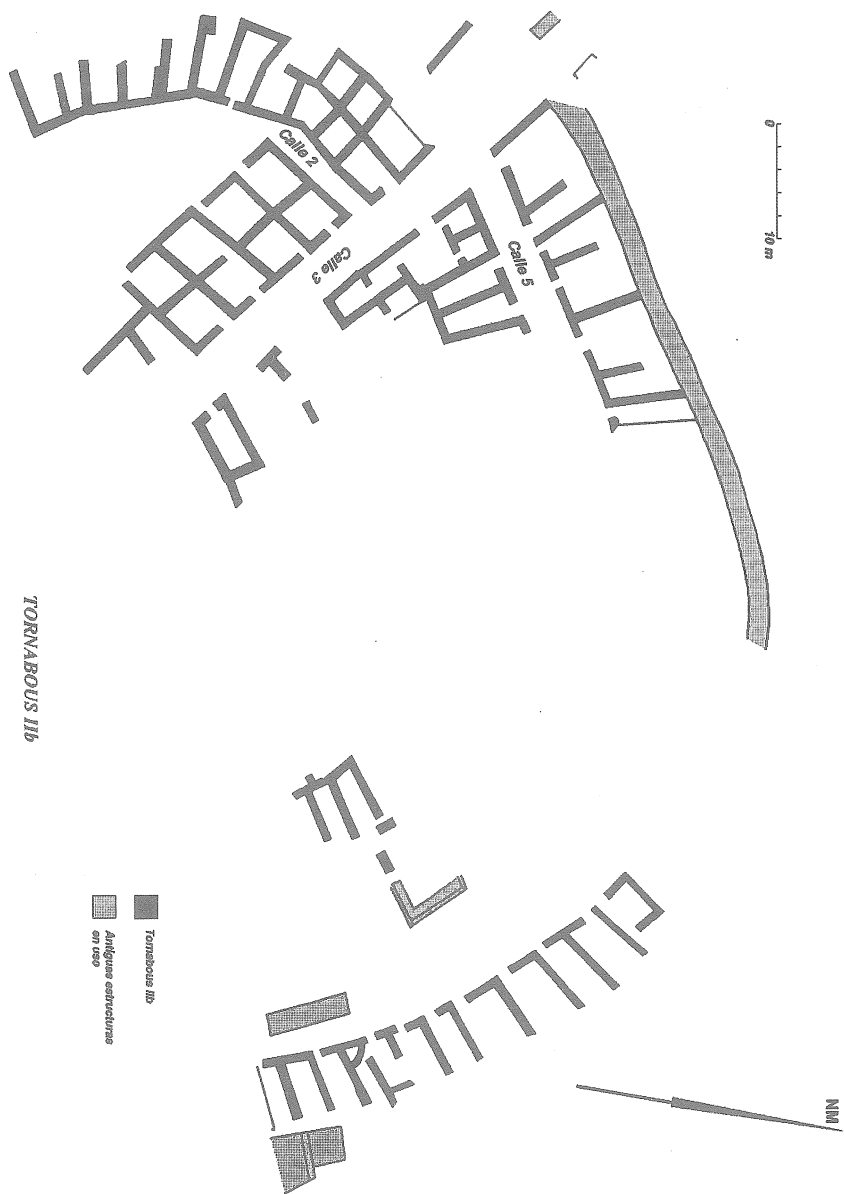
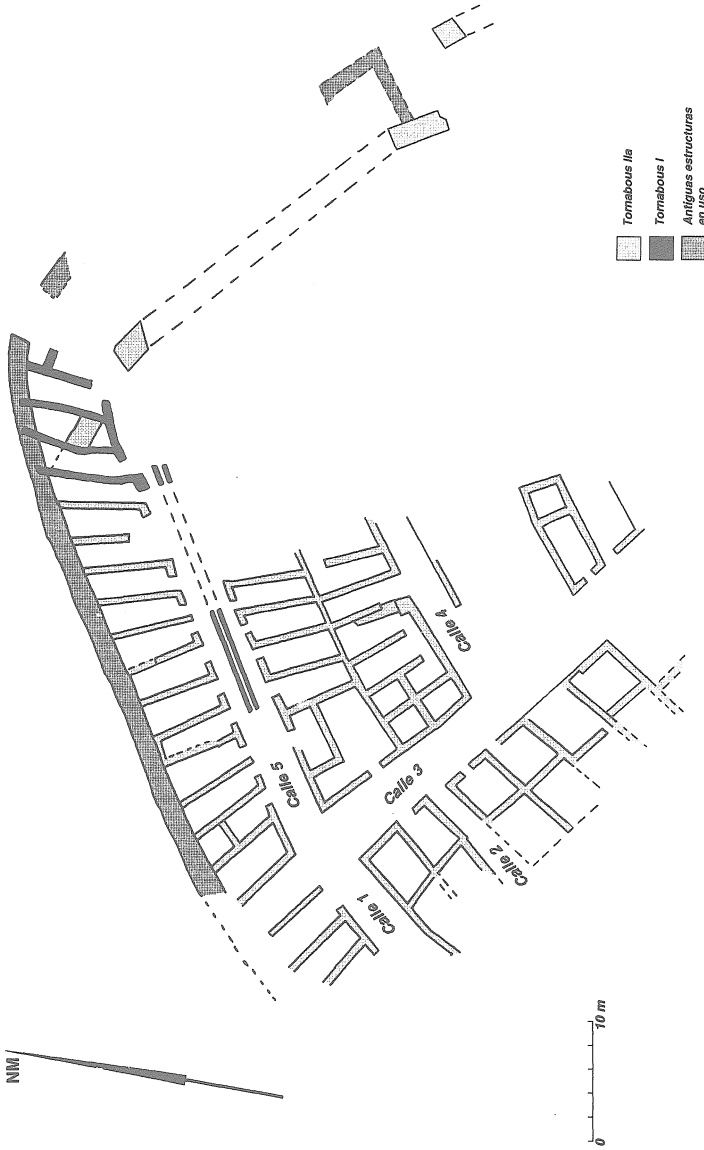


Fig. 3



TORNABOUS I-IIa

Fig. 4

ESTUDO, CONSERVAÇÃO, RESTAURO, DINAMIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO POVOAMENTO CASTREJO DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA: PRIMEIROS RESULTADOS

por

Maria de Fátima Matos da Silva*

Resumo: Pretende-se com este trabalho, mais do que mostrar o espólio e os dados científicos adquiridos com a escavação dos povoados estudados (Romarigães e Cossourado), “fazer a ponte” entre o estudo do espaço arqueológico e o seu restauro, conservação, dinamização e divulgação, ou seja, como “dar vida” a este tipo de povoado. Deste modo, pretendemos alertar e tentar acabar com os constantes sítios arqueológicos escavados e abandonados, em que os dados adquiridos só servem a uma pequena camada da sociedade científica, sendo os utentes culturais, as pessoas da região e outros potenciais interessados constantemente “marginalizados”.

Palavras-chave: Castrejo. Conservação. Dinamização.

A Cividade de Romarigães¹ é um dos povoados fortificados mais conhecidos e referenciados do concelho de Paredes de Coura, tendo contribuído para

* Técnica Superior do Instituto de Arqueologia da Universidade Portucalense. Responsável pela Área de Arqueologia do Gabinete de Arqueologia e Património da Câmara Municipal de Paredes de Coura.

Em Julho e Agosto de 1993 fizemos novas campanhas de escavação, cujo tratamento não pôde ser aqui apresentado, dada a proximidade de datas entre estas e este Congresso.

As campanhas realizaram-se pela primeira vez na Cividade de Cossourado e continuaram na de Romarigães, tendo sido feita aqui também uma campanha de consolidação e reconstituição das estruturas detectadas.

Agradecimentos: o apoio a todos os níveis da Autarquia de Paredes de Coura, do seu Vereador da Cultura, da secção de obras, dos trabalhadores que fizeram o duro trabalho de limpeza da vegetação e que fazem a manutenção do monumento e, em especial, ao Centro Cultural na pessoa do Dr. Anibal de Almeida; à Área de Arqueologia e Pré-História da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, especialmente ao Dr. Paulo Félix, sem o qual todo o trabalho de topografia não se teria feito e aos colegas que activamente colaboram na campanha, nomeadamente os Drs. Carlos Gouveia, Antónia Gonçalves, Manuel Saleiro, Ana Rosa, Palmira Azevedo e Silva, Armindo Batata, Carla Alves e aos “OTLs” do Centro Cultural, palavras de grande apreço.

¹ Foi classificado como Imóvel de Interesse Público em 15 de Fevereiro de 1990, por despacho da Secretaria de Estado da Cultura e como Monumento do Interesse Concelhio no Plano Director Municipal.

a sua divulgação, entre outros, Narciso Alves da Cunha, especialmente através da sua monografia concelhia (CUNHA [1909] 1979).

Os trabalhos realizados em 1992 integraram-se no Plano de Trabalho designado: “Estudo, Conservação, Restauro, Dinamização e Divulgação do Povoamento Castrejo da Bacia Superior do rio Coura” e no Projecto de Carta Arqueológica do Concelho de Paredes de Coura, ambos dirigidos pela signatária.

A opção por esta intervenção arqueológica deveu-se a vários factores, decorrentes dos objectivos que temos em vista, no referido Plano de Trabalho.

A topografia e tipo de construção das estruturas defensivas, a localização do povoado em vale extenso, na zona mais baixa do vale superior do rio Coura e, conseqüentemente, o facto de ser um dos povoados de menor altitude desta área - um povoado de vale -, despertavam-nos o interesse por um maior conhecimento do mesmo, estimulando dúvidas e hipóteses. A hipotética cronologia, relativamente antiga, era também uma aliciante, assim como a falsa perspectiva do seu bom estado de conservação.

LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Situa-se no lugar do Alto da Cidade, freguesia de Romarigães, concelho de Paredes de Coura e distrito de Viana do Castelo.

Coordenadas Planimétricas: UTM (v.g. Couto D'Ouro):

X = 530.487,96; Y = 4.635.801,22

GAUSS:

X = 158,2; Y = 544,6

Altitude: 280,18 (v.g. Couto D'Ouro).

Está cartografado no Mapa dos Serviços Cartográficos do Exército, na escala 1/25.000, de 1949, na folha nº 15, e na Carta Geológica de Portugal (escala 1:50.000, folha 1-C, Caminha, 1962).

Segundo a Carta Geológica e respectiva *Notícia Explicativa* (TEIXEIRA 1961), o povoado está situado numa mancha de rochas eruptivas de granito calco-alcalino, porfiróide, de grão grosseiro, também designado granito monzonítico s.l. (granito com muito quartzo e mica).

Nesta região encontram-se também bastantes afloramentos xistentos. São rochas geralmente muito alteradas, de tons amarelados, que se observam em vários locais desta área.

Em relação aos sectores onde foram feitas as sondagens, detectámos, no Sector A e nas zonas onde se escavou até à rocha-mãe, afloramentos graníticos de grão grosseiro, estando, regra geral, alterado. O Sector B apresenta uma

formação geológica mais elaborada de afloramentos de granito de grão grosso, semelhante ao Sector A, com xisto acastanhado, muito alterado. Apenas uma escavação em área permitirá estudos geológicos interessantes.

Em toda a área oeste do povoado existe uma profusão de locais onde ocorre minério, de entre os quais se destaca o estanho, visto ter uma incidência de mais de 90% dos casos, sendo também o que se encontra mais próximo deste povoado.

Pelo referido se infere da relativa facilidade que teriam os povos habitantes deste povoado e da região na obtenção de matérias-primas, quer para a construção das estruturas do povoado, como para a obtenção de metais para o fabrico de utensilagem diversa.

A abundância de pedra granítica e mesmo de outro tipo (no caso xisto) suscita-nos ainda mais dúvidas, já alicerçadas no facto de ser caso único na região a construção de estruturas defensivas em terra, em taludes com fosso, em vez das “habituais” em pedra, como de resto é típico nos habitats desta ambiência cronológica, apontando, talvez, para a antiguidade deste povoado.

O povoado implanta-se numa elevação alongada, de encostas com declive suave, em zona relativamente plana, com cerca de 460 metros de comprimento. A rede hidrográfica é abundante, sendo o monte contornado por vários afluentes do Coura, que corre a NO. Destaca-se a leste a ribeira de Codeceira, que lhe passa no sopé.

Segundo estudos actuais, está implantado numa estreita e alongada mancha de solo com aptidão florestal (Tipo F), rodeada por uma larga mancha de solo com aptidão agrícola (Tipo A).

Aparentemente, houve uma boa escolha para a implantação do povoado, tendo em conta não só as condições de defesa, mas também os locais com bons recursos naturais, recursos esses que passam pela abundância hídrica, pela proximidade de bons solos, e, ainda, pelo fornecimento de matérias primas, nomeadamente a pedra, o metal e o barro. Estas ilações só são passíveis de terem algum fundamento se as condições geográficas actuais forem de algum modo semelhantes às da época em causa.

TOPOGRAFIA E CARTOGRAFIA

O levantamento topográfico foi realizado pelo G.A.T. (Vale do Minho), em 1986, na escala 1:500, aquando da sua classificação como Imóvel de Interesse Público. No entanto, houve necessidade de reformular a orientação da planta executada de forma a tornar possível a inserção dos sectores escavados na rede geral. Desta reformulação constou a ligação da área cartografada à Rede

Geodésica Nacional, através do Sistema U.T.M.

A zona da escavação é constituída por dois sectores independentes, posteriormente relacionados cartograficamente: o Sector A, com uma área de 64m^2 (quadrângulo de $8 \times 8 \text{ m}$), dividido em 16 quadrículas de $2 \times 2\text{m}$; e o Sector B, com uma área de 40 m^2 (rectângulo de $10 \times 4\text{m}$), dividido em 10 quadrículas de $2 \times 2\text{m}$.

O relacionamento cartográfico dos sectores de escavação foi efectuado pelo método do “transporte de coordenadas” da estação central (v.g. Couto d’Ouro) para um dos lados da figura geométrica que define cada um dos sectores. Estes foram munidos de um ponto fixo para cotagem, situado junto ao ponto de origem de cada uma das figuras geométricas (canto SO). As altitudes desses pontos foram determinadas por nivelamento geométrico a partir do vértice geodésico referido ($Z = 280,18$ metros), situado entre os dois sectores. Assim, a origem altimétrica do Sector A corresponde a $274,74$ metros e a do Sector B a $276,28$ metros.

O POVOADO

Situa-se no cimo do monte e na sua vertente, sensivelmente entre as cotas 254 e 280,18, representando esta a altitude máxima.

As dimensões do recinto oscilam entre os 240 metros de comprimento e os 175 de largura. O *plateau* central mede cerca de 110 metros de comprimento e 35 de largura, sendo bastante alongado.

O perfil do monte é aplanado, com uma extensa chã no cimo rodeada pela primeira linha de muralha, em talude, construída em terra e muito pouca pedra. Em volta, nova zona relativamente plana e o talude externo que terminaria, talvez, em fosso, mas que com a erosão provocada quer por razões naturais, quer por razões antrópicas, actualmente quase não é perceptível. Uma futura sondagem nas zonas mais conservadas poderá vir a tornar a situação mais elucidativa.

As linhas de defesa, em número de duas, uma rodeando a acrópole (entre os 270 e 275 metros de altitude) e a outra na encosta de pequeno declive (entre os 260 e 267 metros), formam um circuito fechado, seguindo os contornos do monte. São duplas, em toda a área do monte, excepto a norte, onde se unem numa só que atinge cerca de 10 metros de altura, enquanto nas restantes partes os taludes têm em média 5 metros de desnível.

Estão relativamente bem conservados, sobretudo a norte, mas em toda a encosta leste, talvez por razões naturais, a erosão quase apagou os vestígios do talude externo, havendo locais onde se detecta o solo de base com facilidade,

estando também o talude interno muito destruído.

A união do talude interno ao externo deve-se ao facto de o lado norte do monte ter muito pouco declive, o que dificultaria a sua defesa. Daí a construção de um talude, quase vertical, que ronda os 10 metros de altura, ao qual se unem as duas linhas de defesa. Esta altitude só por si justificava a existência de uma única linha de defesa. No entanto, existe ainda no topo do monte, muito próximo desta área (c. 20 metros), uma espécie de “torreão”.

O “torreão” tem um configuração cónica, aberta num dos lados (NE) provavelmente por violadores, e foi construído também em terra com alguma pedra. Na “cratera” avultam pedras aparelhadas de médio a grande porte, de granito (escassas à superfície do povoado), que talvez tenham servido para alguma estrutura de vigia, ou outro tipo de construção que existisse no topo do “torreão” ou, ainda, podem ter pertencido à estrutura construtiva deste.

Tem uma cota máxima de 280,18 metros e mínima de 276,52 (base) o que lhe confere uma altura de 3,45 metros. Possui um diâmetro aproximado (no sentido norte-sul), no topo, de 12,5 e na base de 30 metros. O topo que circunda a “cratera” tem, actualmente, uma largura que oscila entre 1 e 1,40 metros.

A entrada do povoado localizar-se-ia a NO, visto existir nesse ponto cardial, sensivelmente a meio do povoado, um outro talude, como que um outro torreão (com a altitude máxima de 259,55), defendendo uma zona de acesso, actualmente não utilizada pela população local. Forma nesta zona uma terceira linha defensiva.

O “torreão” de vigia fica-lhe a NE e só do topo deste se tem visibilidade perfeita para esta zona, o mesmo acontecendo para o caminhante que se posicionar no centro do caminho traçado (actualmente pouco perceptível), que passa ao lado do talude de defesa da entrada, corta a muralha externa e perde aí o seu “rasto”. Está sempre “vigiado” pelo “torreão” e pelo talude da entrada. Todo este traçado é bem perceptível no levantamento topográfico.

Este talude de defesa da entrada passa entre as cotas 254 e 259 e, apesar da erosão que dificulta a sua percepção, apercebemo-nos que se orienta na direcção norte, convergindo para o talude externo, unindo-se a este de modo a vedar o acesso. Este acesso só se faria por um dos lados do talude, a sul, estando assim bem protegido e sendo de fácil defesa.

À superfície não são detectadas construções, sendo a pedra solta muito pouca².

² Existem, implantados nos limites superior e inferior dos taludes interno e externo, pedras graníticas colocadas de cutelo, formando marcos. Estão colocadas em alinhamentos que se entrecruzam, ou seja, circundando os taludes e dirigindo-se para o centro do povoado, semelhante às “pedras fincadas”, mas de finalidade muito diferente. Estão colocados a distâncias pouco regulares, que

A ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA

O Sector A foi implantado numa área relativamente plana, situada entre a muralha interna e a externa, próximo da zona mais alta do povoado, onde hipoteticamente existiria maior potência estratigráfica (o que infelizmente não se verificou).

Após a implantação da quadrícula, iniciaram-se os trabalhos de escavação com a abertura de uma sanja no sentido norte-sul, de um metro, no lado oeste dos quadrados e no alinhamento C. Os trabalhos seguiram o método de decapagem horizontal.

Posteriormente, a escavação foi alargada, conforme a necessidade de se visualizar em área os elementos que íamos encontrando.

Nesta área existe uma elevação que se repete na chã, formando uma espécie de alinhamento de cinco montículos. Uma sondagem feita em outros dois mostra bastante pedra solta.

Em todos os quadrados, excepto no C3, apareceu muita pedra solta, pequena e média, originárias do derrube de estruturas que aí tenham existido.

Entre os quadrados C0 e D0 encontraram-se algumas pedras que nos parecem estar “in situ”, formando uma pequena parede, no alicerce (local onde apareceu um rebolo granítico de mó manual). Pretendemos na próxima intervenção alargar em área a escavação, para poder confirmar ou não este facto.

No Qd. C2, e sobretudo no C1, detectou-se grande concentração de pedra, que, após se ter alargado em área, se constatou que se prolongava por vários quadrados, formando um montículo alongado que continua para fora do sector (no sentido norte) e que se testemunha no corte estratigráfico 1 A. Esperamos numa próxima oportunidade prolongar esta área.

Somente após a escavação de toda esta estrutura de possível derrube, encontrámos uma estrutura circular, no alicerce, que se prolonga pelos quadrados A0, A1, A2 e por uma pequena parte dos Qds. B1 e B2.

Encostada a esta, no Qd. B1, detectámos uma pedra granítica com vestígios de gotas de fundição de ferro (que foi retirada e guardada juntamente com o outro espólio no G.A.P.) e, ao lado, a única peça de metal deste sector: uma fíbula variante do tipo “Santa Luzia”.

variam entre os 6,10 e os 17,50 metros. Se estas pedras forem coevas talvez tenham servido para delimitar os taludes, observar-se o seu desgaste e erosão e a necessidade do seu arranjo. No entanto, devem ser relativamente recentes, tendo sido muito possivelmente colocadas como marcos divisórios de propriedade. Contudo, a sua disposição, como que em raios saindo do centro do povoado (do primeiro talude), não favorece esta interpretação.

AS ESTRUTURAS

A estrutura circular detectada (Estrutura 1) é constituída por pedra granítica, com muito pouca participação de xisto. Pedra essa raras vezes aparelhada e consolidada com uma argamassa saibrenta, de coloração beije.

Foi elaborada em aparelho de tipo irregular, ou *opus incertum*, de paramento interno e externo e enchimento de pequenas pedras. A parede tem de espessura, em média, 50 cm.

O piso era feito com saibro amassado, formando uma espécie de argamassa igual à que consolidava a parede.

Optámos por não intervencionar toda a estrutura, pois ainda não dispúnhamos de equipa de restauro.

Na camada estratigráfica 1 e 2, dentro da Estrutura 1 e circundando-a, foram detectados muitos carvões que recolhemos para análise. Alguma terra foi posteriormente peneirada e outra guardada para flutuação.

Um factor com que não esperávamos foi a grande destruição do povoado. Destruição essa feita não pela erosão e pelo passar dos séculos (o que não teria destruído as estruturas, até ao alicerce, pelo menos as que existiam nesta parte plana e elevada do povoado), mas pela mão humana, que foi utilizando este povoado como se de uma pedreira se tratasse, como nos foi confirmado pela população.

Neste sector, apenas uma muito pequena camada de terra, quase no solo de base, e um resto do alicerce da estrutura estavam “in situ”.

A ESTRATIGRAFIA

Foram analisados dois cortes estratigráficos, designados 1 A, no sentido norte-sul, lado leste, e 2 A, no sentido leste-oeste, lado norte. São caracterizadores de todo o sector escavado, que apresenta camadas estratigráficas idênticas, em número de três, caracterizadas da seguinte forma:

1 - Camada de terra humosa, de textura fina, pouco compacta, homogénea, com muitas raízes, de coloração castanha escura.

2 - Camada de terra de textura fina, compacta, homogénea, com algumas raízes e alguns grânulos de granito (não aparecem no corte 2 A) de coloração acastanhada clara.

3 - Saibro de base.

Existência de pedras de xisto e quartzo (só no corte 1 A).

A Estrutura 1 assenta no solo de base, assim como a fíbula, que se encontrava junto ao alicerce, numa zona sem remeximento. A cerâmica típica do

povoado aparece indistintamente na camada 1 e 2, devido aos fenómenos pós-deposicionais de que foi alvo.

○ ESPÓLIO

Ao contrário do que é habitual neste tipo de povoado, o espólio detectado, além de muito pobre, é escasso, chegando-se ao fim da campanha com 30 fragmentos de cerâmica, no Sector A, e 8 no Sector B.

No geral, temos uma cerâmica de fabrico micáceo, com desengordurante de mica de grandes dimensões, pouco depurada, compacta, de coloração rosada e acastanhada clara, com cozeduras razoáveis em atmosfera oxidante, acabamento por polimento e de fabrico em roda. Apresenta-se muito fragmentada e mal conservada, sem que seja possível definir formas ou retirar conclusões precisas de ordem cronológica. A decoração é praticamente nula, só nos restando um fragmento muito deteriorado, com decoração geométrica, em círculos.

À superfície encontrou-se cerâmica, em alguns casos um pouco mais depurada. Entre estas, um fragmento de cerâmica negra, depurada e com decoração geométrica, quase imperceptível, feita após a secagem da pasta, e vários fundos planos de tijelas, além de um bordo de jarro.

Mesmo nas proximidades da Estrutura 1, interna ou externamente, não se detectou maior número de fragmentos de cerâmica, bem pelo contrário.

Como espólio pétreo há a referir rebolos de mó manual, sendo um deles em granito de grão médio (superfícies muito polidas, sendo a superior convexa, e base plana). Refira-se ainda a pedra (em granito de grão fino) com vários pingos de fundição, de ferro, em duas das faces superiores.

O espólio metálico deste sector resume-se a uma fíbula de bronze que em termos tipológicos a classificamos como uma variante do tipo “Santa Luzia”. Em termos cronológicos e dado que a introdução deste tipo de fíbulas na designada área castreja se situa “nos finais do séc. V / inícios do séc. IV a.C. (PONTE 1980, 114), tendo, no entanto, uma larga perduração, como o provam elementos datados de meados do séc. I d.C. (SILVA 1986, 189), apontamos, pois, a sua elaboração para o período compreendido entre a data limite de introdução referida e o séc I a. C.

O facto de apresentar uma forma de prensão da mola completamente diferente de todos os paralelos conhecidos para este tipo de fíbula³, indicará uma variante regional do designado tipo “Santa Luzia” e um fabrico local.

³ A este respeito veja-se: PONTE 1980, 111-119.

O SECTOR B

Este sector localiza-se entre o “torreão” de vigia e o talude externo, na zona norte do povoado, onde se unem os dois taludes.

Implantou-se uma quadrícula de 10 x 4m, e iniciou-se a escavação “em xadrez”, abrindo-se quadrados alternados, alguns na sua totalidade (A3, B0, B2 e B4), outros apenas um metro (lado leste - B1 e B2 e lado oeste, no caso do A1), seguindo método idêntico ao anterior, por decapagem horizontal.

Os quadrados foram abertos pela metade, do lado leste da quadrícula, com o objectivo primordial de definirmos um corte estratigráfico.

Os quadrados abertos até ao solo de base, na sua generalidade, excepto os Qds. A1 e B2, revelaram-se praticamente estéreis, em termos de espólio e completamente no caso de estruturas. Tal como no sector A, a potência estratigráfica é muito pequena, o que mais uma vez muito nos espantou, não excedendo também o meio metro.

Contudo, ofereceu-nos alguns problemas estratigráficos que talvez venhamos a resolver com uma escavação em área, pois numa pequena altura de terra aparecem-nos várias camadas que se misturam e alternam.

Outro factor interessante que suscita também algumas dúvidas são os cortes no saibro e as fossas. Uma delas, no quadrado B1, escavado até à base, não forneceu qualquer material, apesar de termos peneirado a terra com malha muito fina e ter sido feita a flutuação.

Como se testemunha no corte 1B, no mesmo quadrado existe uma outra, mas muito irregular, que também não forneceu qualquer tipo de material.

Trata-se, sem dúvida, de uma área geologicamente muito rica, onde se verifica a junção de afloramentos graníticos com outros de natureza xistenta, evidente nos Qds. B3 e B4, assim como as próprias camadas estratigráficas.

Outro elemento a referir é o de que somente nesta área — pois nem no sector A, nem em toda a superfície do povoado (que prospectámos intensamente), detectámos qualquer vestígio de ambiência romana — nos apareceram raros fragmentos de ímbrice e tégula (4 de ímbrice e 1 de tégula) muito deteriorados e também uma moeda romana, bastante mal conservada mas que nos permite, pelo menos, uma cronologia “post quem” para a primeira metade do século IV d.C.

A ESTRATIGRAFIA

Neste sector foi analisado um corte estratigráfico (corte 1B), no sentido norte-sul, lado leste, relativamente caracterizador de todo o sector, que apresen-

ta, no geral, camadas estratigráficas idênticas, em número de três e, neste caso, em número de quatro. Caracteriza-se da seguinte forma:

1 - Camada de terra humosa, de textura pouco compacta, homogénea, com muitas raízes, de coloração castanha escura.

2 - Camada de terra de textura compacta, fina, homogénea, com poucas raízes, de coloração castanha clara.

3 - Camada de terra de textura compacta, fina, homogénea, com poucas raízes, de coloração acinzentada.

4 - Saibro de base.

À simplicidade estratigráfica do sector A opõe-se a complexidade deste, sobretudo na sua parte leste, uma vez que todo o corte do lado oeste tem uma formação geológica idêntica aos cortes do sector A. Aqui, especialmente nos quadrados B2, B3 e talvez na continuidade destes, existe uma grande mistura de camadas de textura muito fina e muito compacta, de várias colorações, mescladas.

Na área referente ao quadrado B 2, do lado oeste, a camada 2 sobrepõe-se à 1, o que evidencia a existência de fenómenos pós-deposicionais.

Facto ainda mais interessante é o de estas camadas intrusas no sector apenas existirem na área destes quadrados e depositadas, aparente e intencionalmente, no corte feito no saibro de base. Não foi atingido, este ano, o seu limite, nem em profundidade, nem em área.

○ ESPÓLIO

Como referimos, este sector revelou-se muito pobre, não tendo fornecido estruturas e quase nenhum espólio.

Aqui aparecem materiais tipicamente romanos: na camada 1, a moeda e a tégula e ímbrice. Os outros fragmentos de cerâmica, aparecidos na camada 2 e 3, são referentes a cerâmica indígena de fabrico micáceo, já caracterizada.

A moeda é em bronze e trata-se de um *folli* de Constantino I, cunhada em Treveris, entre 309/310 e 313, muito raro nos catálogos consultados (RIC, 228/1856; *Fouilles de Conimbriga*, 46, nº 1197).

○ SECTOR C

Aproveitando uma parte do talude externo, que terá sido destruído em tempos idos, para aí passar um caminho carreteiro que leva ao topo do monte, fizemos, no corte do lado oeste, uma pequena sondagem, que consistiu na verticalização, tanto quanto possível, da parede de terra e na limpeza do caminho, procurando horizontalizá-lo.

O corte estratigráfico daí resultante foi então desenhado e analisado. Devido ao seu comprimento foi necessário implantar quatro estações.

Foi possível confirmar o tipo de construção do talude, em terra com muito pouca pedra de granito que assenta no saibro e na rocha base. Rocha essa em granito calco-alcalino, porfiróide, de grão grosso. Tem uma coloração acinzentada e duas manchas oblíquas de granito de grão um pouco mais fino, de coloração amarelada, provavelmente pela intrusão de elementos ferrosos.

O corte do lado leste está muito destruído.

Este sector situa-se a sul do povoado, havendo um outro caminho carreteiro que também cortou o talude externo, a norte, muito próximo do sector B. Também aí se confirma o tipo de construção em tudo semelhante.

A falta de várias camadas estratigráficas leva-nos a levantar a hipótese da possível construção do talude numa só fase, sem reconstruções profundas em épocas diferentes.

O corte tem uma potência estratigráfica, no seu ponto mais alto, de 3,20 metros - à cota de 266,11 (que é atingido aos 18 metros de comprimento) -, e uma extensão de 32 metros. O desnível é de 7,40 metros, estando o topo (inicial) a uma cota de 269,15 e o do fim à cota de 261,75. O ponto mais alto do talude situa-se a uma altitude de 266,11 metros.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Se foi possível confirmar a monumentalidade deste povoado e detectar uma série de elementos inéditos, também podemos concluir que neste momento temos mais dúvidas do que certezas, devido aos elementos inéditos e sem paralelos e, também, porque só alargando as sondagens agora realizadas (fazendo uma escavação em área e sondagens noutros pontos) se poderá adquirir maiores conhecimentos, resolver dúvidas que uma campanha desta natureza ainda não comporta.

No entanto, após esta intervenção podemos reter alguns elementos:

- o tipo de cerâmica indígena de fabrico micáceo; embora não tenhamos um estudo formático, visto os fragmentos que possuímos não nos permitirem definir formas, nem usos, podemos, pelo contexto e pelo estudo da pasta, pôr a hipótese de serem caracterizadores da Fase II da Idade do Ferro;

- a fíbula tipo "Santa Luzia" que pode encaixar-se dentro desta cronologia e dado ter sido detectada na base da Estrutura 1, pode também dar-nos uma cronologia relativa para esta. O seu tipo de fabrico e forma de prensão da mola, diferente dos paralelos conhecidos, poderá indicar-nos uma variante regional deste tipo e ter um fabrico local;

- o tipo de construção, de aparelho irregular, da Estrutura 1, de fabrico muito tosco;
- a não detecção, até ao momento, de mós rotativas mas rebolos de mós manuais;
- o tipo de construção das linhas de defesa em talude, provavelmente com fossos;
- o “torreão” de vigia;
- a coerência dos materiais encontrados;
- e o quase não aparecimento de espólio tipicamente romano.

Todos estes elementos indicam uma cronologia bastante antiga para este povoado, bem como uma muito fraca romanização - se a teve - e um abandono precoce.

Parece-nos que o facto de a via romana passar na base do povoado (situando-se aí um marco miliário de Augusto, datado de 11-12 d.C.) tenha sido um elemento de “expulsão” que forçou ao abandono do povoado.

A SINALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO

A sinalização do povoado comporta dois tipos de placas: as indicadoras do local e uma “explicativa”. Esta última foi elaborada nas oficinas da autarquia e colocada ainda quando decorria a campanha.

As primeiras, em número de quatro e em forma de seta, sinalizam o caminho a tomar, tendo sido colocadas em pontos-chave, de acesso ao povoado. A placa “explicativa” foi colocada na actual entrada do povoado, e possui formato rectangular (2x1,5m). Comporta alguns dados relativos às entidades relacionadas com a escavação, uma cronologia relativa, bem como uma chamada de atenção para os possíveis visitantes e moradores, no sentido da protecção do património que têm perante si e a indicação do local e tipo de monumento. Pretende informar e despertar a atenção dos visitantes.

É uma placa provisória, pois com o decorrer das intervenções temos em projecto elaborar uma outra, ou outras, mais completas, verdadeiramente didáctico-explicativas.

A vedação do povoado está ainda em estudo.

A manutenção é feita por trabalhadores da autarquia, sob a nossa orientação. A primeira fase constará da distribuição de herbicida nos sectores interencionados e em torno destes.

Após o término da escavação no Sector A, local onde, como vimos, foi detectada a única estrutura, procedeu-se à cobertura desta com um plástico reforçado por pedras.

Pretendemos, assim, defender o pouco que resta da estrutura para, logo que possível, se fazer a sua consolidação e reconstituição parcial.

Aliás, na altura que esta publicação vier a lume, já esta estrutura foi escavada na sua totalidade e restaurada, seguindo um plano previamente elaborado em que as estruturas foram consolidadas e reconstruídas com a utilização da pedra original e as mesmas técnicas de construção, seguindo, pois, o mesmo tipo de aparelho e de paramento da estrutura.

Usamos o xisto para a elaboração da linha divisória da parte reconstituída dado que é também um mineral típico da zona.

DINAMIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Apráz-nos referir que esta campanha alcançou bastante êxito, tendo tido grande e positivo impacto não só na população local e do concelho como também nos órgãos de comunicação social concelhios, distritais e nacionais.

Foi uma campanha que valorizou o património concelhio, divulgou-o, mas, sobretudo, obstou a que aumentasse o grau de destruição, alertando a população para a defesa do seu património e a importância do mesmo.

Para isto supomos que tem contribuído a política de divulgação arqueológica que temos encetado.

Mais do que tomar medidas concretas incidentes nos povoados é necessário que em Portugal se faça uma grande campanha de informação, no sentido de criar o gosto pela Arqueologia. Informação essa que deve ser feita não só em moldes correctos e científicos mas e, sobretudo, de forma didáctica, de modo a que os conhecimentos sejam realmente adquiridos e assimilados.

É necessário criar a consciência colectiva de que a Nossa História não começou na independência do reino português, face ao de Castela e conseqüente formação da nacionalidade, mas muito antes com os primeiros povos que habitaram o nosso território.

Só com a assimilação desta realidade poderemos ter resultados concretos e os sítios arqueológicos passarão a ser visitados, não só os que em termos visuais são mais espectaculares mas mesmo as estações paleolíticas ou as megalíticas, com estruturas pétreas pouco evidentes.

Esta consciencialização passa por um trabalho simultâneo de musealização das estações e por uma conseqüente política de *marketing* no sentido da informação da existência das mesmas. Ninguém pode ir visitar aquilo de que desconhece a existência.

Fazer apenas a valorização do sítio arqueológico, apesar de ser uma atitude muito louvável, não chega, dado que, mesmo existindo uma correcta

manutenção do local, o que é muito raro em Portugal, se o local não for visitado, interpretado, se não chegar ao conhecimento do utente todo o trabalho foi em vão. A fruição do local é o objectivo essencial.

A musealização de um povoado fortificado passa não só pela consolidação e restauro das estruturas detectadas mas, também, pela construção de réplicas das estruturas habitacionais e/ou outras.

Uma forma assaz eficaz de preservar e valorizar o património é a sua iluminação. Esta desperta a curiosidade e o interesse do cidadão, ao mesmo tempo que garante a preservação e defesa do povoado, não só afugentando possíveis malfeitores, mas relevando a importância do sítio, pelo que criará a consciência colectiva do seu valor e da necessidade da sua defesa e preservação. Esta fase, no nosso caso, está ainda em estudo.

A criação de um espaço museológico municipal está já em criação e, embora não se trate unicamente de um museu arqueológico, terá algumas salas dedicadas a esta temática. Trata-se de um museu vivo, dado que vai criar as suas estruturas aproveitando uma casa rural e anexos.

Esse espaço pretende-se amplamente animado com projecção de diapositivos, filmes, visitas guiadas e *ateliers* de ocupação de tempos livres. Realce-se que esta autarquia possui, já há alguns anos uma ludoteca.

Enquanto a sua criação não é um facto, têm-se levado a cabo exposições temáticas, com maletas pedagógicas preparadas para o efeito que se traduzem numa aproximação do meio, levando a cultura até à população, como se tem feito com as acções de sensibilização directas nos lugares das várias freguesias.

A sensibilização da população é pois uma tarefa imprescindível, visto que sem o seu apoio se tornará inviável a realização de qualquer actividade.

Ter a população como “inimigo” resulta em constantes destruições do que se faz, assim como ter uma população alheia às iniciativas, dado que estas deixam de ter razão de existir. Estas fazem-se para criar o bem estar cultural da população.

Por outro lado, o seu apoio é imprescindível: quer nas autorizações para intervenções, quer, a um outro plano, para defesa das estações de actos vandálicos, quer para a contribuição nos trabalhos, quer de campo, quer fornecendo uma enorme quantidade de informação que só a população local conhece.

Neste caso particular, temos realizado várias actividades com a população da área desde concelho, que têm dado os seus frutos, tornando-se sensibilizados para a realidade cultural e arqueológica que os rodeia. Podemos aqui destacar a prestimosa colaboração nas respostas aos inquéritos “toponímico-arqueológico” e “artístico-documental”, por nós distribuídos, os quais nos forneceram dados muito importantes.

A sensibilização da população local e regional é uma tarefa básica que

pode ser feita a vários níveis. As conversas, palestras, colóquios são outro meio de atingir e sensibilizar, assim como a projecção de filmes, diaporâmas, dispositivos. As visitas guiadas às estações são também muito importantes.

A utilização dos meios de comunicação local, regional ou nacional é muito eficaz, dado que são meios que criam bastante impacto, transmitindo com maior facilidade ideias e realizações.

A criação de um Gabinete Técnico e Científico de Arqueologia e Património, que promovesse a correcta assessoria no domínio do património cultural e natural, foi uma das melhores formas de tentar resolver os problemas concelhios sentidos a este nível.

Assim, na área que temos vindo a estudar criou-se um Gabinete deste tipo, com características diferentes dos demais, pois existe sobretudo pela colaboração de várias entidades, num projecto comum e abrangente, que visa o levantamento, estudo, protecção, dinamização e divulgação do Património Cultural e Natural do Concelho de Paredes de Coura.

É neste âmbito que temos vindo a desenvolver as actividades referidas, bem como a organização das “Quinzenas Culturais”⁴ onde se conjugam actividades de ordem científica, como colóquios e exposições, com outras de carácter etnográfico e popular, como concursos de desenho, fotografia, actuação de ranchos folclóricos, organização de demonstrações de jogos populares e outras actividades artesanais que têm tido grande impacto nas populações.

Os Cursos com características de formação e sensibilização na área do Património e Arqueologia enquadram-se dentro das iniciativas mais concretas e eficazes. Deve-se numa primeira fase organizar cursos com um carácter de sensibilização e só depois passar para outros com matérias mais específicas e com uma maior finalidade formativa, pelo que organizámos o Curso de “Sensibilização ao Património”, em parceria com várias instituições de ensino superior.

A edição de publicações é essencial para que se possa levar ao grande público o fruto dos trabalhos e investigações realizados, mostrando à comunidade aquilo que possui bem como, no fundo, justificando os gastos⁵.

Enquadrado nesta conjuntura, o Gabinete possui uma publicação autónoma, designada *Cadernos de Arqueologia e Património* que se reveste de duas versões: uma série anual com artigos vários e uma outra monográfica.

Em relação aos desdobráveis, estes devem também ter um carácter peda-

⁴ A primeira (em Junho de 1991) sob o tema: «Património e Arqueologia» e a segunda (em 1992) sobre o “Traje e Ourivesaria”.

⁵ Com este propósito, até ao momento, foram elaborados vários artigos em revistas da especialidade, versando temas arqueológicos ou outros relacionados com o património arquitectónico e o etnográfico (SILVA 1991a), 7-24; SILVA 1992, 9-16; 17-32; 33-36 e 37-52).

gógico, informativo e serem feitos de acordo com a idade e o nível cultural a que são destinados. Os que temos feitos e projectado são de vários tipos, conforme o público a que se dirigem. Assim, temos o desdobrável pedagógico dedicado à criança do ensino básico, o dedicado ao estudante de outro nível de ensino, o dedicado à população do concelho ou outra e um outro para o turista, em várias línguas.

Os vídeos devem ser elaborados também de acordo com a população a que são dirigidos, tendo características pedagógicas, informativas e de linguagem e compreensão fáceis. Devem incluir não só os elementos da arqueologia visíveis e existentes, mas uma recriação por montagem ou por encenação da realidade de cada época, sobre pena de não serem compreensíveis. Devem elucidar com clareza os factos ou situações a que se reportam. Por exemplo, para que servia a peça que está em projecção, a cronologia da mesma, ou seja a inserção na época a que pertence.

Os avanços da informática permitem-nos uma panóplia muito vasta de aplicações com os mais variados fins, quer em termos de execução, como de criação, de diversão ou de informação, que são auxiliares preciosos na divulgação e informação do público das mais variadas idades e com os mais variados interesses.

Existem inúmeras actividades que se podem fazer com crianças e adolescentes, actualmente facilitadas pela introdução da designada “Área-Escola”, como uma das actividades curriculares da escolaridade obrigatória.

O intercâmbio entre a escola e o meio tem sido uma das nossas preocupações, pelo que desenvolvemos actividades entre o Gabinete de Arqueologia e as escolas concelhias, através de acções escolares, com a projecção de diapositivos e conversas com os alunos, visitas guiadas, organização de cursos e exposições, participação nos trabalhos de escavações arqueológicas.

Com a colaboração de dois professores de uma escola próxima do contexto sócio-cultural de Paredes de Coura, concretamente na Escola C + S de Arcozelo, em Ponte de Lima, aplicámos alguns conceitos de temos vindo a defender, tendo-se revelado uma experiência muito interessante que pensamos continuar.

O tema da “Cultura Castreja” foi introduzido com uma explicação dos professores, acompanhada pela análise dos livros escolares e do material de apoio que lhes tinha sido entregue⁶. Entre esse material destaque-se, por exemplo, uma estampa abordando as várias etapas da arqueologia (“O Ciclo

⁶ Agradecemos aos Professores Carlos Gouveia da Silva e Francisco Madureira o enorme serviço que nos prestaram, bem como à Escola C+S de Arcozelo.

Infelizmente, por razões de espaço da publicação não podemos aqui apresentar todas as estampas e o tratamento dos dados obtidos, que se revelaram assaz interessantes.

Arqueológico”), entre outras sobre os povoados fortificados (as cabanas e muralhas existentes nestes e as formas e tipos de construção). Dentro desta maleta constavam também esquemas sobre a possível ocupação do espaço em uma cabana, bem como os processos de fabrico de alguns bens.

Foram também distribuídos alguns dos jogos e gravuras que elaborámos, tal como as anteriores, no sentido não só de colher elementos em relação à sua receptividade para um posterior utilização no Museu de Paredes de Coura mas, também, com fins didácticos para uma mais fácil assimilação dos temas leccionados. Os jogos consistiam na detecção das seis diferenças de duas figuras sobre um povoado “castrejo”, na localização das peças de um “Puzzle”, também com a figuração de um povoado, e no desenho da estela menir da Boulhosa. Alguns alunos mais perspicazes conseguiram descobrir o verdadeiro formato da peça mas, a maioria, arranjou outras soluções. Em termos de coloração apresentaram pinturas muito interessantes e vistosas.

De referir ainda o jogo “Passeio pelos Castros de Coura” que teve larga aceitação (Est.IV)

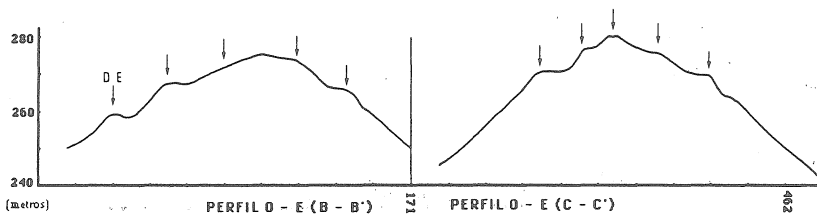
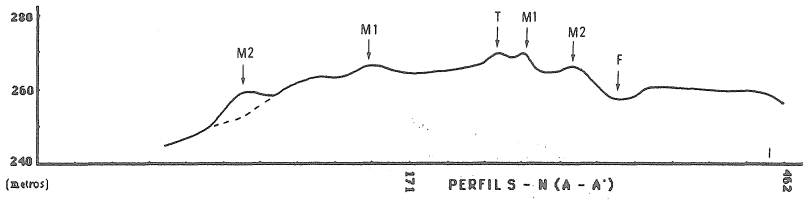
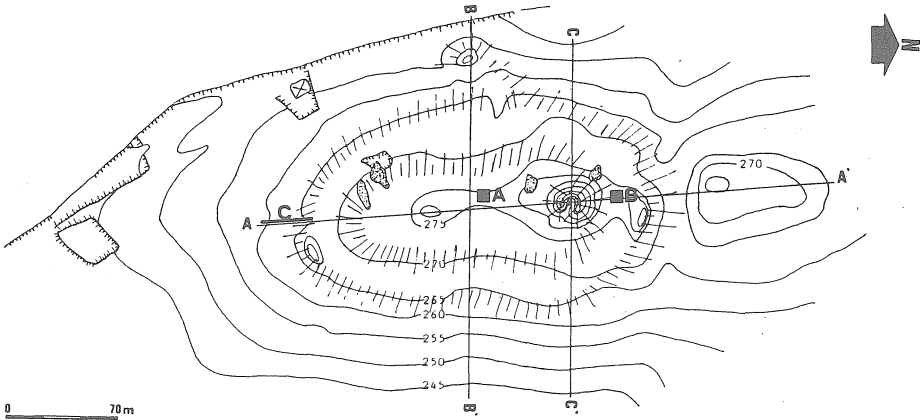
Parece-nos que este tipo de actividades baseadas em jogos e desenhos são uma forma assaz eficaz de formar, de uma forma lúdica, trazendo enormes vantagens na aprendizagem.

Esperamos dentro de um futuro próximo, após a escavação em área, e segundo os projectos que temos, fazer a construção de réplicas das habitações e de outras estruturas; a sinalização dentro e fora dos povoados com placas de cariz didáctico, explicativo e informativo; a criação de instalações para laboratórios; a exposição correcta dos materiais e a construção, eventual, de um Museu Monográfico; a melhoria dos acessos; a reconstituição de contexto ambiental (vegetação, cursos fluviais, singularidades geomorfológicas); a elaboração de vários materiais de apoio, entre muitas outras actividades que permitam a sensibilização e a informação da população, bem como a divulgação e dinamização dos povoados, completando assim uma panóplia de achegas com as quais tentamos valorizar o povoamento estudado.

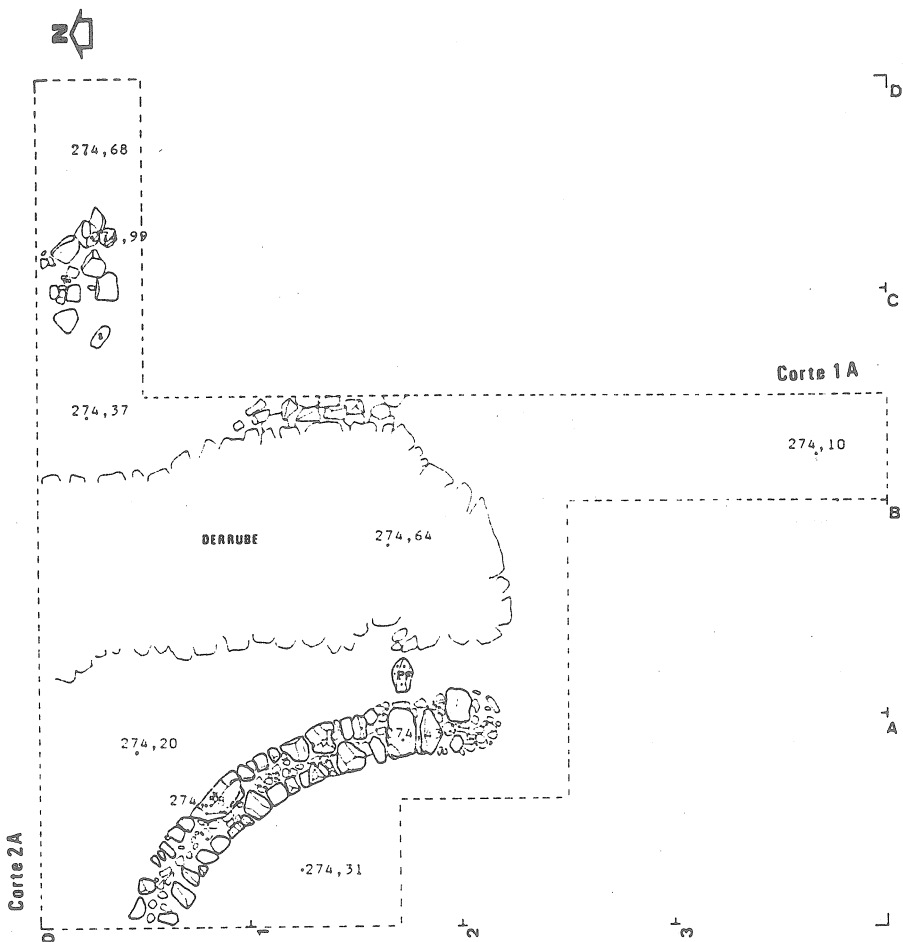
Desta forma procuramos fazer “a ponte” entre o estudo do espaço arqueológico e a sua valorização através do restauro, conservação, dinamização e divulgação, ou seja, recriando o “mundo castrejo” e fazendo os possíveis para que este “mundo” chegue até ao grande público, a fim de que este se converta no grande defensor e divulgador do Património que é seu - no fundo, o grande objectivo deste nosso estudo.

BIBLIOGRAFIA

- CUNHA, Narcizo Candido A. (1909). *No Alto Minho. Paredes de Coura*. 1ª Ed. Paredes de Coura, (2ª Ed., 1979, Braga).
- MATTINGLY, H., E. A. Sydenham e C. H. V. Sutherland. (1967). *The Roman Imperial Coinage*. 7, Londres.
- PONTE, M. La Salette. (1980). A génese das fíbulas do Noroeste Peninsular. *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Revista de Guimarães, 2, Guimarães, 111-119.
- SILVA, A. C. Ferreira. (1986). *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*. M.A.C.S., Paços de Ferreira.
- SILVA, M. Fátima Matos. (1991). O Povoamento Castrejo em Paredes de Coura. *Boletim Municipal*, 3, Paredes de Coura.
- (1991a). Machados de Pedra Polida do Concelho de Paredes de Coura. *Rv. Ciências Históricas*, 6, Porto, 7-24.
- (1992). O Gabinete de Arqueologia e Património da Câmara Municipal de Paredes de Coura. *Cadernos de Arqueologia e Património*, 1, Paredes de Coura, 9-16.
- (1992a). Campanha de Limpeza, Protecção, Cartografia e Sinalização do Núcleo Megalítico de Chã de Lamas, S. Martinho de Vascões, *C.A.P.*, 1, P. Coura, 17-32.
- (1992b). O Castro de Cristelo: apontamentos para o seu estudo. *C.A.P.*, 1, P. Coura, 37-52.
- (1992c). Documentos para a Carta Arqueológica de Paredes de Coura: Trísceles e Mós rotativas de Favais (Moselos). *C.A.P.*, 1, P. Coura, 33-36.
- SILVA, Carlos A. G. (1993). *Igrejas Barrocas do Concelho de Paredes de Coura*. Cadernos de Arqueologia e Património - Monografias, 1, Paredes de Coura.
- TEIXEIRA, C. (1961). *Notícia Explicativa da Carta Geológica de Portugal, folha 1-C (Caminha, 1962)*. Serviços Cartográficos do Exército, Lisboa.



Est. II

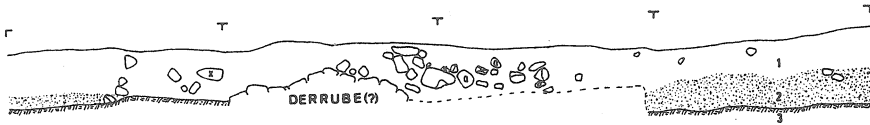


0 2m

DESENHO PLANIMETRICO DO SECTOR A

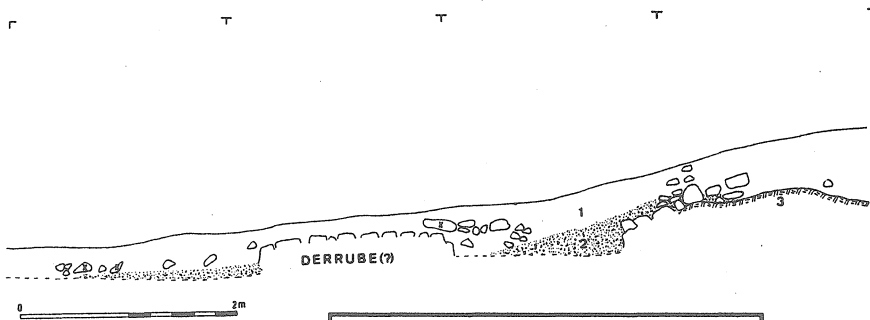
S - Seixo em quartzite.

PF - Pedra granitica com restos de fundição de ferro.



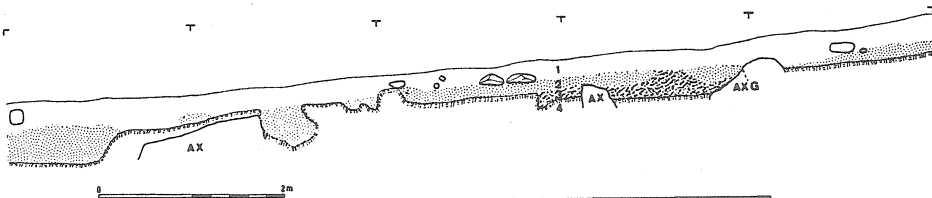
CORTE ESTRATIGRÁFICO 1 A (Norte - Sul)

- 1 - Camada de terra humosa, de textura fina, pouco compacta, homogénea, com muitas raízes e de coloração castanha escura.
- 2 - Camada de terra de textura fina, compacta, homogénea, com algumas raízes, com alguns granulos de granito e de coloração castanha clara.
- 3 - Saibro de Base.
- X - Xisto.
- Q - Quartzos.



CORTE ESTRATIGRÁFICO 2 A (Este - Oeste)

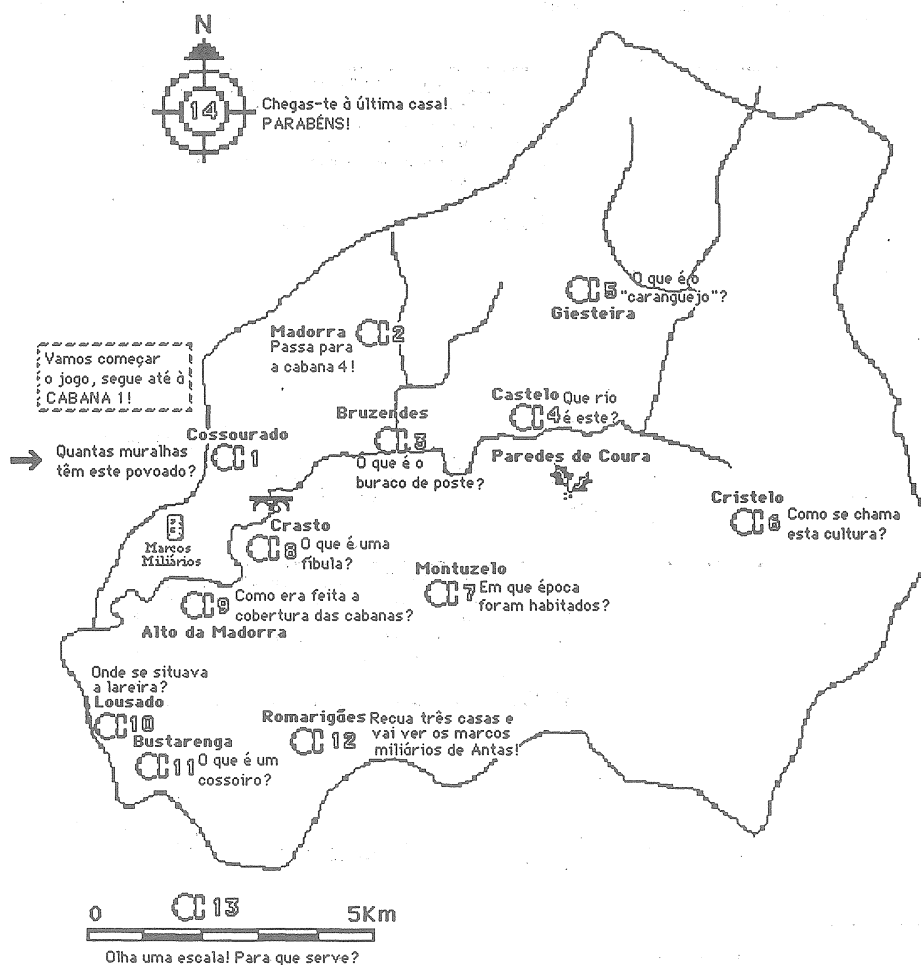
- 1 - Camada de terra humosa, de textura fina, pouco compacta, homogénea, com muitas raízes e de coloração castanha escura.
- 2 - Camada de terra de textura fina, compacta, homogénea, com algumas raízes e de coloração castanha clara.
- 3 - Saibro de Base.
- X - Xisto.



CORTE ESTRATIGRÁFICO 1 B (Norte - Sul)

- 1 - Camada de terra humosa, de textura fina, pouco compacta, homogénea, com muitas raízes e de coloração castanha escura.
- 2 - Camada de terra de textura fina, compacta, homogénea, com poucas raízes e de coloração castanha clara.
- 3 - Camada de terra de textura fina, compacta, homogénea, com poucas raízes e de coloração acinzentada.
- 4 - Saibro de Base.
- AX - Afloramento de xisto.
- AXG - Afloramento com junção de xisto e granito.

PASSEIO PELOS CASTROS DE COURA



Para fazeres este "passeio" basta percorreres as várias "cabanas" dos Castros da região.

As regras são muito fáceis. Quanto responderes acertadamente a uma questão avanças duas cabanas. Se errares recuas duas e continuas até ao fim. Como vês é muito fácil!

Serve-te dos pequenos "cossoiros" de cartão como fichas. BOA SORTE!

URBANISMO E ARQUITECTURA DE BRACARA AUGUSTA: BALANÇO DOS RESULTADOS

por

Manuela Martins, Manuela Delgado
e Jorge de Alarcão

Resumo: Balanço dos conhecimentos relativos ao urbanismo e arquitectura de Bracara Augusta, com base nos resultados das escavações realizadas desde 1976.

Palavras-chave: Urbanismo. Arquitectura. Bracara Augusta.

1. INTRODUÇÃO

A história da descoberta de *Bracara Augusta* iniciou-se no séc. XVI, altura em que, sob influência do humanismo, se desenhou um real interesse pelo passado de Braga e pela interpretação de epígrafes e ruínas, ainda pontualmente visíveis, nalgumas das grandes quintas que rodeavam a cidade. São essas inscrições e ruínas que irão constituir a base documental para a elaboração das primeiras memórias sobre a ocupação romana de Braga, devidas, primeiro, a D. Rodrigo da Cunha (1634) e, um século mais tarde, a Jerónimo Contador de Argote (1728; 1732-34). As obras destes eruditos constituem, assim, importante fonte de informações relativamente ao urbanismo e arquitectura de *Bracara Augusta*. Entre elas merecem destaque a descrição do perímetro da muralha romana, feita com base nos troços ainda conservados no séc. XVIII, bem como a referência a grandes edifícios, em S. Pedro de Maximinos, designadamente de um teatro, ou anfiteatro.

Todavia, o documento mais antigo que possuímos, de indiscutível interesse para o urbanismo romano, está representado pelo mapa de Braga, da autoria de Braunio, datado de 1594, no qual se encontram localizados o *forum* e as saídas das principais vias militares.

As múltiplas, mas sumárias descrições de achados e ruínas, desenterrados do subsolo da área limítrofe da cidade, entre os séculos XVIII e XX, mau grado constituírem importante acervo informativo para a história das investigações de *Bracara Augusta*¹, representam, todavia, modesta contribuição para o estudo do seu urbanismo e arquitectura, pelas imprecisões que contêm.

Assim, só quando, em meados do nosso século, as novas urbanizações da cidade moderna avançaram para os terrenos da Colina de Maximinos e Cividade, onde se conservava ainda grande parte das ruínas romanas, se começou, verdadeiramente, a descobrir e destruir áreas fundamentais ao conhecimento do urbanismo da antiga cidade.

Datam dos anos 60 as primeiras intervenções arqueológicas em Braga, realizadas na sequência de obras de remodelação, ou de urbanização². Elas permitiram identificar necrópoles, que confirmaram, em parte, o perímetro da cidade romana sugerido pelas plantas de Braunio e de José Teixeira³ (Est.I), bem como alguns bairros residenciais e os primeiros vestígios de arquitectura doméstica⁴.

No entanto, só em 1976, com a criação do Campo Arqueológico de Braga e da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho foi possível dar início a um programa de escavações e salvamentos sistemáticos, que deram a conhecer as características do urbanismo e arquitectura de *Bracara Augusta*. Os dados e as hipóteses que aqui se apresentam constituem, assim, fundamentalmente, o resultado das escavações realizadas, na área urbana de Braga, nos últimos dezassete anos⁵.

¹ Sobre o assunto pode ver-se H. B. Nunes (1978, 164-197), E. Oliveira e I. Fernandes (1984, 109-134), E. Oliveira (1978, 20-44; 1979, 164-197; 1980, 107-116; 1985, 179-194), M. Martins e M. Delgado (1989-90, 12-13) e M. Martins (1991-92).

² Os seus resultados foram sumariamente divulgados (SOUSA 1966a, 165-178; 1966b, 589-599; SOUSA e PONTE 1970, 389-411; OLIVEIRA 1979, 164-197).

³ Este autor propôs um traçado para a muralha, publicado, muitos anos mais tarde, por J.J. Rigaud de Sousa (1973, fig. 1).

⁴ Entre estes merecem destaque o peristilo da *domus* de Santiago, localizada no claustro do seminário do mesmo nome, escavado pelo Cônego Luciano dos Santos e a chamada Casa do Poço, escavada por J.J. Rigaud de Sousa, em Maximinos (1966a, 165-178; 1966b, 589-599).

⁵ A grande maioria dessas escavações foram realizadas pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, instituição responsável pelo estudo da cidade de *Bracara Augusta*. Sobre os resultados destas intervenções pode ver-se, entre outros, M. Delgado *et alii* (1986, 27-42) e M. Martins e M. Delgado (1989-90, 11-38). Destacamos, ainda, algumas escavações de emergência efectuadas pelo Ex Serviço de Arqueologia da Zona Norte (RODRIGUES *et alii* 1989, 173-188) e, mais recentemente, pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga.

2. O URBANISMO DE BRACARA AUGUSTA: OS DADOS E AS QUESTÕES

2.1. Estrutura urbana

Os dados arqueológicos disponíveis apontam para a hipótese de que *Bracara Augusta* foi fundada *ex-nihilo*⁶, entre o ano 3 a.C. e 4 da nossa era⁷. Única fundação augústea no território actualmente português a Norte do Douro, numa região sem tradição urbana, coube-lhe, certamente, um importante papel de capital regional, que se enquadra no programa político-administrativo que Augusto aplicou à Hispânia⁸.

Muito embora seja possível precisar a data da consagração oficial da nova *civitas* dos bracaraugustanos e compreender o processo de povoamento do novo espaço, graças aos elementos fornecidos pela arqueologia⁹ e pela epigrafia¹⁰, não dispomos ainda de dados precisos que permitam falar do programa urbanístico augústeo. Com efeito, não foi identificado, até ao momento, qualquer edifício datado da época da fundação da cidade. O conjunto das escavações realizadas testemunha que *Bracara Augusta* possuía um plano ortogonal, com orientação NO/SE, plano esse identificado a partir de muros, ruas e rede de saneamento (Est.II). De facto, a orientação da generalidade dos edifícios descobertos, coincide com o traçado de algumas ruas identificadas no quarteirão das Carvalheiras¹¹,

⁶ O local não oferece condições para ter sido um *castellum* indígena (MARTINS 1990, 219-220), nem tão pouco existem quaisquer evidências que permitam aceitar a sugestão de Schülten de que teria tido origem num acampamento de *Publius Carisius* (1943, 176-177).

⁷ Esta cronologia é sugerida por um conjunto de inscrições honoríficas encontradas em Braga e imediações (CIL, II 2422, CIL, II, 5123, EE VIII, 280= ILER 1028, VASCONCELOS 1913, 326; LE ROUX 1975, 155-159; MARTINS e DELGADO 1989-90, 14).

⁸ Sobre a organização administrativa e os programas urbanísticos de Augusto poderá ver-se, no que se refere ao território português, J. de Alarcão (1988; 1990a; 1990b, 43-57; 1992, 73-129). Sobre as características do povoamento indígena e o impacto da fundação das cidades no Noroeste pode ver-se, entre outros, P. Le Roux (1982, 177-179), A. Tranoy (1982, 125-137; 1983, 193-201), P. Le Roux e A. Tranoy (1983-84, 199-207) e J. Alarcão (1990c, 35-70).

⁹ Os resultados das escavações apontam para uma vasta área de ocupação, logo na primeira metade do séc. I, mas não facultaram até ao momento qualquer edifício com essa cronologia.

¹⁰ A epigrafia dá-nos conta de uma população urbana com forte componente indígena (LE ROUX e TRANOY 1989-90, 187-230), a par da presença de imigrantes itálicos, designadamente de comerciantes referidos na inscrição dedicada a *C. Caetronius Miccio* (CIL II, 2423), legado de Augusto na Citerior no tempo de Cláudio (42-44) (ALFÓLDY 1966, 185-195). São igualmente conhecidos em Braga cidadãos romanos inscritos nas tribos Galéria (LE ROUX 1982, nºs 125, 214 e 151) e Fábria (LE ROUX 1982, 219, nº 166).

¹¹ Neste quarteirão, localizado no quadrante Noroeste da cidade romana, foi detectado em 1983/84 um cruzamento de duas ruas (DELGADO e LEMOS 1985, 159-176; 1986, 151-167). O alargamento da escavação, entre 1991-1993, permitiu pôr a descoberto a totalidade da *insula* e descobrir, mais uma rua.

bem como com os eixos de uma cloaca descoberta recentemente¹². A conjugação destes elementos revela que *Bracara Augusta* conheceu um traçado hipodâmico, que cobriu grande parte da sua área construída. Esse traçado persistiu na organização da parte sul da cidade medieval, que corresponde aos bairros residenciais do quadrante nordeste da cidade romana, (OLIVEIRA *et alii* 1982, 13; MANTAS 1990, 86), bem como nalguns alinhamentos que persistiram em caminhos e muros divisórios das quintas e quintais que, posteriormente à Idade Média, viriam a ocupar os terrenos da parte sul da cidade romana. Todavia, foi a identificação, na zona das Carvalheiras, de uma *insula* romana, limitada por ruas, que permitiu reconstituir uma malha urbana, que se configura, para já, como hipótese de trabalho (MARTINS e DELGADO 1989-90, 39). De facto, assentando *Bracara Augusta* numa colina haverá que averiguar como se processou a adaptação de um plano ortogonal à topografia do terreno, sendo possível que a dimensão dos quarteirões possa ser pontualmente variável.

A modulação sugerida pela *insula* das Carvalheiras é quadrada, medindo aproximadamente 150 pés (44,33m medida tomada entre os eixos das ruas), com uma área construída de 1 *actus*, ou seja 120 pés (35,48m). A configuração rectangular de alguns quarteirões da parte nordeste da cidade, poderá resultar de uma alteração medieval da modulação romana (Est.II).

Com base nos elementos fornecidos pela escavação das Carvalheiras podemos admitir que algumas ruas fossem porticadas, dando acesso a lojas, situadas no rés-do-chão das casas. As evidências de pórticos apontam para uma modulação homogénea, de 10 pés entre colunas, sendo essa também a largura dos próprios pórticos, tal como a de algumas ruas.

O conjunto dos alinhamentos conhecidos permite situar o *decumanus maximus* a passar pela R. de S. Sebastião, que mantém a orientação SO/NE e um pouco a Norte da actual R. do Alcaide e Largo de Santiago.

O *cardo maximus* pode estar representado, na parte norte, na actual R. Jerónimo Pimentel, prolongando-se em direcção ao Campo das Carvalheiras e ao Campo das Hortas, ou um pouco mais a leste, correspondendo então ao eixo da grande cloaca que identificamos em 1992¹³. Na parte sul, o único alinhamento que persiste, com uma orientação NO/SE, corresponde ao troço da R. dos Bombeiros Voluntários, que segue até ao cruzamento da R. Damião de Góis.

O ponto central destes dois grandes eixos da cidade situa-se na área envolvente do actual Largo Paulo Orósio e capela de S. Sebastião, local referido na planta

¹² Identificada num salvamento de terrenos anexos ao antigo Albergue Distrital, realizado em 1992, cujos resultados estão ainda inéditos. O seu prolongamento, para norte, foi constatado num acompanhamento de obras no prédio nº 56 da Rua Frei Caetano Brandão, feito pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, a cujo responsável agradecemos os elementos fornecidos.

¹³ Cf. nota 23.

de Braunio como *forum* romano, de onde procedem duas inscrições, uma delas honorífica, dedicada a Constantino Magno¹⁴.

2.2. Evolução da cidade

Os elementos disponíveis sugerem que a traça da cidade se manteve sem grandes alterações até à Alta Idade Média. A atestá-lo temos as remodelações tardias realizadas em muitos edifícios escavados, algumas do séc. V, que respeitam a orientação geral das construções anteriores.

No entanto, estamos em crer que houve alterações relativamente à área ocupada pela cidade.

A questão dos limites de *Bracara Augusta* foi sempre colocada em função da existência de uma muralha, referida em documentos dos séculos XII e XIII (FEIO 1956), cujos troços visíveis permitiram a Jerónimo Contador de Argote descrevê-la, pela primeira vez, no séc. XVIII (1721, 68). Contudo, deve-se a José Teixeira a elaboração, em 1910, da primeira planta da cidade, com uma configuração oblonga, onde assinala uma muralha. O seu traçado (Est.I) coincide, de forma bastante rigorosa, com a dispersão da generalidade dos achados funerários encontrados até ao momento em Braga (MARTINS e DELGADO 1989-90b, fig. 1). Algumas sondagens realizadas na Quinta do Fujacal, em 1982, e as escavações mais amplas, actualmente em curso, neste local, permitiram pôr a descoberto um extenso pano de uma muralha, cuja fundação pode ser datada entre meados e finais do séc. III e cujo perímetro corresponde ao traçado sugerido por José Teixeira (DELGADO *et alii* 1984)¹⁵.

No entanto, é possível que a malha ortogonal da cidade nunca se tenha estendido até esses limites, sobretudo na parte sul. Esta suposição repousa no facto de existirem algumas construções que não obedecem aos eixos dominantes, NO/SE, como acontece, concretamente, com a chamada “Casa do Poço”, escavada por J. J. Rigaud de Sousa, nos anos 60, datada dos finais do séc. I e que se integraria num bairro artesanal de oleiros e vidreiros (SOUSA 1965-66, 165-172; 1966a, 165-178; 1966b, 589-599) (Est.II). O mesmo desalinhamento pode ser constatado noutros sectores periféricos da cidade, designadamente, na zona

¹⁴ Estas inscrições foram encontradas, em 1891, num desaterro próximo do palacete do Conde de S. Martinho, anexo ao Largo Paulo Orósio, em frente à capela de S. Sebastião. A inscrição dedicada a Constantino Magno foi destruída e a outra, bastante mutilada, onde se lia, embora de forma incompleta, a palavra GALAECIA, usada para calçar o passeio norte da R. Cruz da Pedra (BELINO 1896, 40), não sendo já legível.

¹⁵ Estas escavações, da responsabilidade da U.A.U.M., foram recentemente retomadas, tendo possibilitado a observação da face interna da muralha, do seu enchimento, bem como a sua datação. Os resultados encontram-se ainda inéditos.

25 de Abril e em construções recentemente detectadas nas escavações da Quinta do Fujacal.

Face a estes dados poderíamos admitir que o plano ortogonal de *Bracara Augusta* contemplou uma cidade mais restricta do que aquela que viria a ser cercada no séc. III, o que sugere, também, a hipotética existência de uma primitiva cerca, cujo traçado norte poderia ser coincidente com o da muralha tardia e que, na parte sul, estaria limitada por alinhamentos ainda conservados em taludes visíveis nos mapas antigos de Braga (Est.II). Fora dessa cerca poderiam ter-se desenvolvido, ao longo do Alto Império, vários bairros artesanais, que acabaram por ser envolvidos pela fortificação tardia (Est.II).

A admitirmos que *Bracara Augusta* possuía um muralha primitiva que limitava um vasto espaço ortogonal seria legítimo pensar que tal muralha constituísse basicamente um equipamento de prestígio, que poderá datar da mesma época em que se projectou a cidade hipodâmica.

O desenvolvimento de bairros extra-muros, alguns dos quais importantes à economia da cidade, como seria certamente o caso dos bairros artesanais¹⁶, explicaria a sua inclusão num perímetro urbano mais amplo, que, mesmo assim, deixou de fora muitas construções, senão mesmo bairros inteiros¹⁷.

2.3. O problema da cronologia

A cronologia do traçado hipodâmico de *Bracara Augusta* não se encontra ainda completamente esclarecida. De facto, a ausência de edifícios correlacionados com um programa de obras augesteo e a cronologia avançada, dentro do séc. I, para a ocupação da generalidade dos quarteirões, até agora escavados, não permite atribuir, em definitivo, a traça ortogonal ao momento da fundação da cidade, mau grado o traçado de algumas vias, cuja construção se inicia na época de Augusto, ou de Tibério, abonar em favor desta hipótese, pois encontram-se genericamente orientadas segundo os eixos da cidade.

De facto, haverá que justificar, porque razão a grande maioria dos edifícios escavados até hoje parece ter sido fundada entre o último quartel do séc. I/ inícios do séc. II. Poderíamos pensar que o avanço da construção foi lento, durante a primeira metade do séc. I e que a promoção municipal, sob os Flávios¹⁸,

¹⁶ Nas escavações da chamada “casa do Poço”, em Maximinos, apareceram moldes de lucernas, tanques de tratamento de argila e pasta de vidro. Nas escavações realizadas na Quinta do Fujacal apareceu igualmente pasta de vidro.

¹⁷ São já significativas as referências e achados que testemunham a existência de construções fora da muralha romana (MARTINS e DELGADO 1989-90, 28-29).

¹⁸ Embora controversa, a promoção municipal de *Bracara Augusta* é sugerida pelo razoável número de indígenas inscritos na tribo Quirina, pela onomástica flávia, presente na epigrafia da

terá acelerado o programa de obras e monumentalização da cidade. Seria possível admitir, também, que alguns edifícios da cidade de Augusto, tenham sido sacrificados, ou profundamente alterados, numa posterior renovação urbana.

Por outro lado, a aceitação desta hipótese põe em causa que a zona da Sé possa ter constituído o primitivo centro monumental de *Bracara Augusta*, com funções administrativas¹⁹, religiosas²⁰ e económicas²¹, conforme é tradicionalmente sugerido (LE ROUX 1975, 155-159), uma vez que se encontra totalmente descentrada em relação ao traçado ortogonal. Com efeito, as sondagens realizadas num dos claustros do Largo do Paço (LE MOS *et alii* 1988, 69-78) revelaram que a área a Norte da Sé só foi ocupada numa época tardia, a partir do séc. IV. Esta hipótese não obsta, todavia, que, na área da Sé, tenha existido um mercado²² e um templo a Isis²³, conforme é sugerido pela epigrafia. Apesar das intervenções já realizadas na R. da N. Sra. do Leite (GASPAR 1985, 51-125) e no altar-mor da própria catedral, (RODRIGUES *et alii* 1989, 173-188)²⁴, não terem permitido caracterizar o tipo de construções aí existente, parece aceitável que o local tenha funcionado como área pública.

É igualmente possível considerar que o projecto de uma cidade ortogonal seja posterior a Augusto, podendo datar, quer do período júlio-cláudio, quer do período flávio. Nesse caso, poderíamos admitir um programa de obras, associado à fundação da cidade, que tivesse contemplado a edificação de uma zona monumental, na área da Sé (*forum* e edifícios públicos). As restantes construções, envolvendo este centro, teriam sido erguidas, sem plano prévio, e, por conseguinte, posteriormente sacrificadas, quando se projectou uma cidade ortogonal (MARTINS e DELGADO 1989-90, 17-18). A opção por uma cronologia júlio-cláudia, ou flaviana para esse projecto, é, por ora, problemática. De facto, muito embora não se tenha identificado qualquer edifício datado da primeira metade do séc.

cidade e pela *dedicatio* da inscrição CIL, II, 2424, feita ao cidadão *L. Terentius Rufus, decreto decurionum* (LE ROUX e TRANOY 1973, 177-231; MARTINS e DELGADO 1989-90, 21-22).

¹⁹ Essas funções estariam associadas ao papel de *Bracara Augusta* enquanto capital de convento jurídico, divisão administrativa que vem sendo datada do tempo de Augusto (DOPICO CAÍNZOS 1986, 265-283).

²⁰ A existência de um templo ao culto imperial, neste local, datável eventualmente do tempo de Tibério, é sugerida por uma inscrição de uma sacerdotiza desta culto, *Lucrecia Fida*, que homenageia Isis Augusta (CIL, II, 2416). Todavia, esta inscrição, que se encontra imbutida numa parede da cabeceira da Sé, pode ter sido aí recolhida.

²¹ Vários autores tem referido a possibilidade de existência de um mercado na zona envolvente da Sé catedral, tendo por base a dedicatória ao *Genius Macelli* (CIL, II, 2413), aí encontrada, ou recolhida e hoje desaparecida.

²² Cf. nota 14. A existência de um mercado neste local parece aceitável pela sua situação periférica e pelas evidências arqueológicas de muros, na R. da N. Sra. do Leite e na zona do altar-mor da Sé, que podem constituir parte da estrutura de um mercado.

²³ Inscrição a *Isis Augusta* (CIL, II, 2416).

²⁴ Intervenção da responsabilidade do Ex Serviço Regional da Zona Norte.

I, encontramos, todavia, materiais dessa época em todo o perímetro urbano, facto que testemunha uma rápida ocupação de uma ampla área, correlativa de um intenso povoamento e expansão demográfica de *Bracara Augusta*. Se esse facto abonaria em favor de uma datação pré-flaviana para o traçado ortogonal, também é verdade que a promoção municipal da cidade poderia constituir, por si só, importante estímulo para uma profunda renovação urbana.

2. A ARQUITECTURA DE BRACARA AUGUSTA

4.1. Características gerais

Mau grado o número significativo de escavações que foram realizadas no perímetro urbano de Braga são ainda bastante reduzidos os conhecimentos que possuímos sobre a sua arquitectura. Duas circunstâncias estão na origem deste facto. Em primeiro lugar, a generalidade das escavações assumiu o carácter de salvamentos, tendo-se limitado ao estudo de áreas restrictas, raramente sendo possível escavar, na íntegra, conjuntos coerentes. Por outro lado, as evidências que chegaram até nós são extremamente pobres, pois as ruínas, desde os muros aos próprios derrubes, foram sistematicamente saqueados, desde a antiguidade. Os edifícios públicos foram os mais sacrificados, sobretudo os mais antigos, porque com melhor aparelho, garantiram útil e bom material de construção às cidades medieval e moderna. O que sobreviveu da generalidade dos edifícios está geralmente reduzido aos alicerces, e, por vezes, simplesmente às valas de roubo, facultando-nos tão só, a reconstituição da planta. Faltam-nos, assim, muitas evidências, sendo raros os elementos de arquitectura que ajudem a reconstituir fachadas, ou a altura e características dos próprios edifícios.

Neste contexto, é difícil abordar o tema da arquitectura romana de Braga, pois apenas conhecemos um edifício público, ainda não totalmente escavado, representado pelas termas do Alto da Cidade e a planta integral de uma única casa. Além destes dados possuímos, naturalmente, vestígios de inúmeras construções, identificados nos múltiplos salvamentos já realizados. Esses vestígios fornecem elementos cronológicos para identificar e datar fases, sugestões quanto às áreas ocupadas em diferentes momentos, mas poucos dados para inferir as características da arquitectura, ou dados económicos e sociais com ela relacionados.

O conjunto das escavações permite considerar que um primeiro momento construtivo parece obedecer a uma métrica rigorosa, com larga utilização de blocos e colunas. O aparelho usado nos edifícios, quer públicos, quer privados, é de excelente qualidade, revelando bom talhe, blocos de dimensões homogéneas

e cuidado ligamento entre eles. As construções estão solidamente implantadas na rocha, ou então em valas de fundação de dimensão apreciável. Os alicerces dos muros revelam, quase sempre, a mesma qualidade visível nas paredes, não parecendo ter existido preocupações de economia de materiais. O resultado visual destas construções aponta para uma arquitectura de grande qualidade e, simultaneamente, de grande leveza, sugerida pela abundante utilização de colonatas.

Tendo em conta os elementos cronológicos disponíveis poderíamos considerar que estas características são típicas do século I e de, pelo menos, parte do II.

A qualidade da construção diminui a partir do séc. II, começando a registar-se a utilização de tijolos, entre as pedras, primeiro em fiadas e, mais tarde, em simples bocados, que colmatam os interstícios entre as pedras, que deixam de ser talhados de forma rigorosa, adoptando dimensões e formas muito irregulares. Estas são genericamente as características das construções erguidas ou remodeladas entre finais do séc. III, inícios do IV. As colunas parecem desaparecer e os blocos, quando integrados nas construções, constituem simples reaproveitamento de material, servindo sobretudo para reforço da construção. Muitas vezes, as remodelações limitam-se a assentar as paredes em muros pré-existentes, reutilizando, frequentemente, elementos das construções anteriores, designadamente, colunas, bases e mesmo mós. O estudo do conjunto da *insula* das Carvalheiras permitiu verificar que, neste período, se fecham com muretes, os espaços entre colunas, sejam eles de pórticos ou de peristilos. Podendo constituir um sinal de insegurança, não deixa de ser surpreendente o efeito produzido, pois as construções adquirem um aspecto fechado e muito mais maciço.

A qualidade da construção tende a piorar entre o século IV/V. Os muros desta época, correspondendo a arranjos de edifícios anteriores, que por vezes sacrificam espaços e alteram a funcionalidade dos edifícios, não possuem qualquer robustez, assentando directamente na terra, possuindo alicerces débeis, o que em parte justifica as dificuldades em os datar.

A utilização de revestimentos nas paredes interiores das construções deve ter constituído uma regra, pelo menos, nos edifícios de maior importância, nos sécs I/II. Todavia, os seus vestígios raramente se conservaram, talvez porque a sua qualidade não fosse muito grande, ou porque, as remodelações dos sécs. III/IV, que refizeram, por vezes, paredes inteiras, os dispensaram.

São raros os solos de *opus signinum* em Braga. Regra geral, aparecem associados a balneários, constituindo pavimentos, ou revestindo piscinas e tanques. A raridade deste tipo de revestimento e o facto dos solos dos compartimentos aparecerem sistematicamente reduzidos a simples pisos de terra batida, sugerem que o chão das habitações seria, predominantemente, de madeira. A utilização de mosaicos foi também muito reduzida, aplicando-se em pequenos tanques e

piscinas²⁵ e, muito mais raramente, no revestimento do chão. Registrando uma presença mais significativa nas construções da parte leste da cidade, apontam, quase todos, para uma cronologia tardia, a partir do séc. III.

4.2. Os edifícios

As termas do Alto da Cividade

O edifício das termas públicas do Alto da Cividade foi identificado entre 1976-1977, na sequência de um salvamento num terreno destinado a ser urbanizado. Em 1980 foi objecto de uma extensa escavação que pôs a descoberto grande parte da área hoje visível (DELGADO *et alii* 1986, 27-42). Posteriormente, viria a merecer pequenas intervenções que não lograram ainda esclarecer, em definitivo, nem os seus limites sul e oeste, nem o circuito de banhos das diferentes fases de funcionamento das termas (Est.III).

Vários factores dificultam a interpretação deste edifício: as sucessivas remodelações a que esteve sujeito, o saque dos seus muros, apenas conservados ao nível dos alicerces e as grandes perturbações que sofreu, quando foram instaladas as infra-estruturas para a urbanização do sítio, nos inícios dos anos 70. As profundas valas, então abertas, romperam os muros e destruíram definitivamente evidências fundamentais.

Neste sentido, ensaiar uma interpretação das termas constitui ainda um mero exercício conjectural.

Vários elementos sugerem que as termas terão sido instaladas sobre um edifício anterior, cuja cronologia não está ainda satisfatoriamente estabelecida. Esse edifício, limitado a este por um sólido paredão que encosta à alterite granítica, possui uma configuração rectangular e utiliza, na sua parte central, vários pilares, que definem três naves.

O primeiro projecto das termas ocupa boa parte da estrutura do edifício anterior, parecendo contemplar duas áreas de banhos independentes, que colocam alguns problemas de circulação e exigiriam duas entradas independentes.

Este conjunto sofreu uma profunda remodelação entre finais do séc. III/ inícios do séc. IV, que transformou a anterior zona quente em área fria, tendo os hipocaustos sido deslocados para oeste. Nesta fase terá sido inutilizado o sector sul do balneário, eventualmente transformado numa área de serviços.

Tudo indica que o edifício deve ter deixado de ser utilizado como balneário

²⁵ Este é o caso da generalidade dos mosaicos conhecidos em Braga, designadamente no tanque do peristilo da *domus* de Santiago e dos exemplares encontrados nas escavações no terreno da antiga fábrica do Cardoso da Saudade.

nos finais do séc. IV/inícios do séc. V, tendo os seus espaços sido reaproveitados com outro fim, como sugerem os muros tardios com uma orientação destoante dos alinhamentos anteriores (Est.3).

A *insula* das Carvalheiras

O conjunto arquitectónico das Carvalheiras começou a ser escavado em 1982, no âmbito de um salvamento (DELGADO e LEMOS 1985, 159-176; 1986, 151-167). As características das ruínas justificaram a preservação do terreno e a sua posterior escavação em área. Foi assim possível pôr a descoberto a totalidade de um quarteirão residencial, limitado por ruas, integralmente ocupado por uma única habitação, que se desenvolve em dois planos, acompanhando o desnível do terreno. Para além desta habitação são perceptíveis, nos limites da área escavada, muros de *insulae* adjacentes (Est. III). Embora as escavações não tenham ainda sido concluídas e subsistam dúvidas relativamente às remodelações do sector este da construção é possível, desde já, fornecer uma ideia das suas principais fases.

A construção original, de excelente qualidade, seria constituída por uma casa de átrio e peristilo, com várias lojas que abriam às ruas, a sul e oeste, sendo de presumir que teria várias entradas. Para já, é pelo menos possível considerar uma a sul, outra a oeste e outra a norte. A Sul e Este a casa seria rodeada de pórticos.

Na primeira metade do séc. II o quadrante noroeste da casa foi remodelado para instalação de um balneário. Para o efeito foram sacrificadas algumas lojas, bem como parte da área envolvente do peristilo. Persistem algumas dúvidas sobre o carácter exclusivamente privado deste balneário, pois se é certo que se encontra inserido num conjunto residencial que permite o acesso dos seus ocupantes aos banhos, também é verdade, que a eles se poderia aceder directamente a partir da rua oeste. Por outro lado, a área termal é bastante razoável, o que faz admitir que o conjunto fosse alugado.

Entre finais do séc. III/inícios do IV são introduzidas algumas alterações neste conjunto, algumas das quais ainda não completamente esclarecidas. Os pórticos são fechados com muretes, bem como o próprio peristilo. Os espaços envolventes do peristilo são compartimentados. A fachada oeste é alterada em sacrifício da rua, que passa a ser mais estreita. O mesmo se passa no outro lado da rua, onde são construídos dois tanques, que estrangulam a área de circulação. Nesta remodelação os muros novos surgem desalinhados dos conjunto anterior.

Este conjunto sofreu ainda outras pequenas remodelações, mais tardias, provavelmente no séc. V.

BIBLIOGRAFIA

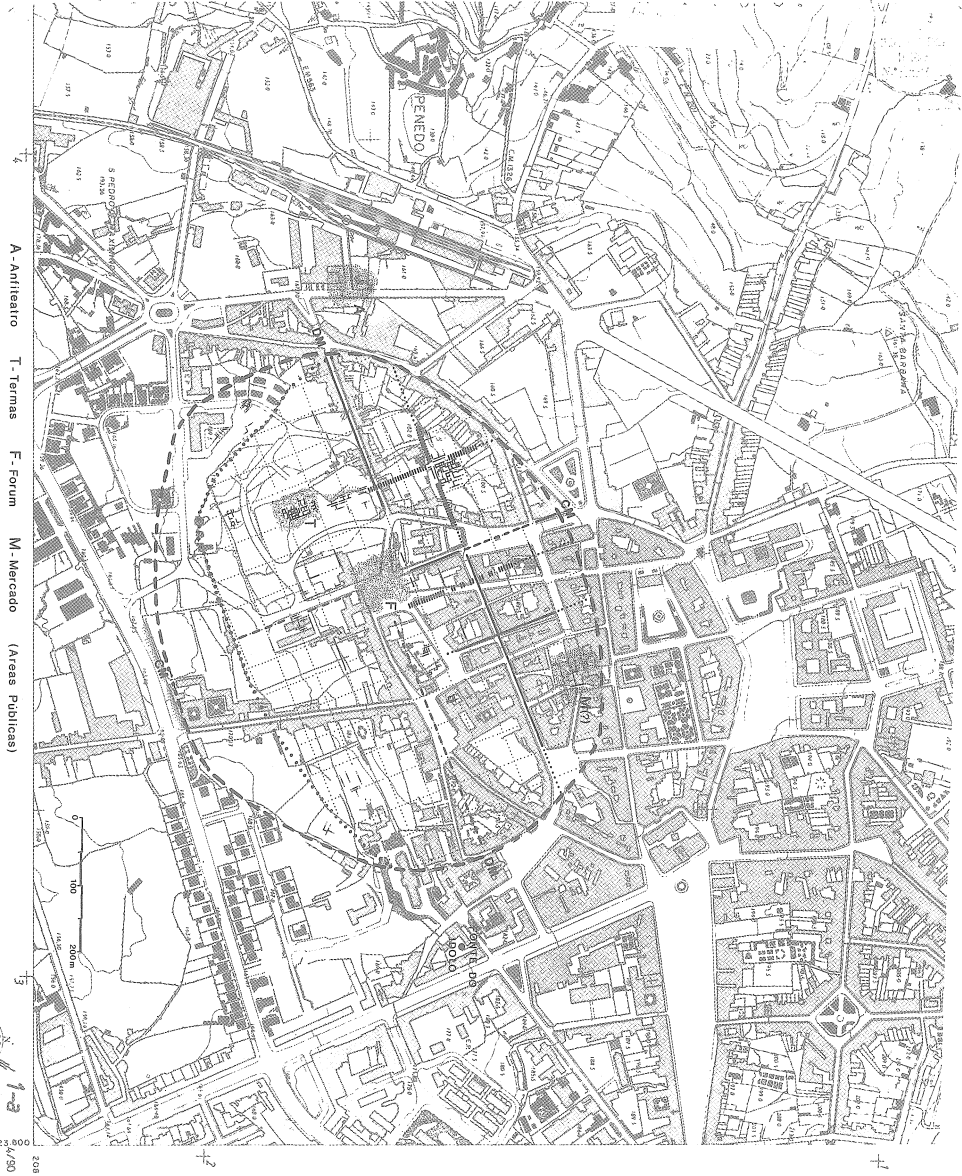
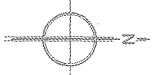
- ALARCÃO, J. de (1988). *Roman Portugal*, Warminster.
- (1990a). O domínio romano. Portugal das origens à romanização, J. de Alarcão (coord.), *Nova História de Portugal*, Ed. Presença, pp. 345-437.
- (1990b). A urbanização de Portugal nas épocas de César e de Augusto, *Stadtbild und Ideologie*, Kolloquium in Madrid, 1987, München, pp. 43-57.
- (1992a). A cidade romana em Portugal. Renovação urbana em Portugal na época romana, *Cidades e História*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 73-129.
- (1992b). A cidade romana em Portugal. A formação de “lugares centrais” em Portugal da Idade do ferro à Romanização, *Cidades e História*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 35-70.
- ALFÖLDI, Géza (1966). Um “cursus” senatorial de Bracara Augusta. *Revista de Guimarães*, Guimarães, 76 (3-4), pp. 363-372 (= 1967. *Madrider Mitteilungen*, Madrid, 8, pp. 185-195.
- ARGOTE, J. C. (1728). *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani*, Lisboa.
- (1732-34). *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas*, Lisboa.
- BELINO, A. (1896). *Novas inscrições romanas de Braga*, Braga.
- CUNHA, D. Rodrigo da (1634). *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, Braga.
- DELGADO, M. (1987). Notícia preliminar sobre o salvamento no quarteirão da Rua Gualdim Pais, *Cadernos de Arqueologia*, II, 4, pp. 187-199.
- DELGADO, M. e F. Sande Lemos (1985). Zona das Carvalheiras. Notícia das campanhas de Escavação de 1984 e 1985, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, pp. 159-176.
- DELGADO, M. e A. Gaspar (1986). Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, II, 3, pp. 151-167.
- DELGADO, M. e F. Sande Lemos (1986). Zona das Carvalheiras: notícia da campanha de escavação de 1985, *Cadernos de Arqueologia*, II, 3, pp. 151-167.
- DELGADO, M.; A. Gaspar e F. Sande Lemos (1986). O Salvamento de Bracara Augusta, I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Setúbal, 1985, *Trabalhos de Arqueologia*, 3, Lisboa, pp. 27-42.
- DELGADO, M e M. Martins (1988) Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, pp. 79-93.
- DOPICO CAÍNZOS, M. D. (1986). Los *conventus iuridici*. Origen, cronologia, y naturaleza histórica, *Gérion*, 4, pp. 265-283.
- FEIO, Alberto (1956). Origens da cidade - A Braga romana, *Diário do Minho*, 30 de Setembro de 1956.
- GASPAR, A. (1985). Escavações arqueológicas na rua de N. Sra. do Leite, em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, pp. 51-125.
- LEMOES, F. S. ; M. Delgado e M. Martins (1988). Sondagens arqueológicas no Largo do Paço, Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Lisboa, pp. 69-78.
- LE ROUX, P. (1975) Aux origines de Braga (Bracara Augusta), *Bracara Augusta*, 29 (67-68), pp. 155-159.
- (1982). *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion*

- de 409, Paris.
- (1982). Le monde urbaine et les indigènes: les données du problème dans le Nord-Ouest hispanique, *Actes du Colloque de Aix-la-Provemnce*, 1980, Marseille, pp. 177-179.
 - LE ROUX, P. e A. Tranoy (1973). Rome et les indigènes dans le NO de la Péninsule Ibérique. Problèmes d'epigraphie et d'histoire, *M.C.V.*, 9, 177-231.
 - (1983-84). Villes et fonctions urbaines dans le Nord-Ouest hispanique sous la domination romaine, *Portugália*, (N/S), 4-5, Porto, pp. 199- 207.
 - (1989-90). As necrópoles de Bracara Augusta. B. As inscrições funerárias, *Cadernos de Arqueologia*, 6-7, Braga, pp. 187-230.
 - MANTAS, V. (1990). Teledeteccção e urbanismo romano: o caso de Beja, *Geociências*, 5, 1, Aveiro, pp. 75-88.
 - MARTINS, M. (1990). *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia, Monografias, 5, Braga.
 - MARTINS, M. (1991-92). História e memória de Bracara Augusta, *Cadernos de Arqueologia*, 8/9, Braga (no prelo).
 - MARTINS, M. e M. Delgado (1989-90). História e Arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta, *Cadernos de Arqueologia*, 6-7, Braga, pp. 11-38.
 - NUNES, E. B. (1978). O Salvamento de Bracara Augusta: 3 - da cidade romana ao Campo Arqueológico da Universidade do Minho, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, pp. 227-236.
 - OLIVEIRA, E. Pires de (1978). O Salvamento de Bracara Augusta, IV. Os apontamentos arqueológicos de Braga de José Teixeira, *Minia*, Braga, pp. 20-44.
 - (1979). O Salvamento de Bracara Augusta, 6 - A Câmara Municipal de Braga e a Arqueologia, *Minia*, Braga, 2 série, 2 (3), pp. 164-197.
 - (1980). O Salvamento de Bracara Augusta, 7, Antigos Achados: tentativa de interpretação crítica, *SANP*, 3, pp. 107-116.
 - (1985). Notícias arqueológicas de Braga em jornais bracarenses, *Conimbriga*, Coimbra, 24, pp. 5-83.
 - OLIVEIRA, E., E. Souto Moura, e J. Mesquita (1982). *Braga. Evolução da estrutura urbana*, Câmara Municipal de Braga.
 - OLIVEIRA, E. Pires de e I. Maria Fernandes (1984). Documentos para a história do Museu D. Diogo de Sousa, *Cadernos de Arqueologia*, II, 1, pp. 109-134.
 - SCHÜLTEN, A. (1943). *Los Cántabros y Astures y su guerra con Roma*, Madrid.
 - SOUSA, J. J. Rigaud de ((1965-66). Àcerca de um molde de lucernas, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 20 (1-2), pp. 165-172.
 - (1966a). Inventário dos materiais da Arqueologia bracarense, *Bracara Augusta*, Braga, 20 (43-44), pp. 165-178.
 - (1966b). Subsídios para a arqueologia bracararense, *Lucerna*, Porto, 5, pp. 589-599.
 - (1969). Novo molde de lucernas aparecido em Braga, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 21, pp. 309-311.
 - (1971). Cerâmica fina típica de Braga, *II Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra, pp. 451-455.
 - (1973). *Subsídios para a carta arqueológica de Braga*, *Studia Archaeologica*, Santiago de Compostela, 23.
 - SOUSA, J. J. Rigaud de e M. S. Ponte (1970). Novos elementos para a arqueologia bracarense, *I Jornadas Arqueológicas*, 2, Lisboa, pp. 384-412.
 - SOUSA, J. J. Rigaud e E. Oliveira (1982). Subsídios para o estudo das olarias de

- Bracara Augusta, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, pp. 359-369.
- TRANOY, A. (1981). *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion du Bocard, Paris.
- (1982). Agglomérations indigènes et villes augustéennes dans le Nord-Ouest Ibérique, *Actes du Colloque de Aix-en-Provence*, 1980, Marseille, pp. 125-137.
- (1983). Remarques sur la permanence et les mutations dans la Galice antique: le rôle des villes", *II Seminário de Arqueologia del Noroeste*, Madrid, pp.
- TRANOY, A. (1980). Religion e Societé à Bracara Augusta (Braga) au Haut Empire, *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 3, pp. 67-83.
- VASCONCELOS, J. L. de (1913). *Religiões da Lusitânia*, III, Lisboa.



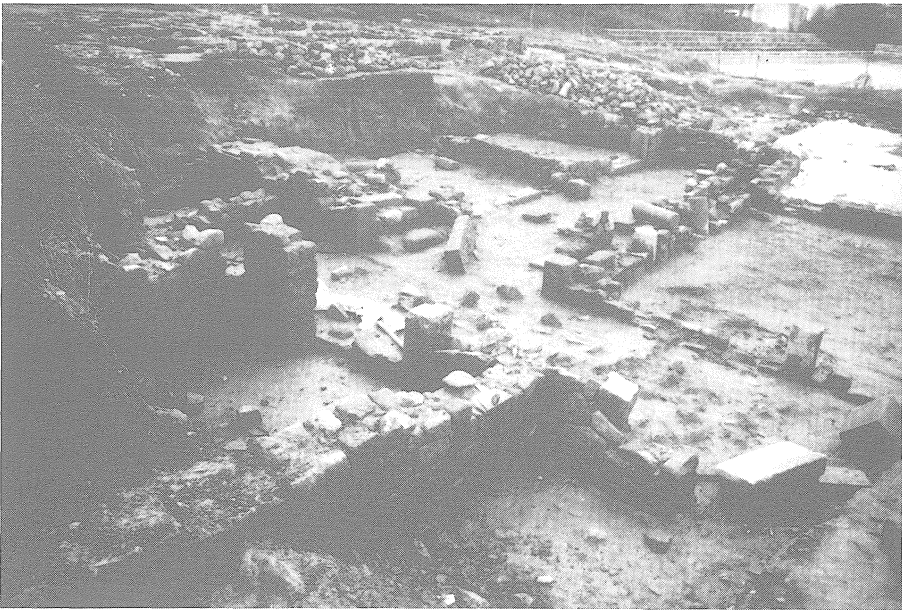
Perímetro urbano de Bracara Augusta e localização das necrópoles.



Malha urbana teórica de Bracara Augusta.



1. Perspectiva das termas do Alto da Cidade



2. Perspectiva das Carvalheiras

LA EVOLUCION DEL RITUAL FUNERARIO DE *AUGUSTA EMERITA* COMO INDICADOR DEL CAMBIO SOCIAL, IDEOLOGICO Y RELIGIOSO

por

Juana Molano Brías y Manuel Alvarado Gonzalo

Resumen: Las intervenciones de urgencia llevadas a cabo durante los años 1988 y 1989 en diversos puntos de la necrópolis oriental de *Emerita Augusta* nos han permitido constatar un amplio abanico de rituales funerarios, cuyo estudio indica una evolución en el tiempo que nos permite leer los cambios sociales, ideológicos y religiosos que experimentó la población emeritense hasta la asimilación del universo mental que aportó la población visigoda.

Palabras-clave: *Emerita Augusta*. Necrópolis. Rituales.

El conjunto de emociones y de reacciones de una comunidad cuando muere uno de sus miembros se fosiliza en el registro arqueológico en forma de huellas de cada uno de los actos que componen el ritual. Por tanto, la evolución del ritual funerario nos permite acercarnos al conocimiento de cambios en el sistema cultural a los que es difícil acceder a través de la interpretación de los restos arqueológicos, como son las modificaciones de las mentalidades, de los roles sociales, de la religión, es decir de todos los aspectos "simbólicos". Entendemos el sistema cultural como un todo dentro del cual muerte y religión están íntimamente ligados, se apoyan una en otra, sirviendo la religión para explicar la muerte y para liberar a los vivos de la angustia que esta produce. Pero además el análisis del ritual funerario nos devuelve el reflejo de la sociedad que lo llevó a cabo, de la situación del difunto en ella cuando aun pertenecía al mundo de los vivos. Descifrar este reflejo es una tarea compleja que apenas podemos abordar, aunque determinados aspectos, como el lugar que ocupa una tumba dentro del conjunto, el esfuerzo invertido en la construcción de una sepultura o la calidad y cantidad del ajuar, funcionan como indicadores para descifrar los códigos del sistema. En esta línea de investigación, las intervenciones que hemos llevado a cabo en las necrópolis emeritenses nos han permitido esbozar hipótesis con las que en la actualidad nos hallamos trabajando.

1. LAS NECROPOLIS DE MERIDA

Las necrópolis de Mérida han suscitado un temprano interés que, desgraciadamente, ha supuesto su destrucción masiva o, al menos, alteraciones que en la actualidad nos las hacen difícilmente comprensibles. El gran desarrollo del coleccionismo entre los habitantes de la ciudad ha propiciado desde tiempos antiguos una tendencia a buscar y comerciar con piezas arqueológicas, aún en nuestros días bien considerada socialmente, que, lógicamente, escogía como preferentes las piezas completas. Ahora bien, éstas difícilmente podían hallarse si no es formando parte de los ajueres de las tumbas. Con ello, los enterramientos emeritenses han estado sometidos a un saqueo continuo a lo largo de la historia, incrementado en los últimos años por el desarrollo de la construcción y por la institucionalización del tráfico de piezas y el mercado negro. Por otra parte, la retirada de la epigrafía que en algunos casos cubría las tumbas y su reutilización en edificaciones o su traslado al M.N.A.R. o a viviendas particulares, ha supuesto una importante pérdida de información. No obstante, como consecuencia de esta actividad humana sobre las áreas de necrópolis y del interés que se les ha prestado, hallamos datos en las fuentes históricas y literarias desde épocas remotas.

1.1. Las fuentes

En 1633 el tema de las necrópolis llamó la atención de Bernabé Moreno de Vargas, autor que afirma ya en su tiempo la existencia del expolio (MORENO DE VARGAS, 1987: 102). Plagado de citas clásicas y de un interés desmesurado en colocar Mérida a la altura de la misma Roma, describe el ritual funerario recurriendo a fuentes clásicas (Virgilio, Ovidio) pero basándose sobre todo en las modernas (Alciato, Salazar, Diego López, etc.). Cita la existencia de veinticuatro estructuras de las conocidas en Mérida como "bodegones", y aporta interesantes datos sobre las necrópolis tardorromanas y visigodas a través de la narración de vida y muerte de santos y mártires.

De Antonio Ponz (PONZ, 1893) apenas obtenemos algunas inscripciones funerarias recogidas al azar, al igual que de Fernández y Pérez, quien reduce sus comentarios sobre el mundo de los muertos a un considerable listado de epígrafes funerarios, sin citar su ubicación, y extendiéndose en una serie de digresiones sobre el sentimiento funerario, la creencia en la inmortalidad y la resurrección, teñidas de tópicos, que pueden sernos escasamente útiles para el tema que nos interesa; no obstante, la gran cantidad de noticias epigráficas de esta obra la convierten en instrumento imprescindible en cualquier análisis del

mundo funerario de *Augusta Emerita*. (FERNANDEZ Y PEREZ, 1857) También Forner y Segarra aparece casi exclusivamente interesado en la epigrafía, a la que dedica prólijas descripciones, realizando un catálogo de la conocida en su momento, tanto publicada como inédita (FORNER Y SEGARRA, 1894).

Algunas noticias más podemos extraer de la obra de Pedro M^a Plano, en la que se cita la existencia de un área de enterramientos paleocristianos en torno a la iglesia de Santa Eulalia, dato que multitud de hallazgos posteriores han refrendado (PLANO Y GARCIA, 1894).

Todos estos autores están movidos por el afán de demostrar el origen ilustre de Mérida y su grandeza en otros tiempos. Por ello incluimos en este epígrafe un autor que, si bien es cronológicamente muy posterior, mantiene aún un espíritu erudito coherente con lo que acabamos de decir: V. Navarro del Castillo, quien en su *Historia de Mérida y pueblos de su Comarca*, dedica todo un capítulo a las necrópolis emeritenses, enumerando aquellos lugares del perímetro murado en los que se conocía la existencia de tumbas. Finaliza citando algunas inscripciones funerarias (NAVARRO DEL CASTILLO, 1972: 151-157).

1.2. Hallazgos y excavaciones hasta 1988

Los primeros trabajos con un enfoque arqueológico sobre Mérida los llevó a cabo J. R. Mélida, quien en su *Catálogo Monumental* señala varios monumentos epigráficos (nº 912-934) (MELIDA, 1925). En 1926 el mismo autor y Maximiliano Macías excavaron en el área de “Los Columbarios”, siendo ésta la primera intervención propiamente arqueológica en las necrópolis emeritenses, que se publicó en una memoria de Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades (MELIDA y MACIAS, 1929: 10 y ss.). Atendió también al tema Macías en su *Mérida Monumental y Artística*, donde dedica un capítulo entero a “Los Columbarios” (MACIAS, 1929: 32-39).

El primer informe de cierta entidad publicado sobre las necrópolis emeritenses es el de Floriano Cumbreño en 1944, documento de primera mano, ya que el autor excavó en Mérida entre los años 1934 y 1936. Sintetiza todos sus conocimientos sobre la ubicación de necrópolis emeritenses, delimitando de forma bastante aproximada la necrópolis oriental y planteando una posible organización para este área, con una supuesta zona interior en torno a “Los Columbarios” con necrópolis de incineración, y una zona exterior de inhumaciones, separadas por la línea del acueducto (FLORIANO, 1935: 373-378 y 1944: 161-172).

Un gran número de intervenciones de urgencia en áreas de necrópolis realizó Serra Rafols entre 1943 y 1953. De todo ello no queda publicación

alguna, aunque sabemos de la presencia de un informe en el M.N.A.R. de Mérida, que no hemos manejado, pero cuya existencia conocemos por referencias bibliográficas (BENDALA: 1972: 223 y 1976: 147), así como el hecho de que proporciona una estratigrafía de la zona de “Los Columbarios”, abandonados en época temprana y documentado como un estercolero en torno al siglo III.

En los años 50, Almagro publica la primera edición de su *Guía de Mérida*, en la que sitúa a grandes rasgos la necrópolis oriental, aludiendo a otros recintos funerarios distintos de “Los Columbarios” (ALMAGRO, 1976 b: 82-84).

Entre los años 1955 y 1957, bajo la dirección de Almagro, Alejandro Marcos Pous intervino en varios puntos de las necrópolis emeritenses, entre ellos el entorno de “Los Columbarios” en el Cerro de San Albín, y áreas dispersas, resultado de lo cual es la publicación de dos incineraciones en el *Archivo Español de Arqueología* (MARCOS POUS, 1962: 90-103).

En la década de los 60, Antonio García y Bellido excava la necrópolis a la salida del puente sobre el Guadiana, documentando diecisiete mausoleos y varios enterramientos a los que dió una cronología predominante de los siglos I y II d.C. Según este autor, la necrópolis debió estar formada por unos cien mausoleos, en los que engloba columbarios, torres, túmulos, edículas, etc., y “un sinnúmero de enterramientos más o menos modestos de gentes de clases humildes” (GARCIA Y BELLIDO, 1962 y 1966). Los restos de esta necrópolis fueron destruidos, como tantos otros en Mérida, cuando se comenzaron las construcciones en el Polígono Nueva Ciudad.

No vamos a terminar este repaso por los arqueólogos que han intervenido en las necrópolis emeritenses sin citar a un personaje clave en la historia de la arqueología emeritense, Don José Alvarez y Sáenz de Buruaga, director de las excavaciones de Mérida entre 1969 y 1979, quien aunque nunca se dedicó exclusivamente a este tema, nos suministra a través de su abundante bibliografía numerosas noticias, ya sea en las *Memorias de los Museos Arqueológicos Provinciales*, en las que explica la procedencia de los objetos que ingresaban en el de Mérida (en gran parte procedentes de las necrópolis), ya en forma de notas dispersas sobre hallazgos de tumbas en publicaciones como las *Revistas de Estudios Extremeños*, el *Archivo Español de Arqueología*, o los *Congresos Nacionales de Arqueología* (ALVAREZ Y SAENZ DE BURUAGA, 1944, 1945, 1946 y 1952).

Finalmente, en 1972 Manuel Bendala publica “Los Columbarios” en *Habis* (BENDALA: 1972), estableciendo las líneas de las investigaciones futuras sobre el ámbito funerario emeritense en 1975, en un trabajo de síntesis elaborado con motivo del bimilenario de la ciudad (BENDALA, 1976). Tras ello, aparentemente el autor abandonó el estudio de las necrópolis emeritenses, que no ha sido retomado por nadie con el mismo carácter global, sin que tras el menci-

onado trabajo podamos citar más que algunos artículos referidos a aspectos puntuales, de investigadores vinculados al Museo Nacional de Arte Romano, como los de P. Caldera (CALDERA, 1978) y J.L. de la Barrera (DE LA BARRERA, 1991).

1.3. Las excavaciones durante 1987-1990

A ellos hay que sumar los datos procedentes de las excavaciones llevadas a cabo durante los años 1987-90 por el Servicio de Arqueología de Urbana, para el cual trabajamos. Desde 1990 hasta el presente los sondeos y excavaciones en Mérida han continuado al ritmo que crecía la ciudad, por lo cual probablemente, en la actualidad se conozcan más áreas de necrópolis que las citadas aquí, pero el acceso a dicha información no es, de momento, posible, por lo que sólo nos queda esperar la publicación de los nuevos hallazgos. En todo caso, los datos obtenidos por estas campañas de excavaciones, sumados a los ya existentes, permiten retomar desde una nueva óptica el estudio de las necrópolis emeritenses. Del conjunto de intervenciones realizados en estos tres años destacaremos tres: las excavaciones llevadas a cabo en el denominado "Sitio del Disco", situado al este de la ciudad; las realizadas en la salida por el Sur, en dirección a la localidad de D. Alvaro; y las situadas en la denominada necrópolis del Albarregas, al NE. de la ciudad (GIJON y ENRIQUEZ, 1987). Estas excavaciones han proporcionado la mayor concentración de enterramientos, así como la mayor diversidad de rituales y periodos cronológicos, constituyendo por ello el soporte básico de éste trabajo.

1.4. Tipología funeraria

Ya hemos referido en la introducción lo que de las necrópolis emeritenses se conoce en la actualidad, en lo que se refiere a sus áreas de expansión. Si diremos aquí que algunos autores, como Almagro (ALMAGRO, 1983: 125) consideran la presencia de las áreas de necrópolis como prueba de la delimitación del área urbana de *Augusta Emerita*. Nada más lejos de la realidad; por el contrario, zonas de necrópolis son reconvertidas en área urbana cuando es necesario sin ningún prejuicio al respecto, y la misma zona, cuando se contrae la población, vuelve a ser área de enterramientos: el solar del M.N.A.R., la Casa del Anfiteatro y la Casa del Mitreo, por ejemplo, sufren este fenómeno. Hay que tener presente que hasta la *Ley de las Doce Tablas* se enterraba en el espacio doméstico, realidad ritual que tampoco es ajena al sustrato indígena local. Lo que sí

parece respetarse en *Augusta Emerita* es la prohibición de hacerlo dentro de las murallas.

Dos elementos van a definir la posición de las necrópolis: muralla y vías. Los enterramientos se practicarán extramuros, y siempre a los lados del camino, costumbre que veremos no se altera hasta la consolidación del cristianismo, con el que comenzarán a primar factores como la exclusividad del área o la proximidad a un centro de culto. Así pues, podemos situar las necrópolis emeritenses con referencia a las vías que flanquean.

Abordar el estudio de la tipología funeraria de *Augusta Emerita* conocida por la bibliografía y por las intervenciones de los años 87-90 presenta una enorme cantidad de problemas metodológicos. No obstante, hemos adoptado el criterio, no exento de debilidades teóricas, de dividir los restos conocidos en: estructuras arquitectónicas de índole funeraria, incineraciones e inhumaciones carentes de dichas estructuras, y señalizaciones externas de las tumbas desvinculadas de su contexto funerario.

A) Monumentos funerarios con estructura arquitectónica:

Lo más frecuente es hallar sólo los cimientos, por lo que es difícil establecer tipos si no es en función de la planta. La bibliografía emeritense distinguió dentro de ellos “columbarios”, “bodegones” y un amplio grupo denominado genéricamente “mausoleos”. Se trata de una división que no nos parece acertada, por lo cual vamos a considerar las estructuras arquitectónicas independientemente de sus denominaciones, aunque a fines prácticos empleemos el nombre que se les ha dado tradicionalmente para distinguirlos.

Recientemente, Edmonson ha analizado en el *XIV Congreso Internacional de Arqueología Clásica* los diversos tipos de monumentos funerarios hallados en Mérida, comparando los monumentos rurales con los urbanos, y los de *Augusta Emerita* con los de la metrópolis, buscando el grado de adopción de las costumbres romanas y de pervivencia del ámbito indígena (EDMONSON, 1993: 113).

1. Comenzaremos por los monumentos denominados “columbarios”, estructuras huecas de plantas geométricas, con nichos abiertos en las paredes, al aire libre, para depositar las urnas cinerarias. En realidad, no es un tipo documentado arqueológicamente en Mérida, a no ser que consideramos como tales el gran recinto excavado por García y Bellido a la salida del puente sobre el Guadiana y la estructura a la que debió pertenecer un muro hallado en la llamada “necrópolis del Albarregas”, en la Avda. Juan Carlos I (GARCIA Y BELLIDO 1966; GIJON y ENRIQUEZ, 1987). Por “columbario” se entiende “una forma de monumento funerario colectivo que pretende economía de espacio

y de inversión” (BENDALA, 1976: 160), por lo cual esta denominación es francamente inadecuada para las tumbas emeritenses, ya que los columbarios suelen ser amplios pabellones con gran cantidad de nichos para urnas abiertos en las paredes, pertenecientes a gentes con escaso poder adquisitivo, esclavos y libertos de baja condición o miembros de *collegia* funerarios; se caracterizan por la ausencia de monumentalidad y de individualización del enterramiento, cuyo ámbito de desarrollo no supera el propio nicho. La identificación de los “columbarios” presenta un evidente problema en el registro arqueológico, al estar las estructuras funerarias emeritenses arrasadas hasta los cimientos en la mayoría de las ocasiones.

2. Los mal llamados “Columbarios” del Cerro de San Albín se descubrieron casualmente en 1926, al efectuar un desmonte, siendo excavados inmediatamente por J.R. Mélida y M. Macías. Se trata de dos monumentos funerarios bastante parecidos entre sí, consistiendo ambos en pequeños recintos a cielo abierto que guardaban en su interior varias incineraciones. Sobre la puerta, sendas copias de los epígrafes originales, que hoy se custodian en el Museo Nacional de Arte Romano, nos permiten conocer el nombre de sus dueños, Julios y Voconios. Ambos están fabricados con *opus incertum* reforzado en las esquinas y en las puertas con sillares de granito. Tienen de “columbarios” el hecho de ser recintos a cielo abierto con nichos en las paredes, pero aquí terminan las similitudes, tratándose de enterramientos individualizados en los que el difunto es homenajeado, o, lo que es lo mismo, en los que se combina el papel funerario con el honorífico.

La tumba de los Julios presenta planta trapezoidal. En la inscripción sobre la puerta se lee: *C(aius) Iulius, C(aii) l(ibertus), Felix / Quinta Caecilia / (mulieris) l(iberta), Mauriola. S(it) T(ibi) t(erra) l(euis) / C(aius) Iulius Modestus, an(norum) XXVII*. Según Bendala, la fórmula *Sit tibi terra leuis* y el cuarto renglón fueron añadidos en un segundo momento, cuando muere *Caius Iulius Modestus*, probablemente el hijo del liberto *Felix* y de la liberta *Mauriola*, respectivamente manumitidos por *Caius Iulius* y por *Quinta Caecilia*. Bendala da para la primera inscripción una fecha en la primera mitad del siglo I d.C., habiendo sido añadido el resto en torno a la época de Trajano (BENDALA, 1976: 156). Conocemos su interior gracias a las descripciones de sus excavadores (MELIDA y MACIAS, 1929; MACIAS, 1929), quienes describen cómo en la pared del fondo se abría un nicho rectangular sin urnas, mientras que en la pared situada a la izquierda de la puerta había un arcosolia, hoy restaurado, de grandes ladrillos con dos huecos cuadrangulares en los que se hallaron dos urnas cinerarias; la base de este arco la constituía un banco de granito, que Macias describe como “cubierto de estuco rojo” (MACIAS, 1929: 36), en cuyo frente se habían practicado cuatro hendiduras, que comunican con un foso compartimentado en el que se recogían cuatro urnas. Por comparación con otras

excavadas por nosotros mismos en los últimos años, sabemos que probablemente este banco de granito es una estructura destinada al ritual de libaciones, que por las hendiduras iban a depositarse sobre las cenizas; pero se trata de una interpretación que ha pasado inadvertida a los diversos autores que se han ocupado del tema. En el pavimento del recinto, que tenía un enlucido de escasa consistencia, se abría un foso rectangular con paredes estucadas, cuyas esquinas aparecían preparadas para acoger una cubierta plana.

Adosada a la tumba de los Julios hay una curiosa construcción triangular edificada completamente con sillares. En un principio, sus excavadores creyeron que se trataba de un *ustrinum* (MELIDA y MACIAS, 1929: 16), aunque años más tarde el mismo Macías ofrecerá una explicación más coherente, apuntando la posibilidad de que se trate de una obra hecha con el objeto de servir de esquina entre dos calles (MACIAS, 1929: 37-38); de ser así, supone una prueba de la organización "urbanística" de la necrópolis. En esta estructura hallamos, sobre un sillar en la parte superior, una inscripción muy borrada (MELIDA y MACIAS, 1929: 16). Para Bendala, el contraste de su fábrica con la de las tumbas vecinas se explica por la oposición de una obra de carácter oficial con otras particulares (BENDALA, 1972: 234).

Por lo que respecta al mausoleo de los Voconios, se trata de un pequeño edificio de planta rectangular, que presenta una puerta en el lado N., sobre la que se halla la inscripción. En esta se lee: *C(aio) Voconio, C(aii) f(ilius), P(apiria tribu), patri /Caecilia Anui, matri / Voconiae, C(aii) f(iliae), Mariae, sorori / C(aius) Voconius, C(aii) f(ilius) Proculus, fecit*. Las letras son muy parecidas a las más antiguas del mausoleo de los Julios, pero más descuidadas, hecho que lleva a apuntar una fecha más tardía. En la parte superior de la lápida está representada una serie de condecoraciones militares: dos *armillae* serpentiformes, dos torques y un armazón con nueve *phalerae*. La presencia de estos relieves refuerza el carácter honorífico del monumento.

El interior, que como en el caso anterior conocemos por las descripciones en la bibliografía (MELIDA Y MACIAS, 1929: 10 y ss.; BENDALA, 1972: 229), estaba revocado de estuco blanco, presentando en el centro del pavimento de tierra batida un pequeño altarcillo, quizás una mesa para el banquete fúnebre; en las paredes frontal y laterales se abren tres nichos que acogen las imágenes pintadas de los Voconios, en cuya parte inferior se hallan, empotradas en la mampostería, las urnas cinerarias. El nicho de mayor tamaño, situado frente a la entrada, presenta una pareja, probablemente los progenitores; los nichos laterales, más estrechos, acogen la representación de una dama (*Maria Voconia*) el de la derecha, y de un joven -con un pergamino en el que se lee *Aug. Emer.*- el de la izquierda, tratándose del dedicante *Caius Voconius Proculus*. Todos los personajes están representados como estatuas, de pie sobre pedestal, vestidos

con túnica y o manto. Estas pinturas están muy deterioradas, lo que ha provocado su cierre al público en vez de una inversión en su restauración. Han sido realizadas por un solo artista, y son una labor ligeramente torpe, con un canon alargado en el que resultan algo pequeñas las cabezas; la atención del artista se centró en los rostros: los de la pareja y la muchacha presentan rasgos de idealización, mientras que el de Próculo tiene un aspecto más expresivo, que ha llevado a sugerir que se trate del único retrato auténtico de la tumba (BENDALA, 1976: 159), y que probablemente Próculo fue el constructor del monumento, habiendo muerto ya los otros tres personajes cuando su hijo y hermano hace un mausoleo para ellos y para sí mismo. Pinturas semejantes abundan por todo el Imperio, destacando las de la tumba 57 de Isola Sacra (CALZA, 1940: 69).

Desconocemos el material procedente de la excavación de estas tumbas, del que no obstante podemos afirmar, gracias a Bendala, que incluía lucernas, *terra sigillata*, y una cabecita de terracota con peinado flavio (BENDALA, 1976: 159), materiales que refuerzan una cronología de la segunda mitad del siglo I d.C.

Los llamados “columbarios” emeritenses, en los que es improbable que se haya efectuado cremación, parecen derivar de los *busta*, y presentan paralelos en las necrópolis de *Ventimiglia*, de Pompeya, y en la de la *Via Laurentina* de Ostia, en las que hallamos recintos funerarios a cielo abierto rematados igual. Según Floriani Squarciapino, estos *busta* evolucionan dejando de ser usados para la cremación del cadáver y adoptando cierta monumentalidad, reflejada en la aparición de inscripciones, de programas decorativos, etc. (SQUARCIAPINO, 1958: 100-101).

3. Como “columbarios” se han definido también otras dos estructuras subterráneas: la cámara funeraria hallada por J.R. Mélida en 1908 en las proximidades de la estación de ferrocarril y la documentada por Floriano en la zona de Pontezuelas.

La primera se encontraba situada próxima a Santa Eulalia”, constando de un pasadizo con escaleras que daba acceso a una cámara de planta exagonal que se prolonga para dar entrada a un recinto mayor, con nichos, en el que fue suspendida la excavación.

La segunda cámara nos la describe Floriano e ignoramos también si algo de ella se conserva en la actualidad. Se trataba de una estructura de planta rectangular con una escalera de doce peldaños que daba acceso a la cámara sepulcral, cuya cubierta presentaba un hueco para iluminar la cripta. La cámara estaba dividida en cuatro compartimentos por muretes de ladrillos, y presentaba cinco pequeños cinerarios abiertos en el suelo, cubiertos con planchas de mármol. En las paredes, que estaban cubiertas de estucos, se disponían cinco nichos. El monumento estaba violado cuando lo halló Floriano, y había sido reutilizado

como receptáculo de inhumaciones en época posterior (FLORIANO, 1944: 169-172).

Quizás a este mismo tipo pertenezca una cámara aparecida en la C) Diego María Crehuet, de la que sólo se tiene una noticia oral de Serra Rafols, recogida por Alvarez y Sáenz de Buruaga (ALVAREZ Y SAENZ DE BURUAGA, 1944: 52).

Estas cámaras funerarias son similares a las de la necrópolis de Carmona. Para Bendala, son “neopúnicas” (BENDALA, 1976: 146), resultado de la huella dejada en las costumbre locales por la dominación cartaginesa. Lo cierto es que parecen revelar contactos entre *Augusta Emerita* y el N. de Africa, documentados además en la epigrafía, en las tumbas con dispositivos para libaciones y en las *cuppae*, por no aludir más que al registro funerario.

4. Otro tipo de estructuras funerarias constatadas en Mérida son los denominados “bodegones”, recintos con cubierta abovedada. Nosotros vamos a denominar estructuras tipo “bodegones” a las construcciones semisubterráneas con una o dos cámaras; parecen haberse concebido *ex profeso* para el ritual de inhumación. En 1633 se conservaban veinticuatro en la zona denominada “Los Bodegones”, al SW. de la ciudad (MORENO DE VARGAS, 1987: 99). Uno de ellos halló intacto Floriano en sus excavaciones de los años 30; además de otros cinco que se veían claramente, afirma Floriano que las sinuosidades del terreno dejaban asomar los crestones de hormigón de más enterramientos de este tipo (FLORIANO, 1944: 165). En 1975 Bendala habla aún de dos, visibles en la actualidad, uno de los cuales estaba habitado como vivienda. Del otro nos ofrece planta y alzado, describiéndolo como una cámara de planta rectangular orientada de Este a Oeste, cubierta con bóveda de cañón, a cuyos lados largos se abrían dos *arcosolia* para la colocación de sarcófagos; está construída totalmente en *opus caementicium*, aunque en las partes bajas, donde apoyan los arcos, se refuerza con sólidos sillares de granito. Las tumbas quedaban semienterradas en el suelo y tal vez, según este autor, cubiertas con tejado. (BENDALA, 1976: 143-144).

Al tipo “bodegones” pertenecen también los monumentos descritos por Alvarez Sáenz de Buruaga en la finca “La Fernandina”, en la carretera de Alange. (ALVAREZ SAENZ DE BURUAGA, 1952: 455-465). Cabe incluir finalmente en este grupo el monumento emplazado en la vía que discurría hacia el NW., paralela al Guadiana, aproximadamente a 1'5 km. de la ciudad, tratándose en este caso de una estructura de pequeñas dimensiones.

5. Existe además un amplio grupo de monumentos de planta rectangular o cuadrada, algunos de los cuales pudieron ser del tipo columbarios o del tipo bodegón, sin que pueda determinarse en muchos casos, ya que sólo se conocen los cimientos. Son los más frecuentes, pero no se trata de un tipo concreto, sino

de un conjunto del que no podemos afirmar nada más que lo que vemos en sus cimientos. A pesar de que el estado en que los hallamos dificulta la adscripción de estos monumentos a un grupo u otro, de muchos de ellos sabemos que fueron erigidos para el ritual incinerador, siendo reaprovechados después para inhumaciones.

Ya hemos tratado del hallazgo de un gran número de estructuras arquitectónicas funerarias en las excavaciones de García y Bellido a la salida del puente romano sobre el Guadiana, la mayor de las cuales era, según su excavador, un "columbario" (GARCIA Y BELLIDO, 1962). Tenemos noticias de otros mausoleos por una publicación anual del Ministerio de Cultura sobre las intervenciones arqueológicas en nuestro país (ARQUEOLOGIA, 1979: 46; 1983: 212; 1984/85: 136).

Pero el conjunto de mayor envergadura publicado, después del de la necrópolis de la salida del puente, es el de la Avda. Juan Carlos I, en la denominada "necrópolis del Albarregas", donde los mausoleos parecían formar grupos con una disposición regular, alineados con la vía que partía hacia el NE.. De ellos quedaban las cimentaciones, construidas con hormigón de piedras y cantos de río; la cara superior de estos cimientos era lisa y horizontal, conservando las huellas de los sillares de granito que formaban el arranque del alzado. En su interior, según los excavadores, se habían practicado incineraciones. Cinco de estas estructuras presentaban planta cuadrangular; una sexta quedó sin delimitar, enterrada en parte bajo la Avda. Juan Carlos I, aunque se sabe que uno de sus muros medía 28'70 mts. y que su interior estaba compartimentado en diversos espacios, en los que se había practicado incineraciones de diversos tipos, fechables entre finales del siglo I e inicios del II d.C. (GIJON y ENRIQUEZ, 1987).

En una reciente publicación de la revista *Anas* J. L. de la Barrera nos da noticias de otros dos mausoleos. Uno de ellos estaba situado en el solar de "Los Columbarios" y presentaba planta rectangular; estaba fabricado en *opus incertum*, conservando parte de un piso de baldosas de barro cocido; según su excavador, había sido reutilizado para efectuar inhumaciones. El segundo, situado en la Avda. Juan Carlos I, formaba parte del grupo ya constatado por Gijón y Enríquez (GIJON y ENRIQUEZ, 1987), también con planta cuadrangular, cimientos de *opus caementicium* y alzado de sillares no conservado; como el anterior, había sido reutilizado para inhumaciones (DE LA BARRERA, 1991).

Conocemos la existencia de otros edificios funerarios en Mérida aparecidos durante los años 1988-90, como serían los excavados al NE. de la ciudad, formando parte, como los de la denominada "necrópolis del Albarregas" del conjunto que flanqueaba la vía que partía en dirección a *Turgalium*; una serie de mausoleos pertenecientes a la necrópolis que flanqueaba la salida de la vía

a *Metellinum*; el hallado en las proximidades de Atarazanas, entre la muralla y el dique, y que probablemente hay que relacionar con un camino que iría a unirse con la vía que partía hacia el SE. y que salía del Cerro de San Albín; el conjunto excavado en el Camino del Peral, al SE de la ciudad, entre los que cabe destacar el hallado a la salida de la ciudad, en las proximidades de la Carretera Nacional V, de planta rectangular, con muros de *opus caementicium*, en cuyo interior, junto a su pared N., se había practicado una pequeña fosa de planta rectangular, forrada con planchas de mármol, y compartimentada en tres pequeños espacios a modo de nicho (en los que suponemos se colocaron las urnas, conformando una estructura que recuerda mucho al banco de granito de la tumba de los Julios). Finalmente, es posible advertir restos de mausoleos paralelos al Guadiana, al lado de la vía que partía hacia el W.; se trata de cimentaciones de *opus caementicium*. Del más próximo a Mérida no se ve la planta completa; los más alejados aparecen agrupados por un muro de *incertum* que presenta parte del alzado de mampostería irregular; se advierten dentro de este muro restos de dos edificios, uno de los cuales no está completo en planta, presentando el otro planta cuadrada con hueco excavado para acoger la incineración. Se trata en todos los casos de monumentos inéditos, pero de la simple observación es posible deducir que se diferencian en ellos las plantas rectangulares con cimientos de piedras y cal muy mal trabados, y las plantas rectangulares o cuadrangulares macizas con cimientos de hormigón en los que se ha excavado un hueco para la o las urnas. Ambos tipos habían sido empleados frecuentemente en fecha tardía para efectuar en ellos inhumaciones.

Por lo que respecta al aspecto que presentaban los edificios funerarios emeritenses, apenas nos quedan evidencias arqueológicas. Lo cierto es que debió existir una gran variedad, desde el auténtico y humilde "columbario" -que se ofrecería a la vista desde el interior como un recinto cuyos muros estarían horadados de nichos, y al exterior probablemente como paredes lisas-, pasando por estampas monumentales como las que ofrecerían las tumbas de los Voconios y los Julios, por sepulcros en forma de casa o de templos, por mausoleos piramidales o en forma de torre, o por edificios subterráneos o semisubterráneos que voluntariamente carecían de aspecto externo. Al respecto, podemos aportar el hallazgo, durante las excavaciones en el "Sitio del Disco", de gran cantidad de elementos que debieron formar parte de los programas ornamentales de los mausoleos. De cualquier modo, lo que sí es evidente es que el conjunto de las estructuras funerarias se ofrecería a la vista buscando un efecto de calle, alineadas a los lados de los caminos, con un aspecto similar al que presentan en la necrópolis de Isola Sacra en Ostia o a las Catacumbas de San Sebastián en Roma.

B) Incineraciones:

En el caso de las halladas en estructuras como las descritas más arriba, debían realizarse en un lugar distinto, recogiendo las cenizas y depositándolas en el mausoleo en una urna, junto al ajuar. Desconocemos el dato de si alguno de estos edificios funerarios fue *busta*, pero no nos parece probable. Junto a las incineraciones depositadas en ellos -probablemente en muchos casos con dispositivos para libaciones hoy perdidos, como los descritos en la tumba de los Julios-, conocemos la existencia de incineraciones más modestas.

La incineración es un ritual funerario cuyo reflejo en el registro arqueológico no tiene porqué coincidir necesariamente con un enterramiento. Así es posible distinguir tres conjuntos de hallazgos que se pueden asociar al ritual incinerador y que pueden ser:

1. *Ustrinum* o lugares donde se ha producido la cremación del cadáver.- Las excavaciones del "Sitio del Disco" permitieron documentar fosas simples abiertas en el suelo (de aproximadamente 2 mts por 0'50 x 0'25) en las que se habían depositado maderas y, sobre ellas, el cadáver, y de las que, tras la combustión, debieron retirarse los huesos y parte de las cenizas. La ausencia de análisis no nos permite saber si estas fosas de cremación se han empleado una o varias veces, aunque la homogeneidad en el lecho de cenizas y la ausencia de una estructura arquitectónica invita a pensar en un sólo uso. Desconocemos por el momento la existencia de crematorios concebidos como una estructura permanente.

2. Lugares donde se han depuesto las cenizas y los ajuares, pero no se ha producido cremación, entre los que podemos distinguir varios tipos.

a) Fosas simples abiertas en el suelo en las que se ha depositado una urna cineraria y varios elementos de ajuar consistentes generalmente en vasijas cerámicas o vítreas (FLORIANO, 1944; 167; MARCOS POUS, 1962: 91-96).

b) Fosa simple abierta en el suelo con parecidas características a la anterior, pero en la que aparecen las cenizas dispersas. Lógicamente no han llegado allí en ese estado, por lo que hay que plantearse que, o bien se trasladaban desde el *ustrinum*, y se volcaban en la fosa, o bien eran depositados en un contenedor de algún material perecedero, dispersándose por la fosa al desaparecer este (ALVAREZ SAENZ DE BURUAGA, 1946: 76 y 77).

c) Fosa abierta en el suelo, delimitada por piedras en su parte superior, y frecuentemente cubiertas por una placa de mármol. En su interior se depositaban las cenizas y el ajuar (MARCOS POUS, 1962: 96-102).

d) Fosa rectangular excavada en la tierra y revestida de ladrillos, creando una caja, en la que se depositaban las cenizas y el ajuar funerario, cubriéndose con plancha de mármol (FLORIANO, 1944; 162).

e) Enterramientos del tipo conocido como *cuppae*. Se definen como tales aquellas sepulturas que constan “del propio enterramiento de incineración en un lateral y del cerramiento en forma de cuba o tonel de una pieza, sobre un plinto formado de una o varias piedras unidas” (CALDERA DE CASTRO, 1978: 455). En Mérida las hay en gran número -Caldera afirma haber contado hasta 307 empotradas a modo de sillares en la muralla arabe de la Alcazaba-, caracterizándose por estar talladas en un sólo bloque de granito, y llevar frecuentemente una inscripción en uno de los lados mayores. Pero la única intacta hallada hasta el momento es la publicada por esta autora (CALDERA DE CASTRO, 1978: 455-463). En general, se les da una cronología que abarca los siglos II y III d.C., y se las considera llegadas a la Lusitania por el Norte de Africa, asociadas a gentes de origen norteafricano, libertos en gran parte, y relacionados con religiones mistericas (BENDALA, 1976: 141); pero también se las ha puesto en relación con diversas tradiciones prerromanas (BLAZQUEZ, 1962: 147 y ss.).

3. Se trata de un conjunto de hallazgos en los que cada unidad se corresponde con un enterramiento, al coincidir el lugar de cremación con el de deposición de cenizas y ajuares (*busta*). Se encuentran varios tipos, si bien todos tienen en común la cremación del cadáver en una fosa rectangular excavada en el suelo.

a) Sobre el lecho de cenizas y huesos se colocaban losas planas de barro y sobre éstas el ajuar (ALVAREZ Y SAENZ DE BURUAGA, 1946: 77).

b) La fosa presenta un entalle en el que se apoya una cubierta que puede ser una losa de mármol, tégulas, pizarras, o losas de barro; tanto las cenizas como el ajuar quedarían debajo. A veces sobre la cubierta se han amontonado piedras, formando un pequeño túmulo.

c) Sobre las cenizas se ha colocado un altarcillo de sillares de granito, de los cuales al menos su superficie externa sería visible, ya que por las juntas discurrían las libaciones hasta las cenizas. En los casos en que hemos documentado este tipo de tumba o bien se hallaba ya rota a nuestra llegada o bien estaba en una zona muy alterada. Por ello, desconocemos la relación espacial entre las cenizas y el altarcillo, aunque puede servirnos para ello la descripción de Bendala, quien se refiere a este tipo a propósito de la necrópolis de Carmona (BENDALA, 1976: 36).

d) Una vez producida la cremación en la fosa se habían amontonado a un lado cenizas y huesos, depositando sobre ellos el ajuar.

e) Similar al anterior, una vez practicada la cremación del cadáver, cenizas y huesos se arrastran hasta una caja de ladrillos preparada para ello; en este caso se deposita el ajuar en la caja, que se cubre con una losa de mármol, y fuera de ella.

f) Similar al anterior, pero con la caja conformada por tégulas.

C) Inhumaciones:

Se trata de la modalidad funeraria más abundante, aunque sólo sea por el hecho evidente de ser la que ha tenido más pervivencia histórica. Inhumaciones se han hallado en todas las zonas de necrópolis conocidas, y si bien queda claro que en los primeros momentos de la presencia romana en nuestra región se prefirió la incineración, que además contaba con una fuerte raigambre en el sustrato indígena, también lo es que desde el siglo II de nuestra era predominan en Mérida las inhumaciones. Por esta misma razón resulta muy difícil simplificar en tipos la gran variedad ritual que presentan, y aunque en un principio merecieron un espacio propio, lo cierto es que desde épocas muy tempranas las inhumaciones comienzan a reutilizar estructuras funerarias anteriores, e incluso en época más tardía estructuras arquitectónicas con un carácter no funerario en su origen. El fenómeno contrario pueden representar las agrupaciones de inhumaciones en un espacio completo, intencionadamente “limpio”, que probablemente tuvieron un carácter religioso (un ejemplo de ello sería el núcleo excavado en los años 88-89 en “Los Bodegones”), o la agrupación de tumbas en torno al sepulcro de un mártir, como en los cementerios paleocristianos. Podemos resumir los modelos de inhumación en los siguientes tipos.

a) Tumba de fosa simple abierta en el suelo, en la que se depositaba el cadáver, en caja de madera o bien amortajado; a veces esta fosa se rellenaba con cal y tierra; puede presentar diversos tipos de cubiertas, desde lajas de mármol o de pizarra hasta materiales reutilizados (FLORIANO, 1944: 166, 167 y 168).

b) Tumba de inhumación en fosa constituida por una caja formada por tegulae, puestas verticalmente en las que se depositó el cadáver (FLORIANO, 1944: 161 y 162).

c) Tumba de inhumación en fosa construida con ladrillos, revestidos de cal, y cubierta con mármol; este tipo de tumba no presenta siempre forma rectangular, sino que a veces tiene aspecto naviforme o presenta la cabecera redondeada (ALVAREZ SAENZ DE BURUAGA, 1946: 71 y 72; DE LA BARRERA, 1991: 238).

d) Fosos sencilla limitadas por lajas de pizarra clavadas en el suelo; es el tipo de tumba que más pervivencia tiene, siendo el mayoritario en los enterramientos rurales de época tardía (FLORIANO, 1944: 162).

e) Una versión más sofisticada del tipo anterior lo constituyen las tumbas en las que la fosa está limitada por planchas de mármol, a veces reutilizadas, simulando un sarcófago de mármol. La cubierta está sostenida por barras metálicas que cruzaban la fosa, y suele tratarse de una losa de mármol (GIJON y ENRIQUEZ, 1987).

f) Fosa revestida por paredes de mampostería, en cuyo interior se depositó el cadáver.

g) Sarcófagos de mármol sin decoración, frecuentemente cerrados con una losa de mármol sostenida por barras de hierro que cruzaban el sarcófago en sentido horizontal, disponiendo de unas muescas en las que van encajadas. (FLORIANO, 1944: 162; MELIDA, 1925: 315; ALVAREZ SAENZ DE BURUAGA, 1944: 46-47; GIJON y ENRIQUEZ, 1987).

h) Sarcófago de plomo (MELIDA, 1925: 315; ALVAREZ SAENZ DE BURUAGA, 1944).

i) Tumba de tejadillo, se trata de una pequeña fosa abierta en la tierra, con una cubierta formada por tejas a dos vertientes unidas en la parte superior por imbrices; el suelo de la fosa es de tierra; no suelen presentar ajuares (FLORIANO, 1944: 166; 167; 168; ALVAREZ SAENZ DE BURUAGA, 1945: 371 y 372; 1946: 70-76; GIJON y ENRIQUEZ, 1987). El conjunto de tumbas de tejadillo más significativo numéricamente es el excavado en "Los Bodegones", en el que pueden observarse diferencias dentro de este tipo, en el que aparece un grupo de mayor calidad constructiva, que emplea tégulas especialmente fabricadas para su uso funerario (se colocan en parejas, dentro de las cuales una de ellas posee un entrante y la opuesta una lengüeta, que se encajan), en segundo lugar tumbas que emplean tégulas normales, y un tercer grupo que emplea tégulas reutilizadas, trozos de mármol, de granito, etc.

j) Tumba de doble cámara, constituida por una fosa rectangular hecha en su totalidad de ladrillo; en cada una de las paredes longitudinales se abren dos nichos triangulares, formados por aproximación de las hiladas de ladrillos, y otros dos en V invertida, tocando las aristas de los ladrillos que forman los nichos; la cubierta son dos planchas de mármol que se apoyan en el reborde de la fosa, sobre las cuales se coloca la cámara piramidal; todo el conjunto aparece cubierto por un enlucido de cal (FLORIANO, 1944: 168 y 169).

En realidad, la tumba de doble cámara puede pertenecer al tipo de fosa construída con ladrillos y cubierta de mármol, pero con el añadido de la cámara piramidal que no podemos descartar tuvieran algunas de las del tipo anterior, y que se halla perdido en gran número de casos por sobresalir de la tierra.

k) Un tipo muy similar a este último es la llamada tumba de pirámide truncada; se trata de una fosa forrada de losas de mármol y cubierta de ladrillos, sujeta por barras que cruzan en horizontal la fosa, en forma de pirámide escalonada (GIJON y ENRIQUEZ, 1987; DE LA BARRERA, 1991: 236). Este tipo, aunque más simplificado, se halló asociado a inhumaciones infantiles en "Los Bodegones".

l) Enterramientos infantiles en ánfora, que han sido documentados en escaso número.

Tenemos noticias bibliográficas de la aparición de inhumaciones en di-

versos puntos entre la muralla y el dique, en la necrópolis a la salida del Guadiana y en otras áreas funerarias. No obstante, no podemos definir sus tipos ni apenas poseemos más dato que su hallazgo en épocas pasadas. (ALVAREZ SAENZ DE BURUAGA, 1943: 52; 1951: 261).

D) Señalizaciones externas de tumbas:

Se trata de aquellos elementos que no podemos adscribir a un ritual incinerador o inhumador por hallarse casi siempre fuera de contexto. Hay que incluir aquí, además de la epigrafía, el retrato funerario y cualquier otra manifestación externa no documentada *in situ*.

Por lo que respecta a la epigrafía funeraria, la mayor parte de la ingente cantidad de epígrafes emeritenses conocidos reviste este carácter, por lo que su sistematización es una compleja tarea que abordó en su momento L. García Iglesias, y que en la actualidad ha retomado el Prof. Ramírez Sadaba. Además de su evidente importancia para la historia de las mentalidades, la epigrafía funeraria emeritense aporta una gran cantidad de datos demográficos, sobre onomástica, tribus, profesiones, esclavos y libertos, presencia de comunidades forasteras, etc.

Dentro de la inmensa variedad de señalizaciones externas de las tumbas, destacan también las estelas, en las que predomina el tipo de cipo o "pseudoedícula", con presencia de elementos arquitectónicos. Parece haber existido un grupo de talleres locales dedicados a su elaboración, y que tuvieron una gran difusión, ya que desde el siglo II d.C. se produce una eclosión de las estelas, que se prolonga hasta muy avanzado el siglo III. Los aspectos formales se mantienen a lo largo de este tiempo, y las pequeñas variaciones que van sufriendo, reflejadas en la iconografía del personaje, son consecuencia de las modas y gustos, manteniéndose en todo momento el marco de "pseudoedícula" (NOGALES y VELAZQUEZ, 1988: 215-224).

Más escasos, aunque dignos de mención aparte, son los monumentos funerarios en forma de nicho u hornacina, en los que se representa la imagen del difunto en pie y de frente, de cuerpo entero (tal y como están pintados en la tumba de los Voconios). El ámbito de dispersión de este tipo de monumentos coincide con el S. peninsular, con un núcleo en la zona del alto Guadalquivir, muy importante, y unas derivaciones que suben por Extremadura hasta el N. de Portugal. Se conoce una emeritense, de un tal *Faustinus*, que se conserva en el Museo Arqueológico de Sevilla.

Pero la manifestación funeraria más curiosa es el retrato. Que se sepa, no se ha encontrado nunca asociado a un enterramiento, hecho que se debe sin

duda a que desde tiempos antiguos han sido retirados de su ubicación primitiva; por ello, desconocemos cómo estaban integrados en los monumentos funerarios. La colección del Museo Nacional de Arte Romano se caracteriza por un realismo sorprendente. El grupo más nutrido es el de época julio-claudia, aunque abundan también los retratos del siglo II d.C. Además de los retratos de bulto redondo, hay que hacer mención de las representaciones en estelas en forma de templetes, en los que se situaba el difunto sólo o la pareja. En una estela, tipológicamente relacionable con la del Museo de Sevilla, se encuentra una figura femenina completa.

Quizás debamos incluir en el grupo de señalizaciones externas de las tumbas el monumento a *Zósimo*, de finales del siglo II d.C., por tratarse de una estructura funeraria individual demasiado sencilla para ser considerada arquitectónica. Se trata de un conjunto de sillares colocados en cuatro escalones que rematan con un cipo en el que va situada una inscripción. Probablemente, todo ello iría colocado sobre un enterramiento de incineración.

2. EL RITUAL FUNERARIO

Cada comunidad crea en torno a la muerte un concepto de simbolismo muy elaborado que se repetirá cada vez que un miembro de ella fallezca; los actos que lleven a cabo los otros miembros en esta ocasión se convertirán en rituales fosilizados, privados con el paso del tiempo del simbolismo que tuvieron en un principio y de la emoción que les dió origen provocando la parafernalia del ritual una sensación más macabra que la muerte misma (CERRILLO, 1989). Como venimos repitiendo, analizar el reflejo arqueológico del ritual funerario nos aproxima a la descodificación del simbolismo que lo originó.

El estudio del ritual de incineración plantea una serie de cuestiones a las que la interpretación del registro arqueológico puede dar respuesta. Es evidente que tiene que haber una preparación previa de la zona en la que se va a practicar la cremación así como del lugar en el que se van a depositar las cenizas, coincidan o no. Esta preparación debía consistir en la apertura de una fosa rectangular en la que se depositaba leña en abundancia, así como en la adecuación de la fosa en la que se depositarían cenizas y ajuares. Esta última era preparada, o bien simplemente excavando una fosa redonda o irregular en la tierra, o bien recubriendo esta fosa con ladrillos, con losas de barro o bordeando su parte superior con mampostería. El traslado del cadáver al crematorio, pudo efectuarse en ocasiones en un soporte que se retiraría, aunque se ha documentado la presencia de clavos y grapas que parecen evidenciar la deposición del cadáver en la pira sobre una camilla o unas parihuelas. El difunto estaba vestido, como

prueba la aparición de adornos u objetos metálicos integrantes del vestido, tanto en la urna como en los restos de la pira funeraria. Durante la cremación se arrojaban objetos a la pira, tratándose fundamentalmente de unguentarios de vidrio que hallamos semifundidos por la acción de las llamas. La cremación no se efectuaba siempre de forma completa, lo que explica la aparición de huesos practicamente intactos, sobre todo los huesos largos.

Al llegar a este punto, el ritual se diversifica. En algunas ocasiones, cenizas y huesos son retirados y recogidos en una urna, que se deposita junto al ajuar en un mausoleo o en una estructura de las descritas en el capítulo anterior. En otros casos cenizas y huesos se amontonaban o se dejaban caer en la estructura preparada bajo la pira o simplemente en una de las zonas de la pira que se cubría con un tumulo de piedras. En estos casos se depositaba el ajuar junto con las cenizas, tratándose sobre todo de unguentarios, botellas y jarros, vasitos, cuencos o platos y en la mayoría de las ocasiones, una lucerna y una moneda. En algunas tumbas se hallaron además espejos y agujas que no habían sufrido el efecto de la cremación por lo que formaban parte del ajuar y no de la indumentaria personal.

Sobre las cubiertas de las incineraciones poco podemos decir, excepto la presencia de losas de pizarra, de tégulas y sobre todo de planchas de mármol y altarcillos fabricados a base de bloques de granito. Igualmente desconocemos la señalización externa de los lugares en los que estaban depositados cenizas, aunque lógicamente debía tratarse de cipos, aras, *cuppae*, etc. No creemos que absolutamente todas las incineraciones dispusiesen de dispositivos concretos para efectuar libaciones, aunque lo cierto es que en Mérida éstos están bien documentados, claramente advertidos como tales en el caso de una tumba excavada por Floriano, otra excavada por Marcos Pous y una tercera excavada por nosotros mismos (FLORIANO, 1944; MARCOS POUS, 1961; ALVARADO y MOLANO), así como por enterramientos aún inéditos hallados en el "Sitio del Disco"; ya hemos dicho además que probablemente las hendiduras practicadas en el banco de granito de la tumba de los Julios constituya un dispositivo para efectuar libaciones. La constatación arqueológica del ritual de libaciones se puede sintetizar en hendiduras practicados en las señalizaciones externas, sumideros de mármol colocados sobre los altarcillos, tubos de cerámica hincados en los tumulos sobre las cenizas o en las cubiertas previamente horadadas, y recipientes hincados boca a bajo sobre los túmulos con la base intencionadamente rota. En todo el mundo mediterráneo se han hallado ejemplares de altares de granito y de *cuppae* con tubos de arcilla o plomo, siendo considerado como más probable su origen norteafricano, debido a la gran cantidad hallados en las necrópolis cartaginesas y en otras ciudades norteafricanas. Además de su presencia en las costas mediterráneas, este ritual está constatado en el interior peninsular en áreas en

las que el sustrato púnico era muy fuerte (Carmona, Sierra de Córdoba, Medellín) o en centros comerciales en los que se conoce la presencia de grupos de población de origen norteafricano, como es el caso de la misma Mérida.

La práctica del banquete funerario está atestiguada arqueológicamente por la presencia en los ajuares, especialmente sobre platos y cuencos, de huesecillos de ave, de caparzones de ostras y de restos óseos animales en general. Probablemente, los altarcillos centrales de algunos mausoleos fuesen mesas para esta práctica. No debemos descartar por otra parte la realización de ofrendas periódicas

El ritual de inhumaciones se impone progresivamente a lo largo de los siglos II y III, curiosamente en un marco cronológico que coincide con la implantación del cristianismo en Mérida. Por lo que respecta a la preparación de la fosa antes de la deposición del cadáver, y manteniendo siempre el hecho común que es la apertura de la propia fosa rectangular, debemos distinguir dentro del ritual de inhumación aquellas sepulturas que han merecido una estructura por sí mismas, es decir aquellas en la que se ha invertido un gasto social alto (sarcófagos, fosas revestidas de ladrillo o mampuestos, etc.) de aquellas que se han fabricado reutilizando elementos y espacios. Un caso excepcional sería el ya aludido de las tumbas de tejadillo, muy escasas en necrópolis con una fuerte tradición pagana como el "Sitio del Disco", y en ocasiones asociadas a símbolos cristianos, en las que se observa también que determinadas tumbas "estrenan" todos los elementos que las componen mientras que otras emplean material de deshecho. Resulta excepcional el escaso número de enterramientos en ánforas, muy frecuentes en la Tarraconense, así como su exclusiva vinculación a restos infantiles, lo que nos lleva a pensar en un ritual específico, muy sencillo, para este tipo de sepultura.

Tras la preparación de la tumba, con elementos nuevos o reutilizados, el cadáver debió trasladarse al lugar del enterramiento, en la mayor parte de las ocasiones en un ataúd de madera o amortajado, como prueba el hallazgo en torno a los esqueletos de clavos y cantoneras o una posición imposible de no haberse mantenido amortajado el cadáver. En contadas ocasiones se depositaba la inhumación en sarcófago de mármol, y en estos casos el sarcófago es liso, sin ningún tipo de decoración, al igual que su cubierta. La posición de los cadáveres más frecuente es el decúbito supino, constatándose en contadas ocasiones enterramientos en decúbito prono y en posición fetal (en estos casos se advierte un acusado descuido en el enterramiento, reforzado por la ausencia de ajuares). Los brazos pueden estar extendidos a lo largo del cuerpo, o bien cruzados sobre el pecho, el vientre o la pelvis. Las inhumaciones constatadas en el "Sitio del Disco" no presentan una orientación porcentualmente dominante, aunque parece predominar en un primer momento la orientación impuesta

por la calzada y los mausoleos, para progresivamente comenzar a predominar una orientación W.-E., es decir, la cabeza situada al W., con la cara mirando al frente o bien cedida hacia uno de los lados o sobre el pecho, si bien este aspecto puede deberse exclusivamente al modo en que se descompone el cadáver. En el caso de "Los Bodegones", se observa en la totalidad de los enterramientos la orientación W.-E.

El ritual inhumación es tan complejo y ha tenido una perduración tan amplia, que resulta muy difícil hablar en unas líneas de los ajuares funerarios. En los primeros momentos, el ajuar presentaba gran número de recipientes (nunca faltan plato, botella y vasito como mínimo), una o varias lucernas y una moneda, es decir era básicamente igual al de las incineraciones coetáneas. Con el paso del tiempo, este ajuar se limita al conjunto jarrito, moneda, lucerna, para reducirse en época tardía al jarrito funerario, hasta la total desaparición del ajuar depuesto intencionadamente, por influencia del cristianismo. Asociados a las inhumaciones existen una serie de usos rituales, como sería colocar una moneda en la boca o en las manos del cadáver. Así mismo hallamos diversos elementos que debieron formar parte del vestido (tachuelas de los zapatos, hebillas, anillos, pendientes, collares, fibúlas, etc). Resulta curioso que en el caso de las inhumaciones supuestamente cristianas de "Los Bodegones" no existen ajuares, apareciendo exclusivamente objetos de adorno que llevaría el cadáver en el momento en que se depuso, como demuestra la aparición de algunos collares, anillos de hierro, alfileres del pelo, e incluso de una *bull*a objeto que debía llevar el muerto en calidad de adorno, y posiblemente desprovisto ya de su significado profiláctico primitivo.

Determinadas áreas de necrópolis, como el "Sitio del Disco", sufrieron un uso tan intensivo que es frecuente encontrar inhumaciones rotas al efectuar la fosa para un nuevo enterramiento. En este sentido, y en la misma línea que la reutilización de elementos estructurales de las tumbas a que ya nos hemos referido, hay que señalar que en época tardía, no había ningún pudor en reutilizar ajuares de tumbas anteriores, o en depositar objetos rotos, hecho que provoca un caos cronológico a la hora de interpretarlas, puesto que es posible la convivencia de varios periodos en un mismo ajuar.

Por lo que respecta a las estructuras externas de las tumbas, adolecen del problema que ya venimos comentando: su ausencia del registro arqueológico.

3. LA ORGANIZACION DEL ESPACIO

La organización del espacio funerario en *Augusta Emerita* viene definida antes que nada por el perímetro murado, es decir, no se entierra intramuros, y

en segundo lugar por las vías de salida de la ciudad, a cuyos lados se alinean los monumentos funerarios. Ahora bien, esta alineación a los lados del camino no es caótica, sino que la necrópolis altoimperial es diseñada con un concepto del espacio que podríamos llamar "urbanístico". La prueba más fehaciente de ello es la existencia de calles en el área funeraria, calles que originan una jerarquía en el área, y de las que tenemos constatación arqueológica a través de estructuras como el pequeño edificio anexo a la tumba de los Julios. Nos parece muy oportuna en este sentido la opinión del profesor Bendala respecto al carácter público de esta obra (BENDALA, 1972), que de ser así supondría una gestión del área funeraria por parte del municio.

La organización del espacio funerario emeritense es un tema del que no se ha podido tratar hasta que no se han excavado grandes áreas de necrópolis como la necrópolis del Albarregas, "Los Bodegones" o "El Sitio del Disco". En este último se advierte como la necrópolis altoimperial ha sido concebida de una sola vez, en el momento en que se comenzó la construcción del anfiteatro, bajo el cual existen evidencias de una necrópolis anterior (MARCOS POUS, 1961). La irregular topografía del terreno en el "Sitio del Disco" había hecho necesarios una serie de rellenos para crear una superficie regular donde establecer el nuevo espacio funerario; estos rellenos estaban compuestos por materiales de construcción, mármoles, estucos, cornisas, cerámicas, etc.; aunque probablemente jamás podamos demostrarlo con toda certeza, cabe pensar que se trate de materiales procedentes del arrasamiento de la necrópolis existente en el área en que se proyectaba edificar el anfiteatro. Todo esto nos lleva a plantearnos la hipótesis de que la edificación de este edificio, tradicionalmente situada a fines del siglo I antes de C. (cronología en revisión en la actualidad) conllevase la preparación y la definición urbanística del espacio funerario conocido como necrópolis oriental. Sin embargo, los datos más significativos sobre una organización del espacio de esta necrópolis vienen dados por la documentación durante las excavaciones de una calzada y de un camino porticado, la primera de las cuales cruza la zona de W. a E., procedente del área del anfiteatro, explicando el ordenamiento de la fase más antigua de la necrópolis, estando asociados a ella cinco de los mausoleos descritos, que se ubican a ambos lados de su trazado, así como nuevos mausoleos recientemente excavados más al E. De esta calzada arrancaba un camino porticado, que discurre en dirección N. hasta la cabecera del Circo, y que tradicionalmente se ha confundido con una conducción de aguas; a sus lados se hallaron mausoleos y tumbas. Otros vestigios arqueológicos que llevan a plantear un ordenamiento del área de necrópolis son el pozo y los canalillos para la circulación de aguas, que sugieren además la presencia de áreas ajardinadas. La suposición de una organización del espacio de los enterramientos induce a considerar la existencia o no de estructuras externas que señalicen las tumbas.

En este sentido cabe recordar la gran cantidad de epigrafía romana, de retratos funerarios, de aras, templetos, cipos e incluso cupas, procedentes de la necrópolis oriental, depositadas en el Museo Nacional de Arte Romano de Mérida o integradas en edificios posteriores; el constante saqueo del entorno emeritense ha impedido el hallazgo *in situ* de ninguna inscripción, pero se puede suponer su emplazamiento sobre los enterramientos. Podemos considerar como posibles señalizaciones los niveles de cantos de río o de piedras excavados, que debían formar tumulos sobre los sepulcros. Finalmente, no descartamos que las tumbas estuviesen individualizadas por piedras hincadas, setos, etc.

En un primer momento, la organización racional del espacio de las necrópolis conlleva algún tipo de adjudicación o venta del terreno, hipótesis ya manejada por algunos autores (TOYNBEE, 1971: 74), y que se ha aplicado al estudio de cementerios galo-romanos, como Quimper, Carhaix, Surzur, La Trinité-Langonnet, Saffré, Mas d'Agenais, Prunay II, Coblence (MERLAT, 1953: 404; GALLIOU, 1989: 34; DU CHATELLIER, 1900; RIALAN, 1924: 66; LEROUX, 1920: 48; LEROUX, 1875; NICOLAI, 1895: 142 y 248; BRY y FROMOLS, 1938: 134; GÜNTHER, 1901: 76, fig. 3), y cementerios de Gran Bretaña como Littleington (KEMP, 1836).

La misma regularidad en la implantación de tumbas de incineración se ha constatado en el caso de las inhumaciones (BANEAT, 1973: 111 y 274). Cierta coherencia ortogonal del espacio funerario se documentó también en inhumaciones excavadas en el Parc de la Ciutat en Tarragona (TED'A, 1987: 143). Pero a este tipo de organización espacial del cementerio, basado en presupuestos casi "urbanísticos", hay que superponer la tendencia a las agrupaciones familiares, fundamentada en el culto a los ancestros, y probada en zonas más próximas a nuestra necrópolis (BELEN, 1983: 209-225).

Al igual que ocurre en un cementerio moderno, todo cementerio antiguo debía poseer estructuras anexas que permitiesen asegurar los funerales de los difuntos y la circulación entre los sepulcros. Es difícil aportar la prueba arqueológica de la existencia de caminos entre las tumbas, ya que se trata de estructuras muy simples, y aunque excavaciones de cementerios galo-romanos, como Prunay II (BRY y FROMOLS, 1938), Mas d'Agenais (NICOLAI, 1895) y Quimper (MERLAT, 1953), las han puesto en evidencia, hemos de admitir que no se las puede dar por seguras en nuestra necrópolis hasta que la realización de excavaciones sistemáticas en extensión permitan dar datos ciertos.

Con la implantación del cristianismo, comienza a observarse, además de la voluntad del predominio del rito inhumador, la de individualizar áreas de necrópolis limpiándolas previamente a su empleo como tales, para evitar la "contaminación del paganismo" esta concepción podría explicar la organización de la necrópolis de "Los Bodegonos" en la que parece observarse una limpieza

previa de estructuras anteriores, de las que no obstante quedaron algunos restos, para emplazar un conjunto homogéneo y perfectamente delimitado, de enterramientos de tejadillo coetáneos.

Cuando hacia fines del siglo III algunas áreas dejan de ser zona funeraria preferente se olvidan las referencias exteriores, y los escasos enterramientos que se efectúan lo hacen rompiendo tumbas anteriores; la definición del espacio funerario trazada en el siglo I pierde su identidad, y a nivel de microtopografía de la tumba tanto la estructura de ésta como el mismo ajuar degeneran, hasta el punto de convertirse en simples fosas que emplean el depósito de un enterramiento anterior.

En época visigoda, los enterramientos, cuya orientación predominante es W.-E. (esta orientación puede estar modificada por un elemento externo, como un muro), tienden a agruparse entre sí. Para ello aprovechan los restos de la necrópolis romana: debieron reutilizar los mausoleos e incluso crear nuevos espacios trazando muros entre ellos, y principalmente cerrando la calzada porticada (las necrópolis visigodas suelen situarse siguiendo la tradición romana fuera de la ciudad y a lo largo de los caminos que a ella confluyen; sin embargo, pensamos que en época visigoda el camino porticado que unía el Teatro y el Anfiteatro al Circo cruzando a través de la necrópolis oriental había perdido su función, igual que los mismos monumentos); con ello creaban recintos en los que se ubicaban un determinado número de sepulturas, tratándose quizás de agrupaciones familiares o clientelas. En apoyo de esta teoría se pueden señalar tumbas concebidas como panteones familiares, documentadas en “El Espartal” (ALONSO, 1976: 302) y en “Durantón” (MOLINERO, 1948: 19 y ss.) y agrupaciones de varios tipos, como las de “El Camino de los Afligidos” (MENDEZ MADARIAGA y RASCON MARQUES, 1989: 166 y fig. 71), “Daganzo de Arriba” (FERNANDEZ GODIN y PEREZ DE BARRADAS, 1930: fig. 4). “El Jardinillo” (PRIEGO, 1982: 111 y ss., fig. 7), etc. Como en el nivel romano, existían señalizaciones externas del sepulcro, no siempre constatables en la excavación, consistentes en montones de cantos, de tejas y ladrillos, túmulos de tierra, cubiertas lucidas o pavimentadas con gravas, y quizás indicadores de madera de los que no quedan vestigios, tipos todos presentes en otras necrópolis visigodas (PRIEGO, 1982: 150; MENDEZ MADARIAGA y RASCON MARQUES, 1989).

Las necrópolis urbanas de época visigoda son poco conocidas. Para Mérida hay constancia textual de entierro de arzobispos en la basílica de Santa Eulalia, pero salvo las inscripciones halladas cuando se construyó la estación de ferrocarril y recientes excavaciones en el llamado solar de “Santa Catalina” no se conoce nada más. La situación de estos enterramientos sobre un cementerio romano en el que no es conocida ninguna tumba *ad sanctos* o un *martyrium*, la presencia

en los depósitos de fíbulas y broches de tradición romana, y la ubicación de ajuares próximos a la cabeza del difunto son elementos propios de zonas fuertemente romanizadas (CERRILLO, 1989: 104 y 105). Quizás haya que relacionar con nuestras tumbas un texto de la época de las persecuciones, en el que el obispo libelático Marcial es acusado de enterrar a sus hijos en cementerios no cristianos, como una cuestión de contaminación (CERRILLO, 1989: 95).

4. CONCLUSIONES

La necrópolis es el negativo de la vida de una comunidad, y su organización refleja de alguna manera la de esta última, de tal modo que el cambio en el reflejo material del ritual funerario nos permite deducir los cambios sociales, ideológicos y religiosos que conformaron la historia de la Mérida romana.

Las necrópolis altoimperiales fueron concebidas como una parte más de la ciudad, conformadas por los límites “urbanos” (muralla) y por la presencia de vías. Su diseño se realizó con criterios que podríamos calificar de “urbanísticos”, y que supusieron un planeamiento del espacio funerario, con caminos dentro de la necrópolis, estructuras auxiliares, pozos, canalizaciones que hacen pensar en ajardinamiento, y bellos monumentos que debieron conformar un aspecto “estético”. Esta organización no estaba exenta de una jerarquización que se puede detectar en algunos comportamientos, como sería la ubicación preferente junto a los caminos, observándose que los edificios más monumentales, y más costosos, se emplazan en estos lugares. La existencia de mausoleos relativamente alejados del centro (de 3 a 4 km. del casco urbano) prueba que de algún modo era “mejor” poseer un enterramiento al lado de la vía que tenerlo próximo a la ciudad, pero no visible desde el camino. Estructuras funerarias arquitectónicamente más humildes ocupan espacios menos relevantes, pero también organizados y distribuidos por caminos interiores.

En cuanto al rito, se daría un predominio del rito incinerador, sobre todo en el siglo I d.C., que con el mismo esquema global ofrece diversas variantes, no exentas de una cierta intención de prestigio en cuanto a materiales y técnicas, junto a otras claramente más humildes. La necrópolis altoimperial se va a caracterizar por la variedad de manifestaciones rituales, variedad incomprensible desde una perspectiva de dieciocho siglos de ritual inhumador, en los que apenas se han dado cambios significativos. Frente a la homogeneidad que impondrá el cristianismo, esta variedad parece reflejar una sociedad plural, en la que el tratamiento funerario merecía diferentes consideraciones para diversas comunidades, edades, sexos, religiones y *status* social.

La convivencia de distintos grupos étnicos en la colonia está bien atestiguada

a través de la epigrafía funeraria. No obstante, resulta muy difícil por el momento establecer asociaciones entre cada uno de estos grupos y un determinado comportamiento funerario, siendo más fácil hablar, en el estado actual de las investigaciones, de órdenes sociales, a tenor de la calidad y ornamentación de las estructuras funerarias. Únicamente, recalcaremos la hipótesis ya mencionada de la posible asociación entre *cuppae* y dispositivos para libaciones con población de origen norteafricano, cuya presencia en Mérida está cada vez mejor documentada tanto por la onomástica como por relaciones comerciales. Con todo, queda claro que la ciudad altoimperial no tiene una sola “necrópolis”, sino que existen evidencias que permiten hablar de una ocupación, desde los primeros momentos, de las salidas de la ciudad en todas direcciones e, incluso, de una ubicación, ya en fases tempranas, de estructuras funerarias en lugares bastante alejados del casco urbano. No obstante, la saturación perceptible en el “Sitio del Disco” podría ser también síntoma de la preferencia por un determinado lugar, muy probable si tenemos en cuenta que el sector oriental es el único de los tres lados de la ciudad que no está limitado por un río. Pero además, cabe señalar un dato significativo como es el hecho de que el “Sitio del Disco” se halla entre el conjunto anfiteatro-teatro y circo.

El siglo II asiste a una progresiva implantación del ritual inhumador, que exige evidentemente un esfuerzo social menor, y cuyo culmen, en cuanto a prestigio, implica la utilización de sarcófagos de mármol. No obstante, la incineración no desaparece radicalmente del mundo funerario emeritense, sino que es posible hallarla, muy esporádicamente, hasta comienzos del siglo III; en estos casos, apenas presenta ajuar (algún recipiente de vidrio o monedas), tratándose quizás de intencionadas pervivencias del ritual pagano, como una manifestación “arcaizante” por la elección de la cual determinados individuos se distinguen del grupo predominante.

El rasgo más significativo de esta fase implica la reutilización de espacios funerarios anteriores en lugar de un crecimiento en superficie de las áreas funerarias. Este hecho se ha podido documentar bien en el “Sitio del Disco”, y sería necesario constatarlo igualmente en las restantes zonas de necrópolis emeritenses. Se trata de un tema que invita a reflexionar sobre el valor que en la antigüedad se dio tanto al suelo funerario como a las “áreas de bordes” o perimetrales del casco urbano de Mérida, que debieron fluctuar como espacio útil, construyéndose sobre las necrópolis, en momentos de expansión, y reutilizándose el espacio urbano como cementerio en momentos de regresión urbana, como parece ocurrir, fundamentalmente, en época visigoda.

Podemos presuponer también en estos momentos la existencia de grupos sociales que no tienen obstáculos ideológicos ni religiosos para reutilizar espacios funerarios previos, sobre todo si estos son prestigiosos, como ocurre con los

mausoleos, que estando asociados a un ritual de incineración en su concepción primitiva se ocupan ahora como lugares de inhumación. Todo este proceso de reutilización parece indicar también una pérdida de la organización del espacio funerario que caracterizó momentos anteriores, y que se observa principalmente en acumulaciones de enterramientos sin orden aparente, presencia de materiales de acarreo, pérdida de las orientaciones, etc., pudiendo pensarse que las necrópolis en estos momentos, imaginando sus señalizaciones externas, ofrecerían un aspecto algo caótico.

Frente a esto, áreas que podemos adscribir a grupos cristianos, como parece ocurrir en “Los Bodegonos”, muestran una intención clara de separación y limpieza del espacio, evitando contaminaciones paganas, y construyendo las sepulturas con materiales pobres, pero que respetan un orden y una orientación W-E clara.

La transición al periodo visigodo implica una nueva concepción del mundo funerario, en la que definitivamente se observa una pérdida de la organización original de las necrópolis, sustituida por una intención de agrupar determinadas sepulturas en un espacio, reutilizando estructuras ya existentes o incluso a costa de espacios públicos, como ocurre con una calzada en el “Sitio del Disco”. Los difuntos acceden a la ciudad, o mejor dicho, a ciertas áreas de “bordes” del perímetro urbano, ya arruinadas, reutilizando espacios arquitectónicos. No obstante, el hecho más significativo en la época visigoda es la presencia de colectivos mayoritarios que eligen como cementerio la proximidad del sepulcro de un mártir o un área considerada sagrada, como sería el caso de la necrópolis de Santa Eulalia. Será esta asociación de espacio cultural a espacio funerario un proceso generador del concepto funerario medieval y moderno.

En suma, el motor del cambio en el registro funerario emeritense, será en última instancia el cristianismo, que provocó primero la progresiva adopción del ritual inhumador, y más tarde el abandono de los espacios funerarios paganos y la creación de cementerios en torno al sepulcro del martir, “el heroe”. De la “muerte” romana, biológica y social, se pasa a la obsesión por la muerte del cristianismo, en el que se trata de “vivir para morir” (GARVIN, 1938). En la epigrafía cristiana, la palabra muerte es sustituida por eufemismos gozosos, sublimada (CERRILLO, 1989). El cristianismo empleará la muerte como un argumento de poder para que se acate y regale a la iglesia, induciendo el miedo a la muerte como castigo divino, y ofreciendo el medio para escapar de ella mediante una muerte “querida” o al menos consentida como sería la del “buen creyente” o la del martir.

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO BASCH, M., 1976, "La topografía de Augusta Emerita", *Symposium de Ciudades Augusteas I*, Zaragoza, pp. 198-212.
- (1983), "La topografía de Augusta Emerita", *VI Congreso de Estudios Extremeños*, Madrid, pp. 113 y ss.
- ALONSO SANCHEZ, M.A., 1976, "Necrópolis del Cerro de Las Losas en El Espartal (Madrid)", *Noticiero Arqueológico Hispánico* 4, Madrid, pp. 287-322.
- ALVARADO, M. y MOLANO, J., "El enterramiento de la C) Circo Romano nº 10: nuevos datos para el estudio de las sepulturas con dispositivos para libaciones en Augusta Emerita", en prensa en *Anas IV*.
- ALVAREZ Y SAENZ DE BURUAGA, J.Mª, 1944, "Museo Arqueológico de Mérida. I Memoria. II Nuevas sepulturas romanas de Mérida. Los hallazgos de la C) Furnier", *Memoria de los Museos Arqueológicos provinciales*, vol. IV (1943), Madrid, pp. 44-52.
- (1945), "Otro descubrimiento de sepulturas romanas en Mérida", *Revista de Estudios Extremeños*, tomo I, pp. 371 y 372.
- (1946), "Nuevas aportaciones al estudio de la Necrópolis Oriental de Mérida", *Archivo Español de Arqueología*, XIX, pp. 70-85.
- (1952), "Un núcleo de enterramientos romanos en la campiña de Mérida", *II Congreso Arqueológico Nacional*, Cartagena, 1952, pp. 455-465.
- ARQUEOLOGIA 79, 1980, Madrid, p. 46.
- ARQUEOLOGIA 80, 1981, Madrid, p. 43.
- ARQUEOLOGIA 81, 1982, Madrid, pp. 39-41.
- ARQUEOLOGIA 82, 1983, Madrid, pp. 41-42.
- ARQUEOLOGIA 83, 1985, Madrid, pp. 208-212.
- ARQUEOLOGIA 84-85, 1987, Madrid, pp. 131-136.
- BARRERA ANTON, J.L. DE LA, (1991), "Hallazgo de sepulturas de época romana en Mérida", *Anas* 2-3 (1989-90), Mérida, pp. 229-248.
- BANEAT, P., (1973), *Le Département d'Ille et Vilaine*, París.
- BELEN, M., (1983), "Aportaciones al conocimiento de los rituales funerarios en la necrópolis romana de Carmona", *Homenaje al Prof. Martín Almagro Basch*, tomo III, Madrid, pp. 209-225.
- BENDALA, M., (1972), "Los llamados "Columbarios" de Mérida", *Habis* 3, Sevilla.
- (1976), "Las necrópolis de Mérida", *Actas del Simposio Internacional Conmemorativo del Bimilenario de Mérida*, Madrid.
- BLAZQUEZ, J.Mª, (1962), *Religiones primitivas de Hispania*, Roma.
- BRY, M. y FROMOLS, J., (1938), "La nécropole gallo-romaine à incinérations de Prunay II", *Bulletin de la Société Archéologique Champenoise*, 32º année, pp. 133-156.
- CALDERA DE CASTRO, Mª P., (1978), "Una sepultura de "cupa" hallada en Mérida. Consideraciones acerca de estos monumentos funerarios", *Habis* 9, Sevilla, pp. 455-463.
- CALZA, G., (1940), *La necrópoli del Porto di Roma nell'Isola Sacra*, Roma, 1940.
- CERRILLO, (1989), "El mundo funerario y religioso en época visigoda", *III Congreso de Arqueología Medieval Española*, Oviedo, 27 de marzo-1 de abril. 1989, pp. 91-110.
- DU CHATELLIER, P., (1900), "La nécropole de Carhaix", *Bulletin Archéologique de l'Association Bretonne*, 19.

- EDMONDSON, J., (1993), "Urban and rural funerary monuments from Augusta Emerita (Mérida, Lusitania): Cultural differentiation in a roman colony", *Preactas del XIV Congreso Internacional de Arqueología Clásica*, vol. II, Tarragona, 1993, p. 113.
- FERNANDEZ GODIN, S. y PEREZ DE BARRADAS, J., (1930), "Excavaciones en la necrópolis visigoda de Daganzo de Arriba", *Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades*, Memoria 114, Madrid.
- FERNANDEZ Y PEREZ, G., (1857), *Historia de las antigüedades de Mérida*, Mérida.
- FLORIANO CUMBREÑO, A.C., (1935), "Las necrópolis romanas de Mérida", *Anuario del Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos. Homenaje a Mérida*, vol. III, Madrid, pp. 373 y ss.
- (1944), "Excavaciones en Mérida", *Archivo Español de Arqueología*, Madrid, pp. 151 y ss.
- FORNER Y SEGARRA, A.F., (1893), *Antigüedades de Mérida*, Mérida.
- GALLIOU, P., (1989), "Les tombes romaines d'Armorique. Essai de sociologie et d'économie de la mort", *Documents d'Archéologie Française*, París.
- GARCIA IGLESIAS, L., (1973), *Epigrafía romana de Augusta Emerita* (Extracto de tesis doctoral), Madrid.
- (1976), "Epigrafía romana en Mérida", *Actas del Simposio Internacional Conmemorativo del Bimilenario de Mérida*, Madrid, pp. 63-74.
- GARCIA Y BELLIDO, A., (1962), "La gran necrópolis romana de la salida del puente", *Excavaciones Arqueológicas en España*, 11, Madrid.
- (1966), "La gran necrópolis romana de la salida del puente (Memoria II y última)", *Excavaciones Arqueológicas en España*, 45, Madrid.
- (1967), "Sobre un tipo de estela funeraria de togado bajo hornacina", *Archivo Español de Arqueología* 40, Madrid, pp. 115-116.
- GARVIN, J., (1946), *The vitas sanctorum patrum emeritensium*, Washington.
- GIJON GABRIEL, M.E. y ENRIQUEZ NAVASCUES, J.J., (1987), *Arqueología urbana en Mérida: La necrópolis del Albarregas*, Mérida.
- GÜNTHER, A., (1901), "Augusteiches Gräberfeld bei Coblenz-Neuendorf", *Bonner Jahrbücher*, 107, pp. 73-94.
- KEMP, A.-J., (1836), "Account of sepulchral vessels found in 1821 at Littleington", *Archaeologia* XXXVI, pp. 368-376.
- LEROUX, A., (1875), "Sur quelques vases gallo-romaines découverts à Saffré sur la rivière de l'Isac", *Bulletin de la Société Archeologique de Nantes et de la Loire Inférieure* 14, Nantes, pp. 49-51.
- (1920), "Saffré à l'époque gallo-romaine", *Bulletin de la Société Archeologique de Nantes et de la Loire Inférieure* 60, Nantes, pp. 41-86.
- MACIAS LIAÑEZ, M., (1929), *Mérida monumental y artística (Bosquejo para su estudio)*, 2ª edición, Barcelona.
- MARCOS POUS, A., (1962), "Dos tumbas emeritenses de incineración", *Archivo Español de Arqueología*, XXXII-XXXV, Madrid, pp. 91-103.
- MELIDA, J.R., (1925), *Catálogo Monumental de España. Provincia de Badajoz*, Madrid.
- MELIDA, J.R. y MACIAS, M., (1929), "Excavaciones de Mérida. El Circo. Los Columbarios. Las Termas. Esculturas. Hallazgos diversos". *Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades*, nº 98, Madrid.
- MENDEZ MADARIAGA, A. y RASCON MARQUES, S., (1989), "Los visigodos en Alcalá de Henares", *Cuadernos del Juncal* 1, Alcalá de Henares.
- MERLAT, P., (1953), "Notice sur les fouilles exécutées dans la nécropole gallo-romaine

- de Créac'h María en Ergué-Armel", *Annales de Bretagne* LXIII, pp. 382-408.
- MOLINERO PEREZ, A., (1948), "La necrópolis visigoda de Duratón (Segovia)", *Archivo Arqueológico Hispano* IV, Madrid.
- MORENO DE VARGAS, B., 1633, *Historia de la Ciudad de Mérida*, 1ª edición en Madrid; 5ª reedición en Badajoz, 1987.
- NAVARRO DEL CASTILLO, V., (1972), *Historia de Mérida y pueblos de su comarca*, Cáceres.
- NICOLAI, A., (1895), "Le Mas-d'Agenais à l'époque de la domination romaine et le cimetière gallo-romain du plateau de Saint-Martin", *Bulletin de la Societé archéologique de Bordeaux* XX, pp. 105-284.
- NOGALES BASARRATE, T., (1989), "Breve recorrido histórico por el retrato emeritense", *Retratos antiguos en Yugoslavia*, Barcelona, pp. 163-168.
- NOGALES BASARRATE, T. y VELAZQUEZ JIMENEZ, A., (1988), "Nuevas estelas funerarias, con retrato, emeritenses", *Homenaje a Samuel de los Santos*, Murcia, pp. 215-224.
- PLANO Y GARCIA, P.Mª., (1894), *Ampliaciones a la Historia de Mérida*, Mérida.
- PONZ, A., (1778), *Viage de España*, 1ª edición en Madrid; edición facsimil de la 2ª edición: PONZ, A., *Viajar por Extremadura II*, Badajoz, 1983.
- PRIEGO FERNANDEZ DEL CAMPO, M.C., (1982), "Excavaciones en la necrópolis de "El Jardinillo" (Getafe, Madrid)", *Revista de la Biblioteca, Archivo y Museo del Ayuntamiento de Madrid*, 7/8, Madrid, pp. 101-203.
- RAMIREZ SADABA, J.L., (1990), "Estructura demográfica y económico-social de Augusta Emerita según los colectivos más humildes", *Les villes de Lusitane romaine*, París, pp. 293-311.
- RIALAN, E., (1924), "Découvertes archéologiques faites dans le Morbihan de 1886 à 1892", *Bulletin de la Société Polymathique du Morbihan*, Vannes, pp. 29-71.
- SQUARCIAPINO, F., (1958), *Scavi de Ostia III. Le necrópoli*, Roma.
- TED'A, 1987, *Els Enterraments del Parc de la Ciutat i la Problemàtica funerària de Tarraco*, Tarragona.
- TOYNBEE, J.M.C., (1971), *Death and burial in the Roman World*, Londres.

EXCAVACIONES ARQUEOLOGICAS EN FLAVIOBRIGA. CASTRO URDIALES. CANTABRIA (1986)

por

Cesareo Perez Gonzalez*, Emilio Illarregui Gomez*
y Carmelo Fernandez Ibañez*

Resumen: *Flaviobriga*: no son muchas las excavaciones oficiales realizadas en esta Colonia romana. En esta comunicación se presentan los resultados obtenidos en lugar conocido como C) Belén de este Puerto Cantábrico.

La aportación consiste en las primeras estructuras que se publican de este yacimiento, así como su datación y parte del material que las acompaña.

Palabras-clave: Index. T.S.I. Materiales inéditos.

FLAVIOBRIGA es la última de las Colonias romanas fundadas en el Norte Penínsular y, aunque situada en territorio Autrigón se encuentra intimamente ligada a la Cantabria Romana.

Su localización ha sido objeto de numerosas discusiones, como el resto de los puertos del cantábrico. La primera de las discusiones parte del análisis de los textos clásicos recogidos en numerosas publicaciones (García Bellido, A. 1947; Solana, J. M. 1974 y 1977; González Echegaray, J. 1986).

Plinio cita la Colonia de FLAVIOBRIGA donde estuvo el PORTVS AMANUM: "Portvs Amanum ubi nunc Flaviobrica Colonia" (Plinio, NH, IV. 110) y Ptolomeo la sitúa dentro del territorio de los Autrigones cerca de la desembocadura del NEROVA (Ptolomeo, II, 6. 7).

La discusión sobre la ubicación de FLAVIOBRIGA es antigua y amplia basada en ocasiones en principios patrióticos, otras en la lectura de los textos y en el menor número de ocasiones en vestigios arqueológicos.

La historiografía filovasca buscó su solar en Vizcaya. Así Gorostiaga la situaba en Forua, Luitprando en Bermeo (Morales, A de. 1791), Bilbao para Henao (Henao, G, 1689). Así podríamos enumerar tantas localidades como ensenadas existen en la costa Vizcaína.

* Universidad Internacional SEK.

En momentos más recientes algunos autores también han querido localizar su ubicación en Vizcaya, así Pina identifica el PORTVS AMANVM con Abando y FLAVIOBRIGA con Oleaga (Pina, J. 1961) otro lo hace en la ría del Nervión y Bilbao (González, J. M. 1965).

Frente a estos, en el siglo XIX se comienza a apuntar hacia Castro Urdiales, en función de sus numerosos hallazgos (Llrente, J. A. 1806). A fines de siglo se publica una recopilación de causas favorables al binomio CASTRO URDIALES-FLAVIOBRIGA (Echevarria, J. 1898), a quien seguira Escajedo a principios de siglo. (Escajedo, M. 1924). Lacha defenderá, ante los continuos hallazgos romanos, su ubicación en Castro Urdiales apuntando su relación con el cercano Castro de Sámano (Lacha, F. de, 1949). G. Echegaray se decanta por esta postura al situar entre el Nervión y la Ría de Agüera (González Echegaray, J. 1986).

Solana será el primer sistematizador y valedor de esta opción abordando su estudio desde una vertiente documental (Solana, J. M, 1974) y arqueológica (Solana, J. M. 1977). Solana diferencia entre Brazomar y Sámano como ubicación del PORTVS AMANVM y la COLONIA DE FLAVIOBRIGA en la cara Oeste de la Bahía, apuntando la importancia minera del enclave (Solana, J. M. 1977). Solana acaba de publicar una nueva síntesis sobre sus trabajos en Flaviobriga (Solana, J. M. 1992. 299-306).

ORIGENES DE CASTRO URDIALES

El ámbito de la zona de Castro Urdiales conoce un importante poblamiento desde la prehistoria con yacimientos del interés de la Cueva del Cuco, La Lastrilla, La Dársena o la de Juan Gómez con abundante material y arte Magdaleniense, con una continuidad en el epipaleolítico y un interesante desarrollo en la Edad del Bronce en el entorno del Valle de Sámano y en la Cuevas de Juan Gómez y Las Lapas pertenecientes al Mundo de Santimamiñe asociados al mundo megalítico de los buscadores de metales (García Guinea, M. A. et Alii. 1985. 132ss).

Desconocemos certeza restos de la Edad del Hierro en las publicaciones, aunque es segura su continuidad en los cercanos Castros de El Cueto y los del valle de Sámano, por sus estructuras y condiciones de poblamiento.

La ausencia de trabajos arqueológicos en la zona crea una serie de lagunas que esperamos sean solventadas por futuros trabajos.

CASTROS PRERROMANOS-ROMANIZADOS

Plinio, en su descripción de la costa norte peninsular cita al puerto de los

Sámanos. Los Sámanos debieron ser un pueblo prerromano que se ubica en esta zona dando nombre al territorio y al río.

En la antigua demarcación territorial de los SAMANI nos encontramos con dos asentamientos presumiblemente de este pueblo.:

- La Peña de Sámano.
- Pico del Cueto.

Castro de La Peña de Sámano

Se trata de un recinto rodeado de muralla, no muy bien conservada, aparejada a hueso. Poco se sabe de los restos arqueológicos de este enclave (Molineró, J. T-Alioto, T-Arozamena, J. F. 1992. 153ss).

Podría ser un OPPIDVM con vida en época prerromana y con influjo romano a partir de Tiberio, o puede ser también un castro que no se abandone con la llegada de Roma. debido a su situación geográfica.

Castro del Pico del Cueto

Más cercano a la costa, dominando la bahía se encuentra el Pico del Cueto. Altozano cónico con tres cinturones de muralla construidos de piedra cáliza y sin argamasa o barro. J. M. Solana cree que se trata de un asentamiento prerromano que se mantiene en época romana, y que hace las veces de reducto defensivo o puesto de vigilancia para prevenir un ataque marítimo. (Solana, J. M. 1977. 11).

Estos dos OPPIDA parecen ser los más cercanos a puertos de entidad en Cantabria. Observamos en ellos una vida indígena que se irá transformando con la llegada de la cultura romana tras la fundación de IVLIOBRIGA en época Tiberiana.

ROMANIZACION DE CASTRO URDIALES

Los restos "romanos" más antiguos conocidos serían tres denarios republicanos fechables entre el 90-70 a.C. que hacen pensar a algunos autores la presencia de un comercio anterior a la creación del núcleo romano (Solana, J. M. 1977, 21). Salvo esta excepción los materiales más antiguos procedentes de las excavaciones realizadas en Castro son de época tiberiana, documentados

por el Miliario de Otañes (Solana, J. M. 1977. 27) y algunos productos cerámicos de Montans procedentes de la Casa de la Matra (Pérez González, C. 1988. 127ss). De época Augústea sólo se documenta numerario, que presenta la problemática de la amplia circulación y perduración de estas monedas.

La fundación romana en la bahía se hace sobre territorios no ocupados espacialmente por indígenas-hecho similar a Herrera y Ivliobriga (Pérez González, C-Fernández Ibañez, C. 1984. 23ss), aunque en caso de la existencia de un cercano OPPIDUM, se apoderen de él y controlen el nuevo espacio, como en el caso de Monte Cildá que se puebla desde momentos tempranos a juzgar por la marca de VMBRICIVS (Pérez González, C-Illarregui, E-Fernández, C. 1989. 23).

Probablemente el origen de la población romana se remonte a los momentos posteriores al fin de la Guerras Cántabras. La Vía PORTVS AMANVM-PISORACA sería en sus inicios una pista militar construida por la LEGIO IIII MACEDONICA, que se consolidara en época Tiberio-Nerón, transformándose en un eje fundamentalmente comercial (Pérez González, C-Illarregui, E. 1992. 73ss) y perdura a lo largo del tiempo como acceso. Esta Vía, junto a la PISORACA-PORTVS BLENDIVM y la ASTVRICA AVGVSTA-LEGIO-GIJON son las principales arterias comerciales entre la costa cantábrica y la Meseta Española (Pérez González, C-Illarregui, E. 1992. 14).

FLAVIOBRIGA-IVLIOBRIGA- HERRERA Y CAMESA REBOLLEDO son los cuatro principales enclaves de la Cantabria Romana. Sobre sus relaciones ya escribimos anteriormente. (Pérez González, C-Illarregui, E. 1992). Estos asentamientos deben su común origen, a la llegada de contingentes romanos por las Guerras Cántabras. Castro Urdiales, hasta el momento, parece el yacimiento más moderno por la presencia de los elementos Tiberianos, podría crearse en época tiberiana intimamente ligado a Herrera. En las excavaciones que venimos realizando en el campamento de la LEGIO IIII en esta localidad hallamos importantes cantidades de ostras en los niveles de esa época que implicaría una muy temprana relación con la costa, siendo, a tenor de la vía, el lugar lógico de origen la bahía Castreña. Por este puerto entrarían productos gálicos, como los de la Casa de la Matra, difundándose hacia el interior (Pérez González, C-Fernández Ibañez, C. 1984. 27). La explotación minera necesitaría en los primeros momentos una vía rápida para el control de los enclaves y sobretodo de la mano de obra y de la producción. Así como para el comercio con el territorio recién conquistado y del interior. En época Flavía mantendría su función comercial, aunque adquiriendo una mayor importancia la función administrativa al alcanzar el grado de Colonia, controlando el espacio minero, de productos marinos y de comercio con la Meseta, mientras que IVLIOBRIGA se convertiría en un centro similar relacionado con el Valle del Ebro (Pérez, C-Fernández, C. 1984. 34).

La fundación de la Colonia se realizaría en torno al año 70 d.C. Solana

estima que la concesión quizás se realizara en el año 74 d.C., fecha en la que Vespasiano concedió a toda HISPANIA el derecho latino (Solana, J. M. 1977. 26ss). La concesión del título de Colonia no sería sino la elevación de rango y quizás el repoblamiento de una unidad preexistente.

Según García Bellido los pobladores pudieron ser jubilados de las Guerras Judáicas que concluyeron en el año 70, como EMERITA AUGUSTA lo fué tras la Guerras Cántabras (García Bellido, A. 1959. 505). Nos planteamos como improbable está afirmación debido a la lejanía de estos conflictos, aunque se conocen en Palestina dos lápidas de una Cohorte Cántabra (Roldan, J. M. 1974. 110y148). Si su origen fuera el de jubilados, pudieran ser miembros de la LEGIO VII, recién llegada a León, o miembros de la LEGIO VI VICTRIX que es enviada en el año 69 hacía GERMANIA. Lo que no parece probable es la propuesta de Solana de miembros de la LEGIO IIII (Solana, J. M. 1977. 8), ya que aunque parte de sus efectivos procedieran de esta zona, tras la Guerra Civil del año 68, esta legión fué disuelta: Si la razón que pudo motivar el título de Colonia, como poco antes CLVNIA fué principalmente de indolé militar (Solana, J. M. 1977. 8ss), no sería demasiado lógico el envío de una población hostil a la nueva dinastía con formación militar.

Las razones de la ascensión a Colonia y posterior pujanza de FLAVIOBRIGA deberían buscarse en:

– El control de la riqueza minera y su explotación intensiva.

“ . . . Toda la región a partir del PYRENAEVS está llena de yacimientos de oro, plata, hierro, plomo negro y blanco”

PLINIO, NH. IV, 112.

“ . . . De todas las venas metalíferas, la más abundante en Cantabria es el hierro. En la zona marítima que baña el OCEANVS hay un altísimo monte, que parece increíble todo él es de metal, como ya dijimos al hablar del OCEANVS”

PLINIO, NH. IV, 149.

- Control de la población que trabaja en las minas.
- Control de las vías de comunicación, como demuestra el miliario de Domiciano.
- Control comercial.
- Elemento romanizador de la población.

A partir de este momento FLAVIOBRIGA alcanzará su esplendor, siendo el siglo II su cénit, coincidiendo con yacimientos como Santoña, Santander o

Forua. Mantiene un importante comercio marítimo, tanto como clave de ruta, cabeza de salida o llegada, ó punto intermedio. FLAVIOBRIGA conocerá la crisis del siglo III reduciéndose el casco urbano, replegándose al amparo de las laderas de Santa María del Castillo, al Oeste del puerto. Las vías continúan en uso y cuidadas como demuestra el miliario de Ivlio Vero. Desconocemos las razones por las cuales en el siglo III-IV se produce una fuerte actuación sobre las vías en Cantabria, constatable por la amplia presencia de miliarios como los de Decio, Carino, Numerio, Galerio o Valerio Severo en torno a Castro (Solana, J. M. 1977. 27ss); igual lo mismo sucede en otras vías de Cantabria como los de la vía PISORACA-PORTVS BLENDIVM.: El miliario de Camesa se erige en época de Decio (Robles, JM. 1985. 231ss) en el entorno de Camesa, en Celada Marlantes recientemente apareció un miliario de Caro o Carino fechable en el 282-283 (Pérez Sánchez, J. L. 1991. 440), en esta misma vía uno de Aureliano en Pedrero de Iguña (Arredondo, A. 1977. 561-2) o el miliario de Constantino de Retortillo (Florez, E. 1768. 410).

A fines del Imperio la población se mantiene. Conservamos TSHT asignables al siglo V en colecciones privadas, así como Hispánicas 6 y 49 datadas por Solana en el segundo cuarto del siglo V, procedentes de una necrópolis romana en la zona de la playa. (Solana, J. M. 1977. 36)

EXCAVACIONES OFICIALES EN FLAVIOBRIGA

Parece extraño que, hasta ahora, solo se hayan realizado tres intervenciones de urgencia en este importante enclave, frente a las vandálicas acciones constructivas y el bien organizado trabajo de furtivos que han conseguido, con tesón y muchísimo tiempo de impunidad, importantes colecciones vedadas a los arqueólogos. Siendo las circunstancias de las excavaciones dignas de una truculenta aventura de Marco Didio Falco, aderezada por intervenciones policiales, judiciales y hermosas amenazas (Pérez, C-Illarregui, E-en prensa).

La primera excavación se realizó en 1973 por parte del Museo Regional de Prehistoria y Arqueología de Cantabria bajo la dirección del Dr. García Guinea (Puente, M. A. et Alii, 1988. 118ss), identificándose seis niveles que documentan momentos modernos, bajo-medievales, alto-medievales, bajo-imperiales y alto-imperiales con un pavimento musivo concienzudamente eliminado por los constructores mientras se excavaba (Puente, M. A. 1988. 119). El nivel inicial y más rico se desarrolla desde el año 30 d.C. hasta fines del siglo I (Pérez González, C. 1988, 127ss).

Trece años más tarde nos tocó en suerte retomar estos trabajos. Ante la construcción de un bloque de viviendas en la calle Belén, 22 planteamos la

realización de una excavación de urgencia. En origen se planteo una excavación amplia del solar; finalmente solo pudimos realizar un cuadro de 4 x 4 mts en el extremo SW.. Para los detalles de la excavación remitimos a la memoria de la misma actualmente en prensa (Pérez González, C-Illarregui Gómez, E. en prensa). Se documentaron dos niveles romanos. En el superior aparece un muro de cierre de mampuesto y sillarejo con una longitud excavada de cuatro metros y una altura media de 40 cm. asentado directamente sobre arenas muy lavadas, asociado a esta estructura unos postes de madera con una boca de 26 cm de diámetro y una profundidad de 30 cm. Se recogieron muestras de los restos de madera, que se analizaron en el laboratorio del Dr. W. G. Mook de la Universidad de Gröningen (GRN. 14163) con una datación del 130 +/- 25 d.C., fecha coincidente con los materiales asociados. Bajo este nivel realizamos un control apareciendo en arenas negras los materiales gálicos aquí presentados, el resto pertenecen al anteriormente descrito.

La Consejería de Cultura del Gobierno Cántabro ha seguido una serie de vaciados en la calle del Mar con cerámicas romanas de cronología imprecisa. En la Calle de San Juan aparecieron varios fragmentos de TSHT y en el cerro de Santa María aparecieron restos del s. I-IV. (Agradecemos a Dña. Amparo López Ortiz, Técnico Superior del Museo Regional estas informaciones inéditas). El Dr. Bohigas, por su parte, promovio un seguimiento de obras en el Cerro de Santa Maria publicando tres monedas romanas: un As de Augusto?, un As de Claudio y otro de Vespasiano (Bohigas, R-Molinero, J. T- Gabiola, B. B. 1992. 133-134) y en la calle de la Rúa 15: "Superposiciones romanas y medievales, con estructuras de una casa romana", el material presentado aporta una cronología del siglo I-III (Bohigas, R. 1991, 427ss).

ALGUNOS MATERIALES DE LA EXCAVACION DE LA CALLE BELEN, 22

Presentamos aquí algunas cerámicas recuperadas en las excavaciones de urgencia de este solar. El estudio total de los materiales se halla en prensa. Hemos querido mostrar la TSG e Hispánica aquí recuperados y dos fragmentos de un tipo de olla característico de la fachada Oriental del Cantábrico. La TSG procede del N. IV y el resto de los materiales del Nivel III.

CV. 86. A1NIII. 1-Fragmento de borde y galbo de una Hisp. 18.

CV. 86. A1NIII. 2-Fragmento de borde de una Hisp. 15/17.

CV. 86. A1NIII. 3-Fragmento de borde de una Hisp. 27.

CV. 86. A1NIII. 4-Fragmento de galbo de una Hisp. 37. Se conserva el

resto de un friso con un motivo circular simple sogueado que encierra una rosácea octapétala.

CV. 86. A1NIV. 5-Perfil completo de una Drag. 16. Gálica.

CV. 86. A1NIV. 6-Borde y galbo de una Drag. 24/25. Gálica.

CV. 86. A1NIV. 7-Borde y galbo de una Drag. 24/25 Gálica.

CV. 86. A1NIV. 8-Borde y galbo de una Drag. 27. Gálica.

CV. 86. A1NIV. 9-Fondo y arranque de cuerpo de una Drag. 27. Gálica.

CV. 86. A1NIII. 10-Fragmento de borde de olla de labio exvasado plano muy marcado con decoración acanalada en su visera. Pasta negruzca y desgrasantes micáceos.

CV. 86. A1NIII. 11-Fragmento de borde de olla de labio exvasado plano muy marcado con decoración acanalada en su parte superior. Pasta negruzca con desgrasantes micáceos.

TSH Nº 1: La forma Hispánica 18 tiene una cronología inicial a mediados del siglo I d.C. documentada en Bezares (Mezquiriz, M. A. 1976. 303), siendo piezas no muy frecuentes en los repertorios se desarrolla hasta el s. II, considerándose como una pieza relacionable con los productos Gálicos Flavios (Juan Tovar, L. C. 1992. 42).

TSH Nº 2: La forma Hisp. 15/17 es una de las más comunes en los yacimientos de esta época, con una vida muy dilatada (Romero M. V. 1985. 190). Se trata de un producto de los talleres riojanos del siglo II.

TSH Nº 3: Esta pieza parece tratarse del borde de un vaso de la forma Hispánica 27. La 27, al igual que la 15/17, es muy frecuente en estos momentos del siglo II. Guarda paralelos con el grupo segundo de los tres establecidos por Pérez para Herrera de Pisuerga con una tamaño mayor que sus antecesores del s. I. (Pérez González, C. 1989. 342) y al segundo grupo de los de Arcobriga (Juan Tovar, L. C. 1992. 42). La cronología de esta pieza sería la primera mitad del s. II d.C.

TSG. Nº 5: Corresponde a una forma Drag. 16, no es demasiado corriente dentro del mundo peninsular, de una cronología Tiberio-Nerón tiene su momento central durante el reinado de Claudio (Pérez González, C. 1988. 148), se documenta una pieza similar en la Casa de la Matra (Pérez González, 1988. 148-9).

TSG. Nº 6 y 7: Vasos de la forma 24/25, comienza a fabricarse en Montans a partir del año 12 d.C. y desaparece con los primeros servicios Flavios decorados a barbotina, siendo su evolución en La Graufesenque similar a la de Montans. (Pérez González, C. 1988. 144). En la Casa de la Matra existen tres ejemplares (Pérez González, C. 1988. 160). La nº 6 habría que situarla entre el año 30-

-60 d.C. y la nº 7 por sus dimensiones con anterioridad al año 30 (Pérez González, C. 1989. 289ss).

TSG. Nº 8 y 9: Vasos de la forma Drag. 27, otras 8 piezas fueron publicadas en el lote de la Casa de la Matra, la nº 8 es muy similar a las nº 3, 33 y 50 de la Matra, fechadas en la segunda mitad del s. I dc (Pérez González, C. 1988. 160). Esta forma tiene una larga vida desde las primeras producciones Gálicas hasta el siglo II, aunque a este ejemplar le podríamos asignar una data del 40-60 d.C.. La nº 9 tiene un pie similar al nº21 de Arcobriga con características antiguas de época Tiberio- Claudio (Rodríguez, A-Juan Tovar, L. C. 1992. 16).

CC. Nº 10 Y 11: Se trata de ollas de borde exvasado plano horizontal decorado o no con pared de tendencia ovoide y fondo plano. Presentamos aquí dos bordes muy marcados y con decoración acanalada en la visera. Las pastas son muy similares: negruzcas compactas con desgrasantes micaceos de grano fino. Este tipo de olla tiene cierto paralelo formal por su tipo de labio con las urnas de la forma Vegas 4, fechadas en la segunda mitad del s. I d.C., aunque carecen de su peculiar decoración y sus pastas son distintas (Vegas, M. 1973. 21). El tipo de labio recuerda lejanamente a la forma Santrot 286 fechable en época de Claudio -Vespasiano (Santrot, M. H-J. 1979. 141) aunque ni funcional, ni morfológicamente pertenezcan al grupo de las aquí presentadas. Este tipo de decoración es conocido en Aquitania en trazos a peine desde la Edad de Hierro hasta el siglo IV, siendo las líneas horizontales ondeadas particularmente abundantes en el cambio de Era (Santrot, M. H-J. 1979. 24). En Varea se presenta un ejemplar sin concretar cronología (Luezas, R. A. 1989, 156). En POMPAELO donde es definido este tipo como cerámica local en pastas negras y rojizas en el Estrato III del Sector A-B-C (Mezquiriz, M. A. 1958. 39ss), en el Estrato IV fechado en el siglo II d.C. y en Estrato VI de época Claudio-Flavio (Mezquiriz, M. A. 1958. 52-72-88). Calificándolos como cerámica común local realizada en la región, produciéndose a pequeña escala de forma casera o en pequeños talleres locales fechable entre el siglo I y el s. IV d.C. aunque probablemente perdure y tenga sus orígenes en la Edad de Hierro. Plantea dos fases en función de los anchos de los labios (Mezquiriz, M. A. 1978, 48).

En Forua se documentan estas formas fechadas en los siglos III-IV (Martínez, A-Unzueta, M. 1988. 44). En Gijón se publican asociado a TSHT decorada a molde (Maya, J. L. 1977. 823ss). En Iruña sin precisión cronológica (Nieto, G. 1958. 59). En Zaragoza se publica una de estas piezas aunque dada como borde de cuenco tripode fechado en el siglo I d.C. (Beltran, M. et Alí, 1980. 198). De la Casa de la Matra varios ejemplares clasificándolos como Vasos (nº36) u ollas (nº38, 39, 58, 72, 73) (Puente, M. A. 1988. 161ss) Asociados a materiales indudablemente del siglo I (Pérez González. 1988. 157). En las excavaciones realizadas por nosotros en Santoña aparecieron numerosos restos de este tipo

asociados, los mas antiguos a una marca de TSG de IVLLVS (Pérez González, C-Illarregui, E-Fernández Ibañez, C. 1989. 24). Este vertedero tiene una cronología del 50 al 150 dc fechas coincidentes con las castreñas.

No encontramos documentadas estas piezas al sur de la cordillera Cantábrica (Herrera, Sasamón, Tiermes, Saldaña) ni parecen profundizar por el Besaya (no se encuentra publicada en IVLIOBRIGA y Camesa), ni en yacimientos clásicos (Mérida, Conimbriga, Ampurias). Tampoco pertenecen a una tipología clásica romana (no las hallamos documentadas en Italia, Galia ni Britania). Sin embargo profundiza, con muy escasa fuerza el Valle alto-medio del Ebro (Varea, Zaragoza). Parece que nos encontramos con un producto regional que hunde sus raíces en la tradición indígena; estas pervivencias de gustos en poblaciones romanizadas para utilidades concretas ha sido detectado en otros lugares (Pérez González, C-Illarregui Gómez, E. 1986. 38) como las cerámicas bruñidas-espatuladas de la zona Oeste de Cantabria que marcan una frontera con el Mundo Celtibérico (Pérez González, C-Illarregui Gómez, E. 1989. 297ss). La presencia de esos gustos indígenas se conserva en otras zonas, y con mayor difusión y mestizaje en las cerámicas pintadas (Abascal, J. M. 1986, 16ss).

Se trata pues de productos romanos, realizados en uno o más talleres (lo mas probable) con una dispersión a lo largo de la Costa Cantábrica y el Alto Ebro a partir de la segunda mitad del siglo I d.C. y una presencia poderosa en el siglo II, manteniéndose hasta el bajoimperio.

BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL PALAZON, J. M. (1986): *La cerámica pintada de tradición indígena en la península Ibérica*. Madrid.
- ABASOLO ALVAREZ, J. A. (1975): *Comunicaciones de época romana en la provincia de Burgos*. Burgos.
- ARREDONDO, A. (1976-77): "Nuevo miliario Romano en Cantabria". *ALTAMIRA*, XL. Santander.
- BELTRAN, M. et Alii. (1980): "Caesaraugusta. I". *EAE*. 108. Madrid.
- BOHIGAS ROLDAN, R. (1991): "Cerámicas Romanas en Castro Urdiales (Cantabria): Solar nº15 de la calle de la Rúa" *CNA*, XX. Zaragoza
- BOHIGAS, R-MOLINERO, J. T. -GABIOLA, B. B. (1992): "Nuevos materiales arqueológicos del cerro de Santa María (Castro Urdiales)". *Monografías Arqueológicas*, 4. Santander.
- ECHEVARRIA, J. (1898): *Recuerdos históricos Castreños*. Castro Urdiales.
- ESCAJEDO, M. (1924): "Castro Urdiales es y fué Montañes". *Diario el Cantábrico*. 2/XII/1924.
- FERNANDEZ OCHOA, C. (1988): "El impacto romano sobre el Noroeste". *Actas del I Congreso Peninsular de Historia Antigua*. Vol II. Santiago de Compostela.
- FERNANDEZ OCHOA, C. (1988b): "Arqueología de Gijón en época romana". *Memorias*

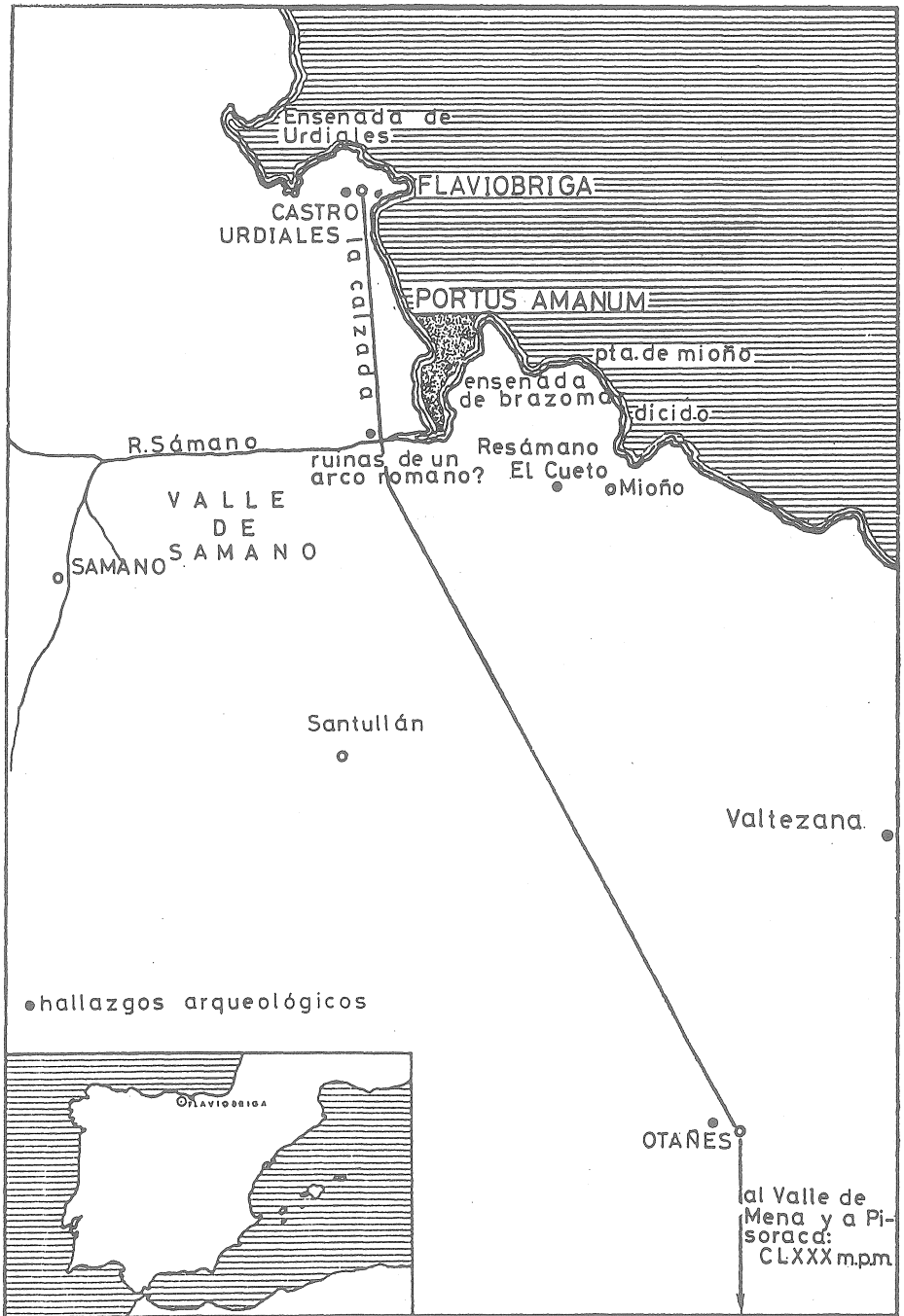
de *Historia antigua* IX. Oviedo.

- FERNANDEZ OCHOA, C. (1992): "La muralla romana de Cimadevilla" en *Los Orígenes de Gijón*. Gijón.
- FERNANDEZ OCHOA, C-MARTINEZ DIAZ, B. (1987): "Gijón, Fortaleza Romana en el Cantábrico". *CPAUAM*. 13-14. Madrid.
- FLOREZ, E. (1768): *La Cantabria*. Madrid.
- GARCIA BELLIDO, A. (1947): *La España del S. I de nuestra era según P. Mela y C. Plinio*. Buenos Aires.
- GARCIA BELLIDO, A. (1953): "La excavación de la antigua ciudad de Ivliobriga". *AEArq* XXVI. Madrid.
- GARCIA BELLIDO, A. (1956): "Excavaciones y exploraciones arqueológicas en Cantabria. II. relación: Campañas de 1953-56". *AEArq*. XXIX. Madrid.
- GARCIA BELLIDO, A. (1959): "Las colonias romanas de Hispania". *AHDE*, XXIX. Madrid.
- GARCIA BELLIDO, A. et Alii (1970): "Excavaciones y exploraciones arqueológicas en Cantabria". *Anejos del AEArc*. IV. Madrid.
- GARCIA GUINEA, M. A et Alii. (1985): *Historia de Cantabria*. Santander.
- GONZALEZ, J. M. (1965): "Amanum Portvs, Flaviobriga y Bilbao". *Archivum OVET*. XV.
- GONZALEZ ECHEGARAY, J. (1951): "Estudios sobre el Portvs Victoriae". *Altamira*. 1-3. Santander.
- GONZALEZ ECHEGARAY, J. (1980): "Las Mansiones de la placa I del Itinerario de barro". *Altamira*, XLII. Santander.
- GONZALEZ ECHEGARAY, J. (1986): *Los Cántabros*. Santander.
- HENAO, G. (1689): *Averiguaciones de las antigüedades de Cantabria, enderezados a descubrir las de Guipuzcoa, Vizcaya y Alava*. Salamanca.
- JUAN TOVAR, L. C. (1992): *Arcobriga. II. Terra sigillata hispánica*. Zaragoza.
- LACHA, F. de (1949): "La inscripción se la Salus Umeritana del plato de Otañes". *RSVAP*, San Sebastian.
- LUEZAS, R. A. -SAENZ M. P. (1989): *La cerámica Romana de Varea*. Logroño.
- LLORENTE, J. A. (1806): *Noticias históricas de las tres provincias Vascongadas en que se procura investigar el estado civil antiguo de Alava, Guipuzcoa y Vizcaya y el origen de sus fueros*. Madrid.
- MARTINEZ, A. -UNZUETA, M. (1988): *Estudio del material romano de la cueva de Peña Forua (Forua-Vizcaya)*. Bilbao.
- MAYA, J. L. (1977): "Precisiones cronológicas en torno a las termas de Campo Valdés. Gijón. Asturias". *BIDEA* . 92 . Oviedo.
- MEZQUIRIZ, M. A. (1958): *Pompaelo, I*. Pamplona.
- MEZQUIRIZ, M. A. (1976): "Hallazgo de un taller de TSH en Bezares". *Príncipe de Viana* 144-145. Pamplona.
- MEZQUIRIZ, M. A. (1978): *Pompaelo, II*. Pamplona.
- MEZQUIRIZ, M. A. (1983): "Tipología de TSH". *Bol del MAN* 2. Madrid.
- MOLINERO, J. T-ALIOTO, T-ARZAMENA, J. F. (1992): "El Castro de la Peña de Sámano (Castro Urdiales)". *Monografías Arqueológicas*, 4. Santander.
- MORALES, A. de. (1792): *Crónica de de España*. Madrid.
- MORILLO CELDRAN, A. (1992): *Cerámica Romana de Herrera de Pisuerga. Palencia-España-: Las Lucernas*. Santiago de Chile.
- NIETO, G. (1958): *El Oppidum de Iruña*. Vitoria.

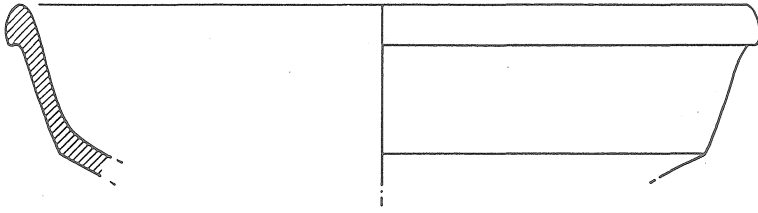
- PEREZ GONZALEZ, C. (1988): "Terra Sigillata de la Casa de la Matra. Castro Urdiales". *Sautuola*. V. Santander.
- PEREZ GONZALEZ, C. (1989): *Cerámica Romana de Herrera de Pisuerga. Palencia. España.: Terra Sigillata*. Santiago de Chile.
- PEREZ GONZALEZ, C-FERNANDEZ IBAÑEZ, C. (1984): "Relaciones entre tres importantes asentamientos del Norte peninsular: Pisoraca-Ivliobriga-Flaviobriga" *Arqueología Espacial* 5. Teruel.
- PEREZ GONZALEZ, C-ILLARREGUI GOMEZ, E. (1986): "Un asentamiento romano en Cantabria. Perduración de elementos indígenas". *Arqueología Espacial*. 10. Teruel.
- PEREZ GONZALEZ, C-ILLARREGUI GOMEZ, E. (1989): "Las llamadas cajitas celtibéricas de época romana de Villabermudo". II *CHP*. Palencia.
- PEREZ GONZALEZ, C-ILLARREGUI, E. (1992): "Ideas sobre la Romanización del Mar Cantábrico". *Facultad de Estudios del Patrimonio Cultural. Serie Monografías nº1*. Universidad Internacional SEK. Santiago de Chile.
- PEREZ GONZALEZ, C-ILLARREGUI, E. (En prensa): "Excavaciones en la C/Belen. 22. Castro Urdiales Cantabria". *Sautuola*. VI. Santander.
- PEREZ GONZALEZ, C-ILLARREGUI, E-FERNANDEZ, C. (1986): "Marcas de alfarero en TS. en Cantabria". I *JJAR*. Granollers.
- PEREZ GONZALEZ, C-ILLARREGUI, E-FERNANDEZ, C. (1989): "Notas sobre cerámica romana en la antigua Cantabria. II. Marcas de alfarero en TS en Cantabria". *Altamira*, XLVIII. Santander.
- PEREZ GONZALEZ, C. -ILLARREGUI, E-FERNANDEZ, C. (1991): "Pisoraca. Un interesante conjunto Romano". *Rev. de Arqueología*. 120. Madrid,
- PEREZ GONZALEZ, C. -ILLARREGUI, E. -ORTIZ, M. -ARROYO L. A. (1992): *Papeles Herreenses I*. Herrera de Pisuerga.
- PEREZ SANCHEZ, J. L. (1991): "Fragmento de miliario romano hallado en Celada Marlantes (Enmedio), al Sur de Ivliobriga (Cantabria)". XX *CNA*. Zaragoza.
- PUENTE M. A. et Alii (1988): "Excavaciones e la Casa de la Matra". *Sautuola* V. Santander.
- ROBLES, J. M. (1985): "Epigrafía Romana en Rebolledo-Camesa". *Sautuola*. IV. Santander.
- RODRIGUEZ, A-JUAN TOVAR, L. C. (1992): *Arcobriga, II. Terra Sigillata Gálica*. Zaragoza.
- ROLDAN HERVAS, J. M. (1974): *Hispania y el ejercito romano*. Salamanca
- ROMERO, M. V. (1985): "Numancia, I. La Terra Sigillata". *EAE*. 146. Madrid.
- SANTROT, M. H-J. (1979): *Ceramiques Communes Gallo-Romaines d'Aquitaine*. Paris.
- SOJO Y LOMBA, F. (1947): "De Re toponimica. Comunicaciones en Cantabria". *BRSQ*. LXXXIII. Madrid.
- SOLANA, J. M. (1974): *Los Autrigones a través de las fuentes literarias*. Vitoria.
- SOLANA, J. M. (1977): *Flaviobriga*. Santander.
- SOLANA, J. M. (1992): "La Colonia Flaviobriga (Castro Urdiales)". *Dialoghi di Archeologia*. nº1-2. Roma.
- VEGAS, M. (1973): *Cerámica común Romana del Mediterráneo occidental*. Barcelona.

M A R C A N T Á B R I C O

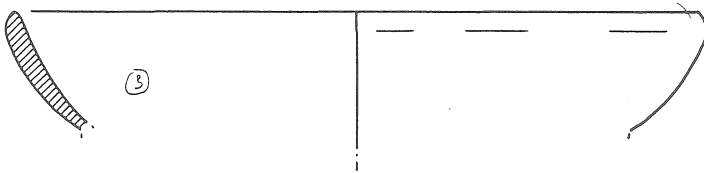




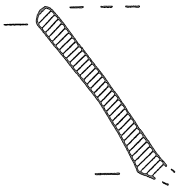
Mapa de Castro Urdiales (Seg. J. M. Solana).



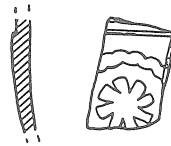
1



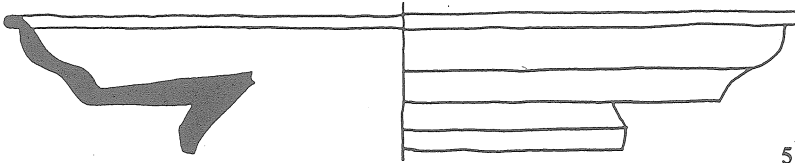
3



2



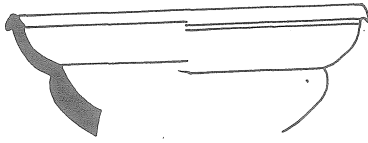
4



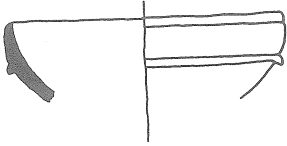
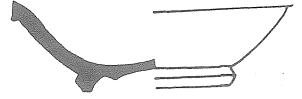
5



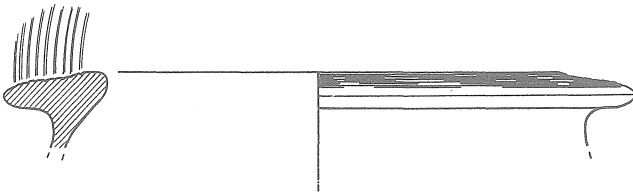
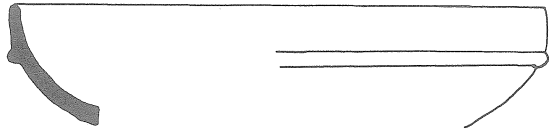
Est. IV



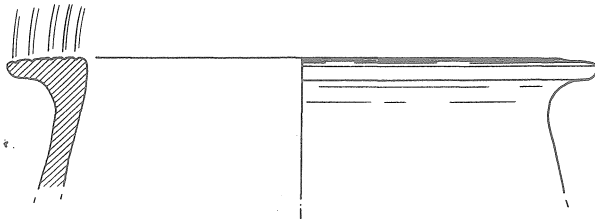
8



6



10



11

0 5 cm.

ANFORAS ROMANAS ALTOIMPERIALES DE SALAZON. ANALITICA APLICADA Y APORTACIONES ARQUEOLOGICAS

por

Julio Martínez Maganto* y Rosario García Giménez**

Resumen: Uno de los grandes problemas respecto a la producción y comercio de salazones hispanos radica en definir correctamente los tipos anfóricos (datación, evolución, etc...) utilizados para su transporte. Este hecho es especialmente importante en la fase altoimperial en que se suceden distintos tipos de envases anfóricos cuyos límites cronológicos y espaciales no se encuentran bien definidos.

La utilización de análisis físico-químicos son fundamentales para la obtención de resultados concretos, si bien, la aplicación de estas técnicas sobre material anfórico salazero se encuentra en una fase aún incipiente. En este sentido, el presente trabajo pretende realizar un resumen de los métodos empleados para el análisis de dicho material, señalando cuáles son los más resolutivos para el trabajo del arqueólogo y comentando las conclusiones provisionales obtenidas.

Palabras-clave: Anforas Romanas. Análisis. Geoquímica.

1. INTRODUCCIÓN

Pretender llamar la atención sobre la importancia que las salazones de pescado revisten en las esferas de la producción y comercialización en la economía de la *Hispania* Antigua no deja de ser una obviedad.

En este sentido, han sido numerosos los estudios encargados en poner de relieve la naturaleza, no siempre clara, de estos productos salazeros (Grimal y Monod, 1952; Jardin, 1961; Corcoran, 1963; Besnier, 1969; Etienne, 1970; Bolens-Halimi, 1991; Martínez Maganto, 1992). Asimismo, se ha analizado el creciente número de instalaciones donde se elaboraban *salsamenta* y salsas de pescado (Ponsich y Tarradell, 1965; Curtis, 1978; Gamer, 1987), siendo espe-

* Dpto. Prehistoria y Arqueología. Univ. Autónoma de Madrid. (Cantoblanco; 28049-MADRID).

** Dpto. Geología y Geoquímica. Univ. Autónoma de Madrid. (Cantoblanco; 28049-MADRID).

cialmente numerosas en zonas como *Baetica* (Esteve, 1952; Sotomayor, 1971; Del Amo, 1976; Ponsich, 1976; Amores, 1978; Cara, Cara y Rodríguez, 1989), *Lusitania* (Baltazar, 1983; Tavares, Coelho y Soares, 1985; Tavares y Soares, 1986; Edmondson, 1987, 100 y ss.) o Norte de Africa (Foucher, 1970, 188; Posac Mon, 1971, 229; Ponsich, 1988, 103 y ss; Villaverde y Pardo, e.p.), lugares de inmejorable ubicación geoeconómica (Ponsich, 1988; Ponsich, 1991) para la explotación de la pesca y los recursos litorales.

Novedosos trabajos ponen de relieve la posible elaboración de productos salarios, no sólo en otras zonas del Mediterráneo, incluida la Península Ibérica (Sperber, 1968; Martín, 1970; Conta, 1972; Davaras, 1974; Nolla y Nieto, 1982; Bacci, 1982; Purpura, 1982 y 1988; Sánchez, Blasco y Guardiola, 1989; Martin-Kilcher, 1990; Hernández, Cau y Orfila, 1992), sino, asimismo, en diversos centros del área atlántica, especialmente en la costa septentrional de *Hispania* (Lomba, 1987; Carro, 1991; Fernández Ochoa y Martínez Maganto, e.p.), en *Gallia* (Sanquer y Galliou, 1972; Galliou, 1975; Tobie y Chansac, 1989; André, 1992) y probablemente, en *Britannia* (Bateman y Locker, 1982; Milne, 1985, 87 y ss.) y *Germania Inferior* (Immerzeel, 1990).

Asimismo, se han desarrollado algunos estudios de conjunto sobre la difusión comercial de estas producciones (Haley, 1990; Curtis, 1988 y 1991), si bien son escasos los trabajos centrados en el funcionamiento de la estructura productiva y relaciones de producción (De Francisco, 1989, 261 y ss.; Edmondson, 1990). La comercialización, eminentemente marítima, como ponen de manifiesto diversos hallazgos submarinos (González Serrano, 1963; Benoit, 1962, 156; Taillez, 1961; Bebko, 1971, 19 y ss.; Colls *et alii*, 1977; Martínez Maganto *et alii*, 1989; Liou, 1990; Liou y Domergue, 1990; Martínez Maganto, 1993; Parker, 1993, *passim...*), enfatizan, una vez más, el papel del ánfora, no sólo como protagonista de este comercio, sino, como fuente de información epigráfica, a través del reducido *corpus* de *tituli picti* conocido¹.

Sin embargo, a pesar de la importancia de este contenedor, desconocemos numerosos datos sobre su producción, evolución y difusión espacial, hecho especialmente notable en áreas geográficas de evidente protagonismo, caso de la zona meridional de *Hispania*.

Una perspectiva diferente en la investigación se abre gracias a la aplicación de técnicas analíticas físico-químicas al estudio de este material arqueológico. Aunque el empleo de dicha metodología no es extraña al mundo de la arqueología en sus múltiples facetas (Tite, 1972; Levey, 1967; Peacock, 1970; Carter, 1978), incluido la del material anfórico (Williams, 1980; Whitbread, 1986), su aplicación

¹En el trabajo anteriormente citado (Martínez Maganto, 1993, 389 y ss.) se recoge abundante bibliografía anterior sobre este tema.

al estudio y tipificación de ánforas salarias se encuentra en una fase incipiente.

Esta etapa no se verá superada hasta disponer de un elevado número de análisis sobre ánforas de distinto tipo y procedencia que permitan establecer criterios comparativos con ciertas garantías y, a su vez, definir qué métodos de análisis son los más resolutivos desde el punto de vista histórico-arqueológico.

Precisamente, las siguientes páginas pretenden contribuir a este debate tanto desde la óptica analítica como arqueológica. Para ello se realiza, primeramente, un comentario sobre las técnicas de análisis empleadas en el estudio de un heterogéneo conjunto de material anfórico salario; para, posteriormente, evaluar las conclusiones útiles que el arqueólogo puede obtener de dicho trabajo.

2. METODOLOGIA

Los trabajos de analítica desarrollados con el material anfórico se han centrado en dos elementos principales de estudio: la pasta cerámica y el baño interior de pez que cubre estos contenedores.

El estudio de la cerámica se ha desarrollado desde una doble perspectiva: por una parte se ha procedido a analizar la pasta interior que compone el recipiente cerámico en sí; por otra parte, se ha realizado un análisis puntual sobre el engobe, cuyas características y composición son diferentes a los de la propia pasta.

En ambos casos, el estudio pretende hallar criterios de clasificación válidos, que permitan distinguir familias o tipos distintos.

Por su parte, el análisis de la "pez", persigue la identificación de la naturaleza de esta sustancia, intentando esclarecer algunas cuestiones en cuanto a su origen, proceso de fabricación, etc....

Análisis de pasta

* Análisis de textura por microscopía óptica

Permite el reconocimiento de los minerales u otros elementos (chamota, microfósiles) existentes en la pasta cerámica en su estado actual. A la vez, esta técnica favorece el estudio de las características estructurales, formadas tanto durante el proceso de modelado (líneas de fluencia, orientación o alineación de componentes), como durante el proceso de cocción (vacuolas, grietas, acumulaciones minerales, diferencias de coloración...). Es, asimismo, especialmente reveladora en la identificación de los macrominerales que destacan sobre

la pasta arcillosa, tales como cuarzo, feldespatos, etc..., ofreciendo información sobre su morfología (angulosidad, etc...). Dicha información contiene detalles sobre el estado de elaboración de la pasta, hecho que, en no pocas ocasiones, permite caracterizar ciertas zonas geográficas (Pinto y Cardoso, 1990).

La preparación de la muestra, consiste en el obtención de un fragmento de suficiente tamaño (1 cm.) mediante corte o tracción, si el estado del objeto permite estas manipulaciones. En caso de una mala conservación conviene evitar la desintegración de la muestra mediante su consolidación en una resina isotópica.

Una vez obtenida la muestra, se reduce a una lámina de 20 μ , lo que asegura su translucidez. A continuación, se somete a observación con un microscopio petrográfico de luz polarizada ORTHOPLAN POL LEITZ, operación en la que se pueden emplear nícoles cruzados, potenciando así las posibilidades de identificación de los distintos componentes (Kerr, 1972, 33 y ss.). Los resultados obtenidos pueden plasmarse en papel fotográfico, que recoge la imagen microfotográfica de la muestra (FIGURA 1) o bien en papel especial, obtenido a través de la impresora del ordenador que se encuentra conectado al microscopio. De esta forma, se obtiene un archivo de imágenes susceptibles de comparación directa. Este método ha sido empleado como rasgo definitorio, con bastante éxito, en publicaciones generales sobre material anfórico (Peacock y Williams, 1986, *passim*, espec. 80).

*** Análisis semicuantitativo de composición mineralógica por difracción de Rayos X.**

Esta técnica somete a las muestras, previamente reducidas a polvo (tamaño no inferior a 2 μ) en un mortero de ágata, a la incidencia de un haz de Rayos X, de radiación monocromática, empleando para ello un difractor (PHILIPS PW-1035) con lámpara de Cobre. Esta lámpara emite un haz de luz que incide sobre las muestras con un ángulo determinado (ángulo de incidencia), de tal forma que se produce una respuesta concreta (ángulos de reflexión) para cada componente mineral. Así, es posible establecer cuantificaciones según la naturaleza de los componentes básicos constituyentes de la materia analizada (Brindley y Brown, 1984), siempre que éstos sean elementos cristalinos.

Por consiguiente, mediante el empleo de este sistema de análisis es posible identificar cada uno de los componentes minerales presentes en la muestra (Mannoni, 1984), así como su aportación al total de la composición.

La "respuesta" producida en cada mineral se traduce en un diagrama (FIGURA 2), en cuyo eje de abscisas figura el ángulo que forma el haz de luz de electrones con la muestra (2θ); mientras que la medida reflejada en el eje de

ordenadas hace referencia al concepto de intensidad de esta reflexión (I/I_0). Las reflexiones obtenidas se comparan con las universalmente conocidas para cada mineral².

Así pues, los factores determinantes en este gráfico no son la mayor o menor intensidad de los "picos" agudos, aspecto éste que sólo informa sobre la pureza del elemento; sino los distintos ángulos de reflexión generados por cada uno, que corresponden a los planos de reflexión de cada mineral.

*** Análisis de composición química por espectrofotometría de absorción atómica.**

Se trata de una técnica de carácter exclusivamente químico (no mineralógico), fundamentado en un análisis por vía húmeda (Bernas, 1968). Para obtener los datos deseados se somete la muestra a un ataque triácido (HF, HCl, HNO₃) que permite romper los enlaces y, por tanto, separar cada elemento químico presente en la muestra; posteriormente se procede a la transformación de éstos a un estado gaseoso, lo que permite la descomposición del compuesto molecular en átomos o moléculas simples y su identificación mediante la absorción de energía. A su vez, se realiza la fijación de la sílice mediante la utilización de ácido bórico (H₃ BO₃). De esta forma, conseguimos diferenciar todos los elementos gracias a la medición realizada por espectrometría de absorción atómica (Warren, 1984).

A través de este procedimiento es posible identificar la mayoría de elementos químicos presentes en la muestra, siendo especialmente interesante la presencia de elementos poco habituales que permiten un mayor grado de comparación.

*** Reducción colórica y aplicación de la Tabla Munsell:**

Para realizar esta determinación se procede a reducir la muestra a polvo, obtenido mediante su pulverización manual en un mortero de ágata, hasta obtener partículas homogéneas de un tamaño próximo a las 20 μ . Una vez realizado este proceso se obtiene un color base susceptible de comparación con los patrones-tipo correspondientes a la tabla colórica de Munsell (Lozano, 1978, 28 y ss.).

La identificación viene dada por una serie de códigos formados por un

² Quedan recogidas en las fichas *Standard Method for Assigning Designation in Metallic Systems* (A.S.T.M.).

número (que refiere el concepto "Tono"), unas letras ("Valor") y una combinación numérica ("Croma"), así como de la denominación genérica del color. Los resultados permiten distinguir las posibles diferencias o matices que existen entre las distintas muestras.

Análisis de engobe

Para la realización de dicho análisis se emplea una sistemática idéntica a la de la pasta. Es especialmente importante, para la correcta realización del análisis, separar la capa externa de engobe, mediante raspado, evitando la contaminación de la muestra con la propia base cerámica de la pasta. Posteriormente, se procede a realizar un estudio de los componentes minerales, por difracción de Rayos X, así como de los elementos químicos presentes, mediante espectrofotometría de absorción atómica, para lo cual se emplea la metodología referida anteriormente en cada caso.

Análisis de pez

Las operaciones realizadas en este tipo de análisis reproducen un procedimiento ya ensayado, en distintos laboratorios, con muestras de idéntica naturaleza. Este procedimiento, denominado cromatografía de gases (Willard, Merritt y Dean, 1971, 615 y ss.), se completa con un espectrómetro de masas. Para su desarrollo se precisa la siguiente metodología:

Las muestras sólidas obtenidas son introducidas en cloroformo hasta su total disolución, proceso facilitado por la propia naturaleza orgánica de las muestras. A continuación se realiza un proceso de metilación mediante diazometano, que favorece la separación de los distintos compuestos.

Una vez obtenida dicha separación se procede a la evaporación de la sustancia mediante un proceso de alta temperatura, para lo cual se emplea un aparato HEWLETT-PACKARD, 5890 (Serie II). Los "filtros" (columnas) del aparato, rellenas de un componente estacionario de gran área de superficie, retienen las diversas sustancias. De esta forma, todos los componentes de la sustancia pasan a través de la columna a velocidades variables y emergen en orden inverso a su retención. El espectrómetro de masas, acoplado al cromatógrafo, se encarga de separar los iones resultantes del proceso anterior según su proporción masa/carga (M/Z). Así, se obtiene una especie de "huella digital" que identifica inequívocamente cada compuesto, ya que nunca dos moléculas pueden sufrir idéntico proceso de fragmentación e ionización cuando se someten a un bombardeo

electrónico.

Finalmente, se obtienen los registros informatizados, cuyos datos respecto a los pesos moleculares, quedan ordenados de forma creciente, siendo estos resultados los que se plasman en una gráfica final.

En dicha gráfica se definen los valores "Abundancia" y "Tiempo" (FIGURA 3 A). El primero de estos valores, situado sobre el eje de ordenadas, corresponde a la concentración de compuesto; el eje de abcisas, muestra el tiempo (en segundos) de retención de la muestra en la columna, hecho fundamental, ya que el volumen de retención relativo de una sustancia, determina la identidad de la misma. Por su parte, otra gráfica (FIGURA 3 B) proporciona una relación relativa en cuanto a la concentración de compuesto (en ordenadas), comparándola con los pesos moleculares de cada sustancia (en abcisas), lo que permite identificar cada una.

3. ESTUDIO COMPARATIVO

Pasta

La composición mineralógica de las muestras, obtenidas mediante difracción, evidencia un importante grado de semejanza que debemos contrastar a través de una serie de cálculos, teniendo siempre presente que este tipo de análisis ofrece un error próximo al 10 %, de ahí su carácter "semicuantitativo".

A tenor de los resultados obtenidos, tomando como muestra un ejemplo (FIGURA 2), se puede realizar un estudio por separado de los componentes de matriz silíceo (Cuarzo, Feldespato potásico, Plagioclasa o Feldespato Cálcico-Sódico y Mica) y los de matriz carbonatada (Calcita y Dolomita). La comparación de dichos resultados permite determinar el grado de similitud que existe entre las distintas muestras, lo que posibilita individualizar un grupo de ánforas dentro de un conjunto heterogéneo y así hablar, bien de la preponderancia de una de las dos matrices, o bien de la equiparación entre ellas.

Este resultado puede (y debe) complementarse con la observación microscópica realizada previamente, procedimiento que ayuda a conocer características individualizadas sobre la estructura y textura de la pasta. De esta forma, obtenemos información sobre defectos de cocción, utilización de desgrasantes (incluida la cerámica reutilizada o chamota) o presencia de elementos naturales particulares (p.e. microfósiles, FIGURA 4), que en nuestro caso permiten definir al menos un rasgo indicativo, no presente en otras muestras. Este procedimiento puede individualizar algunas ánforas, como teóricamente procedentes de un mismo sustrato litológico o zona concreta (Pinto y Cardoso, 1990). Queda, sin embar-

go, por definir cada tipo de microfósil, lo que ofrecería unos resultados comparativamente mucho más concretos en el estudio del área de procedencia aproximada de cada individuo anfórico.

Desde el punto de vista mineralógico, la presencia de determinados elementos ofrece una interesante información sobre las características de la cocción, especialmente la temperatura de trabajo. El análisis que hemos realizado sobre diversos tipos anfóricos altoimperiales ha permitido determinar la presencia de Calcita, mineral que sufre una transformación cuando es sometido a temperaturas superiores a los 800° C., hecho que lógicamente evidencia que dicha cota no fue alcanzada en el proceso de cocción de las ánforas. Por su parte, la ausencia de Caolinita, mineral que se transforma por encima de los 500°, marca el límite inferior de la temperatura utilizada para la cocción de nuestras ánforas. Estos datos, aunque simples, son reveladores ya que la indicación sobre temperaturas de cocción, salvo excepciones (Rodríguez Gordillo y Marín, 1987/88), suele estar ausente en la bibliografía consultada sobre los hornos de producción anfórica.

Por su parte, los datos obtenidos a través del análisis químico revelan la composición de las diversas sustancias químicas existentes, entre las cuales conviene destacar la presencia de elementos poco habituales en la bibliografía especializada (Potasio, etc...). El mayor grado de especificidad geoquímica de estas sustancias permite obtener un mejor nivel de diagnóstico sobre las semejanzas o diferencias de las muestras. De esta forma, los "elementos traza" permiten identificar un mismo grupo de ánforas (Peixoto, 1990).

Naturalmente, como ya se ha comentado anteriormente, estos datos deben ser comparados con los resultados obtenidos mediante los otros tipos de análisis, con ánimo de contrastar datos e identificar, con mayor precisión, un conjunto concreto de envases dentro de un grupo heterogéneo, pues, en no pocas ocasiones, la presencia o ausencia de algunos elementos aislados no es suficientemente categórica (Józsa y Szakmány, 1987, 104).

Finalmente, la aplicación de la Tabla de Münsell, permite un cierto grado de aproximación por colorimetría. Sin embargo, este sistema de análisis es, con mucho, el más impreciso, ya que si bien su utilización es recomendable para la definición de tonos (homogéneos) de engobe (p.e. en las *sigillatas*), su aplicación al material anfórico parece poco resolutoria. No en vano, la coloración de la pasta de las ánforas se encuentra condicionada por numerosos factores externos, tan variables como la cocción o la conservación del objeto. Algunos casos especialmente significativos son los materiales procedentes del medio subacuático (pecios), cuyas condiciones, absolutamente dispares, de conservación transforman la superficie e incluso el interior de las cerámicas imposibilitando cualquier intento clasificatorio. Sin embargo, numerosas publicaciones sobre la materia

siguen incluyendo clasificaciones colóricas a pesar de la oposición de reconocidos especialistas.

Uno de los aspectos más interesantes concierne a la composición litológica de algunos terrenos susceptibles de haber sido utilizados en la Antigüedad como lugares de aprovisionamiento de arcilla. Podría ser útil realizar una recogida de muestras en explotaciones de arcilla actuales, así como en alfares que hoy día continúan en funcionamiento, o bien alfares pertenecientes a diversos períodos cronológicos postclásicos de una determinada zona. Estas muestras se someten a análisis por los procedimientos habituales, con la intención de determinar las características de cada depósito de arcilla. Posteriormente, estos resultados se comparan con los ya conocidos sobre ánforas de posible fabricación local. Si los resultados arrojan datos paralelos, podemos afirmar que las ánforas estudiadas han sido fabricadas en alfares de esa zona geográfica (con ese sustrato litológico). Sin embargo, obviamente, los mejores resultados de caracterización litológica se obtienen cuando se puede disponer de un conjunto de hornos para su estudio (Tavares, 1990; Peacock y Tomber, 1991).

Este sistema de trabajo resulta adecuado cuando nos encontramos con una colección de ánforas de procedencia desconocida y pretendemos averiguar su posible fabricación en la misma zona geográfica (o en otra diferente de la que ya poseemos los datos). Tal sistema de trabajo se está empleando en dos proyectos de investigación que desarrollamos en Ceuta y Almería³ y de los que aún no disponemos de resultados definitivos.

Engobe

El análisis de las distintas muestras de engobe apunta a unos resultados similares a los de la pasta.

La observación macroscópica permite definir una delgada capa que se superpone a la pasta cerámica. Su análisis mineralógico descubre una composición formada por Calcita y Cuarzo en proporción paritaria; desde el punto de vista estructural, se trata de finísimas partículas obtenidas mediante un proceso de decantación de la arcilla, como evidencia un estudio granulométrico. Por su parte, los análisis químicos por espectrofotometría revelan una importante composición de carbonatos, óxido de calcio y sílice, como elementos dominantes.

³ Mediante subvenciones otorgadas por los respectivos Institutos de Estudios locales. El objetivo de estos trabajos es realizar la descripción arqueológica y analítica del material anfórico conservado en los Museos locales y, a su vez, ofrecer datos (provisionales) sobre la caracterización geológica de las respectivas zonas geográficas.

Pez

El empleo del término “pez” para identificar la sustancia que recubre el interior de los envases anfóricos, parece más adecuado que el de “resina”, si bien se trata de una sustancia resultante de la transformación de resina natural de origen vegetal. Precisamente, la metodología empleada para la obtención del producto es la que define su denominación (Mello y Pizzigoni, 1990, 161). Así, la “resina”, es una sustancia aromática obtenida a través de la natural exudación de la planta y cuya utilización no requiere modificaciones artificiales. Por su parte, la “pez”, propiamente dicha, se originaba como consecuencia de la destilación de la resina y se obtenía a través de un proceso de calentamiento al aire libre, lo que favorece la completa pirólisis del producto aportando su característico color negruzco o marronáceo. Esta diferencia entre ambos procedimientos y denominaciones se encuentra ya reflejada en la *Naturalis Historia* de Plinio, donde se distingue entre la *pix liquida* y la *resina* (XVI, 22).

Los resultados obtenidos mediante el empleo de la cromatografía en fase gaseosa, con espectrómetro de masas, se fundamentan en las aproximaciones que podemos establecer a través del peso molecular de las distintas muestras, que, en los casos estudiados, oscila entre 308-314 grs. (FIGURA 3 B, ejemplo tipo de 314 grs.). De esta forma, se puede afirmar que el producto analizado es un derivado del ácido abiético o ácido sílvico. Dicho elemento es el componente activo más importante de la colofonia o resina vegetal de conífera, sustancia de la que forma parte en asociación con otros ácidos resínicos similares.

En nuestro ejemplo tipo, la escala de tiempos fue acotada entre valores de 12 y 30 minutos (FIGURA 3 A). De esta forma, fue posible identificar la presencia de tres radicales básicos: el Abietato (ya citado en la muestra anterior), el Palustrato (que se evidenció a los 18.5 minutos) y el Primarato (obtenido a los 14.5 minutos). Curiosamente, un estudio analítico realizado por J.S.Mills y R.White, sobre distintos tipos de resinas (Mills y White, 1977), permitió identificar estos tres mismos elementos, en tiempos de salida muy similares, en una muestra de resina concreta: la perteneciente al subgénero de los pinos *diploxylon* (Mills y White, 1977, 23; Fig. 1 A).

Así pues, las muestras estudiadas, en su conjunto, son incuestionablemente derivados de resinas de pinácea, aunque es imposible, dentro de este amplio grupo definir con mayor grado de exactitud el tipo concreto. En general, el subgénero *diploxylon* agrupa a distintos pinos silvestres y pinastres habitualmente utilizados para la extracción de resina.

Para realizar una interpretación de estos resultados no queda más remedio que conjugar factores aleatorios, de carácter histórico-económico. En el caso de la producción y comercialización de salazones, debemos pensar que las diversas

fases del proceso productivo tendían a reunirse, por razones económicas, en un “reducido” espacio geográfico. No debe extrañar, por tanto, la ubicación de alfares de ánforas salarias, al igual que las industrias de salazón, en las cercanías de litoral, como demuestran numerosos hallazgos (Jiménez Cisneros, 1958; Pemán, 1959; Beltrán, 1977; Ramos, 1981). En este sentido, es bastante probable que el mismo bosque del que se obtenía la madera necesaria para la alimentación de los hornos albergara, asimismo, los pinos de los que se obtenía la resina. Si esta probable suposición fuera correcta, debemos seleccionar especies cuyo hábitat natural sea preferentemente “litoral”. Así, entre las especies que, dentro del subgénero *diploxylon*, presentan dichas características, destacan el Pino Silvestre (*Pinus silvestris*) y, especialmente, el Pino Marítimo (*Pinus pinaster*). Concretamente, éste último se distribuye en las inmediaciones de terrenos silíceos cercanos al mar y su utilización, como fuente de resina, se mantiene hoy día. Teniendo en cuenta estos factores, es lógico pensar que el Pino Marítimo haya sido la especie más utilizada para la obtención de la resina y la destilación de la pez. Esta conclusión no parece ser desmentida por las Fuentes Clásicas, que citan al *Pinus pinaster* entre los mejores proveedores de resina (Plinio, XVI, 16-19).

De cualquier forma, debemos tener presente las dificultades y ambigüedades que implica tratar de relacionar restos de pez con los diversos árboles capaces de proporcionar la materia prima de dicha sustancia (Celades, Pascual y Villate, 1983, 177).

Hay que señalar que la variabilidad de escasos gramos (en nuestro caso, entre 308 y 314) que presentan las distintas muestras entre sí, apuntan a un diferente estado de oxidación atmosférica de la resina inicial; si bien, puede ser atribuida, asimismo, a los diferentes orígenes de la resina madre utilizada. En ningún caso, parece razonable asociar estas diferencias de peso molecular con los procesos artificiales de obtención empleados (distinto tratamiento del producto, diferente temperatura de calentamiento, etc...), ya que el componente principal, ácido abiético, siempre estaría presente.

La constante presencia de los radicales anteriormente mencionados (Abietato, Primarato y Palustrato) hace pensar en un mismo tipo de especie vegetal. Por su parte, las escasas comparaciones que podemos establecer, con muestras obtenidas en material anfórico, para aclarar este extremo (Shackley, 1982; Formenti, 1991), indican que nos encontramos ante productos de naturaleza algo diferente, fenómeno que pudiera ponerse en relación con una especie vegetal distinta de conífera o con una zona geográfica distinta y, por tanto, con sus propias características específicas.

Ya desde la óptica de interpretación histórica, los resultados obtenidos encajan perfectamente con los datos transmitidos por las Fuentes Clásicas. En

diversos textos se indica que la pez, empleada en la Antigüedad para diversos menesteres, se obtenía a través de un proceso de calentamiento de la resina de las coníferas, siendo muy diversas las clases y calidades del producto final obtenido (Plinio, XVI, 21 y ss.). El objetivo de este proceso era la eliminación de los aceites volátiles, gracias a lo cual se obtenía, finalmente, un producto viscoso, que recibe el nombre de *picula* o *picillum* (André, 1964). La utilización de esta sustancia para la impregnación de contenedores anfóricos queda reflejada en diversos Textos Clásicos (Plinio, XIV, 27; Columella, XII, 18):

“En Italia la pez más estimada para enlucir los recipientes donde se envasa el vino es la *bruttia*, que se hace con resina de pino. En *Hispania* se extrae también del pino silvestre, mas es poco celebrada, ya que su resina es amarga, seca y de fuerte olor”.

(Plinio, XIV, 127; Según GARCIA BELLIDO, 1986, 167)

A pesar de estas descalificadoras afirmaciones, sabemos que la pez de *Hispania* y, concretamente de la *Baetica*, se exportaba junto a otros numerosos productos (Estrabón, III, 2,6).

Así pues, no cabe la menor duda del empleo de esta sustancia en la impregnación del interior de envases anfóricos (Jongkees, 1955), ya que sus características de viscosidad y consistencia (Plinio XVI, 22), eran idóneas para la impermeabilización de estos contenedores (Mello y Pizzigoni, 1990, 161). De esta forma, se lograba eliminar la porosidad de la pared cerámica y conseguir un perfecto aislamiento del producto contenido (Palladio, III, 8-9), protegiéndole de influencias externas cuya nefasta acción (quizá tras un largo lapso de tiempo) se ha constatado en alguna ocasión (Celades, Pascual y Villate, 1983, 178); por otra parte, dicha impermeabilización, garantizaba la integridad de la pared cerámica que podía verse atacada por la fuerte naturaleza química de los productos transportados, como muy bien pudiera ser el caso de las salazones. Finalmente, y por lo que respecta a las ánforas vinarias, existe cierto intento de aromatizar el vino (Plinio, XIV, 25) ya que la pez confiere un característico sabor “resinado” que tanto agradaba a los paladares clásicos.

4. CONCLUSIONES

Es evidente, a tenor de todo lo explicado en estos párrafos, que cualquier intento de generalización es absolutamente inviable. Por tanto, los resultados aquí vertidos deben tenerse en cuenta desde una óptica puramente orientativa, si bien la naturaleza homogénea de algunos de los materiales analizados (caso

de las resinas o de un mismo tipo de ánfora) pudiera evidenciar, al menos momentáneamente, unos presupuestos extrapolables. Este extremo pretende matizarse a través de un futuro trabajo de análisis completo, que permitirá concretar los resultados provisionales aquí apuntados.

Los diversos sistemas de análisis empleados, caracterizados por su ambigüedad deben ser contrastados, cruzando la información obtenida con cada procedimiento. De esta forma, aseguramos unos resultados concretos, que permiten distinguir los rasgos principales de la información accesoria. En una comparación de este tipo conviene tener muy presente el origen de las distintas muestras, ya que el proceso de adaptación al medio en el que se han conservado difiere sustancialmente de unas casos a otros. Así, no parece adecuado realizar cruces de información entre ánforas procedentes de yacimientos terrestres y ánforas procedentes de pecios (como es nuestro caso), ya que el largo proceso de inmersión en una solución salina (agua de mar) "contamina" el equilibrio químico y mineralógico original de la cerámica y de la pez, desvirtuando la información obtenida.

Respecto a la efectividad de los distintos sistemas de análisis, en el caso de la materia cerámica, el método que parece proporcionar mayor información útil para el arqueólogo, es el de descripción de la matriz de pasta mediante microscopía óptica y microfotografía. El conjunto de imágenes microscópicas permite agrupar las muestras estudiadas según sus diferentes texturas, en función del tamaño de los granos minerales o la propia composición de los mismos. Igualmente, es factible realizar agrupaciones distinguiendo las matrices preferentemente arcillosas (silicatadas) de las calcáreas (carbonatadas). Sin embargo, la aplicación de otras técnicas, como la difracción de Rayos X, pone de manifiesto ciertas deficiencias. Así, un análisis efectuado sobre ánforas de idéntica procedencia, empleando este mismo sistema, arroja resultados algo divergentes de la característica principal. Este hecho puede deberse a los distintos tratamientos que el objeto recibe, tanto durante el proceso de moldeado (diferente arcilla, diferente manufactura de pasta...) como durante la fase de cocción.

Sin embargo, la caracterización de elementos traza aporta unos datos concretos cuya especificidad pudiera tener gran validez para establecer el origen geoquímico de un conjunto de material anfórico. Este es el caso de la aparición de microfósiles entre los componentes mineralógicos de la pasta, especialmente interesantes si se lograra identificar el fósil y se pudiera confirmar su vinculación a un sustrato litológico concreto, identificándolo así como punto de origen.

Similar procedimiento se emplea en el tratamiento de los resultados obtenidos mediante el análisis químico por espectrometría, proceso mediante el cual es posible definir la presencia de un elemento poco habitual, hecho que permite caracterizar un tipo de arcillas y, por tanto, quizá una zona geográfica concreta.

Por su parte, en el caso de los análisis de pez, el método desarrollado

posibilita la identificación del producto original empleado (la resina), identificación que se vería enormemente facilitada si se dispusiera de una amplia base de datos que almacenara los resultados obtenidos en la realización de numerosos análisis. Por otra parte, la cromatografía de gases no parece ser especialmente resolutoria para establecer la antigüedad de la muestra conservada, ya que la presencia de los componentes naturales permanece invariable con independencia del tiempo transcurrido. Este factor sólo podría observarse (de forma completamente relativa) por el diferente grado de "oxidación" de la pez que recubre el interior del ánfora.

Conviene ampliar este trabajo con la incorporación de nuevas técnicas de análisis que, en nuestro caso, no ha sido posible desarrollar completamente, por el momento. Entre ellas debemos destacar para el estudio de la pasta, procedimientos como la catodoluminiscencia (Müller, Chapoulie y Schvoerer, 1986), el análisis por activación neutrónica (VV.AA., 1981) o la granulometría (VV.AA., 1990, 57 y ss.). Las dos primeras son especialmente interesantes para la definición de elementos químicos; la última técnica, útil para el estudio de desgrasantes y componentes minerales de la arcilla, presenta el inconveniente de ser excesivamente destructiva, ya que precisa al menos 50 grs. de muestra. Por su parte, el estudio de la pez podría completarse mediante el análisis de espectrofotometría infrarroja o la cromatografía en capa fina (Celades, Pascual y Villate, 1983, 173). La primera técnica no parece susceptible de arrojar una información excesivamente interesante. No así la cromatografía en capa fina, que permitiría una más completa separación de sustancias, lo que puede resultar muy útil en la definición de elementos tan difíciles de determinar como los aminoácidos.

Precisamente, una de las posibilidades hacia las que debemos orientar nuestras investigaciones, en el estudio de la pez sobre envases salarios, es la de determinar cuáles son las trazas que el transporte de dichos productos orgánicos deja "impreso" en esta sustancia. En el caso del vino contamos con la aparición de ácido tartárico (Condamin y Formenti, 1976, 153; Formenti, Hesnard y Tchernia, 1978), mientras que en el caso del aceite, se conoce la existencia de ácido palmítico y linoléico (Condamin y Formenti, 1976, 144). Pero ¿y en el caso de las salazones?. Quizá la búsqueda deba centrarse en localizar la presencia de aminoácidos, derivados de un contenido de origen animal (caso de las salsas de pescado o *salsamenta*). La principal dificultad que se debe superar para lograr dicho objetivo estriba en lograr la individualización neta entre las proteínas y los ácidos resínicos, ya que sometidos a un espectrómetro de masas, sus respuestas se superponen, impidiendo una lectura final clara; además cada tipo de pescado puede proporcionar un tipo de aminoácido diferente, en cuyo caso se hace necesario un paciente estudio de identificación y clasificación de los mismos.

A esta dificultad habría que añadir la derivada del medio de conservación, especialmente en el caso de ánforas procedentes del mar, cuya problemática ya ha sido mencionada.

La búsqueda de un sistema de análisis idóneo constituye uno de los núcleos básicos de nuestra colaboración con destacados especialistas, como F. Formenti (ICPI, Lyon), dentro del cuadro de una investigación co-dirigida por M. Bendala (UAM, Madrid) y F. Laubenheimer (CNRS, París).

BIBLIOGRAFIA

- AMORES, F. (1978): "Una nueva factoría romana de salazones en (Cádiz)". *Habis*, 9; pp. 441-453; Sevilla. Amores, 1978.
- ANDRE, J. (1964): "La Résine et la poix dans l'antiquité". *Antiquité Classique*, 3; pp. 86-95; Bruxelles.
- ANDRE, P. (1992): "Un atelier de salaisons chez les Vénètes d'Armorique". *Revue des Etudes Anciennes*, 94; pp. 41-47. Bourdeaux.
- BACCI, G.M. (1982): "Antico stabilimento per la pesca e la lavorazione del Tonno presso Portopalo". *Kokalos*, 28; pp. 345-349; Roma.
- BALTAZAR, L.F. (1983): "Indústrias romana de salga em Portugal" *Al-madam*, 1; Almada.
- BATEMAN, N. Y LOCKER, A. (1982): "The sauce of the Thames". *London Archaeologist*, 4. London.
- BEBKO, W. (1971): "Les épaves antiques du Sud de la Corse" *Corsica*, 1-3; pp. 1-53; Bastia (Corse).
- BELTRAN, M. (1977): "Problemas de la morfología y del concepto histórico-geográfico que recubre la noción tipo. Aportación a la tipología de las ánforas béticas". *Méthodes classiques et méthodes formelles...*(C.E.F.R., 10); pp. 97-131; Roma.
- BENOIT, F. (1962): "Nouvelles épaves de Provence III" *Gallia*, 20; pp. 147-176; Paris.
- BERNAS, B. (1968): "A new method for descomposition and comprehensive analysis of silicates by A.A. Spectrometry". *Analytical Chemical*, 40-11; pp. 1682-1686, London.
- BESNIER, M. (1969): Voces: "Salgama" (p. 1014), "Salsamentum" (p. 1022-1025), en Vol. IV/2. En Daremberg, CH. y Saglio, E.: *Dictio. des Antiquités Grécques et Romaines*. Graz.
- BOLENS-HALIMI, L. (1991): "Le garum en al-Andalus, un feu trouvé au fond des mers". *Gerion, Anejos III. Alimenta (Homenaje a M. Ponsich)*; pp. 355-370; Madrid.
- BRINDLEY, G.W. Y BROWN, G. (Eds.). (1984): *Crystal structures of clay minerals and their X-Ray identification*. (Mineral. Soc. London). London.
- CARA, L.; CARA, J. Y RGUEZ, J.M³. (1987): "Las Cuevas de la Reserva (Roquetas) y otras factorías pesqueras de época romana en la provincia de Almería". *Congr.Int.Estrecho de Gibraltar.*; pp. 919-934; Ceuta. (Asimismo publicado en *Bol. Inst. Est. Almerienses*, 8, de 1989; pp. 53-72; Almería).
- CARRO, X. (1991): "Adro Vello (S. Vincenzo do Grove, Pontevedra)". *Arqueoloxía. Informes*, 2. La Coruña.
- CARTER, G.F. (Ed.), (1978): *Archaeological Chemistry. A Symposium (II)*. Washington.
- CELADES, R.; PASCUAL, R. y VILLATE, E. (1983): "Estudio analítico de los revestimientos orgánicos aparecidos en el interior de las ánforas". *Informació Arqueològica*, 41;

- p. 169-178; Barcelona.
- COLLS,D; ETIENNE,R.; LIOU,B. Y MAYET,F. (1977): "L'épave Port-Vendres II et le commerce de la Bétique à l'époque de Claude". *Archeonautica*, 1, Paris.
- CONDAMIN,J. y FORMENTI,F.(1976): "Recherche de traces d'huile d'olive et de vin dans les amphores". *Figlina*, 1; pp. 143-158. Lyon.
- CONTA,G.D. (1972): "Note sulle peschiere maritime nel mondo romano". En Schmiedt,G.: *Il livello Antico del Mar Tirreno. Testimonianze dei resti archaeologici*. Firenze.
- CORCORAN,T.H.(1963): "Roman fish sauces". *Classical Journal*,58; pp. 204-209; Ohio.
- CURTIS,R.I.(1978): *The production and commerce of fish sauce in the western roman empire. A social and economic study*. Ann Arbor.
- CURTIS,R.I.(1988): "Spanish trade in salted fish products in the 1st and 2nd centuries AD.". *Int. Journal of Nautical Archaeology*, 17-3; pp.205-210; London.
- CURTIS,R.I. (1991): *Garum and salsamenta. Production and commerce in materia medica*. Leiden.
- DAVARAS,C. (1974): "Rock-cut fish tanks in Eastern Crete". *Annual British School Athens*, 69; pp.87-93; London.
- DE FRANCISCO,J. (1989): "El sector pesquero en Lusitania". En *Conquista y romanización de Lusitania*. pp.261-295; Salamanca.
- DEL AMO,M. (1976): "Restos materiales de la población romana de Onuba (I.: Dos factorías romanas de salazón)". *Huelva Arqueológica*, II; pp.23-80; Huelva.
- EDMONDSON,J.C. (1987): *Two industries in Roman Lusitania. Mining and Garum Production*. (B.A.R. Int.Ser.,362); London. Espec. pp. 100-199 y 273-279.
- EDMONDSON,J.C. (1990): "Le Garum en Lusitanie urbaine et rurale: hiérarchies de demande et de production". En *Les villes de Lusitanie romaine*. pp. 123-147; Paris.
- ESTEVE,E. (1952): "Sanlúcar de Barrameda (Cádiz). Fábrica de salazón romana en La Algaida". *N.Arq.H.*, 1; pp.126-133; Madrid.
- ETIENNE,R. (1970): "A propos du <Garum Sociorum>". *Latomus*, 29; pp. 297-313; Bruxelles.
- FERNÁNDEZ OCHOA,C. Y MARTÍNEZ MAGANTO,J. (e.p.): "Las industrias de salazón en el Norte y N.O. de la Península Ibérica en época romana. Nuevas aportaciones". *Archivo Español de Arqueología*. Madrid.
- FORMENTI,F.S. (1991): "Recherche de résine dans les amphores". *Gallia*, 48; p. 260, Paris.
- FORMENTI, F; HESNARD,A y TCHERNIA,A. (1978): "Une amphore <Lamboglia 2> contenant du vin dans l'épave de la Nadrague de Giens". *Archeonautica*, 2; pp. 95-100, Paris.
- FOUCHER,L. (1970): "Note sur l'industrie et le commerce des salsamenta et du Garum". *93 Congr. Soc. Savantes. Archéologie. (Tours,1968)*; pp. 17-21; Paris.
- GALLIOU,M.P. (1975): "Les industries de salaisons en Armorique romaine". *Caesariodunum*, 10; pp. 141-156. Paris.
- GAMER,G. (1987): "Antike anlagen zur fischverarbeitung in Hispanien und Mauretarien". *Antike Welt*, 18-2; pp. 19-29; Feldmeilen.
- GARCIA BELLIDO,A. (1986): *La España del S. I de nuestra era. (Según P.Mela y C.Plinio)*. Madrid.
- GONZALEZ SERRANO,M^a.P.(1963): "Anforas romanas en las costas de Mallorca". *A.Esp.A.*,36; pp. 207-212; Madrid.
- GRIMAL,P. Y MONOD,Th.(1952): "Sur la véritable nature du <Garum>". *Rev. Études*

- Anciennes*, 54; pp. 27-38; Paris.
- HALEY, E.W. (1990): "The Fish sauce trader L. Iunius Puteolanus". *Zeitschrift Papyr. Epigraphik*, 80; pp. 72-78; Bonn.
- HERNANDEZ, M.^aJ., CAU, M.A. Y ORFILA, M. (1992): "Nuevos datos sobre el poblamiento antiguo de la Isla de Cabrera (Baleares). Una posible factoría de salazones". *Saguntum*, 25; pp. 213-222, Valencia.
- IMMERZEEL, M. (1990): "Profession: negotiator allecarius. Fabrication et commerce de sauce de poissons dans le Nord-Ouest de l'Empire Romain". *Oudheid Kundige Mede Belingen*, 70; pp. 183-190, Leiden.
- JARDIN, C. (1961): "Garum et sauces de poisson de l'antiquité". *R.St.Liguri*, 17; pp. 70-96; Bordighera.
- JIMENEZ CISNEROS, M. (1958): "Beobachtungen in einem römischen Töpferbezirk bei Puerto Real, Prov. Cádiz". *Germania*, 36; pp. 469-475; Berlin.
- JONGKEES, J.H. (1955): "L'enduit intérieur des amphores romaines". *Gallia*, 13; pp. 256-257; Paris.
- JOZSA, S. y SZAKMANY, G. (1987): "Petrology". En Bezeczky, T.: *Roman amphorae from the Amber Route in Western Panonia*. (B.A., R. Int. Ser., 386); pp. 103-104; London.
- KERR, P.K. (1972): *Mineralogía óptica*. Madrid.
- LEVEY, M. (Ed.) (1967): *Archaeological Chemistry. A Symposium*. Philadelphia.
- LIOU, B. (1990): "Le commerce de la Bétique au I^{er} siècle de notre ère. Notes sur l'épave Lavezzi 1 (Bonifacio, Corse du Sud)". *Archaeonautica*, 10; pp. 125-156, Paris.
- LIOU, B. y DOMERGUE, C. (1990): "Le commerce de la Bétique au I^{er} siècle de notre ère. L'épave Sud-Lavezzi 2 (Bonifacio, Corse du Sud)". *Archaeonautica*, 10; pp. 11-124, Paris.
- LOMBA, A.M. (1987): "Contribución al estudio de la industria de salazón de época romana en el N.O. peninsular". *Lucerna (Ser. II)*, 2. Oporto.
- LOZANO, R.D. (1978): *El color y su medición*. Buenos Aires.
- MANNONI, T. (1984): "Analyses cristallographiques". En Hackens, T. y Schvoerer, M.: *Datation-Characterisation des céramiques anciennes*. (PACT, 10). pp. 235-246, Paris.
- MARTIN, G. (1970): "Las pesquerías romanas de la costa de Alicante". *Trabajos de Arq. dedicados a D. Pío Beltrán*. pp. 139-153; Valencia.
- MARTIN-KILCHER, S. (1990): "Fischsauce und fischkonserven aus dem römische Gallien". *Archäologie der Schweiz*, 13-1; pp. 37-44; Liestal.
- MARTINEZ MAGANTO, J. et alii. (1989): "Arqueología submarina en Francia. Trabajos en la Côte Vermeille". *Rev. Arqueología*, 103; pp. 44-54; Madrid.
- MARTINEZ MAGANTO, J. (1992): "Las salazones romanas. Aportes historiográficos de interés en Arqueozoología". *Archeofauna*, 1; pp. 73-81, Madrid.
- MARTINEZ MAGANTO, J. (1993): *El yacimiento submarino de <Pecio Gandolfo>. Producción y comercialización naval de salazones béticas en época altoimperial romana*. (II Vol.). Memoria de Licenciatura inédita (U.A.M.).
- MARTINEZ MAGANTO, J. Y ARNAIZ, E. (1991): "El anfora. Envase comercial por excelencia en el mundo romano." *Rev. Arqueología*, 124; pp. 26-36; Madrid.
- MELLO, E. Y PIZZIGONI, G. (1990): "Resine, peci, bitumi". En Berti, F.: *Fortuna Maris. La nave romana di Commacchio*. Bologna.
- MILNE, G. (Ed.) (1985): *The Port of Roman London*. London.

- MILLS, J.S. Y WHITE, R. (1977): "Natural resins of art and archaeology. Their sources, chemistry, and identification". *Studies in Conservation*, 22-1; pp. 12-31, London.
- MÜLLER, P., CHAPOULIE, R. y SCHVOERER, M. (1986): "Typologie des pâtes céramiques: Potentialités de la cathodoluminescence". *Soc. Fr. Etude Céramique Ant. Gaule*. Toulouse.
- NOLLA, J.M.^a Y NIETO, F.J. (1982): "Una factoria de saló de peix a Roses". *Fonaments*, 3; pp. 187-200; Gerona.
- PARKER, A.J. (1993): *Ancient shipwrecks of the Mediterranean and the Roman Provinces*. (B.A.R. Int. Ser., 580). Oxford.
- PEACOCK, D.P.S. (1970): "The scientific analysis of ancient ceramics: a review". *World Archaeology*, 1-3; pp. 375-389.
- PEACOCK, D.P.S. y TOMBER, R. (1991): "Roman amphora kilns in the sahel of Tunisia: Petrographic investigation of kiln material from a sedimentary environment". En Middleton, A. y Freestone, I. (Eds.): *Recent developments in ceramic petrology*. (*British Mus. Occ. Papers.*, 81); pp. 289-304.; London.
- PEACOCK, D.P.S. y WILLIAMS, D.F. (1986): *Amphorae and the Roman economy. An introductory guide*. London y N. York.
- PEIXOTO, J.M. (1990): "Determinação da proveniência de ânforas mediante a análise química da cerâmica". *Anforas Lusitanas. Tipologia, Produção, Comércio*. (Conimbriga, 1988); pp. 273-291; Paris.
- PEMAN, C. (1959): "Alfareros y embarcaderos romanos en la provincia de Cádiz" *A.Esp.A.*, 32; pp. 169-173; Madrid.
- PINTO, A.V. y CARDOSO, J.L. (1990): "Estudos sobre pastas de ânforas de fornos do Vale do Tejo e do Vale do Sado: Análises macro e microscópicas". *Anforas Lusitanas. Tipologia, Produção, Comércio*. (Conimbriga, 1988); pp. 267-271; Paris.
- PONSICH, M. (1976): "A propos d'une usine antique de salaisons à Belo". *Mélanges Casa Velázquez*, 12; pp. 69-79; Madrid.
- PONSICH, M. (1988): *Aceite de Oliva y salazones de pescado. Factores geo-económicos de Bética y Tingitania*. Madrid.
- PONSICH, M. (1991): "Prospección arqueológica: metodología para la lectura de un paisaje en la Antigüedad". *1^{as}. Jornadas de H^a del Campo de Gibraltar. Homenaje al Prof. M. Michel Ponsich.*; pp. 15-29; Algeciras.
- PONSICH, M. Y TARRADELL, M. (1965): *Garum et Industries antiquae de salaison dans la Méditerranée Occidentales*. Paris.
- POSAC MON, C. (1971): "La Arqueología en Ceuta entre 1960-1970". *N. Arq. H.*, 15; pp. 227-235; Madrid.
- PURPURA, G. (1982): "Pesca e stabilimenti antichi per la lavorazione del pesce in Sicilia: S.Vito (Trapani, Cala Minola) y Levanzo". *Sicilia Archeologica*, 48; Trapani.
- PURPURA, G. (1988): "Pesca e stabilimenti antichi per la lavorazione del pesce in Sicilia". *2^o Convegno Arch. Subacquea del Mediterraneo (Favignana, 1985)*. Roma.
- RAMOS, A. (1981): "El alfar romano de <El Olivar> (Chipiona-Cádiz). Aportación al estudio de las ánforas béticas de salazones". *Gades*, 7; pp. 5-25; Cádiz.
- RODRIGUEZ GORDILLO, J. y MARIN, N. (1987/88): "Estudio mineralógico de materiales cerámicos encontrados en la villa romana de Loma de ceres. Establecimiento de sus temperaturas de cocción". *Cuad. Prehist. Univ. Granada*, 12/13; pp. 231-235; Granada.
- SANCHEZ, M.^a J.; BLASCO, E Y GUARDIOLA, A. (1989): "Descubrimiento de una factoría bajoimperial de salazón de pescado en Santa Pola (Alicante)". *Saguntum (PLAV)*,

- 22; pp. 413-438; Valencia.
- SANQUER, R. Y GALLIOU, P. (1972): "Garum, sel et salaisons en Armorique gallo-romaine". *Gallia*, 30; pp. 199-223; Paris.
- SHACKLEY, M. (1982): "Gas chromatographic identification of a resinous deposit from a 6th Century storage jar and its possible identification". *Journal Archaeol. Science*, 9; pp. 305-306, London.
- SOTOMAYOR, M. (1971): "Nueva factoría de salazones de pescado en Almuñecar". *N.Arq.H.*, 15; pp. 147-178; Madrid.
- SPERBER, D. (1968): "Some observations of fish and fisheries in Roman Palestine". *Zeitschrift der Deutschen Morgenländischen Gesellschaft*, 118; Wiesbaden.
- TAILLEZ, Ph. (1961): "Travaux de l'été 1958 sur l'épave du <Titan> à l'île du Levant (Toulon)". *II Cong. Int. Archeol. Sous-marine (Albenga, 1958)*. pp. 174-198, Bordighera.
- TAVARES, A.F. (1990): "Composição mineralógica de ânforas do Vale do Sado". *Anforas Lusitanas. Tipologia, Produção, Comércio. (Conimbriga, 1988)*; pp. 259-266; Paris.
- TAVARES, C.; COELHO, A. Y SOARES, J. (1986): "Fábrica de Salga de época Romana de Travessa de Frei Gaspar (Setúbal)". *I Encontro Nac.de Arqueologia Urbana (Lisboa, 1985)*. pp. 155-160; Lisboa.
- TAVARES, C. Y SOARES, J. (1986): *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa.
- TITE, M.S. (1972): *Methods of Physical examination in Archaeology*. London y N. York.
- TOBIE, J.-L. Y CHANSAC, M. (1989): "Découvert d'une épitaphie du début de l'Empire Romain sur le site d'une usine de salaisons à Guéthary, Pyrénées-Atlantiques". *Bull. Musée Basque (Nº Extra)*. Bayonne.
- VILLAVERDE, N. Y LOPEZ PARDO, F.: "Una nueva factoría de salazones en *Septem Fratres*. El origen de la localidad y la problemática de la industria de salazones en el Estrecho durante el Bajo Imperio" (en prensa).
- WARREN, S.E. (1984): "Spectroscopie par absorption atomique". *Datation-Characterisation des céramiques anciennes (PACT, 10)*. pp. 235-246, Paris.
- WHITBREAD, I.K. (1986): "The application of ceramic petrology to the study of Ancient Greek amphorae". *Recherches sur les amphores grecques (Bull. Correspondance Hellénique, Suppl. XIII)*; pp. 95-101; Paris.
- WILLARD, H.H., MERRITT, L.L. Y DEAN, J.A. (1971): "Cromatografía de Gas". *Métodos instrumentales de análisis*. Madrid.
- WILLIAMS, D.F. (1980): "The Petrology of certain byzantine amphorae: some suggestions as to origins". *Actes Colloque Ceramique Antique, Doss. I*; pp. 99-109, Carthage.
- VV.AA. (1981): *Analyse par activation neutronique d'amphore gallo-romaines. Mise en évidence d'exportations aux frontières de l'empire. (Revue d'Archeometrie; Actes XX Symposium Int. d'Archéométrie, 1980)*. Paris.
- VV.AA. (1990): *Les mystères de l'archéologie. Les sciences à la recherche du passé*. Lyon.

Est. I

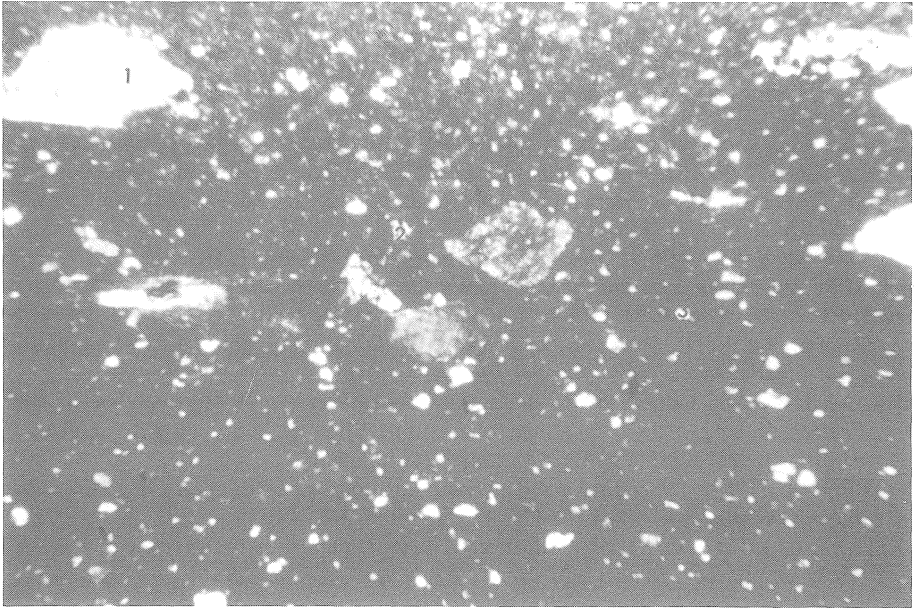


Fig. 1 — Fotografía de “lámina delgada” de una muestra cerámica de Beltrán I. Sobre una base de arcilla carbonatada, se pueden observar grandes cristales de Feldespato (1) y Biotita alterada (2). Asimismo, se constata la presencia de Chamota (cerámica reutilizada) como desgrasante (3). Escala de la diapositiva 1:0'001 cm.

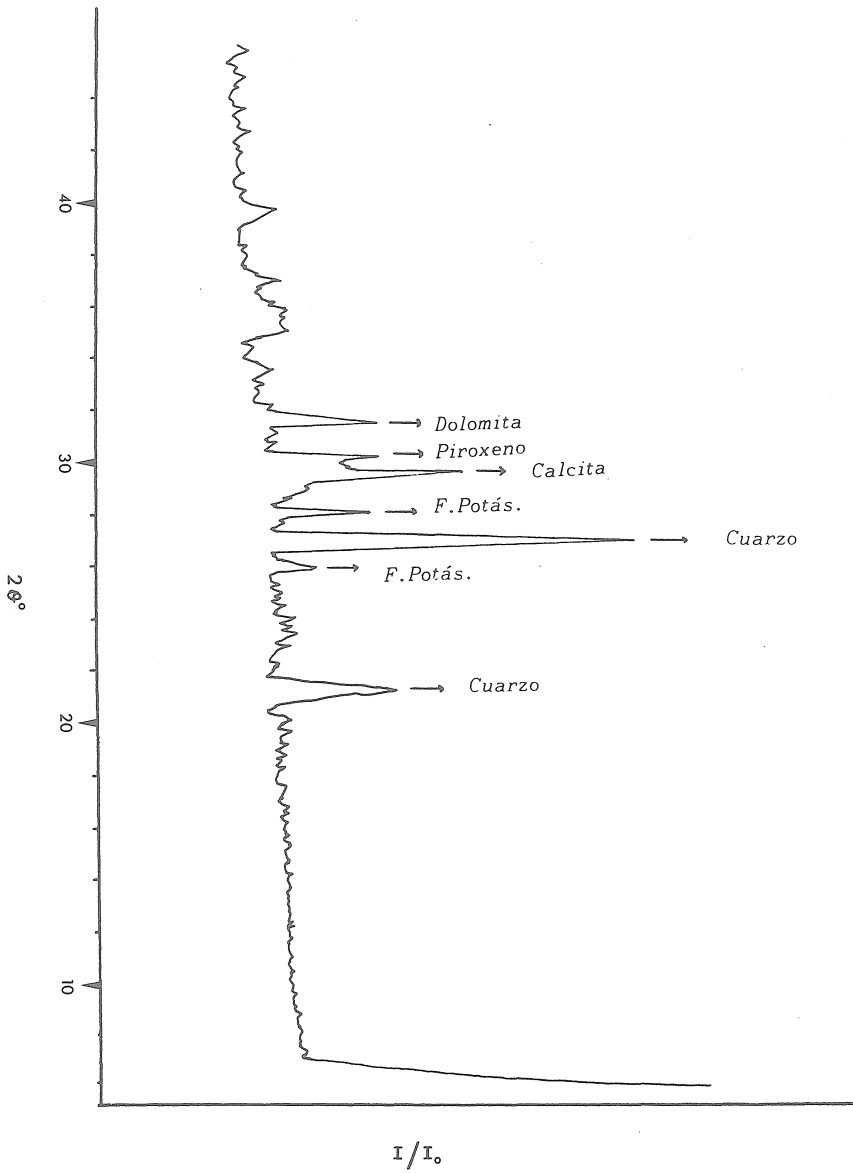


Fig. 2 — Gráfica tipo obtenida mediante difracción de Rayos X.

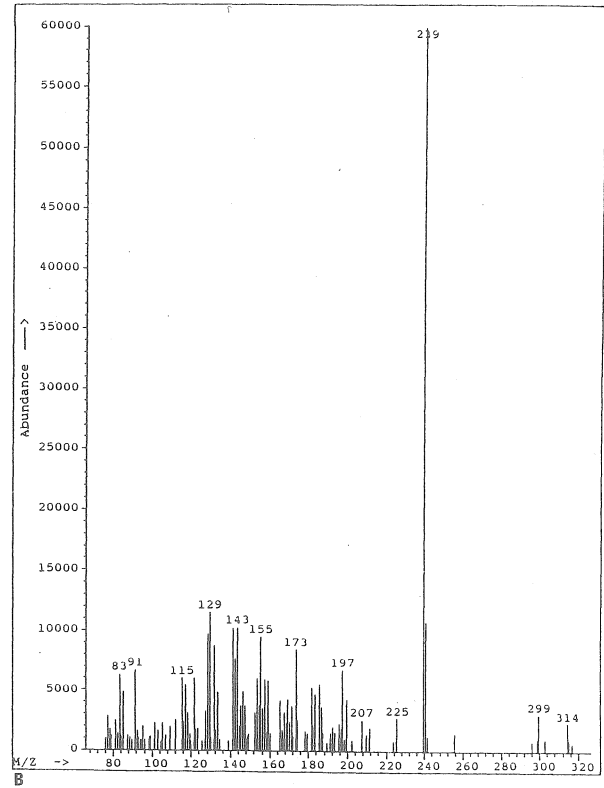
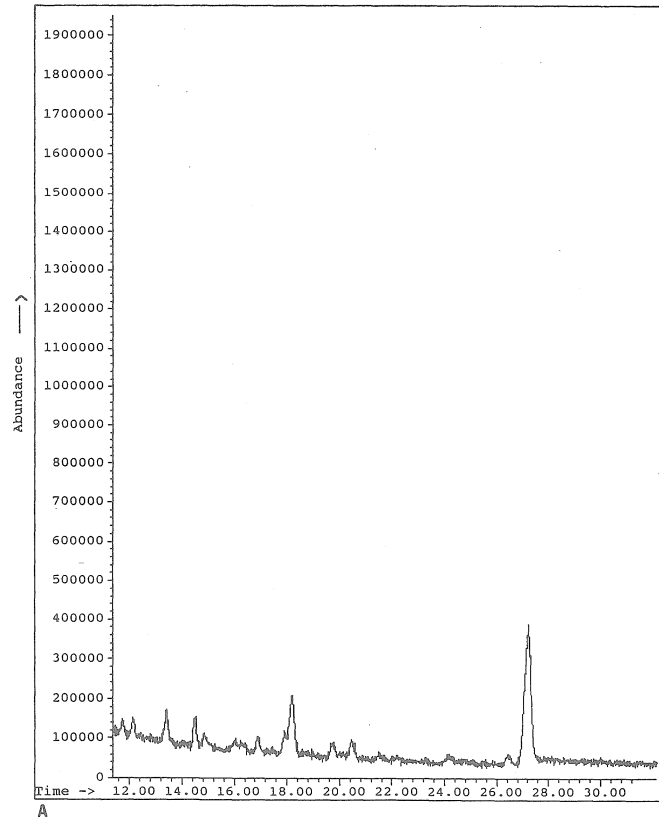


Fig. 3 — Fotografía de “lámina delgada” sobre una muestra de Beltrán II. La presencia de Feldespato seritizado (1) y Cuarzo (2) se completa con la aparición de algunos microfósiles (señalados con una flecha negra).

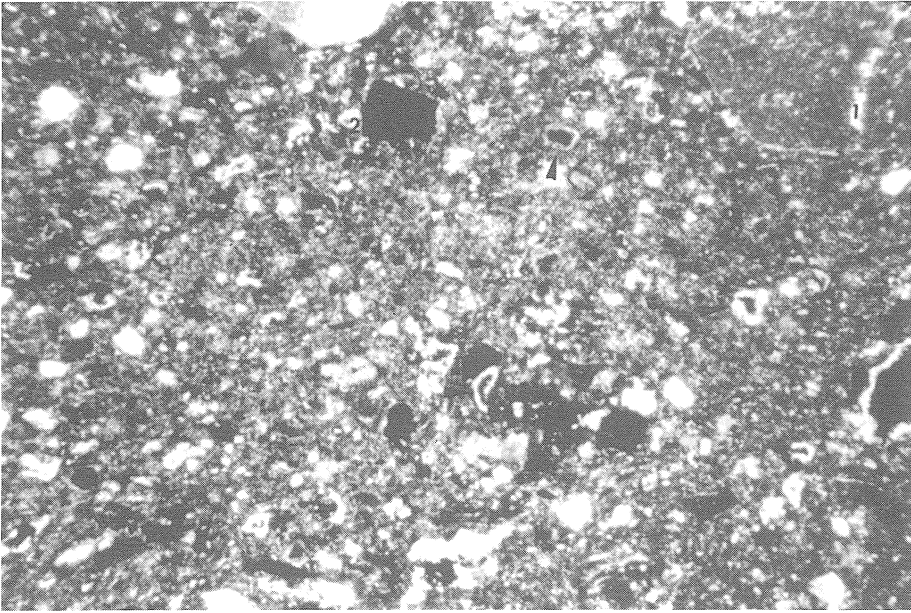


Fig. 4 — Gráficas obtenidas mediante cromatografía de gases, de una muestra de pez obtenida de una Beltrán II A. Escala de la diapositiva 1:0'001 cm.

UNA FÁBRICA IMPORTADA DE CERÁMICA TARDORROMANA DE COCINA¹

por

Miguel Angel Cau Ontiveros*

Resumen: El estudio arqueológico y la caracterización arqueométrica de las cerámicas tardorromanas de cocina de la villa romana de Sa Mesquida (Calviá, Mallorca) ha permitido caracterizar diversas fábricas. Es objeto de esta comunicación incidir en algunos aspectos de la que hemos denominado fábrica 3.1. Se exponen los resultados del análisis petrográfico, así como algunos datos cronológicos y contextuales. El estudio arqueométrico ha demostrado que la gran mayoría de fábricas caracterizadas en el conjunto son claramente importadas. Tradicionalmente han sido consideradas como locales con el único presunto argumento de su factura tosca.

Palabras-clave: Arqueometria. Cerámicas tardorromanas. Importaciones.

1. INTRODUCCION

El estudio y caracterización arqueométrica de las cerámicas tardorromanas de cocina procedentes de la villa romana de Sa Mesquida ha permitido reconocer diversas fábricas². Entre éstas se identificaron varias que habían sido ya descritas por Fulford y Peacock (1984) en Cartago. Nuestra intención es, ahora, incidir en algunos aspectos de la fábrica 3.1, que puede ser asimilada a la fábrica 1.2 de Fulford y Peacock, gracias al estudio petrográfico.

¹ Este trabajo se incluye en el proyecto *Caracterización Física, Química y Mineralógica de Cerámica Romana* (PB89-0248), financiado por la Dirección General de Investigación Científica y Técnica, Ministerio de Educación y Ciencia. Nuestra labor ha podido realizarse gracias a una beca del programa de Formació d'Investigadors de la Direcció General d'Universitats de la Generalitat de Catalunya.

* Equip de Recerca Arqueomètrica de la Universitat de Barcelona (E.R.A.U.B.), Dpt. de Prehistòria, H. Antiga i Arqueologia, Facultat de Geografia i Història, c/ Baldiri Reixac s/n, 08028 Barcelona.

² El concepto de fábrica se utiliza, siguiendo a I.K. Whitbread (1986: 79; 1989: 127), referido a la distribución, tamaño, frecuencia y composición de los componentes de una pasta cerámica.

El yacimiento de Sa Mesquida está situado al oeste de la isla de Mallorca en la localidad de Santa Ponça (Calvià). La excavación consta actualmente de dos sectores. En el primero se encuentran una serie de habitaciones articuladas alrededor de un espacio descubierto en el que se halla un pozo. Un depósito y algunas otras estructuras completan los vestigios visibles. En el segundo sector se excavó una cisterna utilizada como escombrera. Del interior, se recuperaron gran cantidad de cerámicas tardorromanas entre las que destacaban cerámicas finas (T.S.A.D, DS.P., L.R.C), ánforas, cerámica común y un importante lote de cerámicas de cocina modeladas probablemente a mano o a torneta. El estudio preliminar de las cerámicas finas (Orfila, 1988, 1989) parecía revelar una cronología de primera mitad del siglo V. Sin embargo, la presencia de algunas formas más tardías como la Hayes 99 y 105 obligan a replantearse esa aproximación cronológica primera (Orfila & Cau, en prensa) y pone de manifiesto que no se trata de un conjunto tan homogéneo como se creía en un principio. Es cierto que existe un mayor volumen de materiales fechables dentro de la primera mitad del siglo V -que puede constituir la parte más importante de la escombrera-, pero al menos algún estrato superior presenta una cronología que debe alargarse hasta finales del siglo VI inicios del VII. Sin embargo, no podemos pasar de una interpretación basada en hipótesis pues, debido a las propias circunstancias de la excavación, no pudo obtenerse una secuencia estratigráfica. No existen, por tanto, garantías cronológicas con respecto al material de cocina.

Tras el estudio de las cerámicas finas abordamos el de las cerámicas de cocina modeladas a mano o a torneta. Del estudio arqueométrico de estas cerámicas cabe destacar que, sobre un total de 348 individuos, aproximadamente el 96% del material es incompatible con la geología de Mallorca, y únicamente dos fábricas de entre las catorce que hemos identificado presentan cierta compatibilidad litológica con la isla, lo que constituye un 4% de material susceptible de ser local. Así una vez estudiadas arqueométricamente, estas cerámicas -que tradicionalmente se habían considerado como locales dada su factura tosca- resultan ser mayoritariamente importadas en este conjunto (Cau, 1993).

2. METODOLOGIA Y RESULTADOS

La metodología que utilizamos para el estudio de las cerámicas tardorromanas de cocina conjuga la caracterización arqueométrica y el estudio arqueológico, con el objetivo de identificar cada una de las fábricas determinando sus composiciones y procesos tecnológicos y de realizar un estudio pormenorizado de las características tipológicas, cronológicas y contextuales de cada fábrica.

2.1. La observación macroscópica

En Arqueología, la observación macroscópica de pastas y tratamientos de superficie se ha utilizado para determinar la procedencia a pesar de que no es en modo alguno un método adecuado para este fin. Si como sabemos el aspecto final de una pieza depende entre otros factores de la composición química y mineralógica inicial y del proceso tecnológico, especialmente de la granulometría y del ambiente y la temperatura de cocción, no es posible aceptar la observación macroscópica como un método directo y definitivo de clasificación y menos como método para determinar procedencias. En este sentido hay que recordar que dos piezas con una misma composición química y mineralógica inicial pueden tener un aspecto final diferenciado (distintas coloraciones, por ejemplo) por haberse cocido en ambientes diferentes o por haber soportado diferentes temperaturas de cocción. No podemos olvidar tampoco que las alteraciones y/o contaminaciones producidas por uso o deposición de la pieza pueden modificar su aspecto macroscópico (Buxeda et alii, 1991).

Sin embargo, la tarea descriptiva debe realizarse tratando de aproximarse a la forma más objetiva posible. Para conseguir esta máxima objetividad hemos realizado las descripciones a partir de unos criterios de clasificación preestablecidos que se aplican por igual a cada uno de los individuos y bajo unas mismas condiciones previas de observación (Cau, 1993).

A partir de estos criterios pueden extraerse una serie de variables nominales susceptibles de ser tratadas matemáticamente (Buxeda et alii, 1991). El diseño del experimento estadístico está encaminado a contrastar la validez de la observación macroscópica como método de clasificación de las cerámicas.

2.2. Estudio petrográfico³

Se ha procedido a la preparación de láminas delgadas rebajando un taco de cerámica hasta alcanzar un espesor aproximado de 30 μm , en el que el cuarzo presenta un color de interferencia gris-blanco de primer orden. Las observaciones se han realizado mediante microscopía óptica de polarización por luz transmitida. El microscopio utilizado ha sido un Olympus BH-2 que nos ha permitido trabajar entre 50 y 400 aumentos con sistema microfotográfico PM-6 de Olympus.

Sobre un total de 348 individuos estudiados pueden adscribirse a la que hemos denominado fábrica 3.1 29 individuos. La mineralogía distintiva y las

³ Sobre el método existe abundante bibliografía, un primer acercamiento puede conseguirse con las ya clásicas obras de L. Courtois (1976) y J. C. Echallier (1983), por ejemplo.

características de esta fábrica dejan pocas dudas sobre la validez de esta agrupación. Han sido atribuidos a esta fábrica por

Lámina delgada: 7 individuos (MC 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28)

Binocular: 22 individuos (MC 25, 102, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 193, 196, 303, 336)

Total: 29 individuos

Fábrica 3.1 (Material volcánico)

Muestras: MC-21, 22, 23, 24, 26, 27, 28

Caracterizada por presentar abundantes cristales de cuarzo alotriomorfos, algunos corroídos, angulosos y subangulosos de granulometría fina (0.1 mm) hasta gruesa (1.25 mm), asociado a minerales y fragmentos de roca de origen volcánico. Predominan los fenocristales idiomorfos de plagioclasa maclada y zonada (0.5 - 1.5 mm). La biotita aparece tanto en fenocristales (0.5 - 1 mm) como en pequeñas secciones dispersas en la matriz. Algo de feldespato alcalino (sanidina) está también presente. Como accesorios han sido observados algunos cristales de apatito, algún esferulito de feldespato alcalino y cuarzo, y algunos cristales de circón. Este último normalmente como inclusión en biotita creando la característica aureola metamítica. En cuanto a los fragmentos de roca se han podido observar algunos fragmentos con textura porfídica y también con textura afanítica con signos de desvitrificación, así como alguno de textura perlítica. La paragénesis presente y la observación de la textura y composición de los fragmentos de roca apuntan hacia rocas volcánicas de la serie calcoalcalina del grupo riolitoide-dacitoide (Lámina 2, fotos 3 y 4). Sin embargo, se requiere un mayor trabajo analítico para poder especificar algunas cuestiones composicionales.

El análisis de agrupamiento, efectuado a partir de las variables nominales extraídas de los criterios de clasificación macroscópica utilizados para describir nuestro conjunto, no puso de manifiesto la existencia de grupo alguno que pudiera corresponderse macroscópicamente con la que después a resultado ser la fábrica 3.1 del estudio petrográfico (Cau, 1993).

Sin embargo, una vez caracterizadas las distintas fábricas por una vía indirecta como es la arqueometría (Buxeda et alii, 1991), podemos retomar las descripciones macroscópicas de los individuos atribuidos a la fábrica 3.1, observando y valorando el comportamiento y ciertas tendencias de sus características macroscópicas. Así, si retomamos las descripciones macroscópicas efectuadas a partir de la aplicación de los criterios de clasificación sobre los individuos atribuidos a la fábrica 3.1 por microscopía petrográfica o por lupa binocular podemos proponer la siguiente descripción macroscópica:

Propuesta de descripción: El color de las superficies varía bastante, predominando el marrón interno y el gris-negro externo, y el marrón y gris-negro tanto al interior como al exterior. Están espatuladas, y se pueden observar, en ellas, partículas doradas finas y medias, y plateadas finas o finas y medias. La pasta es mayoritariamente marrón y gris-negra (18 individuos), con fractura rugosa en 15 individuos y escalonada en 3, y con poros y vacuolas o poros, vacuolas y aberturas. No presenta improntas vegetales. Las inclusiones blancas son abundantes, siendo las asociaciones más representadas las de granulometría fina, media, gruesa y muy gruesa, y finas, medias y gruesas. Las inclusiones rojas presentan una gran variabilidad, destaca la asociación de finas y medias, pero pueden no aparecer o hacerlo en otra granulometría. Presencia de partículas oscuras, también de granulometría muy variable, destacando la asociación de medias, gruesas y muy gruesas. Las inclusiones plateadas son finas o finas y medias, y las doradas o no están presentes o son de granulometría fina (Lámina 1, fotos 1 y 2).

Claves: Pasta marrón y gris-negra con partículas oscuras. Destacan las superficies espatuladas de color marrón que varía en sus tonalidades, normalmente ennegrecidas al exterior.

Así, consideramos que la caracterización macroscópica puede ser útil y puede aproximarnos, en determinados casos, a las distintas fábricas dándonos algunos indicios o características distintivas de las mismas, pero siempre como paso posterior a la caracterización arqueométrica, no como paso previo o único.

Las características macroscópicas y la descripción microscópica de la fábrica 3.1 permiten asimilarla a la 1.2 descrita por D.P.S. Peacock en Cartago, gracias a que en ambos casos contamos con estudios petrográficos que pueden ser comparados.

La paragénesis le sugiere a D.P.S. Peacock un origen en alguna zona de Cerdeña o en terrenos volcánicos de Italia o en las islas Eolias posiblemente en Lípári (Fulford & Peacock, 1984: 10). Los afloramientos volcánicos susceptibles de ser áreas fuente más importantes se encuentran en efecto en la zona oeste de Cerdeña, en Lípári y en la Península Itálica. Sin embargo, es justo señalar que otros pequeños afloramientos se hallan diseminados por la cuenca mediterránea. En la Península Ibérica destacan, esencialmente, las formaciones de la franja costera que se extiende desde el Cabo de Gata hasta Carboneras (Almería) y otros afloramientos menores que se suceden en la costa mediterránea, algunos próximos a la ciudad de Cartagena.

Hemos visto pues como, gracias a los estudios petrográficos, la fábrica 1.2 de Fulford y Peacock y nuestra fábrica 3.1 pueden ser asimiladas. Así, las

evidencias de la Misión Británica en Cartago se constituyen en punto de referencia obligado para nuestro estudio.

Para M. Fulford, la forma Fulford 8 (asimilable a nuestra forma 1) está bien establecida hacia el 525, con un inicio hacia el 475-500. El porcentaje más alto se halla hacia el 550, produciéndose un descenso hacia el 575-600 y está ausente del islote de l'Aumiraté en grupos del siglo VII sin contaminar. En general, para la fábrica 1.2 se propone una datación entre el 475-500 y el 575-600 (Fulford & Peacock, 1984:161).

La mayor presencia de esta fábrica está documentada en la secuencia A, muralla y zona sur de la misma. El porcentaje más alto (15.4%) se halla en el grupo A:5.2., asociado a ARS formas Fulford 50, 64 (H.103), 65 (H.104), 58 (H.99) y en la que la moneda más tardía se data hacia 527-565 (Fulford & Peacock, 1984: 26). Le sigue el grupo A: 8.3., en el que la cerámica de la fábrica 1.2 representa un 12.5%, asociada a ARS formas Fulford 62 (H.101), 64 (H.103), 65 (H.104), 66 (H.105), 67 y 68 (H.106), 69 (H.107), y en el que la moneda más tardía proporciona una fecha 602-611 (Fulford & Peacock, 1984: 41). Hasta aquí lo que han sido consideradas como las evidencias más firmes de Cartago por los que han estudiado el material.

Sin embargo, una revisión detallada de los materiales publicados por la Misión Británica puede mostrarnos algunos datos más sobre esta fábrica, en especial en relación a su cronología inicial. Fulford señala que, en contextos datados entre el 375-400 y el 425-450, "sherds of fabrics 2, 3, 6-7, are also presents" (Fulford & Peacock, 1984: 258). Esta presencia viene determinada por la aparición de fragmentos de esta fábrica en un estrato de la secuencia establecida entre los edificios 1 y 2 del área norte de la muralla (B: 3.2). La datación sugerida para el conjunto cerámico en el que aparecieron esos fragmentos se sitúa entre el 425 y el 450, señalándose que la fecha de deposición debe estar próxima al 450 (Fulford & Peacock, 1984: 32). Esta evidencia es desechada después al estudiar la fábrica 1.2 (Fulford & Peacock, 1984, p. 161).

En Cartago, la forma más representada de esta fábrica es la Fulford 8 (Fulford & Peacock, 1984: 161). Igualmente sucede en el conjunto de Sa Mesquida donde únicamente hemos podido identificar ejemplares atribuibles a la forma Fulford 8, que hemos denominado forma 1 dentro de nuestra fábrica 3.1.

2.3. Análisis químico

Basado en el postulado de proveniencia (Weigand, Harbottle & Sayre, 1977), es un método que ha sido ya descrito en numerosas ocasiones.

Este método presenta algunos problemas si se tratan materiales de

granulometría gruesa pues pueden producirse problemas de heterogeneidad en las muestras. En nuestro caso con el objeto de minimizar al máximo este problema se utilizaron un mínimo de 25 gramos de muestra seleccionados siempre de la misma zona en todas las piezas. Las muestras fueron pulidas para desprenderles su capa superficial y pulverizadas con un molino de bolas con celda de carburo de tungsteno Spex Mixer mod. 8000 hasta la granulometría ideal logrando además la homogeneización de la muestra.

El estudio de la composición química se ha realizado mediante fluorescencia de rayos X (FRX), cuantificándose los elementos mayores y menores, expresados en % (Fe_2O_3 , Al_2O_3 , MnO , P_2O_5 , TiO_2 , MgO , CaO , Na_2O , K_2O y SiO_2), y los elementos traza, expresados en partes por millón, ppm (Ba, Rb, Mo, Th, Nb, Pb, Zr, Y, Sr, Sn, Ce, Co, Ga, Va, Zn, W, Cu y Ni). Se ha calculado además la pérdida al fuego (P.A.F.), expresada en %, para cada una de las muestras. Las mediciones de FRX se realizaron mediante la confección de perlas (dilución 1/20) por duplicado para la determinación de los elementos mayores y menores (excepto el Na_2O) y de pastillas para la determinación de los elementos traza y el Na_2O . La preparación de perlas por duplicado obedece a un control de posibles errores analíticos. En este sentido, la contrastación de los resultados de los duplicados permite observar que no existen diferencias significativas, asegurando la correcta homogeneización del polvo.

Para el estudio de la composición química de las cerámicas tardorromana de cocina de Sa Mesquida, fueron analizadas un total de 41 muestras de las que cuatro individuos (MC.21, 23, 26, 27) pertenecen a la fábrica 3.1.

Los resultados fueron tratados estadísticamente mediante diversas rutinas del paquete estadístico integrado BMDP (Dixon, 1983) en un ordenador IBM 3090/600 de la Universitat de Barcelona. Para su análisis los resultados han sido normalizados sin tomar en consideración los resultados de la pérdida al fuego (P.A.F.). Se excluyeron en el tratamiento las muestras M.C.16 y M.C. 19 por su carácter aberrante.

El dendrograma de la figura 1, resultado del análisis de agrupamiento, está realizado sobre los datos estandarizados de Al_2O_3 , TiO_2 , MgO , K_2O , Ba, Nb, Y, Sr, utilizando la distancia euclidiana y el proceso aglomerativo del centroide con la rutina 2M del paquete BMDP. No se han incluido el SiO_2 ni el Zr con el objeto de eliminar problemas de inhomogeneidad producidos por una posible fase arenosa. Las muestras del grupo D corresponden a la fábrica 3.1 que queda claramente agrupada.

Una de las conclusiones que se derivan del estudio del dendrograma es que no podemos escoger una única distancia ultramétrica para interpretar los grupos resultantes del análisis de cluster, ya que los distintos grupos no son igual de homogéneos. Gracias a la complementariedad del estudio petrográfico,

nos es posible interpretar correctamente los datos del análisis químico. De todos modos, en el presente caso, debemos tener en cuenta que el número de muestras es totalmente insuficiente para que los resultados sean significativos y más si tenemos en cuenta que en las 41 muestras se representan diversas fábricas. Sería absurdo, por tanto, intentar definir químicamente la fábrica 3.1, a partir de 4 muestras, de ahí que no expresemos su composición media.

El análisis petrográfico y el análisis químico, son complementarios para el estudio de las cerámicas. El estudio petrográfico ayuda a interpretar los resultados del análisis químico y éste y sus agrupaciones resultantes ayudan a contrastar las fábricas del estudio petrográfico.

2.4. Estudio tipológico, cronológico y contextual

Por lo general, sostenemos que la tipología puede ser engañosa a la hora de clasificar el material. De este modo, proponemos trabajar a partir de fábricas más que a partir de formas, pues éstas pueden repetirse de una a otra fábrica. Sin embargo, la realidad es que los estudios arqueométricos se utilizan muy poco y en consecuencia la mayor parte de los conjuntos cerámicos que podrían servirnos de referencia por cronología y ámbito geográfico-cultural no están caracterizados arqueométricamente y no se conocen, en consecuencia, las fábricas presentes. Ante esta situación, podemos hacer dos cosas. Por un parte, comparar nuestro material con aquellos conjuntos que también cuenten con un estudio arqueométrico (en nuestro caso sólo con la Misión Británica en Cartago). Por otra parte, podemos rastrear las formas representadas en nuestra fábrica 3.1 en otras estratigrafías. Así, debido al papel preponderante de la forma 1 en Sa Mesquida, al igual que sucede con la forma Fulford 8, a la que se asimila, en Cartago, nos limitaremos a buscar nuestra forma 1, entendida como un conjunto de atributos tipológicos, en otros conjuntos. Pero teniendo en cuenta que una similitud o identidad formal no es más que una semejanza en los atributos tipológicos y que, por tanto, no implica necesariamente una identidad de fábricas, ni una sincronía cronológica ni cultural. Vamos a señalar pues los paralelos formales, siguiendo dos premisas:

a) Buscaremos paralelos siguiendo una coherencia geográfico-temporal, es decir, buscaremos nuestra forma 1 entre las estratigrafías tardorromanas del Mediterráneo.

b) Rastreadremos la forma 1 dentro de una misma categoría cerámica, es decir, entre las cerámicas de cocina modeladas a mano o a torno lento.

Otra cuestión diferente será si las similitudes formales que vamos a señalar

con respecto a materiales de otros conjuntos pueden corresponderse o no con una identidad de las fábricas. Este último punto sólo se puede solucionar mediante una vía indirecta como es la Arqueometría. Y por tanto, mientras los demás conjuntos cerámicos no cuenten con caracterización arqueométrica no pueden ser tratados en relación de igualdad con el de Sa Mesquida y el de la Misión Británica en Cartago.

Nuestra forma 1 se asimila a piezas que han recibido, según los investigadores, diferentes denominaciones: Forma Fulford 8, Villedieu Type 37, Reynolds 2.1, CATHMA Type 22, Vila-roma 7.8. Se trata de una cazuela alta, de paredes y fondo convexos, y borde diferenciado de labio engrosado al interior de sección almadrada. Puede presentar mamelones de media luna. Existen diversas variantes señaladas por M. Fulford a partir de los materiales de Cartago. Existen ejemplos con base plana (Vila-roma 7.8 - 7.9, p.ej.), y algunas evidencias de Cartago y de la región de Alicante parecen indicar la existencia de una variante más antigua. En la escombrera de Sa Mesquida pueden atribuirse a esta forma los individuos MC 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 181 (Láminas 3 y 4).

Son diversos los paralelos que podemos hallar para esta forma (Lámina 5):

A - Norte de Africa

En 1976, Hayes, al estudiar la cerámica de la misión americana en Cartago, define una clase de cerámica (*ware*) de cocina tardía a la que denomina *Late Roman Cooking Ware II* (L.R.C.W. II). La descripción macroscópica que nos da Hayes es bastante precisa, y parece haber sido efectuada con lupa binocular:

Ware II

Horizontally burnished gray ware. Gritty, with smooth surfaces; gray, sometimes with a yellowish tint at surface. Fine mixed grits: angular calcite (or feldspar?) inclusions, some biotite, hornblende, haematite (?). (Hayes, 1976:96)

Hayes nos indica además que esta cerámica está representada por una única forma - cuya descripción coincide con la de nuestra forma 1- y propone una datación de finales del siglo s.V y el siglo VI (Hayes, 1976:96). Documentada en los depósitos VII y XV, entre otros.

Para el depósito VII sugiere una datación entre finales del siglo V e inicios del VI, aunque aparecen algunos fragmentos más tardíos y la numismática apunta una fecha terminal algo posterior a la mitad del siglo VI (Hayes, 1976:54), basada en la moneda más tardía que puede datarse entre el 548-565 (*Michigan*

I, 1976:16)⁴. De la cuantificación realizada por J. Riley (1976: tables 5-5a) sobre el material podemos observar que en este grupo se han documentado:

L.R.C.W. - 17 bordes y 36 fragmentos de L.R.C.W. II, asociados a otras cerámicas tardías de cocina como la L.R.C.W. III bien representada (24 bordes y 82 fragmentos) y en menor proporción la L.R.C.W. V (2 bordes y 10 fragmentos). Un fragmento de borde dibujado puede asimilarse a la forma 1=Fulford 8 (Hayes, 1976:42, fig.VII, 61).

A.R.S. - Formas Hayes 12, 26, 61B, 63, 64, 64 ó 80-A, 80, 80/99, 86, 89/90, 91, 93, 94, 96, 96/99, 97, 99 A-B, 99C, 102, 103, 103/104, 103/106, 104A, 106, además de fragmentos de formas cerradas.

En el depósito XV, que ha sido datado hacia finales del siglo V (Hayes, 1976:70), apareció un solo fragmento de L.R.C.W. II, asociado a un mayor porcentaje de L.R.C.W. V (41 individuos) y a A.R.S. formas Hayes 12/102, 24, 59, 59/61, 60, 61A, 63, 64, 67, 80, 86/103, 87, 87/104, 91, 99A (Riley, 1976: tables 12-13).

Un fragmento asimilable a la forma 1 de nuestra fábrica 3.1 puede hallarse en el grupo IV (Hayes, 1976: 52, fig.IV,2). Este fragmento apareció asociado a una base de A.R.S. atribuida a la forma H.91B y a 10 monedas. De éstas, cuatro no han podido ser identificadas, una se trata de un follis de Thessalonica (341-346), otra es un AE3 no atribuido del siglo IV, tres son nummi no atribuidos del siglo V-VI y un AE4 de finales del siglo IV- siglo V no ha podido ser atribuido (Buttrey, 1976).

De la campaña de 1977 efectuada por la Universidad de Michigan pueden extraerse algunos datos más sobre esta cerámica. En el depósito XXI se hallaron seis bordes y seis fragmentos de L.R.C.W. II, asociados entre otros materiales, a numerosas monedas, la más tardía datada entre el 668-673, a cerámicas de cocina, especialmente L.R.C.W. IV (190 individuos) y L.R.C.W. V (80 individuos), y a A.R.S. formas Hayes 99, 101, 105, 107, 109. Un fragmento de borde procede del depósito XX (Hayes 1978: 42) y otro fragmento procede del depósito XXII (Hayes, 1978: 47), si bien ambos conjuntos poco aportan al debate cronológico.

La publicación del material aparecido en las cisternas excavadas en 1977 proporciona nueva información.

En el depósito XXVII, con una datación sugerida de mediados del siglo V, probablemente dentro del tercer cuarto (Riley, 1981:89), apareció únicamente un solo fragmento de L.R.C.W. II. Las formas de A.R.S. asociadas son Hayes

⁴ Para más información sobre esta moneda ver el nº 212 del catálogo numismático (Buttrey, 1976).

26, 67, 76, 80, 81, 85, 91. En cuanto a las comunes asociadas aparecieron 15 individuos de L.R.C.W. 1 y 1 de L.R.C.W. III y V.

El depósito XXVIII (Riley, 1981: 98-101), datado a finales del siglo VI - inicios del VII, presenta las formas de A.R.S. Hayes 26, 61, 90, 93, 94, 99, 101, 104, 105, 106, 107; L.R.C.W. II (5 individuos) y L.R.C.W. V (21), entre otros materiales. El depósito XXIX data como el anterior de finales del s.VI - inicios del VII; se han identificado 29 individuos de L.R.C.W. II, 2 de L.R.C.W. III y se aprecia un fuerte incremento de la L.R.C.W. V con 114 individuos, asociados a A.R.S. formas 64/80A, 99, 99A-B, 99C, 100, 101, 103, 104, 104C, 107. Algunas de las formas de L.R.C.W. II de este depósito son paralelizables a la forma 1 de Sa Mesquida (Fulford 8) (ver Riley, 1981: fig.6, nº 46, 47, 48).

En el depósito XXX aparecieron 29 fragmentos de L.R.C.W. II, pero desgraciadamente el contexto se compone de un material muy heterogéneo con una cronología desde finales del siglo V a finales del VI con algunos materiales del VII.

Por último, el depósito XXXI, con un conjunto de materiales de finales del siglo V, aunque aparecen algunos materiales más tardíos y la moneda más moderna proporciona una fecha del 548-565 (Riley, 1981:112), muestra la presencia de dos fragmentos de L.R.C.W. II, 1 de L.R.C.W. III y 2 de L.R.C.W. V.

B - Islas Baleares

En las islas Baleares tenemos referencias de hallazgos de esta forma. En Pollentia (Alcudia, Mallorca) aparece en el nivel II del sondeo en el peristilo de la Casa de la Cabeza de Bronce (*Pollentia I*, 1973: 54, fig. 6, n.6), en el nivel I de la habitación B (*Pollentia I*, 1973: fig.13, n.13), en el nivel III de la habitación C (*Pollentia I*, 1973: fig.20, n.19). Está bien representada además en el nivel superficial y en el nivel I del Atrio de la Casa de los Dos Tesoros de Sa Portella (*Pollentia*) (Arribas et alii, 1978).

En Menorca, conocemos algunos fragmentos de la forma 1 procedentes de la basílica paleocristiana de Es Cap des Port (Fornells). En la habitación 39 aparecen algunos fragmentos asociados a A.R.S. que indica una cronología de inicios del siglo VI para el conjunto.

En Ibiza, aparecen fragmentos atribuibles a esta forma en el asentamiento rural de Can Sorà, asociados a cerámicas finas que permiten una datación dentro de la segunda mitad del siglo VI. Un fragmento publicado por J. Ramón (1986) procedente de la Platja d'En Bossa puede ser asimilado también a esta forma⁵.

⁵ Agradecemos a J. Ramón la información facilitada sobre la isla de Ibiza y permitimos consultar materiales inéditos del yacimiento de Can Sorà.

Las prospecciones realizadas por J. Camps en el archipiélago de Cabrera a finales de los años 50, permitieron documentar diversos yacimientos. En la isla de Cabrera, pudo recoger diversas cerámicas en el lugar denominado Es Clot des Guix (Camps, 1967). Entre las cerámicas recogidas se encuentran algunos fragmentos que nosotros atribuimos a nuestra forma 1.

C - Península Ibérica

En la Península Ibérica la presencia de la forma 1 se ha documentado en distintos lugares.

En Tarragona, en la escombrera excavada en la calle Vila-roma, aparecen algunas formas asimilables a la forma Fulford 8, pero que han sido consideradas -en función de sus características macroscópicas- como pertenecientes a una fábrica diferente a la definida por Fulford y Peacock en Cartago (Subías & Remolà, 1989: 236). Es importante remarcar el hallazgo en este contexto pues resultaría ser una de las evidencias más temprana de la distribución de esta forma. Las 28 piezas identificadas aparecieron asociadas a A.R.S. formas Hayes 53 B, 59, 61, 63, 76, 87B, 87A, 73, 80/81, 91, 94, 99, a partir de las que se ha sugerido una datación entre el 440-450 para la formación del conjunto (Aquilué, 1989).

Recientemente, un importante estudio monográfico sobre las cerámicas comunes tardorromanas de *Tarraco* ha permitido identificar tres ejemplares de esta forma en el contexto de la Antiga Audiència, datado en la segunda mitad del siglo V (Macías, 1993)⁶.

En la región de Alicante Reynolds incluye esta forma en su grupo 2, denominándola forma 2.1 (Reynolds, 1985: 250, fig. 2, 6-8). La asimila a la Fulford 8 y la considera de la fábrica 1.2 caracterizada en Cartago. La descripción macroscópica que proporciona Reynolds es la siguiente:

Cerámica modelada a mano. Bruñido más o menos horizontal, pero irregular, sobre las superficies. [...]. El color de las superficies varía entre marrón claro-anaranjado, marrón-rojizo, marrón oscuro, gris claro y gris oscuro/negro. Las superficies son algo desiguales, y a veces hay pequeñas fracturas y agujeros a causa de la desaparición de algunos desengrasantes.

La pasta típica es negra, pero la gris es también frecuente, y en ocasiones, aparece la marrón rojiza o anaranjada. Normalmente es más clara en su centro. Es bastante dura, pero desmenuzable y muy granulosa. Hay desengrasante abundante de cuarzo opaco-claro o marrón, redondeado (muy fino-1/2 mm,

⁶ Agradecemos a J.M. Macías el habernos permitido consultar su interesante trabajo inédito.

especialmente el tamaño pequeño). Se aprecian asimismo trozos o agrupaciones de pequeños cristales de un cuarzo casi transparente, y también existe un cuarzo de una mezcla transparente y blanca. Otros desgrasantes son o bien blancos, rojo-marrón (poco frecuente), o bien grises, duros, redondeados pero planos, tal vez de pizarra (fino-2/3 mm, frecuente), o bien negros vítreos, laminados de vidrio volcánico (?), que se aprecian especialmente en las superficies (muy finos-2mm, frecuentes). [...] (Reynolds, 1985: 249).

La descripción de Reynolds constituye, sin duda, un esfuerzo por conseguir una descripción macroscópica exhaustiva y útil, muy de agradecer. Aunque, por supuesto, no estamos de acuerdo con las consideraciones de carácter mineralógico que hace derivar de una vía directa como es la observación macroscópica⁷.

Reynolds señala la presencia de la cerámica de su grupo 2 en el vertedero de Benalúa, lo que para él viene a confirmar una datación entre finales del siglo V y primera mitad del siglo VI. Reynolds nos indica el hallazgo de esta forma en el castillo de Santa Bárbara (Alicante), en un enterramiento cerca del Tosal de Manises, La Alcudia, La Moleta (Elche), El Castellar (Elche), Castillo del Rfo (Aspe), El Sambo (Novelda) y El Monastil, y nos informa de su distribución en Sicilia (Reynolds, 1985: 250).

Las excavaciones, realizadas en los últimos años, en el barrio de Benalúa (Alicante), antigua Lucentum, han permitido documentar la presencia de la forma 1 en un contexto de finales del siglo V- inicios del VI (Sala & Ronda, 1990: 294). Para Sala y Ronda el tipo que presentan en la figura 12.2 -y que nosotros consideramos de nuestra forma 1- se paraleliza con el grupo 2 de Reynolds (Sala & Ronda, 1990: 307). La descripción que nos dan es la siguiente:

[...] se caracteriza por sus bordes reentrantes, almendrados y engrosados al interior, con superficies espatuladas interior y exteriormente (fig. 12:2). Las pastas, por el contrario, no contienen mica como desgrasante. (Sala & Ronda, 1990: 307).

⁷ La identificación macroscópica de los minerales requiere el estudio de diversas propiedades ópticas (pátina, raya, brillo), mecánicas (exfoliación, dureza, peso específico, tenacidad), cristalográficas (facies, hábito, maclado, agregados,...) o de otras propiedades (magnetismo, luminiscencia, radioactividad); pueden utilizarse además diversos tests químicos como ayuda para una identificación rápida de los minerales. En el caso de las cerámicas, el pequeño tamaño de las partículas no permite el estudio de gran parte de las propiedades necesarias para el reconocimiento. Únicamente con una formación mineralógica es posible, en algunos casos, llegar a reconocer diversas especies minerales.

Observamos en la descripción anterior semejanzas en la forma y en el tratamiento de las superficies con respecto a nuestra forma 1.

Las excavaciones del vertedero tardorromano de la calle Arquitecto Morell en el Barrio de Benalúa (Alicante) han permitido documentar algunas cerámicas modeladas a mano que han sido asimiladas a la forma Fulford 8. En el vertedero estas cerámicas aparecieron asociadas a A.R.S. formas Hayes 87A, 87B, 95, 99, 103 ó 106, Fulford 52.1, 2.3 y 1.3 (Rosser, 1991).

Asimismo “un cuenco incompleto de pasta negra, de superficie espatulada” (Ramos Fernández, 1983:154), procedente de Elche (Alicante), es posible que pueda ser atribuido a la forma 1.

D - Cerdeña

En la isla de Cerdeña las estratigrafías de *Turrís Libisonis* proporcionan para la forma 1, que F. Villedieu denomina *type 37*, una datación de siglo V-VI (Villedieu, 1984:164). Igualmente esta forma ha sido documentada en diversas fases de ocupación tardorromanas de diversos asentamientos indígenas, como el nuragha de Cobulas (Milis, Oristano)⁸. En el estudio de los materiales de este asentamiento se cita la distribución de esta forma, junto al tipo 36 de Villedieu, en otros yacimientos sardos como son los complejos nurágicos de Santa Barbara de Bauladu, Bau Menula de Villaurbana (Oristano), en el área de frecuentación cristiano-bizantina de San Lussorio de Fordongianus y en el yacimiento de Mari 'e Pauli di Nurachi (Santoni et al., 1991:967-968). Se conoce algún fragmento aparecido en Tharros (Fulford & Peacock, 1984: 10) y también en excavaciones de la ciudad de Cagliari⁹.

E - Francia

Esta forma ha sido documentada también en Toulon (Var, Francia) en el sondeo 15 fase III B, datada en el siglo VI (Berato et al., 1986:164, fig. 344, 61).

La forma denominado *type 22* por la asociación C.A.T.H.M.A. (1991) es igual a nuestra forma 1. La descripción macroscópica que nos dan de este tipo es la siguiente:

1. Pâte brun foncé à gris, granuleuse, vacuolaire, mica, inclusions blanches de grosses dimensions; surface lissée à l'extérieur. Non tournée ou façonnée au

⁸ Ver (Santoni et al., 1991: fig.9,n.5 - fig. 12, n.3).

⁹ Agradecemos a Mauro Dadea y Silvia Altana la información facilitada así como habernos permitido ver algunos materiales de excavaciones de la ciudad de Cagliari.

tour lent. (C.A.T.H.M.A., 1991: 38 y 40).

Proponen una datación del siglo VI y citan su distribución en Marsella, Toulon, Olbia (C.A.T.H.M.A., 1991: 40).

A partir de los datos expuestos anteriormente, y teniendo en cuenta las limitaciones que hemos comentado al inicio de este apartado 2.4, las primeras evidencias de la forma 1 aparecen en Cartago, en un estrato de la secuencia establecida entre los edificios 1 y 2 del área norte de la muralla (B: 3.2). La datación sugerida para el conjunto cerámico en el que aparecieron esos fragmentos se sitúa entre el 425 y el 450, señalándose que la fecha de deposición debe estar próxima al 450 (Fulford & Peacock, 1984, p.32). También como una de las primeras evidencias de la forma 1 hay que señalar la escombrera de la calle Vila-roma en Tarragona, datada hacia el 440-450 (TED'A, 1989).

Las contradicciones cronológicas empiezan pronto, pues a pesar de la documentación en Cartago en un contexto del 425-450, la propia Misión Británica parece no fiarse demasiado de ese hallazgo y propone una datación inicial de finales del siglo V, a partir de otras evidencias que consideran más firmes. Recordemos que para la Misión Británica la discusión de la fábrica 1.2 está basada en la forma Fulford 8 (nuestra forma 1) que es la más representada.

Esta cronología inicial de finales del siglo V coincide con la que propone la misión americana para lo que denominan *Late Roman Cooking Ware II* que, por lo que parece, tiene como forma exclusiva nuestra forma 1. Las primeras evidencias, documentadas por esta misión, datan de finales del siglo V (depósito XV) (Riley, 1981) o según el depósito XXVII del tercer cuarto de dicho siglo (Riley, 1981:89), aunque existe una discordancia con la numismática (Riley, 1981:91). En el grupo VII, datado hacia finales del siglo V - inicios del VI, pero en el que la moneda más moderna marca una fecha de 548-565, la forma parece ya bien establecida con 53 individuos.

La presencia de la forma 1 en contextos del siglo VI en Cartago, al igual que para el Midi francés (C.A.T.H.M.A., 1991), está bien atestiguada y todos los datos parecen coincidir con un auge de esta forma hacia los años 550-575 (Fulford & Peacock, 1984).

Para la fecha terminal los datos vuelven a ser contradictorios pues para la misión británica está ausente en grupos del siglo VII sin contaminar. Para la americana la presencia de L.R.C.W. II está atestiguada en algunos estratos datados entre finales del VI-inicios del VII (depósitos XXVIII y XXIX) y en el depósito XXI, con un *terminus post quem* de al menos el 668, aún aparecen 12 individuos (aunque podrían ser residuales según el excavador). Queda, por tanto,

la duda de si su cronología final puede alargarse hasta ya entrado el siglo VII.

De forma sintética, podemos ofrecer el siguiente cuadro cronológico para la forma 1:

Inicio: 425-450 (B: 3.2) Misión Británica en Cartago y 440/450 en la escombrera de la calle Vila-roma en Tarragona.

Establecimiento y auge: 475-575, datos coincidentes para las misiones americana y británica en Cartago.

Descenso: finales del siglo VI- inicios del VII. Para la misión británica ausente de grupos del VII sin contaminar.

Presencia más tardía: depósito XXI de la misión americana en Cartago, en un contexto con un *terminus post quem* del 668, proporcionado por la numismática. Los excavadores señalan el posible carácter residual de esta cerámica en dicho contexto.

3. CONCLUSIONES

La fábrica 3.1 macroscópicamente se caracteriza por una pasta de color marrón con inclusiones muy variables blancas, oscuras, rojizas, pero sobre todo por unas características superficies espatuladas de color variable entre marrón y gris-negro. El estudio petrográfico revela que su origen debe buscarse en una zona con formaciones volcánicas calcoalcalinas, en especial con afloramientos de rocas del grupo riolitoide-dacitoide. Se puede establecer una clara identidad entre esta fábrica y la fábrica 1.2 de D.P.S. Peacock (1984). El origen itálico, señalado por Peacock (Fulford & Peacock, 1984), nos parece posible, si bien hemos señalado alguna otra zona con afloramientos de este tipo. Lo cierto es que desconocemos su origen y no podemos hacer más que señalar posibles áreas fuente.

Otro dato claro es que para los yacimientos en los que se ha caracterizado, esta fábrica (Cartago y Sa Mesquida) se trata claramente de una importación.

La tipología muestra como la forma 1 (Fulford 8), cazuela alta de paredes convexas con borde diferenciado de labio engrosado de sección almendrada al interior, es la forma más representada de esta fábrica.

Esta forma está también claramente atestiguada desde Italia hasta Cartago, Baleares, Levante peninsular y costa mediterránea francesa, según el seguimiento de la forma en estratigrafías de época tardorromana del Mediterráneo Occidental que hemos realizado. Cabe tener en cuenta como ya hemos señalado, que el

seguimiento de la forma no implica que se trate de la misma fábrica.

De todos modos, el único conjunto que nos sirve de referencia real para nuestra fábrica 3.1 es el material de Cartago estudiado por la Misión Británica, pues cuenta con caracterización petrográfica. La única vía para clarificar muchas cuestiones pendientes será analizar el material de otros contextos para que las fábricas puedan ser comparadas, y no basar las discusiones en meros aspectos tipológicos.

AGRADECIMIENTOS

Esta nota no es más que una pequeña parte de un trabajo más amplio que no podría haberse realizado sin ser un trabajo de equipo. Estoy en deuda con el director J.M. Gurt y con mis compañeros del ERAUB, J. Buxeda, F. Tuset, M. Granica y J.M. Macías, que han sacrificado horas de su propia investigación para llevar a buen fin este proyecto.

Igualmente agradezco a M. Orfila y a J. Cardell haberme cedido el estudio de los materiales de cocina tardorromana de la excavación de Sa Mesquida y su constante apoyo.

Mi gratitud para con las directoras de los Serveis Científic - Tècnics de la Universitat de Barcelona, M. Baucells y M. Roura, por las facilidades prestadas para el desarrollo de la parte analítica. Igualmente al personal de Fluorescència de rayos X, E. Seguí y J.M. Socías, y de Difracció de rayos X, X. Alcobé.

A S. Sfrecola y Giulio Predieri del Laboratorio di Analisi e Ricerche Archeometriche (LARA) de Génova (Italia). En la Facultad de Geología de la Universitat de Barcelona a L. Rossell, J. Illa, M. Liesa, G. Alias, J. C. Melgarejo, A. Soler.

BIBLIOGRAFIA

- AQUILUÉ, X., (1989): Terra Sigillata Africana, en TED'A 1989.
- ARRIBAS, A.- TARRADELL, M.- WOODS, D., (1973): Pollentia I. Excavaciones en "Sa Portella", Alcudia (Mallorca), *Excavaciones Arqueológicas en España*, 75, Madrid.
- (1978): Pollentia II. Excavaciones en "Sa Portella", Alcudia (Mallorca), *Excavaciones Arqueológicas en España*, 78, Madrid.
- BUTTREY, T.V., (1976): The coins, en Humphrey, J.H. (Ed.), 1976.
- BUXEDA, J. - CAU, M.A. - SAGRISTÀ, A. - TUSET, F., (1991): Apertiation macroscopique et determination des fabriques, en *Actes du congrès de Cognac*, XIII Congreso de la S.F.E.C.A.G. celebrado en Cognac, 8-11 de Mayo 1991. Diciembre, 1991, págs. 425-430.
- CAMPS, J., (1960): Primeros hallazgos arqueológicos en las islas de Cabrera y Conejera, *VII Congreso Nacional de Arqueología*, págs. 180-190, Zaragoza.
- CAU, M.A., (1993): Las cerámicas tardorromanas de cocina modeladas a mano o a torneta de Sa Mesquida, Sta. Ponça (Calvià, Mallorca): Caracterización macroscópica, caracterización arqueométrica y estudio arqueológico. Una propuesta metodológica. Tesis de Licenciatura inédita, leída en la Universitat de Barcelona, Febrero 1993.
- COURTOIS, L., (1976): *Examen au microscope petrographique des ceramiques archeo-*

- logiques*. Centre de Recherches Archeologiques, Notes et Monographies Techniques nº 8. C.N.R.S.
- DIXON, W. (ED.), (1983): *BMDP Statistical Software, Printing with Additions*, University of California Los Angeles Press, Los Angeles.
- ECHALLIER, J. C., (1983): L'analyse petrographique des ceramiques arqueologiques: principes, techniques et limites de la methode, en *Archeologie du Midi Mediterranéen*, C.R.A. (C.N.R.S.), Vallbonne.
- FULFORD, M.G. y PEACOCK, D.P.S., (1984): The avenue du president Habib Bourguiba, Salammbó: The pottery and other ceramic objects from the site, *Excavations at Carthage: the British Mission*, vol. I y II. Sheffield.
- HAYES, J.W., (1976): Pottery: stratified groups and typology, en Humphrey, J.H. (Ed.), 1976.
- (1978): Pottery report 1976, en Humphrey, J.H. (Ed.), 1978.
- HUMPHREY, J.H., (ED.), (1976): *Excavations at Carthage 1975*, volume I, University of Michigan, Institut National d'Archeologie et D'Art, American Schools of Oriental Research, Túnez.
- (1978): *Excavations at Carthage 1976*, volume IV, University of Michigan, Institut National d'Archeologie et D'Art, American Schools of Oriental Research, Kelsey Museum, Ann Arbor.
- (1981): *Excavations at Carthage 1977*, volume VI, University of Michigan, American Schools of Oriental Research, Michigan, págs. 85-124.
- MACÍAS, J.M., (1993): *Ceràmiques grolleres tardo-romanes de l'Antiga Audiència. La ceràmica comuna a Tarraco en la segona meitat del segle V d.C. Caracterització macroscòpica i estudi arqueològic*, Tesis de Licenciatura, leída en la Universidad de Barcelona.
- MICHIGAN I, 1976 = VER HUMPHREY, J.H. (ED.), 1976.
- ORFILA, M., (1988): Cerámicas Lucentes y Derivadas de las Sigillatas Paleocristianas procedentes de Sa Mesquida, Santa Ponça, Mallorca. *Actes du Congrès d'Orange*, Marsella, págs. 243 a 249.
- (1989): Cerámicas de la primera mitad del siglo V d. C. procedentes de la cisterna de Sa Mesquida (Santa Ponça, Mallorca), *VI Convegno l'Africa Romana*, Sassari, págs. 513-533.
- ORFILA, M. y CAU, M.A., (en prensa): Las cerámicas finas procedentes de la cisterna de Sa Mesquida, Mallorca, *III Reunió d'Arqueologia Cristiana e Hispànica*, Menorca 1988.
- RAMÓN, J., (1986): El Baix Imperi i l'època bizantina a les Illes Pitiüses, Servei Tècnic d'Arqueologia, Conselleria de Cultura, Consell Insular d'Eivissa i Formentera.
- RAMOS FERNÁNDEZ, R., (1983): Estratigrafía del sector 5F de la Alcudia de Elche, en *Lucentum*, II, págs. 147-172.
- REYNOLDS, P., (1985): Cerámica tardorromana modelada a mano de carácter local, regional y de importación de la provincia de Alicante, en *Lucentum*, IV, págs. 245-267. Alicante.
- RILEY, J.A., (1976): The Carthage system for the quantification of pottery, en Humphrey, J.H. (Ed.), 1976.
- (1981): The pottery from Cisterns 1977.1, 1977.2 and 1977.3, en Humphrey, J.H. (Ed.), 1981.
- ROSSER, P., (1990): La cerámica tardorromana de producción africana en las excavaciones arqueológicas del término municipal de Alicante, en *VI Convegno l'Africa Romana*,

Sassari, págs. 579-606.

SALA, F. - RONDA, A., (1990): Excavaciones arqueológicas en Benalúa, en *Historia de la ciudad de Alicante*, Alicante.

SANTONI, V. - BACCO, G. - SERRA, P.B., (1988): Lo scavo del nuraghe Candala di Sorradile (Oristano) e le indagini territoriali al lago Omodeo, en *Quaderni*, 4.1, 1987, págs. 67-115.

SANTONI, V. - SERRA, P.B. - GUIDO, F. - FONZO, O., (1991): Il nuraghe Cobulas di Milis-Oristano: preesistenze e riuso, en Mastino, A. (a cura di) *Atti dell'VIII convegno di studio su "L'Africa romana"*, Cagliari, 14-16 diciembre 1990, págs. 941-989.

SUBÍAS, E. y REMOLÀ, J. A., (1989): La ceràmica grollera, en TED'A, 1989.

TED'A 1989= TALLER ESCOLA D'ARQUEOLOGIA, (1989): *Un abocador del segle V d.C. en el Fòrum Provincial de Tàrraco*, en *Memories d'excavació 2*. Tarragona.

VILLEDIEU, F., (1984): *Turris Libisonis. Fouille d'un site romain tardif à Porto Torres, Sardaigne*, BAR International Series 224, Oxford.

WEIGAND, P.C. - HARBOTTLE, G. - SAYRE, E.V., (1977): Turquoise sources and source analysis: Mesoamerica and the Southwestern U.S.A., en Earle, T.K. - Ericson, J.E. (Eds.), *Exchange systems in prehistory*, Studies in Archeology, Academic Press Inc, New York and London, 1977, cap. 2, págs. 15-34.

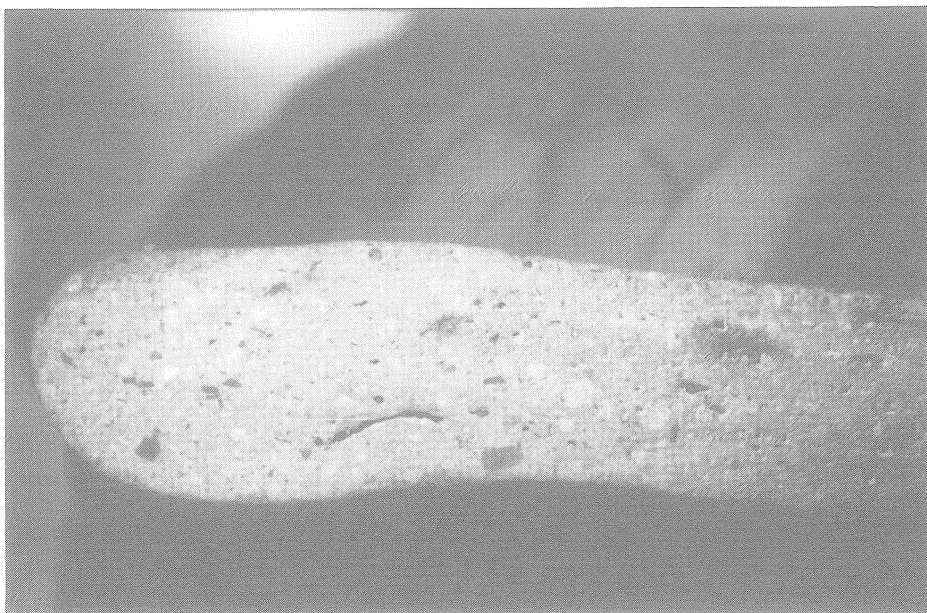
WHITBREAD, I.K., (1986): The characterisation of argillaceous inclusions in ceramic thin sections, en *Archaeometry* 28, 1, págs. 79-88, Oxford University.

(1989): A proposal for the systematic description of thin sections towards the study of ancient ceramic technology, en Y. Maniatis (Ed.), *Archaeometry. Proceedings of the 25th International Symposium*, Elsevier Science Publishers, Amsterdam, Oxford, New York, Tokyo, págs. 127-138.

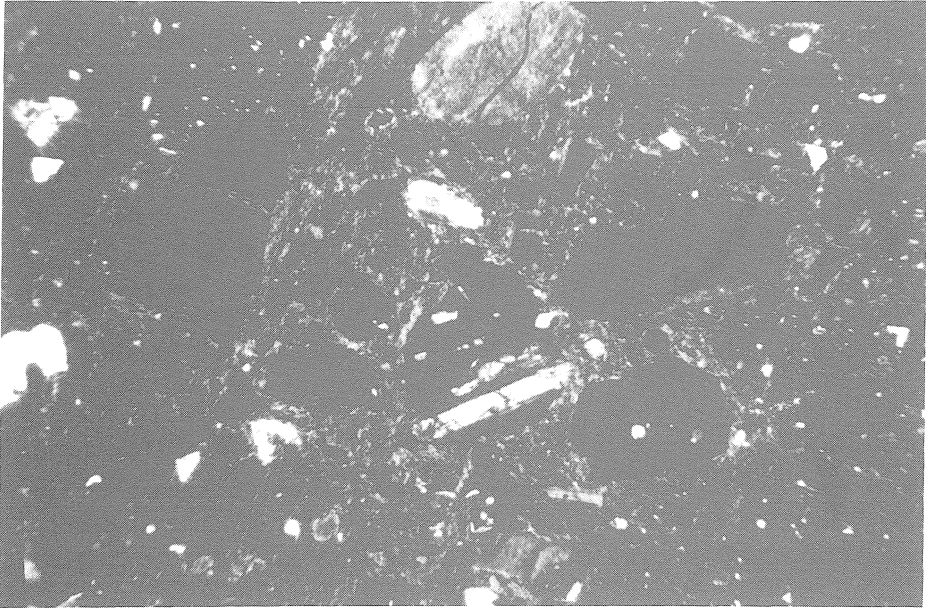
Est. I



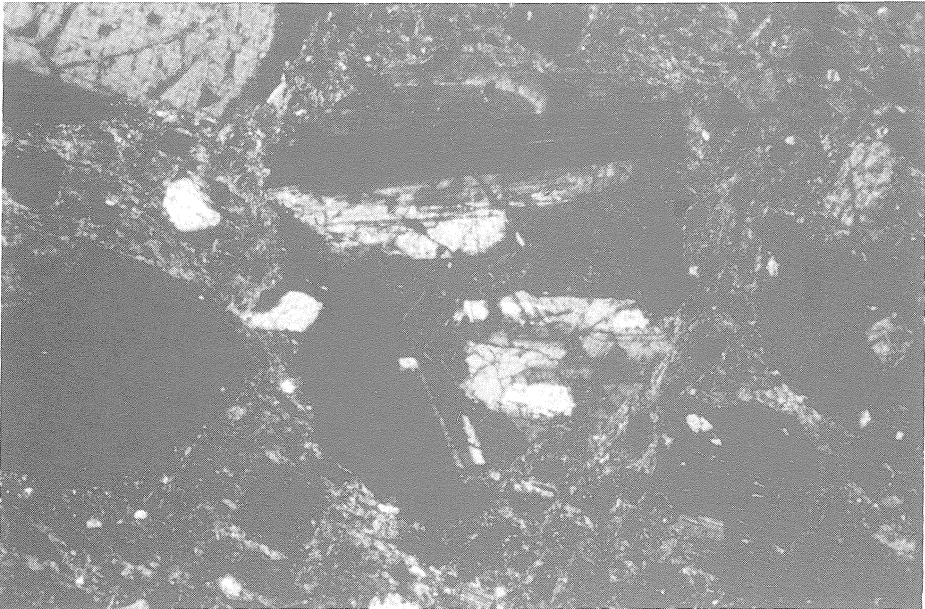
Lám. 1 — Foto 1.



Lám. 1 — Foto 2.

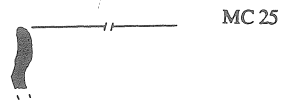
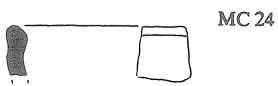
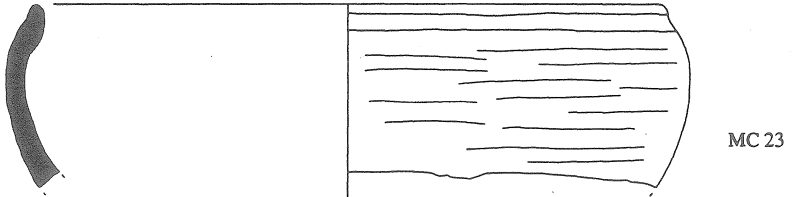
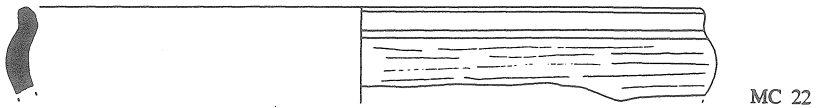
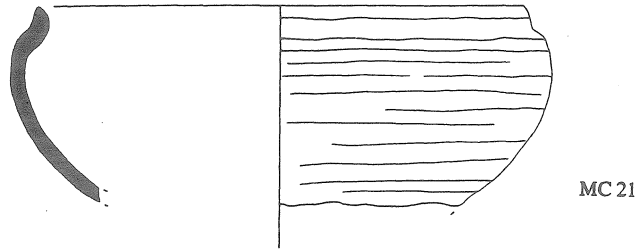


Lám. 2 — Foto 3.



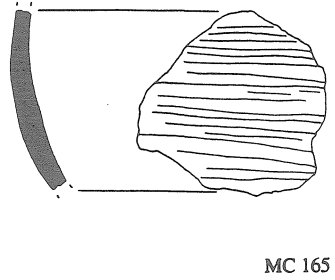
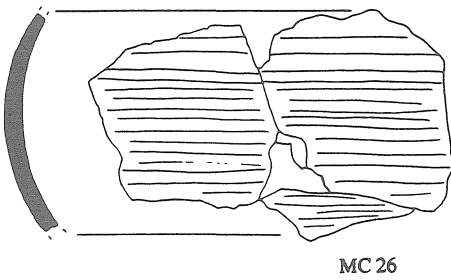
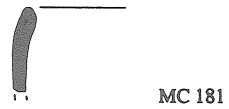
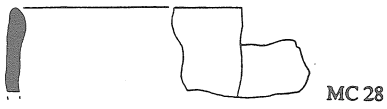
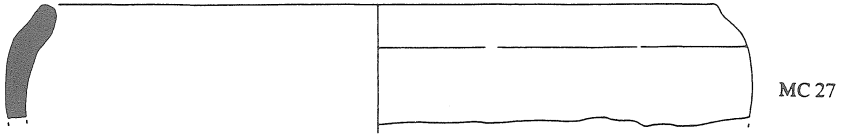
Lám. 2 — Foto 4.

Est. III



Esc. 1:2

Lám. 3 — Individuos de la fábrica 3.1. aparecidos en Sa Mesquida (Mallorca).



Esc. 1:2

Lám. 4 — Individuos de la fábrica 3.1. aparecidos en Sa Mesquida (Mallorca).



FABRICA 3.1

Distribución

Cronología

Norte de África

1. Cartago (M. Británica)..... 475-500/575-600 (Fulford & Pencock, 1984)
 1. Cartago (M. Americana)..... fines V/fines VI-inicios VII

Islas Baleares

- Mallorca
 2. Sa Mesquida..... 1 1/2 del V - fines VI-inicios VII
 3. Pollentia (Arribas et alii, 1973)
 4. Menorca
 Basílica de Es Cap des Port Hab.39 - inicios S.VI
 5. Cabrera Prospección (Camps, 1967)

Península Ibérica

6. Tarragona 440/450 (TED'A, 1989)
 7. Región de Alicante
 Benlúa Fines s.V/inicios VI (Sala & Ronda, 1990)
 Benlúa Fines s.V/mitad del s.VI (Reynolds, 1985)

Castillo de Santa Bárbara (Alicante),
 Tosal de Manises
 La Alcedia
 La Moleta (Elche)
 El Castellar (Elche)
 Castillo del Río (Aspe)
 El Sanbo (Novelda)
 El Monastil

Prospecciones en el valle del río Vinalopó
 (Reynolds, 1985)

- Elche (Ramos, 1984)
 8. Barcelona
 Excavaciones de *Barcino*
 Otras excavaciones de la provincia

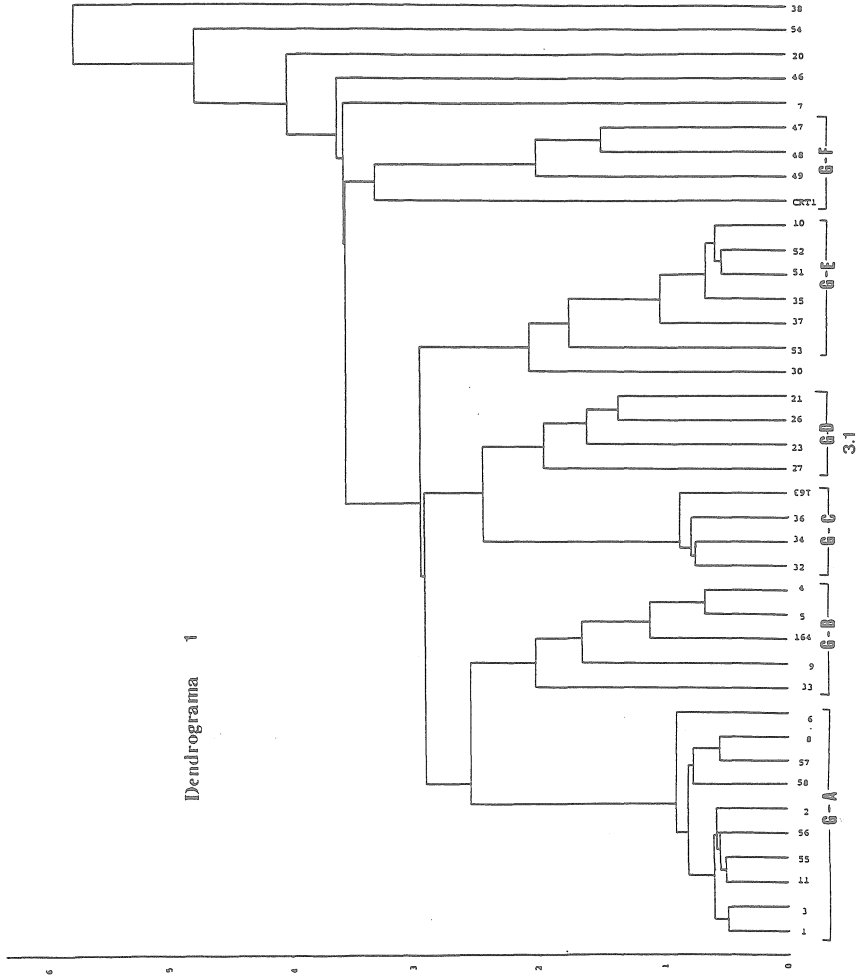
9. Cerdeña

- Turrís Libisonis* (Porto Torres)..... s.V/s.VI (Villedieu, 1984)
Turros
 Cagliari
 Orisano
Fonlongianus
 Otras yacimientos

Francia

10. Marsella
 11. Olbia
 12. Toulon
 s. VI (C.A.T.H.M.A., 1991)

Lám. 5 — Mapa de distribución de la fábrica 3.1.



Análisis químico FRX. Mayores

Muestras	Al2O3 %	P2O5 %	K2O %	CaO %	SiO2 %	TiO2 %	MnO %	Fe2O3 %	MgO %	Na2O %	L.O.I.	Σ SUM %	
1	MC 1	16.62	0.08	3.56	1.05	64.97	0.52	0.03	4.57	1.02	0.02	3.7849	97.13
2	MC 2	16.53	0.08	3.60	1.48	63.56	0.40	0.02	4.61	1.09	1.04	4.1015	96.51
3	MC 3	17.29	0.09	3.48	0.75	64.90	0.53	0.03	5.44	1.00	0.06	2.2136	96.70
4	MC 4	15.83	0.09	3.31	2.26	64.65	0.59	0.05	4.45	1.26	1.19	3.7086	97.23
5	MC 5	15.00	0.26	3.20	3.24	63.01	0.58	0.04	4.40	1.24	1.19	4.4643	96.64
6	MC 6	17.57	0.06	3.65	0.78	64.00	0.56	0.03	5.54	1.12	1.08	2.5304	96.93
7	MC 7	16.35	0.18	3.05	1.59	64.77	0.69	0.07	5.81	2.28	1.16	1.5665	97.48
8	MC 8	16.70	0.21	3.78	0.81	65.46	0.50	0.03	4.66	0.91	1.03	3.8813	97.95
9	MC 9	16.20	0.29	3.29	1.72	66.01	0.59	0.05	4.38	1.25	1.22	2.7824	97.61
10	MC 10	16.81	0.11	3.59	1.64	64.23	0.51	0.03	4.54	1.56	1.18	3.5286	97.76
11	MC 11	17.83	0.06	3.66	0.59	67.14	0.53	0.04	5.29	1.08	1.06	1.11095	97.65
12	MC 16	7.10	0.27	0.96	36.90	22.05	0.31	0.03	2.02	0.60	0.36	29.3355	101.39
13	MC 19	25.27	0.31	1.97	7.21	41.30	1.22	0.03	10.30	0.99	0.50	6.5996	96.74
14	MC 20	13.96	0.13	1.87	0.99	70.28	0.54	0.02	4.67	1.30	0.79	3.8144	96.36
15	MC 21	16.77	0.29	3.06	1.10	65.07	0.65	0.03	5.40	1.07	0.81	3.6297	97.89
16	MC 23	16.66	0.23	3.28	2.31	63.62	0.60	0.06	5.26	1.16	0.82	1.8314	97.83
17	MC 26	17.69	0.20	2.70	1.26	60.82	0.69	0.04	6.02	1.24	0.71	6.6120	98.20
18	MC 27	16.99	0.17	3.19	1.62	59.43	0.69	0.06	5.96	1.59	0.99	4.8448	97.26
19	MC 30	16.43	0.21	3.27	0.74	67.19	0.43	0.02	3.67	0.87	1.10	3.6375	97.56
20	MC 32	17.24	0.68	2.29	1.00	63.91	0.71	0.02	5.67	0.91	0.80	5.1240	98.16
21	MC 33	15.87	0.13	3.17	0.82	67.67	0.51	0.02	4.11	0.88	1.11	3.6704	98.07
22	MC 34	17.05	0.26	2.32	0.84	65.69	0.67	0.02	5.05	0.82	0.87	4.6922	98.40
23	MC 35	16.39	0.13	3.34	1.71	65.11	0.49	0.02	4.32	1.31	1.24	3.5953	97.67
24	MC 36	17.29	0.27	2.23	0.95	63.64	0.72	0.02	6.39	0.96	0.72	4.6779	98.21
25	MC 37	16.92	0.35	3.22	1.79	64.72	0.53	0.03	4.47	1.16	1.25	4.5773	99.04
26	MC 38	15.76	0.20	3.42	1.42	63.77	0.52	0.06	4.82	1.67	0.74	5.6554	98.04
27	MC 46	17.23	0.32	3.30	1.12	65.29	0.49	0.03	4.68	0.84	1.18	2.7676	97.39
28	MC 47	19.70	0.12	3.01	0.82	63.49	0.76	0.03	7.40	0.80	0.49	1.6140	98.34
29	MC 48	20.94	0.11	3.31	0.83	60.65	0.64	0.04	7.37	0.73	0.64	2.7399	98.09
30	MC 49	22.22	0.06	3.47	0.81	58.93	0.93	0.06	8.28	1.05	1.06	1.3336	98.25
31	MC 51	16.66	0.31	3.42	1.72	63.66	0.51	0.03	4.05	1.43	0.93	4.6124	97.74
32	MC 52	16.19	0.50	3.39	1.61	64.01	0.49	0.03	4.38	1.44	1.37	4.5316	98.16
33	MC 53	17.02	0.57	3.57	1.70	61.39	0.48	0.05	5.33	1.81	1.36	4.5299	97.81
34	MC 54	17.60	0.28	2.26	1.51	61.09	0.45	0.04	5.24	2.34	1.04	5.0347	96.80
35	MC 55	17.54	0.12	3.56	0.75	65.33	0.54	0.03	5.20	1.01	1.08	3.0263	98.21
36	MC 56	16.72	0.07	3.54	1.51	66.05	0.53	0.04	4.55	1.01	1.31	3.2450	96.50
37	MC 57	17.20	0.15	3.81	0.83	65.31	0.62	0.03	4.93	1.01	1.18	2.6299	97.81
38	MC 58	16.80	0.53	3.82	0.90	63.54	0.49	0.02	4.80	1.07	0.57	4.9618	97.72
39	MC 193	18.58	0.41	2.11	0.90	67.00	0.69	0.02	4.80	0.82	1.10	3.4305	98.16
40	MC 194	15.30	0.11	3.21	2.58	65.15	0.58	0.05	4.36	1.15	0.67	4.3564	97.53
41	CART-1	20.01	0.42	3.70	2.30	67.49	0.65	0.09	8.40	1.59	0.54	3.0660	96.41

Listado 1 — Resultados del análisis químico por FRX.

	As	Nb	Mo	Ti	Nb	Pb	Zr	Y	Bt	En	Os	Os	Zn	W	Co	Co	Ni	V
1	MIL	155	1	1	2	26	217	37	63	6	73	24	130	20	26	14	46	83
2	MIC-1	373	0	2	2	28	217	37	63	9	73	24	130	20	26	14	46	83
3	MIC-2	171	0	17	21	28	105	36	116	0	67	26	102	182	20	71	26	90
4	MIC-3	546	0	14	17	28	265	42	116	0	102	21	100	73	21	27	27	97
5	MIC-4	132	0	14	17	28	265	42	130	6	102	21	100	73	21	27	27	97
6	MIC-5	422	0	21	25	30	235	42	130	6	102	21	100	73	21	27	27	97
7	MIC-6	197	0	17	20	28	265	20	124	6	07	22	03	100	20	06	30	80
8	MIC-7	546	0	21	23	30	225	41	100	5	76	26	04	123	21	24	26	95
9	MIC-8	386	0	18	22	30	225	41	152	4	100	21	81	171	19	33	16	93
10	MIC-9	277	0	6	8	42	126	31	152	4	100	21	81	171	19	33	16	93
11	MIC-10	100	0	18	22	43	227	44	166	10	73	26	77	216	17	27	27	90
12	MIC-11	708	0	3	0	294	62	13	401	1	31	8	116	26	22	17	20	64
13	MIC-12	171	0	6	0	3	108	12	307	9	110	8	262	40	22	44	77	130
14	MIC-20	274	0	12	2	21	138	33	307	9	110	8	262	40	22	44	77	130
15	MIC-21	284	0	10	18	28	178	10	107	0	70	23	06	180	23	06	20	150
16	MIC-22	286	0	12	21	32	168	23	147	10	80	25	101	166	23	06	20	150
17	MIC-23	102	0	12	21	32	168	23	116	0	80	25	103	166	23	06	20	150
18	MIC-24	135	0	10	18	28	178	10	116	0	80	25	103	166	23	06	20	150
19	MIC-25	233	0	10	20	32	181	29	116	0	80	25	103	166	23	06	20	150
20	MIC-26	371	0	10	20	32	181	29	116	0	80	25	103	166	23	06	20	150
21	MIC-27	166	0	10	16	24	137	17	106	10	64	23	80	110	16	20	82	107
22	MIC-28	93	0	11	14	10	177	21	06	6	68	24	70	110	16	20	82	107
23	MIC-29	256	0	11	14	10	177	21	06	6	68	24	70	110	16	20	82	107
24	MIC-30	370	0	13	15	16	186	20	116	9	63	23	66	262	17	10	31	91
25	MIC-31	110	0	12	17	10	119	24	00	0	61	24	54	134	16	21	82	100
26	MIC-32	276	0	14	19	16	186	20	116	9	63	23	66	262	17	10	31	91
27	MIC-33	140	0	15	14	20	148	19	161	9	72	23	100	206	10	40	22	90
28	MIC-34	124	0	15	14	20	148	19	161	9	72	23	100	206	10	40	22	90
29	MIC-35	847	0	10	16	27	238	30	169	3	151	23	112	97	20	20	27	93
30	MIC-36	482	0	14	19	262	264	20	101	7	74	88	084	662	10	07	40	144
31	MIC-37	143	0	14	19	262	264	20	101	7	74	88	084	662	10	07	40	144
32	MIC-38	177	0	15	20	186	312	37	137	13	60	27	262	143	24	46	64	148
33	MIC-39	472	0	15	20	186	312	37	137	13	60	27	262	143	24	46	64	148
34	MIC-40	151	0	15	20	186	312	37	137	13	60	27	262	143	24	46	64	148
35	MIC-41	177	0	0	11	51	168	15	137	13	61	26	143	140	23	06	20	150
36	MIC-42	186	0	7	11	40	160	13	130	11	67	23	147	74	17	13	23	76
37	MIC-43	116	0	7	11	40	160	13	130	11	67	23	147	74	17	13	23	76
38	MIC-44	116	0	7	11	40	160	13	130	11	67	23	147	74	17	13	23	76
39	MIC-45	342	0	21	23	31	285	40	67	10	68	26	100	167	10	36	23	80
40	MIC-46	359	0	10	20	28	283	43	66	7	68	26	71	191	16	16	24	84
41	MIC-47	174	0	10	20	28	283	43	66	7	68	26	71	191	16	16	24	84
42	MIC-48	452	0	20	22	20	511	30	07	7	60	74	00	221	17	10	30	91
43	MIC-49	189	0	14	16	23	228	26	04	7	63	84	06	16	16	24	84	
44	MIC-50	116	0	14	16	23	228	26	04	7	63	84	06	16	16	24	84	
45	MIC-51	156	0	14	16	23	228	26	04	7	63	84	06	16	16	24	84	
46	MIC-52	353	0	11	18	430	282	27	230	10	103	28	284	57	110	10	10	141

Listado 2 — Resultados del análisis químico por FRX, trazas.

ENTERRAMENTOS MEDIEVAIS NAS IMEDIAÇÕES DE S.^{ta} MARIA DOS OLIVAIS (TOMAR)

por

Salete da Ponte e Judite Miranda

Resumo: A actual zona de S.^{ta} M.^a dos Olivais, situada nos terrenos do antigo olival "Cerrada do João do Couto", foi, no período romano, a cidade privilegiada dos vivos — antiga cidade romana de *Sellium* — para passar, no tempo medievo, até à Reconquista, ao espaço sagrado, reservado à oração e ao sono eterno do homem.

A desagregação e morte do império romano provoca, na Península, um clima de instabilidade e de insegurança das populações, a fuga e consequente despovoamento dos centros urbanos e suburbanos. A passagem da horda bárbara-vândalos, alanos e suevos no séc. V d.C. aniquila cidades, vilas e aldeias. *Sellium* sofre a mesma sorte de tantas outras cidades da Lusitânia Romana - destruição e morte do núcleo urbano. Assim, este terreno torna-se desde então a área apropriada para sucessivos enterramentos. Digamos que após a morte de *Sellium*, esta tornou-se num vasto cemitério. Confirmam-no enterramentos de inumação, desde o séc. V ao séc. XVI d.C. por toda esta área, alguns dos quais perfeitamente datados pelos objectos pessoais que os acompanhavam.

Os enterramentos de inumação da comunidade romano-visigótica ocupavam, portanto, conforme nos atestam os próprios testemunhos arqueológicos, o terreno de Santa Maria dos Olivais.

Desconhecemos, no entanto, onde se situaria o cemitério árabe. São poucas as informações sobre a vida e morte das populações locais durante os sécs. VIII-IX nesta zona intermédia entre os rios Mondego e Tejo.

É suposto conjecturar que o cemitério muçulmano situar-se-ia nas imediações da Almedina ou Cerca, sem que para tal suposição haja documentação histórica segura. O cemitério cristão situado no terreno de Santa Maria dos Olivais tornou-se, no último terço do séc. XII, mais exactamente no tempo de D. Sancho I, no local onde todos os cristãos enterravam os seus mortos. Foi assim a partir dessa altura que este local sagrado, restrito aos Cavaleiros da Ordem Templária, se tornara extensivo a toda a comunidade cristã. Assim o provam os testemunhos arqueológicos exumados em 1990/1992.

Palavras-chave: Santa Maria dos Olivais. Enterramentos. Alta Idade Média.

1. O ESPAÇO

A actual igreja matriz de S.^{ta} Maria dos Olivais situa-se na margem esquerda do Nabão, nos terrenos do antigo olival da *Cerrada do João do Couto*, onde romanos e, depois, os povos da Alta Idade Média, se fixaram e viveram até à chegada dos Templários.

A documentação régia e senhorial medievla menciona o edifício religioso de S.^{ta} Maria¹, por igreja de Nossa Senhora do Olival ou Olivais que, foi Bailia, Convento e Panteão dos Grãos-Mestres das Ordens do Templo e de Cristo. A referência a *Olival* e *Olivais*² aparece tanto em documentos da época da Reconquista, como posteriormente em crónicas setecentistas³. Tal facto, deve-se à existência de uma vasta área de olivais, que reunia um conjunto de edifícios religiosos construídos durante o domínio visigótico, mais exactamente no ano de 640 por S. Frutuoso, arcebispo de Braga⁴. Este clérigo fundou dois mosteiros, um de Frades Beneditinos, chamado de “monges negrados” ou de S.^{ta} Maria do Selho - “Celho”⁵ -, no local onde hoje existe a igreja de S.^{ta} Maria do Olival e, outro de Freiras Clarissas, onde se situa hoje S.^{ta} Iria, ambas as construções nos terrenos do antigo olival da “Cerrada do João do Couto”. As fontes escritas e a tradição oral⁶ referem ainda que, sob o domínio visigótico, fora construído um outro templo cristão entre aqueles 2 conventos⁷ - a igreja de S. Pero Fins, onde hoje é o velho cemitério⁸.

Em suma, o terreno dos Olivais, após a morte da cidade-capital da *civitas* de Sellium (Tomar), tornou-se para os visigodos e, depois para os cavaleiros da Ordem do Templo, lugar sagrado com um espaço cemiterial, o chamado *habitat in vicino*, local onde se erguia a igreja paroquial.

Os testemunhos arquitectónicos e artísticos dos edifícios religiosos medievais associados aos recentes dados arqueológicos, apontam para uma nova

¹ Cf. Tombo da Igreja de S.^{ta} Maria dos Olivais, referido por VIEIRA GUIMARÃES, *Thomar St.^a Iria*, Tomar, p.183; Cf. ROSA (Amorim), *História de Tomar*, Tomar, 1965 (1.^a ed), p. 22; Cf. SANT-IAGO (Fr. Francisco de), *Chronica da Santa Provincia de N. Senhora da Soledade*, Lisboa, 1762, p. 829.

² Inquirição de D. Dinis de 1317 (jurado Pero Pombo), Arq. A.N.T.T., Gaveta XV, maço 3, n.^o 15, fez referência a S.^{ta} Maria dos Olivais e Olival; *Mestrados*, fl. 93v. (transcrito por V. Guimarães, *op. cit.* (nota 1), pp. 104-107.

³ Cf. SANTIAGO (Fr. F. de), *op. cit.* (nota 1), p.829; Cf. Citações do cronista do séc. XVI, Pedro Álvares Seco no Tombo da Igreja de S.^{ta} Maria do Olival.

⁴ Cf. Tombo da Igreja de S.^{ta} Maria do Olival onde o cronista Pedro Álvares Seco fez essas menções historiográficas.

⁵ Cf. VIEIRA GUIMARÃES (nota 1), *op. cit.*, p. 184

⁶ Cf. Inquirição de D. Dinis de 1317, *op. cit.* (nota 2)

⁷ Cf. SANTIAGO (Fr. F.), *op. cit.*, (nota 1), que data o mosteiro beneditino de S.^{ta} Maria do Selho no ano de 640, fundado por S. Frutuoso: Cf. SANTA MARIA (Fr. Agostinho), *Santuário Mariano*, T.I, Lisboa, 1711, p.461, que atribuí a fundação a S. Frutuoso, mas filia-os na Ordem Augustiniana; Cf. PURIFICAÇÃO (Frei António da), *Chronica de Antiguissima Provincia de Portugal*, 1642, onde o autor aponta como fundador Paulo Orósio, em meados do séc. V d.c.

⁸ Cf. Tombo da Igreja de S.^{ta} Maria do Olival, Arquivo Nac. T.T.; CF. FIGUEIREDO E SILVA (Eugénio Sobreiro de), Os cubos, “Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo”, Lisboa, 1943, 2, pp. 135-145 (p.135). O autor refere que a capela de S. Pedro Fins foi reconstruída no séc. XVII e demolida nos meados do séc. passado que se encontrava dentro do actual cemitério.

mentalidade religiosa da população cristã, caracterizada pelo espírito e pelas normas litúrgicas e, também pelas atitudes e formas devocionais.

2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Os testemunhos arqueológicos encontrados nesta extensa faixa de terreno, apontam para a presença de povos célticos, sobretudo através de cerâmica, da ourivesaria e dos vestígios de habitação⁹.

Esta comunidade praticava o rito de incineração, depositando no interior das suas casas urnas cinerárias com cinzas dos seus mortos¹⁰; posteriormente, este lugar foi ocupado pelos romanos, sendo, no tempo do imperador *Augusto*, fundada a cidade-capital de *Sellium*¹¹, onde o Forum representava a política e a mística do império romano.

As inscrições epigráficas romanas provam que na área urbana existiram alguns templos dedicados ao culto de *Vénus*, de *Fortuna*, de *Marte*, de *Pietas Augusta* e de *Nava* ou *Nabam*¹².

O culto municipal e imperial estão igualmente documentados pela epigrafia¹³ e pela escultura¹⁴. Porém, o lugar de repouso dos mortos é ainda uma incógnita para os investigadores.

A torre quadrangular, defronte da igreja de S.^{ta} Maria dos Olivais, repousa em alicerces argamassados, com a mesma orientação ortogonal das construções romanas de *Sellium* (Fig.1). Aquele monumento, ao nível do solo, repousa num envasamento formado por silhares regulares e quadrangulares, lembrando os socos de templos e mausoleús romanos. É provável que a torre de S.^{ta} Maria dos Olivais tenha sido ou um templo ou um mausoleú- cenotáfio¹⁵. Esta construção sugere a mesma ambiência de outros três monumentos romanos, de difícil iden-

⁹ Cf. PONTE (Salete da), Estação arqueológica na Rua Carlos Campeão: relatório preliminar de 1982/83, "Arqueologia na Região de Tomar (da pé-história à actualidade)", 1985, 1, pp. 89-101.

¹⁰ Cf. *id. ibidem*, p. 92, fig. 6.

¹¹ Cf. *id. ibidem.*, Tomar e o seu Território - Problemática e perspectivas futuras, "Actas do Seminário "O espaço rural na Lusitania. Tomar e o seu Território", 1989, Tomar, 1992, pp. 25-29 (= O espaço rural); Cf. JORGE DE ALARCÃO, O território de Sellium, Actas do Seminário "O espaço rural na Lusitania. Tomar e o seu Território (1989)", Tomar, 1992, pp. 9-23.

¹² Cf. Ponte (Salete da) A cidade: memórias e sobrevivências históricas "Bol. Cultural", Tomar, n.º18, Março 1993, pp. 145-157 (p. 148); Cf. JORGE DE ALARCÃO, O domínio romano, *Nova História de Portugal*, Lisboa, 1990, vol. 1, pp.342-489 (pp. 447-448).

¹³ Inscrição dedicada ao Génio do Município, elevando *Sellium* a *Municipium* - Cf. *O espaço rural, op. cit.*, (nota 11).

¹⁴ Cabeça póstuma do Imperador Augusto (Cf. *O espaço rural, op. cit.*, (nota 11)).

¹⁵ O cenotáfio é um monumento funerário que não era usado para a deposição de restos mortais, mas erigido e dedicado à memória do morto.

tificação - a *Torre Funerária do Monte Mozinho* (Penafiel), a *Torre de Almofala* (Figueira de Castelo Rodrigo) e a *Torre de Centum Celas* (Belmonte).

Esta área, sendo, no período romano, a cidade privilegiada dos vivos - a antiga cidade capital de *Sellium* - passa, no tempo medieval, para o espaço sagrado reservado à oração e ao sono eterno do homem.

3. O SOLO SAGRADO

As poucas fontes escritas e arqueológicas permitem-nos analisar e compreender a paisagem medieval deste espaço vivido, por vários grupos cristãos, que procuravam a protecção e segurança da igreja.

É em tempo de calma que a vida urbana ou proto-urbana de *Sellium*, sob o domínio visigótico, recupera nos meados do séc.VI, através da unidade política e religiosa e de um só reino, um certo fulgor económico e social bem patenteado nos vestígios de arte escultórica e arquitectónica conservada em Tomar. Os elementos decorativos¹⁶ e as fontes históricas¹⁷ fornecem-nos achegas preciosas para o estudo da comunidade romano-visigótica durante os sécs.VI-VII d.C.

O topónimo "*Selio*" aparece, no "*Paroquial Suevo-Parochiale Suevicum*" (ano 561), aplicado a uma das sete igrejas da diocese conimbricense, subordinada à metropolita de Braga, capital do reino suevo e sede episcopal.

É neste contexto de organização eclesiástica do Noroeste Peninsular, sob a acção evangelizadora do bispo dumense, *S. Martinho de Dume*, que situamos o núcleo social e religioso das populações de *Selio* ou *Célio*, permitindo o crescimento e expansão da Igreja. A forte influência de *S. Martinho de Dume* manifestar-se-á também no plano artístico, pela construção de vários edifícios sacros, mormente após a conversão dos visigodos ao cristianismo (Concílio de

¹⁶ Cf. PONTE (Salette da) *et alli*, Tomar na Arte Antiga, "*Bol. Cult. e Inf. da C.M.T.*", Tomar, 1983 (n.º5), pp. 105-170; Cf. ROSA (A. de Sousa Amorim), *História de Tomar*, Vol. I, Tomar, 1965, pp. 25-31; Cf. PONTE (Salette da), Presença paleo-cristã em Tomar, comunicação apresentada na IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica, em Lisboa, 1992.

¹⁷ Cf. BARREIRA (Fr. Isidro de), *Histórias da vida e martyrio da gloriosa Virgem Santa Iria, Portuguesa nossa...* Lisboa, 1618 (reed. Lisboa, 1939); Cf. Inquirição de D. Dinis de 1317, A.N.T.T., Gaveta XV, maço 3, n.º15; Cf. CARDOSO (J.), *Agiologio Lusitano*, Tomo II, Lisboa, 1657, p. 68; Cf. ST.ª MARIA (Frei Agostinho de), *op. cit.*, (nota 7) III, p. 461; Cf. SANT-IAGO (Fr. F.), *op. cit.*, (nota 1), pp. 828-829; Cf. GUIMARÃES (V.), *op. cit.*, (nota 1), pp. 150 e 181; Cf. DAVID (Pierre), *L'organisation ecclésiastique du royaume suéve au temps de San Martin de Braga*, "*Études historiques sur la Galice et Portugal du VIe au XIIe siècle*", Coimbra, 1947, pp. 19-44; Cf. Liber Fidei Sanctae Bracarenis Ecclesiae, ed. crist. por Avelino de Jesus da Costa, T. I, Braga, 1965, doc.ºs 10 e 11; Cf. S. TOMÁS (Frei Leão de), *Beneditina Lusitana*, ed por José Mattoso, vol. I, Lisboa, 1974, p. 477.

Toledo, em 589).

As peças ilustradas (Figs. 2-3) inserem-se, pela sua gramática estilística e iconográfica no período de apogeu visigótico, ou seja, no séc.VII-inícios do VIII. É crível que mosteiros e templos cristãos tenham sido construídos neste momento histórico de acalmia e prosperidade da comunidade romano-visigótica de *Selio*.

As peças lavradas e o documento régio de 1317¹⁸ apontam para a existência de arquitectura sacra muito antes da edificação do Castelo Templário, em 1160. Estas peças esculpidas, tais como as placas de vedação decorativas, eram marcos que separavam o espaço litúrgico-santuário, reservado aos clérigos, da área que era destinada aos fieis. Estes elementos arquitectónicos, pelo estilo decorativo, são do séc.VII, post. 4^o Concílio de Toledo, de 633, época a partir da qual se generalizaram as vedações do santuário.

As fontes históricas não nos permitem definir com rigor o espaço urbano ou proto-urbano de *Selio*, que inclui a área dos vivos e dos mortos. Supomos que esta agregaria o solo laico e religioso.

Os testemunhos arqueológicos recentes vêm confirmar que a comunidade romano-visigótica converteu a cidade romana de *Sellium*, num vasto espaço sagrado, onde se erguiam vários edifícios religiosos, sendo um deles, a igreja paroquial- *ecclesia* -. Estas construções sacras eram edificadas em honra de mártires e de santos, cujas relíquias guardavam. Referimo-nos aos mosteiros de S.^{ta} Iria¹⁹ e de S.^{ta} Maria do Selho²⁰ e à capela de S. Pero Fins²¹.

Os enterramentos de inumação da comunidade romano-visigótica ocupavam as imediações dos templos cristãos, mais exactamente junto ao adro das igrejas. A

¹⁸ Inquirição de D. Dinis, *op. cit.*, (nota 2)

¹⁹ Vários autores referem-se à lenda e culto de S.^{ta} Iria, martirizada em 653 - Cf. Fr. ISIDORO DA BARREIRA, *op. cit.*, (nota 17), Cf. VIEIRA GUIMARÃES, *op. cit.*, pp. 200-218 e *passim*; MARTINS (Mário), Estudos da literatura medieval, Braga, 1956, pp. 486-490; Cf. OLIVEIRA (Miguel de), Santa Iria e Santarém, "*Lenda e História*". "Estudos hagiográficos", Lisboa, 1964, pp. 7-55; Cf. Costa (Avelino de Jesus da), *Santa Iria e Santarém*, "Revista Portuguesa de História", n.º14 (1972), pp. 9-63, 521-530; Cf. ROSA (Amorim), *Santa Iria. Padroeira de Tomar*, "AUAMOC", Tomar, 1960, vol. IV, pp. 6-20; Cf. SALEMA (Vasco da Costa), Iconografia de Santa Iria, "*Bol. Cult. e Inf. da C.M.T.*", Tomar, 1985, n.ºs 8-9, pp. 51-87.

²⁰ Cf. Inquirição de D. Dinis, de 1317, onde jurado Pero Pombo chama a Santa Maria do Selho, ao mosteiro dos chamados "monges negrados". Sobre a igreja de Santa Maria do Selho ergue-se a actual igreja de Santa Maria dos Olivais, chamada também de Santa Maria de Tomar; Cf. A.N.T.T. - L.º dos Registos Contractos e Doações do Convento de Cristo, de 1229, (doação de Asseiceira - Comunidades e Alcaide de Tomar - Juiz e Oficiais da Câmara de Tomar) - Escritura de Pedro Ferreiro, de Asseiceira, fez a doação daquelas terras à Ordem do Templo, incluindo o *Olival de S. Martinho* "por manter uma lampada acesa em Santa Maria de Tomar em veneração de S. Felix, e o nosso fomo de Tomar" (Cf. *Anais do Município de Tomar*, (1137-1453) vol. VIII, Tomar, 1972, pp. 93-94.)

²¹ Cf. Tombo da Igreja de S.^{ta} Maria do Olival, Arqv.º A.N.T.T.

igreja paroquial constituía o pólo dinamizador do aglomerado urbano da cidade medieval, cujo urbanismo marcava o espaço sagrado e um espaço cemiterial.

Não existia no reino visigótico uma separação nítida do poder laico e religioso. Os bispos estavam sob as ordens dos *duces provinciales* ou dos *comites civitatum* (magnates palatinos) ou *gardingi* da corte régia, que administravam os territórios provinciais.

Selio, no entanto, pela "*Diviso Wambae*" dos finais do séc.VII²², passaria a paróquia da diocese conimbricense. Situava-se no limite sul daquela diocese e a egitaniense²³.

É neste contexto geográfico e histórico, que a região seliense é designada pela primeira vez de "*Nabam*", "*Nambam*" ou "*Navam*".

É do topónimo *Namba* que provém o hidrónimo Nabão, bem como o nome da esplendorosa cidade cristã de *Nabância* ou *Nabança*, fenix da mitologia local do séc. XIV²⁴, que renasceria das cinzas pagãs da antiga cidade romana de *Sellium*, depois *Selio* ou *Celio*, que deu nome ao templo cristão de S.^{ma} Maria do Olival ou Olivais, o de S.^{ma} Maria do *Selho*.

A invasão dos muçulmanos em 711 provocou a derrocada da monarquia visigótica, bastante fragilizada durante os meados do séc.VII, pelas constantes revoltas interiores endémicas da oligarquia goda, e pela autoridade crescente das igrejas paroquiais.

Cronistas árabes dos sécs. IX e X²⁵ relatam a entrega sem luta dos centros urbanos de Coimbra e de Santarém, a exemplo de outras cidades. É neste período de indefinição política, que se perde o topónimo *Selio* e aparece em seu lugar, o nome de *Thomar*, designação dada pelos árabes ao rio Nabão, segundo cronistas do séc. X e XII²⁶. O nome de Nabão reaparece, a par de *Thomar Templariorum*, num documento de 1254²⁷, onde são referidos paralelamente os

²² A "*Diviso Wambae*" ou *Hitation* (de *Itatio* diferente de marcação de limites) - Cf. ALMEIDA (D. Fernando de), *Egitania*, p. 50, Lisboa, 1956. Era uma lista de demarcação de todas as paróquias do reino visigótico, com a delimitação das dioceses pelos 4 pontos cardeais. O monarca Wamba reinou entre 672-680.

²³ Cf. LIBER FIBEI, *op. cit.*, (nota 17), L. I, doc.º 9; Cf. DAVID (Pierre), *op. cit.*, (nota 17), pp. 1-4; Cf. GUIMARÃES (V.), *op. cit.*, (nota 1), p. 102.

²⁴ O Topónimo Nabancia é referido em doc.ºs do séc. XIV (Inquirição de 1317) e dos sécs XVI-XVIII (notas 7 e 17).

²⁵ Cf. ARAÚJO (Luis Manuel de), Os muçulmanos no Ocidente Peninsular, "*História de Portugal*" (dir. por J. Hermano Saraiva) vol. I, Lisboa, 1984, p. 250.

²⁶ Cf. Crónica do historiador cordovês (Al-Razi) Ahmad Al-Razi, falecido em 955, traduzida por ordem do rei D. Dinis (sé. XIV), seguida de uma tradução castelhana. Cf. *Chronica Gothorum* que regista o nome de *Thomar* ao descrever a derrota dos cristãos nesta cidade em 1137. "eventit infortunium super christianos in Tomar" (*Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo Post Christum Usque ad Quintum Decimum. Scriptores*), vol. I, Lisboa, 1856, p. 12.

²⁷ Cf. LEAL (Manuel Pereira da Silva), *Memórias para a história eclesiástica do Bispado da Guarda*, Tomo, I p.3 - "*A nava de Juncoso, sive Nabão/fluvio qui fluit juxta castrum de Thomar Templarionum ...*"

dois topónimos, um designando o rio-Nabão- e o outro a região - *Thomar*.

Durante os sécs.VIII-IX a orgânica administrativa romano-visigótica foi substituída pela administração muçulmana. A região *Selio-Nabam* (Nambam ou Navam) integrou-se na *Kura* (distrito) de *Qulumriyya* (Coimbra), sede de distrito (*Kuwar*)²⁸.

Julga-se que a conquista de Coimbra pelos cristãos (878-987) fez com que a região de *Selio-Nabam* passe para o domínio de *Santarin*.

Não existindo informações históricas bastante claras, muito mais obscuro se nos apresenta o painel sócio-económico das populações locais, até à Reconquista.

Houve neste período do domínio muçulmano conivência entre cristãos e muçulmanos, o que possibilitou a uma certa acalmia e conseqüente prosperidade da região. É assim que os cristãos conservaram os seus usos e costumes, as suas leis e as instituições civis e religiosas, a troco de uma tributação estabelecida²⁹, bem como a permanência dos templos cristãos até à Reconquista.

Desconhecemos, no entanto, onde se situaria o casario e o cemitério da população moçarabizada desta região.

As informações históricas de que dispomos sobre a permanência de muçulmanos na região tomarense são bastante ténues e muito dispersas. Esta dificuldade não obsta à possibilidade de podermos reconhecer algumas marcas visíveis da presença muçulmana nesta região.

Referimo-nos à sobrevivência de numerosos topónimos³⁰, à introdução e desenvolvimento de técnicas, de engenhos hidráulicos- açudes de estacaria e rodas hidráulicas³¹, de certas espécies vegetais, de culturas mediterrânicas, de usos e costumes ainda nos hábitos das populações tomarenses. Citemos ainda a exumação de uma moeda muçulmana, de 711, em prata³². Poder-se-á admitir,

²⁸ Cf. ARAÚJO (L. Manuel de), *op. cit.*, (nota 25), p. 253.

²⁹ Cf. MATTOSO (José), Os moçárabes, "*Fragmentos de uma composição medieval*", Lisboa, 1987, p. 27.

³⁰ Cf. FARINHA (Antonio Dias), Constituição para o estudo das palavras portuguesas derivadas do árabe hispanico, "*Portugaliae Histórica*", vol. I (1973), p. 262 (Albardão), p. 258 (Alecrim, Azambujal, Laranjeiras, Casal de), p. 252 (Aljube, Almoxarife), p. 260 (Almoinhas), p. 257 (Arrabal de, Azinhaga), p. 254 (Atalalias), p. 263 (Azenha); Cf. RIBEIRO (Orlando) Portugal e o Algarve. Singularidade de um nome de provincia, "*A formação de Portugal*", Lisboa, 1987, p. 108 (Algarvias).

³¹ Cf. FERREIRA (Fernando), *Coisas simples da terra tomarense - O rio, os açudes e as rodas*, Tomar, 1976, p. 39; Cf. PONTE (Salette da), Tomar: História e geografia humanas no espaço e no tempo, "*Arqueologia na região de Tomar (da pré-história à actualidade)*" Tomar, 1985, 1, pp. 13-25 (p.21). Estes autores admitem que este sistema hidráulico foi introduzido no período tardo-romano.

³² Moeda achada à superfície no Forum de Sellium. Esta moeda é provávelmente contemporanea de algum destacamento do Oriente, junto às tropas que acompanharam Musa, o governador de África. Trata-se de um dirham de prata, dos califas omíadas de Damasco, batido na parte oriental do Irão. Diz ter sido em Sijistan no ano 92. Era uma das provincias da antiga Pérsia, fazendo hoje fronteira com o Afganistão.. A capital era Zarauj onde terá sido batido o espécimen - (Classif. e descrição apresentada pelo Dr. José R. Marinho).

no entanto, que o núcleo habitacional se situaria na colina da margem direita do Nabão e muito provavelmente num recinto amuralhado. As fontes, porém, não permitem averiguar se teria existido na colina onde se situa o Castelo Templário, um recinto fortificado ou uma fortificação anterior àquele Monumento. Constatamos sim que o Castelo, de forma poligonal, conserva, além da Porta de Almedina ou Porta do Sangue, e de alguns lanços de muralha anteriores às construções gualderianas, uma calçada de estilo moçárabe aproveitada para piso térreo do pátio interior, de acesso aos Paços Antigos ou Paço do Infante³³.

Os mortos da cidade eram levados para as *maqbara* de fora de portas. O cemitério muçulmano deveria ficar nas imediações do actual Castelo Templário, ou em zonas próximas dos cemitérios cristão e judaico.

Os achados e a investigação arqueológica efectuada na Cerrada de João do Couto³⁴, confirmam que esta vasta área foi o local cristão de enterramentos sucessivos desde o séc. V ao XVI d.C.

4. RESULTADOS ARQUEOLÓGICOS

O terreno de S.^{ta} Maria dos Olivais foi, com a morte da cidade-capital de *Sellium* e nascimento de *Selio* suevo-visigótica³⁵, cemitério do núcleo populacional aí residente, maioritariamente romano-visigótico. Desde então, ergueram-se vários edifícios religiosos que zelavam dentro e fora do recinto sagrado, pelo descanso eterno dos mortos.

A documentação escrita não menciona o sítio de enterramento dos árabes, judeus e moçárabes que residiam em Tomar, a par da comunidade romano-visigótica e cristã dos sécs. XII-XVI d.C.

Restam-nos os testemunhos arqueológicos recentes, que nos fornecem dados curiosos sobre o vasto recinto sagrado, situado na margem esquerda do Nabão (Fig. 4).

Localizamos enterramentos de inumação em pleno solo do Forum, após o seu abandono e destruição, datando do séc. V d.C. (Fig.5); outros, porém, bem mais tardios situam-se entre os sécs. VIII-IX d.C.

³³ Cf. PONTE (Salete da) e SILVA (Pedro L. da), Abordagem arqueológica dos Paços do Castelo dos Templários (sondagem 1985), "Bol. Cult. e Inf. da C.M.T.", Tomar, 11/12 (1989), pp. 55-76 (p. 65).

³⁴ Cf. VASCONCELOS (L. de), "O Archeologo Português", 1917, vol. 22. O autor refere que a Cerrada de João do Couto era uma propriedade do Conselheiro João Tamagnini Barbosa, chamada Serrazeda (31/10/1895).

³⁵ Cf. *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), vol. 1, Lisboa, 1992, "A decomposição do mundo romano", pp. 323-338 (p.329).

As escavações efectuadas defronte da Torre Sineira de S.^{ta} Maria dos Olivais³⁶, e do lado poente da via de Marmelais, forneceram-nos dados de datação segura, sobre vários enterramentos de inumação, datáveis entre os sécs. V/VI-XVI d.C., onde naturalmente detectamos a existência de vestígios romanos (Figs. 6-7).

4.1. Testemunhos materiais: Alta Idade Média

Em Junho de 1990 fez-se uma prospecção electro-magnética no local³⁷ onde depois se efectuaram 2 campanhas arqueológicas, uma em 1990 e outra em 1992.

O mapa de resistividade aparente apresentava alguns alinhamentos que evidenciavam “uma clara ortogonalidade”, confirmada depois pela intervenção arqueológica.

Adoptou-se, então, para o terreno virgem, defronte da torre sineira, uma malha planimétrica com cerca de 800m² (40X20m). Os trabalhos efectuados em toda a extensão do terreno e, muito particularmente no sector A, forneceram diversos esqueletos humanos, orientados para nascente e correspondentes a vários enterramentos entre os sécs.V e XVI d.C. Todos eles foram enterrados a diferentes cotas do ponto 0 (Figs. 4.8-9), próximos uns dos outros, mas em níveis estratigráficos perfeitamente distintos.

Os muros achados em A1 e A1A correspondem a testemunhos romanos que foram aproveitados para o enterramento colectivo de cadáveres que conservavam algum material funerário, tais como moedas, brincos, pulseiras, colares e alfinetes de cabelo, em bronze e em prata.

Estes enterramentos à cota de 1.10-1.20 metros fornecem, pelos objectos que lhes estão associados, ora um *terminus post quem*, ora um *terminus ante quem*, da época em que aquele espaço se tornara cemitério do núcleo populacional cristão que ali residia, entre os sécs. V e o XII d.C. Destacamos como exemplo, as peças de adorno, de tradição visigótica e merovíngia.

Os esqueletos repousam directamente no solo, sendo aberta uma cova ovalada que servia de leito e de cafre ao morto. Em volta da cova aberta, o esqueleto era rodeado por pequenas pedras, sendo marcada a zona de cabeceira e a dos pés, com blocos afeiçoados, que provinham das estruturas antigas que

³⁶ A primeira campanha arqueológica realizou-se durante o mês de Outubro de 1990, com o apoio técnico científico da E.S.T.T. e do C.E.P.P.R.T..

A 2.^a acção arqueológica teve a duração de dois meses Julho-Agosto, no ano de 1992.

³⁷ Equipa de Geofísica do Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro, coordenada pelo Eng.^o Manuel Senas Matias. Foi usado “O método de mapeamento de resistividade aparente, utilizando o dispositivo Werner, com distância interelectrónica de 1.5 metros.

se encontravam em ruínas.

O esqueleto nº 2 da quadrícula A12 (Fig. 9) teve direito e honra a um caixão de madeira, deixando como vestígios materiais, uma série de pregos de ferro, registados “*in situ*”.

Não pudemos precisar com rigor, se a disposição destes enterramentos, aparentemente individuais, corresponderão ou não, aos esqueletos das quadrículas A1, A12 e A7, que formam espaços nucleares bem definidos, onde detectamos o enterramento colectivo de um homem (pai?), mulher (mãe?), adolescentes e crianças (filhos?).

Constatamos que os enterramentos a uma cota superior a 1.10 metros/ /90cms correspondem a um outro painel histórico, ou seja, ao período post Reconquista.

4.2. Testemunhos materiais: Baixa Idade Média

A edificação do Castelo por D. Gualdim Pais em 1160 e o estabelecimento da sede da Ordem Templária, em Tomar, permitiram o repovoamento da região e, assim, o renascimento do agregado urbano extra-muralhas da Vila-Castelo. O aumento demográfico e a recuperação económica da região tomarense deuse, graças à estabilização política e social, nomeadamente a partir de D. Afonso II (1211-1223). É neste clima de tranquilidade que surge a construção da igreja de S.^{ta} Maria dos Olivais, na 2.^a metade do séc.XII, onde existira o mosteiro de S.^{ta} Maria do Selho. D. Gualdim Pais, Mestre da Ordem Templária foi aqui sepultado, em 1195³⁸. Porém, não se sabe ao certo quando este local de enterramento restrito aos Cavaleiros da Ordem, se tornou aberto a toda a população. Por outro lado, a fome que, “assolou o país e, nomeadamente o Isento de Tomar, em 1202, e a peste que grassou esta mesma região”, em Agosto de 1206 (M^o 66 da Ordem de Cristo-Arq^o N.T.T.) dizimou uma vasta franja da população, cujos enterramentos tiveram lugar no terreno de S.^{ta} Maria dos Olivais, ultrapassando o átrio da igreja e o das 5 capelas contíguas³⁹, que formavam o cemitério propriamente dito desta Vila. Ora, os testemunhos arqueológicos confirmam que o terreno de S.^{ta} Maria dos Olivais tornou-se no cemitério da Vila, muito provavelmente no último terço do séc.XII, mais exactamente no tempo de D.

³⁸ Cf. Arqv.^o N.T.T.- L.^o das Escrituras - 2.^a parte (Cf. *Anais do Município*, VIII (1137-1453), Tomar, 1972, p. 58.

³⁹ A capela de S. Pero Fins (demolida em 1840); a de S. Pedro Apóstolo (situada entre a de S. Pero Fins a a de S.^{ta} Maria dos Olivais); a de S. Miguel, a poente da igreja paroquial e a par desta e à sua ilharga a capela de S.^{ta} Maria Madalena; finalmente a capela de S.^{to} Ildefonso (situada a sudoeste de S.^{ta} Maria dos Olivais).

Sancho I. O mobiliário funerário assim o sugere. Referimo-nos a moedas portuguesas, brincos, anéis e pulseiras achadas junto aos enterramentos de inumação⁴⁰. Destacamos a presença de uma estela funerária, fragmentada que, reaproveitada, foi colocada à cabeceira do féretro, tendo gravada, numa das faces, uma cruz de braços curvilíneos (Fig. 10), e na outra uma estrela de 5 pontas, marcando o repouso de um esqueleto feminino, que se fez acompanhar de alguns objectos de adorno pessoal (Fig. 11-12).

Os enterramentos entre os reinados de D. Afonso III (Fig. 13), D. Afonso V (Fig. 14) e D. Manuel I foram encontrados respectivamente à cota de 87 a 72 cms e de 70 a 50 cms e de 50 a 40 cms. Os ceitis que aparecem associados aos esqueletos adultos⁴¹, não só os datam como também confirmam que este local continuou a ser o cemitério da população cristã.

Outro aspecto importante a reter é que estamos na presença de enterramentos sucessivos e, muito provavelmente perante núcleos de agregados familiares dizimados, ora pela fome, ora pela peste, ora pela guerra⁴², que assolou esta região, pelo menos 300 anos⁴³.

Foram assinaladas densas manchas de enterramento colectivo, onde são notórios esqueletos de crianças, adolescentes e adultos, de ambos os sexos.

Resta-nos, no entanto, aguardar pelo resultado de análise osteológica de vários esqueletos exumados, a fim de podermos revelar com precisão, para

⁴⁰ Na quadrícula A1, A1A e A1B foram encontrados com os esqueletos de idade adulta, dos sexos masc. e feminino, vários achados funerários, tais como moedas, alfinetes de cabelo e brincos (A1, A1A, A1B).

⁴¹ Na quadrícula A2, o esqueleto n.º1, tinha um ceitel de D. Afonso V, o qual conservava restos de tecido vegetal, muito provavelmente de linho, roupa do morto ou a mortalha que o envolvia.

O esqueleto n.º2, de idade adulta e masculino, tinha um ceitel de D. Afonso V; o esqueleto n.º1 de A7, de idade adulta e feminino, com altura de 1.20 metros tinha brincos e um anel; o esqueleto n.º2, de idade adulta e masculino de A7 tinha uma moeda de D. Afonso V. Este tinha 1.72 metros.

O esqueleto n.º1 de A1 é de idade adulta, masculino, tendo associado 1 moeda de D. Manuel I; o esq. n.º1 do A12 é de idade adulta e feminino, tendo associado 1 ceitel de D. Manuel I; tinha 1.55 metros de comprimento e conservava na omopla direita 1 alfinete de cabelo, em bronze.

⁴² Refira-se a 2.º incursão das almoçadas em 1190, tendo saqueado e incendiado casas e culturas na zona exterior às muralhas da vila - Cf. *Portugal na Espanha Árabe*, org. por António Borges Coelho, vol. III, Lisboa, 1973, pp.311-315, que transcreve Ibn Khaldun e a chancelaria almóada.

⁴³ Cf. *Anais do Município, op. cit.*, (nota 38), p. 66. Em 1202, "A Grande Fome" - Alcaide de Tomar"- Arqv.º N.T.T., Ordem de Cristo - Convento de Tomar - M.º66; Cf. *id. ibidem.*, p.70 - *A Peste assolou em Agosto de 1206* Arqv.º N.T.T. - Conv.º de Tomar, M.º66 da Ordem de Cristo; Cf. *id. ibidem*, p.445 - *D. Henrique e Ceuta - A Peste* "; Cf. *Arquivo Segreto Vaticano. Regestum Supplicatione*; Cf. *id. ibidem* ., VIII (1454-1580), Tomar, 1971, p. 29 - "*Capela de S. Sebastião - A Peste* " (1645). Foi feita nos começos de 1465 e demolida cerca de 1905 - Cf. Arqv.º N.T.T.. . Testamento do Martins Gil; Cf. *id. ibidem* ., VIII (1454-1580), p. 75 - "*A Peste em Tomar - Sacristão do Convento - Contador do Mestrado* " - Arqv.º N.T.T. Gaveta 7, M.º18. N.º1; L.º12 da Reformação das Gavetas; Cf. *id. ibidem* ., p. 367, *A Peste* (1565) - Arquivo Histórico da C. M. Lisboa - Livros de Reis-VIII; Cf. *id. ibidem* ., p.337 (*A Peste*) - Houve nova epidemia de peste no verão de 1569 parece que bubónica - Cf. Arq. Hist. da C.M.L. - Livros de Reis - VIII; *id. ibidem*, p.383 - *Peste*, em Janeiro de 1571; Cf. Arq. Hist. da C.M.L. - Livros de Reis-III.

além do tipo, da idade e do sexo, as causas (fome, peste, guerra, etc.), que motivaram o enterramento colectivo - vala comum -, "*ad sanctos*" em determinados períodos históricos, detectando também outras doenças que provocaram deformidades ósseas dos sepultados.

Em suma, os enterramentos efectuados entre os meados do séc.XII e XVI no cemitério cristão de Tomar, fornecem-nos um painel das vicissitudes históricas desta comunidade, que, quer sob a alçada da Ordem Templária, quer sob a Ordem de Cristo, estiveram em luta quase permanente com a fome, a peste e a guerra.

O reduto defensivo templário foi cercado em 1190 pelos almóadas, saqueando e incendiando casas e cultivos extra-muralhas da Vila.

A chancelaria almóada⁴⁴ refere-se a acção económica templária nesta região, transformando-a numa zona rica e fértil, com vinhas, árvores de fruto e excelentes terrenos de cultivo.

Os confrontos entre cristãos e muçulmanos provocavam, porém, inúmeras privações de desenvolvimento económico, criando um clima de instabilidade entre as populações residentes. A fome, a peste e o insucesso agrícola concorreram para entrar o crescimento demográfico e económico. O surto da peste e da fome foram, no entanto, vencidos, graças à política estabilizadora dos reinados de D. Afonso II e de D. Sancho II, que afastaram do reino português o flagelo almóada.

Outros acontecimentos históricos tiveram repercussões em Tomar, e que afectaram a população tomarense. Referimo-nos aos efeitos da peste negra, em 1348⁴⁵, aos tumultos de 1373 e 1379, por descontentamento com a política fernandina⁴⁶, e o novo surto de peste, em 1493⁴⁷.

É certo que a investigação arqueológica não permite, de momento, apresentar um painel exaustivo dos efeitos políticos e sociais que motivaram inúmeros mortos, de entre os cristãos que foram a enterrar no cemitério público, em S.^{ta} Maria dos Olivais.

⁴⁴ Cf. A Chancelaria Almóada; *op. cit.*, (nota 42), pp. 314-315.

⁴⁵ Cf. CONDE (Manuel Silvio Alves); *Tomar Medieval. O espaço e os homens (Sécs. XIV-XV)*, Lisboa, 1988, p. 32; Cf. Arqv.^o N.T.T., Ordem de Cristo, cod. B-51-41, fls. 38v-39). O autor refere à preocupação do infante D. Fernando pela existência de pardieiros na principal rua da vila, em 1466.

⁴⁶ Cf. *id. ibidem.*, *op. cit.*, (nota 45), pp. 33 e 62.

⁴⁷ Cf. A.N.T.T., gaveta VII, maço 18, n.^o 1 (CF. VIEIRA GUIMARÃES, *op. cit.*, pp. 192-193).



Fig. 1 — Pormenor da base da torre sineira, assente num maciço argamassado.



Fig. 2 — Placa de vedação. Finais do séc. VI - inícios do VIII. Achada entre S.^{ta} Iria e S.^{ta} Maria dos Olivais. Depositada no Claustro da Lavagem do Convento de Cristo (Tomar).

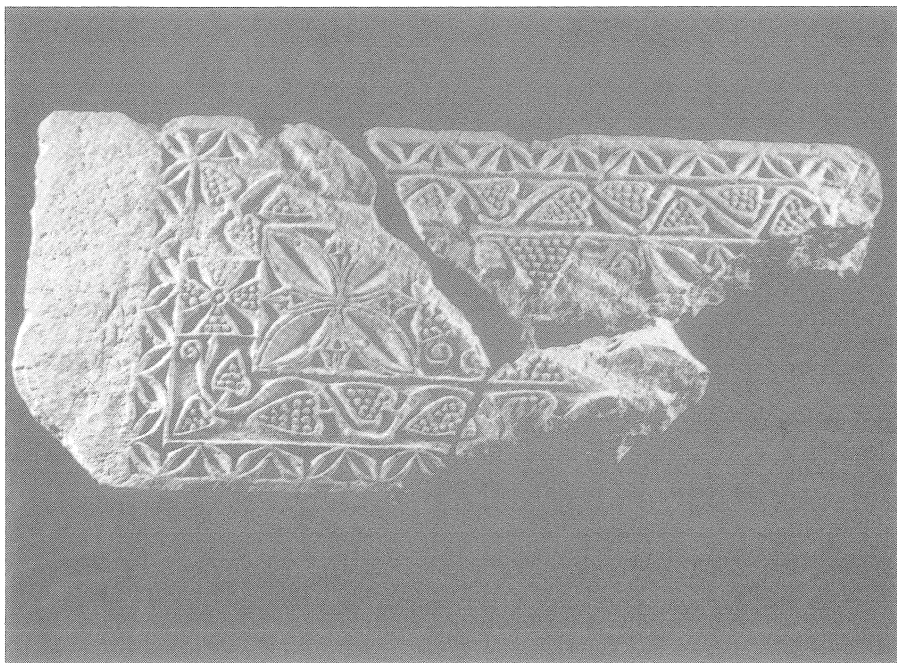


Fig. 3.— Placa de vedação. Séc. VII. Achada nas imediações da Igreja S.^{ta} Maria dos Olivais. Depositada no Cl. da Lavagem.

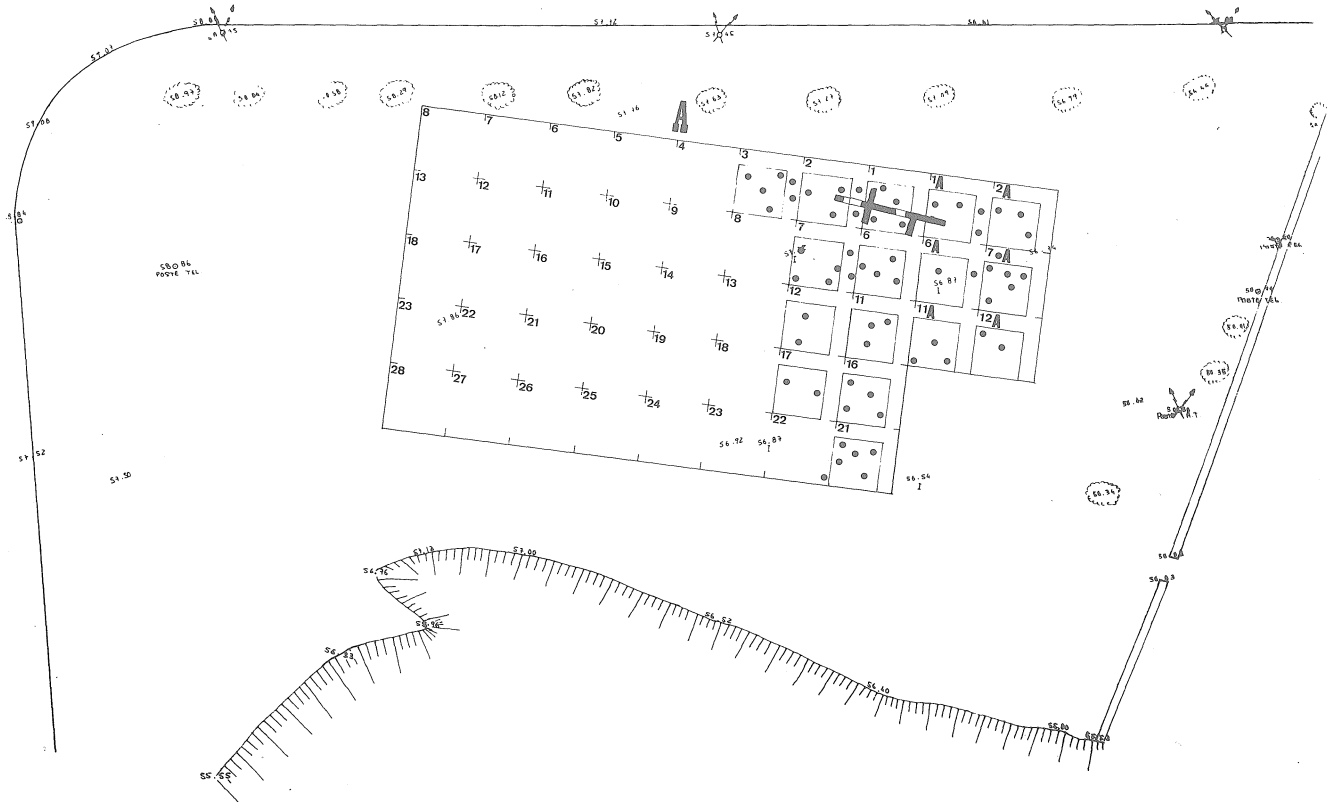


Fig. 4 — Levantamento topográfico do Cemitério de S.ª Maria dos Olivais.
 Cada unidade da quadrícula utilizada: 4 m de lado.

Est. IV

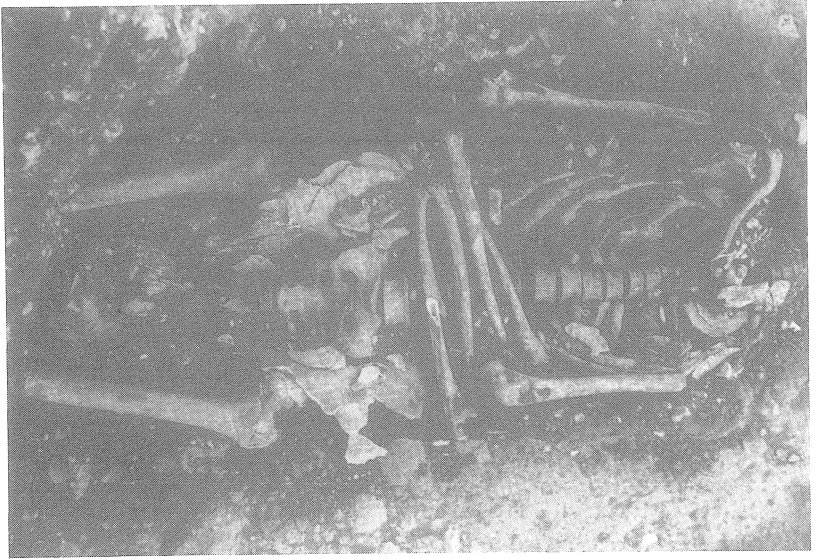


Fig. 5 — Esqueleto masculino encontrado no Forum. Séc. V d. C.

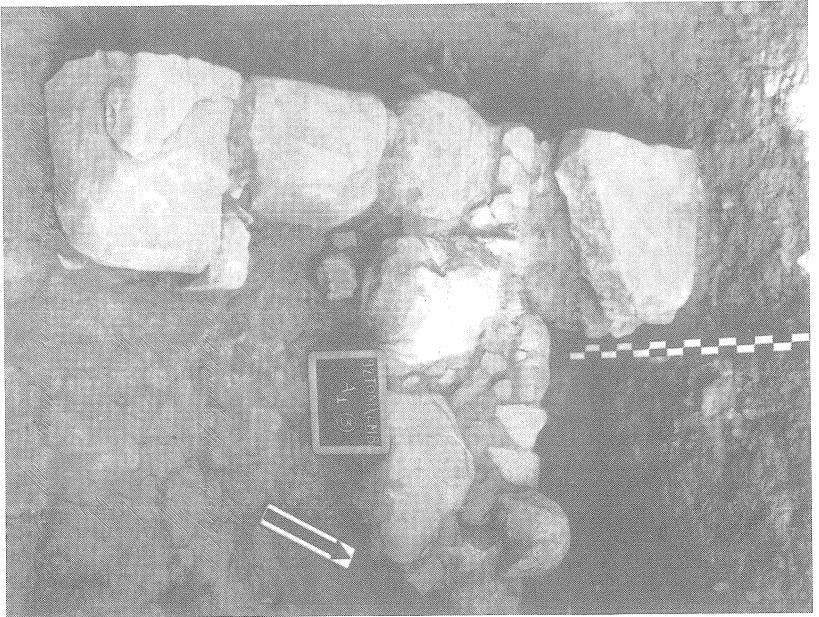


Fig. 6 — Alicercas romanos aproveitados para enterramentos de inunção - A1 (3).
Post. D. Afonso III.



Fig. 7 — Esqueletos de homem e mulher - A1 (3). Post. D. Afonso III.

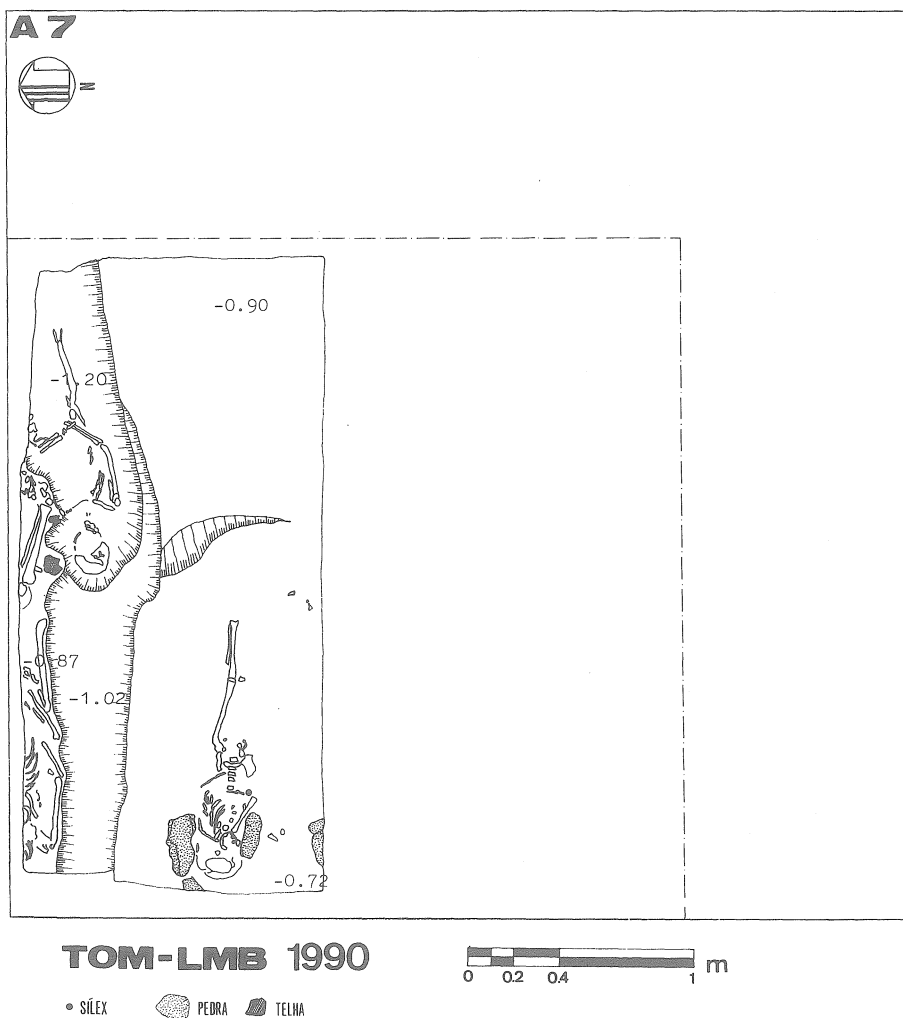
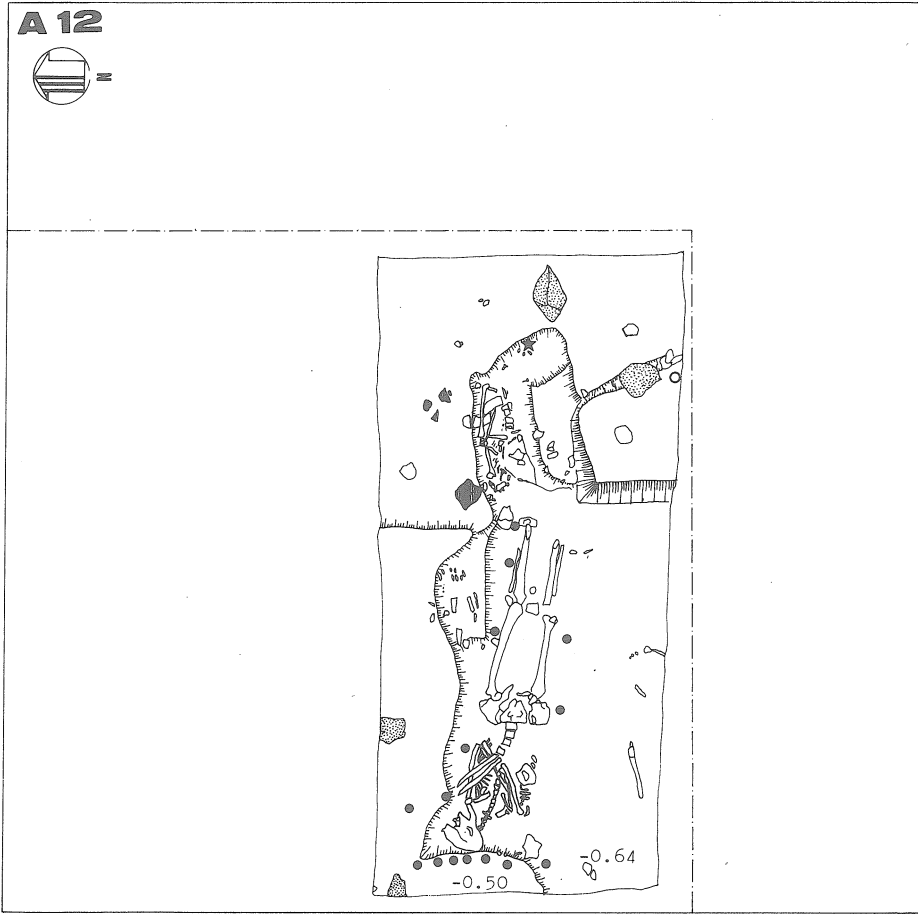
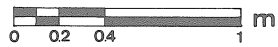


Fig. 8 e 9 (esta última na pág. seguinte) — Desenho de esqueletos achados a cotas diferentes (A7 e A12).



TOM-LMB 1990



○ PREGOS ★ BRONZE ● PEDRA ■ TELHA

Fig. 9



Fig. 10 — Fragmento de estela funerária de sepultura feminina
A1. Banq. Sul (3). Post. D. Afonso III.

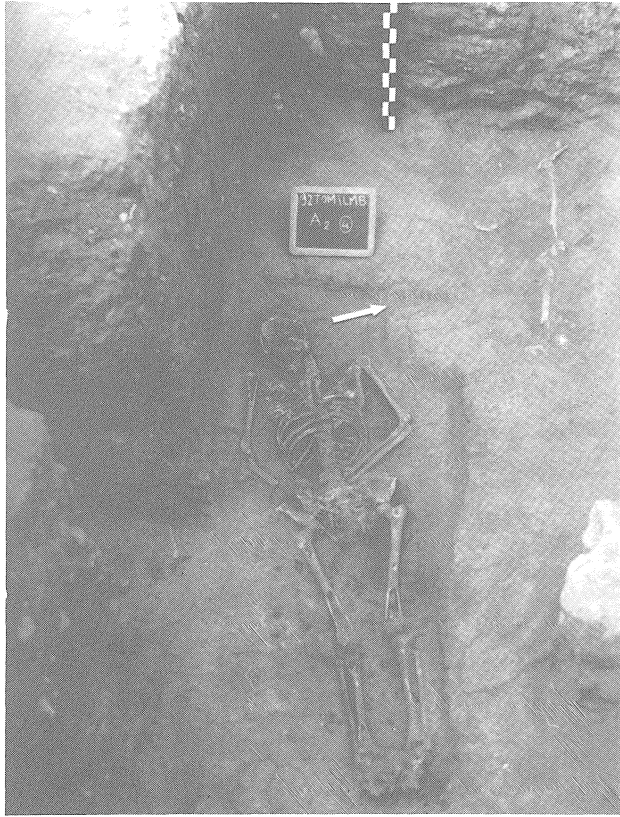


Fig. 11 — Esqueleto de mulher associada a
objectos de adorno A2 (4).
Post. D. Sancho I.

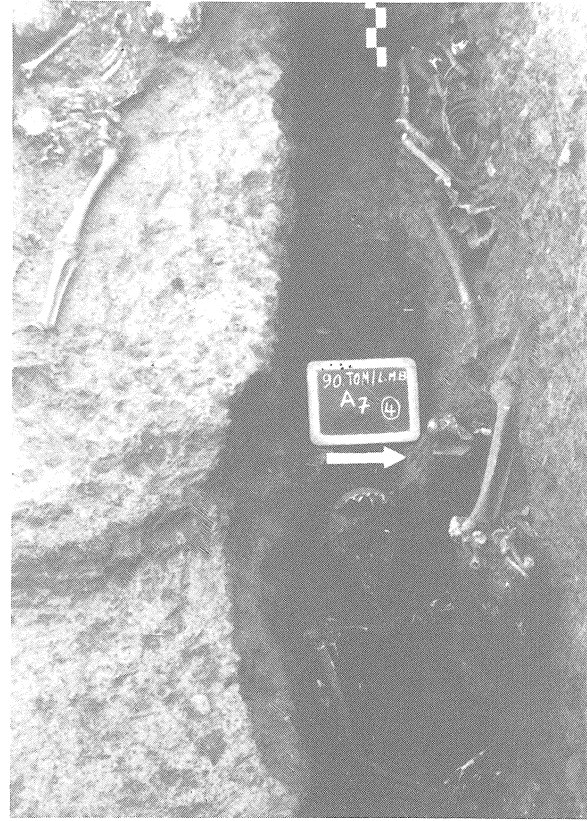


Fig. 12 — Vários enterramentos de adolescentes
e mulheres, com objectos de adorno pessoal
- A7 (4). Post. D. Sancho I.

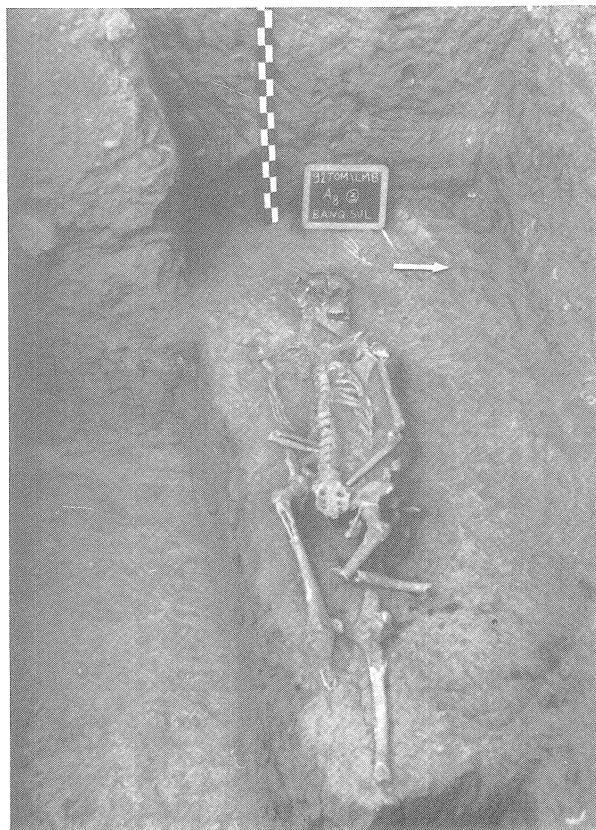


Fig. 13 — Esqueleto de homem - A8. Banq. Sul (3). Post. D. Afonso III.



Fig. 14 — Esqueleto de adolescente - A11 (2). Post. D. Afonso V.

¿CRISTIANO O MUSULMAN? LAS AVES EN LOS ASENTAMIENTOS MEDIEVALES

por

Francisco Hernández Carrasquilla y Adolfo Aguilar Balfar*

Resumen: En el presente trabajo se estudian los restos de aves de una docena de yacimientos medievales peninsulares, tanto musulmanes como cristianos. Se utilizan técnicas estadísticas multivariantes, con el objeto de detectar patrones diferenciales, tanto en lo relativo a las distintas especies presentes, como en el uso y explotación que se hace de ellas.

Palabras-clave: Medieval. Aves. Explotación.

INTRODUCCION

El estudio de los restos de fauna asociados a yacimientos medievales presenta peculiaridades de notable interés frente a yacimientos de épocas históricas tempranas, protohistóricas o prehistóricas. El excelente grado de conservación, en la mayoría de los casos, del material obtenido, permite, con mucha frecuencia, obtener información de gran calidad; existe además la posibilidad de contrastar los resultados del análisis faunístico con fuentes documentales de diversa índole. Además, la proximidad en el tiempo de estos yacimientos, nos facilita la comprensión de los cambios paisajísticos y medioambientales que han conducido a los ecosistemas actuales.

La Península Ibérica presenta una situación excepcional para el estudio de este período, no sólo por la abundancia de yacimientos, sino porque en un espacio corto de tiempo conviven en una misma área dos culturas dispares, con diferentes concepciones de la vida social, religiosa, económica, etc, así como con actitudes distintas frente a la naturaleza.

Pese a las posibilidades que para el estudio de estas cuestiones a través de la arqueozoología ofrecen los yacimientos medievales, el número de los mismos en los que se han efectuado análisis de fauna es muy limitado, y aún más si nos

* Laboratorio de Arqueozoología, Edificio de Biológicas, Universidad Autónoma de Madrid.

centramos más específicamente en los restos de aves.

Nuestro propósito en este trabajo es analizar hasta que punto el papel de las aves en la vida cotidiana puede diferir entre dos culturas que viven en un mismo territorio e incluso lo ocupan en ocasiones en la misma época.

MATERIAL Y METODOS

Con objeto de normalizar la información disponible hemos seleccionado los yacimientos que contenían cuanto menos 40 restos identificados de aves. Esta condición previa ha reducido el ya escaso número de yacimientos a siete, cuatro musulmanes y tres cristianos. Al ser nuestro objetivo principal buscar modelos o pautas generales, hemos dejado fuera del análisis yacimientos que por una u otra causa presentaban una fauna atípica (p. ej. Cava Baja; HERNANDEZ, F., 1993).

La figura 1 muestra la distribución geográfica de los yacimientos. El apéndice 1 recoge la relación de taxones identificados en la muestra correspondientes a cada yacimiento.

La identificación del material se ha realizado con la ayuda de la colección comparativa del Laboratorio de Arqueozoología de la Universidad Autónoma de Madrid (LAZ-UAM). La metodología seguida es la habitual en este tipo de trabajos y puede verse por ejemplo en AGUILAR, A., 1991 y HERNANDEZ, F., 1990.

RESULTADOS Y DISCUSION

Abordaremos en primer lugar los aspectos generales de las tafocenosis, para después centrar nuestra atención en la Gallina, que es la especie que soporta el "peso" de las muestras.

Las conclusiones que se obtengan han de tomarse con las precauciones debidas al pequeño tamaño muestral; en un futuro, cuando podamos contar con un mayor número de yacimientos, se podrán contrastar las tendencias observadas en este primer trabajo.

a) Importancia de las aves en los asentamientos

Dentro de los valores marginales que suelen suponer los restos de aves dentro de las muestras arqueozoológicas, parece observarse una mayor repre-

sentación de las mismas en los yacimientos musulmanes (6,8 % de media, datos transformados por su arcoseno, FOWLER, J. & COHEN, L., 1976) en comparación con los cristianos (4,8 % de media con idéntica transformación). Sin embargo debemos ser cautos al valorar este resultado, ya que debe puntualizarse aquí que existe una curiosa relación inversa entre el número total de restos de un yacimiento y la proporción de los correspondientes a aves en el mismo. Por lo visto en el material que llevamos estudiado, cuanto mayor es el tamaño de la muestra, menor es la importancia de las aves en la misma (coeficiente de correlación de Spearman, $r_s = -0,72$, $p < 0,05$, $n = 7$). Por tanto, aunque parece existir una tendencia a que las aves tengan mayor peso relativo en los yacimientos musulmanes, habrá que esperar a tener una muestra mayor para poder confirmarlo en su caso.

b) Silvestre frente a doméstico

La proporción silvestre/doméstico puede resultar de utilidad para caracterizar los distintos yacimientos. Esta relación puede indicar hasta qué punto la caza jugaba un papel más o menos importante en la dieta de los asentamientos, e incluso aportar información sobre aspectos culturales, económicos, etc...

La proporción de estos valores en la muestra indica que el componente silvestre en los asentamientos musulmanes (47,3%, $n = 680$) es superior de manera altamente significativa ($X_1^2 = 110,7$; $p < 0,01$) al valor encontrado en los cristianos (15,1%; $n = 383$). La figura 2 muestra gráficamente las proporciones de los componentes silvestre y doméstico de ambos grupos.

Este resultado parece señalar que la caza era una actividad restringida en los asentamientos cristianos. De hecho, en Fuenteungrillo, los únicos restos de especies cinegéticas aparecen asociados al castillo del pueblo. Sabemos por documentos históricos que en este período la caza era, con frecuencia, una actividad reservada a pequeños sectores privilegiados de la población; el yacimiento de Cava Baja (HERNANDEZ, loc. cit.) presenta un sesgo tan llamativo a estos efectos que nos ha movido a retirarlo del análisis, según ya hemos dicho.

Asimismo hemos tomado en consideración si el distinto tamaño de ambas muestras podía afectar a la relación estudiada. Utilizando como parámetro indicador de la riqueza de las asociaciones estudiadas la diversidad ($H' = -\sum p_i \log_{10} p_i$), el coeficiente de correlación de Spearman ($r_s = 0,68$, n.s., $n = 7$) establece que no existe correlación significativa entre ambos parámetros, luego las diferencias entre ambas muestras son reales, y no un artificio metodológico.

Para determinar si existe algún taxón o combinación de los mismos que pueda caracterizar a las faunas cristianas o a las musulmanas, hemos utilizado análisis

multivariantes exploratorios. Sorprendentemente, en todos los análisis realizados hemos obtenido el mismo resultado: es posible diferenciar un yacimiento musulmán de uno cristiano por el número de Anseriformes presentes. Sólo dos especies de este orden han sido recuperadas en los yacimientos (ver apéndice 1), el Anade Real (*Anas platyrhynchos*) y el Anser Común (*Anser anser*), cuyas formas domésticas son descritas habitualmente como Gansos. El primero de ellos no presenta diferencias significativas entre ambas muestras ($X_1^2 = 0,52$, n. s.); es el segundo, el Ganso, al que se deben en exclusiva las diferencias encontradas en las mismas, altamente significativas ($X_{12} = 66,2$, $p < 0,01$) (Figura 3).

Este resultado no deja de ser chocante, ya que los musulmanes conocían la domesticación del Ganso (ABU ZACARÍAS, 1988). En cualquier caso, incluso en los yacimientos cristianos, la cantidad de Ganso hallada en Iberia es notablemente inferior a los valores de otros países europeos, que llegan en algunos casos a equipararse con los de la Gallina. Parece ser, por tanto, que la cantidad de Ganso está en gran parte condicionada por un componente geográfico, más que por una práctica cultural. La necesidad de amplias disponibilidades de agua para su mantenimiento hace que no sea fácil o rentable su mantenimiento en las latitudes meridionales de la Península Ibérica. Esto permite explicar no sólo la mayor abundancia de esta especie en los yacimientos europeos septentrionales en comparación con los meridionales, sino también su distribución en los yacimientos ibéricos, donde es más abundante en los de la mitad norte.

LA GALLINA

La Gallina supone en ambos grupos más del 40% del total de restos identificados, y es por tanto la especie en la que está basada la explotación avícola de los yacimientos. La edad, sexo y el tamaño corporal de los ejemplares de esta especie pueden ser indicadores de la mayor o menor riqueza del asentamiento.

En una economía de subsistencia, las Gallinas se crían principalmente como productoras de huevos para complementar la dieta, y sólo al final de su vida útil en este cometido se consumen directamente; si este fuera el caso, la tafocenosis debería estar dominada por ejemplares adultos, en su mayoría hembras. Por el contrario, en una economía más "acomodada", se consumen mayores cantidades de individuos juveniles, de mayor palatabilidad; por ejemplo, en un estudio comparado de la dieta de una población y del castillo señorial de la misma se comprobó que la proporción de jóvenes en todas las especies era mayor en el castillo (CAREY, 1982).

La proporción de ejemplares juveniles en los yacimientos musulmanes

(46,6 %, n=30) es significativamente mayor que la encontrada en los cristianos (21,8%, n=32; $X_1^2=4,3$, $p<0,05$). Aparentemente, y según este dato, los yacimientos musulmanes se corresponden con sociedades más ricas que las cristianas, ya que se podían permitir el lujo de comerse una parte importante de las gallinas antes de haber entrado en la etapa de puesta y cría.

En cuanto a la proporción de hembras/machos, nuestra muestra arroja los siguientes valores: 12/1 en los musulmanes y 10,5/1 en los cristianos; diferencias que no son estadísticamente significativas ($X_{12}=0,41$; n. s.).

El tamaño corporal puede ser un indicador de la eficacia de las técnicas de reproducción dirigida o domesticación, ya que el fin perseguido en la mayoría de los casos es conseguir animales de mayor talla, para que de este modo proporcionen más carne y huevos de mayor tamaño; y de hecho esta es la tendencia observada en la Gallina a lo largo del tiempo. Cuando se compara el tamaño corporal de una especie con dimorfismo sexual acusado, como es el caso que nos ocupa, es necesario comparar muestras del mismo sexo, ya que en caso contrario las posibles diferencias observadas pueden deberse a diferencias sexuales y no a la existencia de diferentes razas o técnicas de domesticación. Para evitar este riesgo hemos escogido el tarsometatarso como elemento de comparación entre yacimientos, por ser un hueso fácilmente sexable por sus características sexuales secundarias. La longitud máxima del tarsometatarso de hembras en ambas muestras no presenta diferencias estadísticamente significativas ($U=24$, $n=16$, n. s.); si comparamos por ejemplo las Gallinas medievales con las del siglo XVI (yacimiento de la Cartuja, no incluido), si que nos encontramos con que la talla de estas últimas es significativamente mayor ($U=0$, $p<0,05$, $n=21$). Aunque si utilizamos medidas lineales no parecen existir diferencias llamativas entre los dos grupos que venimos considerando, podrían existir diferencias en el peso de los ejemplares (que depende obviamente de medidas cúbicas), que con el análisis anterior pasarían desapercibidas; por tanto como indicador del peso hemos escogido un índice de robustez (Longitud máxima/Anchura mínima), asimismo referidas al tarsometatarso. Como en el caso anterior no existen diferencias significativas entre musulmanes y cristianos ($U=18,5$, n. s., $n=15$), aunque hay una ligera tendencia a presentar mayor peso los ejemplares de asentamientos cristianos. Una vez más, si utilizamos como control la comparación de las Gallinas medievales con las del siglo XVI, sí resultan diferencias significativas ($U=8$, $p<0,05$, $n=20$). Así pues, parece existir una tendencia a lo largo de la Edad Media a aumentar el tamaño corporal de las gallinas; con el cambio de Epoca este aumento adquiere significación estadística. Todo ello apunta a que hay una mejora en el proceso de selección de carácter temporal, aunque no parece ser estrictamente de origen cultural, sino más bien asociada meramente al transcurso del tiempo.

CONCLUSIONES

Finalmente exponemos sucintamente las conclusiones que se deducen de lo anteriormente expuesto:

1.- La contribución de las especies silvestres a los yacimientos es significativamente mayor en el caso de los musulmanes.

2.- Estos mismos yacimientos se caracterizan por la ausencia del Anser Común, *Anser anser*.

3.- Asimismo, presentan, en el caso de la Gallina, una proporción de individuos juveniles significativamente mayor que en el caso de los cristianos.

4.- A lo largo del tiempo se observa un aumento gradual y ligero del tamaño de esta última especie, no significativo, y que no parece tener base cultural.

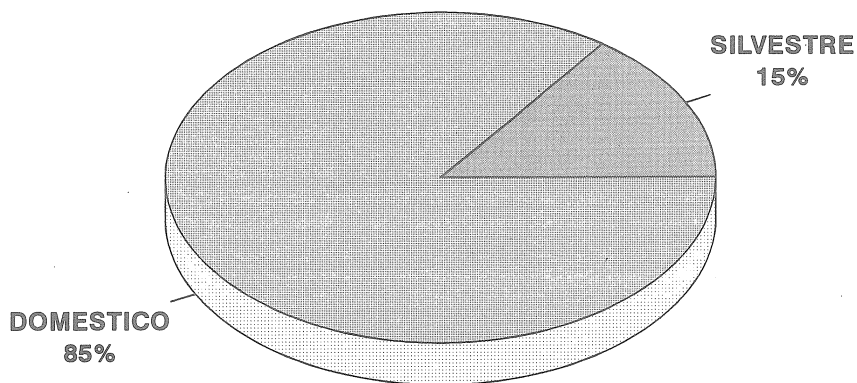
BIBLIOGRAFIA

- ABU ZACARIAS IAHA. (1991). *Libro de Agricultura*. Trad. de J. A. Banguesi (1802). Ed. facsimil. Ministerio de Agricultura. Madrid.
- AGUILAR, A. (1991). Calatrava la Vieja: Primer informe sobre la fauna de vertebrados recuperados en el yacimiento almohade: Segunda Parte: Aves. *Bol. Soc. Esp: de Historia Medieval* 4: 285-309.
- CAREY, G. (1982). Ageing and Sexing Domestic Birds Bones for Some Late medieval Deposits at Baynard's Castle, City of London, in Wilson & al. (Eds.): *Ageing and Sexing Animal Bones*. BAR International Series, 109. Oxford.
- FOWLER, J. & COHEN, L. (1976). *Statistics for Ornithologists*. BTO Guide 22. London.
- HERNANDEZ, F. (1990). *Los restos de Aves de la cartuja de Sevilla. I. Celda del Prior*. Tesis de Licenciatura. UAM. Madrid.
- HERNANDEZ, F. (1993). Una fauna medieval inusual: las Aves de Cava Baja (prov. Madrid, España). *Archaeofauna* 2: 169-174.

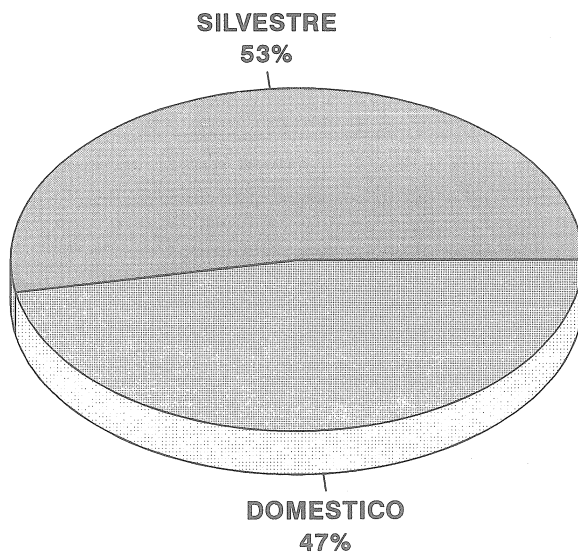


Fig. 1 — Localización geográfica de los yacimientos tratados.

Est. II



CRISTIANO (n= 383)



MUSULMAN (n= 680)

Fig. 2 — Proporciones de los componentes silvestre y doméstico en la avifauna de los dos grupos de yacimientos estudiados.

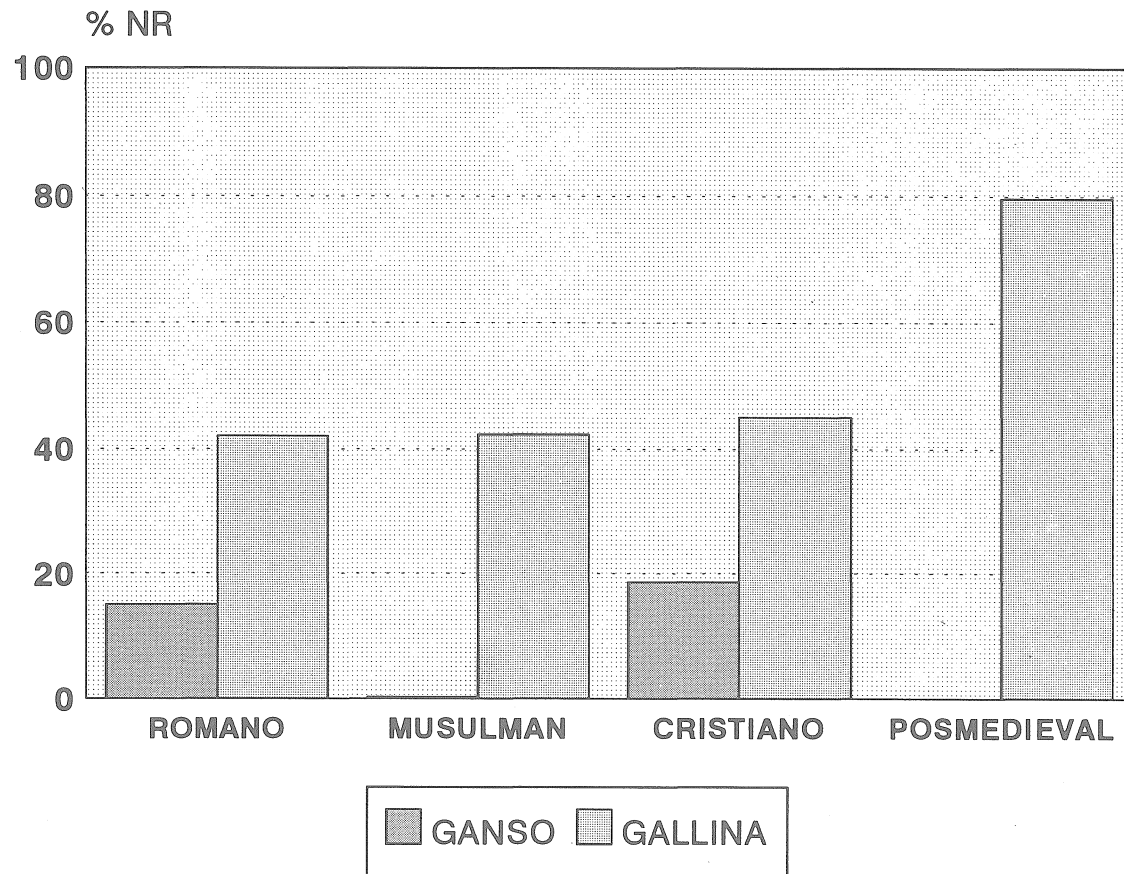


Fig. 3 — Presencia relativa del Ganso y la Gallina en yacimientos de diversos contextos culturales.



Fig. 4 — Cortes en los restos de Gallina pertenecientes a yacimientos cristianos: 1A: Andador; 1B: San Isidro.

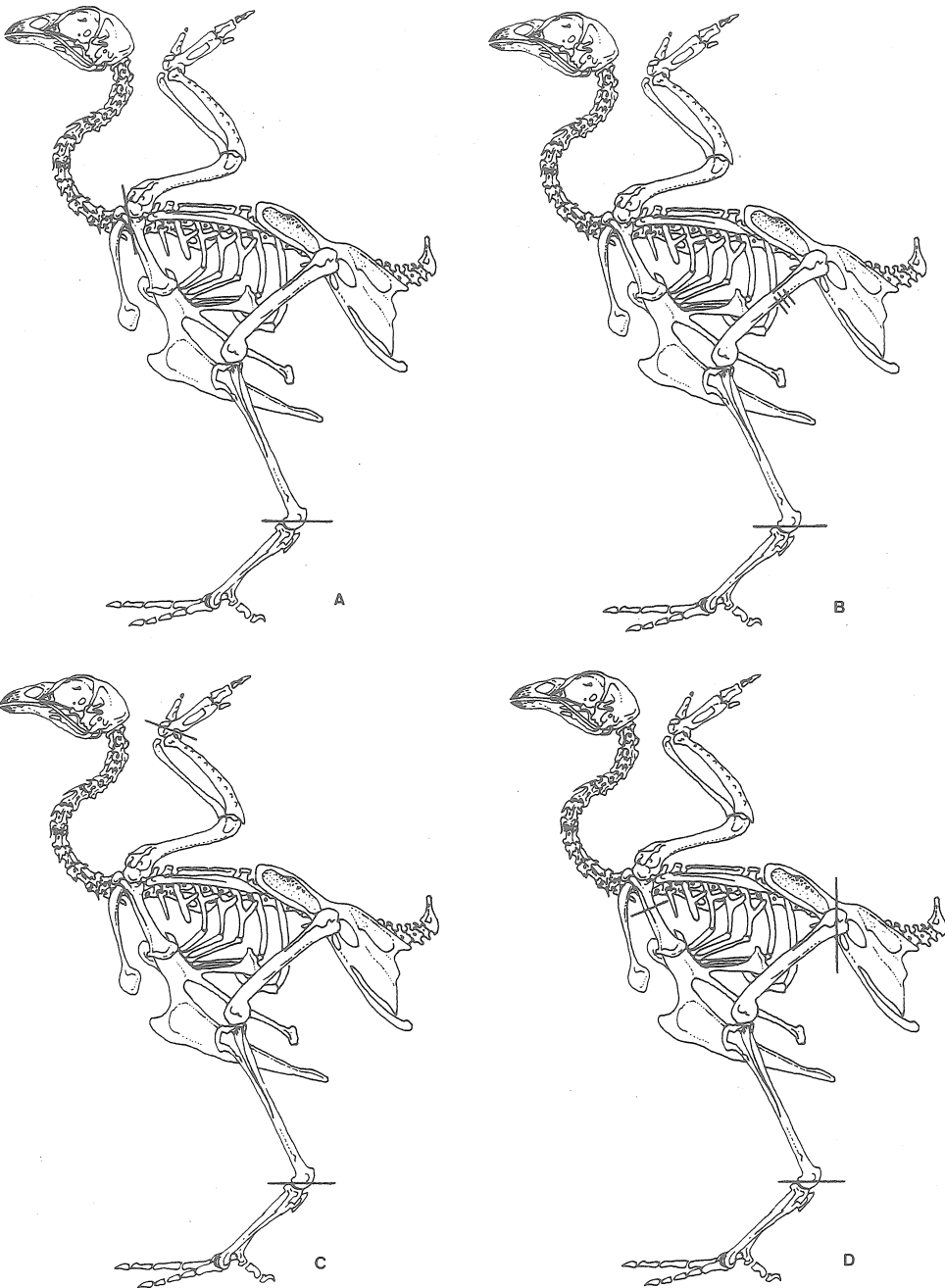


Fig. 5 — Cortes en los restos de Gallina pertenecientes a yacimientos musulmanes:
2A: Calatalifa; 2B: Mértola; 2C: Calatrava; 2D: Angosta de los Mancebos.

TAXONES		ANGOSTA	CALATALIFA	CALATRAVA	MERTOLA	SAN ISIDRO	TORRE ANDADOR	FUENTEUNGRILLO
CIGÜENA COMUN	<i>Ciconia ciconia</i>			10				
ANSAR COMUN	<i>Anser anser</i>		2			15	31	26
ANADE REAL	<i>Anas platyrhynchos</i>			8		3	2	8
QUEBRANTAHUESOS	<i>Gypaetus barbatus</i>						1	
BUITRE NEGRO	<i>Aegypius monachus</i>			10				
CERNICALO VULGAR	<i>Falco tinnunculus</i>						1	
PERDIZ COMUN	<i>Alectoris rufa</i>	19	22	109	34	1	29	3
GALLINA	<i>Gallus gallus</i>	61	46	174	7	60	58	55
CODORNIZ	<i>Coturnix coturnix</i>			2				
GRULLA COMUN	<i>Grus grus</i>			1				
AVUTARDA	<i>Otis tarda</i>	1		1				
SISON	<i>Tetrax tetrax</i>		3	4				1
POLLA DE AGUA	<i>Gallinula chloropus</i>					1		
FOCHA COMUN	<i>Fulica atra</i>			2				
ALCARAVAN	<i>Burhinus oedicephalus</i>			1				
ORTEGA	<i>Pterocles orientalis</i>	1						
PALOMA BRAVIA	<i>Columba livia</i>	1	1	36	4	17	33	17
VENCEJO COMUN	<i>Apus apus</i>						1	
CALANDRIA	<i>Melanocorypha calandra</i>			3				
COGUJADA	<i>Galerida spp</i>	2						
GOLONDRINA COMUN	<i>Hirundo rustica</i>			1				
TURDIDO INDT	<i>Turdus spp</i>	1						
GRAJILLA	<i>Corvus monedula</i>		2	33				
CHOVA PIQUIRROJA	<i>Pyrrhocorax pyrrhocorax</i>			3				
CUERVO	<i>Corvus corax</i>						1	
URRACA	<i>Pica pica</i>	1						
ESTORNINO	<i>Sturnus spp</i>	3		62		18		1
TRIGUERO	<i>Miliaria calandra</i>			3				
TOTAL		90	76	469	45	115	157	111

Apêndice 1 — Relación de taxones identificados en la muestra, correspondientes a cada yacimiento.

ARCHAEOZOOLOGICAL RESEARCH IN MEDIEVAL IBERIA: FISHING AND FISH TRADE ON ALMOHAD SITES

by

Arturo Morales Muñiz*, Eufrasia Roselló Izquierdo*, An Lentacker**
& Dolores Carmen Morales Muñiz*

Abstract: Archaeozoological analyses of three iberian moorish sites (Calatrava La Vieja, Mértola and Saltés) are combined with traditional historical techniques in order to explore the nature of fishing in the muslim world of medieval Iberia. The results from this cooperative study evidence concordances and discordances between faunal and documentary data, but, above all, stress the importance which animal remains themselves might bear on the analysis of palaeoeconomic questions over which history often remains mute.

Keywords: Fish. Archaeozoology. 12th Century/13th Century.

I. INTRODUCTION

Historians should start regarding animal remains from archaeological sites as empirical tools of prime relevance, for not only these provide them with raw data but also constitute an ideal and independent testing ground for theoretical research (Delort, 1984). Failure to realize this inferential potential will often result in partial and also in biased historical analysis.

In the case of analyses on the economics of fishing, for example, it is not only fishing techniques and strategies (seldomly referred to in written sources) that the analyst might infer from the bones, but, specially, the nature of the fish assemblage itself. For it is with a thorough knowledge of the species' biological habits that one can answer a series of questions of historical interest (e.g. biotopes cropped, inshore/offshore fishery, existence and nature of potential

* Laboratorio de Arqueozoología (Depto. Biología), Universidad Autónoma de Madrid, E-28049 MADRID, ESPAÑA.

** I.U.A.P.-28 "Interdisciplinaire Archeologie"; Koninklijk Museum voor Midden-Afrika, B-3080 TERVUREN, BELGIË.

trade routes, etc...) over which written sources often remain mute or have little to say (Delort, *Op. cit.*; Audoin-Rouzeau, 1990).

These benefits are by no means unidirectional. The interpretation of faunal information is, in many cases, difficult due to absence of context and complementary data (Klein & Cruz-Urbe, 1984; Hesse & Wapnish, 1985; Morales, 1993). For this reason, when working on historical assemblages, the help of the historian is to the archaeozoologist as decisive as to the historian might be the story the bones have to tell. This is truly interdisciplinary work.

In this paper we present data both historical and archaeozoological on the existence of a fish trade in almohad Iberia. It is our hope that this first demonstration of such a phenomenon on the peninsula will promote a more systematic analysis of such questions in the future.

II. THE ALMOHADS IN IBERIA: A GENERAL SURVEY

The internal difficulties suffered by the almoravid Al-Andalus from the start of the 12th century (including an ever increasing pressure from the christian Kingdoms) caused a situation of social unrest which resulted in 1144 in the Algarve's rebellion, where the cities of Mértola, Silves, Beja and Evora played a decisive role. The result of this event was the second generation of Taifa Kingdoms (Al-Andalus became fragmented in some 12 of these) which eventually melted into the Almohad empire (Le Tourneau, 1969).

The almohads (i.e., "the monotheists") themselves had progressively replaced the almoravids in the Magreb during the first half of the 12th century. In the summer of 1146, the first almohad troops arrived on the peninsula in the hope of taking over the almoravids. After the occupation of the cities of Tarifa and Algeciras, they headed towards the Algarve, where the rebellion against the almoravids had broken out, and where they were immediately accepted as rulers. By 1172 the andalus' political unity had been reestablished under almohad control and Seville became the capital city. The decisive battles of Alcaçer do Sal (1191), Calatrava (1195) and Alarcos (1195) allowed the almohads to gain control once again over the whole Guadiana's bassin as well as the lower middle course of the Tagus river. The battle of Navas de Tolosa in 1212, however, gave the christians control over the head of the Guadalquivir valley and marked the decline of the Almohad empire which, nevertheless, managed control of Al-Andalus up until 1228 (Vigueras, 1988).

Despite its brevity, almohad times were full of events, both social and economic, and constitute one of the most remarkable periods of the Iberian Middle Ages.

III. MATERIAL AND METHODS

Being this analysis a combination of two widely different fields of research, we will have to divide this section into a series of units of homogeneous content.

IIIa. The sites

The three sites discussed here represent important moorish cities, each one with a different character, which flourished under almohad rule (Figure 1). The fact that these settlements seem to be linked by a commercial route through the Guadiana river, connecting the coastline with the hinterland of the almohad empire, gives further interest to a combined comparative analysis.

IIIa.1. Saltés

The island of Saltés (Shaltish) is located in the estuary of the Odiel river, close to the city of Huelva and the estuary of the Tinto river, in a salty marshland (marisma) and very near to the atlantic coast (Figure 1A).

Several muslim authors, in their geographical works, described Saltés as the *mediña* and capital, until 1501, of a small Taifa Kingdom with a harbour which was a thriving centre of trade and industry which reached its zenith during the 12th-13th centuries (Al-Idrisi, 1968). On top of activities such as metal-working, intensive agriculture and stockbreeding, Saltés, according to Ibn Sa'id, became an important fishing town and the main provider of fish to the city of Seville. This author further states that the fishes were salted. Some evidence of pickling is found at Saltés for, during the 1988 campaign, two brine baths were excavated close to the estuary. Though dated back to roman times, it is possible that these structures could have remained functional well into medieval times (Bazzana & Cressier, 1989; Lentacker, in press).

It is, at present, assumed that this moorish town was probably abandoned right after the christians took over the area and, by the end of the 14th century, the place was already described as rural (Bazzana & Cressier, *Op. cit.*).

Animal remains have been collected in the course of two excavation campaigns. During 1988, bones were only collected by hand whereas in 1990 sieving was carried out using 5 and 2 mm meshes. During this last campaign, moreover, sieving was carried out on sediments filling specific structures such as storage and waste pits, wells and drainage channels (Lentacker, *Op. cit.*). Since, on the opinion of the excavators, all these materials were homogeneous,

they have been treated as a unit (Table 1).

In some muslim geographical treaties we have read that "...this river [Guadiana] continues to flow to the fortress of Mértola and proceeds further down to meet the sea... not far from the island of Saltés..." (Levi Provençal, 1938). Such statement provides a hint about the connection which probably existed between Saltés and our next site.

IIIa.2. Mértola

With a supposedly fantastic origin - Mértola seems to have been founded by the phoenicians from Tyrus which fled from Macedonia at the time of Alexander the Great and named this city Myrtillis (i.e., new Tyrus) - we have at this settlement evidence of an important urban centre during roman times (Figure 1B). The moors rebuilt the city and turned it into a strategic fortress over the Guadiana river. At the time of the first Taifa Kingdoms, Mértola was part of the Kura of Beja and in 1044 the city was conquered by the governor of Silves, at the service of the King of Seville, under the rule of Banu Muzayn. In 1239, under christian control, the city was offered to the Military Order of Santiago under whose administration it stayed until 1316 (Huici, 1956-7; Arié, 1984).

Due to the role played by the Algarve in the almohad conquest of Al-Andalus, one can easily imagine Mértola's importance during the 12th century, at which time it was the administrative center of a Kura¹.

Though fishing and salt production were long-known industrial activities along the coast of the Algarve, we do not have at present direct references about either local fishing or fish trade in Mértola during this period, though several indirect are known^{2,3}.

The fish remains presented in this paper all come from the 1990-91 excavation campaigns and include three different samples: a) one from a dump pit (Q-17c) and b) two (Q16B N1-C (cont.1030) and Q17AA N1-C) from a general refuse

¹ Mértola is so closely linked to the almohads that the records even made reference of the visit which the main almohad leader payed to the holy poet Ibn Imarn Al Martuli previous to the start of the holy war which culminated in Alarcos (1195). Obviously, these sources attribute the victory over the christians to the intercession of this holy man (Levi Provençal translating Ar-Rawd Al-Mistar, 1938).

² Fishing in the rivers of the area has been mentioned by several historical sources without further specifications (Levi Provençal, 1938; Pellat, 1961). Written sources also state that, from the 13th century onwards fishing hamlets -povoa- became established to the north of the Tagus river.

³ Coins from Myrtillis have been found with engravings of dolphins and sturgeons on them. During the 18th century there are mentions of conger, eels, lampreys, grey mullets, shads and basses as "coming to the fishermen's nets" thus implying local fishing of these species (Borges Coelho, 1993) something which, for some of them, seems most doubtful.

area (Figure 2).

All samples have been sieved with 5 mm meshes and all seem to date back into the 12th century. It is the opinion of the excavators that they represent a homogeneous material (S. Macias, verb. comm.).

IIIa.3. Calatrava la Vieja

Founded by the moors during the eight century as a fortress along the Guadiana river, Calatrava la Vieja was probably the most important city, both strategically and economically speaking, of the whole la Mancha region (Ruibal, 1984).

Occupied in 1147, during the first Taifa, by the castilian King Alfonso VIII, the city fell into the hands of the almohads in 1195 after the decisive battles of Calatrava and Alarcos but was definitively occupied by the troops of the King of Aragón on the summer of 1212.

Though Calatrava originally had an economy based on stockbreeding, mainly of sheep and horses, hunting and the mining activities around Sierra Morena contributed to its overall wealth as well. Later, due to its strategic location on the routes linking Toledo with the caliphate's capital city of Cordoba, Calatrava became an important centre of commerce between the christians -mainly providers of raw materials- and the muslims, providers of manufactured goods. This commerce turned the place into an attractive tax-collecting post for both christian and moorish rulers alike.

Among the goods arriving in Calatrava, written records mention weapons, luxury products, cattle, salt, salted meat and furs from both beavers and sable martens, though this last species never existed on the Iberian peninsula and probably indicates a mis-translation (or, perhaps, a mis-identification) of equivalent mustelids, such as the beech marten (*Martes foina*) or the pine marten (*M. martes*), to be found still in Spain. In this context one should not be surprised to find evidence of a fish trade. The documents do not specify whether the commerce with the southern coast actually took place through the Guadiana river or not.

Despite its comparatively brief almohad occupation, the excavations carried out in 1984 under the direction of J. Zozaya & E. Retuerce on one of the towers of the northern sector of the defensive wall, detected an apparently homogeneous filling of the whole structure which was, archaeologically speaking, 96% almohad (Retuerce & Lozano, 1986). Both the nature of the archaeological artifacts (whole or broken pottery and glassware which could be made to fit) and the mammals and birds retrieved (whole skeletons in anatomical connection) indicate

the existence of a dumpyard which was formed during a very short time interval and whose elements testify to a rapid episode of violence and destruction of, at least, a portion of the city (Morales *et al.*, 1989; Morales, 1993; Morales *et al.*, in press; Aguilar 1990; Retuerce & Lozano, *Op. cit.*). The archaeologists believe this moment to be either coincident with or shortly after the definitive christian occupation of Calatrava which, after a siege where aragonian troops managed to cross the dessicated marshes⁴ storming two of the towers of the defensive wall, took place on the start of the summer of 1212 (M. Retuerce, *verb. comm.*).

In Calatrava, the whole deposit was sieved through 5-3 mm meshes.

IIIb. Methods

IIIb.1. Historical methods: the problem of written sources

As so many scholars have repeatedly stressed, the study of the almohad economy and society is very sparse and most of the work remains to be done (Viguera, 1988). There are a couple of reasons for this state of affairs:

a) Islamic records, though in general are extremely detailed with chronicles, literary aspects, doctrinal writings and, above all, legislative matters, tend to be comparatively poor when it comes to socio-economic matters (Viguera, *Op. cit.*). Economic information is to be found, for example, in writings so different as geographical treatises and cooking books, but the information provided, besides dispersed, is always indirect and normally sparse (Huici, 1966; Arié 1974/75; Díaz 1978/79; García 1978, 1980).

b) Islamic documents, in particular those dating back to almohad times, remain by and large untranslated into european languages.

Hisba (market management) treaties of almohad Seville (Ibn Haldun) and Málaga (Al Saqati) are among the few sources which allow us the glimpse over andalusi feeding habits by reviewing the laws regulating the activities of different guilds, though usually say little about fishing and fish commerce (Levi Provençal & García Gómez, 1948). Geographic treatises, such as those of Ar-Rawad Al Mítar and Idrisi, on the other hand, provide occasional information (mostly laconic) on the fisheries and fishing activities of Al-Andalus, though, more often than not, only tend to confirm previous (i.e., roman) documentary sources.

⁴The marshland of the Guadiana, lying to the north of Calatrava but south of the river, was, incidentally, one of the reasons why the defensive wall was not so well developed here and also why rulers often found it difficult to overcome the reputation of unhealthyness which the city had and which was due to malaria (Ruibal, 1984).

It is in this way, that we learn about the fishing carried out in Bezmiliana, Sidonia, Málaga and Huelva and we see that there are repeated references to mediterranean fisheries though very little indeed is said about atlantic ones. Data included in the Córdoba calendar refer to the main species taken: sturgeon and shads (which swam rivers upstream during the month of march to spawn), pilchards (fished in august according to these sources) and grey mullets. These documents also specify that tunas (which were caught with the local almadraba gear) were a most valuable resource in the city of Sidonia swimming, during the month of may, from the Atlantic into the Mediterranean. Throughout the Costa del Sol -Almuñecar, Salobreña (prov. Granada) and Fuengirola plus Marbella (prov. Málaga)- fishing concentrated on both pilchards and anchovies, etc.

However, documentary sources do not seem to go any further. The sources repeatedly refer to fishes in general and to the act of fishing with nets. "Big" fish and "small" fish, fish that "sells well"⁵, etc., are continuously mentioned but very seldomly are species specified (on top of the already mentioned ones sometimes we come across "sturgeon" and "red mullets" (genus *Mullus*) but little else). Not a word has been found on the ways of processing fishes in this period although several references stress that in coastal cities "fishes were consumed mainly fresh" (Brill, 1987). In addition to salted fishes being shipped inland (see previous references on Saltés), one must also have to assume that fishes could have been consumed fresh in certain cities further away from the shore. In Seville, for example, we know about the existence of guilds of both fish mongers and "fish friers", activities which, most probably, were carried out on fresh animals.

More precise references about fishes and fish consumption have been found from later periods in the Al-Andalus area (Arié, 1974/75; García 1978, 1980; Malpica, 1984) but this 14th century data is of little use in our case.

It is for this reason that we feel there should be a regular cooperation of historians in the analysis of these questions with researchers from fields, such as archaeozoology, were data can be obtained in a radically different way in order to provide a more holistic approach to the subject of fishing and fish trade in Medieval times.

IIIb.2. Archaeozoological methods

Archaeozoology, as so many other biological disciplines, relies mainly on

⁵There are several references to a fish type, referred to as «Fahl» for which we have been unable to find any translation!

the comparative method. This method, in our case, is carried out in two sequential stages:

a) First of all, remains are identified with the aid of a reliable comparative collection and

b) Afterwards, the information these identified remains provide, either quantitative (e.g., number of remains, sizes, number of individuals, etc...) or qualitative (e.g., age, sex, cutmarks, etc...) is interpreted with the inferential basis provided by what is known at present about the biology of the taxa, the way they become integrated into biocenosis, the way they are cropped and processed by humans, etc... (Brandt, 1984; Whitehead *et al.*, 1984, 1986a,b; Wheeler & Jones, 1989).

Ultimately, archaeozoological information is contextualized through a confrontation with other sources of data (archaeological or, as in this case, historical) which provide a larger framework to evaluate and, eventually, put forward hypotheses concerning patterns observed in the strictly biological data. This is not to say that the archaeozoologist sets about explaining his/her data with no idea of what to expect. In our case, for example, we have seen that historical sources, though faintly, are evidencing a series of consistencies concerning fishes from almohad times. These data provide, nevertheless, only a background which in no case should constitute a biasing agent for the archaeozoological results (Morales, 1988).

The identification of the fish remains has been carried out using the comparative collections of A.M. at the Laboratorio de Arqueozoología in the Universidad Autónoma de Madrid (Calatrava, Mértola and Saltés) and the Koninklijk Museum voor Midden-Afrika (Saltés). Other methodologies such as those referring to size and minimum numbers of individuals estimation can be found in Roselló (1989).

The estimation of the Shannon-Wiener diversity index (H') has been calculated with the DIVERSIDAD program developed by M.A. Ccreijo at the Laboratorio de Arqueozoología.

IV. RESULTS

Though the samples of fish are not abundant in the analyzed taxocenosis we have managed to retrieve more than seven hundred remains from the three almohad sites of which close to six hundred have been taxonomically identified (Table 1). The total numbers of fish remains, moreover, are rather similar, with the richest collection coming from Saltés and the poorest from Calatrava (Tables

1 and 4). In Mértola, quite a large amount of taxonomically unidentified fish remains are scales (NR=80, 32 from Q16B and 48 from Q17C), probably from grey mullets or cyprinids (Roselló, in press) and the remaining categories are ribs, vertebrae and radial elements (pterygophores, s.l.). In contrast, the unidentified remains from Calatrava all come from flat (i.e., cranial) bones which are assumed to belong to cyprinids due to the degree of ossification which they exhibit (Roselló & Morales, 1991).

Both at Mértola and Calatrava the samples seem to be homogeneous in terms of taxonomic diversity despite low sample sizes (Table 1). This is normal in the case of the Spanish site since all the deposits belong to a similar chronostratigraphical unit, but more striking in Mértola where samples come from two different places. In Saltés the most striking differences occur between campaigns and are obviously caused by different retrieval methods. Thus, during the 1988 excavations the bones which were collected by hand, amount to 10 remains (mostly large vertebrae) from four different species whereas in the sieved samples of the 1990 campaign, a minimum of 22 taxa (15-17 species) have been identified (Tables 1 and 4). No differences in fish diversity seem to have been detected among the analyzed structures (i.e., drainage channels, storage and waste pits, etc...) (Lentacker, in press). For this reason, the whole ichthyocenosis is treated as a single unit.

A final word concerning overall patterns has to do with taxonomic diversity and taphonomic loss. More than 30 specific or generic taxa have been detected in a sample of roughly 600 bones. This datum, combined with the estimation of MNI (minimum numbers of individuals) (Roselló & Morales, 1991; Lentacker in press; Roselló, in press) allow us to state that:

1) Taxonomic diversity, even in small samples such as those from Mértola, is incredibly high and indirectly indicates the importance of fishes as a resource to these Muslim communities, both inland and coastal.

2) Taphonomic loss, as far as we are able to infer, must have been equally enormous, and in no single case has it been estimated below 90% (most figures run well into 99%!) (Roselló & Morales, 1991).

This feature also indicates that fish are, more than any other faunal sector, the most underestimated animal resource in the three sites under consideration.

In order to make more specific comments we need to look at the taxa themselves in some detail.

V. DISCUSSION

Though the hypothesis advanced at this stage must be taken as tentative due to restricted size and provisional nature of the archaeozoological results (work on fish remains from Calatrava and Mértola is still under progress) (Roselló, in prep.), some of the data at hand allow us to certify a series of consistencies in the samples:

1) Each site exhibits a different spectrum of ichthic diversity with Saltés being clearly dominated by a marine family (i.e., the Sparidae or "sea breams"), Calatrava by a freshwater family (Cyprinidae) and Mértola by the amphidromous grey mullets (i.e., Mugilidae) (Figure 2, Table 2). One can not help linking this fact with the location of each site on the Iberian peninsula and its functionality, for it seems very clear that Saltés must have been a production and export center for fishes, whereas Mértola and Calatrava functioned both as import centers as well as local fishing centers. In this way, one can explain the bimodal fish diversity at Calatrava (42.5% of the remains are from imported fishes, (Tables 1 and 2), and also the reason for the cyprinid's abundance. In the case of Mértola, there is a relative equilibrium between saltwater fishes (26% of the identified remains) and freshwater fishes (16%) (Tables 1 and 2) and the only obscure point would be on how to classify the grey mullets on a cultural basis (i.e., allochthonous or autochthonous?). In view of the distance of the sea, some 100 km, and the biology of present-day Mugilidae (Whithead *et al.*, 1986a), we think we can safely conclude that these fishes could have been the products of local fishing and not of fish trade⁶. One way or the other it should be clear that whereas the ichthyocenosis at Saltés is culturally homogeneous (i.e., local), those from Mértola and Calatrava are heterogeneous.

2) On strict archaeozoological grounds, therefore, the evidence of a fish trade is unrefutable. The volume and nature of such a trade, however, is still vague. The first parameter can be inferred by the large amount which imported fishes in Calatrava contribute to the ichthyocenosis (Tables 1, 2 & 3) as well as by the taphonomic loss which the fish samples indicate (both at inland and coastal sites), but it is very difficult to calibrate or to compare with other sectors of the production economy (stockbreeding, etc...). One has to assume that long-distance trade implied ways of processing the fishes but the faunal evidence, like most of the documentary and archaeological one, is scarce. True, historical records testify to the salting of fishes at Saltés and the discovery of

⁶ This «decision» not only agrees with the very few references to fishing in Mértola (Borges Coelho, 1993) but also the fact that mullets are normally consumed fresh, something which would be unfeasible in the case these animals had been brought to the site from the sea. At Mértola, moreover, grey mullets are still regularly fished (Morales, pers. obsv.).

the roman brine baths agree with written sources. However, all we can say about the marine fishes retrieved inland is that they seem to have been transported as whole specimens, for all types of bones from their skeletons have been identified (i.e., cranial (including braincases), vertebrae and girdles) (Roselló & Morales, 1990, 1991). On ethnological grounds, we know that pilchards "herring style" (i.e., dried, salted and smoked) has been the method prior to modern canning techniques.

3) More conclusive evidence has been found on the fishery of Saltés. Evidence from an inshore fishery comes from the remains of sparids. The finding of *Pagellus* and *Diplodus* remains in sufficient numbers to enable a reconstruction of body lengths (i.e., standard lengths, SL) (Whitehead *et al.*, 1984) has been particularly useful for this purpose. Most *Pagellus* bones belong to small animals (10-20 cm), smaller than normal mean lengths for both pandora and the axillary sea-bream (i.e., 20-25 cm) and much smaller still than the present day maximum SL values of either pandora (60 cm) and the axillary sea-bream (36 cm) (Whitehead *et al.*, 1986a) (Figure 3A). These small fishes, therefore, indicate the presence of young specimens which live very close to the shore and which could have been easily fished (e.g. with trail nets on the beach) (Brandt, 1984). Adults, living in deeper waters, were probably more difficult to catch. In *Diplodus annularis*, on the other hand, both juveniles and adults live in the littoral zone and their normal size range (12-15 cm) is comparable to most fishes found at Saltés (Figure 3B; Whitehead *et al.*, 1986a). Further evidence for an inshore fishery comes from specimens of meagre (*Argyrosomus regius*) which, like the shad and grey mullets, entered coastal lagoons and estuaries to spawn. These species, and the sole (*Solea sp.*), fond of sandy or silty bottoms, could also indicate regular fishing having taken place within the estuary itself.

Evidence for an offshore fishery at Saltés comes from the presence of shoaling fishes, such as mackerels (*Scomber sp.*), pilchards (*Sardina pilchardus*) and, above all, bluefin tuna (*Thunnus thynnus*). Pilchards are too small to be caught with anything but nets and tunas crossing these waters are animals on their gametic migration - a time when they do not feed and travel in deep water - thus nets seem the only appropriate gear to fish them.

4) At Mértola and Calatrava we believe we have found evidence of the fish trade having taken place with the atlantic sector of the southern iberian shorelines. Thus, the abundance in Calatrava of sardinella (*Sardinella aurita*) remains, a species most frequently encountered in that area, supports the idea (Whitehead *et al.*, 1984). However, the clearest indication is the retrieval in Mértola of the red pandora (*Pagellus bellottii*) (Table 1; Roselló, in press). This species is not acknowledged as part of the iberian fauna, due to the fact that at present, it only reaches as far north as Morocco (Whitehead *et al.*, 1986a).

Whereas we believe such a status assignal to be the product of a biased (i.e., incomplete) survey, the fact remains that the only fishmarkets of Spain where we have been able to detect the species (i.e., Isla Cristina, Huelva and Puerto de Santa Maria, all pers. obsv.) are located in the atlantic coast of Andalusia. Confirmation of this find with similar ones in the future (at present only one operculum has been found, cf. Roselló, in press) would greatly help in defining the nature of the trade route along the Guadiana river.

5) A further point of interest in Calatrava, particulary since written records are so scarce on this subject, concerns fish frauds. We believe that the presence of sardinella at this site indicates such a practice having taken place. Though both pilchards and sardinellas are easy to diagnose on strict osteological grounds (Figure 4), whole animals are extremely similar, even when fresh (Whitehead *et al.*, 1986a). Sardinella, furthermore, has a very poor meat quality which contrasts with the tasty flesh of the pilchard⁷. If, as we think was the case, clupeids were dried, smoked and salted prior to shipping, it would be extremely easy for someone to smuggle sardinellas in boxes of pilchards (both species show similar (i.e., 15-20 cm) size ranges; Roselló & Morales, 1991). This fraudulent activity, moreover, would have been casier to succeed with customers unacquainted with the fishes as opposed to the local coastal populations familiar with the different fish types. Though the archaeozoological evidence is very clear, we need other sources of information in order to substantiate it. We know, for example, that pilchards are one of the few species that written records consistently mention⁸, whereas sardinellas are not mentioned ever in muslim (i.e., not just almohad) records. We assume that, then as now, people were not very fond of the taste of sardinella and undoubtedly were able to distinguish it from that of the pilchard, etc. But the more we try to refine the evidence the softer it becomes. As in the case of geographical connections, the question of fish frauds has been stated and only further evidence will help refine or disprove it.

6) From the ecological classifications of the assemblages shown in Table 2 and one can conclude that: (a) neritic (i.e. littoral) species make up for the largest fraction of the marine taxa at both Saltés and Mértola and (b) benthonic species are either absent from the samples or represented in very low numbers. This data, thus, indirectly indicate a major primacy of nets over other types of fishing gear and, as a corollary of this, the existence of regular or periodical surpluses of fishes which come as a consequence of fishing with nets, demanding different ways to handle them (i.e., export, processing, etc...).

⁷ Most sardinella is at present processed as fish flour.

⁸ Pilchards are the only species retrieved in all three sites and make up for a substantial amount of the fish remains at both Saltés ($\pm 10\%$) and Calatrava (17.5%) (Table 1).

7) Though processing techniques can not be inferred from the fishes themselves, it seems likely that exported fishes were mainly of the fatty-meat type (i.e., pilchards, sardinella, horse mackerels, mackerels and tunas) as these seem to be the most frequent types inland (in particular Calatrava) whereas the low-fat fishes (sparids) probably were consumed fresh, as their abundance in Saltés indicates. Nevertheless, even these small fishes could have been processed from time to time.

8) Finally, one can not forget the diversity gradients evidenced in the taxocenosis of Saltés, Mértola and Calatrava (Table 4). The falling values in diversity indexes not only indicate the presence of a poorer fish fauna as one moves further inland but, since this fauna is built up to a large extent by taxa imported from the coast, they also testify to some kind of cultural filter governing the dispersion of exported products. In this way, the further inland we are, the lower the number of taxa "able" to reach the site from the coast will be. This, obviously, is also indicating that there were different types of processing techniques, some being more long-lived than others.

VI. CONCLUSIONS

It is extremely interesting to see how a simple faunal analysis can provide the historian with so many hints about apparently unsuspected cultural patterns.

Perhaps the one single most important contribution for our research has been the documentation, for the first time in Iberian history, of a marine fish trade connecting coastal with inland sites.

Results from this combined historical and archaeozoological approach further evidence four categories of data (see also Morales, in press):

A) Concordant information. Within this section we have been able to detect a correlation between fish taxa regularly mentioned in documents and regularly retrieved in the subfossil samples. The most obvious case is that of the pilchard, already mentioned in the previous section, but the same would apply to other groups such as shads and grey mullets. The archaeozoological confirmation of the fish trade would also fall within this category.

B) Discordant information. This applies both to species not mentioned in the written records but found in the archaeological sediments (the most obvious case is that of sparids) as well as species mentioned in the documents but absent from the samples. In this second category one can include the bluefin tuna and the anchovies (*Engraulis encrasicolus*). The case of the tuna (only two vertebrae found at Saltés) is one where we may have some hints on the reasons for the discordance. Thus, we know that the processing of such large

fishes leaves most of the bones behind, in the place where the animals have been butchered (pers. obsv.). In such instances, the exported product is mostly flesh thus being difficult to find evidence of the species in the places where it was consumed (Roselló 1991/92; Morales, in press).

C) Historical sources as the sole providers of information. In some cases, faunal evidence has not been able to substantiate documentary data. This has been the case, for example, with the ways of processing fishes (or even wether some of them were processed at all). Documents and archaeological finds (i.e., brine baths) point to the salting of the animals but the bones themselves leave no trace of having been salted or consumed fresh. It is in these cases where faunal evidence will tend to remain mute and most of the effort to solve the questions will have to come from the traditional historical methods⁹.

D) Faunal data as sole providers of the information. Fortunately for the archaeozoological group of authors of this paper, the largest category of events has been that one where zoological results have been able to elaborate on the problem of almohad fishing and fish trade beyond what was stated in the documents. Thus, in the case of Saltés, both an inshore and an outshore fishery have been documented. The trade route of inland sites along the Guadiana now has faunal data indicating contacts with the atlantic sector of the andalusian coasts. These large-scale results, together with the small-scale results (i.e., potential existence of a fraudulent commerce of false pilchards) also recorded, have greatly contributed to increase the scope of traditional historical research and to demonstrate the benefit of archaeozoological analysis in medieval studies of economic nature.

We believe that an analysis such as ours should be encouraging for other scholars to proceed further, for, no matter how deep and wide our knowledge of any particular discipline or phenomenon is, interdisciplinary research will always be superior to work oriented along a single methodological pathway. It will be only through this cooperation that we will be able to refine or, eventually, refute in the future some of the results that have been presented here.

ACKNOWLEDGEMENTS

We would like to thank the excavators of Calatrava (Manuel Retuerce and Juan Zozaya), Mértola (Santiago Macias and Claudio Torres) and Saltés (André

⁹ The main question of wether the Guadiana river, which during some years might be completely dry in some places was, in fact, the single or, even, the main commercial route to Mértola and Calatrava, is one over which faunal data will have probably little to say.

Bazzana; Juana Bedia and John De Meulemeester) for giving us the possibility of analyzing the faunal remains from these three sites. A. Ervynck (Zellik), W. Van Neer (Tervuren) and A. Morales (Madrid) provided useful criticism. This work has partly benefited from grants PB 87-0796-CO2-01 and PB 90-0200 from the Spanish National Research Council (DGICYT).

BIBLIOGRAPHY

- AGUILAR, A.L. (1990) - Calatrava la Vieja: Primer informe sobre la fauna de vertebrados recuperados en el yacimiento almohade. Segunda parte: aves. *Bol. Arq. Medieval* 4: 285-309.
- ARIÉ, R. (1974-1975) - Remarques sur l'alimentation des musulmans d'Espagne au cours du Bas Moyen Age. *Cuadernos de Estudios Medievales*, II-III: 299-312.
- ARIÉ, R. (1984) - *España Musulmana (S. VIII-XV)*. En: Tuñón de Lara, M. (ed.): *Historia de España*. Labor, Barcelona.
- AUDOIN-ROUZEAU, F. (1990) - Hommes et Animaux en Europe de l'âge du fer aux temps modernes et contemporains. Corpus d'informations historiques et archéozoologiques. *Antropozoologica* 12: 42-44.
- BAKRI (AL) (1982) - *Geografía de España*. Traducción notas etc. Eliseo Vidal Beltrán. Ed. Anubar, Zaragoza.
- BAZZANA, A. & P. CRESSIER (1989) - Shaltish/Saltés (Huelva). Une ville medievale d'Al-Andalus. Publications de la Casa de Velázquez. Serie Etudes et Documents n° 5: 1-73.
- BENABOUD, M. (1983) - Tendances économiques dans Al-Andalus durant la période des états Taïfas. *Bulletin Economique et Social du Maroc* 151-52.
- BLANC, M. ET AL. (1971) - *European Inland Water Fish. A multilingual catalogue*. Fishing News Ltd., London.
- BORGES COELHO, A. (1993) - Sobre Mértola e o Guadiana. *Arqueologia Medieval* 1: 203-207.
- BRANDT, A. VON (1984) - *Fish Catching Methods of the World*. Fishing News Books Ltd., Farnham.
- BRILL, E.J. (ED.) (1987) - *First Encyclopedia of Islam*. Reprinted Leiden.
- DELORT, J. (1984) - *Les animaux ont une histoire*. Editions du Seuil, Paris.
- DÍAZ, A. (1978-1979) - Un tratado nazarí sobre alimentación. *Cuadernos de Estudios Medievales* VI-VII: 5-37.
- GARCÍA, E. (1978) - Contribución al estudio de la alimentación en Andalucía Islámica. Memoria de Licenciatura (unpublished). Universidad de Granada.
- GARCÍA, E. (1980) - Ibn al-Azraq: Uryuza sobre ciertas preferencias gastronómicas de los granadinos. *Andalucía Islámica*, I: 141-162.
- GRANJA, F. DE LA (1960) - La cocina árabe andaluza según un manuscrito inédito: Fadalat al-jiwan. Tesis doctoral (unpublished). Universidad Complutense de Madrid.
- HESSE, B. & P. WAPNISH (1985) - *Animal Bone Archaeology*. Taraxacum, Washington.
- HUICI MIRANDA, A. (1956-7) - *Historia política del Imperio Almohade*. 2 Vols, Tetuan.
- HUICI MIRANDA, A. (1966) - *La cocina hispano magrebí en la época almohade según*

- un manuscrito inédito*. Traducción española de un manuscrito anónimo del siglo XIII. Madrid.
- IDRISI (AL) (1968) - *Description de l'Afrique et de l'Espagne*. Ed. y Trad. francesa de R. Dozy y M.J. de Goeje, Leiden, 1864-1866. Reimpresión de la 1ª edición.
- KLEIN, R.G. & K. CRUZ-URIBE (1984) - *The Analysis of Animal Bones from Archaeological sites*. Chicago University Press. Chicago.
- LENTACKER, A. (IN PRESS) - Preliminary analysis of the fish remains from the medieval Moorish town of Saltés (Huelva, Spain). *OFFA*.
- LEVI PROVENÇAL, E. (1938) - *La Peninsule ibérique au Moyen Age d'après le Kitab al-Rawd*. Texto árabe y traducción francesa anotada. En: Brill, E.J. (ed.), Leiden.
- LEVI PROVENÇAL, E. Y GARCÍA GÓMEZ, E. (1948) - *Sevilla musulmana a comienzos del S. XII (El Tratado de Ibn'Abdun)*. Ed. Moneda y Crédito, Madrid.
- LE TOURNEAU, R. (1969) - *The Almohad Movement in North Africa in the twelfth and thirteen centuries*. Princeton University Press, Princeton.
- MALPICA, A. (1984) - El pescado en el Reino de Granada a fines de la Edad Media: especies y nivel de consumo. In: Menjot, D. (ed.): *Manger et boire au Moyen Age*. Publ. du Faculté de Lettres et Sciences Humaines de Nice, nº 27 (1ª Serie) Vol. II: 103-117.
- MORALES, A. (1983) - Fish remains from Iberian sites: a General Review. *Ichthyo-oste-archaeological News*, 2: 6-14.
- MORALES, A. (1988) - Arqueozoología teórica: usos y abusos reflejados en la interpretación de las asociaciones de fauna de yacimientos antrópicos. *Trabajos de Prehistoria* 47: 251-290.
- MORALES, A. (1993) - Ornithoarchaeology: The various aspects of the classification of bird remains from archaeological sites. *Archaeofauna*, 2: 1-13.
- MORALES, A. (IN PRESS) - A plea for recognition: Archaeozoology as a historical discipline. *Arqueologia Medieval* 3.
- MORALES, A.; R. MORENO & M.A. CEREIJO (1989) - Calatrava la Vieja: Primer informe sobre la fauna de vertebrados recuperada en el yacimiento almohade. Primera parte: mamíferos. *Bol. Arq. Medieval* 2: 7-48.
- MORALES, A. (IN PRESS) - Where are the tunas?. Papers to honour J. Clutton-Brock. Oxbow, Cambridge.
- MORALES, A. ET AL. (IN PREP.) - Calatrava la Vieja. Estudio de una fauna almohade del Valle del Guadiana.
- PELLAT, CH. (ED.) (1961) - *Le Calendrier de Cordoue*. Leiden.
- RETUERCE, M. & I. LOZANO (1986) - Calatrava la Vieja: Primeros resultados arqueológicos. *Actas I Congreso Arqueología Medieval Española*. Tomo III: 57-75. Zaragoza.
- ROSELLÓ, E. (1989) - *Arqueoictiofaunas ibéricas. Aproximación metodológica y bio-cultural*. Publicaciones de la Universidad Autónoma de Madrid.
- ROSELLÓ, E. (1991/1992) - Preliminary comments on a late Medieval fish assemblage from a spanish Monastery. *Journal of Human Ecology* 2(3)/3(1): 371-390.
- ROSELLÓ, E. (IN PRESS) - Análisis de los peces recuperados en la ciudad de Mértola (Portugal).
- ROSELLÓ, E. & A. MORALES (1990) - Global patterns of skeletal abundance in spanish archaeoichthid assemblages. In: Fernández, S. (ed.): *Comunicaciones de la Reunión de Tafonomía y Fosilización*: 319-325. Madrid.
- ROSELLÓ, E. & A. MORALES (1991) - Calatrava la Vieja: Primer informe sobre la fauna de vertebrados recuperada en el yacimiento almohade. Tercera parte: peces.

Bol. Arq. Medieval 5: 113-133.

- RUIBAL, A. (1984) - *Calatrava la Vieja. Estudio de una fortaleza medieval*. Instituto de Estudios Manchegos. C.S.I.C., Madrid.
- SÁNCHEZ, J.G. (1989) - *Nomenclatura portuguesa de Organismos Aquáticos*. Instituto Nacional de Investigação das Pescas.
- VIGUERAS, M.J. (1988) - Al Andalus en época almohade. Actas del V Coloquio internacional de Historia Medieval de Andalucía: 9-29, Córdoba.
- WHEELER, A. & A.K. JONES (1989) - *Fishes*. Cambridge University Press, Cambridge.
- WHITEHEAD, P.J.P. ET AL. (1984) - *Fishes of the North-Eastern Atlantic and the Mediterranean*. Volume I. UNESCO, París.
- WHITEHEAD, P.J.P. (1986A) - *Fishes of the North-Eastern Atlantic and the Mediterranean*. Volume II. UNESCO, París.
- WHITEHEAD, P.J.P. (1986B) - *Fishes of the North-Eastern Atlantic and the Mediterranean*. Volume III. UNESCO, París.

TABLE 1
Preliminary species list of the fishes excavated at Saltés, Mértola and Calatrava. Number in brackets on the last line refer to total number of taxonomically identified remains.

	SALTÉS			MÉRTOLA			CALAT.	TOTAL	
	1988	1990	T	Q18B	Q17A	Q17C			T
<i>Chondrichthyes</i>	-	1	1	-	-	-	-	1	
<i>Mustelus mustelus</i>	4	24	28	-	-	-	-	28	
<i>Raja</i> sp.?	-	7	7	-	-	-	-	7	
<i>Acipenser sturio</i>	-	-	-	-	1	-	1	1	
<i>Sardina pilchardus</i>	-	34	34	1	-	1	2	33	
<i>Sardina</i> sp./ <i>Sardinella</i> sp.	-	-	-	-	-	-	-	4	
<i>Sardinella aurita</i>	-	-	-	-	-	-	-	39	
<i>Alosa alosa</i>	-	4	4	-	1	-	1	5	
<i>Chondrostoma polylepis</i>	-	-	-	-	-	-	-	1	
<i>Leuciscus cephalus</i>	-	-	-	-	-	-	-	11	
<i>Barbus comiza</i>	-	-	-	-	-	-	-	28	
<i>Barbus microcephalus</i>	-	-	-	-	-	-	-	5	
<i>Barbus</i> sp.	-	-	-	4	-	1	5	64	
SPARIDAE	1	117	118	-	-	1	1	-	
<i>Pagellus acarne</i>	-	24	24	-	-	3	3	-	
<i>Pagellus erythrinus</i>	2	17	19	-	-	-	-	-	
<i>Pagellus bellottii</i>	-	-	-	-	-	1	1	-	
<i>Pagellus</i> sp.	-	25	25	-	-	-	-	-	
<i>Pagellus</i> sp./ <i>Pagrus</i> sp.	-	43	43	-	-	-	-	-	
<i>Pagrus pagrus</i>	-	2	2	-	-	-	-	-	
<i>Pagrus auriga</i>	2	1	3	-	-	-	-	-	
<i>Pagrus</i> sp.	-	6	6	-	-	-	-	-	
<i>Sparus aurata</i>	-	1	1	-	-	-	-	-	
<i>Diplodus annularis</i>	-	18	18	-	-	-	-	-	
<i>Diplodus sargus</i>	-	-	-	-	-	1	1	-	
<i>Diplodus</i> sp.	-	11	11	-	-	-	-	-	
<i>Serranus</i> sp.	-	1	1	-	-	-	-	-	
<i>Argyrosomus regius</i>	1	3	4	-	-	-	-	-	
<i>Trachurus trachurus</i>	-	-	-	-	-	-	-	4	
MUGILIDAE	-	-	-	-	3	6	9	-	
<i>Chelon labrosus</i>	-	1	1	-	-	-	-	-	
<i>Liza aurata</i>	-	-	-	1	-	5	6	-	
<i>Mugil cephalus</i>	-	-	-	-	-	1	1	-	
<i>Thunnus thynnus</i>	-	2	2	-	-	-	-	-	
<i>Scomber scombrus</i>	-	2	2	-	-	-	-	-	
<i>Scomber colias</i>	-	2	2	-	-	-	-	-	
<i>Scomber</i> sp.	-	9	9	-	-	-	-	-	
<i>Solea aff. vulgaris</i>	-	2	2	-	-	-	-	-	
unspecified remains	-	-	-	34	-	59	93	48	
TOTAL	(10)	(357)	(367)	40(6)	(5)	79(20)	124(31)	237(189)	728(587)

TABLE 2
Relative abundance of ecological groups (according to number of remains, NR and their percentages) within the ichthyocenosis of the almohad sites.

ECOLOGY	SALTÉS	MÉRTOLA	CALATRAVA
FRESHWATER	-	5 (16%)	109 (57.5%)
AMPHIDROMOUS	5 (1.5%)	18 (58%)	-
SALTWATER	362 (98.5%)	8 (26%)	80 (42.5%)

TABLE 3
Biotope preferences of the marine fishes retrieved in the almohad sites (data partially after Whitehead *et al.* 1984, 1986a, 1986b) expressed as NR and corresponding percentages. See text for further comments.

ECOLOGY	SALTÉS	MÉRTOLA	CALATRAVA
NERITIC	309 (84.5%)	25 (96%)	76 (95%)
BENTHONIC	42 (11.5%)	1 (4%)	-
PELAGIC	15 (4.0%)	-	4 (5%)

TABLE 4
Selected diversity parameters from ichthyocenosis of the almohad sites.

PARAMETER	SALTÉS	MÉRTOLA	CALATRAVA
NUMBER OF TAXA	22	11	7
NUMBER OF SPECIES	15	9	7
H' 2'37	2'03	1'66	

APPENDIX 1: NOMENCLATURAL EQUIVALENCES OF THE TAXA MENTIONED IN THIS PAPER.

SCIENTIFIC NAME	ENGLISH NAME	SPANISH NAME	PORTUGUESE NAME
<i>Chondrichthyes</i>	cartilaginous fish	pez cartilaginoso	peixes
<i>Mustelus mustelus</i>	smooth-hound	musola	cação-liso
<i>Raja</i> sp.	skate/ray	raya	raia
<i>Acipenser sturio</i>	sturgeon	esturión	solho/esturjão
<i>Sardina pilchardus</i>	pilchard	sardina	sardinha
<i>Sardinella aurita</i>	sardinella	alacha	sardinella-lombuda
<i>Alosa alosa</i>	Allis shad	sábalo/saboga	sável
<i>Chondrostoma polylepis</i>	Iberian nose chub	boga de río	boga-de-boca-direito
<i>Leuciscus cephalus</i>	chub	cacho	escola
<i>Barbus comiza</i>	Iberian barbel	comiza	barbo-cumba
<i>Barbus microcephalus</i>	---	barbo del Guadiana	barbo de cabeça pequena
<i>Barbus</i> sp.	barb	barbo	barbo
<i>Pagellus acarne</i>	axillary seabream	aligote	besugo
<i>Pagellus erythrinus</i>	common pandora	breca	bica
<i>Pagellus bellottii</i>	red pandora	breca colorado	bica-buço
<i>Pagrus pagrus</i>	common seabream	pargo	pargo-legítimo
<i>Pagrus auriga</i>	redbanded seabream	hurta	pargo-sêmola
<i>Sparus aurata</i>	gilthead	dorada	dourada
<i>Diplodus annularis</i>	annular seabream	raspallón	sargo-alcorraz
<i>Diplodus sargus</i>	white seabream	sargo	sargo-legítimo-do-Mediterrâneo
<i>Serranus</i> sp.	comber	cabrilla/mecillo	serrano
<i>Argyrosomus regius</i>	meagre	corvina	corvina-legítima
Mugilidae	grey mullets	mujoles	tainhas
<i>Chelon labrosus</i>	thick-lipped grey mullet	lisa	tainha-liça
<i>Liza aurata</i>	golden grey mullet	galupe	tainha-garrento
<i>Mugil cephalus</i>	flathead grey mullet	pardete	tainha-olhalvo
<i>Thunnus thynnus</i>	bluefin tuna	atún rojo	atum-rabilho
<i>Scomber scombrus</i>	mackerel	caballa	sarda
<i>Scomber colias</i>	chub mackerel	estomino	cavala
<i>Trachurus trachurus</i>	horse mackerel	chicharro	carapau
<i>Solea aff. vulgaris</i>	sole	lenguado	soleídeo

Est. I

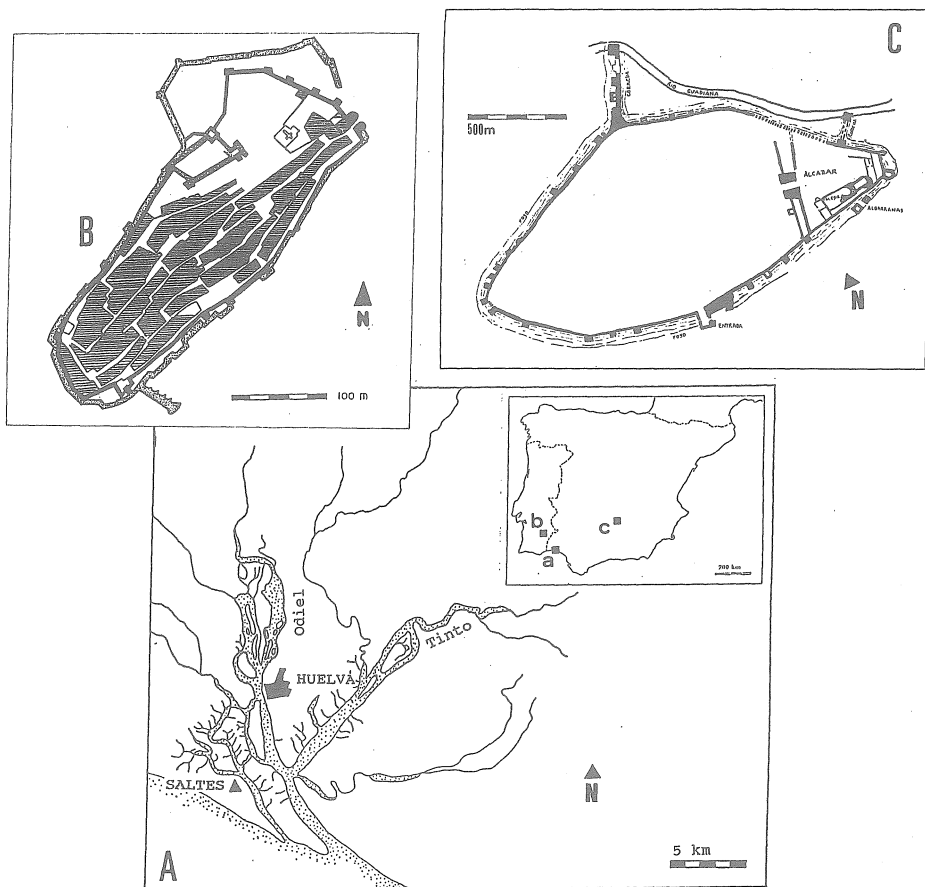


Fig. 1 — Geographical location of Saltés (A), Mértola (B) and Calatrava La Vieja (C).

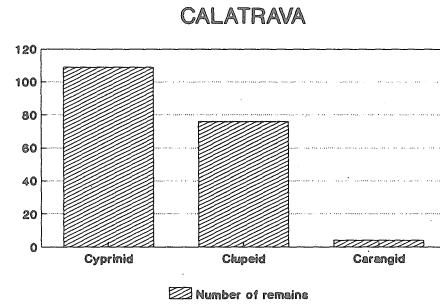
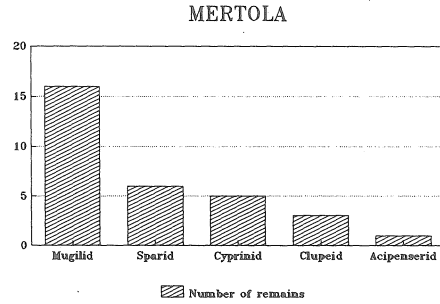
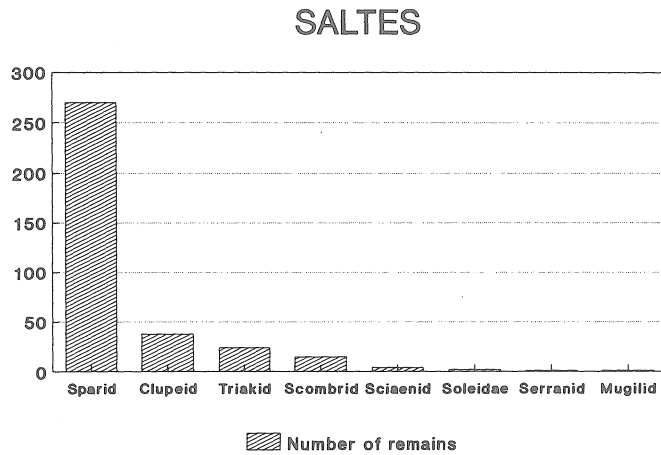


Fig. 2 — The ichthyocenosis found at Saltés, Mértola and Calatrava La Vieja organized as NR according to families.

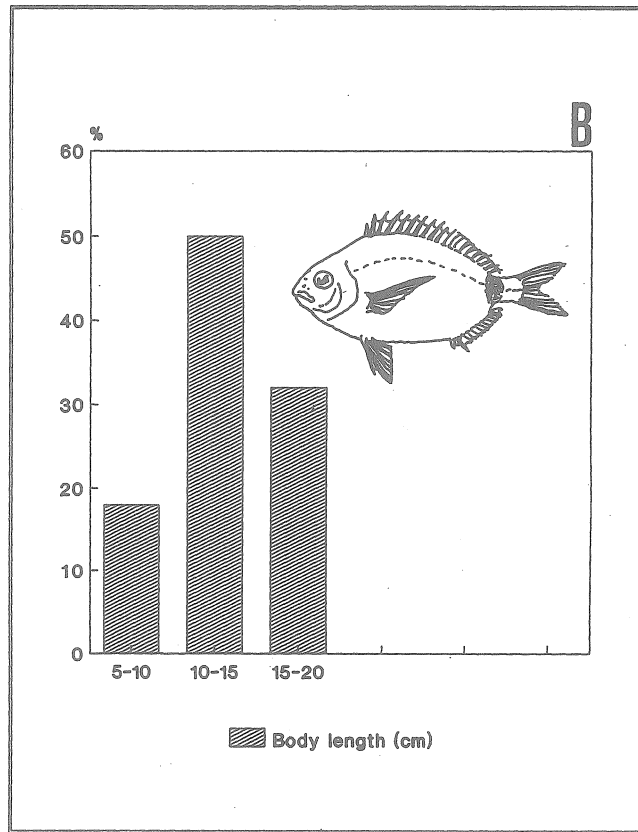
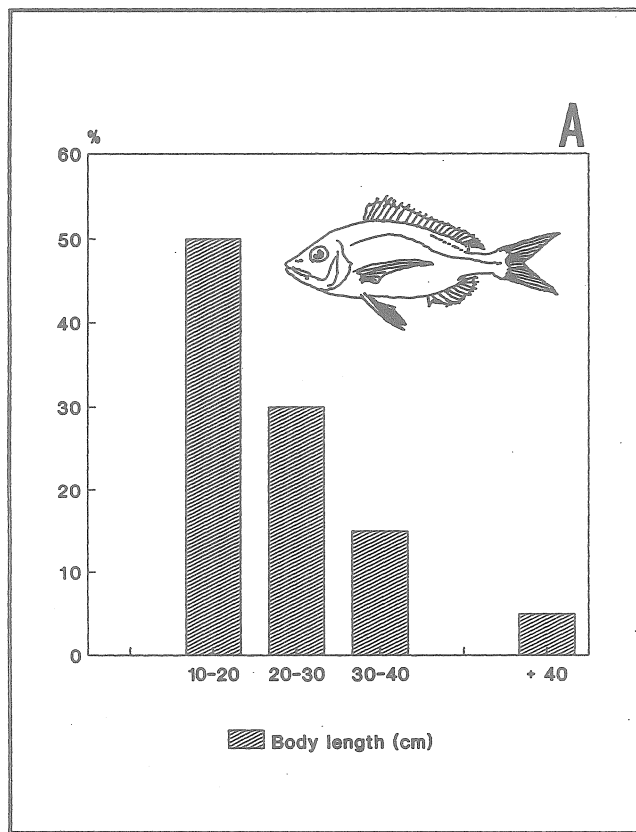


Fig. 3 — Reconstruction of the body length (SL in cm) of *Pagellus sp.* (A) and *Diplodus sp.* (B) found at Saltés, with indication of the number of skeletal elements (taken from Lentacker, in press).

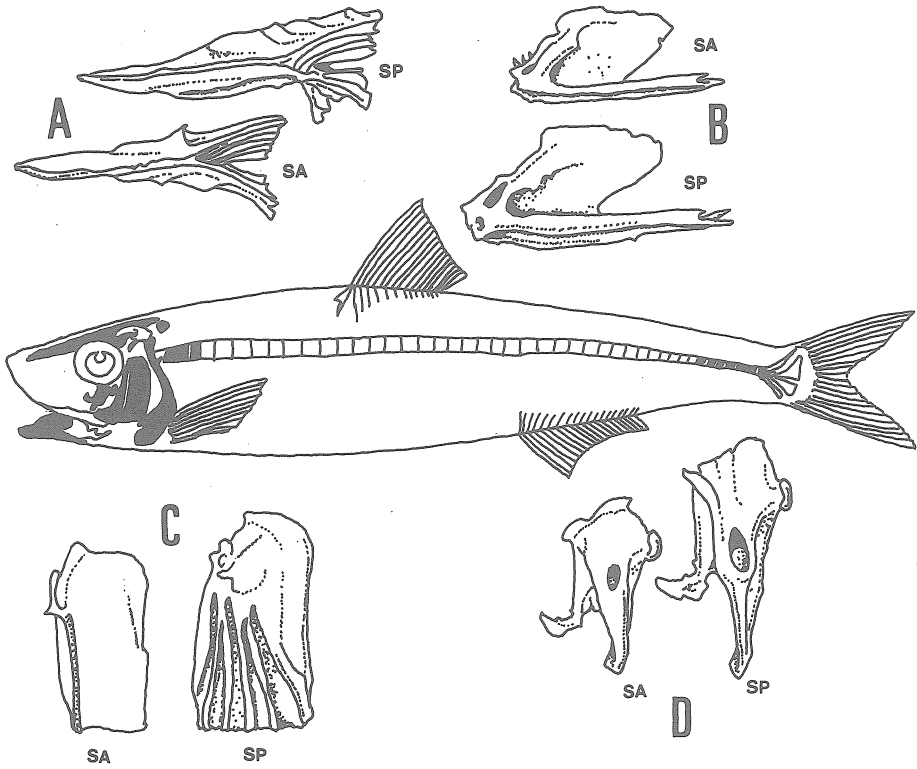


Fig. 4 — Osteological differences between pilchards (*Sardina pilchardus*, SP) and round sardinella (*Sardinella aurita*, SA) in a series of bones (A: frontale; B: dentale; C: operculare; D: hyomandibulare) and clupeid bones (shown in black) from Calatrava La Vieja evidencing the existence of complete individuals at the site. (Taken from Roselló & Morales, 1991).

CARTA ARQUEOLÓGICA DO CONCELHO DE PAREDES DE COURA – UMA PERSPECTIVA DE ARQUEOLOGIA ESPACIAL

por

Maria de Fátima Matos da Silva*

Resumo: Este trabalho pretende não só tornar público o valioso património arqueológico do concelho de Paredes de Coura, fruto dos trabalhos de levantamento da Carta Arqueológica (que deram a conhecer inúmeros monumentos inéditos), mas também estudar a evolução da paisagem humana numa perspectiva diacrónica e sincrónica (tanto quanto possível) pela análise espacial do povoamento a nível do macro espaço, em articulação com o quadro geomorfológico, por forma a conhecer a estratégia de ocupação da bacia superior do rio Coura e a obtenção de matérias-primas.

Palavras-chave: Carta arqueológica. Arqueologia espacial. Matérias-primas.

ENQUADRAMENTO

O estudo que agora apresentamos é fruto do trabalho que temos vindo a desenvolver no concelho de Paredes de Coura, do qual se destaca a elaboração da Carta Arqueológica' do Concelho e o Plano de Trabalho intitulado "Estudo, Conservação, Restauro, Dinamização e Divulgação do Povoamento Castrejo da Bacia Superior do rio Coura"².

* Técnica Superior do Instituto de Arqueologia da Universidade Portucalense. Responsável pela Área de Arqueologia do Gabinete de Arqueologia e Património da Câmara Municipal de Paredes de Coura.

Agradecimentos: à Câmara Municipal de Paredes de Coura, por todos os apoios concedidos; ao Dr. Carlos Gouveia da Silva pela prestimosa e desinteressada ajuda; ao nosso orientador Prof. D. Pedro Aguayo de Hoyos, da Universidade de Granada e ao Dr. Luiz Oosterbeck, da Escola Superior de Tecnologia de Tomar.

¹ No entanto, o estudo agora apresentado apenas versa a ocupação humana na Idade do Ferro e Romanização.

² Trata-se ainda de um capítulo da Tese de Pós-Graduação em Arqueologia, sob o título: "O Povoamento Proto-Histórico e Romano da Bacia Superior do Rio Coura: estudo, restauro e divulgação".

A área em questão, a bacia superior do rio Coura, é geomorfologicamente uma zona de transição entre o interior e o litoral, a montanha e o vale, facto que, por si só, suscita interessantes estudos.

A opção pelo estudo da ocupação humana da bacia, e apenas da bacia superior de um rio com tão pouca importância no sistema hidrográfico nacional, poderia, aparentemente, parecer pouco relevante e inconclusiva para o estudo das épocas que nos propomos estudar. Contudo, se por um lado o noroeste tem características que o individualizam das demais zonas do norte de Portugal e da Galiza, por outro tem particularismos, marcas próprias, que somente com o estudo numa micro-escala se poderão compreender.

O quadro do povoamento da proto-história e da romanização do vale da bacia superior do rio Coura nunca tinha, até aqui, sido abordado e muito menos estudado.

Apesar de aparentemente seguir os cânones culturais destas épocas, terão sido a geomorfologia, o clima, a rede hidrográfica, enfim, a geografia desta região que ajudaram a moldar a sua ocupação humana, criando na unidade uma diversidade assaz interessante, de que é exemplo mais típico a singularidade da Cidade de Romarigães.

O rio Coura, de traçado sinuoso, corre em vale estreito, tendo vários afluentes. Passa em cotas compreendidas entre os 500 e os 120 metros, esta última quando sai do concelho e entra no de Vila Nova de Cerveira. Separa esta área geográfica sensivelmente pelo meio, percorrendo um talvegue sinuoso no sentido NE-SO.

Grande parte dos povoados ditos castrejos situa-se na zona leste do vale, não longe do leito do rio, ocupando montes de altitude baixa e média, não tendo sido detectada, por ora, a sua existência na parte mais alta da região.

O seu leito, apesar de pequeno, é, no entanto, muito marcante, pois é em redor da sua bacia e das dos seus afluentes que se concentram as zonas mais férteis. Os campos agricultados, de dimensões reduzidas, encontram-se no vale ou a meia encosta, sendo as zonas mais elevadas arborizadas ou incultas, ocupando grandes dimensões. Também o relevo se desenvolve a partir daí, atingindo as maiores altitudes na periferia da sua bacia hidrográfica.

Estas constatações actuais têm, por hipótese, validade para o passado, como veremos, sendo condicionadoras do povoamento desde tempos proto-históricos (e talvez anteriores) até à actualidade.

O território é representado por terrenos arcaicos, graníticos, onde abunda o porfiróide, de grão grosso, existindo ainda abundantes afloramentos xistentos. Na planura dos vales destacam-se, por vezes, pequenas colinas com altitudes que não excedem os 200 metros, formando pequenos ilhéus de rocha granítica que, regra geral, ladeiam ou se situam na proximidade do Coura. Alguns tomam a forma de esporões, de maior altitude, que propiciaram, tal como os anteriores,

a ocupação humana na Idade do Ferro. Em relação aos primeiros, temos os povoados do Crasto, Castelo e Romarigães e, aos segundos, os de Bruzendes, Bustarenga e Alto da Madorra.

Estas pequenas colinas e esporões foram ocupados por pequenos núcleos populacionais, principalmente vocacionados para a prática da agricultura e pastorícia, extensiva ao vale.

Em zonas superiores aos esporões, geralmente coincidindo com as linhas de feito, localizam-se os povoados de maior importância, com maior altitude e com grande destaque na paisagem.

Numa zona intermédia entre os primeiros e as zonas dos grandes montes situam-se povoados, actualmente muito destruídos, que também se desenvolveram em esporões. É o caso do povoado da Bustarenga.

As zonas mais elevadas (altitudes superiores a 600 metros), onde existem vastas chãs, como em Chã de Lamas, foram ocupadas por necrópoles megalíticas, tal como se verifica em outras zonas da Serra do Gerês e da Serra Amarela.

Na área em estudo conseguimos detectar catorze povoados fortificados, nem sempre coincidentes com o catálogo de Armando Coelho (SILVA 1986, 71-72).

No inventário que elaborámos apenas consideramos como povoados aqueles sítios que se nos apresentam como certos³ - como resultado de trabalhos de prospecção, dado que só iniciámos escavações em dois deles. É óbvio que não podemos apresentar uma cronologia absoluta ou conclusões tidas como verdades indubitáveis, dado que este estudo se baseia no espólio exumado em trabalhos de prospecção, constituído por materiais de superfície, com a devida excepção dos povoados de Romarigães e Cossourado.

Pretendemos fazer um estudo baseado na geomorfologia das áreas ocupadas e na topografia dos terrenos, o que nem sempre - pela existência de denso revestimento vegetal - nos pode indicar a quantidade e mesmo o local por onde circundariam as linhas de defesa, ou por onde se situavam as estruturas habitacionais.

³ Existem casos em que ainda temos dúvidas. No entanto, achamos ser de confiança a bibliografia que se lhes refere, embora os vestígios actuais sejam praticamente nulos. Outros são enquadrados como toponímia arqueológica, embora possam de facto ter sido locais com povoamento proto-histórico. Com o decorrer dos trabalhos talvez possamos vir a concretizar essa ocupação e a descobrir outros - uma carta arqueológica nunca se esgota!

A EVOLUÇÃO DO POVOAMENTO NUMA PERSPECTIVA DE ARQUEOLOGIA ESPACIAL

Após a análise dos habitats inventariados na área em questão foi possível demarcar algumas características que levaram a uma melhor compreensão do tipo de povoamento da Idade do Ferro.

O estudo da geomorfologia revelou-se muito importante, dado que, neste caso específico, a escolha do local terá sido fulcral pelo investimento de tempo e trabalho que implicava a construção de um povoado com características defensivas, para além do facto de dever localizar-se em zonas potencialmente capazes de proporcionar uma exploração económica suficiente para sustentar as necessidades de uma comunidade agro-pastoril.

Assim, a forma, dimensões e topografia do terreno são factores importantes para este estudo, dado que em relação ao tipo de sociedade que se desenvolveu, às cronologias, à própria função do povoado não temos elementos conclusivos. No entanto, pensamos que a maioria deles teria uma ocupação permanente.

A distribuição cartográfica dos povoados foi essencial para este tipo de análise. Infelizmente, por limitações de espaço da publicação, não nos foi possível apresentar todos os mapas, quadros e gráficos elaborados, pelo que optamos por alguns.

Tendo por finalidade analisar o tipo de ocupação padronizada em termos de distribuição espacial, a arqueologia serviu-se de modelos de outras ciências, adaptando-os aos fins em vista.

D. Clarke (1979, 9) define os objectivos da arqueologia espacial como o conjunto de relações e elementos das actividades humanas em todas as escalas, quer a nível dos artefactos, quer a nível da geomorfologia que ocupavam, do meio ambiente em que actuaram e da interacção entre todos estes aspectos. Destaca três escalas de estudo: o micro espaço, o semi-micro espaço e o macro espaço.

Com base nesta perspectiva, enquadrámos, por ora, o nosso estudo a nível da macro escala de relação dos sítios dispersos na paisagem.

A combinação de vários modelos, como o de Von Thunen (1966), de 1826, e o de Christaller (1966) e Chisholm (1975), bem como, mais recentemente, os de Vita Finzi e Higgs (1970; 1972) e Vita Finzi (1975; 1978), aperfeiçoados por I. Davidson e G. Bailey (1984), levaram a uma série de estudos baseados, essencialmente, na teoria do lugar central (criado por Von Thunen) e nas áreas de exploração de recursos naturais.

Estes modelos de análise das áreas de exploração, aprovisionamento e de territórios potenciais de influências são importantes para o estudo do contexto em que evoluíram as comunidades da Idade do Ferro. Contudo, apresentam

alguns problemas, dado que são estudos aplicados às categorias modernas de utilização da terra, pois não temos conhecimento da distribuição de tipos de solos nas épocas em questão. Também a distribuição edáfica não é semelhante à actual e os conhecimentos que temos são escassos.

Outro factor relaciona-se com a suposição de que a tecnologia é uma variável independente que determina a gama de produtos a explorar, o que afecta o tipo e forma da área de exploração. Contudo, a tecnologia é, até certo ponto, uma resposta à natureza e distribuição dos recursos (BUTZER 1989, 209). Para além destes, ainda se podem levantar outros problemas sistematizados por Ian Hodder e Clive Orton (1976) e Roper (1979).

Em suma, pensamos que na mente do arqueólogo deve estar sempre presente o modelo da “Caixa Negra” explicitado por D. Clarke - devemos estar conscientes de que só temos um conhecimento parcial e fragmentário da vivência destes povos (CLARKE 1984).

Com base nos grupos de povoados pré-estabelecidos, aplicámos dois tipos de modelos aos habitats classificados como pertencentes ao tipo 1 e 4.

O modelo das potenciais áreas de obtenção de matérias-primas e aprovisionamento foi calculado segundo a formula de Vita Finzi e Higgs e remodelado por I. Davidson e G. Bailey (1984, 31), devido ao facto de a geomorfologia do terreno impossibilitar a aplicação em moldes aproximados do referido modelo.

Foram calculados os territórios de 15, 30 e 60 minutos em torno dos povoados. Não elaboramos os territórios de 120 minutos, dado estarmos na presença de uma área restrita, na qual os modelos estabelecidos para os povoados de maior projecção e maior perduração na ocupação se tocam antes do fim desse período de tempo, excepto entre Cossourado e Giesteira. Além de que traria grandes problemas de percepção das linhas limítrofes e, como consequência, de compreensão.

Após a sua construção na carta militar (escala 1:25.000), tentando tirar mais proveito deste estudo, fizemos a sua sobreposição sobre a carta geológica e a carta de distribuição dos tipos de solo.

A construção dos polígonos de Thiessen baseia-se no pressuposto de que os povoados têm uma ocupação contemporânea.

Apesar de não termos cronologias absolutas, optamos por fazer este estudo de uma forma diferente do habitual. Assim, sobrepusemos os territórios teóricos para se detectar até que ponto esses territórios óptimos de aprovisionamento coincidem com os territórios potenciais de influência de cada povoado - o que parece confirmar-se.

A DISTRIBUIÇÃO-ORGANIZAÇÃO DOS POVOADOS FORTIFICADOS

Os assentamentos foram agrupados em quatro tipos, conforme a aparente similitude de características de cada um, que ao longo do estudo se nos iam deparando. Apesar dos riscos que oferecem, estes estudos de arqueologia espacial constituem uma boa hipótese de trabalho que poderá fornecer pistas para futuros estudos baseados em escavações.

As características que levaram à distinção ou semelhança são baseadas no estudo da geomorfologia da área, nomeadamente a altitude e a forma do relevo aliadas aos indícios dos povoados. Indícios esses que reflectem o tipo de sociedade e economia que aí se desenvolveu.

Os povoados fortificados detectados nesta região, concretamente em número de catorze (além de seis muito duvidosos, que encaramos neste momento das investigações como toponímia arqueológica), apresentam características passíveis de serem agrupadas em quatro conjuntos.

Atribuímos ao tipo 1 os povoados de altitude mais elevada, acima dos 350 metros, situados nos relevos mais pronunciados e significativos da zona centro e oeste da bacia, dado que os povoados não ocorrem a leste, na zona de maior altitude.

São povoados que possuem três ordens de muralhas, embora nas vertentes mais pronunciadas possam ter só duas. Muralhas essas construídas em pedra e ainda hoje bem evidentes (Cossourado e Giesteira).

Aparentemente, têm uma cronologia bastante ampla, que oscila entre o Bronze Final e a Romanização. Esta última fase apenas não é muito evidente em Montuzelo, embora em Cristelo, Giesteira e Cossourado a romanização tenha sido por hipótese intensa.

Em termos de ocupação do espaço são também estes os povoados de maior envergadura, ocupando áreas superiores a trezentos metros.

Queríamos aqui ressaltar o caso de Cristelo que, apesar de não ter uma situação de destaque na paisagem, nem ocupar uma área tão vasta, nos parece, por ora, poder ser englobado neste grupo.

Dada a sua situação de destaque no vale, devem ter atingido grande desenvolvimento económico.

A distribuição dos povoados de tipo 1 é perfeitamente simétrica em relação a dois habitats a montante e outros dois a jusante do Coura, como que mantendo uma distância de “respeito” bastante similar.

No tipo 2 considerámos os povoados que ocupam colinas ou esporões que, apesar de destacados em relação aos de tipo 3, se apresentam camuflados na paisagem. No entanto, mantêm, como os anteriores (tipo 1), uma aparente posição

estratégica no vale. As cotas situam-se acima dos duzentos metros de altitude mas não ultrapassam em muito os trezentos e cinquenta metros.

Apresentam dois ou três amuralhados e ocupam áreas de menores dimensões, entre os cento e cinquenta e duzentos metros.

Aparentemente, não têm ocupação do Bronze Final, sendo romanizados. Infelizmente, dois dos três povoados deste tipo estão muito destruídos, pelo que não podemos saber com alguma precisão o seu grau de desenvolvimento, pelo menos por enquanto.

A sua actividade económica seria a agro-pastoril, podendo, face à proximidade do Coura, aliar-se a piscícola.

Os povoados de tipo 3 (Castelo - PVF 8, Bruzendes - PVF 10, Crasto - PVF 14 e Alto da Madorra - PVF 13) situam-se em pequenos cabeços, de baixa altitude (acima dos 180), mas não atingindo os duzentos metros, o que torna difícil a sua localização. São povoados de vale, todos eles muito próximos do Coura, que lhes passa, em regra, na base.

Possuem apenas uma cintura de muralha, não ultrapassando em muito os cem metros de comprimento. A sua romanização não é clara, dado que devem ter sido abandonados relativamente cedo, pois a proximidade do vale favoreceu a implantação de novas formas de ocupação introduzidas pelos romanos. Infelizmente, apresentam-se muito destruídos.

Por último, o povoado de tipo 4. Este habitat, a Cividade de Romarigães, dado não ter paralelos nesta área e não se assemelhar a qualquer dos outros, classificamo-lo à parte, embora seja também um povoado de vale. Contudo, apresenta uma configuração diferente, alongada, com amuralhados em dois taludes e fossos e de muito fácil localização no vale.

No actual estado de conhecimentos (apenas realizamos duas campanhas de escavações arqueológicas) podemos depreender ter sido ocupado a partir da Fase II e ter sido abandonado muito cedo, na Fase III A (?), visto a romanização não estar documentada.

A GEOLOGIA

Os povoados, independentemente da altitude a que se situam ou do seu tipo, localizam-se maioritariamente em zonas graníticas, com predominância das manchas de granito calco-alcalino de grão grosso.

Os habitats de Lousado e Bustarenga situam-se em manchas de xistos andaluzíticos. O do Alto da Madorra em mancha de complexo xisto-migmatítico, embora com afloramentos de granito, como pudemos constatar. Existem também povoados que assentam em locais com geologia mista, onde ocorre a junção de

granito com xisto, como Romarigães (granito de grão grosso e complexo xisto-migmatítico) e Bruzendes (g. g. médio e complexo xisto-migmatítico).

Em termos estatísticos, temos uma ocorrência de quatro povoados situados em manchas de g. g. médio e seis nas de g. grosso.

Exceptuando Cristelo (g. g. grosso), todos os outros se localizam nas proximidades de manchas xistosas, em que um percurso inferior a 15 minutos bastaria para a elas ter acesso.

De facto, a acessibilidade à matéria prima mais utilizada, quer para a construção de estruturas privadas ou públicas (habitação, anexos, defensivas), quer para objectos de uso quotidiano e doméstico (mós, prisões de gado, estatuária, lareiras), era fácil.

Contudo, o granito de grão fino só aflora no limite sudoeste desta área, com relativa acessibilidade à Cividade de Romarigães e Bustarenga.

Evidentemente que a análise da geologia da região se baseia, na grande maioria dos casos, na análise da carta geológica elaborada a uma grande escala (1:50.000), pelo que muitos dos afloramentos de pequenas dimensões, que ocorrem intercalados com outros de grande porte, não são cartografados.

Temos o caso do Alto da Madorra, localizado numa mancha de xisto onde existem afloramentos graníticos não cartografados.

As comunidades da Idade do Ferro certamente conheciam muito bem os locais de obtenção das matérias-primas, pelo que todos os estudos de acessibilidade são pouco válidos, embora nos sirvam como hipótese de trabalho e de alguma compreensão na distribuição dos povoados.

Em relação aos locais de ocorrência de minérios, também eles não são cartografados na sua totalidade à escala referida.

DISPERSÃO POR ALTITUDES

Nesta área os povoados oscilam entre as cotas de 200 e 600 metros de altitude, havendo uma prevalência para a ocupação de locais situados entre as cotas de 300 e 400 metros.

Os povoados de tipo 1 escolheram as áreas de relevo mais acentuado, com cotas próximas ou superiores a 400 metros de altitude (Cossourado - 376.71, Montuzelo e Cristelo - 495.5 e Giesteira - 603.0)⁴.

⁴No entanto, os 376 metros de altitude máxima de Cossourado tornam-se bastante mais pronunciados e evidentes na paisagem, visto situar-se a oeste do vale do Coura, na zona de menor altitude desta área. O vale ronda os 200 metros de altitude ou menos, existindo uma diferença de 170 metros de altura, enquanto que a Giesteira, com 603, tem o vale a cerca de 500 metros de altitude, sendo a diferença apenas de 100 metros.

Os povoados de tipo 2 (Bustarenga, Madorra (PVF 6) e Lousado (PVF 2)) situam-se a cotas intermédias e estão menos destacados na paisagem, aparentemente camuflados por outros relevos próximos mais acentuados. Situam-se entre os 221 e os 355 metros de altitude.

Os povoados de tipo 3 são habitats de vale, com cotas entre os 180 e 290 metros de altitude. Todos eles se situam em pequenas colinas ou esporões, sobretudo na margem sul do Coura, difíceis de detectar pelas características topográficas pouco evidentes.

O único povoado de tipo 4 é também um habitat de vale, com uma cota baixa de 228.18 metros.

VISIBILIDADE

Estamos, como se tem vindo a referir, na presença de uma região com grandes variações geomorfológicas, uma vez que numa área que não excede os 15 Km (no sentido E-O e N-S, nos locais mais extensos), rondando os 14.000 hectares, existe uma grande variabilidade de cotas que naturalmente se traduzem em constantes montes e vales. A visibilidade entre os diversos povoados fortificados é reflexo destas circunstâncias.

Os habitats de tipo 1, de maior altitude e situados em montes de destaque na paisagem, têm visibilidade entre si, excepto o de Cristelo, localizado numa zona de grandes acidentes geográficos e, por isso, mais “escondido”. Apenas tem visibilidade para a Giesteira.

Além de terem visibilidade entre si, os habitats deste tipo abarcam quase todo o vale do Coura, tendo, assim, visibilidade para a maior parte dos outros de tipo 2 e 3.

Os de tipo 2 e 3 não têm visibilidade entre si, embora essa se possa verificar em casos esporádicos (Lousado - Bustarenga) e entre os dois grupos (Lousado - Alto da Madorra). Trata-se, no entanto, de uma visibilidade reduzida.

O povoado de Romarigães, de tipo 4, tem visibilidade para grande parte dos povoados situados a oeste do vale, embora na maioria dos casos de forma restrita.

OS TIPOS DE SOLO

Segundo o conhecimento que actualmente possuímos sobre os tipos de solo que revestem a camada geológica desta área e que com ela estão intimamente relacionados, o solo com aptidão agrícola tem uma ocorrência reduzida, quando

comparado, por exemplo, com o solo de aptidão florestal.

Este estudo não tem grande validade para as épocas cronológicas em apreço, mas constitui também uma hipótese de trabalho, como, aliás, todos os estudos de arqueologia espacial, em que se deve ter bem presentes as incapacidades e lacunas que os mesmos apresentam.

Contudo, em face do esgotamento dos solos que parece verificar-se nesta área, na qual existem várias zonas em risco de erosão, e como as áreas de maior produtividade se localizam em locais de pequena altitude, marginais de linhas de água ou do Coura, é possível que exista alguma similitude entre esta época e a actual, até porque, como veremos, se detectam coincidências muito interessantes entre a dispersão dos vestígios e estações, nomeadamente da época romana, e as zonas de maior capacidade do solo.

Os povoados detectados e estudados até ao momento situam-se geralmente em locais com solos de aptidão florestal (8 casos), facto derivado da altitude a que se situam - zonas de maior erosão. Temos três casos de habitats localizados em manchas de solo com aptidão condicionada e outros três em solos com aptidão agrícola, naturalmente situados no vale ou em pequenos cabeços próximos deste e com boas condições de irrigação.

Evidentemente que os povoados de tipo 1 se localizam em zonas com aptidão florestal, excepto Cristelo (com solo condicionado para a prática agrícola), mas com solos vocacionados para a agricultura a menos de 15 minutos de marcha, tal como acontece com a maioria dos outros povoados.

De facto, as terras com boa capacidade produtiva ficam-lhes sempre nas proximidades, bem como o acesso à irrigação, pelo que, provavelmente, teriam possibilidade de granjear boas colheitas e de apascentar os gados com certa facilidade.

A OBTENÇÃO DE MATÉRIAS PRIMAS

O estudo das características geomorfológicas, climáticas e edáficas (infelizmente não temos estudos sobre a fauna) da área em questão, em parceria com o estudo da distribuição espacial do povoamento humano (a nível do macro espaço), das estruturas e do espólio detectado (numa perspectiva de micro espaço), permite-nos tentar descortinar os recursos que se ofereciam a estas comunidades agrícolas e pastoris, na Idade do Ferro.

O granito existe, como vimos, com abundância em toda a região, sobretudo nas variedades de grão grosso e, com menos ocorrência, nas de grão médio. Contudo, o de grão fino, mais fácil de trabalhar e com resultados estética e utilitariamente mais produtivos na elaboração de mós, estatuária, marcos miliários,

aras e outros materiais, não existe, pelo menos de forma significativa, dentro da área da bacia superior do Coura, embora se possa extrair em zonas próximas.

Se os romanos não tiveram dificuldades na sua extracção, a artesanaria do ferro, anteriormente desenvolvida, também trouxera aos povos autóctones a tecnologia necessária à sua exploração e adaptação às formas necessárias.

A arena granítica, vulgarmente designada na região por alterite, resulta da alteração dos afloramentos rochosos e era também bastante acessível a estas comunidades. Teria sido utilizada como argamassa para ligar as pedras das estruturas e para elaboração dos pisos (Romarigães) e ainda como elemento componente das argilas para manufactura das cerâmicas.

A argila é um produto da alteração da rocha granítica (rocha ígnea) que, por vários fenómenos naturais de índole química, transforma por caulinição o feldspato, tornando-o numa matéria capaz de ser moldável (SHEPARD 1971, 6). Assim produzida pelo contacto com uma rocha ígnea, designa-se primária ou residual e contém em abundância os grãos mais estáveis dessa rocha, dando então origem a uma argila com muito quartzo e especialmente micas (*idem*, 10-11).

Este facto é importante para explicar, pelo menos em parte, a sua grande utilização na cerâmica indígena, designada de fabrico micáceo, com grãos de quartzo e mica em grandes proporções.

De facto, sendo esta argila de formação granítica, justifica-se o seu abundante uso pela maior acessibilidade desta matéria prima e, provavelmente, pelo desconhecimento dos métodos de decantação e depuração das argilas que os romanos conheciam e que depois introduziram no noroeste, tendo sido, assim, até ali usada com grande profusão.

A acessibilidade dos locais de extracção de argilas, fruto de aluviões e, por isso, certamente mais depuradas, não seria grande, não só pela maior distância do Coura em relação aos povoados (sobretudo os de tipo 1) mas porque, sendo um rio de pequeno caudal, os locais de extracção de argilas seriam poucos. Actualmente só existe um, já fora desta área, no terraço das Barrocas (S. Pedro da Torre, Valença).

Das numerosas linhas de água extraíam-se os seixos rolados (de origem granítica, quartzífera ou de quartzo) que tinham variadas finalidades: percutores, machados, bifaces, extracção de lascas, rebolos de mós manuais⁵. Detectámos este tipo de materiais quer na área dos povoados fortificados, quer nas áreas que marginam o Coura e onde se registam vestígios de ocupação romana bastante

⁵ Na Cidade de Romarigães, na campanha de Agosto de 1993, foram encontrados inúmeros seixos de grandes proporções, com vestígios de uso, relacionados com mós de vaivém, aí detectadas.

densa (Ferreira-Sigoelos e Cristelo-Mó-Parada).

Outro elemento essencial na exploração dos recursos ligados aos rios e ribeiros é a sua fauna piscícola. Seria certamente um elemento que pesava na economia doméstica proto-histórica, fazendo parte da dieta alimentar das comunidades desta época. As espécies mais abundantes há dois séculos atrás, e mesmo hoje, eram as trutas, as bogas e os escalos.

Os recursos hídricos são ainda hoje abundantes nesta zona, quer pelo rio, ribeiros e linhas de água, quer pelos poços e nascentes, existindo algumas dentro da área dos povoados, como Cossourado ou Giesteira. Nascentes e lagoas abundam mesmo nos locais de maior altitude.

Apesar das referências dos autores clássicos e outros nossos contemporâneos à abundância de minérios no noroeste peninsular, mais uma vez se tomou o todo pela parte, dado que esta área, como outras (bacia média do Cávado - MARTINS 1990, 53), não é muito rica nesse tipo de recursos. Limita-se a algumas minas que circundam a zona SO da bacia e a algumas ocorrências em cassiterite e estanho na Serra de Bico. Existem várias minas de tungsténio acima do vértice geodésico de S. Silvestre, a norte desta área, já no concelho de Monção.

As manchas de quartzo e os filões pegmatíticos são também raros, segundo o estudo geológico da região.

As formações áureo-argentíferas são apontadas por autores do século passado (ALMEIDA 1866, 381; VIEIRA 1886 [1987], 131; LEAL 1874, 394-395) para Insalde, mas não são confirmadas ou referidas em estudos recentes.

O estanho ocorre a oeste e SO dos povoados de Lousado e Bustarenga e também no próprio local onde estes foram implantados.

É interessante verificar que os povoados se situam maioritariamente próximos desta área, a mais rica do vale do Coura. Esta confluência deve-se, parece-nos, a alguns factores essenciais: a proximidade do rio e das zonas de vale, com melhores terrenos agricultáveis; o facto de se tratar geologicamente da zona que oferece maior facilidade para obtenção de matérias primas - neste caso particular, os minerais, para o fabrico dos metais (estanho), a pedra (granito) e as argilas, para o fabrico das cerâmicas.

A extracção do granito podia-se fazer dentro dos próprios povoados, facto que se detecta facilmente nos afloramentos aí existentes. No povoado de Montuzelo verifica-se a existência de marcas de guilhos, assim como blocos fracturados com vestígios de corte intencional nos surgem em quase todos os povoados (Cristelo, Giesteira, Cossourado, Romarigães). Evidentemente que nada nos garante que sejam explorações da época em questão.

O povoado que possui menos afloramentos passíveis de uma exploração local é o de Romarigães. Mesmo na área circundante não existem pedreiras,

dado ser uma zona de vale, em parte xistento. Talvez seja um argumento que “forçou” a construção dos taludes em terra e não muralhas pétreas, mas que também pode estar relacionado com o seu hipotético abandono prematuro.

O granito para elaboração de alguns marcos miliários, das aras, da maioria das mós e de outras peças mais “delicadas”, teve de ser extraído talvez bastante longe, para sul, por hipótese, na zona da Portela Grande (pertencente ao actual concelho de Ponte de Lima).

TERRITÓRIOS POTENCIAIS DE EXPLORAÇÃO ECONÓMICA

A análise da distribuição espacial e dos territórios potenciais de exploração económica dos povoados de tipo 1 revelou-se bastante interessante.

Em primeiro lugar, os territórios, em qualquer dos casos, não se tocam em caminhadas inferiores ou iguais a 60 minutos, mantendo-se uma pequena faixa de território que se ultrapassaria em menos de 15 minutos, na maioria dos casos, excepto entre Cossourado e a Giesteira, dado que existe uma “barreira” entre eles, ou seja um povoado de tipo 3 (Madorra), o que apenas aqui se verifica.

Interessante é também o facto de, ao contrário do que acontece noutros locais (como o vale do Cávado - MARTINS 1990), os povoados de tipo 3 se situarem na periferia dos territórios de uma hora ou não serem incluídos nestes, só sendo abrangidos em territórios de 90 ou 120 minutos.

As distâncias médias entre cada povoado e dado que a geomorfologia da região dificultaria muito as caminhadas (ainda hoje, mesmo em transporte), mesmo para quem conhecesse bem as veredas e atalhos, rondam as três horas de percurso.

Em relação aos habitats de vale, de tipo 3, 60 a 90 minutos seriam suficientes, e para os de tipo 2, um espaço de tempo superior a duas horas.

Todos os povoados teriam acessibilidade, num percurso de 15 a 30 minutos ou menos, aos locais de abastecimento de matérias-primas minerais, hídricas e, eventualmente, a solos com aptidão agrícola, bem como ainda a madeiras, caça e pesca.

Em termos de distâncias em quilómetros e em linha recta, temos uma incidência de 4 a 5 quilómetros de percurso, embora esta distância seja excedida por alguns povoados que se situam na periferia da margem norte (Cossourado) e na da margem sul (Cristelo).

Há uma distribuição igualitária dos povoados dos vários tipos entre as duas margens do Coura.

Os de tipo 1 e 2 ocupam zonas intermédias entre o vale e a montanha e

entre o Coura e o extremo da sua bacia hidrográfica, tal como os de tipo 4.

Os de tipo 3 ocupam o vale em pequenos cabeços ou esporões, “em cima” do Coura.

TERRITÓRIOS TEÓRICOS

A sobreposição no mesmo mapa do estudo teórico dos territórios dos povoados (os designados polígonos de Thiessen) onde se havia elaborado os estudos dos territórios potenciais de exploração económica, tornou-se bastante interessante.

Na grande maioria dos casos e tal como o estudo anterior, os polígonos apresentam os limites teóricos territoriais dos habitats excedendo os 60 minutos de percurso, sendo bastante similares, e confirmam que os territórios se tocariam ao fim de sensivelmente 90 minutos de marcha.

Aqui, os povoados de tipo 3 já se enquadram nos territórios dos de tipo 1.

O povoado de tipo 4 estaria hipoteticamente sob a influência do de Montuzelo ou do de Monte Murado, pertencente actualmente ao concelho de Ponte de Lima e já fora desta bacia hidrográfica, pelo que não o incluímos neste estudo. Numa fase mais recuada da Idade do Ferro seria, por hipótese, este povoado a ter influência sobre outros, como a Portela da Bustarenga, que teve aparentemente uma maior perduração no tempo do que Romarigães, sendo romanizado.

Fizemos ainda o cálculo entre as distâncias, no sentido de melhor perspectivar não só o território que se situa entre cada um, mas também saber em que áreas se movimentavam, quer como zona de influência, quer como de aprovisionamento e, ainda, tendo em vista melhor compreender a dispersão dos povoados estudados. Assim, temos um esquema que mostra que as distâncias desde o centro de um povoado a outro são bastante homogéneas. Vejamos: 1 a 4 = 8 Km; 1 a 6 = 3 Km; 1 a 7 = 7 Km; 1 a 12 = 5 Km; 4 a 5 = 4,25 Km; 4 a 7 = 4 Km; 5 a 7 = 5,5 Km; 5 a 12 = 4,5 Km e 6 a 7 = 3,75 Km.

O POVOAMENTO ROMANO

Em relação às estações e vestígios romanos com interesse agrícola e pastoril (a localização dos marcos miliários, da via ou das aras não interessa a este estudo), ou seja, os habitats (*villae*, casais), dispersam-se geralmente por zonas com solo vocacionado para a prática agrícola (15 estações). De seguida, surgem-nos os que se situam em áreas com aptidão condicionada (10 estações) e outros, muitos poucos, em zonas adaptadas à exploração florestal (3 casos), mas com zonas agrícolas muito próximas ou dentro do próprio habitat, caso

conhecêssemos a sua extensão.

O estudo da dispersão deste tipo de estações pelo sistema orográfico revelou-nos que estas se localizam a uma cota mínima de 150 metros de altitude e máxima de 550. A maioria incide em cotas entre os 250 e 400 metros.

Os sítios situados abaixo destas altitudes, entre os 150 e 250 metros (6 casos), são os preferenciais para a localização dos marcos miliários conhecidos e, evidentemente, da via (Quarta via militar ou 19^a do Itinerário Antonino)

Entre os 200 e 400 metros temos 17 estações cartografadas, com predominância das zonas onde aparecem os habitats de maior envergadura e onde se detectam maiores quantidades de materiais.

Entre os 400 e 600 metros existem 11 casos, e acima destes valores as ocorrências são nulas.

Em termos da dispersão dos sítios em relação à rede hidrográfica, podemos concluir que a maioria das estações e vestígios foram detectados em zonas que marginam o Coura, ou nas proximidades deste ou dos seus afluentes com maior caudal.

Assim, temos uma faixa de estações e vestígios que marginam a Ribeira dos Cavaleiros, o Coura, a Ribeira da Pantanha, o Regueiro da Corredoura e o Ribeiro de Bruzendes, sendo as zonas de maior incidência deste tipo de estações.

Temos, pois, a geomorfologia, especialmente a rede hidrográfica, o tipo de solo que lhe anda geralmente associado e, evidentemente, a zona de vale onde corre o rio ou ribeiros, como alguns dos elementos condicionadores da fixação de propriedades rústicas agrícolas.

Estas zonas abrem, portanto, áreas potenciais de investigação desta ambiência cronológica.

Apesar da importância que a via romana teria tido nesta região, não foi aparentemente motivo de atracção para a fixação dos povos, dado que os achados nesta área, como se pode aferir pelo mapa, são muito poucos, raros mesmo, excepto os marcos miliários.

Embora a via passasse por uma zona bastante fértil e irrigada, a cotas baixas, marginada por extensos vales, não parece ter sido elemento de atracção. Mais um dado que carece de uma investigação alicerçada em escavações arqueológicas para poder ser confirmado.

IDEIAS A RETER

Apesar das inúmeras críticas que este tipo de estudo, designado arqueologia espacial, tem proporcionado, muitas delas fundamentadas, parece-nos ser ele extremamente útil, não só pelas pistas de investigação que abre, mas porque a

base de uma carta arqueológica, que no fundo é o tema fulcral deste trabalho, é o estudo da dispersão de estações e artefactos que, se não forem relacionados a esta escala, ou seja, com este tipo de estudos, não fornecem mais elementos do que os estatísticos ou eventualmente cronológicos. Contudo, a História do Homem não se faz de números mas de atitudes, e, nesta fase dos nossos estudos, a única hipótese que temos de conhecê-las é tentar estabelecer um quadro interpretativo baseado na articulação dos dois vectores essenciais que são a interacção Homem/Meio Ambiente.

Uma outra realidade passa pela reafirmação da validade destes estudos em termos regionais, mesmo em pequenas regiões como esta, dado que nos podem fornecer inúmeras achegas para a compreensão de um todo mais vasto que é a ocupação do Noroeste Peninsular nas épocas em estudo.

Constata-se mesmo que muitas áreas não precisam ser escavadas para que se tenha um conhecimento mínimo do povoamento aí existente, sobretudo em épocas como a Romanização, pois uma prospecção sistemática pode, por si só, resolver muitos problemas, quando se trata de épocas como a referida, das quais existe, em termos genéricos, um conhecimento bastante profundo.

Estamos conscientes das lacunas do nosso trabalho a nível do conhecimento particular, ou seja, ao nível do semi-micro espaço e do micro espaço de ocupação do vale. Contudo, já o sabíamos à partida, pelo que nunca procurámos solucionar essas premissas mas antes criar as bases para que as mesmas se possam vir a resolver num período de tempo e de investigação mais ou menos longo.

Este trabalho pretendeu estudar a evolução da paisagem humana numa perspectiva diacrónica e sincrónica (tanto quanto possível), pela análise espacial do povoamento a nível do macro espaço, em articulação com o quadro geomorfológico, por forma a conhecer a estratégia de ocupação do vale e a obtenção de matérias-primas.

Se a nível do conhecimento diacrónico temos um esquema aceitável, mesmo que provisório, a nível da evolução sincrónica os nossos resultados são praticamente nulos, pelo que temos que procurar essas respostas nas escavações que estamos já a elaborar.

Foi possível detectar vários grupos de povoados fortificados que, se em determinada etapa podem ter tido um desenvolvimento similar, noutras esse desenvolvimento quase estagnou, como, por exemplo, nos povoados de tipo 3. Por sua vez, nos de tipo 1 e talvez nos de tipo 2 existiu um maior florescimento, atingindo aparentemente uma grande complexificação social e um lugar de destaque e de supremacia na Fase III da Idade do Ferro. Esse florescimento e supremacia ter-se-ia dado sobretudo nos povoados de tipo 1, efectivando-se a sua hierarquização, talvez acompanhada por uma hierarquização das sociedades que os criaram.

Como podemos aferir, os povoados encontram-se implantados geomorfologicamente numa área com boas potencialidades económicas, factor de primordial importância, ao qual os povos “castrejos” e romanos não se alhearam. Assim, o acesso aos recursos naturais (solos para a agricultura e pastagem, recursos hídricos e minerais, nomeadamente o granito e as argilas) seria facilitado.

A prática da caça e da pesca não seria muito difícil, quer pela proximidade do rio, quer pela proximidade da montanha. Tal situação não só permitia a transumância de gados, como ainda a obtenção de recursos naturais.

Em suma, estas sociedades agro-pastoris devem ter atingido não só uma razoável quantidade de indivíduos, como uma certa prosperidade, a julgar pela quantidade de estações detectadas nesta pequena área.

Nesta fase da investigação, parece-nos que podemos afirmar que entre a Idade do Ferro e a Romanização houve uma continuidade de ocupação quer a nível dos mesmos espaços, num processo de aculturação, com a sua transformação, quer a nível da criação conjunta de novas formas de habitat, começando essa aculturação a fazer-se logo na transição do milénio, com a romanização de povoados fortificados e a criação conjunta de novas formas de habitat no vale (Lisouros, Lugar da Mó). Aparentemente, o maior florescimento romano ter-se-à registado no século IV, já no Baixo Império, quando se encontrava em franco declínio noutras zonas, como comprovam os materiais detectados (por exemplo, o tesouro monetário) e a reestruturação da via com Valentiniano I.

Um outro factor a ter em consideração e a explorar em termos futuros são as zonas de vazio arqueológico, a necessitarem de uma prospecção mais intensa, sistemática, que o confirme ou, por outro lado, que traga novos elementos e novas ilações.

Assim, dada a problemática do estudo, muitas das ilações apresentam-se como meras propostas de trabalho que, com a evolução da investigação (como referimos, trata-se da primeira fase de um projecto mais vasto), pretendemos vir a confirmar.

Podemos agora partir para uma outra fase, procurando resolver as lacunas desta e tentando descobrir as assimetrias e particularismos regionais que têm levado a conclusões erróneas e precipitadas, nas quais se tem tomado o todo pela parte, generalizando aspectos que, por vezes, só ocorrem regionalmente, ou dando a impressão de que os povoados emergiram, evoluíram e desapareceram todos paralela e simultaneamente.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, José Avelino. (1866). *Diccionario Abreviado de Chorographia*. 3 vols., Valença.
- BUTZER, Karl W. (1989). *Arqueologia una ecologia del hombre: Método y teoria para un enfoque contextual*. Barcelona.
- CLARKE, D.L. (1979). *Spatial Information in Archaeology*. New York, Academic Press.
- CLARKE, David L. (1984). *Arqueologia Analítica*, Barcelona.
- CHISHOLM, M. (1975). *Human Geography: Evolution or Revolution?*. Harmondsworth, Penguin.
- CHRISTALLER, W. (1966). *Central Places in Southern Germany*. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall.
- DAVIDSON, I. e G. N. Bailey. (1984). Los yacimientos, sus territorios de explotación y la topografía. *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, 2, Madrid, 25-46.
- HODDER, Ian e Clive Orton. (1991). *Análisis Espacial en Arqueología*, Barcelona.
- LEAL, Pinho (1873-1890). *Portugal Antigo e Moderno*. 8 vols., Lisboa.
- MARTINS, M. (1990). O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado. *Cadernos de Arqueologia*, Monografias, Braga.
- ROPER, D. C. (1979). The method and theory of site catchment analysis: a review. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 2, 23-35.
- SHEPARD, Anna O. (1971). *Ceramics for the Archaeologists*. Carnegie Institution of Washington.
- SILVA, A. C. Ferreira. (1986). *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*. M.A.C.S., Paços de Ferreira.
- VITA FINZI, C. (1975). Related territories and alluvial sediments. *Paleoeconomy*, S. Higgs (ed.), London: Cambridge University Press, 225-231.
- (1978). *Archaeological sites in their setting*. Thames and Hudson, London.
- VITA FINZI, C. e E. S. Higgs. (1970). Prehistoric economies in the mount Carmel area of Palestine site catchment analyses. *PPS*, 36, 1-37.
- VÓN THUNEN, J. H. (1966). *Von Thunen's Isolated State*. Londres.

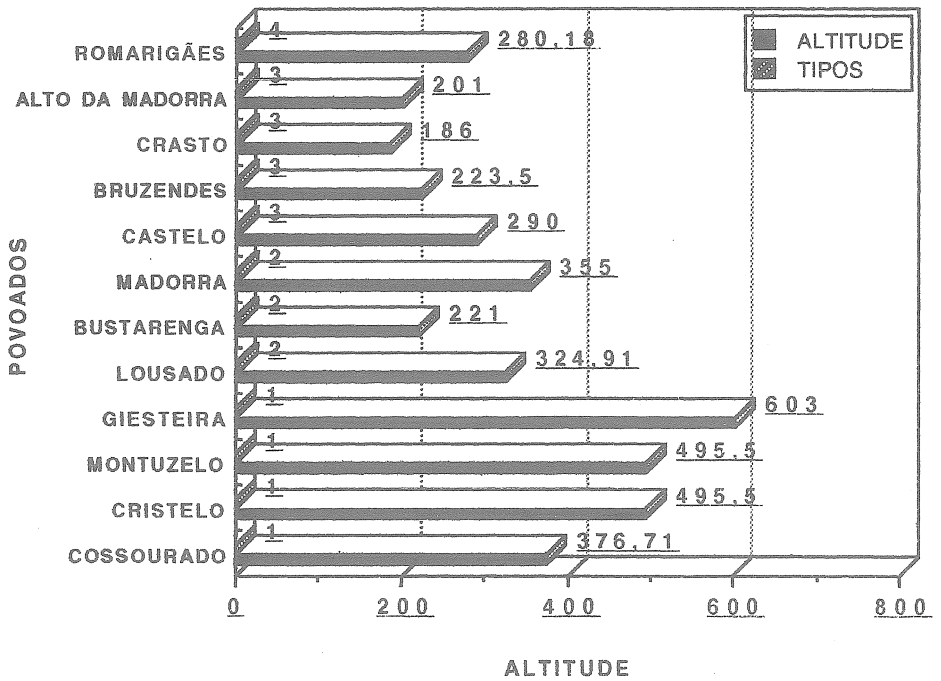
QUADRO I - TIPOLOGIA DOS POVOADOS

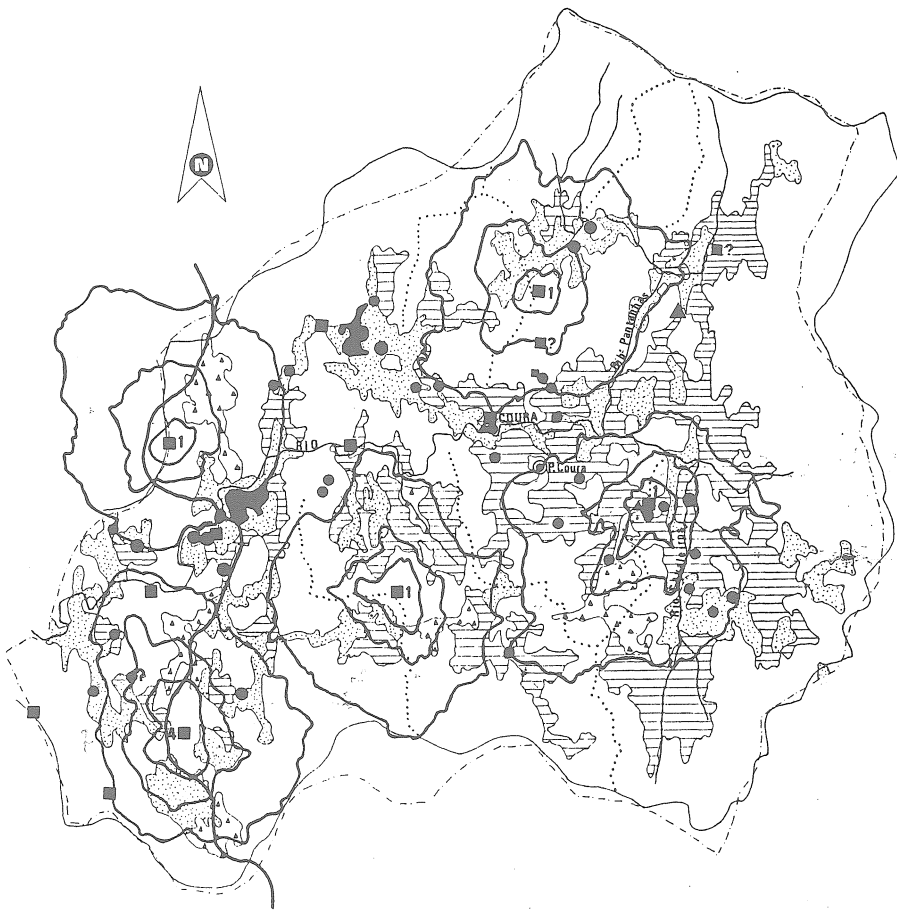
Nº	Designação	Tipo	Altitude	Muralhas	Dimensões (em metros)	Ocupação
1	Cossourado	1	376,71	3	310 (SSO-NNE) x 240	F - R
4	Cristelo	1	495,5	2/3	200 (E-O)	BF - F - R
5	Montuzelo	1	495,5	2/3 (+ fosso)	+ 300 (N-S, E-O)	BF - F
7	Giesteira	1	603,0	3 (1 talude)	+300 (NNO-SSE)	F - R
2	Lousado	2	324,91	2 (?)	200 (N-S, E-O)	F
3	Bustarenga	2	221,0	3 (talude/fosso)	150 (N-S)	F - R
6	Madorra	2	355,0	2	+200 (N-S, E-O)	F - R
8	Castelo	3	290,0	1	150 (?)	BF - F - R
10	Bruzendes	3	223,5	(?)	(?)	F - R
14	Crasto	3	201,0	1	100 (N-S, E-O)	F
13	Alto Madorra	3	186,0	1	100 (N-S, E-O)	F
12	Romarigães	4	280,18	2/3 (talude/fosso)	240 x 175	F
9(?)	Castelinho	Indeter.	476,0	(?)	(?)	F(?)
11(?)	Pena	Indeter.	564,0	(?)	(?)	F(?)

QUADRO II - Acessibilidade às fontes de abastecimento

Nº	POVOADOS	TIPO	GRANITO	XISTO	MINÉRIO	SOLO TIPO A	RIO COURA	AFLUENTES E LINHAS DE ÁGUA	VALE
1	COSSOURADO	1	0	+ 60	+ 60	- 30	- 60	- 15	+ 15
4	CRISTELO	1	0	+ 60	+ 60	- 15	- 30	- 15	- 15
5	MONTUZELO Mte. CRUZEIRO	1	0	- 15	+ 60	- 15	+ 60	- 15	- 15
7	GIESTEIRA	1	0	- 15	+ 60	- 15	+ 60	- 15	+ 15
2	LOUSADO	2	+ 60	0	- 15 Estanho	+ 60	+ 60	- 15	+ 60
3	BUSTARENGA	2	- 60	0	-15 Estanho	+ 30	+ 60	- 15	- 15
6	MADORRA	2	0	+ 60	+ 60	0	+ 60	- 15	- 15
8	CASTELO	3	0	+ 30	+ 60	- 15	- 15	- 15	- 15
10	BRUZENDES	3	0	0	+ 60	+ 60	- 30	- 15	- 15
13	ALTO DA MADORRA	3	- 15	0	+ 60	- 30	- 15	- 15	- 15
14	CRASTO	3	0	- 15	+ 60	0	- 15	- 15	- 15
12	ROMARIGAES	4	0	0	+ 60	- 15	- 60	- 15	- 15
9	CASTELINHO	(?)	0	- 15	+ 60	- 15	+ 60	- 15	- 15
11	PENA	(?)	0	30	+ 60	- 60	+ 60	- 15	- 15

GRÁFICO 1 - RELAÇÃO TIPO / ALTITUDE





TIPOS DE SOLO	
	Solo com aptidão AGRÍCOLA
	Solo com aptidão CONDICIONADA
	Solo com aptidão FLORESTAL
	Complexo A + C
	Complexo A + F
	Limite da bacia hidrográfica do Coura
	Linhas de Festejo
	Limite do Concelho

- Machados de talão
- Povoados Fortificados
- Estações e vestígios romanos
- Via romana

Territórios teóricos dos povoados de tipo 1 e 4

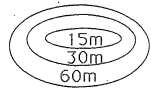
Est. IV

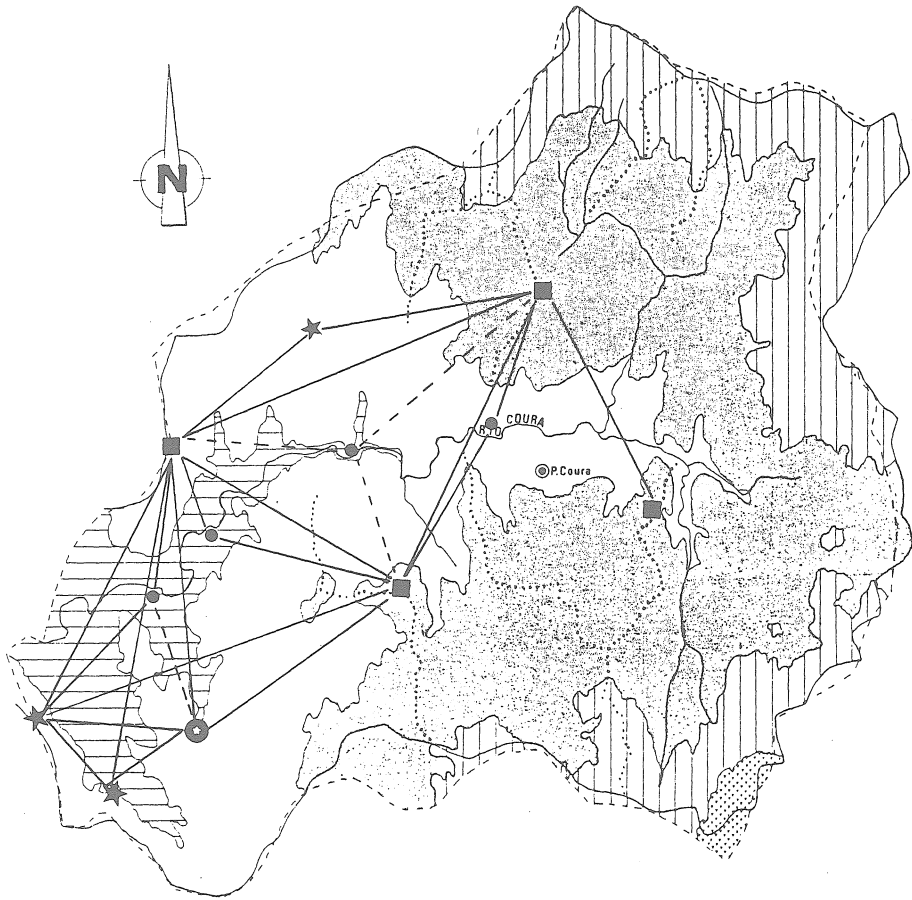


Territórios potenciais e teóricos dos povoados de tipo 1e 4

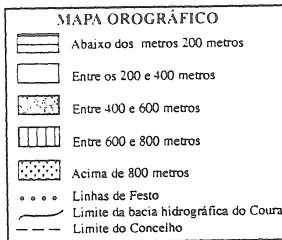
POVOADOS

- TIPO 1
- ★ TIPO 2
- TIPO 3
- ⊕ TIPO 4





0 2Km



———— VISIBILIDADE
 - - - - HIPÓTESE DE VISIBILIDADE

- TIPO 1
- TIPO 2
- TIPO 3
- TIPO 4

Revisão de provas deste volume

João Manuel Abreu, Sandra Carla Barbosa, Sandra Marina Carvalho, Susana Rodrigues Cosme, Daniela Pinto Ferreira, Paula Andrade Fonseca, Vítor Oliveira Jorge, Ana Cristina Marinho, Maria do Rosário Marques, Teresa Margarida Miranda, Manuela Santos Ribeiro, Jorge Manuel Sousa.

1º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
FACULDADE DE LETRAS
12 - 18 OUTUBRO
1993

